



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

RENAN NASCIMENTO REIS

“A HIDRA DE MIL OLHOS”:
Vigilância e Entulho Autoritário na UFPA (1964-1994)

BELÉM-PA
2022

RENAN NASCIMENTO REIS

“A HIDRA DE MIL OLHOS”:

Vigilância e Entulho Autoritário na UFPA (1964-1994)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Edilza Joana Oliveira
Fontes

BELÉM-PA
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

N244h Nascimento Reis, Renan.
A Hidra de Mil Olhos : Vigilância e Entulho Autoriário na
UFPA (1964-1994) / Renan Nascimento Reis. — 2022.
591 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2022.

1. Ditadura. 2. Vigilância. 3. Anticomunismo. I. Título.

CDD 016.981

RENAN NASCIMENTO REIS

“A HIDRA DE MIL OLHOS”:
Vigilância e Entulho Autoritário na UFPA (1964-1994)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Edilza Joana Oliveira Fontes

Data de aprovação em: xx/xx/2022

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Edilza Joana Oliveira Fontes
Orientador – UFPA

Prof.
Examinador Interno – UFPA

Prof. Dr. Carlos Fico da Silva Júnior
Examinador Externo –

Prof. Dr.
Examinador Externo –

RESUMO

Esta pesquisa propôs-se acompanhar as atividades de vigilância, promovidas pelo regime militar através do Serviço Nacional de Informações (SNI), no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tomamos, como objeto de pesquisa, a produção de dados a respeito da comunidade acadêmica durante várias fases da ditadura, os usos que o Estado fez desse material e, em particular, como o SNI se comportou mediante as mudanças que fizeram parte da chamada “abertura política”. Para isso, lançamos mão de documentos de acesso restrito no contexto de sua produção, cujo sigilo foi “quebrado” há poucos anos, além de fontes orais, fotografias e notícias divulgadas em jornais, relatórios e textos normativos. As fontes permitem identificar a permanência de mecanismos autoritários durante e após a transição democrática e a manutenção da estrutura de vigilância dos governos militares nesse período.

Palavras-chave: Ditadura. Vigilância. Anticomunismo.

ABSTRACT

Our research sought to follow the surveillance activities promoted by the military regime, through the National Information Service (SNI), within the scope of the Federal University of Pará (UFPA). We take as a research object the production of data about the academic community during different phases of the dictatorship, the uses that the State made of this material and, in particular, how the SNI behaved in the face of the changes that were part of the so-called “political opening”. For this, we use restricted access documents in the context of their production, whose confidentiality was “broken” a few years ago, in addition to oral sources, photographs and news published in newspapers, reports and normative texts. The sources allow us to identify the permanence of authoritarian mechanisms during and after the democratic transition and the maintenance of the surveillance structure of the military governments in this period.

Keywords: Dictatorship. Surveillance. Anticommunism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comunidade de informações criada pela ditadura militar	22
Figura 2 – Dickson Graef, comandante do Grupo de Artilharia Paraquedista na Vila Militar	28
Figura 3 – Reportagem publicada em 1989.....	33
Figura 4 – Gravura publicada na revista <i>Bandeira 3</i> fazendo alusão à TFP	42
Figura 5 – A manifestação em Belém na “Marcha da Família”	45
Figura 6 – Prontuário do ex-deputado estadual cassado, Benedito Monteiro, mantido no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.....	50
Figura 7 – Posse de Alcyr Meira (à esquerda) como vice-diretor da UFPA.....	52
Figura 8 – Vista parcial do Núcleo Pioneiro do Guamá em 1978, vendo-se os edifícios da Administração	57
Figura 9 – Fotografia interna do Laboratório do Núcleo de Geociências	58
Figura 10 – O ministro do MEC Jarbas Passarinho inaugurando o Laboratório de Física da UFPA no dia 21 de agosto de 1973	60
Figura 11 – A UFPA recebeu investimentos internos e externos para adquirir equipamentos para seus laboratórios	60
Figura 12 – O Laboratório de Física da UFPA possuía modernos equipamentos.....	61
Figura 13 – Alacid Nunes.....	62
Figura 14 – O professor Ronaldo Araújo no Auditório da Faculdade de Medicina.....	75
Figura 15 – Vista externa da Biblioteca Central	78
Figura 16 – Foto interna da Biblioteca Central	78
Figura 17 – Arquitetura e paisagismo faziam parte do modelo de apresentação da UFPA	79
Figura 18 – Medicina deu muito cartaz às críticas contra cobiça estrangeira	83
Figura 19 – Imprensa paraense repercutiu o assassinato de Edson Luís	88
Figura 20 – Ficha mantida na polícia federal sobre Aleksei Turenko Júnior, ex-aluno do curso de Economia da UFPA.....	102
Figura 21 – Golbery do Couto e Silva, primeiro chefe do SNI, teria dito a frase: “Criei um monstrengo”	115
Figura 22 – Estrutura das Divisões de Segurança e Informações, conforme Decreto nº 62.803, de 3/6/1968	117

Figura 23 – Mensageiro credenciado pelo DSI/MEC, em 1972, para conduzir correspondência postal privada entre a Divisão e os demais órgãos do SISNI.....	123
Figura 24 – Trecho de uma das cartas apreendidas em posse de Raymundo Heraldo Maués em 1969.....	126
Figura 25 – Humberto Cunha com sua esposa, Izabel	149
Figura 26 – Fotografia da fachada do Colégio Paes de Carvalho retirada em julho de 1973, chamado pelo jornal <i>A Província do Pará</i> de “termômetro político local”	150
Figura 27 – Frutos da Reforma Universitária na UFPA.....	153
Figura 28 – O professor da FCAP, Elias Seffer, fez defesa do “477” durante sessão na Assembleia Legislativa.....	159
Figura 29 – Manifesto publicado em 1961	162
Figura 30 – Segundo manifesto publicado em 1961	163
Figura 31 – Setor de aulas teóricas da UFPA no Núcleo Pioneiro, também chamado de “pavilhão”, reunia alunos de vários cursos.....	176
Figura 32 – Trecho da carta escrita por Raymundo Heraldo Maués ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho	178
Figura 33 – Pedido de passaporte protocolado por Elem Cutrim em Tel Aviv em 1976	185
Figura 34 – Aloysio Chaves, em entrevista à revista <i>Manchete</i> , apresentou-se, ao mesmo tempo, como o um reitor aberto ao diálogo e cumpridor das disposições da Reforma Universitária	198
Figura 35 – Durante a gestão de Aloysio Chaves, a UFPA passou por modernização e expansão das instalações prediais.....	199
Figura 36 – José Lourenço (primeiro da direita para a esquerda) acompanhando alunos no Núcleo de Geociências	214
Figura 37 – À esquerda, o edifício do Centro de Ciências Biológicas, inaugurado por Jarbas Passarinho. À direita, a Biblioteca Central, que dispunha de salas para seminários e gabinetes individuais para pesquisa, dotadas de ar-condicionado.....	222
Figura 38 – Foto interna tirada do Laboratório de Ciências Biológicas, com aparelhos necessários ao ensino prático.....	223
Figura 39 – Da esquerda para a direita: Clóvis Moraes Rego (vice-governador do Estado do Pará), Ernesto Geisel (presidente da República) e Aloysio Chaves (governador do Estado do Pará e ex-reitor da UFPA)	224

Figura 40 – Aparelhos de computação disponíveis na UFPA foram exibidos pelo regime como um dos frutos da Reforma Universitária.....	228
Figura 41 – A Biblioteca Central, frequentada por cerca de 200 pessoas por dia, era outro troféu dos militares	229
Figura 42 – Edição do jornal <i>O Papagaio</i> de 21 de maio de 1970	249
Figura 43 – Edição do jornal <i>O Papagaio</i> de 21 de maio de 1970	250
Figura 44 – João Baptista Figueiredo, à esquerda, checa sua mesa no SNI pela última vez antes de transmitir o cargo ao novo chefe do órgão, Octávio Medeiros (à direita).....	257
Figura 45 – Notícia sobre o III Encontro dos estudantes impedido pela polícia.....	261
Figura 46 – Natural do Rio Grande do Sul (RS), o general Golbery do Couto e Silva foi apelidado de “Bruxo” pelos seus colegas	263
Figura 47 – Considerado o cérebro do poder, Couto e Silva se especializou desde cedo nos serviços de inteligência	263
Figura 48 – Octávio Medeiros, oficial do SNI de longa data, era cotado para a sucessão presidencial e esteve próximo aos centros do poder durante a transição política	265
Figura 49 – Medeiros (à esquerda) acompanha discurso do então presidente João Figueiredo em Londrina	266
Figura 50 – General Danilo Venturini havia trabalhado no SNI no primeiro mandato de um militar e galgou a um cargo próximo ao presidente no último mandato militar	267
Figura 51 – Escândalos envolvendo o SNI estouraram um ano antes da sucessão presidencial e seu chefe, general Octávio de Medeiros, teve de lidar com a mídia negativa envolvendo o órgão e seu próprio nome.....	268
Figura 52 – O chefe da principal célula do SNI foi citado como o organizador da <i>Operação Dragão</i> , a qual resultou na morte do jornalista. Uma testemunha garantiu ter visto Newton Cruz na cena do crime.....	270
Figura 53 – Clóvis Malcher, reitor da UFPA entre os anos de 1973 a 1977	272
Figura 54 – Categorizações das DSI e das ASI.....	273
Figura 55 – Organograma do SNI em 1981	275
Figura 56 – Qualificações técnicas dos funcionários	277
Figura 57 – Alcyr Meira (à esquerda) e o reitor Clóvis Malcher (à direita)	291
Figura 58 – As classificações das DSI, conforme Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975	292
Figura 59 – Ministro Ney Braga (segundo da esquerda para a direita) em encontro com o reitor Clóvis Malcher em Belém em 20 de junho de 1974.....	296

Figura 60 – Fotografia do reitor Aracy Barreto no dia de sua posse.....	304
Figura 61 – Edição do jornal <i>Resistência</i> apreendido pela PF em Belém.....	309
Figura 62 – Capas de jornais divulgadas na 18ª edição do jornal <i>Resistência</i> . Havia ainda o <i>Tribuna Estudantil</i> , apreendido pela polícia federal nas bancas de jornais de Belém	313
Figura 63 – Convocados pelos Centros Biomédicos, Socioeconômico e de Filosofia, os estudantes se reuniram em Assembleia Geral na UFPA no dia 13 de junho de 1977..	315
Figura 64 – O presidente da UNE, Aldo Rabelo, 24 anos, esteve em Belém em 1981	320
Figura 65 – Matéria publicada na imprensa local sobre a fundação do SPDDH	321
Figura 66 – Da esquerda para a direita: os estudantes Rômulo Paes, Medicina – UFPA (Voz Ativa) e Arnaldo Jordy, Direito – CESEP (Viração).....	326
Figura 67 – Contagem dos votos	327
Figura 68 – Momento em que estudantes se reuniram no “Vadião” para selar voto contra o ARENA em 1978	328
Figura 69 – Manchete publicada sobre o resultado das eleições de 15 de novembro de 1978 no Pará.....	329
Figura 70 – O vestibular da UFPA passou a ser um evento importante no Estado do Pará	332
Figura 71 – Corpo de César Moraes Leite.....	343
Figura 72 – A carteira onde o aluno estava sentado no momento do disparo	344
Figura 73 – Sandra Moraes Leite, irmã da vítima.....	344
Figura 74 – Foto do agente responsável pelo disparo que vitimou aluno da UFPA ...	350
Figura 75 – Dalvo foi transferido para Mato Grosso do Sul semanas após o ocorrido	350
Figura 76 – Estudantes carregam o caixão e fazem protesto por sua morte e pela insegurança do <i>campus</i>	352
Figura 77 – Debaixo de forte chuva que caiu na capital, estudantes realizaram transladação da Igreja dos Capuchinhos até o cemitério Santa Isabel	353
Figura 78 – Manifestação realizada dentro da UFPA após a morte do estudante.....	354
Figura 79 – Passeata de rua promovida por estudantes após a morte de César Moraes Leite	354
Figura 80 – César Moraes Leite tinha 19 anos e perdeu a vida dentro da UFPA	355
Figura 81 – Manifestantes de mãos dadas durante manifestação pelo assassinato do estudante César Moraes Leite dentro da UFPA por um agente da PF	360

Figura 82 – Lista com nome dos trinta e cinco funcionários civis do SNI que atuavam no escritório do órgão em Belém em abril de 1980.....	362
Figura 83 – Da esquerda para a direita: Paulo Sette Câmara (SEGUP/PA), Wandir Leite da Silva (que viria a ser o novo superintendente do DPF/PA), Luís Carlos de Oliveira Santos (o qual assumiu o cargo de maneira interina após a morte do estudante) e Paulo Watanabe (o emissário de Brasília)	364
Figura 84 – O corpo de César Moraes Leite sendo velado na capela do Colégio Nazaré	366
Figura 85 – No CESEP, alunos também protestaram após a morte do aluno e estenderam bandeira nas escadarias.....	366
Figura 86 – Autoridades da UFPA carregam o caixão na saída do velório, ocorrido na capela do Colégio Nazaré, onde comparecem muitos estudantes e amigos do morto .	367
Figura 87 – Foto do presidente da UNE, Ruy César, divulgada no jornal <i>Resistência</i> por ocasião do assassinato do estudante César Moraes Leite	367
Figura 88 – Ato ecumênico ocorrido no ginásio da UFPA	368
Figura 89 – Estudantes portam faixas de repúdio pela morte do estudante	369
Figura 90 – Presidente da UNU, Ruy César, discursando no ato ecumênico	369
Figura 91 – Charge publicada no jornal <i>Resistência</i> (1980)	371
Fonte: Jornal <i>Resistência</i> (1980).	371
Figura 92 – Charge publicada no jornal <i>Resistência</i>	371
Fonte: Jornal <i>Resistência</i> (1980).	371
Figura 93 – Momento de inauguração da placa em homenagem ao aluno morto	374
Fonte: Jornal <i>Resistência</i> (1980).	374
Nota: na imagem, Sérgio Carneiro (à esquerda) e Ruy César (à direita).....	374
Figura 94 – Em uma de suas edições, o jornal <i>Resistência</i> publicou fotografias de agentes de vigilância que atuavam em Belém	375
Figura 95 – Trata-se de frequência dos agentes empregados no DOPS.....	376
Figura 96 – Charge de Walter Pinto publicada, em 1980, no jornal <i>Resistência</i> , representando o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel (1980-85)	383
Figura 97 – Charge do <i>Pasquim</i> publicada em Belém pelo jornal <i>Resistência</i>	383
Figura 98 – Professor Romero Ximenes durante assembleia da ADUFPA em 1980 .	386
Figura 99 – Charge publicada em 1980 no jornal <i>Resistência</i>	387
Figura 100 – O Diretório do PMDB de Nova Jacundá, Km 88 da PA 150	389
Figura 101 – Ernesto Geisel, à esquerda, e Alacid Nunes, à direita.....	390

Figura 102 – Foto publicada por ocasião da entrevista concedida por Arnaldo Jordy, com 21 anos, ao jornal <i>Resistência</i>	391
Figura 103 – Registro feito por Leila Jinkings durante campanha pela candidatura de Jader Barbalho ao governo do Estado em 1982	394
Figura 104 – Jarbas Passarinho (à esquerda) e Alacid Nunes (à direita)	396
Figura 105 – Estudantes realizaram no <i>campus</i> do Guamá II Assembleia Geral de Transportes em 20 de setembro de 1978	397
Figura 106 – Estudante portando cartaz com o <i>slogan</i> “Exigimos meia passagem” durante manifestação em Belém.....	398
Figura 107 – Passeata pela meia passagem em Belém.....	398
Figura 108 – João de Jesus Paes Loureiro.....	412
Figura 109 – Reunião do SBPC de 1983 ocorrida em Belém	414
Figura 110 – Faixas estendidas pelos estudantes no <i>campus</i> da UFPA	416
Figura 111 – Barracas montadas no <i>campus</i> da UFPA durante o SBPC	417
Figura 112 – À pauta estudantil se juntaram as reivindicações pela redemocratização	418
Figura 113 – Faixas do MR-8 estendida em um dos prédios da UFPA	419
Figura 114 – Faixas afixadas pelos estudantes defendiam os “direitos humanos” e “uma direção socialista e revolucionária no DCE”	421
Figura 115 – Faixa do PCdoB no <i>campus</i> da UFPA, em 1983, durante a 35ª Reunião Anual do SBPC.....	421
Figura 116 – Estudantes pedem fim da Lei de Segurança Nacional e o fim da ditadura militar	422
Figura 117 – Aldenor, Luiz e Francisco, lideranças do GREMPS.....	431
Figura 118 – Os réus perfilados na Auditoria Militar para receberem o veredicto	439
Figura 119 – Agora absolvidos, indiciados comemoram com “um brinde de cafezinho”, como anunciou notícia de jornal.....	439
Figura 120 – Aldebaro Klautau, professor de Direito da UFPA e conselheiro da OAB, em discurso em favor da anistia em 1977.....	451
Figura 121 – Coordenador do núcleo paraense da Comissão Executiva Nacional da Luta pela Anistia, da qual a SPDDH fazia parte.....	461
Figura 122 – Em Belém, bombas destruíram bancas de jornal no dia 29 de abril de 1981	465
Figura 123 – “Ato Público contra o terror”	465

Figura 124 – Segundo o SNI, esse era o quadro de infiltração comunista no Pará em 1985	478
Figura 125 – “Comunistas” identificados pelo SNI atuando na UFPA em 1985.....	479
Figura 126 – O militar Ivan de Souza Mendes assumiu o SNI com promessas de adequar o órgão ao contexto democrático.....	485
Figura 127 – Na coluna “Tendência”, o SNI indicou ao presidente da República as inclinações ideológicas de cada um dos candidatos	487
Figura 128 – General de exército, participante do governo Geisel, Ivan de Souza Mendes se transformou em um dos elementos mais influentes da “Nova República”	490
Figura 129 – Fotografias do prédio do SNI, em Brasília, tiradas em 1989	502
Figura 130 – “Apague o farol, desligue o motor, use luz interna, identifique-se”, dizia a placa na entrada do órgão	505
Figura 131 – Material colhido pela área de inteligência do governo Collor continha estratégias do movimento estudantil para organizar manifestações pelo <i>impeachment</i> do presidente.....	511
Figura 132 – Capa de documentação produzida pela SAE	513
Figura 133 – Material recolhido pela SAE. Na foto, o secundarista paraense Edson Lima	514
Figura 134 – Material de divulgação da CST coletado pela vigilância.....	514
Figura 135 – Fotografia da sede do Ministério da Fazenda em Belém tirada após evento que culminou em confronto com a polícia militar.....	520

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE	Agência Belém
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AC	Agência Central
ADUA	Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas
ADUFPA	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará
AESI	Assessorias Especiais de Segurança e Informações
AJS	Alicerce da Juventude Socialista
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
AP	Ação Popular
APEPA	Associação dos Professores do Estado do Pará
APML	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIS	Batalhão de Infantaria da Selva
CA	Centro Acadêmico
CAB	Comitês Brasileiros pela Anistia
CACO	Centro Acadêmico de Comunicação
CAJU	Casa da Juventude
CALA	Centro Acadêmico Livre de Arquitetura
CALSS	Centro Acadêmico Livre de Serviço Social
CAN	Conjunto Arquitetônico de Nazaré
Capemi	Caixa de Pecúlio dos Militares
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASS	Centro Acadêmico de Serviço Social
CBB	Comissão de Bairros de Belém
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CCEN	Centro de Ciências Exatas e Naturais
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça

CEDEPES	Centro de Estudos e Debates Políticos, Econômicos e Sociais
CENIMAR	Serviços de Inteligência da Marinha
CESEP	Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará
CEB	Conselho de Entidades de Base
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CI	Comissão de Inquérito
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIRU	Comissão de Implantação do Plano de Reestruturação da UFPA
CISA	Serviços de Inteligência da Aeronáutica
CISEX	Comissão de Investigações Sumárias do Exército
CJM	Circunscrição Judiciária Militar
CMA	Comando Militar da Amazônia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRC	Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Ordem Interna
CONSUN	Conselho Universitário
CONEB	Conselho Nacional de Entidades de Base
COPERTIDE	Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
CPC	Centro Popular de Cultura
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRPL	Coeficiente de Rendimento do Período Letivo
CS	Convergência Socialista
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CSSN	Conselho Superior de Segurança Nacional

CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUUN	Centro Universitário da Universidade Nacional
DAM	Diretório Acadêmico de Medicina
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCLA	Organização Cultural Latino-Americana
DEPES	Departamento de Pessoas
DERCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DN	Distrito Naval
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOU	Diário Oficial da União
DPF	Departamento de Polícia Federal
DRE	Diretórios Regionais Estudantis
DSI	Divisão de Segurança da Informação
DU	Diretório Universitário
EAPES	Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
ECEME	Escola de Comando e Estado – Maior do Exército
EEMB	Escola de Enfermagem Magalhães Barata
ENECOM	Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
EPB	Estudos dos Problemas Brasileiros
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
Fadesp	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
Faspa	Frente de Ação Secundarista Paraense
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FEMP	Faculdade Estadual de Medicina do Pará
FEMPA	Federação das Mulheres Paraenses
FEP	Fundo Especial de Pesquisas
FEEP	Fundação Educacional do Estado do Pará
FICOM	Faculdades Integradas Colégio Moderno

FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FRIMAPA	Frigoríficos e Matadouros
FUA	Frente Única Antifascista
FUR	Frente Única Revolucionária
GAC	Grupo Anticomunistas
GREMPS	Grupo de Reconstrução do Movimento Primário e Secundarista
GTE	Grupos de Trabalho Especial
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAR	Instituto de Pastoral Regional
IPEAN	Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte
IPÊS	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
JUC	Juventude Universitária Católica
JUCEPA	Junta Comercial do Pará
LDB	Levantamento de Dados Biográficos
LSN	Lei de Segurança Nacional
MAC	Movimento Anticomunista
MBCC	Movimento Brasileiro de Combate ao Comunismo
MCB	Movimento Comunista Brasileiro
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEP	Movimento Pela Emancipação do Proletariado
MF	Ministério da Fazenda
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MLPA	Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia
MMCC	Movimento da Mulher do Campo e da Cidade

MOP	Movimento Operário Popular
MP	Medida Provisória
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
NABE	Núcleo de Agência de Belém
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NCGG	Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas
NPI	Núcleo Pedagógico Integrado
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OI	Órgãos de Informações
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PLP	Partido da Libertação Proletária
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNI	Plano Nacional de Informações
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCGI	Subcomissão Geral de Informações
SD	Seção de Documentação
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SEFAC	Semana de Formação Anticomunista

SESSUNE	Subsecretaria de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes
SFICI	Serviço Federal de Informação e Contrainformação
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SIS	Sistema Setorial de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNU	Secretaria Nacional Universitária
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SSI	Subseção de Segurança Interna
STM	Supremo Tribunal Militar
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundários
UCP	União Acadêmica Paraense
UECSP	União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará
UEE	União Estadual de Estudantes
UESP	União dos Estudantes Secundaristas do Pará
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UJC	União da Juventude Comunista
UJS	União da Juventude Socialista
UMES	União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
Unama	Unidade de Atualização da Mulher Amazônica
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESPA	União das Escolas Superiores do Pará
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USIS	<i>United States Information Service</i>
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VS	Vertente Socialista
X ECEM	X Encontro Científico de Estudantes de Medicina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1 – OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA E O CONTEXTO PARA A IMPLANTAÇÃO DA ASI NA UFPA (1964-1968).....	39
1.1 “Ou se Acomoda ou Luta”: A Reforma Universitária e os Acordos MEC/USAID.....	39
1.2 “A Universidade Amanhece Morta”: a UFPA, os acontecimentos de “68” e seu legado.....	80
1.3 “SNI Sabia de Tudo”: a estrutura da SNI e as AESIS nas universidades federais.....	111
1.4 “Para combater o ‘redil da fina flor comunista’”: a circulação de informações entre universidades e o MEC através dos Órgãos de Vigilância.....	129
CAPÍTULO 2 – PERSEGUIÇÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA: OS ANOS DE CHUMBO NA UFPA (1969-1973).....	146
2.1 “Precisamos ocupar a Faculdade”: UFPA e os impactos do Decreto nº 477 (o AI-5 das universidades)	146
2.2 “Você pensa realmente isso?”: professores na mira do SNI	160
2.3 “O Protetor de comunista”: a gestão do reitor Aloysio Chaves e a “Operação Tatu” (1969-1973)	191
2.4 “O pau cantou”: UFPA e o Movimento Estudantil nos ‘anos de chumbo’ (1969-1973)”	227
CAPÍTULO 3 – DA DISTENSÃO POLÍTICA À MORTE DE CÉSAR MORAES LEITE (1974-1980).....	254
3.1 Em “progressiva ampliação”: a ASI/UFPA em tempos de “abertura”	254
3.2 “Em caráter confidencial”: a permanência do controle e da violência em épocas de distensão política	289
3.3 “Os estudantes têm voz firme”: o movimento estudantil e a luta contra o entulho autoritário	311
3.4 “Não calaremos sobre teu corpo”: a morte de César Moraes Leite e o velório do estudante como ato político	342
CAPÍTULO 4 – A FASE DA REDEMOCRATIZAÇÃO E A DIFÍCIL REMOÇÃO DO ENTULHO AUTORITÁRIO (1980-1994).....	381
4.1 “Sob tiros de festim”: o SNI, os estudantes e a redemocratização	381
4.2 “Estamos aqui para fazer Revolução”: o processo dos alunos da UFPA segundo a Lei de Segurança Nacional	424
4.3 “Nas asas da anistia”: a vigilância sobre expurgados e perseguidos após 1979..	446
4.4 “Ascenso revolucionário do movimento estudantil (ME)”. A vigilância no pós-1985.....	471
EPÍLOGO	508
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	523

FONTES	527
OFICIAIS	527
JORNAIS	553
LEGISLAÇÃO	569
RELATÓRIOS	572
REFERÊNCIAS	573

1 INTRODUÇÃO

Sustento que o Serviço Nacional de Informações (SNI), chamado de “Hidra de mil olhos” pelo deputado estadual Ademir Andrade nos anos finais da ditadura, foi um órgão mantido dentro do corpo administrativo federal durante o período de transição do regime militar para o regime civil-democrático, com o objetivo de exercer uma função específica no contexto da “Nova República”. Qual seja: continuar a vigilância sobre opositores do governo. Sigo além da afirmação de que o serviço de inteligência tenha sobrevivido ao processo de abertura política iniciado em 1974.

Acredito que o SNI foi usado como ativo político pelos novos dirigentes como forma de controle nos antigos desafetos do regime, em especial, as lideranças ligadas aos partidos de esquerda, que ganharam representatividade após o ciclo de governos militares.

“A Informação é um produto caro”¹ sublinhou um documento produzido pela Divisão de Segurança da Informação (DSI) do Ministério da Educação (MEC)² (um dos “tentáculos” do SNI) durante o governo Médici. Não apenas pelo número de pessoas e quantidade de material especializado empregado, mas também pelas instalações de que necessita. Portanto, a continuidade da linha de atuação política-ideológica levada a cabo pelos serviços de informações, depois do governo dos generais, serviu a um determinado propósito.

Na América Latina, os anos 1970 foram marcados por abalos políticos que romperam com a ordem democrática e permitiram que as forças armadas tomassem o poder, instalando regimes militares em alguns países. Em 1979, dois terços da população do continente viviam em Estados governados por militares ou sob dominação castrense.

Esse é um dado que não pode ser ignorado, entre outros motivos, porque o Brasil também sofreu tais rupturas e suas consequências em todos os campos após a derrubada do governo constitucional de João Goulart em 1964, dando início a um ciclo militar que apenas “terminou” (destaco as aspas) mais de vinte anos depois.

Mais uma vez, as Forças Armadas brasileiras atuaram como ator político importante em momentos de crise, como já havia ocorrido em 1889, 1930, 1945 e 1955.

¹ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

² Órgão criado pelo regime militar para gerir as Assessorias espalhadas pelos órgãos do Estado. Em 1979, o DSI/MEC enviou ofício às universidades informando a respeito da extinção das Assessorias. Sabemos, no entanto, que elas continuaram funcionando até 1986, enquanto a própria Divisão só foi desativada em 1990. MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 80-83.

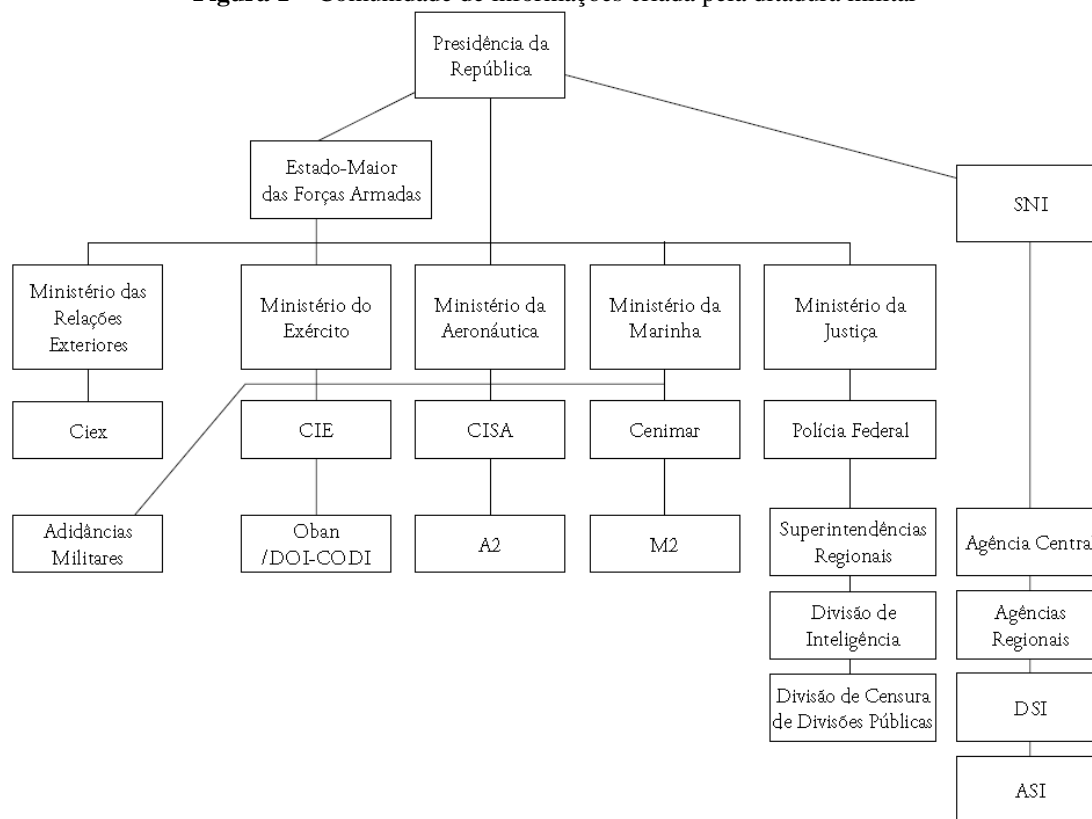
A diferença é que antes os militares exerceram uma “função arbitral-tutelar”, restabelecendo a ordem institucional, e devolveram a condução do Estado aos civis, ou seja, retornaram aos quartéis.

O que se viu em 1964, sob a influência da Doutrina da Segurança Nacional (moldada pela Escola Superior de Guerra), foi justamente o contrário, visto que os homens de botas, após o golpe, assumiram o papel decisório político, relegando aos civis papéis de coadjuvantes e, ainda assim, apenas para manter alguma imagem de democracia e legitimidade.

Posterior à Proclamação da República, o intervencionismo militar fez-se presente na história brasileira, como forma de corrigir desvios do meio político e resultados eleitorais indesejáveis, atuando, ainda, como um poder moderador, sobretudo, quando a autoridade maior não respeitava os limites da legalidade.

O flerte dos militares com os aparelhos políticos do Estado sugeria uma aproximação entre as Forças Armadas e as elites civis, de modo que a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) fez parte dessa tentativa de alinhamento e formação de programas e doutrinas, como o conteúdo ideológico que justificou a tomada de poder e sua manutenção após 1964³. Nesse contexto é que foi criado o serviço de informações da ditadura militar no Brasil (Figura 1).

³ BORGES FILHO, Nilson. “A doutrina de segurança nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **Brasil Republicano**. v. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 14-17.

Figura 1 – Comunidade de informações criada pela ditadura militar⁴

Fonte:

Certa literatura chegou a defender que a instalação do SNI, após o golpe de 1964, representou apenas a ampliação e a autonomia do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI), órgão criado em 1958 e subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Essa linha assegura que houve apenas mudança na atuação do órgão, através da modificação de siglas, passando do âmbito restrito da política de Segurança Nacional para o campo ilimitado da política, no sentido mais amplo⁵.

Os fatos levantados por esse viés são verdadeiros, mas a conclusão é falsa, pois foi precisamente por meio dessa mudança, a qual atribuiu funções nem um pouco específicas e claras para o SNI, que o regime militar conseguiu fazer uso dos mais diversos, autoritários e arbitrários do serviço de inteligência, tornando-o ferramenta adequada para desarticular forças contrárias à “Revolução” (destaco as aspas) de 31 de março.

Cito um dado: em reunião ocorrida em fins de 1964, convocada pelo presidente Castello Branco, na qual estiveram presentes os representantes de todos os ministérios, o

⁴ BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. v 1. Brasília, DF: CNV, 2014a. p. 113.

⁵ VIANA FILHO, Luís. **O governo Castello Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 72.

general Golbery do Couto e Silva, então chefe do SNI, ressaltou, em sua fala, o papel que as informações passaram a ocupar no atendimento a uma necessidade há muito reconhecida, sempre diferida e que extrapolava o campo limitado da Segurança Nacional para atingir a área ilimitada da política nacional⁶. E aqui há mais uma assertiva: a extrapolação da área de atuação do serviço de “Inteligência” fez parte do regime militar após seus anos mais duros. Vejamos.

A documentação, produzida pelo SNI após 1974, permite-nos desconstruir algumas assertivas no que concerne à chamada “distensão política”, promovida pelo presidente Ernesto Geisel, em especial, o papel a ele atribuído nesse processo. Há quem defenda que a ditadura foi desmontada entre 1974 e 1979, a partir de conflitos dentro da caserna, tendo prevalecido a “defesa do poder” constitucional da ala moderada encabeçada por Geisel, cujo “perfil” político teve papel determinante no processo de abertura.

Em conformidade com essa linha de pensamento, a derrota imposta pelo “poder republicano” à “anarquia militar”, esta liderada pelo ministro do Exército, General Sylvio Frota, teria sido fundamental para o enfraquecimento do aparato repressivo e restabelecimento da autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas⁷.

Discordamos dessa interpretação a respeito do governo instalado após 1974 em dois pontos. O primeiro é não reconhecer a pressão exercida por vários setores da sociedade pelo fim da ditadura, ou seja, o projeto de abertura “lenta, gradual e segura” conviveu com um movimento político de oposição (agrupando vários setores da sociedade em torno da luta pelas liberdades democráticas, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Igreja Católica, o Movimento Estudantil, os movimentos de bairros, algumas categorias de profissionais liberais – advogados, professores, jornalistas –, a imprensa alternativa e a presença de um novo movimento operário e sindical), o qual definiu também o ritmo da distensão⁸.

O segundo ponto é que essa tese sugere que a repressão deixou de ser uma política de Estado a partir daquele momento. Considera essa interpretação que Geisel precisava lidar, internamente, contra a linha dura, a chamada “tigrada”, às vezes, defendendo o uso

⁶ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981, 1º Caderno, p. 12-13.

⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 12; 37; 474.

⁸ ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da anistia no Brasil: política, memória, retórica e reparação. **Oralidades**, São Paulo, v. 1, p. 110, 2011.

de uma “violência menor” diante de um objetivo maior, às vezes, dando “um pouco de pasto às feras” para acalmar o “porão”⁹.

Quando analisamos a documentação produzida pelo SNI, durante e após o governo Geisel, temos a impressão de que a manutenção da repressão continuou a fazer parte da política estatal e serviu a um propósito novo, visando a objetivos de longo prazo: enfraquecer a oposição e os desafetos políticos no novo cenário político em vias de construção.

O SNI, durante e após a distensão, continuou a ser uma importante ferramenta de contrassubversão utilizada pelo Estado, entendida, conforme definição do próprio órgão, como um “conjunto de medidas destinadas a impedir a quebra dos padrões de julgamento de uma sociedade, isto é, a mudança de sua filosofia de vida pela força ou por qualquer outra forma condenável”¹⁰.

Concebemos uma continuidade do regime ditatorial para além do governo Geisel e também para além do governo Figueiredo, ou seja, já sob comando de presidentes civis. Desse modo, a assertiva levantada por Daniel Aarão Reis Filho de que “no período de transição já não havia uma ditadura” deve ser questionada¹¹. Precisa ser refutada, igualmente, a tese de Marco Antônio Villa de que não se pode chamar de ditadura o período compreendido entre 1979 e 1985, segundo o autor, devido à “aprovação da Lei de Anistia, as eleições diretas para os governos estaduais em 1982”.

Nas palavras de Villa, “a ditadura tinha acabado” na véspera da posse de Figueiredo. O mesmo autor indagou ainda: “como chamar de ditadura um regime que enviou à aprovação e patrocinou a Lei de Anistia em 1979?”. Tratando das campanhas por eleições diretas para o cargo de presidente da República, no primeiro semestre de 1984, os protestos que transcorreram, segundo Villa, “sem que tivesse ocorrido repressão”, visto que “tal fato seria impossível em um regime ditatorial”¹².

Os alunos da UFPA, processados segundo a Lei de Segurança Nacional (LSN), durante o governo Figueiredo, certamente discordariam desse enunciado. Os discentes que presenciaram um colega ser alvejado por uma bala disparada da arma de um agente da polícia federal (PF) na UFPA, em março de 1980, também tem outra narrativa acerca

⁹ Gaspari (2004, p. 264-265).

¹⁰ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 125.

¹² VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira (1964-1985): democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014. p. 9; 177; 253; 254.

desse período. Tal como os dossiês produzidos secretamente pelo SNI sobre a campanha pelas “Diretas Já!” em Belém apontam igualmente para outra direção.

Identificamos que a Lei de Anistia não impediu que os anistiados continuassem vigiados pela “Comunidade”, alcunha pela qual se autodenominavam os agentes de informações. E sabemos que o texto da Lei, com efeito, foi construído para evitar a punição dos envolvidos nos crimes cometidos pelo Estado desde 1964, conseqüentemente, impedindo a desmoralização pública de agentes do governo ou daqueles que colaboraram com ele e garantindo a capacidade desses grupos de se manter no poder na “Nova República”.

A atuação do SNI na UFPA, durante os últimos governos militares e após estes, foi resultado das lutas travadas entre grupos rivais atuantes na sociedade depois do golpe, quando se criou a hegemonia de um grupo social imprescindível sobre uma série de grupos subordinados. “O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo”¹³.

Essa premissa, presente desde, pelo menos, 1964, não foi abandonada durante a fase da distensão política nem mesmo com a posse de José Sarney, visto que os grupos subordinados continuaram a ser alvo do serviço de inteligência, ao passo que este continuou a servir aos propósitos políticos do governo. Em 1988, o SNI mantinha sua rotina de produção de dados acerca de autoridades públicas, ministros e opositores, o que era reverberado pela imprensa e gerava desgastes aos atingidos.

A existência de um relatório, fictício ou não, desabonador sobre determinada figura política do governo poderia, em algumas situações, causar sua “queda”. O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) chamou essa prática de “epidemia de dossiês”¹⁴.

Quais eram esses alvos? Mediante tal indagação, é inequívoco afirmar que o tema que mais apareceu nos documentos do SNI desde 1964 foi o anticomunismo¹⁵.

¹³ GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel**, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 50.

¹⁴ DOSSIÊS secretos já não metem medo em políticos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 315, 21 fev. 1988. Política, p. 4.

¹⁵ O contato de professores esquerdistas, tidos por propagadores perigosos de ideias revolucionárias, com os estudantes já era uma preocupação do Estado bem antes da tomada do poder pelos militares, a exemplo do trabalho executado pela Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) durante o governo Vargas, que realizou uma limpeza ideológica de “mestres comunistas” no magistério superior no pós-1935. Em um segundo momento, entre 1961 e 1964, uma nova onda anticomunista se instalou no País após a expansão das ações políticas comandadas por supostos grupos comunistas, ao mesmo tempo em que o governo sofreu ataques da imprensa por hipoteticamente tolerar atividades comunistas. No ano de 1963, denúncias a respeito da “infiltração” apontavam possíveis presenças de elementos suspeitos no aparato estatal, mas também em diversos outros setores da vida nacional, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), alvo particular dessa reação por ser considerada ferramenta usada pelos “vermelhos” para promover

Percebemos que havia, antes de 1964, uma inquietação relacionada ao perigo de “contaminação” no campo educacional de ideias comunistas quando docentes, alunos e entidades de representação estudantil passaram a ser alvo de denúncias e de todo tipo de acusações. Com o golpe, essas inquietações apenas se transformaram em Política de Estado e foram levadas a cabo por ações governamentais de “preservação” da “democracia” e da “liberdade”.

Destarte, o “expurgo comunista”, promovido pelo Estado autoritário, encontrou um campo ideológico conservador que apoiou a dita “Revolução” brasileira contra a temida “revolução das esquerdas”. Não podemos perder de vista que o golpismo de 1964 foi justificado pela necessidade de preservar o País da ameaça comunista, argumento que até hoje tem sido repetido e usado por grupos que defendem, comemoram e rememoram a ação dos militares naquele 31 de março.

No caso do Pará, a imprensa local ajudou a preparar o ambiente *putschista* e não se furtou de propagar material que alarmasse a população no tocante ao suposto perigo iminente de haver um golpe à esquerda¹⁶.

Não é de se espantar, portanto, que vinte e quatro horas após o golpe, reinasse relativa calma em todo Estado do Pará. Os bancos permaneciam fechados, enquanto as Forças Armadas ocupavam os pontos estratégicos da capital e combatiam “frontalmente as manobras subversivas do CGT¹⁷ e da FUA¹⁸”¹⁹. Em outras palavras, parte significativa da sociedade paraense, como no resto do País, acolheu com relativa tranquilidade a ruptura institucional.

Durante todas as fases do regime, antes e depois da vigência do AI-5, em seguida à Lei de Anistia e mesmo depois da posse de um presidente civil, esse inimigo continuou citado na documentação produzida pelos agentes de inteligência. Portanto, aqui, cabe uma assertiva: o anticomunismo está presente no jogo político brasileiro antes, durante e depois do regime militar. Basta olhar para os lados, em especial, logo após 2010²⁰, para

as agitações políticas juvenis. No campo educacional mais amplo, a propaganda contra o comunismo criticava o que ela chamou de planos de alfabetização de conteúdo subversivo e acusou as esquerdas de “implantar reformas nos currículos de ensino oficiais para corromper os jovens com a ideologia comunista”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 260-261; 316-315.

¹⁶ JÂNIO encontra JK para dizer que Jango tem golpe preparado. **O Liberal**, Belém, 11 jan. 1964.

¹⁷ Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

¹⁸ Frente Única Antifascista (FUA).

¹⁹ BELÉM calma com cidade já ocupada. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 8, 2 abr. 1964.

²⁰ Ano das eleições presidenciais marcadas pelo profundo debate ideológico entre “direita” e “esquerda”.

perceber que transita, até hoje, nos debates políticos, o receio de que o comunismo chegue ao poder no País.

A “cubanização”, a “venezualização” e as categorias de toda sorte, insistentemente, reaparecem no jargão político e, ao que tudo indica, continuam a mexer com a paixão de determinados segmentos da sociedade, fazendo-nos crer que o anticomunismo é um dos elementos de continuidade que une o presente ao nosso passado autoritário.

No caso do regime implantado em 1964, o anticomunismo não foi apenas um recurso retórico para implantar o medo na população e legitimar o poder político militar. A cúpula do governo ditatorial, de fato, nutria entre si tal sentimento: em reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em julho de 1968, Emílio Médici, chefe do SNI naquele momento, falou aos presentes, ocupantes dos mais altos postos do regime²¹, que o que se via nas ruas do País não era mais a condução de “legítimas reivindicações estudantis”, mas um movimento que tinha um “objetivo nítido, qual seja o de derrubar o Governo Revolucionário instalado em 1964, para posterior implantação da Revolução Socialista Brasileira”²².

Lembramos que o CSN, conforme artigo 40 do Decreto-Lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, era o órgão de mais alto nível no assessoramento direto do presidente da República, na formulação e na execução da política de Segurança Nacional²³.

²¹ Além do marechal Arthur da Costa e Silva, presidente da República, estavam presentes: Pedro Aleixo, vice-presidente da República; general de brigada Jayme Portella de Mello, chefe do Gabinete Militar da presidência da República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional; deputado Rondon Pacheco, chefe do gabinete Civil da presidência da República; doutor Luiz Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça; almirante de esquadra Augusto Hamann Rademaker Grünewald, ministro da Marinha; general de exército Aurélio de Lyra Tavares, ministro do Exército, deputado José de Magalhães Pinto; ministro das Relações Exteriores, Antônio Delfim Netto; ministro da Fazenda, Coronel Mário David Andreazza; ministro dos Transportes, doutor Ivo Arzua Pereira; ministro da Agricultura, deputado Tarso de Moraes Dutra; ministro da Educação e Cultura, senador Jarbas Gonçalves Passarinho; ministro do Trabalho e Previdência Social, marechal do ar Márcio de Souza e Mello; ministro da Aeronáutica, Leonel Tavares Miranda; ministro da Saúde, deputado José Costa Cavalcanti; ministro das Minas e Energia, general de divisão Edmundo de Macedo Soares e Silva; ministro da Indústria e Comércio, Hélio Marcos Penna Beltrão; ministro do Planejamento e Coordenação Geral, general de divisão Afonso Augusto de Albuquerque Lima; ministro do Interior, Carlos Furtado de Simas; ministro das Comunicações, general de divisão Emílio Garrastazu Médici; chefe do Serviço Nacional de Informações, general de exército Orlando Geisel; chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante de esquadra José Moreira Maia; chefe do Estado-Maior da Armada, general de exército Adalberto Pereira dos Santos; chefe do Estado-Maior do Exército e tenente-brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio; chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²² Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²³ O ESTADO brasileiro e a Segurança Nacional. **A Província do Pará**, Belém, 10 abr. 1977. 3º Caderno. BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração

A própria “Comunidade de Informações”²⁴ identificou, em 1979, grupos que agiam “clandestinamente” e autointitulavam-se Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Grupo Anticomunistas (GAC), Movimento Anticomunista (MAC), Movimento Brasileiro de Combate ao Comunismo (MBCC) e Grupo Centelha²⁵. É preciso, ainda, fazer-se um levantamento minucioso por dentro da documentação sensível, das ligações que tais grupos mantinham com a ditadura e da permissividade com que o Estado autoritário lidou com suas ações (Figura 2).

Figura 2 – Dickson Graef, comandante do Grupo de Artilharia Paraquedista na Vila Militar



Fonte: Revista *Manchete*²⁶.

Nota: segundo Newton Cruz, ex-agente do SNI, Graef supria o MAC com granadas de mão e tintas para pichações na cidade do Rio de Janeiro (RJ) contra o crescimento das ações estudantis.

Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 146, 27 fev. 1967.

²⁴ Termo usado, internamente, para se referir ao conjunto dos órgãos de informações que atuavam, de forma sigilosa, em uma mesma área. Em Belém (PA), por exemplo, além do SNI, os serviços de inteligência das Forças Armadas (CENIMAR, CISA e CIEX), da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança Pública (SEGUP/PA) compunham a “Comunidade de Informações”. A coordenação cabia ao SNI. SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

²⁵ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁶ O LIVRO-DENÚNCIA do general Newton Cruz. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 48, ed. 2503, p. 33-38, 8 abr. 2000.

Quero aqui defender que a instalação dos escritórios de espionagem nas universidades brasileiras, ao passo que as propostas de reestruturação do ensino superior foram balizadas para combater a ameaça comunista, esta que “justificou” a tomada do poder pelos militares em 1964 e por eles considerada fonte da instabilidade política vivenciada nos anos seguintes, em especial, em 1968.

A criação do Projeto Rondon, em julho de 1968, o caráter do programa e a defesa, que dele se fez, denunciam essa realidade. O coronel Mauro Rodrigues chegou a afirmar que Moscou promoveu campanha de caluniação ao Projeto Rondon, como havia feito nas transmissões da Rádio Paz e Progresso, o que mostrava “a sólida confiança que os Sovietes têm na estupidação da opinião pública a eles submetida”. Conforme o militar, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) havia percebido que o Projeto representa, no Brasil, “um apelo ao heroísmo dos moços, que é o melhor antibiótico para a grande revolução que tem como supremo ideal o Homem-Massa”.

O coronel via, no programa, “um alcance moral e espiritual” que ultrapassaria o pragmatismo socioeconômico, posto que “esse projeto é e seria para nossa juventude o catalizador de brios, o sal da terra, o apelo de patriotismo e de heroísmo. E todas essas coisas são antídotos vigorosos contra a revolução massificadora do homem”. A milhares de quilômetros de distância, Moscou teria sentido “a presença de um valor espiritual, e achou-se imediatamente obrigado a reagir com a técnica habitual da calúnia e da inveracidade”²⁷.

Discursos como esse fazem e continuam fazendo parte do repertório anticomunista no Brasil. Grupos políticos, no passado e no presente, inflamam parcelas da sociedade contra o que eles chamam de ataques a valores morais e tradições do povo brasileiro. Em 1972, por exemplo, o SNI ensinava aos seus agentes de informações que o “homem brasileiro” era católico, paternalista, apegado às “melhores tradições”, leal à imagem do pai ou líder, defensor intransigentemente da família, antifeminista, contra a liberdade sexual, patriota, religioso e defensor, “com unhas e dentes”, da propriedade privada.

Todos valores desprezados pelos comunistas, segundo o órgão, os quais supostamente defenderiam a libertinagem, o ateísmo, o feminismo, a desconfiança da

²⁷ MOSCOU e o Projeto Rondon II. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 12 out. 1968.

família, a liberdade sexual, o cosmopolitismo, o fim da propriedade privada e do direito à herança²⁸.

O órgão utilizava a defesa desses valores para construir a contrapropaganda contra os subversivos, encaminhando, para as universidades, matérias de periódicos que deveriam ser afixadas em locais de fácil acesso para o amplo conhecimento do corpo docente e discente e dentro do mais alto grau de sigilo em relação à fonte, visto que a identificação redundaria na anulação dos efeitos que a operação deveria trazer. Eram artigos que assinalavam a posição contrária da Igreja frente aos grupos católicos progressistas (“O dilema do Vaticano: a ação dos sem-Deus”)²⁹, por exemplo.

Esse antagonismo ainda faz parte das disputas políticas atuais. Reunir valores considerados inaceitáveis pela classe média, que costuma ser, convenientemente, escrupulosa em determinados momentos, e atribuí-los a um grupo inimigo, os comunistas de ontem ou os esquerdistas de hoje, faz parte do roteiro político conservador e tem logrado êxito eleitoral nos últimos anos.

Quanto ao manejo das fontes produzidas pela repressão, queremos fazer algumas considerações. Devemos observar que o “anticomunismo”³⁰ se manifestou por meio de várias facetas, quer dizer, não era direcionado, especificamente, a membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou a elementos, decerto, identificados com a ideologia comunista em si. O SNI e os demais órgãos de repressão fizeram pouca diferenciação entre os que eles chamavam de “esquerdistas”, socialistas, trotskistas, maoístas, leninistas, marxistas etc., tratando todos como inimigos do regime e figuras perigosas a serem eliminadas.

Era o inquisidor epitetando o acusado, de modo que deve ser lembrado para não incorrerem no erro de acreditar que as universidades eram, como o SNI argumentou, um “redil de comunistas”. No meio de suas atividades, ocorria uma grave distorção:

²⁸ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁹ Encaminhamento nº 5884/AECI/DSI/MEC/73. Brasília, DF, 14/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁰ A inteligência do Exército conceituou o que seria o Movimento Comunista Brasileiro (MCB): “designa-se por Movimento Comunista Brasileiro o conjunto de organizações que atuam ou atuaram no Brasil, bem como as organizações de fachada criadas, infiltradas ou dominadas pelos comunistas. O MCB é um movimento revolucionário de âmbito nacional, orientado e conduzido de acordo com a ideologia marxista-leninista para a implantação de um regime comunista no país. Não é uma figura de retórica, é uma realidade que se materializou desde 1922 quando foi fundado o Partido Comunista Brasileiro. Não possui uma estrutura orgânica, sendo dirigido e mantido, de fato, pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), tanto que todas as divisões do MCI estão representadas no MCB”. Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

transformava-se um simples “informe”, baseado na expressão “consta que”, em informação definitiva sobre a pessoa. Isso foi o que disse Hélio Lemos, em 1989, general e primeiro chefe de gabinete do “Serviço”, o qual afirmou: “havia o acompanhamento de certas pessoas, como até hoje deve haver. O problema era usar dados não confirmados para expressão da verdade”. O ex-agente ainda completou com um exemplo: “chega um dia um informe assegurando que fulano é comunista, e pronto, a vida do comunista ficava ameaçada, o seu emprego, a situação da sua família”³¹.

Esse era um elemento discursivo também usado para a construção hegemônica dos militares na sociedade. Portanto, quando falarmos em anticomunismo, entende-se por uma “postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado”, bem como “a uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”. Dessa forma, iremos nos referir a atividades de combate ideológico executadas pelo SNI e autoridades civis no âmbito da UFPA e guiadas por “um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista”³².

Aqui cabe outra recomendação para nos servir de guia durante a análise das fontes citadas. Os inimigos do regime já haviam sido, previamente, definidos antes da tomada do poder em 1964, de modo que não foi necessária a criação do SNI, nem mesmo das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) para que se estabelecessem categorias de suspeitos dentro da UFPA. Dito de outra forma, os líderes estudantis e os professores “esquerdistas” já “tinham sido declarados inimigos ‘objetivos’ do regime em decorrência da sua ideologia, e isso bastava para serem eliminados”³³.

Com isso, quero defender dois pressupostos. O primeiro é que o trabalho dos agentes dentro da UFPA, produzindo informações a respeito de elementos subversivos, já trazia, preliminarmente, uma carga de suspeição que “contaminava” a descrição dos fatos. Isso pode explicar, em certa medida, o porquê de as atividades de luta contra o regime, durante o governo Médici, aparecerem com um grau de intensidade maior nos documentos do SNI do que na memória dos ex-alunos. O segundo é que tais órgãos não foram criados para que se definissem quem eram os inimigos da “Revolução” e da

³¹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28-29, jul. 1989.

³² RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

³³ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012. p. 361.

“democracia”, mas tão somente para identificar adversários já há muito determinados e “eliminá-los”.

Não é de se espantar que o material utilizado no Curso de Segurança de Informações, ministrado pela DSI do MEC, trazia uma parte significativa reservada para tratar do “Movimento Comunista Internacional” e, pelo conteúdo do material, os agentes eram, de modo particular, treinados para “caçar” comunistas dentro das universidades³⁴.

Ao analisar as fontes apresentadas, buscamos perceber os indícios de repressão e vigilância ali presentes. Muitas vezes, a documentação produzida por regimes ditatoriais não apresenta, explicitamente, práticas repressivas, devendo o historiador atentar-se às “sutilezas que essas fontes possuem e às evidências que trazem subentendidas”³⁵.

Ao lado disso, apresenta-se outro elemento dificultador aos historiadores que lidam com esse tipo de arquivo: os documentos produzidos pela repressão objetivavam, especialmente, incriminar os inimigos políticos e desmoralizá-los. Essa característica reflete a natureza conservadora da ditadura militar e sua “defesa dos valores morais e cristãos da sociedade ocidental”, princípios muito caros aos líderes e ideólogos e, de alguma maneira, foi bem recebida pela sociedade na qual aquele regime foi inserido.

Isso quer dizer que esse material está repleto de juízos de valor e preconceitos, de maneira que tomá-los como “verdade” seria ignorar a ânsia incriminadora dos órgãos de repressão e informação, interessados também em justificar sua própria existência. Essas fontes esclarecem mais sobre as maneiras de agir dessas células de vigilância do que sobre as pessoas vigiadas³⁶.

Chamou-nos atenção como esse elemento perdurou ao longo da ditadura e sobreviveu às mudanças pelas quais o regime passou ao longo da década de 1970, ganhando sobrevida na Nova República. Tratarei do tema ao longo do texto, mas desejo adiantar que a documentação consultada traz à tona a persistente obstinação do regime em combater o comunismo em todas as áreas as quais se supunha estarem suscetíveis à “contaminação”. As universidades foram alvos prediletos, pois eram consideradas pletoras no assunto. Essa era uma preocupação em 1964, mas também durante a

³⁴ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁵ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René. “Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente”. *In*: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 177; 190.

³⁶ QUADRAT, Samantha. “Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas”. *In*: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica. (Org.). **Violência na História**: memória, trauma e reparação. v. 1. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 201-216.

“distensão política” e, em 1980, quando os militares estavam apreensivos “com a intensa doutrinação” a que seriam submetidos os seus filhos por professores que utilizavam a cátedra “para pregar o marxismo-leninismo”³⁷.

Figura 3 – Reportagem publicada em 1989



Fonte: Revista *Manchete*³⁸.

Nota: a reportagem tentava desnudar a ação do órgão de vigilância criado, após o golpe, pelos militares para monitorar seus opositores. O SNI sobreviveu às várias mudanças ocorridas, desde 1964, no campo político e conseguiu se reinventar na “Nova República”.

Ao falarmos desses sentimentos de “anticomunismo” e dada a polarização política que o País tem vivido há, pelo menos, uma década, percebemos o quanto essa temática é nutrida pelas demandas atuais, trazendo novos questionamentos a respeito do objeto de estudo deste trabalho e da sua duração e efeitos no agora (Figura 3). Essa realidade confere uma característica peculiar à História do Tempo Presente, “feita de moradas provisórias”, cuja “lei é a renovação”³⁹, e abre sempre possibilidades para novas

³⁷ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁸ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989.

³⁹ BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história“. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 221.

abordagens e problemas. Os novos discursos, as práticas e o porvir factual tornam este trabalho um texto ainda mais suscetível às “traças” da provisoriedade, como, aliás, ocorre com toda a pesquisa historiográfica, embora, no nosso caso, historiadores do Tempo Presente, elas são mais vorazes.

Eis aqui outra observação: temos de ter “esse olhar de dentro” quando analisamos a documentação produzida pelos órgãos de informações, tanto no sentido de problematizar o porquê de a circulação de informações funcionar daquela maneira e não de outra, quanto no sentido de procurar compreender a perspectiva daqueles que produziram aquele conteúdo.

Quanto ao primeiro ponto, sabemos que o DSI/MEC divulgou, em 1971, um “Manual de Segurança e Informações” com a finalidade de criar uma doutrina setorial e estabelecer a correta mentalidade de informações entre os órgãos que faziam parte da “Comunidade” no âmbito do Ministério da Educação e Cultura⁴⁰. Significa dizer que havia uma forma de produzir as informações, a qual fora padronizada pela vigilância. Em relação ao segundo, fomos buscar, no programa do curso de formação dos agentes de inteligência, detalhes que explicam a sistemática e a semântica utilizada por eles nos documentos secretos acerca do que se passava na UFPA durante a ditadura.

Havia, nesses documentos, uma narrativa criada por elementos treinados para desconfiar de tudo, o que nos coloca diante de textos que são, na verdade, traduções e interpretações que os agentes construíram a respeito de determinados acontecimentos envolvendo hipotéticos sujeitos subversivos atuantes na universidade⁴¹. Resultado: a resistência do movimento estudantil e dos professores e suas práticas dentro da UFPA são-nos transmitidas através das palavras dos homens do SNI, que atuavam como “intermediários” desse mundo, apresentando-nos uma imagem “deformada” desses sujeitos⁴².

Corremos sempre o risco de nos deixar levar pelas “deformações” presentes nos resíduos deixados pelo arbítrio. Em maio de 1971, por exemplo, ao se referir ao Projeto de Lei nº 8 encaminhado à Mesa do Senado Federal pelo senador Nelson Carneiro (MDB) – pedindo a revogação do Decreto-Lei nº 477/1969 –, a Secretaria-Geral do CSN advertiu que a supressão do dispositivo ensejaria o “imediato retorno do clima de agitação

⁴⁰ Ofício Reservado nº 003/AE/CI/DSI/MEC/71. Brasília, DF, 12/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴¹ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 212.

⁴² GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

estudantil verificado em 1968” quando, segundo o documento, os “estudantes profissionais aliciaram inocentes úteis que, uma vez presos, confessaram não saber por que lutavam ou o que reivindicavam”⁴³.

Esse trecho leva ao entendimento de que os movimentos estudantis de “68” foram usados como simples “massa de manobra” por partidos políticos e outras organizações clandestinas ou “terroristas” para a tomada do poder. Esse é um cenário diferente do trazido pelos depoimentos daqueles que fizeram parte dessas ações de rua e pelas notícias de jornais da época, em que notamos profundo interesse dos estudantes em modificar sua realidade, lutar pela melhoria do ensino e combater a repressão do regime militar. Quando não se buscam outras fontes, tendemos a reproduzir o discurso oficial, o dos militares, daqueles que, no passado e no presente, tentam legitimar suas ações.

O projeto patrocinado pela UFPA, que possibilitou colher as entrevistas em 2014, traz em si o sentimento de que não há memória espontânea, tornando necessário criar arquivos sem os quais a história a varreria. É um “lugar de memória” construído com o intuito de preservar ideias ameaçadas, porque a sociedade não vive, efetivamente, as lembranças que as envolvem⁴⁴.

Nas falas de cada um desses sujeitos históricos, observamos as marcas daquele presente de 2014 e suas inquietações, em que a ditadura, pouco ou quase nada revisitada, colocava-se novamente à espreita. O conservadorismo e os valores da “Revolução” voltavam à tona, à medida que os partidos de esquerda eram alvo de todo tipo de hostilidade e de descrédito pela opinião pública. Como se buscassem nos lembrar que uma aventura autoritária já seduzira a classe média nas décadas passadas e havia deixado manchas difíceis de remover na sociedade. “É inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado”⁴⁵, daí a forte preocupação dessas testemunhas em seu discurso de não permitir que os acontecimentos do pós-1964 se perdessem, justamente porque acreditam

⁴³ Informação nº 008/SG-1. Rio de Janeiro, 19/05/1971. Conselho de Segurança Nacional/Secretaria-Geral. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

⁴⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: PUC, 1981. p. 13. Todas as entrevistas que serviram de fonte para esta pesquisa podem ser consultadas integralmente no *site*: <http://www.multimidia.ufpa.br/>. Elas foram realizadas pela professora da UFPA Edilza Fontes, responsável pela produção desse extraordinário material de pesquisa. À frente do projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, Fontes registrou, com sua equipe de trabalho, documentos orais de inestimável valor científico. Novas entrevistas poderiam ser tomadas, visto que muitos sujeitos históricos que vivenciaram esse período ainda estão vivos, mas a pandemia da Covid-19 dificultou esse processo. Clamamos para que os interessados nesse campo de análise o façam, o que seria enriquecedor e necessário.

⁴⁵ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 49.

que o passado pode nos ensinar algo. Dizendo de outra maneira, a memória do País vinha se construindo ao mesmo tempo em que se vivia o desafio de construir uma democracia⁴⁶.

Também serviu de fonte de pesquisa, para a construção deste texto, a legislação produzida pela ditadura após o golpe, sendo ela, além de outra forma de materialização do discurso autoritário militar, documento capaz de nos indicar contra quais limites a comunidade acadêmica lutou. A legislação autoritária, criada pelo regime para as universidades, encontrou resistência por parte dos alunos, os quais conseguiram driblar essas ferramentas. Em algumas faculdades do Estado do Pará, não houve Assembleia Geral de Estudantes para organizar os respectivos Diretórios, posterior às regulações previstas pela lei Suplicy de Lacerda⁴⁷, pela falta de quórum. O que o jornal *O Liberal*⁴⁸ interpretou como o que chamou de “mutismo inconsequente” e de “letargia” do movimento estudantil universitário foi, na realidade, um boicote promovido pelos discentes, que não viam, nesses Diretórios, qualquer representação autêntica dos alunos, como atestam os depoimentos colhidos.

Quando confrontamos tipos diferentes de fontes, deparamo-nos com dissensões como essas, pois os mesmos fatos são apresentados a partir de interpretações diferentes. Nos jornais, buscamos dados, datas e fatos, muitas vezes, ausentes nos depoimentos e nos documentos que chamamos de “oficiais”, aqueles produzidos pelo regime em caráter administrativo e sigiloso. Contudo, os periódicos, seja por estarem sob o regime de censura, ou por sua aproximação econômico-política aos dirigentes locais, amiúde, reproduzem o discurso do projeto de poder inaugurado com o golpe de 1964, chamado pela imprensa paraense, durante décadas, de “Revolução”.

Por exemplo, enquanto o reitor Silveira Neto realizava uma devassa na Escola de Química antes do início das aulas em 1969, em processo de limpeza ideológica na UFPA depois das agitações do ano anterior, afastando o diretor Júlio Ribeiro de suas atividades e instaurando uma junta designada por ele para apurar “irregularidades” naquela unidade, o mesmo reitor declarava à imprensa local, na mesma época, que a “inquietação da juventude universitária” não devia ser resolvida com “greves e perturbações, mas pelo

⁴⁶ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *In*: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 45-46.

⁴⁷ BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 143, v. 1, p. 10169, 11 nov. 1964.

⁴⁸ Na época, o Diretório Estadual de Estudantes era presidido por Fernando Pinto. PANORAMA universitário. **O Liberal**, Belém, 13 jun. 1966.

diálogo e entendimento”⁴⁹. Em relação a esse caso, o SNI apurou que a suspensão do diretor e a instauração da Comissão Interna foi a resposta do Reitor a declarações negativas de Júlio Ribeiro contra a Reitoria publicadas pela imprensa.

Logo, a “acareação” entre as fontes não serve para identificar falsidades, serve, na verdade, para construir um trabalho de pesquisa consistente e o mais amplo possível, cujo resultado é apresentar uma narrativa em que não prevaleça a memória dos atingidos, ou o discurso do regime, ou mesmo, a visão dos agentes de repressão, mas que se sobressaia o fato histórico.

Nosso texto foi apresentado da seguinte forma: no primeiro capítulo, “Os primeiros anos da ditadura e o contexto para a implantação da ASI na UFPA (1964-1968)”, a Reforma Universitária e os Acordos MEC/USAID terão destaque para entendermos como as universidades foram definidas como alvo dos projetos de poder do regime militar. Falaremos sobre os conflitos políticos existentes na sociedade paraense e no meio universitário local, mesmo antes do golpe de 1964.

Em seguida, trataremos dos acontecimentos de 1968 e de seu legado para a Universidade. Abordaremos, também, a estruturação da AESI no *campus* da UFPA e a circulação de informações entre universidades e o MEC através dos órgãos de vigilância.

No segundo capítulo, “A perseguição, a vigilância e a resistência – Os anos de chumbo na UFPA (1969-1973)”, esmiuçamos os impactos causados pelo “Decreto 477”, o conhecido AI-5 das universidades, como também o controle sobre o corpo docente da UFPA, especialmente, a respeito da filtragem ideológica executada pelo Estado em relação a esse grupo, bem como da gestão do reitor Aloysio Chaves (1969-1973), figura de todo particular, como veremos.

Por fim, a atuação do movimento estudantil durante o período terá nossa atenção para compreendermos quais barreiras foram impostas pela repressão e como o ME tentou driblar seus antagonistas. Buscaremos mostrar, nesse capítulo, como a vigilância se organizou dentro do *campus* para tentar frear os movimentos contestatórios contrários aos militares, mas também quais eram os limites de sua atuação.

No terceiro capítulo, “Da distensão à morte de César Moraes Leite (1974-1980)”, falaremos acerca da situação da AESI/UFPA em tempos de “abertura política”, de modo a verificar a permanência do controle e da violência em épocas de distensão, a reestruturação do movimento estudantil e a visão do SNI sobre esse processo. Fecharemos

⁴⁹ SILVEIRA inaugurou pavilhão de administração do Núcleo. **A Província do Pará**, 2 mar. 1969.

o capítulo tratando da morte do estudante César Moraes Leite, procurando perceber os usos políticos que o movimento estudantil fez do ocorrido e como o SNI acompanhou o caso.

Por fim, no quarto capítulo, “A fase da redemocratização e a difícil remoção do entulho autoritário (1980-1994)”, procederemos acerca da vigilância sobre o movimento estudantil na passagem do regime militar para a chamada Nova República. Discutiremos o caso em que foi aberto processo⁵⁰, na Justiça Militar, contra alunos da UFPA, segundo a antiga Lei de Segurança Nacional.

Para nós, trata-se de um evento revelador, que denuncia a permanência da repressão em época de distensão. A vigilância sobre expurgados e perseguidos após 1979 será também tema deste capítulo. Ademais, finalizando nossa análise, mostraremos que a vigilância permaneceu após 1985, constituindo-se como um dos traços que apontam para a permanência de práticas repressivas depois do regime militar.

⁵⁰ Os documentos que detalham esse caso fazem parte do acervo pessoal de Edilza Fontes e demonstram a visão dos juízes responsáveis pelo processo. Não nos remetemos a esse material em nossa análise, visto que demandaria um tempo maior, o qual foi dispensado no trabalho de análise das fontes produzidas pela “Comunidade”. Em vista disso, sugerimos aos demais pesquisadores que o façam, posto que ali constam dados fundamentais para compreender como o regime representava, em anos finais de ditadura, aquilo que se considerava como atos que atentavam contra a Segurança Nacional promovidos por elementos “subversivos”.

CAPÍTULO 1 – OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA E O CONTEXTO PARA A IMPLANTAÇÃO DA ASI NA UFPA (1964-1968)

1.1 “Ou se Acomoda ou Luta”: a Reforma Universitária e os Acordos MEC/USAID

“[...] plantador de cana verde das terras de Abaetetuba, a liberdade é mais doce de que a cana mais polpuda. Plantador de cana verde das terras de Abaetetuba”.

(Letra da música “Canto Angustiado aos Plantadores de Cana”, de João de Jesus Paes Loureiro)⁵¹

Um dos alvos principais da estrutura de vigilância montada pelos militares, em seguida ao golpe à democracia em 1964, foram as universidades públicas e, nesse espaço, o Movimento Estudantil (ME), por isso, queremos fazer aqui uma breve digressão a respeito desse sujeito histórico coletivo, aquele sobre o qual nos deteremos na maior parte das vezes nas quais tratarmos da vigilância imposta pelo SNI na Universidade Federal do Pará (UFPA)⁵².

Desde os anos finais da década de 1950, alguns grupos de estudantes buscaram infundir, entre as camadas populares, as bandeiras por direitos de classes, pelo papel ativo do Estado e por alguns outros objetivos nacionais. Falando mais claramente, havia um esforço pela conscientização da população promovida por grupos estudantis, como a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a União Nacional dos Estudantes. Este último, conforme narrou René Dreifuss nos primeiros anos da década seguinte, engrossou o discurso em torno da defesa da Reforma Universitária e educacional, do apoio à Cuba (tomada pelos guerrilheiros), da reforma agrária, dos sindicatos rurais, de programas de alfabetização etc.

Essas pautas compunham o bloco nacional-reformista defendido por grupos vinculados à esquerda trabalhista. A Declaração da Bahia, documento produzido em 1961, durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária em Salvador (BA), geralmente, é citada para identificar o espírito do movimento naquele momento sob o ponto de vista político-ideológico, o qual denunciava o imperialismo norte-americano e

⁵¹ A letra foi aprovada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas em 16 de maio de 1981. Ofício nº 115/81-SCDP/SR/DPF/PA. Belém, 09/11/1981. Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas.

⁵² Em 1964, chamava-se “Universidade do Pará”. O termo “Federal” foi acrescentado posteriormente por exigência da legislação educacional do regime militar.

o poder oligárquico no País, propondo a socialização de setores econômicos essenciais e o fim da alienação do proletariado.

Dois anos depois, a “Carta do Paraná” foi editada durante o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, em Curitiba, Paraná, incluindo a Reforma Universitária como uma das táticas de luta pelas Reformas de Base e cingindo a luta estudantil a outras reivindicações populares⁵³.

Havia um conflito discursivo a respeito da Reforma Universitária que ultrapassou o espaço da UFPA antes mesmo do golpe de 1964. A União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) promoveu, em janeiro de 1962 em Belém do Pará, o I Encontro Regional de Reforma Educacional das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ao ato público que encerrou a reunião e fez parte de uma série de medidas da UBES para descentralizar o movimento secundarista, compareceram estudantes, operários e camponeses, que se locomoveram de grandes distâncias para prestigiar a “manifestação concreta da aliança operário-estudantil-camponesa”⁵⁴.

A vice-presidência de Intercâmbio Internacional da UNB promoveu, entre 28 de outubro e 2 de novembro de 1963, em Belém, o Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária. O seminário teve como objetivo principal discutir as posições dos alunos latino-americanos sobre a luta pela reforma e estabelecer uma diretriz única para o movimento. “Ressalvada, evidentemente, as peculiaridades internas de cada país”⁵⁵.

Isso significa dizer que já havia uma discussão no âmbito estudantil, antes do golpe de 1964, a respeito da necessária reestruturação das universidades públicas. Com a ditadura militar e as novas legislações autoritárias que buscavam enfraquecer o ME, o tema se tornou uma das bandeiras para construir uma oposição ao regime.

Embora reconheçamos o mérito da pesquisa de Dreifuss, principalmente por detalhar com minúcia o contexto que envolveu os movimentos políticos antes do golpe, não podemos deixar de alertar para o fato de que o pesquisador incidiu em generalizações ao tratar dos estudantes, engessando-os em dois grupos (“esquerda” e direita”), sem observar os territórios de conflitos que ali existiam e sem levar em consideração as especificidades dos mais variados grupos de militância estudantil que atuavam em vários meios acadêmicos.

⁵³ DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 282-290.

⁵⁴ UNE propõe extinção do vestibular e da cátedra vitalícia. **Política Operária**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 2, 1 jan. 1962.

⁵⁵ UNE: universidade nova para a América. **Movimento**, Rio de Janeiro, p. 4, 20 set. 1963.

Na UFPA, por exemplo, existia uma divisão política entre os estudantes naquele contexto de crise que desembocou no movimento de deposição de João Goulart. Se, de um lado, existiam os que aprovavam as reformas de base propostas pelo governo Goulart, por outro, havia quem resistisse a essas mudanças, indo ao encontro dos que eles chamavam de “comunas”.

Isso significa dizer que não existia um movimento estudantil unificado⁵⁶, ou totalmente alinhado às ideias de esquerda, mas havia também grupos de estudantes de direita, o que suscitou um clima de conflito interno, desembocando em violência física algumas vezes. Segundo depôs João de Jesus Paes Loureiro, aluno da Faculdade de Direito em 1964, existiam alunos “reacionários” como aqueles ligados ao grupo conhecido na época pelo nome de “Lenços Brancos”⁵⁷.

Em Belém, no ano de 1975, ainda era possível que um estudante fosse arregimentado pela Tradição, Família e Propriedade (TFP) local. Antônio Sérgio da Costa, estudante do terceiro científico do Colégio Salesiano do Carmo, relatou, em reportagem publicada pela revista paraense *Bandeira 3*, o que chamou de “lavagem cerebral” recebida durante uma semana em que esteve na XXIII Semana de Formação Anticomunista (SEFAC) em Itaquera, São Paulo.

O estudante conheceu a TFP por acaso “quando via os rapazes de cabelo escovinha passarem próximo ao local de estudo”, época em que tinha apenas dezesseis anos. Um membro da entidade entrou, certa vez, na farmácia pertencente ao seu pai para comprar um remédio quando o jovem indagou se esse pertencia a alguma ordem religiosa. Foi nesse dia que recebeu o convite para conhecer o Núcleo dos Militantes da TFP situado

⁵⁶ Essa divisão já havia se formado no ensino superior paraense antes do antagonismo político vivido nos últimos meses do governo de João Goulart. Em seu depoimento, o ex-aluno da Faculdade de Direito, Orlando Sampaio, afirmou ter se deparado com dois grupos políticos rivais no movimento estudantil atuante no curso de Direito. A Fraternidade Universitária, da qual fazia parte também Camillo Duarte e Roberto Santos, do lado progressista, disputava as eleições para o Centro Acadêmico com os chamados conservadores, liderados por Nelson Ribeiro e João Alberto Paiva. Esse antagonismo, conforme relatou, parece ter sido vivenciado nos demais cursos superiores isolados existentes em Belém e acabou sendo reproduzido na Universidade após a sua federalização e união das faculdades, com a criação da UFPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

⁵⁷ “[...] filhos de fazendeiros do Marajó, mas estudantes também daqui [...], eles eram contra nós e pregavam uma ação mesmo de combate capaz de partir para a briga, por exemplo”. Havia estudantes que temiam a possibilidade de ser implantado o socialismo no Brasil, eram os mesmos que apoiaram o golpe, afirma Paes Loureiro. O movimento estudantil de esquerda estava longe de ser uma unanimidade naquele momento. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

em uma rua estreita no bairro Cidade Velha. “Na primeira reunião, mostraram-lhe um imenso mapa do mundo no qual alguns países estavam assinalados como dominados pelo comunismo”.

Duas semanas depois, ele começou a usar paletó e a cortar o cabelo “à moda dos *tefepistas*”. O estudante foi orientado a estudar o livro básico da organização, “Revolução e Contrarrevolução”, além de resumos dos acontecimentos do mundo feitos pelos próprios membros da organização. Em seu retorno a Belém, passou a aliciar jovens a ingressarem na entidade. Entre os principais financiadores da TFP da capital paraense (Figura 4), estava o comerciante português Antônio Pinto Soares, dono da “Casa Albano”, uma grande mercearia local, e revendedor autorizado das bebidas CERPA S.A.⁵⁸.

Figura 4 – Gravura publicada na revista *Bandeira 3* fazendo alusão à TFP



Fonte: Revista *Bandeira 3* (1975).

Nota: o periódico era editado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

A publicação causou aborrecimento no SNI, que afirmou se tratar de tentativa de desprestigiar a TFP “através de inverdades, insinuações, reticências, analogias com outras

⁵⁸ TFP: à procura de adepto na Amazônia. **Bandeira 3**, Belém, n. 6, 19 ago. 1975.

organizações, omissões e outras táticas, úteis aos propósitos de difamar uma entidade, genuinamente anticomunista e defensora dos postulados e ideais cristãos”⁵⁹.

Amiúde, diante da presença de pautas reformistas e revolucionárias, notamos, a partir da análise da documentação, que os estudantes da UFPA lutavam por questões pontuais e objetivas, resultantes de sua experiência nessa universidade. Não podemos incorrer no erro de atribuir uma identidade única ao Movimento Estudantil (ME), nem mesmo deixar de considerar as mudanças pelas quais passou depois do golpe. Além disso, a militância estudantil da UFPA levantou pautas específicas da região amazônica, as quais não surgiram como bandeiras em outros espaços.

Não podemos, igualmente, afirmar que o movimento estudantil, como um todo, trazia consigo o espírito reformista dos anos 1950, ou mesmo, que essa ou aquela geração (de “1964”, “1968” ou de “1978”) deu o norte para a formação de resistência contra o regime, uma vez que as demandas mudaram, conforme a ditadura ia se (re)fazendo e enquanto grupos estudantis entravam e saíam de cena. As observações de Eder Sader são mais lúcidas nesse sentido ao destacar a pluralidade e a mutabilidade dos movimentos e as alterações na forma de manifestações, demonstrando ser inviável sedimentar as identidades estudantis⁶⁰.

Daniel Aarão Reis Filho sinalizou também nesse sentido, sobretudo, ao chamar atenção para as “fraturas e contradições internas” do Movimento Estudantil, o qual teve de lidar com divisões políticas e estabelecer sua autonomia frente à interferência dos partidos revolucionários⁶¹. Concordamos com esse ponto de vista, ao passo que a análise das fontes documentais, que serão expostas, dá conta de que reduzir a ação dos estudantes durante a ditadura militar, por exemplo, aos ditames dos partidos clandestinos, significa negligenciar as experiências vividas no cotidiano universitário e como elas construíram uma forma específica de luta contra a ditadura.

É também reforçar o argumento, muitas vezes levantado, de que a violência promovida pelo Estado contra opositores do regime se constituiu como uma reação às ações celeradas promovidas por grupos armados. Muitas dessas ações eram, de fato, promovidas por militantes arregimentados nos meios universitários, mas, ao lado destas,

⁵⁹ Informação nº 572, Confidencial, 75/DSI/MJ. Brasília, DF, 29/08/1975. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

⁶⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 53-55.

⁶¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “1968, o curto ano de todos os desejos”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, out. 1998.

foram promovidos modos de oposição dentro do campo “legal”, os quais sofreram igual retaliação.

Portanto, são imprecisas as insinuações de Elio Gaspari sobre o movimento estudantil durante o regime militar. Não poucas vezes o jornalista associa os estudantes a categorias generalistas (e até preconceituosas), isto é, ao que ele chama de “radicalismo brizolista”, aos partidos comunistas, à luta armada, afirmando que o movimento estudantil “tinha um pé na esquerda e outro na elite”.

Segundo Gaspari, o ME “não cabia na clandestinidade simplesmente porque era uma espécie de espoleta histórica do intrincado processo de metamorfoses ideológicas da plutocracia nacional”. Tanto a documentação da repressão quanto os testemunhos de ex-militantes sinalizam uma realidade muito mais complexa do que a descrita por esse autor⁶².

Os protestos de estudantes documentados pelo SNI, presentes nas memórias dos sujeitos que atuaram nessas manifestações e nas notícias de jornais da época, eram o “contrateatro” em que os estudantes atacavam o regime. Essas manifestações – mais recorrentes antes do AI-5, explodiram em 1968, sendo reelaboradas sob a vigência daquele novo dispositivo, e ganharam novo gás com o processo de abertura política iniciado em 1974 – mostram que os estudantes compreendiam “sua capacidade de ação e a sua própria arte do possível”⁶³.

Isso quer dizer que modelos generalistas sobre o movimento estudantil, além de desconhecer as particularidades de cada grupo estudantil que lutou contra os militares, ignoram, no sentido mais amplo, as temporalidades e os espaços pertinentes às mais diversas ações políticas de embate contra o regime.

O notório engajamento militante de grupos de estudantes, nos anos 1960, reflete o clima político que tomou conta do País durante esse período. Em Belém do Pará, posterior à tomada do poder pelos militares, os jornais veicularam que existia um inimigo subversivo da democracia, das tradições e da ordem, o qual deveria ser combatido pelos “heróis” de botas, sugerindo que, antes de 1º de abril de 1964, não havia uma democracia no Brasil. Os três principais periódicos daquele momento, *A Província do Pará*, *O Liberal* e *Folha do Norte*, publicaram artigos sobre o “perigo vermelho”, a “cubanização” e o

⁶² GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 214-229.

⁶³ THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 65-66.

“avanço comunista”, o que tornaria imperiosa a substituição do então presidente João Goulart, o qual pretendia, segundo essa narrativa, implantar uma ditadura comunista.

Havia, naquela época, notória divisão política da sociedade: entre aqueles que viam nas reformas de base, propostas pelo presidente, um caminho para as mudanças necessárias ao País e aqueles que reagiam ao reformismo, através de um discurso anticomunista, e tentavam mobilizar a sociedade civil contra as forças progressistas⁶⁴.

Figura 5 – A manifestação em Belém na “Marcha da Família”



Nota: segundo a Agência Nacional, foi uma das maiores de que se teve notícia, contando com a participação de 100 mil pessoas. De acordo com a legenda originalmente publicada, a passeata não tinha “caráter político-partidário” e o “povo veio às ruas saudar a vitória democrática”⁶⁵.

Alacid Nunes e Jarbas Passarinho, indicados pelo regime para liderarem a “Revolução” no Estado do Pará, não tardaram a aderir também a “caça às bruxas”, que se espalhou como uma “onda” por todo País com o objetivo eliminar do serviço público os elementos subversivos (Figura 5). No Pará, o governador Passarinho aposentou e

⁶⁴ A imprensa paraense deu sua contribuição para as campanhas de desestabilização do governo através de um discurso antirreformista e “pró-democracia”, de modo a criar um terreno favorável ao golpe do dia 31 de março, o qual obteve apoio de grupos locais, como políticos ligados ao Partido Social Democrático (PSD) no Pará, a igreja católica, a maçonaria, a intelectualidade, os fazendeiros e os comerciantes. Do lado contrário ao movimento reacionário de março de 1964, estiveram os estudantes universitários (ou seja, discentes da UFPA), os sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro, os militantes da Ação Popular e do PCB e alguns políticos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os primeiros foram os vencedores e as articulações para substituição do governador e do prefeito de Belém não tardaram: tanto a Assembleia Legislativa do Estado quanto a Câmara de Vereadores trataram logo de lançar Jarbas Passarinho e Alacid Nunes para os cargos de governador e prefeito, respectivamente. FONTES, Edilza. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. **OP SIS**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 338-347, 2014.

⁶⁵ O BRASIL se levantou contra o comunismo. **Agência Nacional**, Rio de Janeiro, p. 8-9, 31 mar. 1964.

exonerou, pelo menos, doze funcionários da Prefeitura de Belém⁶⁶. Esses processos eram transvestidos de supostas apurações de irregularidades em gestões anteriores. Traduzindo: expurgar comunistas da gestão pública. Por ato do prefeito Alacid Nunes, foi criada a Comissão Municipal de Investigações, presidida por Silvio Meira, consultor-geral da Prefeitura⁶⁷.

Uma Comissão de Inquérito (CI) também foi instituída pelo governador Jarbas Passarinho para investigar irregularidades que “teriam ocorrido nas diferentes repartições do Estado, em administrações anteriores”⁶⁸. Citar esses dados é importante para perceber como essa “onda” foi se aproximando do *campus*.

No dia 1º de abril de 1964, a sede da União Acadêmica Paraense (UAP) foi invadida por tropas do exército e tudo foi quebrado, incluindo o Teatro de Arte Popular. Os estudantes fugiram pulando os muros das casas vizinhas, enquanto soldados apontavam suas metralhadoras em direção ao prédio. Pedro Galvão, presidente da entidade naquele momento, foi preso por cinquenta dias, sendo indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) por subversão, o mesmo ocorreu com outros estudantes, militantes políticos, lideranças sindicais e membros do PSD no Pará⁶⁹.

No momento da invasão da UAP pelos militares no dia 1º de abril de 1964, mesmo dia em que acontecia, em Belém, o Congresso pela Reforma Universitária na América Latina, João de Jesus Paes Loureiro, aluno do curso de Direito, tirava cópias do jornalzinho da UNE em outro local. Quando retornou, viu a sede completamente tomada e os agentes da repressão carregando uma “carrada” de materiais, dentre os quais, a edição do seu livro, “Tarefa”, patrocinada pelo CPC da UNE, com conteúdo considerado

⁶⁶ Foram atingidos os servidores Diogo Emílio da Mota Araújo, Benjamim dos Reis Pampolha, João de Miranda Castello Branco, Sebastião Justino de Sousa, Aguinaldo de Carvalho Santos, Wilson Matias da Silva, Joaquim Augusto de Almeida, Carlos Alberto Ferreira de Arruda, José Alencar Leal, Hildeberto Baltazar Drumond e Humberto Carneiro. Herly Lopes e João Augusto de Siqueira e Silva, funcionários do Estado que prestavam serviço à Prefeitura, achavam-se também indiciados em outubro de 1964. PRESIDENTE assina as últimas listas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 out. 1964.

⁶⁷ COMUNISTAS cearenses integravam a “Linha Russa” na luta pelo poder. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1964.

⁶⁸ O presidente da CI era Ofir Coutinho. VERBAS da mordomia eram desviadas também para subversão. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1964.

⁶⁹ Citemos a título de exemplo nomes como Ruy Barata, João de Jesus Paes Loureiro, Humberto Costa, Jucelyn Brasil [coronel reformado da Aeronáutica], Hélio Gueiros, Benedito Monteiro, Raimundo Jinkings, Wilson de Pinho Gonçalves, Luís Fernando Costa, Manoel Alquelar de Alcântara, Ubirajara Freitas e Benedito Pereira Serra. Estes foram contados entre aqueles detidos no Pará após a “Revolução”, aquela que se levantou contra os comunistas “tirânicos” e “ateus” (FONTES, 2014, p. 348-357).

subversivo⁷⁰. Dessa feita, ele passou a ser considerado, pelos olhos do regime, como elemento subversivo, o qual deveria ser vigiado de perto.

Naquela noite de 31 de março, além de Paes Loureiro, Leonídio Macedo e Heitor Dourado rondaram a cidade em uma Kombi, avisando aos demais colegas o que havia acontecido na UAP e para que tivessem cuidado. A situação era tensa e, até mesmo, o motorista do veículo, cedido pela Universidade Rural, foi identificado como espião. Loureiro escondeu-se nas ilhas de Abaetetuba, sua terra natal, onde seria “caçado” pela corveta da Marinha: “foi duas vezes lá e pressionou a minha família, pressionou pessoas da cidade, mas não conseguiram me localizar”.

Voltando a Belém, passou um tempo em clandestinidade e evitou mais confusões, ocupando seu tempo com a Faculdade e sessões no Cineart, na Praça Brasil, mas demorou pouco tempo para que as autoridades o localizassem⁷¹. A testemunha ficou detida na 5ª Companhia, local chamado hoje de “Casa das Onze Janelas”⁷², até ser encaminhado para o Rio de Janeiro⁷³. O interrogatório de Paes Loureiro ocorreu no dia 11 de abril de 1964,

⁷⁰ O material foi posteriormente destruído pela Marinha. “Durante muitos anos, nem eu tinha a cópia, e 25 anos depois é que eu vim a ter um exemplar, que permitiu que fosse feita uma edição fac-similar”, recorda. O livro foi prova material principal usada nos inquéritos sofridos pelo ex-aluno: “todos os inquéritos a que eu fui submetido tinham sempre um foco base, partia do livro. Quer dizer, eu fui preso, na verdade, como poeta, como autor de um livro e como envolvido com o movimento político etc.”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁷¹ “Interrogatório, tapas, pequenas torturas e etc. E soube de afogamentos que havia. Eram, do ponto de vista, por exemplo, no ponto de você estar com a mão solta e o cara, de repente, batia com o pé, como se fosse por descuido. E as intimidações, inquirir você com revólver apontando. Quer dizer, mecanismos de intimidação. E tapas, e não deixavam você dormir”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019. O ex-aluno foi preso na casa em que morava, colocado em uma Kombi da Marinha e levado para o Arsenal, onde sofreu violências de todo tipo por um oficial reconhecido pela testemunha pelo nome Fleury. Acreditamos se tratar do tenente-coronel Décio Luiz Fleury Charmillot, então chefe da 2ª Seção do Comando Militar da Amazônia. Segundo a testemunha, esse oficial seria mais tarde afastado da Marinha por apresentar comportamentos paranoicos e adotar medidas desproporcionais. Não localizamos esse dado na documentação consultada. Pelo contrário, identificamos que o militar foi promovido ao posto de general de brigada e combatente do Exército em fevereiro de 1976. Boletim Reservado do Exército, nº 1-A. Brasília, DF, 15 de janeiro de 1976. Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

⁷² Tiveram o mesmo destino Ruy Barata, Raimundo Jinkings e Avelino Vale.

⁷³ Lá, na Praça Mauá, onde funcionava o Ministério da Marinha, Loureiro ficou preso e as arbitrariedades continuaram. “Bom, quando chegava duas horas da manhã, vinha um chamado para você subir para o SNI, lá em cima, no quinto andar. Era o CENIMAR, que era o Serviço Secreto da Marinha”. A violência psicológica também era um instrumento de intimidação e quebra da resistência usada pelo regime: “Ficava lá esperando em uma sala toda cenarizada [sic] para criar coisa, com máquinas assim, você ouvia gritos de pessoas torturadas nas salas vizinhas, você ficava lá sentado”. Segundo a testemunha, isso acontecia quase todos os dias: “Quando eram seis horas da manhã, por exemplo, vinha alguém, pedia desculpa, porque não tinha dado tempo para inquirir, mas que no dia seguinte ocorreria”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO

no Quartel-General do Comando Militar da Amazônia, na presença do então major Alacid Nunes, encarregado do IPM⁷⁴.

O ex-aluno não foi o único alvo da “Revolução”. Conforme noticiado pela imprensa, as Forças Armadas “caçaram” “agitadores” e apreenderam armas no Norte do País. Tropas do Exército, que realizaram essas prisões, encontraram, na sede da UAP, “grande quantidade de material subversivo”⁷⁵.

De 22 a 25 de maio de 1964, uma devassa, eufemicamente chamada de “Comissão de Investigação Sumária do Estado do Pará”, foi liderada pelo general de divisão Ernesto Bandeira Coelho com o objetivo de apontar “irregularidades” na gestão pública local. A “missão” atribuída pelo marechal Castello Branco envolvia pesquisar, de maneira “aprofundada”, as “inapagáveis manchas da corrupção”, as quais, segundo o relatório escrito pelo general encarregado, estavam “mescladas” às “manifestações subversivas”.

Havia a crença de que a corrupção e o esquerdismo eram elementos atrelados e infundidos no aparelho estatal, portanto, o combate a um deles teria efeito automático no outro. O relatório escrito a partir da investigação, que durou apenas (inacreditáveis) quatro dias para levantar dados sobre as três esferas de poder no Pará, atestou a presença de corrupção nos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Walter Nunes de Figueiredo (juiz de direito de Belém), vários políticos ligados ao Partido Social Democrático (PSD), como o deputado Hélio Gueiros, Aurélio Corrêa do Carmo (governador do Estado do Pará), Francisco Gomes de Andrade Lima (superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e Issac Soares (vice-prefeito de Belém) estavam todos, segundo a Comissão, envolvidos em esquemas de corrupção⁷⁶.

PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁷⁴ Paes Loureiro informou às autoridades que José da Silva Seráfico de Assis Carvalho redigiu o manifesto da UAP, dirigido ao povo paraense e distribuído à população de Belém. Seráfico também foi apontado por Pedro Galvão de Lima, outro estudante ouvido no IPM, como o elemento que usou o microfone na sede da associação na noite do dia 1º de abril de 1964 para fazer pregações a favor do governo de João Goulart. Documento de Informação nº 2280, Confidencial, 19/ABE/73. Belém, 19/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷⁵ Citou-se, ainda, como parte do grupo de “comunistas” presos em Belém: José Avelino de Macedo, Pedro Costa Luiz Santos Alencar, Luiz Fernando Castro, Humberto Lopes (secretário do Partido Comunista em Belém) e Carlos Sá Pereira (presidente do Sindicato do Petróleo em Belém. Foi recolhido ao quartel do 26º Batalhão de Caçadores). **COMUNISTAS** presos em Belém. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n. 69, 7 abr. 1964.

⁷⁶ Encaminhamento nº 151/SNI/ABSB/1971, Agência de Brasília/SNI. Brasília, DF, 28/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

O trabalho de levantamento também afirmou que cabia ao secretário estadual de Educação e Cultura, Benedito Celso de Pádua Costa, a “responsabilidade de ter permitido, por omissão, a infiltração comunista” na UECSP, onde trinta, entre os trinta e oito “diretórios estudantis secundários”, apresentavam “sinais de infiltração esquerdista”. No legislativo, apenas um deputado, Benedito Monteiro, era comunista, cujo mandato fora cassado (Figura 6).

No executivo, o governador do Estado teria aceito “apoio comunista para sua campanha eleitoral” e deixado de “fazer qualquer restrição de ordem ideológica aos líderes do comunismo local”. Luiz Geolás de Moura Carvalho, prefeito de Belém, também foi identificado como figura próxima ao Partido Comunista. Já no Poder Judiciário, o juiz de direito Levy Hall de Moura, segundo o material, professava ideias comunistas e havia tomado “parte nas agitações antecedentes à Revolução de 31 de março, comparecendo a comícios e reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores e Sindicatos de orientação comunista”⁷⁷.

⁷⁷ Encaminhamento nº 151/SNI/ABSB/1971, Agência de Brasília/SNI. Brasília, DF, 28/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 6 – Prontuário do ex-deputado estadual cassado, Benedito Monteiro, mantido no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica⁷⁸

CENTRO
DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA

NOME: BENEDITO WILFREDO MONTEIRO PRONT. Nº 81/1076

COGNOME: _____

OCUPAÇÃO: Advogado

FILIAÇÃO: Ludgero Burlamaqui Monteiro
e de Heribertina Batista Monteiro

DATA DE NASCIMENTO: 01/31/1924

NATURALIDADE: PA

NACIONALIDADE: _____

ENDEREÇO: _____

IDENTIDADE: _____ TÍTULO DE ELEITOR: _____

PASSAPORTE: _____ OUTROS DOC: Ordem dos Advogados-Reg 557

CÓR: Branca OLHOS: _____ BIGODE: Rapado

SINAIS PARTICULARES: _____ EST. CIVIL: Casado

NOME DO CÔNJUGE: _____

NOME DE PARENTES: _____

RES. DE PARENTES: _____

HOBBIES: _____

OBS: Ex-Deputado Estadual/PA - Ex-Sup Regional da SUPRA (CASSADO)

DATA	CLASSIF	HISTÓRICO
1960	INFE	- Um dos articuladores de um movimento grevista à paridade no seio dos portuários e marítimos do Pará. - Consta que até dispõe de 4 000 homens que se acham suficientemente "dopados" por suas promessas sobre "Reforma Agrária nem que seja na marra". - Seu plano consiste, isolar Belém de Manaus, pela ocupação de Santarém, Óbidos e Alenquer, havendo suspeitas que possivelmente receberá ajuda externa em pessoal e material (Cuba) através a Guiana Inglesa, para aprofundar as atividades de guerrilhas na área e garantir objetivos conquistados.
1964	IPM	De seu depoimento prestado no IPM instaurado no Quartel General da 1ª Zona Aérea, do qual foi en-

Fonte: Belém (1971).

Quando olhamos para a documentação produzida pela vigilância instalada pelos militares, percebemos outras personagens que serão comumente citadas e vinculadas aos subversivos⁷⁹ atuantes na UFPA, por exemplo, Ruy Barata, elemento presente nos

⁷⁸ Prontuário nº 81/1076, CISA. Belém, 1971 [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷⁹ Subversão, segundo conceituou o próprio SNI, significava "o conjunto de atividades de caráter predominantemente psicológico, que buscavam, de maneira lenta, progressiva e insidiosa, a conquista física e espiritual da população, através da destruição das bases fundamentais da comunidade que integra, da decadência e do desprezo às instituições vigentes, levando-a a aspirar uma forma de comunidade totalmente

documentos produzidos durante toda a vigência da ditadura e não apenas pelo escritório do SNI de Belém. Ele foi mencionado, por exemplo, em relatório elaborado pela Agência de São Paulo do órgão como elemento vinculado a Salomão Aria Harc, argentino que residia em Belém antes de 31 de março de 1964, do qual havia recebido livros trazidos do Uruguai.

No documento, Barata foi descrito pela vigilância como “comunista e agitador”⁸⁰, o que nos leva a buscar compreender quais motivações tornaram o espaço universitário tão relevante aos olhos da vigilância do regime.

O intervencionismo militar foi dirigido, mormente, às universidades federais após as “agitações estudantis”, consideradas território de focos da “resistência”, quando os corpos docentes e discentes passariam a ser alvo de um controle político estatal cada vez mais frequente, seguindo uma lógica “biopolítica”, para citar Giorgio Agamben, em que a soberania do regime se faz presente na “vida nua” de cada indivíduo⁸¹.

A instalação do aparelho repressivo na UFPA, através do SNI e da Assessoria Especial de Segurança e Informações, seguiu a necessidade de exercer vigilância direcionada a cada membro desse “corpo”, em cada detalhe, enraizando-se naquele espaço, rotinizada de tal maneira que sua existência e atuação sobreviveram ao “fim” da ditadura em 1985.

Acontece que, de um lado, após o golpe civil-militar de 1964, o governo militar voltou sua atenção para uma demanda que há muito vinha sendo levantada no Brasil: a necessária modernização do País em vários de seus segmentos, entre eles, o universitário. De tal modo que o aumento do número de vagas universitárias tornou o problema ainda mais sensível⁸².

Parte da imprensa paraense viu com entusiasmo a importação de um novo modelo de gestão do ensino superior. Ao tratar da construção do Núcleo Universitário, em matéria

diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício”. Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁰ Informe nº 141/SNI/ASP/67, SNI. São Paulo, 19/07/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸¹ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p. 128.

⁸² As reclamações mais comuns diziam respeito à defasada estrutura organizada em torno de professores catedráticos – os ocupantes desses cargos vitalícios possuíam autonomia para contratar professores e pesquisadores –, à seleção discente descentralizada e à insuficiência de vagas e de recursos orçamentários. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 44. Segundo o ex-reitor Silveira Neto, na UFPA, durante esse mesmo período, o número de discentes aumentou consideravelmente, de modo a situá-la entre as universidades de maior número de matrículas no País. FALAM os Reitores sobre as suas Universidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 1964.

divulgada em setembro de 1966, salientou que havia, no projeto, apresentado pelo reitor Silveira Neto ao governador Alacid Nunes e ao empresário Rômulo Maiorana, proprietário do jornal *O Liberal*, a previsão de construção de um restaurante no *campus* que serviria as refeições “à moda das confeitarias americanas, pagando o estudante aquilo que foi servido”⁸³.

Eram os contornos da privatização do ensino superior, que estava prevista na proposta de Reforma Universitária do regime militar, no entanto, foi um item que não ganhou fôlego suficiente para vingar. Jarbas Passarinho nutria entusiasmo pela ideia e chegou a propor projeto de lei sobre o tema. Na UFPA, a privatização do ensino também tinha seus simpatizantes. Durante seu discurso de posse como vice-diretor da UFPA (Figura 7), na gestão do reitor Clóvis Malcher, Alcyr Meira, defendeu o modelo empresarial de Universidade, a qual não dependeria, exclusivamente, dos recursos da União, cujo encargo de mantê-la deveria ser aliviado⁸⁴. De todo modo, o tema se tornou corriqueiro nos debates públicos e era noticiado pela imprensa em Belém⁸⁵.

Figura 7 – Posse de Alcyr Meira (à esquerda) como vice-diretor da UFPA



Fonte: *A Província do Pará* (1966).

O regime militar defendeu a ideia de ser necessário promover a reestruturação radical das universidades, de modo que as noções de racionalidade, de utilidade e de

⁸³ REITOR mostra ao Governador e à Imprensa como vai ser futuro Núcleo Universitário. *O Liberal*, Belém, 9 set. 1966.

⁸⁴ UNIVERSIDADE como fonte geradora de recursos: Alcyr Meira, vice-diretor da UFP [sic]. *A Província do Pará*, Belém, 22 set. 1973.

⁸⁵ PRINCÍPIOS e normas da Reforma Universitária. *O Liberal*, Belém, 24 nov. 1966.

eficiência pudessem abrir caminho para uma universidade tecnicista, empresarial e que atendesse aos interesses do mercado⁸⁶. Contrapunham-se a essa visão, ideias formuladas por Darcy Ribeiro⁸⁷, por exemplo, que, em 1969, defendia que as universidades custeadas por recursos públicos deveriam manter seu caráter “público”, entendendo como um “retrocesso” sua transformação em empresas ou fundações privadas⁸⁸.

Costa e Silva e seu jovem ministro da Fazenda Delfim Netto, distanciando-se do modelo liberal do governo anterior, o qual previa a redução de gastos com a máquina pública, passaram a pregar maior intervenção do Estado na economia, o que implicava em mais investimentos na educação superior e na pesquisa científica, evitando a propalada “evasão de cérebros” (*brain drain*).

Para a Amazônia, a ação mais importante, nessa fase, foi a operacionalização do Projeto Rondon⁸⁹, uma estratégia encontrada pelo governo militar de achar os jovens estudantes à nova ordem política implantada em 1964, o que, supostamente, evitaria a repressão direta sobre esse grupo e garantiria a presença na Amazônia brasileira, região sensível aos interesses do regime⁹⁰. É importante frisar que, após um primeiro semestre inteiro de agitações de estudantes em 1968, criou-se um programa que incentivou o deslocamento de estudantes para regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Portanto, urge ressaltar a existência de um clima de insatisfação dentro das universidades que explodiu em “68”, que vinha se intensificando nos anos anteriores. Em 1966, o Diretório do curso de Engenharia declarou movimento paredista até que o diretor da faculdade, Josué Freire, fosse exonerado. A greve tendia a se espalhar, segundo apurou o jornal *O Liberal*, pois era “grande a atividade acadêmica” e os alunos do curso de

⁸⁶ Essa reforma deveria também possibilitar a gradativa privatização do ensino. ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de. “Baderneiros, indisciplinados, subversivos: reflexões sobre a universidade como campo”. In: MARI, Marcelo; RUFINONI, Priscila Rossinetti (Org.). **Ditadura, modernização conservadora e universidade**: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 97-112.

⁸⁷ Antropólogo, educador e romancista, nasceu em Montes Claros (MG) em 26 de outubro de 1922 e faleceu em Brasília, DF, em 17 de fevereiro de 1997.

⁸⁸ Além de criticar o filtro ideológico sobre docentes e estudantes, o intelectual entendia como crucial a manutenção da autonomia universitária através do “autogoverno”, livre de imposições externas dos poderes governamentais e de interferência de instituições estrangeiras. RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 155-156.

⁸⁹ Criado por meio do Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968 (embora a primeira experiência tenha ocorrido no ano anterior), ligado ao Ministério do Interior, então, sob o comando do general Albuquerque Lima, o projeto visava à promoção de serviços voluntários por estudantes universitários nas áreas de fronteira. O presidente da República baixou o Decreto “com a finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional”. As atividades seriam desenvolvidas durante as férias escolares. BRASIL. Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, p. 5387, 1 jul. 1968.

⁹⁰ Basta lembrarmos-nos do *slogan* “integrar para não entregar”.

Medicina, Direito, Odontologia e Filosofia atenderiam ao pedido dos colegas de Engenharia para deflagração de greve geral⁹¹.

A paralisação dos discentes foi motivada por conta da insatisfação dos alunos do terceiro ano da Escola com o alto índice de notas baixas em prova aplicada pelo professor Alberto Gatasse Kalume, ocupante da cadeira da disciplina de “Resistência” no mês de agosto⁹². Ações como essas fazem parte do triênio 1966-1968 e devem ser levadas em consideração quanto à formação de programas de reforma do ensino superior.

Ainda assim, o regime anunciou que os jovens estudantes se aplicariam em ensinar tudo aquilo que aprenderam, o que permitiria “uma sensível elevação cultural das populações visitadas”⁹³. O Exército participou do empreendimento, proporcionando acomodação e alimentação aos participantes através das organizações militares relacionadas para apoiá-los⁹⁴.

Em torno dessa afabilidade estatal, que oferecia bolsas a alunos enviados para a Amazônia, existiu um propagandismo que deixava escapar as reais motivações do Projeto. *O Globo* publicou, em junho de 1968, um artigo no qual tratava do assunto. Segundo o jornal, alguns “intelectuais idosos” estavam sendo convertidos em “profetas dos jovens”, ensinando-lhes que a experiência nada valia, a tradição nada representava e uma “ditadura da juventude poderia consertar este mundo absurdo”.

“Os nossos jovens escolhem outros caminhos”, exclamou *O Globo*, lançando-se “com fervor a esforços construtivos”, fechando “os ouvidos às pregações niilistas” e entregando-se “a trabalhos significativos”. A prova disso estaria no “interesse redobrado” visto naquele ano pelo Projeto Rondon, “brilhante e profícua iniciativa, pela qual moços universitários” entravam em contato direto com a realidade do interior brasileiro, tendo as inscrições feitas para a execução das várias operações programadas para as férias de julho superadas em número “as expectativas mais otimistas”.

Na primeira fase do “benemérito projeto”, já haviam sido realizados, segundo o seu coordenador, quase 177 mil atendimentos às populações visitadas pelos estudantes. A cifra englobava prestação de serviços médicos e dentários, vacinação e serviço social. Ressaltou o artigo de jornal: “Estar aí, no Projeto Rondon [...], o verdadeiro poder jovem, o poder criador da juventude brasileira, o poder do entusiasmo construtivo dos moços, a

⁹¹ GREVE pode alastrar-se. **O Liberal**, Belém, 1 nov. 1966.

⁹² ALUNOS do 3º ano de engenharia protestam contra notas baixas. **O Liberal**, Belém, p. 3, 21 ago. 1966.

⁹³ MOSCOU e o Projeto Rondon II. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 12 out. 1968.

⁹⁴ Exemplar nº 56, Boletim Reservado nº 12, Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, DF, 31 de dezembro de 1969. Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

resposta de nossa mocidade aos que procuram atraí-la para as hostes do desespero e da autodestruição”⁹⁵.

O mesmo periódico publicou, em novembro de 1968, exaltações ao Projeto Rondon feitas pelo coronel Otávio Costa. Este, para quem a educação deveria ser “principalmente cívica, preparando para a formação da cidadania”, afirmou que um estudante, regressando de uma das fases do Projeto Rondon, “escreveu alguns artigos nos jornais, afirmando que ele tendia para a politização ou militarização, o que seria, segundo esse estudante, dois autênticos descaminhos”.

Disse Otávio Costa que o estudante informou que “todos eram obrigados a se levantarem cedo, como os militares, e a prestar culto à bandeira, no horário de seu hasteamento”, mas a maioria dos estudantes se “rebelou” e não quis aceitar a cerimônia, negando-se a assistir a ela. “Aí está a prova de falta de civismo”, acrescentou o milico. O Projeto Rondon, acentuou, era “o maior exemplo de civismo que podemos ver na atualidade brasileira” e levava os jovens a lugares subdesenvolvidos, “ajudando a plantar o Brasil” e a conhecer a realidade nacional. Era “o civismo autêntico no seu sentido mais completo e mais dinâmico”⁹⁶.

O Projeto Rondon não leva a indagar sobre qual é a especificidade da UFPA dentro desse cenário que envolveu a Reforma Universitária. Essa questão só pode ser razoavelmente respondida quando compreendemos que a Amazônia se tornou um território particular de preocupação do regime militar e estratégico para as políticas de segurança nacional. A documentação produzida pela “Comunidade” sobre a UFPA e os relatos dos ex-alunos tratam com frequência a respeito dos “problemas amazônicos”.

Por exemplo, o SNI via com inquietação o contato mantido entre alunos e professores da Universidade com membros envolvidos em lutas pela posse da terra na região ou na organização armada na região do Araguaia. Esse fato se torna ainda mais sintomático quando lembramos que, em 1969, em toda a região, só existiam duas universidades, a UFPA e a UFAM. Bem menos do que no Nordeste (11), do que no Sudeste (15) e do que no Sul (13)⁹⁷. O olhar do regime estava realmente direcionado ao que acontecia no *campus* de Belém.

⁹⁵ O PODER jovem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1968.

⁹⁶ EXALTADO o Projeto Rondon como exemplo de civismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1968.

⁹⁷ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. IPES. (Guanabara) (Org.). **A educação que nos convém**. Rio de Janeiro: APEC, abr. 1969. 211 p.

O discurso construído pelo regime traz alguns indícios sobre essa questão. O reitor José Rodrigues da Silveira Neto declarou ao jornal *O Globo*, em outubro de 1964, que se encontrava em plena evolução material e cultural a Universidade do Pará, como era chamada na época. A administração estava empenhada na reestruturação da instituição, de modo que atendessem plenamente “às necessidades brasileiras e, sobretudo, às da área amazônica”. Segundo o reitor, preocupavam-se com os seus dirigentes, sobretudo, com a renovação e aperfeiçoamento dos quadros docentes, com a ampliação do número de discentes e com a aquisição dos equipamentos e com a pesquisa.

Para tanto, dadas as condições das instalações da Universidade do Pará naquele momento, preferiram os gestores adquirir área suficiente à instalação do *campus*, somada a 200 hectares já transferidos pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN). Ao todo, era uma área total de 600 hectares à margem do rio Guamá e dentro da cidade de Belém: “Marcha, assim, a Universidade do Pará para altos destinos, procurando dar à região Amazônica os técnicos de que tanto necessita”, exclamou Silveira Neto⁹⁸.

Do outro lado, os alunos e os professores, céticos em relação ao intervencionismo militar na região, criticavam projetos desenvolvimentistas e traziam para o seu repertório discursivo contra a ditadura as insinuações norte-americanas de se fazer presente na região. Tudo era notado pelo SNI e repassado para o alto escalão do governo.

Com isso, queremos dizer que, na UFPA, não se reproduziu, simplesmente, o que ocorreu nas demais universidades do País durante o regime militar, pois aquela instituição (Figura 8) estava incrustada em um espaço de todo especial aos olhos dos militares, ou, como definiu reportagem da revista *Manchete* ao se referir à Universidade, em 1970, “situado num contexto socioeconômico especialíssimo”⁹⁹.

⁹⁸ FALAM os Reitores sobre as suas Universidades. *O Globo*, **Rio de Janeiro**, 13 out. 1964.

⁹⁹ RUMOS certos para o ensino. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

Figura 8 – Vista parcial do Núcleo Pioneiro do Guamá em 1978, vendo-se os edifícios da Administração



Fonte: Revista *Manchete*¹⁰⁰.

Possivelmente em razão disso, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a UFPA obteve verba para a construção, como definiu Aloysio Chaves, de um “moderníssimo laboratório de Geologia”, destinado à pesquisa e à pós-graduação, cuja construção e compra de equipamentos alcançaram a cifra de 1,5 milhão de cruzeiros¹⁰¹.

Não podemos deixar de notar também, por exemplo, que a UFPA foi selecionada entre as universidades federais, que foram objeto de estudo pela Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), entidade vinculada ao MEC, para promover a aplicação dos acordos MEC / *United States Agency for International Development* (USAID) no Brasil. Nota-se que apenas dez instituições de ensino superior federal de todo o País participaram do processo¹⁰².

No empréstimo externo de 50 milhões de dólares, anunciado pelo ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em setembro de 1973, para a construção e o reequipamento dos *campi* universitários, a UFPA foi uma das instituições contempladas, ficando em quarto lugar em termos de montante de recursos recebidos (4,7 milhões de dólares, o que equivalia a cerca de 7 milhões de cruzeiros). A verba foi utilizada para a construção de três laboratórios, do prédio do Núcleo de Geociências e de sessenta salas

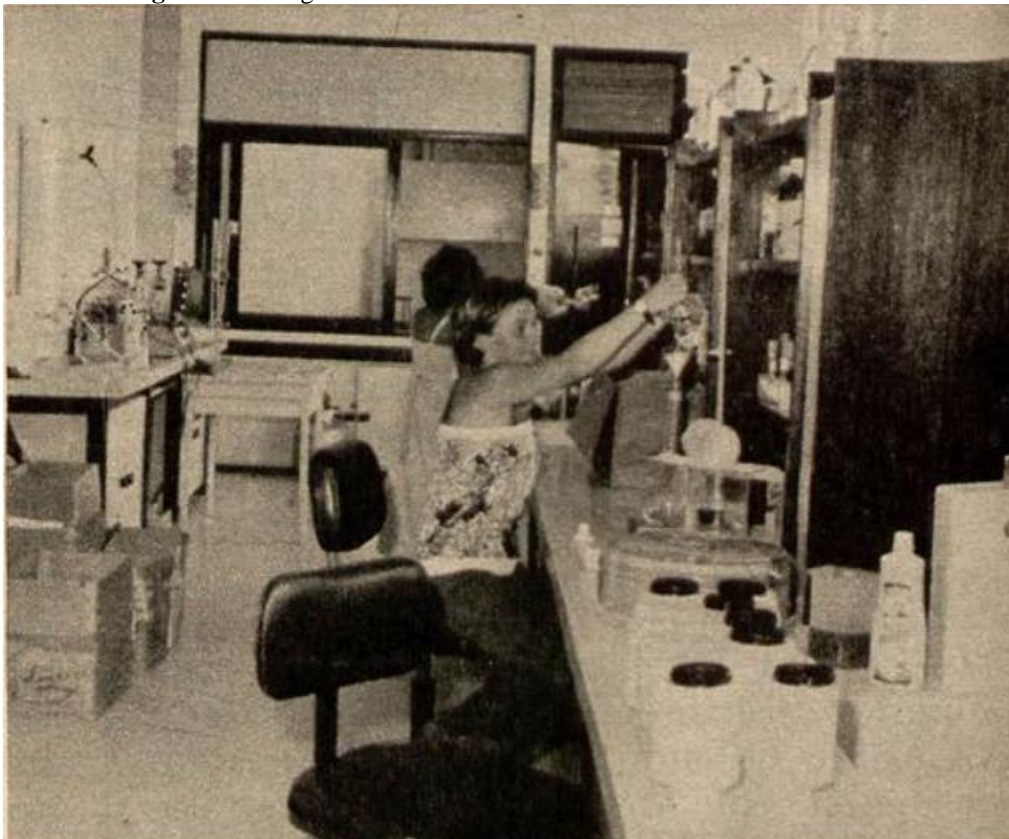
¹⁰⁰ UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

¹⁰¹ RUMOS certos para o ensino. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

¹⁰² BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (Rio de Janeiro). EAPES. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior**: Acordo MEC-USAID. Rio de Janeiro: 1969. p. 240-241.

de aula no Ciclo Profissional¹⁰³. Em 1978, a UFPA tinha o melhor Centro de Geociências do País (Figura 9)¹⁰⁴.

Figura 9 – Fotografia interna do Laboratório do Núcleo de Geociências



Fonte: Revista *Manchete*¹⁰⁵.

Somente em 1973, a UFPA formou 1.144 profissionais, dando conta dos investimentos alocados na Universidade, a qual se encontrava em plena expansão¹⁰⁶. Em agosto, foi inaugurado um moderno laboratório de Física no Núcleo Pioneiro do Guamá, que custou 1 milhão de cruzeiros, dos quais a Universidade arcou com uma diminuta quantia, visto que o investimento foi “uma pequena contribuição”, como definiu o cônsul alemão Peter Bensch, do Departamento de Pesquisa Nuclear de Jülich, da Alemanha Ocidental. No Brasil, um laboratório similar só existia na Universidade de Santa Catarina, também beneficiado pelo mesmo convênio¹⁰⁷.

¹⁰³ MILHÕES de dólares para equipar a UFPA. **A Província do Pará**, Belém, 12 set. 1973.

¹⁰⁴ UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

¹⁰⁵ UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

¹⁰⁶ UFP forma 1.144 profissionais este ano. **A Província do Pará**, Belém, 1 nov. 1973. 1º Caderno, p. 2.

¹⁰⁷ JARBAS inaugurou o moderno laboratório de Física da UFPA. **A Província do Pará**, Belém, 22 ago. 1973.

Nos anos seguintes, a UFPA permaneceu no campo de predileção para receber ajuda financeira. Em 1977, fora contemplada pelo convênio firmado entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para concluir a construção do *campus* localizado às margens do rio Guamá em uma área de 85.116,70 metros quadrados. O Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas (NCGG) da UFPA recebia suporte financeiro da SUDAM, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), enquanto o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) recebia recursos de vários órgãos do Governo Federal, inclusive, do Ministério das Relações Exteriores¹⁰⁸.

Em 1978, o então reitor Aracy Barreto comemorou, apesar dos problemas difíceis enfrentados pelas universidades do País, que a UFPA foi incluída no crédito oriundo do Programa PREMESU IV, convênio assinado junto ao MEC para transferência de recursos financeiros levantados por meio dos empréstimos tomados do BID.

O dinheiro seria usado para a construção de dezenove prédios, compra de equipamentos, materiais e móveis e para a expansão e capacitação dos docentes. A imprensa noticiou que o ministro da Educação, Ney Braga, caminhou ao lado do reitor Aracy Barreto pelos canteiros de obras do Núcleo Pioneiro do Guamá. O ministro se mostrou simpático à UFPA nas suas reivindicações e nos seus anseios¹⁰⁹.

¹⁰⁸ UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132-133, 25 jun. 1977.

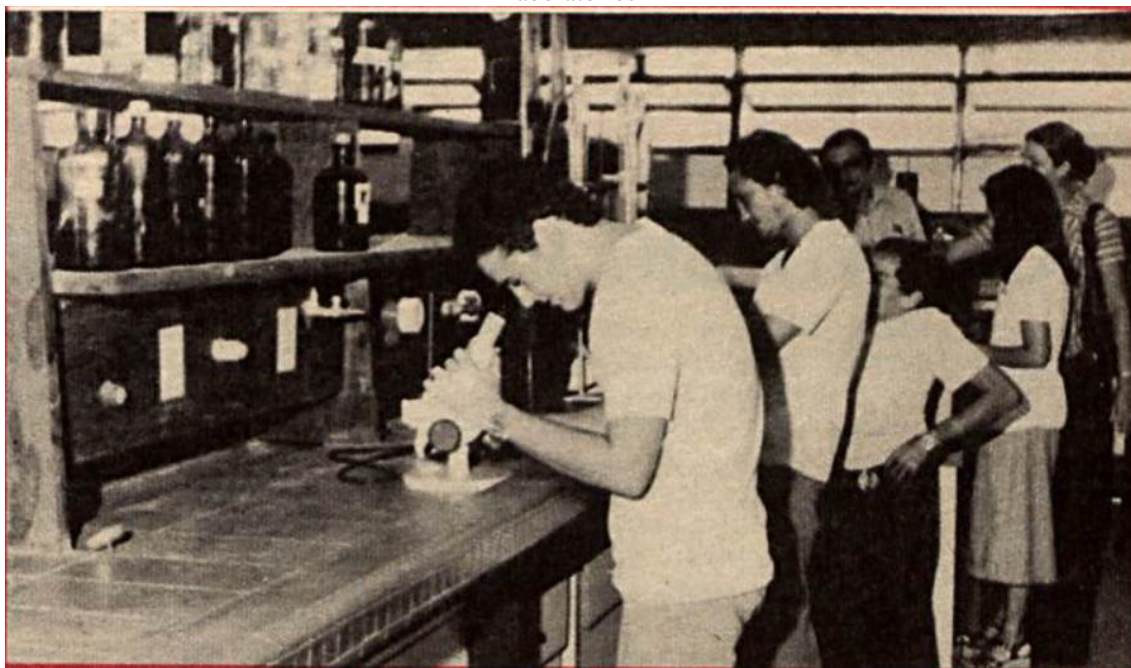
¹⁰⁹ UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

Figura 10 – O ministro do MEC Jarbas Passarinho inaugurando o Laboratório de Física da UFPA no dia 21 de agosto de 1973



Fonte: Revista *Manchete*.

Figura 11 – A UFPA recebeu investimentos internos e externos para adquirir equipamentos para seus laboratórios

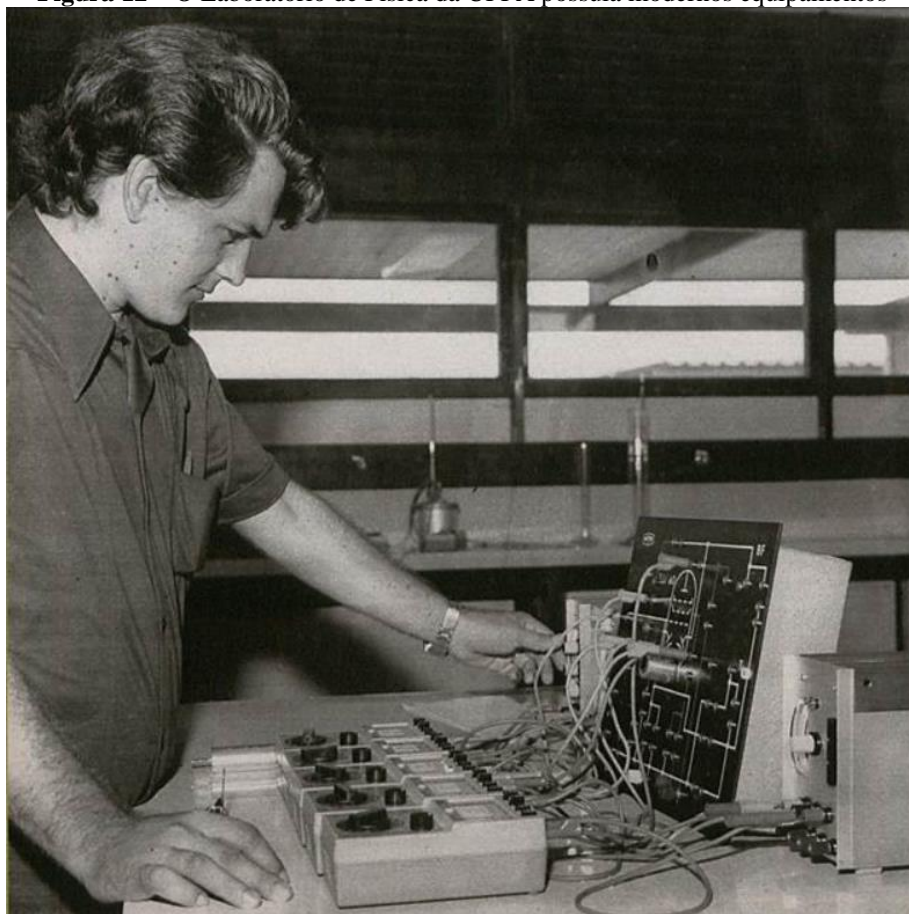


Fonte: Revista *Manchete*¹¹⁰.

Nota: A Reforma Universitária transformou a instituição no principal centro de pesquisa da Amazônia.

¹¹⁰ UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

Figura 12 – O Laboratório de Física da UFPA possuía modernos equipamentos



Fonte: Revista *Manchete*¹¹¹.

Nota: o espaço era fruto do convênio entre o Conselho Nacional de Pesquisa e a República Federal da Alemanha.

Os debates sobre a Reforma Universitária tiveram no Pará também a característica particular de notável aversão aos EUA e à sua política de intervenção na Amazônia. Citemos um exemplo: alguns estudantes depredaram, na madrugada do dia 11 de maio de 1967, em Belém, a sede do *United States Information Service* (USIS), situada na Avenida Nazaré, e queimaram a bandeira norte-americana. O fato ocorreu após o término da mesa-redonda promovida pelos acadêmicos de Medicina para debater o uso clandestino de anticoncepcionais na Amazônia. O emprego da “serpentina” foi condenado no encontro por advogados, médicos, jornalistas e estudantes. O advogado Aldebaro Klautau sustentou a tese de que a atividade denunciava a articulação de grupos estrangeiros empenhados em apoderar-se da região.

Afirmou o advogado ser necessário povoar a Amazônia de brasileiros, “mas nunca de estrangeiros”. Segundo a imprensa, o debate “foi encenado por volta da meia-noite

¹¹¹ TEORIA e prática a serviço da integração. **Manchete**, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 310, 1 jan. 1973.

quando os estudantes saíram em passeata e depredaram a sede do USIS, cujas vidraças foram quebradas”. A polícia colocou guardas em frente à sede do USIS, a fim de impedir novas manifestações (Figura 13). O adido cultural Cyro Whitep revelou que não houve vítimas, mas que procuraria a polícia para evitar que tal fato voltasse a ocorrer¹¹². A USIS também foi alvo de ato hostil em 1969, classificado como “terrorista”, planejado por elementos vindos de Pernambuco e interceptado pelas forças de segurança que atuavam em Belém¹¹³.

Figura 13 – Alacid Nunes



Fonte: Revista *Manchete*¹¹⁴.

Nota: foi o segundo governador do Pará da era militar (1966-1971). Em entrevista, o ex-major do Exército assegurou que a Amazônia vivia uma “nova idade, após a Revolução de 1964”, citando o plano governamental chamado de “Operação Amazônia”, conduzido pela BASA e pela SUDAM. “Com a Revolução, a Amazônia encontrou seu momento no quadro brasileiro”, completou.

¹¹² PARAENSES depredam o USIS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 maio 1967.

¹¹³ O nome de Geraldo Manso Palmeira, autodeclarado comunista em comício realizado em 2 de dezembro de 1945, constava em mapa encontrado nas mãos dos envolvidos. Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁴ ALACID Nunes: a arrancada para a nova década. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 142, 24 jan. 1970.

Em outro documento, o prédio atacado, no dia 11 de maio de 1967, pelos estudantes foi identificado como pertencente à USAID¹¹⁵. A marcha que desceu a Avenida Nazaré, em direção ao local, trazia faixas com os seguintes dizeres: “UAP diz: YANKEES FORA DA AMAZÔNIA”; “UNE diz: FORA DO BRASIL”; “SERPENTINA, CRIME CONTRA O POVO”. Welvin Levitski, então vice-cônsul norte-americano no Pará, conseguiu se apoderar da bandeira queimada e das faixas. Segundo a polícia militar (PM), 150 pessoas participaram do ato¹¹⁶. Um dos temas da reunião clandestina, promovida pela UAP no bairro do Coqueiro, foi a “Internacionalização da Amazônia”¹¹⁷, demonstrando haver um debate sobre o assunto dentro do movimento estudantil.

Esse foi o contexto de implantação de Reforma Universitária¹¹⁸ na Amazônia e recebido pelos discentes que testemunharam esse processo como um reflexo do autoritarismo do regime. No entanto, malgrado seu caráter autoritário, não se pode afirmar que a reforma tenha sido simplesmente imposta pelo regime sem que tivesse havido negociações e flexibilizações, ou seja, não se pode falar em “domínio da lei” para usar um conceito de Edward Thompson quando analisamos a Reforma Universitária e o conjunto de dispositivos legais oriundos dela.

A lei deve “ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora”, enquanto os debates em torno do tema, sobretudo em 1968, dão conta do “campo de conflito” existente entre

¹¹⁵ USAID já havia começado a atuar na educação brasileira desde os anos 1950, no entanto, após a investida golpista, suas pretensões se tornaram mais ambiciosas e abrangentes, indo desde a publicação e tradução de livros à reestruturação do ensino no País, incluindo o nível superior.

¹¹⁶ Informação nº 062/PM2/74, Confidencial, Comando-Geral/Força Auxiliar Reserva do Exército/Polícia Militar do Pará. Belém, 07/03/1974. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷ ESTUDANTES fizeram o congresso no coqueiro e encenaram peça na UAP. **O Liberal**, Belém, 7 nov. 1966.

¹¹⁸ Ao final de muitas discussões e idas e vindas, a tão debatida reestruturação ganhou corpo a partir do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) – 07/1968, a partir da qual foi elaborada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que extinguiu as cátedras, buscou o fortalecimento das instituições centrais das universidades, ou seja, as Reitorias, e instituiu unificação dos vestibulares. A Lei da Reforma Universitária também definiu os departamentos como sendo a “menor fração da estrutura universitária”, delegou aos colegiados a “coordenação didática de cada curso”, estabeleceu a nomeação dos Reitores através do sistema de indicação pelo “respectivo governo” (após definição dos nomes pelo Conselho Universitário), previu a representação discente nos órgãos colegiados (com direito a voz e voto, mas limitado a um quinto do total de membros), autorizou a criação de diretório para congregar os estudantes (no entanto, desde que seus regimentos fossem “submetidos à instância Universitária” e prevendo punições, caso suas ações não estivessem “em consonância com os objetivos para os quais foi instituído”). BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, v. 7, p. 152, 29 nov. 1968. A GTRU foi composta por nomes como Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros e Fernando Bastos D’Ávila.

Estado, estudantes, professores, intelectuais e líderes políticos, os quais se “enfrentavam” dentro de estruturas legais, “visíveis e invisíveis” que ultrapassavam a própria legislação¹¹⁹.

Por exemplo, no dia a dia do *campus* da UFPA, entre 1964 e 1968, a repressão não necessitou da lei, indispensavelmente, para violar direitos e coagir com violência professores e alunos, e estes, mesmo sob a vigência do “Decreto 477”¹²⁰, dispositivo símbolo da repressão contra estudantes e docentes, lançaram mão de diversas ferramentas para resistir ao regime.

Mais um destaque: não podemos, por outro lado, definir esse processo de negociação, longo caminho que perdurou por quase quatro anos, em que os militares cederam em alguns pontos às pressões estudantis, como sintomas de “afrouxamento do regime”. Basta lembrar que poucos meses depois da promulgação da Lei nº 5.540, o “AI-5 das Universidades”, foi instituída, no País, a raiz autoritária, repressora e conservadora da modernização das universidades públicas, que surgiu de maneira mais nítida, facilitando ainda mais essas mudanças, pois ajudaram a ceifar os obstáculos impostos pelo movimento estudantil nos anos anteriores.

Tratava-se de um jogo de “aperto” e “afrouxamento” por parte dos militares. Citemos, por exemplo, a questão dos excedentes¹²¹. Há muito tempo era uma questão delicada, pois atingia, diretamente, o interesse dos alunos. Após o turbulento ano de 1968, quando houve várias invasões em universidades em todo País, as instituições de ensino

¹¹⁹ THOMPSON, Edward. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 352-353. Um debate sobre isso já foi sugerido pela historiografia. As práticas adotadas pelo movimento estudantil durante a Reforma serão definidas por um novo modelo de atuação – para além da luta armada e das ações de rua, cada vez mais esvaziadas pelas forças de segurança no pós-1968 –, utilizando-se de reivindicações específicas ao ensino superior como armas para garantir maior inserção dos estudantes nos rumos da vida política nacional, visando, em última escala, à derrubada do governo militar. Com efeito, Passarinho não conseguiu implantar o ensino superior pago, evidenciando a resistência estudantil e seu poder de intervenção nas políticas educacionais do governo mesmo a partir de 1968, contexto de maior arbitrariedade. MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 52-57. Cleodir Moraes também falou sobre o assunto: os alunos tinham conhecimento da capacidade de pressão que poderiam exercer diante das ingerências do regime quando estas atingiam diretamente seus interesses acadêmicos. O temor de novas sublevações estudantis, como as que o governo teve de lidar nos anos anteriores, tornava a pressão do movimento uma arma eficaz para “negociar” com as autoridades militares, sem que a força ou os protestos de rua fossem necessários. MORAES, Cleodir. “A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária”. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira. (Org.). **UFPA 50 anos: Histórias e Memória**. v. Único. Belém: EDUFPA, 2007. p. 94.

¹²⁰ BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 1, p. 77, 26 fev. 1969.

¹²¹ Candidatos que alcançaram a nota mínima para ingressar nas universidades, mas que estavam classificados fora do número de vagas ofertadas.

foram “obrigadas” a receber essa grande quantidade de estudantes. Trata-se de um período em que os alunos ainda puderam, mais diretamente, pressionar o regime e exigir mudanças nas estruturas das universidades públicas através de manifestações públicas, passeatas e ocupações.

O governo viu-se impelido a atender a certas pautas incorporando-as ao processo de modernização das instituições. Falando de outra forma, “o grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis”. Há, dessa forma, equilíbrio “entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”, e os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto¹²².

O Decreto nº 60.516/67, baixado pelo presidente Costa e Silva, determinando que as faculdades matriculassem os excedentes, é um exemplo de como funcionou esse campo de luta entre estudantes e militares. O que, para os alunos, foi uma grande vitória, para a memória daqueles que faziam parte da gestão da universidade, foi algo “terrível”:

Mas eu acho que até tão grave quanto à invasão e ocupação das escolas, das faculdades, foi uma coisa que aconteceu, que eu acho que foi terrível para as universidades brasileiras, a questão dos excedentes [...]. Isso, dentro dessa pressão que houve das invasões, fez com que nós tivéssemos no Brasil inteiro e aqui no Pará, então foi terrível, [ter] que construir salas e salas de aula para poder dar ingresso¹²³.

Observamos, na fala de Alcyr Meira¹²⁴ acima, o jogo de forças, que existia à época, diz respeito à modernização das instituições de ensino superior. Se para os estudantes, a questão dos excedentes era uma pauta cara e essencial para que se promovesse uma real Reforma Universitária, para os gestores públicos, significava aumento dos gastos por aluno, contratação de professores nem sempre preparados para a função e a expansão desordenada das instalações prediais.

Sucedem que o governo Costa e Silva sabia da necessidade de ceder, em alguns pontos (o que não descaracteriza a faceta autoritária da reforma), caso não quisesse perder

¹²² Gramsci (1991, p. 50).

¹²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (80 min 48 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 15 abr. 2020.

¹²⁴ Alcyr Meira graduou-se em Engenharia Civil (1956) e em Arquitetura (1966) pela UFPA e participou da construção e desenvolvimento do *campus* do Guamá, como engenheiro da Universidade, cargo que ocupou entre os anos de 1958 e 1994.

o controle do “barril de pólvora” que eram as universidades naqueles anos antecedentes ao AI-5. Falando de outra forma, os estudantes “não foram totalmente perdedores” e, apesar da relação de força “gritantemente desigual” que mantiveram com o regime, conseguiram impor sua vontade em alguns momentos¹²⁵.

Essas “concessões” tiveram de conviver com a limpeza ideológica das instituições de ensino, uma das prioridades das autoridades militares e principal ocupação dos agentes de informações que atuavam nesses espaços.

A “doutrina marxista”, de acordo com a apostila do treinamento promovido pelo DSI/MEC, tinha “um único objetivo final: a destruição da democracia e a implantação da ditadura comunista”. O material alertava para a presença de “Forças de Vanguarda” e de uma “burguesia progressista” no cenário mundial, atuando em linhas de ação “tipicamente de esquerda” – como o Partido Comunista (PC), as Frentes Internacionais, ou como adidos das potências comunistas, China e União Soviética –, através de quatro espécies de colaboradores – “companheiros de viagem”, “simpatizantes”, “oportunistas” e “bobos”.

A apostila distribuída aos alunos mais parecia um “tratado de demonologia” e apresentava detalhes de como identificar um comunista e explicações pormenorizadas sobre a infiltração nos movimentos de massa, as frações do partido e os grupos de apoio. “A penetração sub-reptícia em todas as camadas e em todos os setores de uma sociedade é a maior e mais temível arma do Comunismo Internacional”, aludiram os instrutores em determinado trecho. Aos Serviços de Informações, caberia a árdua e permanente missão de “identificar, acompanhar e prever as manobras solertes da mais bem montada máquina política que o mundo jamais conheceu”. O Movimento Comunista Internacional, continuava o documento, “assemelha-se a um ‘iceberg’, do qual apenas a oitava parte emerge à superfície das águas, enquanto o restante permanece oculta”. O problema estaria na parte submersa, da qual só se sentiria a presença depois do “choque”, se não se precavesses e os Serviços de Informações fossem falhos¹²⁶.

Nesse momento, costuma-se indagar se toda essa semântica fazia parte de uma preocupação verdadeira do regime quanto à ameaça de uma revolução comunista no

¹²⁵ THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 85.

¹²⁶ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Brasil, ou se não passava de uma instrumentalização para justificar mecanismos de controle e violência contra elementos opositores.

Acreditamos que as duas realidades coexistiram e alimentaram-se ao longo da ditadura, visto que a retórica produzida pelos documentos do SNI aponta para uma genuína preocupação por parte dos Serviços de Informações em tentar neutralizar possíveis agentes esquerdistas infiltrados. Isso não quer dizer também que os agentes, muitas vezes, não utilizaram essa “desculpa” para lançar tal pecha sobre inimigos do regime que não mantinham, efetivamente, ligação com grupos clandestinos, armados ou não.

Estamos diante de um território de todo específico quando tomamos por objeto de estudo: as políticas militares para a UFPA após 1964. Era um espaço localizado na Amazônia, espaço estratégico para os militares e seus aliados norte-americanos, onde se presumiam atuar células comunistas, inimigas precípua do regime militar brasileiro e da política externa ianque.

No caso da UFPA, o interesse estadunidense já se fazia presente há algum tempo. No início da sua gestão como reitor, José da Silveira Neto (1960-1969) recebeu a visita de professores norte-americanos, que lhe apresentaram um projeto de construção do *campus* universitário. Os professores estiveram no local onde seria instalada a Cidade Universitária¹²⁷.

Os Acordos MEC-USAID foram também resposta do regime à longa peleja por uma Reforma Universitária, pela qual os estudantes há muito lutavam antes mesmo do golpe de 1964. No entanto, ao tentar introduzir o modelo educacional norte-americano no Brasil, as autoridades acabaram estimulando a relutância dentro do ME, o qual via, nessa iniciativa, uma ingerência imperialista atrelada a uma submissão ideológica e intelectual

¹²⁷ Duas propostas de duas universidades, trazidas pelo Departamento de Estado Americano, foram expostas e logo descartadas por não coadunarem com o sistema de ensino local pretendido. Alcyr Meira, como vimos, figura próxima das autoridades do regime militar nos anos de ditadura, quando estudante, foi eleito vice-presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia e, em 1954, presidente da UAP e, automaticamente, conselheiro da UNE. Segundo a testemunha, nessa época, as discussões giravam em torno da baixa estrutura para o funcionamento dos cursos. “Debatíamos as coisas de interesse dos estudantes, debatíamos com relação à qualidade do ensino e à qualidade das instalações físicas disponíveis naquela época, porque eram precárias, eram muito precárias”, lembra. Já existiam, nesse período, muitas conversas a respeito da criação de uma universidade no Pará e eram grandes as aspirações dos estudantes em torno desse propósito. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (80 min 48 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 15 abr. 2020.

aos Estados Unidos¹²⁸. Como resultado, as campanhas contra os acordos logo fizeram parte das pautas de reivindicações em várias universidades do País, inclusive, na UFPA.

A aversão ao americanismo já existia desde a “geração de 64”, e, na memória estudantil, a luta contra esses convênios aparece atrelada à luta contra o imperialismo econômico e cultural norte-americano¹²⁹. Essa antipatia parece ter sido transmitida às gerações seguintes. Conforme Maria Celeste Miranda Medeiros, partícipe da “geração de 68” na UFPA, recorda, os acordos MEC/USAID eram compreendidos entre os alunos como parte de um projeto de interferência dos Estados Unidos no Brasil através de uma reforma que seguia o modelo educacional americano¹³⁰.

Existia, de fato, uma disputa discursiva entre quem defendia e quem criticava a importação do modelo educacional norte-americano. Depois de passar seis semanas nos Estados Unidos, Silveira Neto relatou suas “principais observações feitas sobre a grande nação norte-americana”, onde visitou centros universitários. O reitor, conforme destacou *O Liberal*, “retornou cada vez mais certo de que suas ideias de fazer uma reforma de base no conceito de universidade” devia ser levada adiante¹³¹. Por outro lado, os alunos buscavam se contrapor a esses discursos por meio da via do protesto, que também poderia encontrar na imprensa alguma repercussão.

No final das contas, os projetos de Reforma Universitária, sugeridos pelo regime autoritário de 1964, não foram bem recepcionados pelos alunos da UFPA, e o movimento estudantil tratou logo de fazer oposição a essas propostas. Alguns testemunhos nos dão pistas desse sentimento e podemos citar, como exemplo, as memórias de Alberto Ferreira

¹²⁸ ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. p. 158.

¹²⁹ João Januário Furtado Guedes, nascido em Campo Grande, Mato Grosso, viveu um tempo em Teresina, tendo se mudado, em 1963, para Belém, depois da morte de seu pai, subtenente do Exército. Ingressou, em 1964, no curso de Engenharia da UFPA. Foi um dos fundadores da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João Januário Furtado Guedes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1281>. Acesso em: 17 jan. 2020.

¹³⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Maria Celeste Miranda Medeiros. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (66 min 6 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1275>. Acesso em: 17 jan. 2020.

¹³¹ SISTEMA universitário dos EUA animou Reitor. **O Liberal**, Belém, p. 2, 14 jun. 1966. Na mesma edição, mais entusiasmo por parte do reitor: o Departamento de Estado norte-americano convidou o reitor Silveira Neto para percorrer os meios universitários estadunidenses por sete semanas. O dirigente retornou pronto para “defender a completa reformulação da mentalidade de universidade” na capital, proferindo elogios ao sistema de ensino superior privado e ao provimento de cursos técnicos aos grupos sociais que não dispusessem de recursos financeiros para ingressar nas universidades. POLÍTICA de unidade melhora conceito universitário. **O Liberal**, Belém, p. 2, 14 jun. 1966.

Puty. O ex-aluno lembra que, em 1968, havia uma discussão dentro das faculdades que compunham a UFPA a respeito da Reforma Universitária quando foram realizadas várias assembleias gerais e mesas-redondas para tratar do tema: “isso acontecia não somente em Engenharia, mas também em Filosofia, Medicina, em todos os lugares estava sendo discutida a questão da Reforma Universitária. Nós éramos contra a Lei Suplicy de Lacerda”, recorda¹³².

Na prática, os alunos conseguiram driblar as proibições da Lei. Conforme noticiado pela imprensa em Belém, a UAP pretendia realizar, em novembro de 1966, no Largo da Memória, a sessão de abertura do I Congresso Livre Estadual de Estudantes, apesar de o Comando Militar da Amazônia ter se manifestado contra a realização do evento, “proibindo qualquer manifestação pública de entidades extintas pela Lei Suplicy de Lacerda, que regulamentou as atividades estudantis no meio universitário”. A notícia destacou que a UAP, “embora clandestinamente”, vinha persistindo em atuar entre os universitários e congregando em torno de si vários diretórios acadêmicos, também considerados ilegais pelas autoridades. O jornal criticou a permanência por quase dois anos da diretoria da UAP e denunciou que os diretórios acadêmicos de diversas faculdades já haviam credenciado os participantes do congresso estadual¹³³.

O jornal continuou sua denúncia e reportou, nos dias seguintes, mais detalhes sobre o Congresso proibido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e vazou a informação de que os organizadores mudaram o local do encontro para algum bairro do centro comercial de Belém. A medida foi tomada para precaver os presentes do choque policial, mas foi criticada pelo jornal por supostamente expor os transeuntes¹³⁴.

Apesar de toda a exposição promovida pelo jornal, o Congresso ocorreu no dia 6 de novembro de 1966, contando com a participação de cerca de cinquenta universitários. Somente a partir das seis horas da manhã daquele domingo, os estudantes credenciados começaram a ter notícia de que o novo local escolhido seria o bairro do Coqueiro, aproveitando o movimento de veículos que saíam da capital rumo ao local, comumente

¹³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 14 dez. 2018. A Lei nº 4.464/64, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, foi o mecanismo utilizado pelo governo Castelo Branco de repressão ao movimento estudantil, “deformando” suas entidades, substituindo a UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes e tornando possível a sua “convocação” pelo MEC e pelo Conselho Federal de Educação, o que eliminava sua autonomia. POERNER, Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 212.

¹³³ UNIVERSITÁRIOS paraenses querem fazer o congresso proibido. **O Liberal**, Belém, 3 nov. 1966.

¹³⁴ UNIVERSITÁRIOS marcam reunião proibida para bairro comercial. **O Liberal**, Belém, 5 nov. 1966.

procurado para o lazer dominical. Os policiais não desconfiaram. No sábado, a peça “Show da Verdade, com Cantoria e Razão”, organizada pelos alunos do curso de Economia, também foi encenada, apesar da proibição do DOPS. O evento ocorreu no teatrinho da UAP, que ficou lotado. Inicialmente, o evento havia sido programado para ocorrer no Teatro São Cristóvão, mas, usando tática semelhante, o local foi alterado momentos antes do início, driblando novamente a polícia¹³⁵.

Os alunos poderiam também manifestar seu desapeço à Lei Suplicy de Lacerda boicotando os eventos promovidos pelo DNE, órgão “marionete” de representação estudantil universitária autorizado a funcionar pelo regime, sediado em Brasília (DF) e por ele controlado. Um encontro promovido pela entidade, em junho de 1966 em Belém, por exemplo, não recebeu delegações de outros Estados, e os alunos dos cursos de ensino superior da capital não prestigiaram a iniciativa e ausentaram-se das sessões. “Foi um autêntico desencontro!”, como definiu matéria de jornal publicada na época¹³⁶.

Segundo um ex-estudante, a Reforma foi um meio também encontrado pelo governo militar para dificultar a ação do movimento estudantil dentro das universidades:

Era a lei que acabava, eles tentaram acabar com o movimento estudantil. Tentaram acabar, eles criaram outras organizações, eles criaram uma série de travas para evitar o movimento universitário. E ali vinha a Reforma, no bojo disso, vinha todo um processo de Reforma. Reforma para transformar a universidade pública em uma universidade fundação, e cobrando. Então, na realidade, era mais ou menos isso. Antes era seriado, tirou o seriado, a pessoa lá adiante passou isso, fazia matéria com um e com outro e não tinha como formar grupos, digamos assim, que se juntasse. Então eu não sei se hoje continua assim¹³⁷.

No testemunho de Puty, percebemos que a Reforma é representada, na memória estudantil, como um mecanismo de controle e dispersão política, ferramentas utilizadas pelo regime para desarticular o movimento estudantil ao quebrantar os órgãos representativos acadêmicos. Essa mesma percepção surge na memória de Margaret Moura Refkalefsky ao lembrar-se da resistência dos estudantes à Reforma Universitária naquele ano de 1968: “todo mundo estava contra a reforma, porque dispersava todo mundo, você deixava de ter turma”. Continua a testemunha: “você não tinha mais o

¹³⁵ ESTUDANTES fizeram o congresso no coqueiro e encenaram peça na UAP. **O Liberal**, Belém, 7 nov. 1966.

¹³⁶ PANORAMA universitário. **O Liberal**, Belém, 13 jun. 1966.

¹³⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 14 dez. 2018.

seriado, você não encontrava as pessoas, porque você montava a sua grade curricular ali, suas escolhas e não encontrava mais as pessoas”¹³⁸.

Na UFPA, a implantação das mudanças, propostas pelos militares no setor universitário, iniciou-se com o reitor Silveira Neto, e as definições estabelecidas pela Lei nº 5.540 de 1968 ficaram a cargo do reitor Aloysio da Costa Chaves (1969-1973) e, em seguida, de Clóvis Cunha da Gama Malcher (1973-1977). Essa diligência não ocorreu sem muita rejeição por parte dos discentes. As manifestações estudantis de alunos da UFPA, em 1968, trouxeram, em sua essência, todo o desajuste entre o que se esperava da remodelação do ensino superior no Brasil por parte dos discentes e o projeto sugerido pelo governo militar.

Os ânimos já estavam acirrados em Belém desde o dia 3 de abril de 1968 quando os estudantes saíram às ruas e o Diretório Acadêmico da UFPA decretou greve geral por tempo indeterminado, como forma de protesto na sequência do assassinato do estudante paraense Edson Luís no Rio de Janeiro (RJ). Universitários e secundaristas saíram em passeata pelas ruas da cidade até alcançar a sede da Assembleia Legislativa provocando ali alguma agitação. Nos meses seguintes, as mobilizações do movimento estudantil continuaram e, entre julho e agosto, várias greves foram deflagradas em alguns cursos, a exemplo dos estudantes do curso de Química, que paralisaram as atividades acadêmicas em 26 de julho, ocupando, em seguida, o prédio dessa Escola. Eles receberam apoio de alunos dos cursos de Agronomia, Serviço Social, Direito, Filosofia, Engenharia, Geologia, Economia e da UAP. No mês subsequente, alunos de Arquitetura e Medicina fizeram o mesmo: interromperam as atividades e ocuparam os prédios nos quais funcionavam seus cursos em 9 e 13 de agosto, respectivamente. Os alunos de Engenharia também ocuparam a sede de sua Escola no dia 22 de agosto, tendo suas reivindicações imediatas atendidas, entre elas, a nomeação do novo diretor e a cessão de uma sala para o funcionamento do Diretório¹³⁹.

No curso de Medicina, também havia um movimento estudantil bastante ativo. William Mota de Siqueira descreveu, em seu depoimento, que a Faculdade de Medicina,

¹³⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Margaret Moura Refkalefsky. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (55 min 58 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1273>. Acesso em: 19 jan. 2020. Margaret era integrante da organização Var-Palmares e foi presa em Belém no dia 03/12/1973. No quartel do 8º BIS, localizado na Avenida Almirante Barroso, foi agredida com um tapa pelo coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, do DOI/CODI do II Exército. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos, v. III. Brasília, DF: CNV, abr. 2014. p. 2728-2729.

¹³⁹ Moraes (2007, p. 76-77).

com algumas deficiências de infraestruturas (falta de equipamentos adequados), teve seus problemas sanados graças à atuação forte do Diretório Acadêmico junto à direção da Faculdade, à época, comandada pelo professor Afonso Rodrigues Filho. A Faculdade de Medicina era a única que possuía uma sede do Diretório, uma casa construída pela Reitoria e disponibilizada para esse fim:

E, então, o Diretório tinha um poder de evitar conflitos dos professores e ao mesmo tempo em que conflitava. Um paradoxo aí. Mediava e conflitava. Então, os alunos tinham uma... E depois todo mundo junto. Isso é muito importante, que acaba com a Reforma Universitária, acaba com o Ato Institucional nº 5. A união, você para todo mundo, você ia à sala de aula: “Para todo mundo. Vamos para uma reunião, uma assembleia e tal”. E o Diretório tinha essa autoridade¹⁴⁰.

A memória desse ex-aluno representa a Reforma como o mecanismo do regime que dificultou a capacidade de mobilização e união dos estudantes, rompendo com a cultura de mediação de conflitos exercida via Diretório, que, conforme é narrado, amenizava os conflitos entre estudantes e autoridades acadêmicas. Segundo recorda o ex-aluno, durante a gestão de Jarbas Passarinho, buscou-se implantar os acordos MEC/USAID: “ele queria implantar na Medicina e nós não aceitávamos, nem o nacional”. A principal preocupação era a mudança curricular, de modo que o sistema seriado iria ser trocado pelo curricular, em que o próprio aluno decidia quais disciplinas cursar, e não mais por blocos, como funcionava até então. Esse foi o estopim para que os alunos de Medicina¹⁴¹ começassem a se mobilizar contra o projeto de modernização centralizada que estava sendo proposto. Como desenlace, essa Faculdade foi também ocupada em 1968¹⁴².

A Reforma Universitária, sob a denominação de Plano de Reestruturação da UFPA¹⁴³, foi criticada pelos alunos. Como forma de tentar resistir a algumas mudanças

¹⁴⁰ Nascido em Alenquer, no Baixo Amazonas em 1943, mudou-se para Belém aos 13 anos para ingressar no seminário, seguindo seu desejo de ser padre, o que não aconteceria. Após terminar o estudo científico no colégio Nazaré, ingressou na UFPA em 1965. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com William Mota de Siqueira.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1291>. Acesso em: 14 dez. 2018.

¹⁴¹ Como Fernando Fiuza de Melo, Ruy Antônio Barata, Valdir Paiva Mesquita e João Pina Neto.

¹⁴² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com William Mota de Siqueira.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1291>. Acesso em: 14 dez. 2018.

¹⁴³ Ainda que oficialmente o Plano tenha sido instituído somente em dezembro de 1969, por meio do Decreto nº 65.880, mais de um ano após a publicação da Lei da Reforma Universitária, o Plano de

que consideravam negativas, os estudantes da Escola de Química tentaram impedir a criação do “Instituto de Química”, pois temiam significar a extinção dos cursos de Química e de Química Industrial. Os discentes ocuparam, em 1968, o prédio da Escola, à época localizado no Museu Comercial da Associação Comercial do Pará¹⁴⁴, próximo à Praça da República. Apesar desses movimentos de resistência, a “modernização” foi continuada na gestão do reitor Aloysio Chaves, o qual teve de lidar também com problemas financeiros e infraestruturais, como a dispersão dos cursos em várias localidades da cidade¹⁴⁵.

O Plano de Reestruturação foi explicado por Aloysio Chaves em entrevista concedida à revista *Manchete* em 1970. O texto da Reforma, submetido no dia 25 de setembro de 1969 ao Conselho Federal de Educação, foi elaborado por uma comissão presidida pelo reitor e formada pelos professores Agenor Porto Penna de Carvalho, Armando Dias Mendes, Maria Anunciada Ramos Chaves, José Monteiro Leite, Clóvis da Cunha Malcher, Renato Pinheiro Conduru e Nelson Figueiredo Ribeiro. O reitor classificou a reestruturação como ousada, em harmonia com a nova legislação editada pelo governo e promotora de uma “renovação total” na UFPA, extinguindo faculdades e escolas no tempo em que fora institucionalizada na base de departamentos e dividida nos Centros de Ensino Básico e nos Centros de Formação Profissional. Destacou, ainda, a criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), “fator revolucionário e destinado a levar a Amazônia à conquista de etapas insuspeitas”¹⁴⁶.

Já a memória em torno da Reforma Universitária traz também a visão dos professores a respeito desse período turbulento e de grande agitação política na UFPA.

Reestruturação da Universidade Federal do Pará já havia sido encaminhado, em agosto de 1967, ao Conselho Federal de Educação, tendo sido devolvido para ajustes necessários. BRASIL. Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 8, p. 10823, 19 dez. 1969.

¹⁴⁴ A Associação mantinha a Escola antes de esta ser encampada pela UFPA durante a gestão de Silveira Neto.

¹⁴⁵ O reitor executou algumas medidas: criou quatro sub-Reitorias (Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento; Administração Acadêmica e de Serviços Gerais; Extensão e Assuntos Estudantis; e uma quarta que apenas seria convocada em situações específicas); constituiu a Comissão de Implantação do Plano de Reestruturação da UFPA (CIRU) em setembro de 1969; iniciou a centralização espacial no “Núcleo Pioneiro”, localizado à margem do rio Guamá, em Belém, dando contorno à “cidade universitária”; adotou, em 1971, o vestibular unificado; promoveu o aumento significativo de vagas (2000 vagas, comparadas às 955 ofertadas em 1967), o que atendia a uma demanda dos estudantes há muito tempo requerida; implantou o sistema de ensino por ciclos (básico e profissional), o que não agradou aos alunos, pela ineficiência demonstrada nos primeiros anos de funcionamento, levando, em 1973, os alunos a apresentarem uma petição ao ministro da Educação Jarbas Passarinho, com o intuito de sensibilizá-lo quanto às dificuldades encontradas por eles para se adaptar a esse novo sistema (falta de estrutura física, sobrecarga dos professores, ausência de equipamentos adequados, má distribuição dos horários e das aulas etc.) (MORAES 2007, p. 78-93).

¹⁴⁶ RUMOS certos para o ensino. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

Durante o regime militar, Júlio Ribeiro foi contratado como professor de Tecnologias das Fermentações, momento em que se levantaram as divergências com a administração da Universidade e suas propostas de reforma. A incorporação gerou polêmica logo de início, porque era intenção do reitor Silveira Neto que a Escola de Química fosse assimilada com *status* de Instituto, e não como escola ou faculdade, como era o caso dos cursos de Medicina, Direito e Farmácia. Essa manobra foi vista por alguns como tentativa de exercício de maior controle por parte da Reitoria, dado que os diretores dos institutos eram indicados pelo próprio reitor, que, à vista disso, detinha controle sobre a indicação dos professores. A Reforma Universitária era vista, pois, sob esse outro ângulo como ocasião de perda de autonomia por parte das instituições de ensino, que já existiam antes mesmo da criação da UFPA e eram geridas com independência, no caso da Escola de Química, pela congregação de professores¹⁴⁷.

A peleja começou a partir dessa divergência, que envolvia uma luta pelo poder local, alcançava figuras importantes no MEC, na época chefiado por Tarso Dutra e seu secretário-geral, Edson Franco¹⁴⁸. Ao final, terminou com uma vitória dos professores e a incorporação foi feita com a manutenção da categoria de Escola.

Essas discussões em torno da Reforma foram acompanhadas pela vigilância, ao passo que alguns desses dados foram mantidos em seu arquivo. Em sigilo, a Divisão de Informações de Segurança da Aeronáutica informou à agência do SNI de Belém a respeito da participação do professor da Faculdade de Medicina, Ronaldo de Araújo, em conferência sobre o tema em junho de 1968, na UFPA, quando “teria enaltecido o valor da liderança da juventude, cujos movimentos, no seu entender, sofreram esvaziamento pelas forças conservadoras”¹⁴⁹.

O jornal *A Província do Pará* noticiou o ocorrido no dia 24 de julho de 1968 (Figura 14), destacando, no texto da matéria, ao lado da foto do orador, que Ronaldo classificou a Reforma como uma imposição estrangeira, além de denunciar seu caráter conservador e a escassez de recursos destinados à educação por parte dos militares.

¹⁴⁷ Júlio dos Santos Ribeiro, belenense, filho de pais portugueses, família de comerciantes, ingressou como aluno na Escola de Química em 1955. Na época, eram professores dessa Escola, além de Júlio dos Santos, Elquias Bernardo de Souza, Arthur Melo, Osvaldo Bitar, Clara Pandolfo, entre outros. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Júlio dos Santos Ribeiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (44 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1290>. Acesso em: 14 dez. 2018.

¹⁴⁸ Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, ex-aluno da Faculdade de Direito da UFPA, foi também assessor do ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, no período da implantação do Ato Institucional AI-5.

¹⁴⁹ Resposta ao Pedido de busca nº 482/DIS-COMAE-1, Ministério da Aeronáutica. Belém, 27/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Depois disso, conclamou: “para a juventude, só existem duas opções: ou se acomoda ou luta. De qualquer maneira é responsável”¹⁵⁰.

Figura 14 – O professor Ronaldo Araújo no Auditório da Faculdade de Medicina



Fonte: *A Província do Pará*, 24 de julho de 1968.

Reuniões como essas parecem ter sido comuns na UFPA durante 1968. Conforme recorda José Miguel Martins Veloso, “foi um ano de muita comoção. Estava se discutindo a Reforma Universitária, fez-se um movimento em assembleias muito grandes sobre isso”¹⁵¹.

Durante esse período de Reforma Universitária, pré-AI-5, predominou uma conjuntura em que “essas mobilizações se constituíram no espaço privilegiado de contestação do regime”, contrastando com o que se viu nos anos seguintes, quando a repressão e a euforia do “milagre econômico” permitiram uma “legitimação” do regime, de tal modo, que a reforma seguinte, a da educação básica, através da Lei nº 5.692/71, foi recepcionada com maior “entusiasmo” pela sociedade¹⁵².

Apesar do aumento do autoritarismo do regime, após 1968, nas universidades públicas, sobretudo, por conta do AI-5 e do “Decreto 477”, as articulações do movimento

¹⁵⁰ ESTUDANTE lotou auditório para ouvir professor falar de reforma. **Província do Pará**, Belém, 24 jul. 1968.

¹⁵¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com José Miguel Martins Veloso. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (73 min 19 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1288>. Acesso em: 17 jan. 2020.

¹⁵² GERMANDO, José. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 159-162.

estudantil, com o intuito de resistir às mudanças impostas pelo plano de reestruturação, continuaram nos anos seguintes. Em 21 de dezembro de 1973, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) encaminhou memorial ao reitor, listando vários problemas enfrentados pelos estudantes ingressos nos dois anos anteriores, o que foi acolhido em forma de moção de solidariedade pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em seguida à proposta feita pelo deputado Jader Barbalho. Resultado: o reitor Clóvis Malcher, em dezembro de 1973, emitiu a Resolução nº 180, a qual trazia benefícios aos alunos no que dizia respeito ao número de vagas para matrícula no ciclo profissional. Casos como esses evidenciam que o movimento estudantil se manteve atuante na UFPA após 1968 quando os militares aumentaram a vigilância sobre as atividades políticas nos *campi* universitários.

Podemos notar qual memória foi construída sobre essas mudanças através da análise das notícias de jornais veiculadas quando a censura já havia sido findada. Em 1989, *O Liberal* publicou artigo que afirmava que a Reforma Universitária foi um modo de reverter uma situação política em que o movimento estudantil conseguira uma mobilização jamais vista, a qual fora “sufocada” a “ferro e fogo” pela nova legislação, sucumbindo à “euforia” e à “modernização”¹⁵³.

Em outro artigo, agora assinado por Benedito Monteiro, à Reforma foi atribuída a culpa pela desorganização do ensino profissional e pela desarticulação da juventude: “tanto o sistema de turmas e horários de aulas como a própria arquitetura dos *campi* universitários impossibilitavam qualquer tipo de movimento estudantil”¹⁵⁴. Já o *Diário do Pará* publicou matéria em que o senador Hélio Gueiros desferiu ataques contra o então ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, ironizando que seu destaque à frente do MEC foi “a aplicação do 477 e da caótica Reforma Universitária”¹⁵⁵. O jornal *Resistência* denunciou que Passarinho foi “ministro da Educação para executar a drástica Reforma Universitária, que desmobilizava o movimento estudantil para melhor aplicar os monstruosos decretos 228 e 477”¹⁵⁶.

Diante de tudo o que foi dito, queremos reforçar que a “Reforma” foi, na verdade, uma maneira de repressão e cerceamento de liberdades, transvestida de uma “modernização” do ensino, em que o regime militar se apropriou das constantes demandas em favor do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, cobradas pelos estudantes no

¹⁵³ VESTIBULAR: um ato de propaganda. *O Liberal*, Belém, 22 jan. 1989. Artigos, p. 22.

¹⁵⁴ O ALTO preço de 1964. *O Liberal*, Belém, 28 maio 1989. Artigos, p. 22.

¹⁵⁵ GUEIROS acha que JP não engana a 3ª vez. *Diário do Pará*, Belém, 5 maio 1984. Política, p. 3.

¹⁵⁶ A VELHA bandeira do anticomunismo. *Resistência*, Belém, ano III, n. 18, p. 11, 1 nov. 1980.

final dos anos 1950, e reelaborou-as conforme o autoritarismo político implantado em 1964 e através dos acordos MEC-USAID e do Projeto Rondon. Isto é, o regime “roubou”¹⁵⁷ as demandas do movimento estudantil, reconstruiu-as e apresentou de forma diferente da pauta original.

Essa interpretação vai ao encontro da fala proferida pelo secretário-geral Jayme Portella durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional em julho de 1968. Segundo Portella, que também era general de brigada, constituíam-se fatores que dificultariam a ação subversiva: a constituição de núcleos de resistência democrática dentro das universidades e faculdades, que vinham se opondo às lideranças esquerdistas (a exemplo do MUDES e dos Grupos e Diretórios Acadêmicos); a Operação Rondon; a Operação Nordeste (miniatura da Operação Rondon no âmbito da Sudene); o memorial de presidentes de Diretórios Acadêmicos Democráticos, que já contava com mais de cento e cinquenta assinaturas, procurando empolgar a bandeira das reformas do ensino no Brasil; e o Grupo de Trabalho nomeado pelo governo para executar a Reforma Universitária (Figuras 15, 16 e 17).

Portella também apresentou para as autoridades presentes quais eram os fatores que favoreciam a ação subversiva: a deficiência da estrutura do MEC; a estrutura arcaica do ensino brasileiro; a demasiada autonomia administrativa e disciplinar das universidades em relação ao MEC e das Faculdades em relação às universidades; a falta de autoridade ou a conivência de reitores, diretores e professores; a ausência de apoio às “lideranças estudantis democráticas”; a falta de repressão às lideranças estudantis extremistas; a ausência de orientação moral e cívica da juventude; facilidade em meios de divulgação e cobertura da imprensa aos líderes esquerdistas; despreparo das polícias civis e militares para enfrentarem ações de “Guerra Revolucionária”, embora, conforme arguiu o general de brigada, essa fosse uma das missões que lhes estavam afeitas¹⁵⁸.

¹⁵⁷ A ditadura militar, quando da construção do projeto de Reforma Universitária, “apropriou-se” de lutas que orbitavam o movimento estudantil, as quais foram devolvidas como benefícios oferecidos aos estudantes. Conceito semelhante a esse, utilizado em outro contexto histórico, apareceu em um famoso livro escrito por: PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

¹⁵⁸ Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Figura 15 – Vista externa da Biblioteca Central



Fonte: Revista *Manchete*¹⁵⁹.

Nota: a 30 minutos do centro da cidade, a UFPA ostentava o modelo de reforma proposta pelo governo militar.

Figura 16 – Foto interna da Biblioteca Central



Fonte: Revista *Manchete*¹⁶⁰.

¹⁵⁹ UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

¹⁶⁰ UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44, 15 jul. 1978.

Figura 17 – Arquitetura e paisagismo faziam parte do modelo de apresentação da UFPA



Fonte: Revista *Manchete*¹⁶¹.

Nota: a Universidade, vitrine do regime, era divulgada como exemplo de desenvolvimento integrado à realidade amazônica.

A Reforma Universitária, implantada pelo Regime, foi uma tentativa de desestruturar o movimento estudantil nas universidades disfarçada de ações de incentivo à participação dos universitários nos programas de assistência do governo, como foi o caso do Projeto Rondon. O objetivo era se contrapor à “barulheira do movimento indubitavelmente subversivo” a que se vinha “entregando uma parcela de resto insignificante” da “mocidade acadêmica”. A ação visava apresentar uma alternativa à juventude, a qual se via, na visão das Forças Armadas, atraídas pelas manifestações que custavam a “destruição” das universidades “sob o pretexto de reformar pela base”, lideradas pelos “que deixaram o Brasil de lado para aceitar a liderança demolidora de Moscou, Pequim e Havana”, os chamados de “depredadores dos edifícios universitários e assaltantes da propriedade privada”.

Empolgados com os cinco mil alunos inscritos no programa em julho de 1968, os apoiadores do programa concordavam se tratar das “características de uma verdadeira avalanche”, impossível de deter e que acabaria muito em breve por integrar as universidades ao papel que lhes incumbiu a nação, ou seja, “de organismos orientadores e modeladores do espírito e do caráter da juventude”. Eram esses os estudantes que o

¹⁶¹ UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

regime considerava fazerem parte da “sadia juventude brasileira”, contrastando com o “dispêndio negativo de imensas reservas de energia”, que vinham desperdiçando aqueles “outros estudantes induzidos a impedir a circulação em certas ruas das capitais e as aulas em várias faculdades”¹⁶².

Essas foram as estratégias de conhecimento público executadas pelos militares para desestruturar os grupos estudantis contrários à ditadura e promover alguma mudança de mentalidade entre eles, suscitando “valores” cívicos. Embora houvesse ações sub-reptícias promovidas contra a comunidade acadêmica que, por muitas décadas, permaneceram desconhecidas.

1.2 “A Universidade Amanhece Morta”: a UFPA, os acontecimentos de “68” e seu legado

No dia 24 de janeiro de 1969, o general de brigada Jayme Portella de Mello, na condição de secretário-geral do CSN, remeteu ao então presidente da República, Costa e Silva, Projeto de Decreto-Lei que visava “proporcionar ao governo condições adequadas para preservar a segurança interna”, solicitando que se pronunciassem sobre o texto, “com a necessária urgência”, os ministros de Estado da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, e da Educação e Cultura, Tarso Dutra, a fim de que pudesse ser editado antes do início do ano letivo. O general tinha pressa. Lembrando aos destinatários que, em consonância com a execução da Reforma Universitária, “através de medidas construtivas de longo alcance, visando modificar a estrutura arcaica do ensino brasileiro”, era fundamental que, na próxima reabertura do ano letivo, já encontrasse o Estado dotado de instrumento legal que assegurasse “a pronta adoção de sanções escolares, visando proteger a ordem e o princípio da autoridade”¹⁶³.

O chefe da pasta de Educação e Cultura se apressou e informou estar “de pleno acordo com o projeto”. O ministro de Estado da Justiça foi mais criterioso e fez algumas ponderações. Enquanto Portella se referiu, em seu texto, de modo particular, a professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público federal, estadual ou municipal, como agentes das infrações (essa foi a sua preocupação basilar), tratando

¹⁶² A OUTRA face dos nossos universitários. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1968. Notas e Informações.

¹⁶³ Exposição de Motivos nº 045/SG-1/69. Rio de Janeiro, 24/01/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

dos casos envolvendo alunos de estabelecimento de ensino particular de modo incidental, Gama e Silva preferiu generalizar, não fazendo nenhuma diferenciação entre os dois grupos. Ao passo que o secretário-geral se timbrou pelo imediatismo da punição disciplinar, o ministro preferiu o mediatismo, sujeitando-a ao formalismo de uma norma processual própria, preferindo uma suspensão preliminar enquanto se aguardava o resultado do processo sumário.

Gama e Silva também não concordou com trechos do projeto original que retiravam dos reitores e diretores o poder decisório e os compelia a aplicar as sanções previstas, sob pena de serem eles responsabilizados. Enquanto o general fez referência particularizante a possíveis autoridades omissas em relação à apuração dos fatos, Gama e Silva silenciou quanto a esse aspecto do projeto, da mesma maneira que não fez comentários sobre a hipótese de prisão em flagrante do infrator, a qual estava prevista na proposta de Portella.

De todo modo, esses dois itens não foram incluídos no texto final do Decreto-Lei. Portella propôs que os alunos sujeitos às penalidades perdessem o direito a bolsas de estudo ou a qualquer outra ajuda do poder público, pelo prazo de cinco anos, tampouco ser matriculados em estabelecimento de ensino público federal, estadual ou municipal pelo mesmo prazo. Gama e Silva preferiu reduzir esse tempo para três anos¹⁶⁴.

Em todas as divergências citadas, prevaleceu a opinião do ministro de Estado da Justiça, apesar de Portella ter explicitado ao presidente Costa e Silva sua total discordância em relação às alterações no projeto original. Quando generalizavam as sanções aos estabelecimentos particulares, segundo o general, alterava-se a ideia fundamental da proposta, já validada pelo chefe do executivo, “de que o Estado não financiasse a subversão”. Colocavam também o poder decisório da aplicação das sanções nas mãos das autoridades escolares quando estas, “em sua maioria”, mostravam-se “omissas ou coniventes em relação aos atos de indisciplina”. Além disso, o texto de Gama e Silva não fazia referência “a possíveis autoridades relapsas, nem à sua responsabilização”¹⁶⁵.

Esses documentos sinalizam o fato de que dentro do regime havia divergências quanto à forma de lidar com a questão estudantil. Havia uma ala mais dura que defendia

¹⁶⁴ GM/66-B, MJ. Brasília, DF, 11/02/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

¹⁶⁵ Exposição de Motivos n° 80/69. Rio de Janeiro, 13/02/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

uma legislação mais implacável contra a subversão nos centros educacionais e a punição dos dirigentes “condescendentes” com as agitações. Observamos, também, a pressa do regime em evitar que a volta às aulas ocorresse sem que o Estado dispusesse de uma lei capaz de coibir as agitações estudantis. E eles conseguiram. Os alunos da UFPA começaram o novo ano letivo se deparando com uma legislação autoritária, somente possível em um regime de exceção. Prevaleceu, é verdade, o texto “menos severo” do que o inicialmente proposto, ainda assim, fiel ao projeto de poder autoritário instalado em 1964, ao passo que “a universidade amanheceu morta”, como definiu uma das testemunhas.

Por outro lado, o reitor Silveira Neto, ao encerrar a solenidade que deu início às aulas de 1969, expressou sua “confiança” de que, naquele ano, as atividades na Universidade se caracterizariam pela “paz e pela concórdia”¹⁶⁶. Não que tenham prevalecido esses dois elementos como afirmou o dirigente, mas, sem dúvida, o clima político, no *campus* em 1969, foi bem diferente do vivenciado no ano anterior. Para contar o enredo que levou a todo esse cenário, devemos voltar um ano no tempo.

Foi noticiado pelo jornal *A Província do Pará*, em 25 de fevereiro de 1968, que calouros e calouras das faculdades de Direito, de Medicina e de Filosofia da UFPA realizaram seu trote no dia anterior, nas ruas do centro da cidade de Belém, animados à música carnavalesca. Um estudante discursou abordando os temas criticados nos cartazes trazidos durante a passeata: a cobiça estrangeira pela Amazônia, a Guerra do Vietnã, os acordos MEC/USAID, a atuação dos dirigentes do governo e da UFPA, além de outros problemas educacionais. Tudo observado por agentes infiltrados do DOPS, conforme frisou a notícia¹⁶⁷.

Essas palavras de ordem representam bem os acontecimentos políticos ocorridos na UFPA naquele ano quando os estudantes¹⁶⁸ encenaram seu “contrateatro”, ocuparam

¹⁶⁶ SILVEIRA inaugurou pavilhão de administração do Núcleo. **A Província do Pará**, 2 mar. 1969.

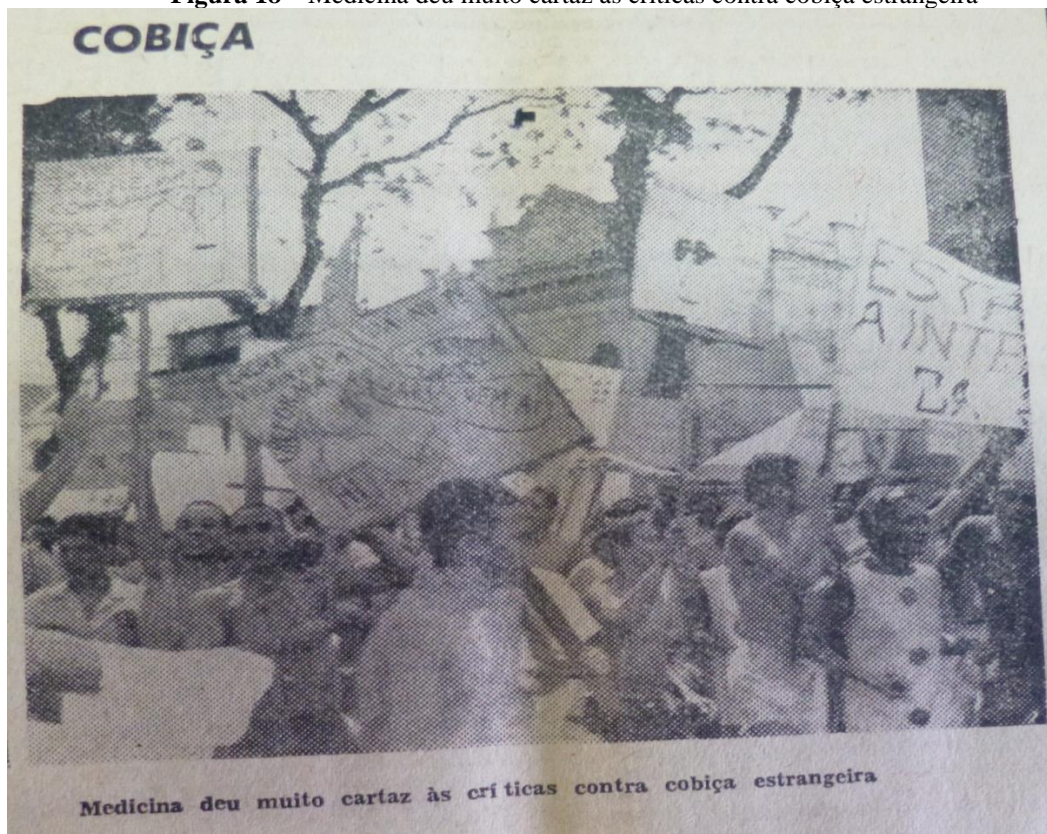
¹⁶⁷ Os cartazes traziam o seguinte: “o ensino integrado é a mais nova conquista pedagógica do Brasil: vamos usar na íntegra USAID”; “EUA – soy loco por ti, Amazônia”; “Este nosso reitor é psicodélico, mora!”; “Zé reitor: padre, vim confessar-me. Padre: filho não tenho tanto tempo...”; “Lei 4.264 – estudante é só para estudar”; “Comércio de documentos escolares na universidade”; “Brasil sem escolas – faltam professores especializados”; um estudante segurando um diploma: “Que faço com isso?”; “Realização para 1968 – construção de um cemitério para professores”; “Fundação é uma coisa Guzzada”. CALOURO de 3 faculdades fazem trote condenando americano no Vietnã e cobiça pela Amazônia. **Província do Pará**, Belém, 25 fev. 1968.

¹⁶⁸ O SNI apontou que Ruy Antônio Barata (Medicina), Fernando Fiuza de Melo (Medicina) e Aleksei Turenko Júnior (Economia) foram os alunos da UFPA “mais envolvidos” nas deflagrações de 1968. Informe nº 10/SNI/NABE/68. Belém, 21/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Ruy foi preso em Belém no dia 22 de novembro de 1968 quando liderava um

o espaço das ruas da cidade e empregaram o simbolismo do protesto¹⁶⁹. Penso que os trotes eram, por si só, um movimento subversivo, que ocupava as ruas, mas também que gozava de uma dimensão permissiva dentro de uma sociedade, ao mesmo tempo, conservadora e modernizante.

Os estudantes conseguiam fazer a sua encenação no teatro da hegemonia da época, pois o trote não somente era comum¹⁷⁰, mas aceitável naquele momento, como atesta notícia publicada, em 1968, pelo jornal *O papagaio*, citada pelo pesquisador Paulo Soares, “pelo trote pode-se protestar com mais vigor e até certo ponto com relativa imunidade”¹⁷¹.

Figura 18 – Medicina deu muito cartaz às críticas contra cobiça estrangeira



Fonte: Jornal *A Província do Pará*, publicado em 26 de fevereiro de 1968.

grupo estudantil no “Dia Nacional do Protesto”. Documento de Informações nº 2324/19/ABE/73. Belém, 27/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁶⁹ THOMPSON, Edward. Folclore, Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2012. p. 239-240.

¹⁷⁰ Essa dimensão do movimento de resistência estudantil fica evidente na pesquisa desenvolvida por Paulo Sérgio da Costa Soares. O autor levantou diversas notícias de jornais publicadas em 1968, nas quais o aspecto político é saliente.

¹⁷¹ SOARES, Paulo Sérgio da Costa. **1968, o movimento estudantil na UFPA: memória e história de uma geração**. Orientadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Sem dúvida, o ano de 1968 foi agitado e de importantes acontecimentos para o movimento estudantil na UFPA, no Brasil e no resto do mundo. Ao nos lembrarmos de alguns episódios, podemos ter dimensão desse cenário de resistência, mas também de muita repressão¹⁷². Foi um ano alvoroçado no qual a UFPA esteve conectada a esses acontecimentos através de manifestações ocorridas dentro e fora do *campus*.

No Brasil, o movimento estudantil de 1968 se voltou, primordialmente, contra o regime militar, consequência de um processo de contestação alimentado nos anos anteriores, desde o golpe, chegando a confrontos violentos entre estudantes e forças policiais em várias capitais, como o episódio que ficou conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”, em 1966, quando alunos da UFRJ, ocupando a Reitoria da Faculdade de Medicina, foram encurralados e espancados pela polícia. O aumento dos conflitos nas ruas resultou na morte do secundarista Edson Luís, evento que se tornou símbolo maior do que esse ano representou para o movimento estudantil, ganhando contornos ainda mais dramáticos, como o que se viu depois. A reação da ditadura foi severa e a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968 foi um “banho de água fria” sobre os movimentos que digladiavam nas ruas contra as forças policiais. O Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, aumentou a repressão nas universidades, proibiu qualquer associação de estudantes e professores e previu punições rigorosas, como expulsão das instituições. Os alunos, que se engajaram nas ocupações, passeatas e outras ações de rebeldia, foram monitorados pelos órgãos de vigilância nos anos seguintes. A violência e a perseguição nos *campi* foram um dos legados daquele ano¹⁷³.

¹⁷² Publicação do Decreto-Lei nº 348 que regulamentou as Divisões de Segurança e Informações nos Ministérios civis em janeiro; assassinato do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto durante conflito com a PM no restaurante Calabouço na cidade do Rio de Janeiro, seguido da marcha de 50 mil pessoas em repúdio ao episódio, o que foi prontamente reprimido pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, em março; passeatas estudantis em várias capitais brasileiras e confrontos policiais em abril; a Lei nº 5.439 estabeleceu responsabilidade criminal para menores de dezoito anos envolvidos em ações contra a segurança nacional em maio; prisão de 300 pessoas na UFRJ e suspensão das aulas em junho; invasão do *campus* da UNB por tropas policiais, onde um estudante foi atingido por uma bala na cabeça, mas tendo sobrevivido em agosto; invasão da UFMG pela Polícia em setembro; invasão do prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP por membros do Comando de Caça aos Comunistas e outros grupos; prisão de estudante da UNE durante o congresso em Ibiúna em outubro; determinação por parte do Supremo Tribunal Federal da libertação de estudantes presos em dezembro. ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos. **1968**: 40 anos depois. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 9-13.

¹⁷³ ARAÚJO, Maria Paula. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.). **1968**: 40 anos depois. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 17-26. Existe uma disputa sobre a memória de 1968, entre aqueles que identificam naqueles acontecimentos elementos condicionantes para o que ocorreria depois – como marco para as mudanças comportamentais que se consolidariam com o tempo, ou seja, uma interpretação teleológica daquela data – e entre aqueles que fazem uma leitura parcial e seletiva daqueles acontecimentos, a fim de justificar ações equivocadas, ou seja, uma compreensão redentora do que ocorreu. Por isso, é importante estarmos atentos às tensões entre história e memória que se estabelecem em torno de “68”. É equivocado afirmar que a opção pela luta armada tenha

Contudo, o termo “legado” deve ser usado com cautela, pois a violência policial contra estudantes já ocorria antes das manifestações de “68”. Citemos um exemplo: conforme noticiado na imprensa, o estudante de Filosofia Valter Pinheiro foi “brutalmente espancado” pela Polícia de Belém em setembro de 1966, “ficando com o rosto deformado”. O discente só foi medicado após vinte e quatro horas quando foi solto por intervenção de seu advogado. Na ocasião em que a matéria foi publicada, desconheciam-se as causas do espancamento, pois o estudante estava hospitalizado e não podia falar¹⁷⁴.

Essa fonte se choca com certa leitura sobre “68”, especificamente, a respeito do aparato repressivo do regime, para a qual, o AI-5 foi um “golpe dentro do golpe”, como se tivesse ali se iniciado, de fato, uma ditadura no Brasil, com a generalização do recurso à tortura e ao fortalecimento do SNI e da Comissão Geral de Investigações (CGI), um tipo de tribunal de exceção criado para o julgamento de funcionários públicos tidos por corruptos. Ainda que esse sistema de segurança interna tenha envolvido, agora de modo sistemático e direto, os militares na repressão política de civis, bem como possibilitado a diversos grupos no poder intervir em maior escala na sociedade, o regime não mudou essencialmente com o AI-5, tendo em vista que tortura e toda sorte de arbitrariedades já existiam nos anos anteriores. Sabe-se, porém, que os projetos de retomada das punições são anteriores aos protestos daquele ano¹⁷⁵ e o Ato fez parte de um processo de radicalização iniciado em 1964¹⁷⁶.

Dada à ação policial dentro da UFPA durante o ano de 1968 e anteriores, com expurgos de docentes e prisão de estudantes, assertivas como “golpe dentro do golpe” mostram-se frágeis e tendem a desconsiderar a construção do regime autoritário após o golpe e sua repercussão na vida universitária. Elio Gaspari chegou a dizer que foi o

sido uma consequência do AI-5, editado em 13 de dezembro, como bem salientou Carlos Fico. No entanto, essa linha de entendimento foi levantada por parte da ex-militância. FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 62-64. Do mesmo modo, não se pode confundir a ação revolucionária de quadros armados com as manifestações estudantis espontâneas associadas a 1968, embora exista uma memória que busque realizar essa associação, representando a luta armada como um ato desesperado e heroico de jovens sem opções políticas, criando uma continuidade entre os dois movimentos, o que não existiu necessariamente. Os militares, por sua vez, insistem na tese de que o AI-5 foi uma causa direta daquelas rebeliões, mesmo que seja difícil aceitar que o DOI-CODI pudesse ser criado para combater estudantes sublevados. Esses combates de memória não devem ser analisados como falseamento dos fatos, mas convicções arraigadas que servem à formação de vínculos de identidade e para possibilitar novas configurações de poder após o fim da ditadura e mesmo até os dias atuais na “Nova República”. FICO, Carlos. 1968: o ano que terminou mal. *In*: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 223-229.

¹⁷⁴ ESTUDANTE espancado em Belém. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 set. 1969.

¹⁷⁵ As subseções do SNI em cada ministério foram criadas por Médici ainda em janeiro, por exemplo.

¹⁷⁶ Fico (2009, p. 230-238).

presidente Costa e Silva quem “precipitou o país na ditadura” e que, após 1968, por meio do AI-5, o “regime assumiu sua natureza ditatorial”¹⁷⁷.

Marco Antônio Villa defendeu essa mesma leitura a respeito do regime constituído antes do AI-5, elencando argumentos que nos causam certo constrangimento. Segundo Villa, dos vinte e um anos de regime militar, apenas dez podem ser considerados uma ditadura, sendo que o período compreendido entre os anos 1964 e 1968, no entender desse pesquisador, “não podem ser considerados como uma ditadura, no sentido da etimologia política desse conceito”, uma vez que o Poder Legislativo se manteve funcionando, houve eleições para o executivo estadual, a imprensa se colocou no campo oposicionista e viu-se uma forte efervescência cultural. Esses chamados “espaços de liberdade” seriam, para o autor, característica de um regime não ditatorial¹⁷⁸.

O que se observa, nos depoimentos de ex-professores e ex-estudantes da UFPA e na documentação produzida pelo próprio regime, é uma realidade bem diferente da descrita por Gaspari e Villa, possibilitando-nos afirmar que houve, sim, ditadura (“na etimologia política desse conceito”) antes e depois do AI-5. A movimentação política, as bandeiras de luta levantadas e a efervescência foram realmente sufocadas pelo AI-5, dispositivo que regulamentou a ditadura, oficializou o poder discricionário do presidente e fechou o Congresso, ou seja, aperfeiçoou o aparato repressivo do regime. Entretanto, apenas o grau de violência não define a natureza de um regime. Cito um episódio atinente à UFPA a seguir.

O reitor Silveira Neto, por exemplo, um dos principais alvos das manifestações promovidas pelos alunos da UFPA naquele ano, aplicou sua *vendetta* sobre os envolvidos sem recorrer ao “477” ou ao AI-5. A partir de janeiro de 1969, a Reitoria deixou de efetuar o pagamento dos vencimentos do professor da disciplina de Química Orgânica Cíclica, Roberto Rodrigues Coelho, sem qualquer comunicação à Escola de Química. A diretoria do setor encaminhou diversos ofícios à administração da Universidade solicitando esclarecimentos sobre o ocorrido, mas não obteve respostas. O vice-diretor da Escola relatou que o próprio Silveira Neto havia lhe dito que “era questão de honra colocar fora da Universidade” o professor¹⁷⁹.

¹⁷⁷ Gaspari (2002, p. 139; 141).

¹⁷⁸ Villa (2014, p. 252-253).

¹⁷⁹ Ofício nº 167/69, Escola Superior de Química/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

O docente esteve entre os que manifestaram apoio aos alunos nas agitações que resultaram na ocupação do prédio onde funcionava a Escola de Química. Em outro movimento, Silveira Neto baixou a Portaria nº 217/69, de 18 de março de 1969, estabelecendo uma Junta Interventora, conforme as palavras do diretor Júlio dos Santos Ribeiro, para “intervir na vida administrativa” daquela unidade¹⁸⁰.

Além disso, na reunião do CSN de julho de 1968, Jayme Portella e Emílio Médici transpareceram toda sua vontade de sufocar o movimento estudantil. Portella chegou a dizer que um dos fatores que favoreciam a ação subversiva era a “falta de repressão às lideranças estudantis extremistas”. O presidente Costa e Silva, presente na reunião, expediu, através do Ministério da Justiça, poucos dias antes, comunicado oficial proibindo a realização de passeatas a qualquer título. O regime mostrou preocupação com o fato de que “as lideranças extremistas estudantis” vinham se firmando e, progressivamente, aumentava o número de jovens que as apoiavam, além do arrimo de grande parcela da opinião pública¹⁸¹.

Em outras palavras, meses antes da publicação do AI-5, o regime já manifestara seu desejo de soffrear o ME e também já possuía ferramentas jurídicas para fazê-lo. Qualquer ideia que compreenda o AI-5 apenas como uma ferramenta “necessária” e utilizada pelo regime para combater grupos armados deve ser refutada, pois, como vimos, o alvo dos militares não era apenas aqueles que optaram por pegar em armas e executar ações mais contundentes de enfrentamento, mas também os movimentos que foram às ruas para manifestar pacificamente seu descontentamento político.

Durante décadas, documentos como os citados acima foram mantidos em sigilo, alimentando uma interpretação incorreta desse dispositivo jurídico. Em determinado momento daquela mesma reunião, o presidente da República, Costa e Silva, fez a seguinte advertência: “o documento que os senhores membros do Conselho de Segurança Nacional têm em mãos é de caráter ultrassecreto, de modo que deverá ser manuseado com a devida cautela”. Acrescentou que o material seria recolhido “como precaução” e que se tratava de “análise feita à luz de informações positivas, muito bem estudadas e triadas”, embora

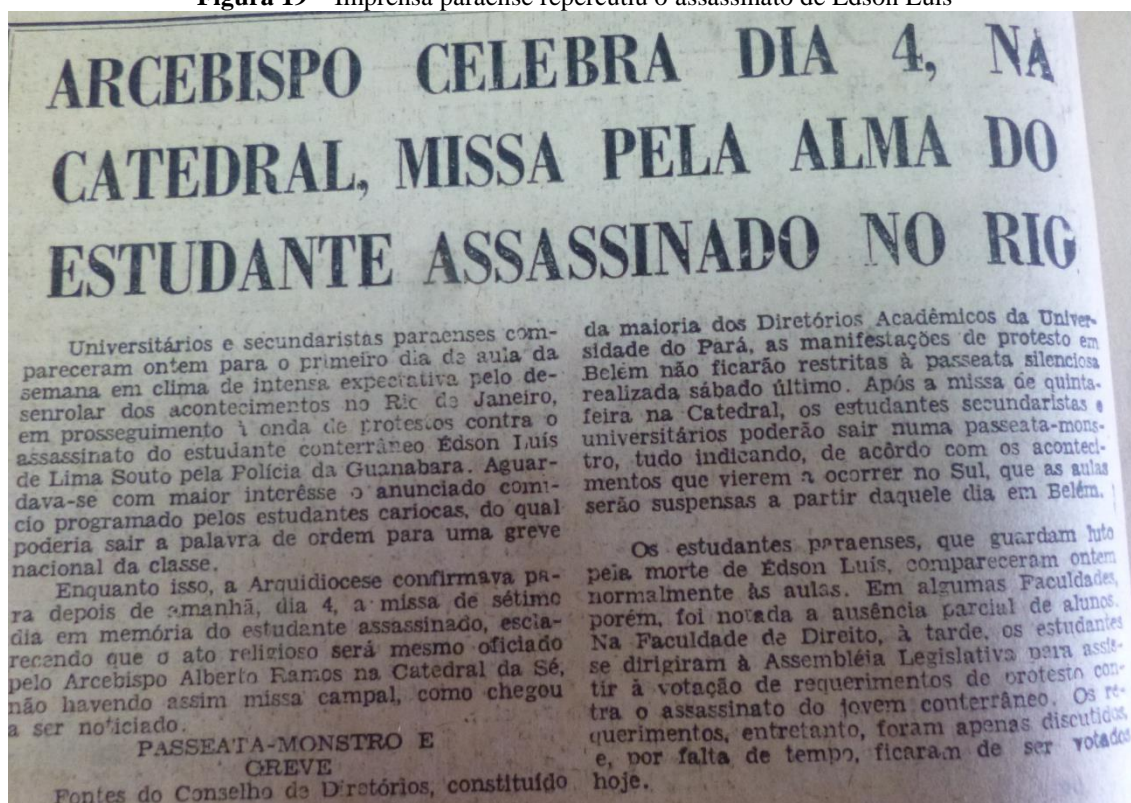
¹⁸⁰ Ofício nº 167/69, Escola Superior de Química/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁸¹ Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

não se devesse entender, acrescentou o presidente, que havia ali algo “alarmante”¹⁸². Seis meses depois, foi baixado o Ato Institucional mais duro da ditadura.

Em outubro, portanto, antes do AI-5, ocorreu o Congresso da UNE em Ibiúna, aquele que pode ser considerado um dos marcos de todo o processo político, de conflitos diretos e de radicalização vivenciado pelo movimento estudantil após o golpe, mais intensamente a partir de 1966. Ali estava quase toda a liderança estudantil do País, a qual acabou presa pela polícia¹⁸³.

Figura 19 – Imprensa paraense repercutiu o assassinato de Edson Luís



Fonte: *A Província do Pará*, edição de 4 de abril de 1968.

As memórias do ex-aluno do curso de Engenharia, Alberto Puty, mostram-nos como “68” foi vivenciado na UFPA. Nesse ano, as coisas começaram a ficar mais tensas, e o clima de conflito dentro da Universidade foi se agravando cada vez mais, conta a

¹⁸² Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

¹⁸³ Vladimir Palmeira, José Dirceu, Jean Marc e Luís Travassos estavam entre eles (ARAÚJO, 2007, p. 174-186). Conflitos internos envolvendo grupos contrários durante o congresso podem ter “facilitado” o desbaratamento do encontro, seguido da prisão das suas principais lideranças. Mesmo com o “fracasso” de Ibiúna, visão essa recorrente na memória a respeito desse episódio, o Congresso não deixou de representar a tensão produzida naquele ano e denunciou a presença de diferentes posições ideológicas no interior do ME que, lutando, interna e externamente, acabou tendo que lidar com o fortalecimento da “linha dura” do regime. MÜLLER, Angélica. 1968: memória dos atores e seus reflexos. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 51-64, 2007.

testemunha. Na Escola de Química, frequentada por um grupo pequeno de alunos, que estudava próximo à Praça da República e que fez greve por dois meses em repúdio à falta de materiais adequados e de professores para o funcionamento do curso. Foram seguidos pelos alunos de Engenharia, que estudavam em local próximo, na Travessa Campos Sales com a Rua Senador Manoel Barata: “estava o Gilberto Gil com aquelas roupas africanas e tal, lá no meio da gente, que ele ia dar um *show* ali no Teatro da Paz e aí aproveitou, ficou conversando com a gente e tal”, lembra Puty.

Quando as discussões a respeito da Reforma Universitária estavam cada vez mais afloradas, os alunos do curso de Engenharia organizaram uma mesa-redonda para tratar do assunto e convidaram alguns professores, principalmente os mais novos, aqueles que não tinham direito a voto na Faculdade¹⁸⁴, mas que, por conta dessa condição, poderiam ser aliados do movimento estudantil¹⁸⁵. O diretor da escola, Josué Freire, encaminhou seu representante, Jarbas Pereira. Alunos de outros cursos também compareceram, lotando um salão grande, apelidado de Maracanã.

A reunião já se estendia por algum tempo quando um dos alunos¹⁸⁶ subiu na mesa dos professores e disse “vamos ocupar essa Escola”, recebendo apoio do grupo ali presente. Aquela mesa-redonda foi o estopim para a ocupação da Escola de Engenharia (juntando-se aos manifestantes do curso de Química), mas também uma ação “contra o reitor, contra a mudança e [pela] oxigenação da Escola”¹⁸⁷.

Peregrinações, nas demais faculdades espalhadas por Belém, foram realizadas em busca de adesão e apoio ao movimento de ocupação iniciada pouco antes da chegada do presidente Costa e Silva a Belém, persistindo durante toda a sua permanência¹⁸⁸. Alunos do curso de Serviço Social se juntaram aos manifestantes, seguidos pelos discentes de Medicina e Economia. Os estudantes fizeram passeatas de rua em um processo de rápida mobilização, possível pela capacidade que o Diretório dos Estudantes possuía em

¹⁸⁴ O direito a voto pertencia apenas aos professores catedráticos.

¹⁸⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 24 jun. 2019.

¹⁸⁶ Possivelmente, Arnaldo Barreto.

¹⁸⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 24 jun. 2019.

¹⁸⁸ Informação nº 1156/750/ABE/76, Confidencial. Belém, 27/07/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

organizar o movimento estudantil naquele momento, juntamente com a atuação da AP dentro da UFPA, criando estratégias de ação dentro da Universidade.

Foi um período, assim, 1968 foi um ano muito propício para isso. Tinha o movimento da França, a morte de Edson Luís, a questão da Reforma Universitária, eram muitas coisas juntas e muita discussão acumulada. Mas a Universidade estava viva, os estudantes estavam em um processo de muita discussão, todos eles estavam discutindo. Então era um campo fértil para mobilização, para as manifestações¹⁸⁹.

O reitor Silveira Neto e o diretor da Faculdade de Engenharia, Josué Freire, não eram figuras vistas com simpatia pelos militantes que, decididos a afrontar as autoridades acadêmicas, aproveitaram a ocupação de 1968, aliaram-se aos professores não catedráticos e buscaram dar uma nova cara à Universidade e alterar o regimento do curso. O movimento obteve êxito, o regimento foi alterado, os professores novos ganharam direito a voto no Conselho Universitário, o diretor Freire renunciou ao cargo e Silveira Neto perdeu apoio político, o que interferiu diretamente em sua derrota na sucessão ao cargo de reitor no ano seguinte¹⁹⁰.

As memórias estudantis apresentam um cenário de luta política, de polarização e de intervenção. Graças a depoimentos como esse, percebemos que a efervescência política pré-AI-5 ultrapassou o espaço da UFPA e ganhou as ruas de Belém, a exemplo do episódio em que, após uma mesa-redonda ocorrida no Colégio Nazaré, onde estavam presentes o jornalista Anílio Franco e o jurista Aldebaro Klautau, organizada pelos Diretórios e por várias Escolas sobre a intervenção norte-americana na Amazônia, um grupo queimou a bandeira dos Estados Unidos na frente do colégio e apedrejou o prédio de uma entidade norte-americana. Ou ainda, através dos “troles” que saíam em cortejo pela cidade atrás de uma carroça carregada de bebida alcoólica, festejando os aprovados no vestibular e protestando contra a ditadura, sempre atentos à presença de infiltrados, dos órgãos de segurança, que promoviam “quebra-quebra” e desvirtuavam a ação¹⁹¹.

¹⁸⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 24 jun. 2019.

¹⁹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 24 jun. 2019.

¹⁹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 24 jun. 2019.

Na visão do regime, “até mesmo o tradicional ‘trote’ nos calouros era aproveitado pelos agentes infiltrados nos meios estudantis para afirmar sua liderança e obter a obediência da massa de calouros pelo condicionamento de reflexos”¹⁹².

A infiltração de agentes da repressão nos “troles” pode ser atestada pela documentação produzida pela “Comunidade”. A inteligência do Comando Militar da Amazônia informou ao escritório do SNI, em Belém, que Zeno Augusto Bastos Veloso, em abril de 1965, em seu “discurso no ‘trote’ dos calouros, atacou o fechamento da UNE e do CACO e foi contra a Lei Suplicy”. Ainda, quando presidente do DA da Faculdade de Direito da UFPA em 1967 e membro da Casa da Juventude (CAJU), segundo o CMA, estava identificado com as esquerdas que seguiam a orientação do Partido Comunista¹⁹³.

No prontuário do escritório do SNI em Belém, constava também que Cláudio Augusto Neves Leão de Salles, ex-aluno do curso de Medicina da UFPA e irmão do exilado político Flávio Salles, foi detido pelo DOPS da SEGUP/PA “por ocasião do trote dos alunos da Faculdade de Filosofia”¹⁹⁴.

Podemos citar também as lembranças de outra testemunha dos eventos ocorridos em 1968 na UFPA: Aluizio Lins Leal¹⁹⁵. Era um movimento estudantil diferente daquele que se observou alguns anos depois, como procurou frisar em seu depoimento: “em 1964, o pessoal ainda não tinha uma série de elementos que nós passamos a ter em 1968, porque eu pertencço à geração dos estudantes de 1968”. Acrescentando que se tratava [a geração de 1964] “mais de uma espécie de rebeldia” “pequeno-burguesa”. O que agudizou uma consciência política entre os estudantes, segundo Aluizio, foram essas interferências dos militares no ensino, como os chamados acordos MEC-USAID. Esses conflitos seriam os

¹⁹² A SUBVERSÃO na escola. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 nov. 1970.

¹⁹³ Informação nº 468-E2/69, 2ª Seção do EMR/8/8ª Região Militar/Comando Militar da Amazônia. Belém, 22/08/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁹⁴ Prontuário nº 00028/ABE/SNI. Belém, 1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁹⁵ Filho do Baixo Amazonas, nascido à beira do Tapajós, em 1942, onde passou a primeira parte da infância, antes de se mudar para o vilarejo de pescadores do Surubejo, próximo ao rio Gurupatuba, no município de Monte Alegre. Viveu um tempo ainda em Santarém e mudou-se para Belém aos 12 anos de idade para estudar no Colégio do Carmo, transferido em seguida, por questões disciplinares, por não se adaptar à rotina salesiana, para o Colégio Paes de Carvalho, onde terminou o curso colegial. Aluizio encontrou, no novo colégio, um ambiente laico e mais liberal para os padrões da época, engajando-se no movimento estudantil “pré-64”, ao lado de Etelmiro Castilho (ligado ao PCB), o que acabou levando-o a se aproximar de figuras como Ruy Barata, Sá Pereira, Raimundo Jinkings, Dantas, o Dantinha, Zé Braz e Jocelyn Brasil. Todos membros do PCB local, conhecidos pela participação nos comícios que se costumavam organizar no Largo do Palácio. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

elementos, assim acredita o ex-aluno, necessários para formar uma consciência política dos “estudantes de 1968”¹⁹⁶.

Nesse depoimento, estabeleceu-se uma diferenciação quanto à atuação do movimento estudantil em 1964 e em 1968. Para Aluízio, existia, antes do golpe, uma “nata” de estudantes paraenses, vindos das famílias de classe média e que pensavam em se contrapor a qualquer coisa que acreditavam que pudesse fazer mal ao País, mas que também se via representada pelo discurso daqueles que venceram em 1964, o que explicariam as defecções e as mudanças para o “outro lado” após 1º de abril.

Sua memória representa “68” como um movimento de identidade diferente dessa pré-1964. O que ocorreria em “68” na UFPA começou a ser forjado em 1966, ano em que Aluízio ingressou na UFPA para cursar Matemática quando a ditadura militar se consolidava nas universidades¹⁹⁷.

O jornal *O Liberal* noticiou vários acontecimentos relacionados às agitações estudantis em 1966, o que corrobora com essa narrativa. A testemunha aparece também

¹⁹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Aluízio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

¹⁹⁷ Qual sentido é atribuído pela memória a respeito desses acontecimentos? O que se observa na memória estudantil, o que acaba também se constituindo como um legado, é a representação “monumentalizada” do ano de 1968 na UFPA, justificado, segundo essa narrativa, por ter sido um ano “glorioso” quando ocorreram muitas manifestações populares, sobretudo, dos estudantes. Foi o ano em que a classe média teria rachado com os militares: “porque aqueles jovens que estavam na faculdade faziam parte da classe média, e os manifestantes de 1968 não eram os ‘comunistinhas’ que estavam na rua da UAP. Era a grande massa de estudantes”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Ruy Antônio Barata. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (74 min 46 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1285>. Acesso em: 17 abr. 2020. Devemos entender narrativas como essas enquanto “testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido, o qual exerce poder sobre a memória futura, de perpetuação”. “Nenhum documento é inocente”, advertiu-nos Jacques Le Goff, e o depoimento de militantes do movimento estudantil, os “fazedores de história”, devem ser vistos como, de fato, são: “monumentos”. Estaria a testemunha aqui se “esquecendo” das lutas estudantis da “geração de 64”? Ou seria, como sugere Joel Candau, “uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios”? CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 127. Dizendo de outra maneira, a narrativa que liga a “geração de 68” às massas precisa “silenciar” a memória de lutas estudantis anteriores e ligá-las a grupos de estudantes oriundos da elite social para estabelecer sua própria identidade. O movimento estudantil procurou construir uma memória de lutas em torno de determinadas datas, buscando inspiração para a resistência ao regime, como também estabelecer a representatividade social e política dessa memória nos anos seguintes, reforçando uma identidade e fazendo uso político do passado, através da construção de uma memória em torno de certos eventos históricos, como os ocorridos em 1968, data que definiria uma “nova geração” de estudantes que lutou contra a ditadura, ao mesmo tempo em que buscava se distanciar da “geração” derrotada em 1964, cuja memória acabou sendo silenciada. BRITO, Antônio Maurício. Militância estudantil e memórias dos anos 1960. **Tempo e Argumento**, [S.l.], v. 9, p. 115-123, 2017. Devemos também considerar que as divergências entre gerações podem tanto representar um movimento de negação mútua, quanto do desconhecimento que se tinha a respeito da realidade de luta que outras “gerações” protagonizaram em diferentes épocas.

em lista produzida pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) com a indicação dos elementos presos no Pará, entre 1º de abril de 1964 e agosto de 1966, acusados de atividades subversivas¹⁹⁸.

Havia, ainda, encontros clandestinos e peças de teatro promovidos pela UAP, enquanto os alunos procuravam a imprensa para fazer suas manifestações. Os calouros do curso de Direito da UFPA chegaram a ir até a redação do jornal para exigir a aplicação de “exames de segunda época”, dado o grande número de vagas existentes naquela Faculdade. Na ocasião, os calouros portavam cartazes que traziam críticas a “diversos setores do panorama nacional”¹⁹⁹. Os alunos recém-aprovados, nas Faculdades de Agronomia e na Escola de Química, fizeram o seu “trote” ao lado do prédio do jornal *O Liberal* em março de 1966, “reivindicando melhoramentos nas faculdades e criticando as autoridades”. Um dos cartazes dizia: “Queremos açúcar neste inverno e que tudo o mais vá pro inferno”²⁰⁰.

Em 1966, Puty foi detido próximo ao colégio Paes de Carvalho por quatro homens e levado ao Quartel da 5ª Companhia de Guardas, onde ficou preso durante um mês por ordem do coronel Décio Luiz Fleury Charmillot, sendo fichado pelo DOPS. Essa foi a primeira vez em que Aluízio foi preso. Na segunda, foi detido quando retornou a Belém depois de passar uma temporada afastado da cidade. Segundo a testemunha, houve uma delação por parte de um sujeito chamado Raimundo Mota, permitindo que várias pessoas fossem presas, acusadas de participarem de organizações clandestinas:

E inclusive um negócio jocoso, interessante, que foi o fato de que uma namorada de um amigo meu era sobrinha de um general que era o chefe do SNI aqui, aquele famoso Mário Aldo Couto da Gama. E uma vez ela vai com as primas dela visitar o tio lá no SNI. Isso é coisa de menina, de adolescente. E ele as mandou ficarem por lá, andarem por lá, que ele estava ocupado etc. Ela chega lá num arquivo, daqueles de A a Z, abre a gaveta e começa a procurar, justamente ela estava procurando isso, e encontra uma pasta minha. E eu me lembro de que ela chegou depois apavoradíssima comigo, pedindo pelo amor de Deus para eu não me meter em nada, porque tinha um verdadeiro dossiê a meu respeito nas pastas do SNI²⁰¹.

¹⁹⁸ Além de Aluízio Lins Leal, outros universitários foram detidos nesse período: Rodrigo Octávio Monteiro Lopes, Carlos Jurandir Monteiro Lopes, Cleyton Nogueira de Oliveira, Zacharias Fernandes da Silva, Luiz Fernando Alencar, José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, Paulo Nogueira Costa, Terezinha de Jesus Fialho e Ana Soares Diniz. A secundarista Almeirinda Freire e o professor secundário Walter José de Andrade Pinheiro também foram presos. Ofício nº 162 – S.1. – DESPS/SEGUP/PA. Belém, 09/1966 [o dia não foi inscrito no documento], Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

¹⁹⁹ CALOUROS de Direito reivindicam segunda. **O Liberal**, Belém, 5 mar. 1966.

²⁰⁰ TROTE dos calouros de Economia e Química. **O Liberal**, Belém, 12 mar. 1966.

²⁰¹ Na primeira detenção, seus companheiros de cela eram Ruy Barata, Sá Pereira, Raimundo Jinkings, Dantinha, Benedito Monteiro, Carlos Jurandir Monteiro Lopes e Rodrigo Monteiro Lopes (desses últimos

Solto, o ex-aluno continuou seu engajamento nas lutas contra a ditadura entre 1966 e 1968. As pichações com os dizeres “Abaixo à Ditadura”, “Fora imperialismo”, “Viva a liberdade” e “Liberdade para o Brasil” eram mecanismos usados pelos alunos para se manifestarem contra o regime. Os discentes Alberto Puty, Antônio Sidônio Rodrigues e João Bosco Perpétuo estavam entre aqueles que usavam essa ferramenta. Um dos alvos foi o muro do local em que ocorria uma feira amazônica promovida pela ditadura no Largo de Nazaré. Essas ações se intensificaram com o tempo e a rejeição estudantil aos acordos MEC/USAID e ao Projeto Jari na Amazônia foram combustíveis para o aumento da reação dos estudantes. A primeira grande manifestação foi motivada pelo assassinato do secundarista Edson Luís. Os alunos da UFPA, desejando organizar uma missa campal em honra ao estudante, procuraram, de várias formas, realizar o evento, chegaram a ir ao arcebispado, contudo, muitas dificuldades foram impostas para que se realizasse a celebração. O arcebispo colocou a situação da seguinte maneira: “olha, vocês estão pedindo uma atividade política, e uma atividade política nós não vamos concordar com ela”. O imbróglio continuou até que um padre da Igreja de Santana aceitou celebrar a missa. A divulgação foi feita durante dois dias por Antônio Sidônio, andando pela cidade e convocando a população para participar da manifestação, uma vez que nenhum dos serviços de radiofonia aceitou fazer a propaganda do evento. O Largo de Santana ficou atropetado de gente, principalmente, de alunos da UFPA, concentrados para a primeira grande manifestação de seu corpo discente em 1968²⁰².

As ações de rua prosseguiram naquele ano, com conflitos e agressões físicas entre os alunos da UFPA e membros de grupos rivais aglutinados em torno da Tradição Família e Propriedade, como o que ocorreu no Largo do Relógio, onde acontecia uma manifestação da entidade. Além da testemunha, Sidônio, Dárcio Maciel, Cláudio Sales e Pedro Alcântara e vários outros alunos de Medicina e Engenharia dirigiram-se ao local roubando o estandarte usado pelos manifestantes, criando um “porradal” generalizado.

dois eram filhos do então desembargador Agnano Monteiro Lopes). O Quartel era comandado pelo major Douglas Faria de Sousa e o subcomandante era o capitão Luiz Gonzaga de Britto Nobre. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

²⁰² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Outro caso ocorreu durante as comemorações patrióticas do mês de setembro quando um grupo de alunos da UFPA se infiltrou entre os alunos de dois colégios que desfilavam em frente a um palanque, onde estavam o governador do Estado e alguns generais, na Avenida 15 de agosto, atual Avenida Presidente Vargas. Os infiltrados passaram em frente às autoridades aos gritos de “Abaixo à ditadura”, olhando para os “milicos” que estavam alinhados. Descontentes, os militares presentes viraram as costas e foram embora, deixando o governador sozinho²⁰³.

O serviço de inteligência da polícia federal relatou sobre esse episódio que, no dia 5 de setembro, quando se realizava um desfile estudantil em Belém, um grupo de cerca de cinquenta estudantes menores “dirigidos por universitários”, conduzindo cartazes alusivos a reivindicações e contra o reitor da Universidade do Pará e aproveitando intervalo entre unidades escolares, justamente em frente aos palanques das autoridades, começaram a desfilar. Quando as autoridades determinaram a intervenção policial, o governador do Estado interveio e mandou deixá-los fazer o desfile, “a fim de ser evitado o conflito. O desfile terminou sem maiores incidentes”²⁰⁴.

Parece ter sido um episódio que gerou mesmo incômodo, pois, nesse mesmo dia, o SNI apurou que os universitários conseguiram organizar uma greve parcial no ciclo secundário²⁰⁵.

Nesse ano, a polícia militar passou a se organizar e agir mais rapidamente sobre os estudantes, a exemplo do que ocorreu em outra manifestação organizada pelos universitários nas proximidades do Palácio do Rádio em 1968. A polícia cercou os estudantes, que se esconderam em um dos apartamentos do prédio, dali lançando um petardo de fabricação caseira contra os policiais. Nesse momento, começavam a se organizar os quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), enquanto o aparato de resistência passou a ser mais bem aparelhado, uma vez que começou a utilizar alguns explosivos. Quando Rosean Campos

²⁰³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019

²⁰⁴ Sumário Político 2, Serviço de Informações/DPF/Ministério da Justiça. Brasília, DF, 06/09/1968. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

²⁰⁵ Informe nº 10/SNI/NABE/68. Belém, 21/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Aqui há uma divergência entre a informação produzida pela PF e pelo SNI, pois esse último relatou que as manifestações “terminaram com atritos entre estudantes e a polícia militar, tendo havido algumas prisões de universitários”, soltos após serem ouvidos nos depoimentos.

Caldas Brito gritou “Ditadura filha da puta”, os policiais pensaram que tal insulto tivesse partido da esposa de Fernando Fiuza de Melo, a qual foi presa e levada pela polícia²⁰⁶.

Tudo isso aconteceu concomitantemente à conflagração dentro da Universidade naquele ano, mesmo com a dificuldade espacial que existia, uma vez que a UFPA estava territorialmente distribuída em vários pontos da cidade²⁰⁷.

Todas as unidades foram ocupadas, com exceção de Odontologia e Farmácia²⁰⁸, segundo a testemunha, por serem “altamente reacionárias”. Conforme lembra Aluízio, os alunos “não estavam influenciados pela Primavera de Paris”, ou por qualquer coisa que estivesse acontecendo fora da UFPA. Foi um movimento que teria sido discutido e organizado dentro do contexto da Universidade. As ocupações eram conduzidas pelos Diretórios, que gozavam de prestígio entre os estudantes, a ponto de responderem positivamente às ordens de fechamento das faculdades:

E nessa época já tinha uma massa de militância capaz de compor com os diretórios o quanto necessário para dizer: “vamos fechar a faculdade”. A gente fechava. Fechava e o pessoal vinha para lá. E o que acontecia é que não havia furo nisso aí. Todas as faculdades que foram fechadas tiveram adesão completa de todo mundo. Mesmo aqueles que não participavam ativamente, participavam passivamente, sem comparecer à faculdade. Nós conflagramos a Universidade, nós fechamos toda a Universidade em 1968. Toda²⁰⁹.

²⁰⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluízio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

²⁰⁷ Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais (Rua Governador José Malcher, 1716) Faculdade de Direito (Largo da Trindade, atual Praça Barão do Rio Branco, 93), Engenharia (Rua Senador Manoel Barata / Travessa Campos Sales, 295), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Avenida Generalíssimo Deodoro, 413), Medicina (Praça Dr. Camilo Salgado, 1, em frente à Santa Casa de Misericórdia), Física e Matemática (Avenida Governador Magalhães Barata), Geologia (Travessa 3 de Maio), Farmácia (Avenida Comandante Brás de Aguiar) e Odontologia (no bairro Batista Campos). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Rio de Janeiro). EAPES. Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior: Acordo MEC-USAID. Rio de Janeiro: [s.n.], 1969. Em 1977, o problema da dispersão ainda não havia sido resolvido e algumas faculdades ainda estavam localizadas em vários bairros de Belém. UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

²⁰⁸ Há aqui uma divergência em relação ao narrado na documentação produzida pela vigilância, a qual apontou a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais como a única não ocupada pelos universitários. Informação nº 1156/750/ABE/76, Confidencial. Belém, 27/07/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Segundo apurou o SNI, em consequência de entendimentos mantidos com o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, Pedro Martins de Mello, foi evitada a deflagração, tendo o diretor mantido contatos com os DA da Universidade, “mostrando a gravidade da decisão, inclusive, porque iria prejudicá-los pela ausência nas provas finais, sacrificando assim o ano letivo”. Posteriormente, em reunião no DA na Faculdade de Medicina, os estudantes decidiram realizar apenas um protesto, a ser publicado na imprensa, contra as prisões e a violência policial usada, durante as passeatas, contra os estudantes. Informação nº 1/SNI/NABE/68. Belém, 24/10/1968. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁰⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) –

Durante as ocupações, os alunos puderam exercer certo controle sobre a rotina das faculdades. Conforme narra Layse Duarte de Salles, aluna do curso de Ciências Sociais naquele ano e presidente do Diretório, apenas professores e alunos alinhados ao movimento eram autorizados a acessar o prédio da Faculdade. Ela gritou a palavra de ordem da ocupação: “‘é nesse momento que a gente fica. Quem puder ficar, fica’. Eu fiquei. Eu fiquei e só saí de lá no último dia da greve de ocupação”²¹⁰.

Na Faculdade de Química, o diretor Júlio dos Santos Ribeiro prestou apoio às manifestações dos alunos, o que foi registrado pelo SNI em relatório produzido pelo órgão. Segundo o documento, naquele ano, o diretor liderou a organização de passeata ao lado de outros “agitadores”, “que portavam cartazes atacando o governo e as Forças Armadas, com o fim de perturbar o desfile de estudantes secundários que comemoravam a ‘Semana da Pátria’”. Em julho de 1968, segundo o SNI, Júlio “assinou portaria entregando a Escola de Química ao Diretório Acadêmico”. Mantinha também “constantes atritos com o reitor da Universidade [Silveira Neto]”, o que estaria prejudicando a Escola²¹¹.

Júlio resistiu em permitir que a Escola fosse recuperada pelas autoridades e foi preciso a intervenção da Polícia Federal para que o prédio fosse, afinal, desocupado pelos manifestantes. Alguns meses antes, o SNI também registrou movimentos de agitação entre os alunos e professor do curso de Química, durante a estada do Presidente Costa e Silva na capital²¹².

Durante as insurgências na UFPA naquele ano, o diretor Júlio dos Santos Ribeiro teve, nas palavras do SNI, “atuação marcante e decisiva no processo de subversão norteador do movimento estudantil de 1968”²¹³. Ele estaria atuando com o apoio de outro professor da Escola, Roberto Coelho, esse último responsável pela impressão dos panfletos espalhados pela cidade de Belém por ocasião das manifestações estudantis em

Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

²¹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Layse Duarte de Salles. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (65 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1292>. Acesso em: 20 jan. 2020.

²¹¹ Ficha Individual nº 03/PA, NABE/SNI. Belém, 17/03/1969. Fundo do Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional.

²¹² Encaminhamento nº 0134/740/ABE/82, ABE/SNI. Belém, 17/02/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²¹³ Pedido de busca nº 0556/700/ABE/78. Belém, 13/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

repúdio à morte de Edson Luís de Lima Souto. Tais panfletos teriam sido rodados no mimeógrafo da Escola de Química com a autorização do diretor²¹⁴.

Além do caso narrado acima, Orlando Sampaio, diretor em exercício da Faculdade de Filosofia, em 1968, simpático ao movimento estudantil, entregou, ele próprio, as chaves do complexo onde funcionava a Faculdade ao Diretor do Centro Acadêmico (CA) para que os alunos pudessem realizar a “ocupação” do espaço, como também aconteceu em outras faculdades da UFPA no auge dos protestos daquele ano. Sampaio, assim, recorda do diálogo entre ele e uma estudante:

Professor, nós precisamos ocupar a Faculdade de Filosofia, aí eu disse: mas por que vocês vão ocupar a Faculdade de Filosofia se vocês estão ocupando? Vocês têm ampla liberdade, vocês se reúnem, vocês fazem tudo o que querem aqui dentro, por que ocupar? O senhor tem razão. Com dois dias, ela volta e diz: “Professor, nós vamos ter que ocupar mesmo, porque, não estando oficialmente ocupada, nós estamos enfraquecendo o movimento, então, nós vamos ocupar, o nosso movimento, então, eu disse “muito bem”. Eu respeito a decisão da Assembleia Geral, houve uma reunião com os estudantes e nós vamos ocupar. Nós vamos fazer um inventário com todos os bens principais existentes na Faculdade designando ao professor Braga Eloi, para junto com a Layse, fazer um inventário desses bens, essa relação dos bens, feito isso assinado pelas duas partes, nós lacramos a sala da diretoria, o laboratório de genética, e eu entreguei a Faculdade aos estudantes para que eles pudessem ficar livres. Durante esse período, os professores não entravam, entravam aqueles que eram considerados simpáticos ao movimento deles, inclusive eu, o que era um absurdo naquele tempo²¹⁵.

Além de Sampaio, Anunciada Chaves, Paulo Mendes e Roberto Santos tinham acesso à Faculdade ocupada, visto que apoiavam os estudantes. O resultado de todo esse engajamento do docente foi uma aposentadoria precoce com base no AI-5, publicada na gestão do reitor seguinte, Aloysio Chaves. Esse o chamou à sede da Reitoria, localizada na Avenida São Jerônimo, atual Governador José Malcher, para lhe comunicar sobre o desligamento forçado. Orlando Sampaio migrou, em seguida, para São Paulo para fugir dos inimigos locais²¹⁶.

²¹⁴ Possivelmente, o caso também foi denunciado pelo técnico-operador da máquina de cópia, Antônio Palheta, o qual se recusou a reproduzir ao perceber que se “tratava de documento subversivo de natureza subversiva”. Foram denunciados como outros envolvidos em atividades subversivas: Estêvão Natalino Dias, Mário Sampaio e Jorge Cunhas, todos funcionários da Escola de Química. Informe nº 03 SIC/69, SIC – 5ª CIA GD, CMA – 8ª RM/Ministério do Exército. Belém, 07/03/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

²¹⁶ Segundo a testemunha, seu desligamento da Universidade foi “tramado” por Silveira Neto, o qual havia organizado uma lista com vinte professores a serem aposentados através do AI-5. Entre eles: Anunciada Alves, Paulo Mendes e Edyr Silva (esposa de Orlando Sampaio). A estratégia seria excluir os dois

Essas movimentações internas em 1968, citadas por ex-alunos, levaram a um debate transmitido pelo canal de televisão local, TV Guajará, com o ministro da Educação Tarso Dutra e com o secretário-geral do MEC, Edson Franco. Contudo, essas vitórias do ME duraram pouco tempo, pois o “477” foi usado para punir aqueles que se insurgiram em 1968, atingindo não apenas aqueles que estiveram diretamente envolvidos nos levantes, mas também os que foram apanhados participando de sessões de discussão com as diretorias das faculdades. “Eles aproveitaram e sentaram o 477”, mesmo sobre aqueles que tiveram pouco envolvimento direto nas manifestações. Nesse momento, a ALN e a VPR, este último encabeçado por figuras como Sebastião Ramalho, estavam ganhando espaço dentro da UFPA, organizando-se para seguir ao Araguaia e enfrentar a ditadura através das armas. “Mas aí, com a chegada do AI-5, com o ‘477’ na universidade, em 1969, isso muda completamente. Em 1969, a Universidade amanhece morta”²¹⁷.

Um dos legados deixados pelos movimentos de 1968 foi a repressão à comunidade acadêmica, o aumento da vigilância nas universidades e o “desbaratamento” do movimento estudantil, o qual vinha se fortalecendo e consolidando-se dentro da UFPA. Notavam-se cada vez mais as figuras dos “penetras”, alunos que nunca haviam sido vistos na Universidade, mas que assistiam às aulas com os demais estudantes. Tratavam-se de agentes infiltrados do Exército, Marinha e Aeronáutica, encarregados de observar e relatar o que ocorria dentro das salas de aula. Para piorar, uma operação malsucedida promovida pela ALN²¹⁸, organização com muitas ligações na UFPA, causou a prisão de vários de seus membros, incluindo lideranças estudantis não diretamente ligadas ao assalto. “Nós entramos num compasso de letargia completa”, lembra Aluízio²¹⁹.

comunistas da Universidade, Orlando Sampaio e Ruy Barata, este já aposentado pelo AI-1. Nem todos os docentes da tal lista foram punidos, segundo informações da testemunha por intervenção do ministro Jarbas Passarinho. A mesma sorte não tiveram Camilo Duarte e o também deputado federal Epílogo Campos, ambos cassados e aposentados pela Universidade. Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014.

²¹⁷ Além de Aluízio, Marivaldo Moraes Siqueira (Matemática), Alex Iturenca (Economia), José Armindo (Geologia) e Dalva Patriarca (Odontologia) representaram os alunos no debate. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluízio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

²¹⁸ A chamada “Operação Picolé”, a qual tinha como objetivo assaltar a indústria Gelar em Belém. Esse episódio ocorreu em agosto de 1969 quando a sede das “Indústrias Gelar”, em Belém, foi assaltada por membros da ALN liderados, segundo a inteligência da Marinha, pelo estudante da Faculdade de Direito da UFPA, Flávio Augusto Neves Leão de Salles, afilhado do advogado Egídio Salles. Encaminhamento nº 0212, CENIMAR/GMM/Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, 29/04/1976, Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

²¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) –

Nos registros deixados pelo serviço de vigilância, a participação nas agitações de 1968 foi utilizada, mesmo nos anos seguintes, como uma referência para “avaliar” alunos e professores em seu grau de suspeição. Era uma pecha que não seria esquecida e acompanharia a trajetória acadêmica desses sujeitos por muitos anos. Em 1977, o SNI achou importante informar às autoridades militares e de segurança pública de Belém que um aluno de Medicina da UFPA, Amilcar Ximenes Ponte, em 1968, “fez pregações no seio estudantil na cidade de Sobral, Ceará, versando sobre a doutrina marxista, procedendo, inclusive, com a distribuição de livros de teor comunizante”²²⁰.

Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau, “comunista independente, de classe e gabarito”, como assim o classificou o SNI, também foi associado pela vigilância às agitações ocorridas na UFPA em 1968, na condição de professor da Faculdade de Direito:

Após as agitações, publicou nos jornais uma carta concitando os alunos a reiniciarem os movimentos interrompidos. Naquele ano, ainda por ocasião da crise na Faculdade de Química, quando o reitor afastou o seu diretor, por ter cometido diversas faltas, colocou-se ao lado dos professores rebeldes, que se agruparam em torno do ex-diretor. Para tratar, possivelmente, de assunto estudantil, conseguiu uma entrevista com o ministro da Educação, oportunidade em que distorceu fatos ocorridos na UFPA, tentando o afastamento do reitor doutor José da Silveira Neto. [...] Oportunista e demagogo, teria lançado no período em tela, “slogans”, tais como, “Amazônia é Brasil”, “Brasamazônia”. Nessa fase, teve papel saliente em outro movimento estudantil, de grande repercussão, contra o CMT da 8ª RM, general Inácio José Veríssimo²²¹.

Segundo relatório produzido pela DSI/MINTER, Roberto Ribeiro Corrêa, ex-aluno do Colégio Paes de Carvalho e da Faculdade de Economia da UFPA, “em abril de 1968, teve atuação destacada nos tumultos estudantis” ocorridos na capital. A “Divisão” considerou que a permanência do ex-aluno nos quadros de funcionário do BASA²²² tornava “necessária uma constante vigilância, particularmente quanto ao seu comportamento político”. Em maio de 1973, a Agência Central do SNI instruiu a filial de Belém para informar ao banco a respeito da “inconveniência” de Roberto Ribeiro Corrêa assumir cargos em comissão naquela instituição²²³.

Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

²²⁰ Informação nº 0941/116/ABE/77. Belém, 30/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²²¹ Informação nº 1805700/ABE/77. Belém, 30/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²²² Banco da Amazônia S.A.

²²³ Informação nº 75, Confidencial, 166/ASI/BASA/MINTER. Belém, 26/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

No entanto, houve quem tentasse “apagar” seu envolvimento nos ocorridos de 1968. Aleksei Turenko Júnior, em 1971, procurou o 4º Distrito Naval (DN), em Belém, para cancelar os registros negativos que, porventura, ali estivessem armazenados. Na ocasião, apresentou certidões emitidas pela Aeronáutica e pela 8ª RM a respeito de sua idoneidade. Já a Marinha não lhe revelou os registros que constavam em seu arquivo, os quais denunciavam seu envolvimento na ocupação da UFPA e em passeata de rua em 1968²²⁴.

A tentativa falhou e quatro anos depois, justamente quando seu nome era cogitado para ocupar cargo na recém-criada Secretaria de Administração e Planejamento do Pará, sua participação nas agitações daquele ano foi trazida à tona pelos Órgãos de Informações (OI) locais. A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP)²²⁵, o Comando Militar da Amazônia (CMA)²²⁶ e a polícia federal²²⁷ apresentaram registros sobre a atuação do ex-aluno no movimento estudantil de 1968 na capital (Figura 20).

²²⁴ Pedido de busca nº 702, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 19/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²²⁵ RPB nº 0978, Confidencial, 75-DESPS. Belém, 24/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²²⁶ Informação nº 443, Confidencial, E2/75/CMA/8ª RM/Ministério do Exército. Belém, 30/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²²⁷ Informação nº 0452, Confidencial, 75-SI/SR/DPF/PA. Belém, 17/12/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 20 – Ficha mantida na polícia federal sobre Aleksei Turenko Júnior, ex-aluno do curso de Economia da UFPA

CONFIDENCIAL

TURENKO JUNIOR
Item 47

DELEGACIA REGIONAL DO PARA
SERVIÇO DE ORDEM E POLÍTICA SOCIAL


ACE Nº **3743/83**

Belém, 8 de Outubro de 1969

NOME ALEKSEI TURENKO JUNIOR Idade 25 anos
 Nasceu a 14 de Maio de 1943 Estado civil Casado
 Filho de Aleksei Turenko
 e de Ana Turenko
 Nacionalidade Brasileira Naturalidade Campina-Grande
 Instrução Superior Profissão Estudante de Economia
 Residência Rua Professor Nelson Ribeiro Nº 549 Bairro do Telegrafo
 Local de Trabalho _____ Fone _____

HISTÓRICO:
O epigrafado é de cor branca, olhos castanhos claro, cabelos castanhos claro, ondulado, barba e bigode raspados, com altura entre 1,71 e 1,75 e ser pai de dois filhos e ter compleição média. Deu entrada nesta DH. em 10 de Janeiro de 1969 e fôra fichado por determinação

↓



do Inspetor Dr. Jadyr Soares O epigrafado não tem antecedentes criminais na SEGUP deste Estado. Tendo prontuario na DOPS da referida Secretaria do Estado.

CONFIDENCIAL

ATENÇÃO: O original deste documento (com 03 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Fonte:

Nos anos que se seguiram aos episódios narrados, o SNI e os demais Órgãos de Informações de Belém mantiveram a prática de trocar dados a respeito do envolvimento de elementos com registros “políticos-ideológicos negativos” durante as manifestações de 1968, amiúde, o projeto de distensão lançado por Geisel em 1974, o que, entre outras questões, denuncia a capacidade de perpetuação da vigilância e da repressão ao longo do regime, cuja atuação, naquele momento, contradizia a propalada “abertura política”.

Outro legado de “68” foi o Decreto-Lei nº 477/1969, publicado em fevereiro, durante o governo de Costa e Silva. Seus dispositivos traduzem a reação do regime aos protestos ocorridos dentro das universidades no ano anterior, prevendo infrações disciplinares aos professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino superior que:

- I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública²²⁸.

Essas infrações eram punidas com demissão e proibição de ser contratado por qualquer outra universidade durante cinco anos no caso de professores e funcionários, e desligamento e proibição de ser matriculado em outro estabelecimento de ensino por três anos no caso dos alunos.

Temendo a “contaminação do vírus” espalhado pelos estudantes em 1968, as autoridades foram intransigentes, aprofundando o estado de exceção. Não houve mobilização da sociedade o suficiente e “as lideranças estudantis ficaram na contracorrente. Na contramão da história. E, assim, encurtou-se o ano”²²⁹. Em outras palavras, as lutas estudantis de 1968 no Brasil “não conseguiram tornar viável uma alternativa de massas, exaurindo-se em seu vanguardismo”²³⁰. No Pará, essa conjuntura foi sentida no ano seguinte. Entre 30 de dezembro de 1968 e 31 de dezembro de 1969, várias figuras foram atingidas pelo AI-5²³¹.

²²⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 1, p. 77, 26 fev. 1969.

²²⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, out. 1998.

²³⁰ RIDENTI, Marcelo; ANTUNES, Ricardo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 2. UEL, jul./dez. 2007; Revista Mediações (UEL), v. 12, p. 78-89, 2007.

²³¹ Sandoval Marinho de Souza, tenente-coronel da polícia militar (demissão); Camilo da Silva Montenegro Duarte (deputado federal pelo ARENA – cassação de mandato eletivo com suspensão de direitos políticos, servidor do MEC, advogado do Banco da Amazônia e professor-adjunto da UFPA – aposentadoria); Demétrio Pereira de Holanda, subtenente da polícia militar (demissão); Elias Ribeiro Tinto, ex-prefeito de Santarém (suspensão de direitos políticos); Epílogo Gonçalves de Campos, deputado federal suplente pelo ARENA (cassação de mandato eletivo com suspensão de direitos políticos); Gilberto Ronaldo Campello de Azevedo, deputado federal pelo ARENA (cassação de mandato eletivo com suspensão de direitos políticos); Hélio da Mota Teixeira Gueiros, deputado federal pelo ARENA (cassação de mandato eletivo com suspensão de direitos políticos); Laércio Wilson Barbalho, deputado estadual pelo MDB (cassação de mandato eletivo com suspensão de direitos políticos); Manoel Constantino da Veiga, prefeito de Cametá (cassação de mandato eletivo com suspensão de direitos políticos); Maravalho Narciso Bello, deputado estadual pelo MDB (cassação de mandato eletivo com suspensão de direitos políticos); Miguel Antunes Carneiro, juiz de direito do Estado; Otávio Ferreira Passos, capitão intendente da polícia militar (demissão); Raimundo Olavo da Silva Araújo, juiz de direito (aposentadoria). Relação dos atingidos pelos AI-5, AI-13 e AI-17 (período de 30 dez. 1968 a 31 dez. 1969). Rio de Janeiro [não foi possível precisar a data de produção do documento]. Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

No âmbito da UFPA, os envolvidos nas manifestações de 1968 foram identificados pela Delegacia Especial de Segurança Pública de Belém (DESPPS/SEGUP/PA) e repassados à Comissão de Investigações Sumárias do Exército (CISEx) através de lista encaminhada ao DSI/MEC em agosto de 1969. Esses nomes foram, então, remetidos pelo diretor da Divisão ao Conselho de Segurança Nacional “para enquadramento no AI-5”, e o DSI/MEC sugeriu que os docentes relacionados fossem aposentados dos cargos públicos com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço²³².

Houve também os alvos do AI-5. De fato, os conflitos com Silveira Neto foram notados pela vigilância, a qual levantou que, durante a ocupação das faculdades da Universidade em 1968, Orlando Sampaio “assumiu a direção da Faculdade de Filosofia e atuou contra o reitor, tomando partido franco dos alunos e promovendo reuniões em sua Escola de grupos de subversão”, da qual faziam parte “padres, freiras e elementos vindos do Sul do País para tumultuar o meio estudantil”. Segundo o SNI, ele também era acusado de ser o autor de um panfleto que atacava a família do reitor²³³. Sampaio foi um dos atingidos pelo AI-5 e aposentado compulsoriamente.

Isto posto, entendemos que o regime fez dos acontecimentos de 1968 mais uma justificativa para arrefecer a vigilância no *campus*. Secretamente, o SNI sinalizou para os seus agentes o necessário cuidado que deveriam ter com o que acontecia nas universidades após as sublevações que tomaram conta desses espaços, como pode ser observado em documentação produzida pelo órgão. Para as autoridades, as agitações estudantis, daquele ano, indicaram que os expurgos iniciados em 1964 foram insuficientes para uma “limpeza” completa desses espaços, ainda permeável a ideias perigosas.

“Vivemos dias difíceis”, exclamou o SNI ao se referir à “Guerra Revolucionária”, em que o comunismo tentaria atingir as mentes e dominá-las, visando à mudança das “tradições democráticas” através da persuasão coletiva, processo esse evitável por

²³² Antônio Borges Leal Filho (professor assistente da Escola de Engenharia, “mentor e principal responsável pelo movimento estudantil de agosto” naquela unidade); José das Neves Capela (português e professor-assistente da Faculdade de Ciências Econômicas, teve “papel saliente no movimento de agosto”); Júlio dos Santos Ribeiro (diretor da Faculdade de Química, “suspendeu funcionário por negar-se a rodar no mimeógrafo material subversivo. Além dos envolvidos nos ocorridos de 1968, foram também indicados pelo DSI/MEC para enquadramento no AI-5: Bohdan Bujuroski (polonês e professor da Faculdade de Arquitetura); Carlos Cardoso da Cunha Coimbra (professor-adjunto da Faculdade de Filosofia, padre e “esquerdista confesso”); Maria Tereza Couceiro Simões (professora-adjunta da Escola de Serviço Social, surpreendida em flagrante distribuindo “panfletos e jornais subversivos”); e Ronaldo de Araújo (professor da Faculdade de Medicina, “classificado como elemento de alta periculosidade e agitador subversivo profissional”). Ofício nº 83/69, DSIEC/AS/MEC. Brasília, DF, 29/08/1969. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²³³ Encaminhamento nº 0134/740/ABE/82, Confidencial, SNI. Belém, 17/02/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

intermédio do progresso da educação, capaz de obter a “independência de julgamento”. As autoridades de vigilância alertavam para os “apelos aos sentimentos”, através dos quais os comunistas desviavam o “legítimo idealismo do moço” e colocava-o a serviço de sua ideologia, o que explicariam “as passeatas e movimentos estudantis”, segundo o SNI. A propaganda adversa estava entre as maiores preocupações da Comunidade, em especial, aquela dirigida aos jovens, “visto serem eles mais vulneráveis às técnicas de sugestão e persuasão”. Por essa razão, argumentava o SNI, “que o comunismo procurou, no Brasil, a partir de 1961 (Ação Popular), dirigir toda a sua atenção para o jovem”. Segundo a visão da vigilância, grande número de “moços”, tanto nos níveis secundário quanto superior, foi atingido pelos comunistas através de “apelos ao sentimento”, manipulando-o, sabendo-o sugestionável, reuniu-o em passeatas, movimentos coletivos, distúrbios etc. “Daí as sucessivas crises estudantis experimentadas em 1968, provocadas artificialmente pelo comunismo, em sua quase totalidade”. A vigilância citou como exemplo a invasão pela polícia ocorrida na Universidade de Brasília (UNB), fatos que teriam sido explorados pelos “propagandistas comunistas”, os quais denunciaram as “supostas arbitrariedades policiais”. Sobre esse episódio, o SNI reclamou que não teria interessado aos subversivos “dizer que aquela escola de ensino superior era um foco de jovens profissionais comunistas, instruídos e pagos por Moscou, Pequim e Havana”, onde fabricavam e distribuíam armamento, imprimiam panfletos, violavam jovens e impediam professores democratas de ministrarem suas aulas²³⁴.

O regime relacionou as agitações estudantis daquele ano a uma suposta “contrarrevolução” comunista que estaria sendo preparada no País. A ata da 41ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, ocorrida em 11 de julho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, confirma essa assertiva. Em determinado momento, Costa e Silva passou a palavra ao general de brigada Jayme Portella de Mello para que este fizesse uma apreciação sucinta sobre a problemática da segurança interna²³⁵.

Segundo Portella, a situação nacional vinha sendo tumultuada por fatos que representavam “desrespeito à autoridade constituída e aos postulados da vida

²³⁴ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²³⁵ Além do marechal Arthur da Costa e Silva, então presidente da República, estavam presentes o general de brigada Jayme Portella de Mello, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, o deputado Tarso de Moraes Dutra, ministro da Educação e Cultura, o senador Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro do Trabalho e Previdência Social, o general de divisão Emílio Garrastazu Médici, chefe do Serviço Nacional de Informações, entre outras autoridades. Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

democrática”. A associação das manifestações de massa com os atos de “terrorismos e sabotagem, repetidos em escala e vulto cada vez maiores”, caracterizavam “atentados flagrantes e violentos à ordem pública e ao regime”. Tal estado de coisas vinha produzindo “gradativa sensação de insegurança à população” e “gerando um sentimento de apreensão no seio das Forças Armadas”, que via, “claramente, em tudo isso, o início da contrarrevolução”. Para Portella, as Recomendações de Havana (OLAS²³⁶ e outros Congressos), ultrapassado o período preparatório, encontravam-se em fase de plena concretização, não só no Brasil como na América Latina, “colocando na vanguarda, com vistas à tomada do poder, a classe estudantil, não só universitária como também secundarista”. Engrossavam e respaldavam essa vanguarda estudantil “os extremistas de esquerda de todos os matizes”, os “descontentes”, os “inocentes úteis” e os expurgados pela Revolução. O chefe do Gabinete Militar chegou a afirmar que as manifestações eram orientadas por elementos especializados, com preparo técnico e tático no exterior para executar a “Guerrilha Urbana”. A “massa estudantil” seria utilizada como vanguarda do processo geral de subversão. Os órgãos de informações, analisando o problema, caracterizaram a existência de uma “filosofia revolucionária marxista bem definida”, como era visto, segundo o regime, nas diretrizes da Ação Popular, a qual pretendia “radicalizar o movimento estudantil para demonstrar a possibilidade de avanço das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política”. Um plano de luta teria sido também estabelecido pelo “Seminário Nacional sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro”, trazendo *slogans* e temas de combate: “denúncia do acordo MEC-USAID; luta pela Reforma Universitária; luta pela gratuidade do ensino; combate ao militarismo e ao poder militar, particularmente ao Exército; criação de grupos de autodefesa”²³⁷.

Por esses dados, temos que os acontecimentos de 1968 levaram o sistema de vigilância na UFPA a outro patamar. O Decreto “477” reconfigurou o movimento estudantil, o qual teve de buscar fazer sua luta de oposição em outros campos. Os envolvidos nas agitações foram “fichados” pela “Comunidade” e sua participação foi mencionada nos documentos produzidos pela vigilância quando se levantava o histórico de subversão desses elementos nos anos anteriores. No caso da UFPA, se, por um lado, a memória dos ex-alunos buscou glorificar o levante e a ocupação das faculdades, por outro,

²³⁶ Organização Latino-Americana de Solidariedade.

²³⁷ Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

temos de citar que os ocorridos também entregaram ferramentas valiosas para a inteligência mapear militantes e, conseqüentemente, combater suas ações com mais facilidade nos anos seguintes.

Temos evidências, também, de que o regime não utilizou as manifestações de 1968 apenas como justificativa para legitimar a repressão sobre os estudantes, a qual, como sabemos, existia desde 1964. A cúpula do governo realmente acreditava que as universidades eram um “redil comunista”, produtor de guerrilheiros prontos para tomar o poder das mãos dos generais. Em outras palavras, a estrutura criada pelo SNI, na UFPA e nas demais universidades, serviu ao propósito de desbaratar supostas células comunistas que atuavam a partir desses espaços, enquanto os acontecimentos de “68” teriam deixado isso bem claro ao regime.

Nas palavras de Jayme Portella, ainda ocupando o cargo de secretário-geral do CSN em 1969, “o quadro brasileiro, no decorrer do ano de 1968, mostrou claramente que o problema estudantil, além de seus aspectos educacionais, apresentou também fortes conotações político-subversivas”²³⁸. Não é à toa que o SNI conservou, em seus quadros, especialistas em movimento estudantil durante muitos anos²³⁹.

Antes de encerrar este tópico, quero chamar atenção para mais alguns elementos. Em outubro de 1970, através da Diretriz Presidencial de Segurança Interna, o regime institucionalizou o Sistema Nacional de Segurança Internações/Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI), o combate às “ameaças internas”. Na prática, os Serviços de Inteligência da Marinha (CENIMAR), da Aeronáutica (CISA), a polícia federal, as polícias militares e, principalmente, os DOPS estaduais passaram a desempenhar suas funções de forma homogeneizada e sob a coordenação do Exército. Com essa estrutura, a repressão pôde atuar em todos os setores da sociedade, e não apenas de modo “específico e cirúrgico”, para colher dados de elementos envolvidos na luta armada, mas como instrumento de coação e de invasão da intimidade de elementos não engajados nos movimentos de resistência armada. Prevaleceu um ambiente de suspeição permanente, o

²³⁸ Exposição de Motivos nº 045/SG-1/69. Rio de Janeiro, 24/01/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²³⁹ Ao mesmo tempo em que dispunha de técnicos para tratar especificamente de outros temas, como igreja, movimento sindical e organizações clandestinas da subversão. SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

que pode ser constatado através da documentação consultada, especialmente, no cotidiano das universidades²⁴⁰.

Esse é um dado importante, pois destaca que a repressão foi direcionada também para os grupos que não optaram pela luta armada. A “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, criada no governo Médici, trouxe a obstinação em “caçar” subversivos, demonstrada pelo chefe do Executivo em 1968 quando este ainda estava à frente do SNI. Durante reunião do CSN, diante do então presidente Costa e Silva, Médici falou que não restava “a menor dúvida de que os movimentos de falsos estudantes, de políticos, de eclesiásticos, de cassados e de grupos econômicos oportunistas” tinham objetivos subversivos e representavam a “contrarrevolução”. Continuou o general afirmando que “passeatas de agitadores, destruição de bens públicos e privados, ocupação de faculdades e atos terroristas” caracterizam a presença de “guerrilha urbana” para atingir quatro objetivos principais: “afirmação das lideranças, desmoralização do poder constituído, obtenção do apoio popular e insegurança generalizada”. O então chefe do SNI acreditava que essas ações de “guerrilha urbana”, combinadas com os “atos de terrorismo”, faziam parte da quarta fase da “guerra revolucionária”, criando condições para a luta armada, “em um movimento insurrecional a ser desencadeado, com a colaboração de políticos cassados frustrados e revanchistas”²⁴¹.

Mesmo antes da criação da AESI na UFPA, os órgãos de informações já estavam interessados em colher dados sobre as principais demandas relacionadas a essa instituição. Havia uma agência do SNI sediada em Belém e, como veremos, a temática universitária esteve em pauta. É comum que se afirme que tanto o AI-5 quanto o “Decreto 477” foram uma reação do regime ao processo de radicalização que se teria observado no decorrer de 1968, sendo, destarte, um dispositivo necessário para conter as inquietações perigosamente manifestadas de modo intrínseco, sobretudo, entre os jovens. Essa é uma versão que não guarda coerência com a realidade dos fatos, posto que a vigilância e a repressão já atuavam nos meios educacionais desde meses seguintes ao golpe de 1964. Nas palavras da própria Secretaria-Geral do CSN, “o Decreto-Lei nº 477 foi o instrumento

²⁴⁰ FAGUNDES, Pedro. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Tempo e Argumento**, v. 5, p. 295-316, 2013.

²⁴¹ Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

que permitiu a depuração nos corpos docente e discente das universidades brasileiras após a Revolução de 1964”²⁴².

Em outras palavras, devemos buscar as motivações para a criação dessa legislação em 31 de março de 1964 e não nos acontecimentos de “68”, caso contrário, reproduziremos o discurso de que a legislação autoritária, lançada sobre a sociedade civil após os levantes estudantis, foi consequência do processo de “radicalização” vivido em “68” e, à vista disso, seria justificável.

Podemos citar dois casos. O Departamento Federal de Segurança Pública informou, em documento “secreto”, ao SNI da demissão da professora Araberg de Pessoa Luna, a qual atuava no Centro de Educação Média de Brasília, quinze dias após a “Revolução”, face “às suas conhecidas atividades subversivas (comunista ativa)”²⁴³.

Em junho de 1964, o então general Ernesto Geisel recebeu em seu gabinete, em Brasília, um “Telex” informando da prisão do professor Franz Wilhelm Heimer, alemão e ocupante da cadeira de Língua e Literatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de São José do Rio Preto (SP) por conta de suas implicações em atividades subversivas. Heimer foi transferido para São Paulo, onde, depois de instaurado o devido inquérito, constataram-se “fortes indícios” de que ele seria coordenador da AP naquele Estado. O Serviço Federal de Informações e Contrainformação também fora informado do caso alguns dias antes²⁴⁴.

As manifestações estudantis de 1968 foram entendidas pelo regime como ações preparativas para uma “contrarrevolução”, ao passo que os estudantes foram tratados como possíveis, eu diria prováveis, membros de agrupamentos armados que lutariam contra o regime. Isso faz da Reforma Universitária elemento fundamental para compreender que, mesmo sugerindo a privatização e a americanização do ensino superior no Brasil, o regime fez da “modernização” (a que trouxe, ao mesmo tempo, mais vagas e espiões para os *campi*) das universidades uma das suas prioridades para combater os inimigos internos.

²⁴² Segundo o CSN: “não parece conveniente nem oportuno abrir-se mão do instrumento caracterizado pelo Decreto-Lei nº 477/69 para resguardar a tranquilidade da vida nacional”. Informação nº 008/SG-1. Rio de Janeiro, 19/05/1971. Conselho de Segurança Nacional/Secretaria-Geral. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²⁴³ Informe nº 64/08/104, Secreto, Divisão de Informações/Departamento Federal de Segurança Pública. Brasília, DF, 18/04/1964. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁴⁴ Informe nº 58, IIEEX. Brasília, DF 10/06/1964. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Com isso, quero dizer que assegurar o acesso público aos acervos dos órgãos de repressão, que atuaram a partir de 1964, instalados em inúmeros espaços institucionais civis, torna possível compreender o funcionamento da máquina autoritária e elencar seus autores e suas vítimas, no caso aqui, aqueles que atuaram na UFPA durante o regime de exceção²⁴⁵. Tratar de fontes como o depoimento de Heraldo Maués serve, muito mais do que a uma finalidade acadêmica, a esse propósito maior.

Quero também assinalar o caráter militar da vigilância e do regime como um todo. Embora possa parecer uma assertiva desnecessária a esse ponto, temos de lembrar que persiste uma historiografia²⁴⁶ que tende a atribuir ao regime, que se instalou no País após o golpe de 1964, a alcunha de ditadura “civil-militar”, com o intuito de destacar o apoio civil tanto ao golpe quanto aos governos que se sucederam a partir de então.

Embora seja válido e necessário sempre lembrar a “dimensão civil”²⁴⁷ do regime, o caráter dos governos era militar e a organicidade da vigilância era castrense. A “Comunidade” funcionou a partir de estruturas militares, os chefes do SNI eram militares, o DSI/MEC foi chefiado por militares (com exceção do último), o mesmo acontecendo com a ASI/UFPA, dirigida por militares durante a maior parte de seu funcionamento, quando um civil assumiu o órgão durante o governo Figueiredo. Mais: já em 1989, todas as 12 agências do SNI eram chefiadas por militares, da ativa e da reserva (esses em sua maioria)²⁴⁸.

Os serviços de inteligência federais continuaram a ser coordenados por militares mesmo com a volta dos presidentes civis e com a chegada ao poder dos governos de esquerda. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) sempre teve chefes militares. Falar em ditadura militar, ao invés de civil-militar, não exclui a participação, e, portanto, a responsabilidade dos grupos empresariais, políticos e religiosos no que aconteceu na sequência da tomada do poder em 1964 pelos generais, mas sedimenta o entendimento de que houve um regime controlado por membros das Forças Armadas, os quais lançaram mão de seu aparato bélico para se manter no poder.

²⁴⁵ PELEGRINE, Ayla. Ditadura militar e universidades: a importância do acesso aos arquivos da repressão política. **Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v. II, p. 135-143, 2017.

²⁴⁶ PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169-189, jun. 2012. QUADRAT, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jun. 2012. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jun. 2010.

²⁴⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 62.

²⁴⁸ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989.

Usar a nomenclatura ditadura militar é, para nós, mais do que um apego semântico, ou uma arma para forçar um debate historiográfico, que, muitas vezes, nunca se encerra. Mas, acima de tudo, significa destacar a crescente presença militar na política brasileira, a qual, e aqui voltamos ao cerne desta pesquisa, não foi interrompida após 1985. A manutenção da vigilância é um indício dessa continuidade e soma-se às atribuições conferidas às Forças Armadas pela Constituição de 1988 e à presença de militares no comando dos serviços de inteligência até os dias atuais.

Conquanto a imagem dos fardados tenha sofrido arranhões, maiormente em decorrência da correlação que se fez entre esses sujeitos e os desrespeitos aos direitos humanos, executados por parte deles durante a ditadura, os generais continuam no poder até hoje. Tanto que fazer uso de palavras compostas (civil-militar, empresarial-militar²⁴⁹ etc.) para designar o regime instituído após 1964 serve apenas para dirimir o papel das Forças Armadas na violência lançada contra os opositores do Estado, compartilhar a responsabilidade pela ditadura com toda a sociedade e, conseqüentemente, impossibilitar a imputabilidade dos agentes envolvidos nos crimes cometidos pelo regime, o que permite sua permanência nos altos escalões de poder.

1.3 “SNI Sabia de Tudo”: a estrutura da SNI e as AESIS nas universidades federais

Em agosto de 1967, a agência do SNI, no Rio de Janeiro, recebeu documento da 4ª Divisão Nacional da Marinha, de Belém, no qual é citada a distribuição de panfletos subversivos por alunos do curso de Engenharia da UFPA. As ações ocorreram em filas que se formavam para a compra de carne na cidade, atingida pela carestia do produto, enquanto a Marinha indicou que, possivelmente, o material era produzido e distribuído pela Escola de Engenharia²⁵⁰.

Um dos panfletos apreendidos assim dizia:

Se o governo de ditadura militar brasileira se preocupasse mais com a produção agropecuária (arroz, feijão, gado etc.), e não com os congressos estudantis, como tem feito, estaria melhor mascarando a ditadura do governo democrático. Porém, ele se volta contra nós, os estudantes, porque dizemos verdades, como estas, a vocês, o que todo o povo deve saber. É para isto, para denunciar ao povo os atos de desumanidade (por maldade e incapacidade), que o governo

²⁴⁹ DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 417.

²⁵⁰ Entre eles: Mário Correia Linch, Antônio Fernando de Araújo e Alberto Ferreira Puty, este presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia, já “há muito conhecidos por suas atividades de proselitismo ideológico”. Informação nº 211/Ministério da Marinha-EMA. Belém, 29/08/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

da ditadura vem praticando contra o povo, que a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizará em São Paulo, um Congresso Nacional nos dias 02, 03 e 04 de agosto. Mas o governo não quer que os estudantes se reúnam e para isto mobilizou a polícia, porque sabe que os estudantes denunciarão ao povo os crimes que ele, o governo, vem cometendo, contra o povo e contra a nação²⁵¹.

Outro panfleto tinha o seguinte conteúdo:

A UAP vem enunciar ao povo paraense que: o Governo do Estado do Pará criou a Fundação Educacional do Estado do Pará (FEEP) dentre de um plano da ditadura para afastar o estudante pobre das escolas. Com esse objetivo, acabou o ensino gratuito. A partir de 1968, os estudantes da Fundação pagarão, ao ano, nada menos que 3 salários mínimos. E para isso, manterá uma disciplina dura nos colégios sobre os alunos, professores e funcionários para não reclamarem seu direito de estudar, ou de ter seu filho na escola. A FEEP extinguiu o regime de 2ª época em seus estabelecimentos de ensino, roubando assim mais um direito de todo estudante. Ato este que vem prejudicar direta e principalmente o estudante pobre que trabalha e não tem tempo suficiente para estudar. Tudo isso e mais o que não foi dito é a aplicação de um acordo vergonhoso firmado entre o Ministério da Educação do Brasil e a Agência Americana de Desenvolvimento Internacional. Com esse acordo arrasador da cultura nacional, conhecido nos meios estudantis com o nome de MEC-USAID, a ditadura brasileira entregou o ensino, desde o primário, ao formar os grupos escolares, colégios e faculdades em fundações de ensino pago, o que resultará numa retirada do estudante pobre das escolas. Com isso, a ditadura pretende que o Brasil seja o fundo de quintal dos americanos, de onde tiram nossas riquezas naturais, que deveriam ser de todo o povo. Para isso, quer manter o povo na ignorância para mais facilmente dominá-lo²⁵².

Segundo depoimento dado pelo ex-aluno Aluizio Lins Leal, os nomes citados pelo SNI como distribuidores de material subversivo eram membros da AP, que atuavam dentro da Universidade²⁵³.

O Departamento Regional de Polícia Federal do Pará também investigou o caso por solicitação do SNI. Segundo a PF, os “esquerdistas” aproveitavam as desordens e as aglomerações nas filas para comprar carne para distribuir panfletos contra o governo. “Devido à vigilância da polícia, essa distribuição era difícil”, informava o relatório, e as medidas do governo do Estado para facilitar a compra do item teriam feito desaparecer as filas e os “agitadores perderam o motivo para sua propaganda”. A PF estava se

²⁵¹ Informação nº 211/Ministério da Marinha-EMA. Belém, 29/08/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁵² Informação nº 211/Ministério da Marinha-EMA. Belém, 29/08/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁵³ Ao lado de Layse Salles (curso de Filosofia) e Fernando Fiuza de Melo (curso de Medicina), compunham o quadro dessa organização na UFPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 31 jan. 2020.

referindo a Mário Corrêa Linch, a Antônio Fernando Alves Araújo e a Alberto Puty, “conhecidos agitadores comunistas”, com ficha naquela Regional. Acrescentou-se que Puty desenvolvia “atividades esquerdistas” e já era “mantido sob constante observação”²⁵⁴.

É importante notar que os panfletos apreendidos apresentam os debates que se travaram no campo acadêmico paraense durante os primeiros anos da ditadura. A rejeição às propostas de Reforma Universitária do regime se junta a todo um repertório de oposição promovido pelo movimento estudantil contra o regime, o que inclui denúncias a respeito do intervencionismo norte-americano na Amazônia, tema que se repetiu em outras manifestações.

Esses documentos também descrevem o início da vigilância sobre a comunidade acadêmica na UFPA, exercido pelo SNI, dando conta da operação de controle que se intensificou nos anos posteriores, enraizando-se nos meandros da vida universitária em todos os seus níveis, desde a atuação dos professores em sala de aula, passando pelas representações estudantis, até chegar à patrulha da postura adotada pelos reitores com relação aos elementos suspeitos.

Antes das deflagrações na UFPA de 1968, o SNI já mantinha contato com os serviços de inteligência da Marinha e da DPF para obter dados sobre as atividades suspeitas promovidas por estudantes, e os órgãos policiais já executavam ações de vigilância sobre universitários antes da criação da AESI na Universidade. A questão é saber como tudo começou.

Para falar sobre a constituição do SNI e seu envolvimento em assuntos políticos e no controle ideológico nas universidades brasileiras a partir de 1964, devemos voltar no tempo para compreender em quais raízes históricas se assentam as atividades de inteligência no Brasil. Durante o Estado Novo, a atuação do Conselho de Segurança Nacional foi se capilarizando entre os ministérios civis e estruturando-se conforme os moldes norte-americanos: a Secretaria-Geral passou a ser ligada diretamente à Presidência da República, assumindo o papel de canalizar informações referentes ao Conselho e à Comissão de Estudos, bem como de servir como elo entre as seções de segurança dos ministérios civis²⁵⁵.

²⁵⁴ Informe nº 0092/68-DR/PA. Belém, 14/02/1968. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁵⁵ O Conselho de Defesa Nacional foi criado em 1927, sob o Decreto nº 17.999, durante o governo Washington Luís, e possuía caráter consultivo, reunindo-se, ordinariamente, duas vezes ao ano, tendo por atribuição estudar e coordenar informações sobre questões financeiras, econômicas, bélicas e morais que

Após a Segunda Guerra Mundial, os órgãos de informações tornaram-se instituições permanentes e, com o advento da Guerra Fria, estabeleceram-se como aparato criminal de investigação, atuando na resolução de subversões ideológicas, o que incluía produção de informações sobre grupos considerados inimigos políticos. Diante dessa nova dinâmica mundial, o Brasil precisou adequar o CSN: pelo Decreto-Lei nº 9.775 de 1946²⁵⁶, o presidente passou a ser o responsável por estabelecer as bases de um plano de guerra.

O primeiro presidente instituído após o golpe, Humberto de Alencar Castello Branco, sob orientação do general Golbery Couto e Silva (que se tornaria o primeiro ministro-chefe do SNI) (Figura 21), decidiu substituir a Serviço Federal de Informações e Contrainformações por um aparato que fosse capaz de colaborar com a consolidação do novo regime. Em 11 maio de 1964, foi apresentado o projeto de criação do Serviço Nacional de Informações, instituído²⁵⁷ um mês depois. O órgão era ligado à Presidência da República e em proveito do presidente e do CSN, com sede na cidade do Rio de Janeiro, onde funcionava a Agência Central (AC), comandada pelo então coronel João Baptista Figueiredo.

Posteriormente, foram criadas agências em várias capitais do País, compostas por militares e por alguns civis. Em 1967, o SNI teve sua estrutura ampliada e as antigas seções de segurança nacional dos Ministérios civis foram substituídas pelas Divisões de Segurança e Informações, atuantes nos Ministérios civis, e pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações, alocadas nas demais instituições públicas, como as universidades²⁵⁸.

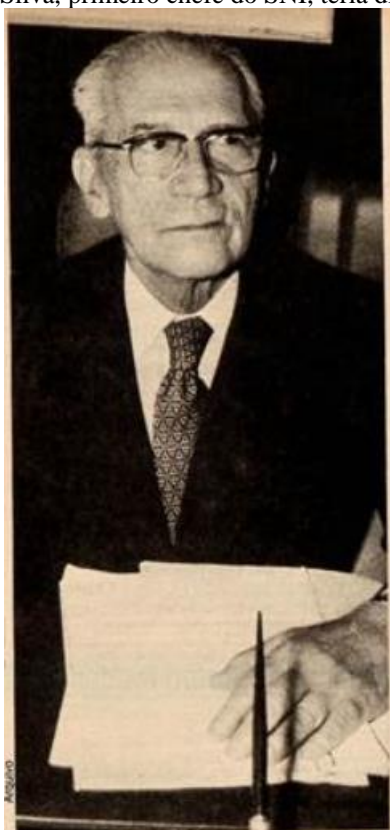
dissessem respeito à defesa da pátria. Segundo Priscila Brandão, a criação do conselho estaria ligada às agitações internas e externas vivenciadas durante os anos 1920, como o movimento tenentista, o movimento operário, a Revolução Russa e a crise econômica que culminaria com a quebra da bolsa em 1929. Já no governo Vargas, em 1934, foram criadas as pastas: Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional, além da alteração do nome para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN). Em 1937, a nova Constituição Federal, em seu artigo 165, apresentava o Conselho de Segurança Nacional como órgão responsável pela segurança. ANTUNES, Priscila. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 44-46.

²⁵⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de setembro de 1946. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, ano 125, p. 12583, 10 set. 1946.

²⁵⁷ BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, p. 5073, 15 jun. 1964.

²⁵⁸ O presidente Eurico Gaspar Dutra dividiu a Secretaria-Geral em três seções, sendo uma delas responsável pelos serviços de informação e contrainformação, levado a cabo pelo SFICI. O Serviço também era responsável por organizar a propaganda e a contrapropaganda no plano político exterior e contraespionagem no âmbito econômico. No entanto, a ativação do SFICI só ocorreria em 1956 no governo Juscelino Kubitschek, o qual seguiu os moldes da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos. Uma subseção foi criada para cuidar de assuntos internos, a Subseção de Segurança Interna (SSI), focada em tratar de ocorrências subversivas, partidos políticos e organizações sociais de classes. No início

Figura 21 – Golbery do Couto e Silva, primeiro chefe do SNI, teria dito a frase: “Criei um monstrengo”



Fonte: Revista *Manchete*²⁵⁹.

De acordo com seu regulamento, as DSI dos Ministérios civis eram órgãos subordinados diretamente aos respectivos ministros de Estado e encarregadas de assessorá-los em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, sob a coordenação do Serviço Nacional de Informações²⁶⁰.

A partir de 1970, o governo militar instalou as AESI nas universidades, com o intuito de controlar e vigiar a comunidade acadêmica e evitar o retorno dos alunos e professores indesejados, expulsos durante as ondas de expurgos iniciadas em 1964. Atuavam como um braço do SNI, fazendo chegar aos níveis mais baixos da administração

dos anos 1960, o SFICI era o principal órgão de inteligência do País, embora sua eficácia operacional fosse questionada (ANTUNES, 2002, p. 46-55).

²⁵⁹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

²⁶⁰ Entre suas atribuições, estavam a coleta de dados relativos aos estudos e o planejamento relativos à Segurança Nacional e à realização de outras missões e tarefas atribuídas pelos respectivos ministros, coerentes com a finalidade do órgão. BRASIL. Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, v. 8, p. 11, 2 out. 1970.

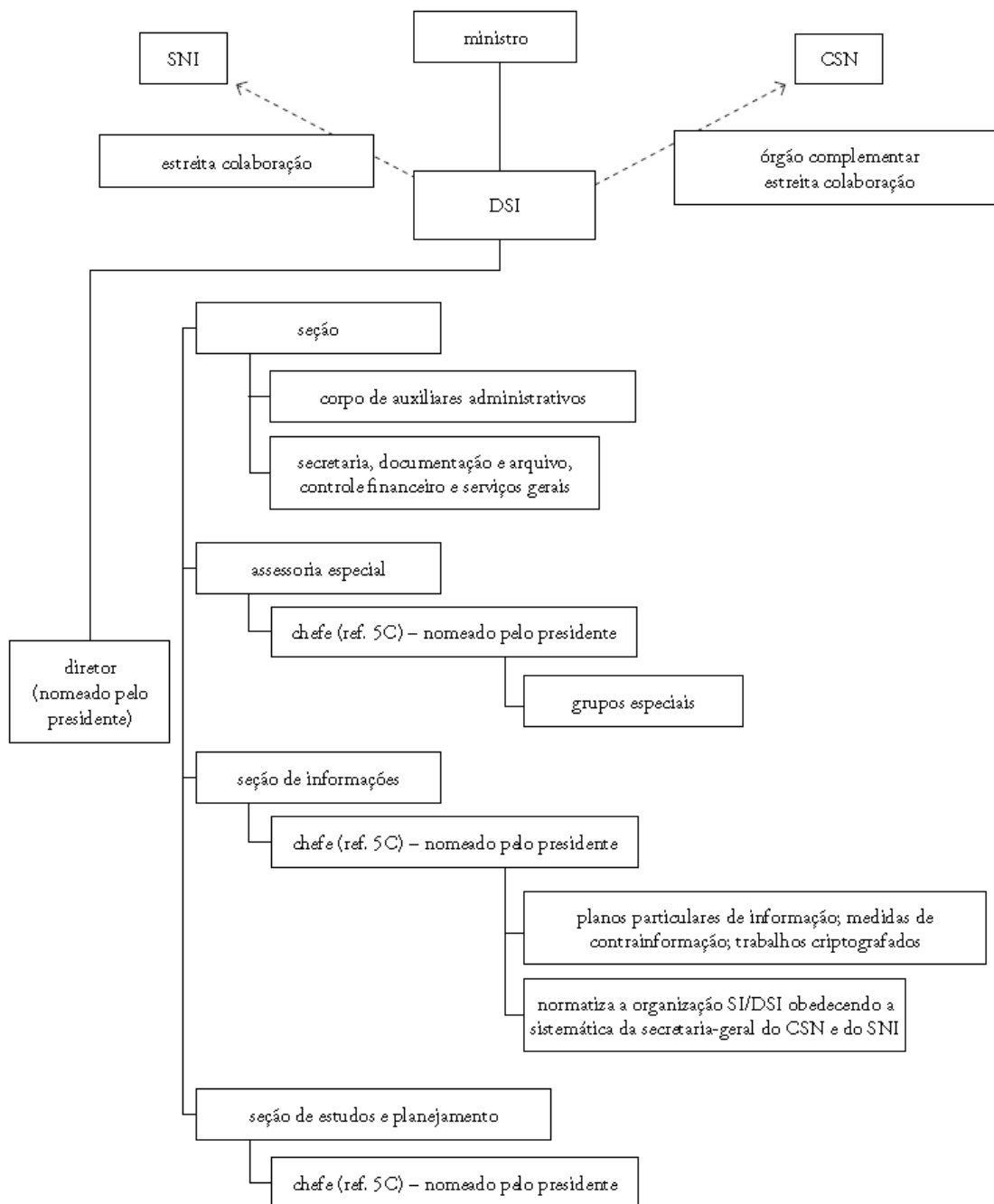
pública as pressões dos escalões superiores e exercendo maior controle sobre os dirigentes, nem sempre obedientes aos desígnios do regime²⁶¹.

Embora isso não signifique dizer que a vigilância sobre as universidades tenha iniciado apenas com a criação das Assessorias. Em agosto de 1969, portanto antes da constituição desses órgãos, a agência do SNI em Belém, a NABE, informou à Agência Central, na cidade do Rio de Janeiro, que os alunos do quinto ano da Faculdade de Direito haviam escolhido o professor Camilo Montenegro Duarte para o posto de patrono da turma. O NABE ressaltou que o professor e ex-deputado federal, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) do Pará, fora “cassado por subversão”. Conforme previsto em Ato Institucional, o presidente da República também o aposentou do cargo de advogado do BASA. Segundo relatou a Agência do SNI em Belém, continuou o citado exercendo o magistério como professor da UFPA, onde desenvolvia “suas atividades subversivas”, o que teria sido o motivo para sua escolha como patrono da turma de bacharelados daquele ano²⁶².

²⁶¹ As AESI atuavam nas empresas públicas, autarquias e fundações. Passaram a se chamar apenas Assessorias de Segurança e Informações (ASI) em 1975 (MOTTA, 2014, p. 127). Nas citações dos documentos produzidos pela Assessoria na UFPA, seguiremos a notação apresentada pela fonte mesmo após a alteração oficial de nomenclatura.

²⁶² Informação nº 133/SNI/NABE/1969. Belém, 20/08/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 22 – Estrutura das Divisões de Segurança e Informações, conforme Decreto nº 62.803, de 3/6/1968²⁶³



Fonte: Brasil (2014).

Nesse sentido, podemos destacar que, anos antes, foi noticiado pela imprensa local que, em determinados dias do Encontro de Universitários do Norte e Nordeste realizado

²⁶³ BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. v. 1. Brasília, DF: CNV, 2014a. p. 124.

em Belém, organizado pelo Diretório Nacional de Estudantes e pelo Diretório Estadual de Estudantes, “havia mais agentes do DOPS pelas imediações” do que acadêmicos²⁶⁴.

Layse Duarte Salles também indicou, em seu depoimento, que, logo após as ocupações de 1968, os alunos envolvidos nas atividades subversivas passaram a ser seguidos e havia agentes do SNI infiltrados entre os alunos na UFPA²⁶⁵.

Além das fontes orais e secretas, os periódicos também trazem indícios da ação de vigilância com relação ao movimento estudantil antes das manifestações de “68”, da instalação do AI-5 e da criação das AESI. Apresentando como “prova” de que havia um plano de subversão desbaratado no País com raízes no exterior, a imprensa noticiou que cartazes contra o governo militar estavam chegando da Checoslováquia e, pelo correio, eram enviados a organizações estudantis²⁶⁶.

Esses documentos revelam a existência da vigilância na UFPA antes da criação da AESI/UFPA. Ou seja, a criação da AESI/UFPA permitiu maior disseminação da vigilância, possibilitando que o regime obtivesse informações mais detalhadas a respeito de atividades suspeitas no *campus*, não obstante a vigilância sobre a comunidade acadêmica era praticada anteriormente.

Contudo, no final das contas, qual era o sentido da instalação da AESI na UFPA e como esse procedimento estava ligado à política do regime militar como um todo, isto é, não apenas para a educação?

Encontramos a resposta em uma das atas dos encontros do Conselho de Segurança Nacional. Na reunião do CSN ocorrida em julho de 1968, o então chefe do Serviço Nacional de Informações, Emílio Garrastazu Médici, traçou aos presentes o panorama do Movimento Estudantil brasileiro naquele momento. O general de divisão informou que

²⁶⁴ PANORAMA universitário. **O Liberal**, Belém, 13 jun. 1966.

²⁶⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Layse Duarte de Salles. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (65 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1292>. Acesso em: 1 fev. 2020.

²⁶⁶ Um desses cartazes, no qual aparecia um soldado com um “X” por cima e com letreiros em espanhol, foi interceptado e entregue ao chefe do gabinete civil, Luís Viana, quando este partia do Rio de Janeiro para Brasília. Viana, ao relatar esse fato a jornalistas no Palácio do Planalto, disse que, pelo carimbo, poderia se ver que o cartaz fora expedido na véspera da posse do presidente Castello Branco. O material foi encaminhado ao chefe do gabinete militar, general Ernesto Geisel, para a adoção das providências adequadas. O chefe do gabinete civil contou esse fato quando os jornalistas perguntaram a ele sobre a situação dos três estudantes chilenos que teriam sido detidos em Belém, motivando uma nota de protesto da embaixada do Chile. O Viana disse que, tomando conhecimento da nota de protesto, imediatamente solicitou as informações necessárias dos órgãos competentes. Acrescentou que o assunto deveria ser examinado com todo o cuidado, “por não estar afastada a hipótese de que os referidos estudantes estarem implicados no plano de subversão que, como o provam vários elementos – inclusive, o caso do cartaz de procedência checoslovaca – tinha vinculações externas”. FINANCIAVA subversão nas Forças Armadas a Casa Civil de Goulart. **O Estado de São Paulo**, 24 abr. 1964.

depois da cisão do PCB, com a formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da “facção trotskista”, surgiu uma nova força comunista no Brasil, a Ação Popular, oriunda da Juventude Universitária Católica: “que procurava fazer crer que o único meio de ganhar a liderança do Partido Comunista, nas universidades, seria a utilização de seus métodos de ação”. O Partido Comunista, mais organizado, conseguiu, segundo Médici, sobrepor-se às lideranças do movimento, conquistando-as para seus quadros. “A Ação Popular ganhou corpo, estruturou-se e conquistou a quase totalidade da direção do movimento estudantil”. Tendo por base uma “filosofia revolucionária, muito parecida com a maoísta-fidelista”, seus adeptos desenvolveram essas teorias e partiram para a prática, cujos resultados já se observavam em todo o País. Sociólogos, professores, sacerdotes, políticos e até altos escalões da administração pública e privada engrossaram seus quadros, constituindo-se em um contingente humano “apreciável”, cujo objetivo era o desencadeamento de uma “revolução social” que mudasse as estruturas vigentes²⁶⁷.

Segundo o responsável pelo SNI, vários objetivos intermediários já haviam sido atingidos, faltando apenas o engajamento dos operários e dos camponeses para a “conflagração final”²⁶⁸. Essa “programação”, a qual teria nascido em Moscou e fora adaptada em Pequim e Havana, estava “em plena execução” no Brasil. E o estágio, já atingido no meio estudantil, era de tal grau que os *slogans* “verbas excedentes“, “vagas“ e “qualidade do ensino“ foram substituídos por “morte“, “ditadura“ e “armas“, “tudo bem encaixado em frases comunizantes”: “o povo organizado derruba a ditadura”, “armas para o povo”, “povo armado faz revolução”, “morte aos gorilas”, “o povo armado derruba o governo“²⁶⁹.

²⁶⁷ Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²⁶⁸ Médici citou como elementos que denunciavam o suposto perigo insurrecional: “atos de sabotagem em linhas férreas; atos de terrorismo em órgãos de informação e jornais conservadores; atentados a bomba em diversos edifícios públicos e quartéis; atentados contra vidas (Guararapes); paralisação do comércio; greves de operários em Minas Gerais e São Paulo; sucessivas greves nas Faculdades em todo o País; depredações; incêndios, passeatas, comícios, concentrações em todo o País; desmoralização dos atos do governo e das autoridades constituídas, através dos veículos de divulgação (televisão, rádio e imprensa); propagação de ideias marxistas nas escolas secundárias, através de murais, panfletos, manifestos questionários e jornais escolares; participação de populares nos movimentos de rua; incremento do antimilitarismo; participação de intelectuais nos manifestos de solidariedade; condenação à censura; exibição de espetáculos teatrais, tipicamente marxistas; apoio ao clero e às atitudes de estrangeiros ligados à Igreja; convulsões intestinais [*sic*] e comoção popular”. Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²⁶⁹ Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

A fala de Médici, o qual viria a ser o presidente da República durante os chamados “anos de chumbo”, deixa claro qual era a missão das Assessorias nas universidades. Após o Decreto nº 75.640, de 1975²⁷⁰, o chefe de ASI deveria ter curso da Escola Superior de Guerra ou da Escola Nacional de Informações (EsNI), ou ainda, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ou equivalente das demais Forças Armadas. O que nos fornece pistas sobre o tipo de atividade que eles exerceriam nas universidades.

Em contrapartida, se a documentação indica que as ASI e o SNI foram ferramentas de repressão política instalada na sociedade a partir de 1964, servindo como veículo de intervenção do Estado em assuntos atinentes ao dia a dia das universidades, para parte do corpo de agentes administrativos da época, a presença desses órgãos, no território acadêmico, não causou tantas dificuldades à rotina do *campus*. Pelo menos, é essa narrativa que consta no depoimento de Antônio Prince Bouez, um dos engenheiros que acompanhou a construção da UFPA no bairro do Guamá. Conforme narra o ex-servidor:

Eles [militares] não puseram nenhuma dificuldade, e tinha realmente uma parte de controle, obviamente. Tanto que, no tempo da Reitoria, foi instalado, sim, um centro de investigação, não sei qual era o nome, nacional. (“Entrevistadora: SNI”) É, mas que não incomodou. Algumas pessoas se sentiram incomodadas, obviamente, como existe em todo setor político. Existem as pessoas que gostam e não gostam²⁷¹.

A vigilância tinha opinião diferente dessa testemunha, pois foi citada pelo SNI dentre os membros da administração superior da Universidade que se posicionaram a favor do movimento paredista dos professores e funcionários de 1984²⁷².

Em maio de 1970, as DSI assumiram um caráter duplo. Ao mesmo tempo em que eram subordinados diretamente aos respectivos ministros de Estado, estavam também vinculados ao SNI, que as coordenava, formando, assim, sua “teia legal”, a qual fundamentou a constituição do seu Plano Nacional de Informações (PNI) de junho, sob a gestão do general Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974). O SNI, como órgão central

²⁷⁰ BRASIL. Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. Aprova o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações; revoga o Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970, e o Decreto nº 68.060, de 14 de janeiro de 1971. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, p. 4691, 23 abr. 1975.

²⁷¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Antônio Prince Bouez. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (60 min 16 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1268>. Acesso em: 1 fev. 2020.

²⁷² Informação nº 0713/19/ABE/84. Belém, 23/08/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

do Sistema Nacional de Informações (SISNI)²⁷³, era o responsável pela coordenação das atividades de informações em todo o País, abrangendo sua atuação para fora do território nacional, sobretudo, em relação aos países vizinhos²⁷⁴.

Fazia parte, também, dessa complexa rede de informações, a EsNI, criada em 1971 quando o chefe do SNI era o general Carlos Alberto Fontoura, tinha o papel decisivo na formação e aprimoramento dos agentes do “Serviço” e de outros “OIs” e cabia-lhe a missão de estabelecer uma linguagem comum dentro do SISNI. Ou seja, preparar pessoal qualificado e os “adestrar” nos mesmos princípios técnicos. Diversos cursos e estágios proporcionaram a preparação dos chefes, analistas e agentes de informações, desde os de mais alto nível aos de nível intermediário, ou seja, aqueles que atuavam nas unidades regionais e setoriais²⁷⁵, como a AESI/UFPA.

É importante frisar que o SNI não atuava somente como órgão de recolhimento de informações para tomadas de decisão estratégicas do regime, mas também como uma ferramenta de espionagem e inculpação, com o intuito de combater a subversão e a suposta “conspiração comunista”. Tudo em nome da Segurança Nacional. Os instrumentos utilizados eram variados: a reiteração, ou seja, colher dados aparentemente insignificantes poderiam ser usados no futuro como “agravante” contra certo indivíduo. A desqualificação moral, até mesmo de cunho íntimo, poderia “confirmar” a inculpação comunista, ou mesmo, colocar em dúvida a “insanidade mental” do suspeito²⁷⁶.

De todo modo, os seus mais altos dirigentes lhe negavam o papel de espantinho para assustar políticos, funcionários públicos, estudantes e intelectuais, ressaltando que suas funções eram informativas, “nunca de decisão ou execução”. Em 1976, o general de divisão, João Baptista de Oliveira Figueiredo, aprovou o “Manual de Informações”, o qual prescrevia textualmente, em suas considerações iniciais, que os órgãos de informações não possuíam competência para decisão e também não desempenhavam função executiva²⁷⁷.

²⁷³ O SISNI compreendia o SNI, os sistemas setoriais de informações dos Ministérios Civis, os sistemas setoriais de informações dos Ministérios militares e o sistema de informações estratégicas militares. SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

²⁷⁴ Fico (2001, p. 79-82).

²⁷⁵ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

²⁷⁶ Fico (2001, p. 100-103).

²⁷⁷ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

Para explicar com mais detalhes o funcionamento do SNI, lancemos um olhar sobre o que o órgão descreveu a respeito de si mesmo em um dos cursos de formação ministrados para treinar os agentes de informações. O documento se constitui como uma fonte privilegiada a respeito da organização do SNI por trazer, além de orientações básicas sobre a rotina operacional do serviço de informação, as dificuldades encontradas para a consecução de sua tarefa e elementos político-ideológicos que norteavam sua atuação. O curso de Segurança e Informações havia sido ministrado pelo DSI/MEC em fevereiro de 1972, portanto, as ASI já estavam em funcionamento²⁷⁸ (Figura 23).

Essas fontes indicam como se deveria organizar a Seção de Documentação (SD) do DSI/MEC e definia finalidade, normas e atribuições da chefia e das suas subchefias. Cabia à SD zelar pela guarda, conservação e segurança dos documentos sigilosos. Os documentos “Secretos”, “Ultrassegredo” e “do Ministro” deveriam ser entregues ao diretor pelo chefe da Seção de Documentação, fechados e sem protocolo. As orientações tratavam sobre procedimentos de protocolo e arquivamento (caso não fossem incineradas, quanto inscritas pela letra “I”), os quais deveriam ser rigorosamente seguidos para que as informações solicitadas pelas autoridades fossem rapidamente recuperadas. Um completo sistema de tarjas (azul, branca, cinza e vermelha), fichas, capas, prontuários, resumos, antecedentes e notações serviam para facilitar o controle interno dos documentos. O SNI conferiu grande importância a esses detalhes e, como o próprio material de formação informava, “o Protocolo é o coração” do Serviço. Em seguida, a documentação passava para as fases de análise e expedição quando o material tramitaria via correspondência. Quando o grau de sigilo do documento fosse “Secreto” ou “Ultrassegredo”, já deveria seguir para a “Expedição”, lacrado e com o sinete da DSI/MEC sobre o lacre. A “Expedição” registrava o documento e o inseria em envelope externo, citando apenas o número do documento e o destinatário, não colocando carimbo algum que identificasse o grau de sigilo. Os formadores procuraram fortalecer junto aos alunos a alta responsabilidade da “Expedição”: “o envio de um expediente para um destinatário errado poderá trazer graves prejuízos a toda Divisão”²⁷⁹.




Após a correspondência pronta, havia cinco caminhos a seguir, de acordo com o destino da correspondência: ao prédio do MEC na Guanabara (gabinete do ministro); aos

²⁷⁸ O ofício assinado pelo chefe da divisão, Diógenes Canuto Carneiro, encaminhou a documentação e as apostilas distribuídas durante o curso para a AESI/UNB, com o intuito de promover a atualização da Assessoria.

²⁷⁹ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

órgãos sediados na Esplanada dos Ministérios; à agência central do SNI (entregue em mãos por estafeta credenciada pelo DSI/MEC a órgãos sediados no prédio do MEC em Brasília); e por correspondências via Correios. As listas sêxtuplas deveriam ser entregues em mãos no Gabinete do ministro à pessoa credenciada a recebê-las. Usavam-se, também, visores coloridos para facilitar o controle dos prazos de resposta, que não deveria ultrapassar três meses e arquivava-se em suspenso toda documentação na qual o chefe da seção expedidora tivesse escrito a carmim, na capa do processo, a palavra “Urgente”. Nesses casos, as respostas deveriam vir em dias²⁸⁰.

Figura 23 – Mensageiro credenciado pelo DSI/MEC, em 1972, para conduzir correspondência postal privada entre a Divisão e os demais órgãos do SISNI²⁸¹

CONFIDENCIAL	
SISNI	SINACI. DSI/MEC
MENSAGEIRO	
	NOME DAMIÃO SIMIÃO
	X.X.X.X.X.X.X
	(assinatura Mensageiro) -
	IDENT. 242.527 - INI/DF
DADOS PESSOAIS:	
COR	PARDA
CABELOS	PRETOS CRESPOS
OLHOS	CASTANHO ESCURO
ALTURA	1,72 m
DATA DO REGISTRO:	22.08.72
 DIRETOR Agência Central - Cordeiro Chefe da AF/DSI/MEC CONFIDENCIAL (DSI)	

Fonte: Brasil (1972).

Ao falar da “Nossa Comunidade de Informações”, o material indicava que, na realidade, essa ainda não funciona na acepção da palavra “comunidade”, pois não existia

²⁸⁰ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁸¹ Ofício nº 2688/AECI/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 23/08/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

vida de trabalho em comum e mentalidade adequada. A mentalidade de informações, continuou o documento, proporcionaria o correto entendimento do que seria a chamada “informação-organização”, evitando que os serviços componentes ambicionassem ser o mais eficiente do sistema existente, “a ser o primeiro a saber e dar os ‘furos’”, procurando esconder dos outros membros dados que poderiam interessar à coletividade dos órgãos de informações: “muita oportunidade e possibilidades de êxito têm sido desperdiçadas, unicamente, pela falta de um melhor entendimento e, por que não dizer, confiança mútua entre dirigentes dos órgãos que trabalham em Informações”²⁸². Isso demonstra que as OIs nem sempre concordavam e mantinham um relacionamento harmônico entre si.

O documento revela, ainda, uma queixa sobre aquela que seria a maior dificuldade enfrentada pela Comunidade de Informações: a ausência de uma mentalidade de informações. Nas palavras dos agentes, não existiria, no País, “a mais tênue compreensão do que seria Informação e de sua necessidade”. Afirmaram que “os Serviços de Informações têm suas atividades cercadas de forte dose de suspeição e desconfiança”, quando não eram “atacados violentamente”, até por aqueles que não teriam a menor noção de “como” e do “por que” funcionam e existem esses Serviços. Nos Ministérios civis, a falta de compreensão do valor das informações, “por parte da quase totalidade do funcionalismo”, fazia com que ficassem “marcados” e fossem “hostilizados” aqueles que se dispusesse a trabalhar nas seções de segurança e cooperar com as autoridades “encarregadas da Segurança Nacional”²⁸³.

Apesar dessas dificuldades, as células do SNI foram se espalhando por toda a administração pública federal. Segundo a pesquisadora Edilza Fontes, na Universidade Federal do Pará, a AESI foi criada em 1970²⁸⁴ e manteve suas atividades até meados dos

²⁸² Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁸³ Quanto aos recursos financeiros, eram proporcionados ao SNI por dotações orçamentárias em duas espécies de verbas: as ostensivas e as secretas. As ostensivas possuíam destino e aplicação específicos, e a prestação de conta seguia os trâmites de contabilidade normal. Para as verbas ostensivas, reclamava-se quanto à sua insuficiência. Para as verbas secretas, que não tinham discriminação e aplicação detalhadas, pois o seu emprego era “feito de acordo com as necessidades e circunstâncias do momento”, a dificuldade, nas prestações de contas, residia na justificativa dos gastos e no controle interno. Isso podia acontecer na aquisição de “material de uso operacional clandestino”, feito por fabricação ou adaptação na própria organização, ou adquirido por verbas secretas. O problema consistia no comprovante ou justificativa dessas despesas. Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁸⁴ A localização exata de funcionamento do escritório da Assessoria, nesse momento, é inexata, mas sabemos que, em 1973, quando a AESI era chefiada pelo tenente-coronel Vinícius Martins de Oliveira Melo, funcionava no Edifício Lourival Ferreira, na Avenida Governador José Malcher, portanto, em prédio próximo ao local onde estava instalada a Reitoria. Nesse mesmo momento, estavam em funcionamento a ASI/SUDAM, situada à Travessa Antônio Baena, 1113, e a ASI/BASA localizada na Avenida Presidente

anos 1980. A Assessoria foi fruto da necessidade de se estabelecer um “mecanismo para excluir, vigiar e controlar os subversivos e os inimigos do regime”. A instalação da AESI/UFPA estava inserida, como sabemos, no contexto das manifestações estudantis de 1968, quando as críticas à ditadura foram acompanhadas por ocupações de faculdades em todo o Brasil. À época, a Universidade era administrada pelo reitor Silveira Neto, responsável pela implantação do *campus* do bairro do Guamá. Para Fontes, a “comunicação entre os reitores e os órgãos do SNI demonstra a preocupação com a propaganda e as ações dos subversivos e comunistas na Universidade”²⁸⁵.

Um dos alvos foi Raymundo Heraldo Maués²⁸⁶. Após o golpe, Maués chegou a ser indicado por Annunciada Chaves para ocupar cargo de professor na UFPA, ainda no antigo sistema de cátedra, mas seu nome teria sido vetado pelo reitor Silveira Neto. Foi durante sua gestão, quando os primeiros concursos foram realizados na Universidade, que Maués concorreu, em 1971, para duas vagas abertas de professor ofertadas para as disciplinas História da Filosofia e Introdução à Filosofia, certame organizado pelo então professor Benedito Nunes. Aprovado em primeiro lugar em ambos, Maués teve seu nome vetado pelo SNI: “que tinha agentes aqui, que tinha um escritório aqui dentro, que vigiava todas as universidades do Brasil e que, em casos desse tipo, ele vetava as pessoas que não queria”. Dois anos antes, em 1969 e já sob a vigência do AI-5, Maués, assim como Roberto Valente, Almerinda Freire da Silva, Eliza Sá e Felix Coqueiro, foi denunciado como um dos dirigentes da Ação Popular em Belém. Chegou a ser preso durante um mês no quartel da Aeronáutica, onde foi torturado junto com seus companheiros: “aqueles tapas, assim, no ouvido. Majores que tomavam conta de nós, major Ulysses e o outro eu não consigo lembrar o nome, que era um negro”²⁸⁷.

Vargas, 800, 8º andar. Ofício nº 2519, Confidencial, AEPC/DSI/MEC/73. Brasília, DF, 25/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Arquivo Nacional.

²⁸⁵ FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura militar na Universidade Federal do Pará. *Acervo*, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 280-292, 2014.

²⁸⁶ Nascido no município de Abaetetuba em 3 de junho de 1938, mais precisamente no distrito de Tucumanduba, filho de Zito Parente, o qual faleceu quando Raymundo tinha apenas seis meses, e de Feliciano Maués. Era neto de um proprietário de engenho e intendente da região, por parte de mãe, e comerciante italiano, por parte de pai. Mudou-se para Belém ainda pequeno, passando a morar com os tios, Geraldo e Olga Maués, embora nunca tenha perdido o vínculo com o interior, onde sempre passava suas férias escolares. Os alunos lutavam para contar com um terço dos membros desses órgãos, pauta essa que se fez muito presente na “greve do um terço” deflagrada em 1962 em várias universidades do País. **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raymundo Heraldo Maués.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

²⁸⁷ **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) –**

A vida de Maués foi investigada pelo regime através do IPM instaurado na 1ª Zona Aérea em agosto de 1969. Sua agenda foi encontrada, através da qual foram identificados nomes de pessoas aos quais estava ligado, entre eles, Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Filho, qualificado pelo SNI como “comunista ordinário e pederasta passivo”²⁸⁸. Em poder de Maués, foram encontradas cartas “de conteúdo altamente subversivo” (Figura 24), que supostamente o ligavam a diversas entidades, como o Movimento de Educação de Base (MEB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Ação Popular²⁸⁹.

Figura 24 – Trecho de uma das cartas apreendidas em posse de Raymundo Heraldo Maués em 1969

CÓPIA AUTÊNTICA

=====

RIO, 26 de junho de 1966 - Amigo Heraldo - Todos os chamados go-
 vênros revolucionários, para impressionar o povo, imprimiram um
 aspecto dinâmico, se espalharam economicamente. Pobre dos suces-
 sores! Agora é que vai ser para saldar as dívidas e cumprir os /
 (segue-se a palavra compromissos riscada com varios traços de //
 tinta, inutilizando-a) programas que foram traçados. Acho que o
 Alacid, recebeu uma batata quente do Passarinho, e, como tem me-
 nos capacidade administrativa, está se enrolando todo. O Acy na
 Secretaria de Educação, é uma das coisas inexplicáveis - imagina
 o despotismo com que administra. Esse rapaz daria um excelente /
 feitor de uma propriedade ou de uma casa de correção. Nunca num
 cargo em que se precisa de um homem de Relações Públicas. Pobre
 Benó! Chegamos ao cúmulo das incoerências. Deus permita que não
 armem contra ele um inquérito por estar tentando mostrar a ver-
 dade. A solução agora é mentir, fingir, falsear. Infelizes da-
 queles que tentarem se opor aos fuzis e baionetas. A melhor coi-
 sa é calar, pois estamos na mais autêntica "democracia de amorda-
 çados". Quanto a teu pedido, vou aguardar as férias para tentar
 ver se consigo obter qualquer coisa para teu trabalho. O grande
 problema é que o SENAC começa às 12, e a maioria das Repartições
 -Arquivo, Biblioteca etc, abrem às 10 e 11. Contudo, nem me com-
 prometo e nem me recuso. Vou apenas ver o que posso fazer. Esta
 carta vai ser enviada pelo Papaleo (diretor do SENAC). Espero /
 que ele faça chegar as tuas mãos logo. Inclusive aproveite a o-
 portunidade para te enviar o programa do concurso de provas /
 de Historia (o do ano passado e que provavelmente vai permane-
 cer). Quanto a data de abertura das inscrições ainda nada con-
 firmado. O resultado da prova de título em que me inscrevi, saiu
 semana passada. Consegui, entre 106 classificados o 4º lugar. Já
 comecei a lecionar, à noite (uma barbaridade!), no Pero Vaz de
 Caminha, no Jardim de Alah (Ipanema). Estranho, me inscrevi pa-
 ra Geografia e estou lecionando Historia, o que aliás me deixou
 satisfeito. Contudo, Heraldo, o proprio resultado da prova de /

Fonte: Raymundo Heraldo Maués (1969).

Entrevista com Raymundo Heraldo Maués. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

²⁸⁸ Informação nº 1805700/ABE/77. Belém, 30/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁸⁹ Informação nº 2685/69/S-101-CIE. Rio de Janeiro, 22/10/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Acusado de tentar reorganizar um partido político extinto pelo regime, foi denunciado para a Auditoria da 8ª CJM como incurso na Lei de Segurança Nacional, mas foi solto e absolvido mais tarde, segundo a testemunha, por falta de provas, pelo Supremo Tribunal Militar²⁹⁰. Porém viu seus planos de ocupar uma vaga de professor da Universidade frustrados, uma vez que, no momento que o concurso ocorreu, o processo ainda tramitava no Supremo: “Bem, o SNI sabia de tudo, vetou o meu nome e eu tive que me conformar”. No semestre seguinte, foi aberto outro concurso para a área de Antropologia, mas a testemunha preferiu nem mesmo se inscrever, temendo sofrer nova retaliação. Algum tempo depois, mais três concursos foram abertos para as áreas de Antropologia e História. Maués passou em primeiro lugar em todos, mas foi novamente vetado pelo SNI. Aconteceu que o candidato, que seria nomeado em seu lugar, desistiu de assumir o cargo, o que ensejou um movimento dentro da UFPA, levado a cabo por alunos ligados às esquerdas e ao movimento estudantil. Eles reivindicavam a contratação daquele que ficou em primeiro lugar no processo de seleção. O diretor do Centro de Filosofia, Antônio Viseu, amigo próximo a Maués, foi o alvo dessa pressão. Como resultado, marcou-se reunião entre Maués e o então reitor Aloysio Chaves, que teria lhe dito:

Professor, eu estou acompanhando o seu caso. Eu não sou obrigado a seguir o veto do SNI, mas eu não posso lhe nomear, porque o senhor está sofrendo um processo no Superior Tribunal Militar. Enquanto esse processo não for resolvido pela sua absolvição, eu não posso lhe contratar²⁹¹.

Essa conversa foi ocasião para mais revelações. O reitor contou que, seis meses antes, quando a esposa da testemunha, Angélica Maués, fora aprovada em concurso para cargo de docente da UFPA, várias pessoas procuraram-no para informar que se tratava da cônjuge de Heraldo Maués. “Eu imagino que eram pessoas inimigas nossas, enfim, ele não falou que eram agentes do SNI. Quer dizer, então, havia também certamente um esquema de denúncias aqui dentro”, lembrou-se Maués. Assim, Maués foi atingido pelo

²⁹⁰ Há aqui uma divergência em relação à documentação produzida pela CISA, área de inteligência da Aeronáutica, a qual informou, em relatório, que o STM julgou extinta a punibilidade pela prescrição em junho de 1972. Informação nº 059/D5/CISA-BR/78/Ministério da Aeronáutica. Brasília, DF, 25/01/1978. Fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Arquivo Nacional.

²⁹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raymundo Heraldo Maués. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

sistema de vetos promovido pelo SNI, mesmo aprovado em concursos públicos promovidos pela UFPA. O mesmo ocorreu com João de Jesus Paes Loureiro, Isidoro Alves e Roberto Cortes. Os vetos se intensificaram durante um período, mas foram cessando por pressão da comunidade acadêmica, o que não significou que novas tentativas não tivessem mais ocorrido. O professor Romero Ximenes Ponte, por exemplo, quase foi reprovado em uma seleção por ser tido como comunista por alguns docentes. A injustiça não ocorreu graças à intervenção de Heraldo Maués e Napoleão Figueiredo, membros participantes da banca naquela ocasião. Em vista disso, as ações de repressão poderiam partir de colegas, de pessoas, às vezes, próximas àqueles tidos ou tachados por “subversivos”, “comunistas” etc. A narrativa em que o reitor Aloysio Chaves declarou que “pessoas” foram até ele para alertar que Angélica, recém-aprovada em seleção para o cargo de professora, era esposa de Heraldo Maués dá conta de que o “fogo amigo” era uma prática naquele contexto. Como se lembra a testemunha: “muitas vezes, essas coisas também partiam dos nossos próprios colegas, hoje, aliás, eu prefiro não falar em ações dos militares. Ações da ditadura, porque não eram só os militares”²⁹².

Selecionamos esse depoimento, porque as memórias de Heraldo Maués nos colocam diante de alguns dos temas que serão tratados com mais detalhes adiante, sendo, portanto, uma narrativa ilustrativa daquilo que se propõe esta pesquisa: a compreensão do enraizamento dos mecanismos de repressão nas universidades durante a ditadura militar, através do controle, da vigilância e da punição daqueles considerados inimigos da “Revolução”. A “caça às bruxas”, nas universidades, foi se “estruturando” a tal ponto que esse patrulhamento resistiu ao processo de reabertura quase vinte anos depois.

A trajetória de Heraldo Maués no movimento estudantil, começando ainda nos tempos de secundarista, seu engajamento em partido de esquerda e sua luta política, empreendida dentro da UFPA, em prol de uma Reforma Universitária diferente da propalada pelo regime, logo chamaram atenção do Estado autoritário, que procurou, de todas as formas, evitar seu ingresso como docente. Esse fato dá conta da capacidade de atuação do regime em todos os assuntos que envolviam a Universidade, imiscuindo-se na vida privada dos atingidos.

²⁹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raymundo Heraldo Maués. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

Contudo, é necessário fazer uma advertência: ainda que testemunhos como esse sejam indispensáveis à restauração da esfera pública de direitos, em que a memória surge como “bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política”, não podemos nos esquecer de que esses dados testemunhais são discursos e não devem ficar “confinados em uma cristalização inabordável”. Portanto, as narrações testemunhais não possuem peso superior ao de outros documentos e seria ingênuo estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal, exigindo para elas uma “verdade mais alta”²⁹³.

Dáí a urgência em se debruçar, também e cada vez mais, sobre as fontes produzidas pelos órgãos de informações durante sua atuação na UFPA, não com o intuito de encontrar contradições simplesmente, mas de perceber como o regime, de um lado, e os atingidos, de outro, perceberam, vivenciaram e representaram esse conflito político-ideológico dentro da Universidade. Nesse sentido, a informação fornecida por Heraldo Maués de que seu nome fora vetado pelo SNI não é confirmada pela documentação sigilosa produzida à época, por exemplo²⁹⁴.

No depoimento, é possível apreender que os professores sabiam da atuação do SNI na UFPA, embora essa também possa ser uma noção construída a partir da denúncia dessa presença nos anos posteriores, o que ocorreu, principalmente, após a morte do estudante César Moraes Leite em 1980 dentro da Universidade. Esse episódio foi utilizado pelo Movimento Estudantil para exigir a saída do SNI do *campus*. Considerando o decorrer do tempo, muitas testemunhas já morreram e aqueles que concordam em testemunhar “dispõem de lembranças cada vez mais desfocadas e estilizadas”, amiúde, mesmo sem saber, trazendo lembranças “influenciadas por notícias havidas mais tarde, por leituras ou por narrações alheias”²⁹⁵.

1.4 “Para combater o ‘redil da fina flor comunista’”: a circulação de informações entre universidades e o MEC através dos Órgãos de Vigilância

Em julho de 1968, Jayme Portella, secretário-geral do CSN, em reunião do órgão na qual estavam presentes as maiores autoridades do regime militar, inclusive, o então

²⁹³ SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 47-48.

²⁹⁴ Informação nº 073/SNI/NABE. Belém, 11/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

²⁹⁵ LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 16.

presidente Costa e Silva, defendeu que a UNE encabeçava um plano de “lutar pela libertação do País, incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua perspectiva das classes trabalhadoras”. Segundo o general de brigada, tratava-se de uma organização dirigente e de enquadramento de massas que compreendia órgãos de cúpula (UNE e AP), órgãos de execução e enquadramento (DAS e DCE), entidades legais sob controle de elementos da UNE e entidades ilegais encobertas por entidades legais de fachada. A principal estratégia de toda essa suposta estrutura era utilizar reivindicações “justas e sensíveis à opinião em geral” “(reforma do ensino, liberação de verbas etc.)” e de “pretextos subversivos” (“reabertura do restaurante do *Calabouço*, anistia e abolição da censura”) e associá-los a atos de violência (“ocupação de faculdades, prisão de professores, depredação e reação à presença da autoridade pública”)²⁹⁶. Foi para combater essa estrutura que o SNI se instalou nas universidades, ao passo que a documentação sigilosa, utilizada nesse ensaio, é produto da crença nutrida pelo regime de que os *campi* eram locais de predileção das forças inimigas.

Em 20 de novembro de 2013, o Conselho Universitário da UFPA aprovou a Resolução nº 721, criando a “Comissão César Leite de Memória e Verdade” com o objetivo de localizar e inventariar os acervos documentais atinentes a violações de direitos humanos e liberdades individuais ocorridas na UFPA entre o período compreendido de 1º de abril de 1964, data do golpe civil-militar, até 5 de outubro de 1988 na Universidade²⁹⁷.

Essa iniciativa veio a reboque do movimento iniciado com a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011²⁹⁸, e com a Criação da Comissão Nacional da Verdade²⁹⁹. A nova legislação brasileira sobre o acesso às informações públicas foi o resultado de um longo caminho de lutas contra o excesso de sigilo governamental iniciado antes do fim da ditadura. A Lei de Acesso à Informação possibilita que as vítimas do regime tenham acesso à documentação necessária para

²⁹⁶ Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

²⁹⁷ UFPA. **Resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013**. Cria a Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN, 2013. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2013/721%20Comissao%20da%20Verdade.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

²⁹⁸ BRASIL. Lei nº 12.528, de 22 de outubro de 2016. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 1, 18 nov. 2011.

²⁹⁹ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 5, 18 nov. 2011.

fundamentar pedidos de anistia e, ao mesmo tempo, permite aos historiadores identificar violações dos direitos humanos descritos nos chamados “documentos sensíveis”, durante os “eventos traumáticos” iniciados em 1964. A abertura dos “arquivos secretos” da repressão ajuda também a superar o mito de que a ditadura brasileira não foi violenta, pois, nessas fontes, são mencionadas incontáveis vidas prejudicadas pela ação do Estado autoritário, além daquelas atingidas pela tortura e pela violência explícita. Os documentos sigilosos da ditadura são impactantes, e todo esforço em revelar tal material pode alterar a lógica da impunidade que ainda prevalece. Essas fontes trazem em si uma “verdade” mobilizadora capaz de produzir um “conhecimento menos estereotipado” do período e “superar o sentimento de frustração e a sensação de impunidade”. Por outro lado, devemos analisar com cautela as informações constantes em documentação produzida por autoridades do Poder Executivo, uma vez que trazem a “memória do arbítrio”³⁰⁰.

Em outras palavras, ofícios, atas, circulares e informes, que compõem esta pesquisa, devem ser criticados e encarados, conforme preceitua Jacques Le Goff, como “documento-monumento”, dado que sua produção é resultado das relações de força existentes entre militares e inimigos do regime, cabendo ao historiador buscar identificar as condições em que se deu essa produção³⁰¹, sem se esquecer de que os “arquivos da repressão” estão permeados por práticas disseminadas e legitimadas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que gerou, muitas vezes, informações imprecisas.

Os elementos citados nos arquivos do SNI acerca da UFPA são vistos com suspeição e pré-culpabilidade costumeira. Procurou-se cercá-los de todo tipo de indício que os enquadraria na categoria “subversivo”, impreciso e genérico na maioria das vezes. Um “subversivo” poderia ser um aluno que manifestasse alguma opinião política ou

³⁰⁰ FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012. No trato com esses “documentos sensíveis”, o historiador deve estar ainda mais atento a alguns princípios éticos, uma vez que são expostas informações pessoais de atores que sofreram vários tipos de violência durante o regime vigente, o que se torna mais delicado se considerarmos a proximidade do pesquisador em relação aos acontecimentos e sujeitos, característica fundamental da História do Tempo Presente. Entendemos por História do Tempo Presente a definição dada pelo historiador Henry Rousso. Trata-se do campo de estudo que se debruça “sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo”. Dito de outra forma, “uma História [...] na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo, com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”. AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.

³⁰¹ Le Goff (1990, p. 548-549).

tomasse a palavra em alguma reunião no *campus*, ou aquele que fosse identificado como partícipe de organizações clandestinas.

A figura do “dedo duro” é encontrada tanto nas fontes oficiais quanto nos relatos orais, tratando-se ou de alunos ou de professores. O ex-aluno da Faculdade de Direito, João de Jesus Paes Loureiro, em seu depoimento, tratou do assunto: “eu, por exemplo, tinha um colega que ficou muito chegado a nós na faculdade e que, de repente, viemos saber que ele, na verdade, pertencia a esse grupo de informantes, que eram pessoas que tinham seus benefícios em função disso”³⁰².

Havia colaboradores atuando dentro das salas de aula e durante os encontros estudantis, realizados interna e externamente ao *campus*. Para a eficácia do trabalho do SNI em catalogar centenas de inimigos da “Revolução”, que atuavam na Universidade, foi imprescindível a participação dessas figuras, as quais, algumas vezes, podem ser identificadas nos documentos. Em outros momentos, elas não são nomeadas, mas sua presença e atuação ficam claras: o reitor Aloysio Chaves, em ofício encaminhado ao diretor da DSI/MEC em abril de 1972, coronel Pedro Vercillo, afirmou ter buscado levantar, entre “professores, alunos amigos e de confiança”, alguma “pista esclarecedora” sobre a autoria de panfleto subversivo apreendido no Núcleo Universitário do Guamá³⁰³.

O colaboracionismo ocorria por rixas internas ou por fazer parte da estrutura montada pela repressão na rotina de coleta de dados. Esse “Sistema”, se, por um lado, denota a não confiabilidade de determinadas informações, por outro, sugere até que nível de detalhe o SNI conseguiu penetrar no cotidiano da UFPA.

O SNI descobriu, através dessas “fontes”, que o professor da Escola de Química, Roberto Rodrigues Coelho, “durante as aulas, incitava os alunos contra o governo e as Forças Armadas”. Conforme as mesmas fontes, o nominado “era elemento de esquerda”³⁰⁴. O professor Júlio dos Santos Ribeiro foi denunciado pelo servente da Universidade, Benedito Cerejo Castello Branco, junto à polícia civil. Segundo o delator, o docente o mandou “imprimir uns panfletos insultuosos às Forças Armadas e ao governo, e como se negasse a cumprir a ordem, foi suspenso por três dias”. A denúncia ensejou

³⁰² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

³⁰³ Ofício nº 018/72, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 27/04/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁰⁴ Pedido de busca nº 0556/700/ABE/78. Belém, 13/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

abertura de inquérito pela Delegacia Especial de Segurança Pública de Belém (DESPP/SEGUP/PA). No desfile de 7 de setembro de 1968, “foram jogados do Edifício Manoel Pinto da Silva panfletos insultuosos”, que o SNI acreditava serem os mesmos citados acima³⁰⁵.

Havia, ainda, grupos de estudantes da UFPA que apoiavam o regime, como fica claro em nota publicada pelo *O Liberal* em agosto de 1965, relatando reunião entre acadêmicos do curso de Direito e o governador do Estado do Pará, coronel Jarbas Passarinho. No encontro, os estudantes apresentaram “adesão política à candidatura do major Alacid Nunes” como seu sucessor. Passarinho ofereceu uma taça de guaraná aos discentes e “brindou à nova consciência do Pará”³⁰⁶.

No treinamento ministrado pelo DSI/MEC a agentes de informações em 1972, alguns princípios ficaram nítidos. De acordo com o material utilizado durante o curso, havia necessidade de serem empregadas forças concorrentes que tivessem o objetivo de desviar as forças da subversão. Isso seria feito rebatendo as propostas transmitidas pela propaganda subversiva, difundindo-se “ideias verdadeiras e constantemente demonstradas”. A luta contra a subversão, continuou o órgão, não poderia ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares, na verdade, tinha de atuar na fonte externa, ou seja, “na sua origem exterior, para dificultar a ajuda em pessoal, material e documentação que os subversivos recebem do exterior”. Dada a complexidade das ações subversivas, era crucial perceber a importância da informação. Isso implicava na necessidade de um serviço de informações eficientemente desenvolvido e adaptado. O documento ressaltou também, entre os princípios da contrassubversão, a necessidade de se conquistar o apoio de uma grande parte da população, adotar a mesma diversidade de meios e processos de luta empregados pelos inimigos e dispor de meios de pesquisa de informações, de segurança, de defesa, de ação ofensiva e de apoio de toda a espécie³⁰⁷.

Ao lançar um olhar sobre a documentação produzida pelo SNI a respeito de atividades suspeitas no âmbito da UFPA, percebemos que a dinâmica de troca de

³⁰⁵ Prontuário nº 00653/ABE/SNI. Belém [não foi possível identificar a data de produção do documento, mas certamente não é anterior a fevereiro de 1976, como pode ser aferido pelas datas indicadas no Prontuário].

³⁰⁶ A comissão de acadêmicos de Direito estava assim constituída: Algenor Teixeira, Rafael Lucas, Walter Arbage, Orlando Campos, Américo Monteiro, José Tuma Haber, Hermínio Pereira Filho, João Augusto Corrêa, Ubiracy Sidrin, Fernando Otávio Mercês, Ney Sardinha, Deusdedith Brasil, Raul Sampaio e Raimundo Ney Oliveira. ACADÊMICOS de direito apoiando Alacid Nunes. *O Liberal*, Belém, 19 ago. 1965.

³⁰⁷ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

informações, levantamento e compartilhamento de dados funcionava conforme esses pontos norteadores, os quais foram seguidos ao longo dos trabalhos da AESI na UFPA e após a sua remoção do *campus*. Existia uma lógica de funcionamento que somente através de um olhar por dentro da documentação poderia ser compreendida que diretrizes eram seguidas e padrões eram repetidos.

A informação deveria ser utilizada da mesma forma em todos os escalões do Sistema de Informações, seguindo-se os princípios de apresentação, oportunidade, continuidade, amplitude e salvaguarda, visando atender de modo eficaz àqueles que delas fizessem uso. Os meios de difusão deveriam também seguir os mesmos fundamentos, variando apenas quanto à quantidade, à amplitude e à frequência, o que buscava assegurar que os Órgãos de Informações, nos vários níveis, dispusessem das mesmas informações relativas ao seu campo de ação. O SNI também definiu diretrizes quanto ao conteúdo e à transmissão das informações, as quais deveriam ser sigilosas, amplamente difundidas, facilmente compreendidas e exploráveis, postas à disposição do usuário em tempo de permitir sua avaliação e interpretação. Os interessados tinham, ainda, de ser constantemente mantidos a par de novos dados acerca dos assuntos anteriormente levantados. Os meios de difusão eram por rádio (casos urgentes e sempre através de cifras); por mensageiros, quando havia urgência de transmissão e o documento necessitava de um grau de segurança mais eficiente (os documentos ultrassecretos deveriam ser sempre enviados por mensageiros categorizados); por telefone, nos casos em que não era necessário assegurar um alto grau de sigilo, utilizando-se de um sistema codificado; por visitas, quando era necessário um alto grau de sigilo e uma conversação entre as partes interessadas; por *briefings*, quando o relato deveria ser transmitido ao mesmo tempo a vários interessados; por documentos (transportados por mensageiros credenciados, por malotes especiais ou por Correios)³⁰⁸.

Essa normatização explica o porquê de os documentos transitarem com tanta velocidade entre os departamentos da UFPA e os órgãos de informações. O conteúdo dessas fontes traz outra característica importante: eles eram claros e objetivos, com todo o desavergonhamento inerente à falta de temor que tais documentos fossem lidos por pessoas não autorizadas, dado seu caráter sigiloso. Os agentes também não prefiguravam que, décadas mais tarde, a legislação obrigaria o fim do sigilo desses documentos. Tal desfaçatez confere aos documentos, produzidos pelo SNI a respeito da Universidade, um

³⁰⁸ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

grau maior de proximidade com o que ocorria longe dos olhos da maior parte dos alunos, professores e funcionários durante o regime militar, o que, nos testemunhos orais e nos jornais, aparece sob alguma bruma.

Mais do que dados, as fontes deixadas pelo SNI fornecem também todo um campo semântico de representações no tocante à subversão acadêmica, a maneira como o regime lidava com a rebeldia promovida dentro das universidades e com os focos de resistência que se manifestavam nesse espaço. Por isso, estivemos atentos a todos os detalhes inscritos nessa fonte, sejam datas, nomes, assinaturas, grau de confidencialidade, tempo de tramitação entre os órgãos, difusão, autores, enfim, os “resíduos”, os “dados marginais” e “os pormenores mais negligenciáveis”³⁰⁹, porém reveladores sobre a realidade vivenciada naquele espaço e naquela época.

Os primeiros relatórios sobre membros suspeitos ligados à UFPA começaram a ser produzidos anos antes da instalação da AESI na Universidade. Em julho de 1965, o Comando da Aeronáutica da 8ª Região Militar, sediado em Belém, redigiu documento com informações sobre Roberto Décio las Casas. O elemento havia chegado à capital do Estado em 1962, acompanhado de sua esposa, Sarah las Casas, quando foi contemplado com bolsa de pesquisa no campo da Antropologia Cultural, passando a atuar no Museu Paraense Emílio Goeldi. Segundo as autoridades, sua casa era frequentada por grande número de pessoas, destacando-se “elementos da classe estudantil e conhecidos intelectuais”, tornando-se, em pouco tempo, o “redil da fina flor comunista”. O casal, “comunistas militantes”, demonstrava “admiráveis qualidades de aglutinação a serviço da subversão política e prestava serviços ao PCB no Pará”. Conforme checado pela vigilância, las Casas também exercia a função de professor na Faculdade de Direito da UFPA, definida como “um dos maiores antros de subversão” da capital, “graças ao trabalho consistente e perseverante” da “dupla de agitadores”. Continuou o relatório:

Com a eclosão do movimento de 31 de março de 1964, o casal refugiou-se na região do Xingu, até que medidas de repressão à subversão decaíssem em intensidade, retornando em seguida a esta capital, onde permanecem, incólumes, embora atuando com desenvoltura no movimento contrarrevolucionário, na própria Universidade³¹⁰.

³⁰⁹ GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143; 149.

³¹⁰ ACE nº 96814/65, Ministério da Aeronáutica. Belém, 06/07/1965. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Em abril de 1966, documento “Secreto” produzido pelo SNI sobre outro casal tido por “comunista”, João Luiz Barreiros de Araújo e Leide Brito de Araújo, residentes em Belém, citou o envolvimento destes com alunos da UFPA³¹¹.

Takahashi teve seu nome outra vez mencionado em relatório produzido pelo SNI em setembro de 1967, cujo assunto eram as “atividades subversivas em Belém”. Outros elementos também foram identificados pelos agentes de vigilância e igualmente mencionados no documento. Ana Monteiro Diniz, estudante da Faculdade de Filosofia da UFPA, foi apontada como tendo trabalhado “com entusiasmo para a realização do XXVIII Congresso da UNE em julho de 1965, do qual participou e foi eleita 1ª Secretária”. Na ocasião, ela teria lido, em sessão plenária, a “Carta da Amazônia”, denunciando a autorização para que entidades estrangeiras efetuassem pesquisas na região. Foi também uma das autoras dos volantes distribuídos no restaurante *Calabouço* contra atos governamentais.

No mesmo documento, o SNI anotou que Joaquim Lemos Gomes de Souza, professor da Faculdade de Direito da UFPA, havia assinado “manifesto de solidariedade à Revolução Cubana”, era “conhecido como advogado de contrabandistas” e teve “atuação destacada, ao lado de notórios advogados comunistas”, em assembleias na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contra atos do Oficial Encarregado do IPM que apurava “atividades comunistas e terroristas no Pará”³¹².

João de Jesus Paes Loureiro também teve seu nome mencionado no relatório e, em conformidade com o SNI, “apareceu na caderneta apreendida com Humberto Kinjô, na sede da UNE, pelo IPM/UNE, como dirigente da AP em Belém”. Loureiro, conforme apurou a vigilância, era “apontado por inúmeros colegas como elemento independente, quanto à política estudantil” e o autor do “livro de poesias *Tarefa*, de conteúdo altamente subversivo”. Foi mencionada, ainda, sua aproximação com os advogados Ronaldo Barata e Leonildes Macedo e Silva e com o estudante de Direito da UFPA, José da Silva Seráfico de Assis Carvalho. Esse grupo era suspeito de envolvimento em contrabando de armas para o PCB. Em 1963, Paes Loureiro teria recebido do “líder esquerdista Camilo Montenegro a incumbência de coordenar o método ‘Paulo Freire’ através da União Acadêmica Paraense, verdadeiro antro de subversão estudantil”. O SNI também lembrou,

³¹¹ Solange Maria Soares Afonso (estudante do curso de Engenharia) e Cecília Takahashi (estudante do curso de Engenharia). Informe nº 281/SNI/ARJ. Rio de Janeiro, 27/04/1966. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³¹² Informação nº 1058/SNI/ARJ/1967. Rio de Janeiro, 11/09/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

na ocasião, que Loureiro “foi encarregado de iniciar a greve estudantil em Belém”, a qual fora organizada e orientada por Donato Cardoso de Souza³¹³.

Entre os primeiros documentos do SNI a que tivemos acesso, consta também ofício assinado pelo diretor do DSI/MEC endereçado à UFPA. No dia 4 de janeiro de 1968, o diretor da Divisão da Segurança e Informações do MEC, Waldemar Raul Turola, encaminhou ofício circular ao reitor, em caráter de urgência, solicitando levantamento amplo sobre a situação da Universidade em vários de seus aspectos. Em relação à sua estrutura, foram solicitadas informações sobre a quantidade de unidades universitárias, de salas, de laboratórios, de número de obras, de existência de bibliotecas por cursos, seguido do levantamento de diplomados desde sua fundação e do número de vagas para aquele ano.

Quanto ao corpo discente, as perguntas foram mais específicas: “O Diretório Acadêmico representa realmente o corpo discente?”, “Que realizações apresentam os Diretórios?”, “Que tem solicitado os DA?”, “Em que têm sido atendidos?”, “Existe harmonia de pontos de vista entre Diretório Central e a reitoria?”, “Há noção de responsabilidade e espírito público e idealismo de Diretoria Central e em cada um dos DA?”. Quanto ao corpo docente, o diretor Turola estava interessado em saber se os professores eram de fato eficientes, se os programas foram cumpridos e se existia “entrosamento e cooperação entre esses e a Direção e entre a reitoria e o Conselho Universitário”³¹⁴.

Essa fonte traz algumas informações importantes. Mesmo antes das sublevações estudantis de 1968, o DSI/MEC atuava para colher dados junto às instituições de ensino sobre a realidade acadêmica pela qual passavam. Além de elementos quanto à infraestrutura da UFPA, temas sensíveis como número de vagas e a atuação dos órgãos de representação discente foram elencados, considerando, ainda, quais seriam as principais demandas estudantis e como se dava a relação entre o Diretório Acadêmico e a reitoria, além da atuação dos docentes e sua relação com a administração da Universidade.

Em novembro de 1968, o general Mário Aldo Couto da Gama, chefe do SNI em Belém, à época situado na Travessa Antônio Baena, 1113, no mesmo edifício onde

³¹³ Informação nº 1058/SNI/ARJ/1967. Rio de Janeiro, 11/09/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³¹⁴ Ofício DSI/MEC/1/68. Belém, 04/01/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

funcionava a SUDAM, encaminhou ofício confidencial ao diretor da Escola de Serviço Social do Pará, solicitando “dados informativos” sobre as “principais figuras” daquela administração, ou seja, diretor, vice-diretor, secretário e professores (efetivos, suplentes ou contratados). Os dados solicitados incluíam cor, religião, residência e ocupações anteriores³¹⁵.

O ofício solicitava que as informações fossem encaminhadas ao Núcleo de Agência de Belém (NABE), célula do SNI instalada na capital. Alguns dias depois, Couto da Gama, buscando realizar um “levantamento dos problemas educacionais brasileiros”, solicitou que o diretor da Escola de Serviço Social encaminhasse, com urgência, exposição sintética contendo as principais necessidades daquela unidade³¹⁶. Ciente da premência do pedido, no dia seguinte, o então vice-reitor em exercício, Elísio Parente de Araújo, remeteu ao diretor da Escola de Serviço Social ofício para que ele atendesse ao pleito emitido pelo chefe do NABE³¹⁷.

A Escola de Serviço Social do Pará havia sido federalizada e incorporada à UFPA em novembro de 1963, através da Lei nº 4.283³¹⁸, assim como a Escola de Química Industrial do Pará. O levantamento solicitado por Mário Aldo Couto incluía detalhes sobre os servidores daquela Escola, com minudências apenas justificadas pela vigilância que se procurou realizar nas universidades após 1964. Mas, para além da vigilância, o regime estava atento às demandas educacionais, as quais, sabiam, geravam inquietações entre os alunos, o que serviria de instrumento de rebeldia e luta contra o Estado, caso não fossem atendidas. Por isso, procurar deslindar as necessidades mais imediatas das universidades públicas era prioridade e demandava urgência, como podemos atestar pela tempestividade cobrada nas requisições.

A resposta foi encaminhada no dia 30 de dezembro de 1968 em ofício assinado pela diretora em exercício Maria Tereza Couceiro Simões. O documento trouxe informações sobre a situação da UFPA naquele ano e, como bem salientou o órgão de informações, apresentou aqueles que seriam os principais problemas enfrentados pela

³¹⁵ Ofício Circular nº 7, Confidencial, SNI. Belém, 29/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³¹⁶ Ofício Circular nº 38, Confidencial, Urgente, SNI. Belém, 09/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³¹⁷ Ofício Circular nº GR/119/68, MEC/UFPA. Belém, 10/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³¹⁸ BRASIL. Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, v. 7, p. 24, 22 nov. 1963.

Universidade. Em 1968, não podemos nos esquecer de que a UFPA foi palco de inúmeras sublevações estudantis, com paralisação em várias faculdades, ocupação de prédios e efervescência política de toda ordem, incluindo manifestações que ocorreram externamente ao *campus*. Não é de se surpreender que o regime estivesse preocupado com o que se passava entre os muros da Universidade e quais eram as demandas que poderiam servir de combustível para mais agitações.

O formulário a ser preenchido e encaminhado pelo NABE solicitava dados sobre número de vagas, de candidatos prováveis ao vestibular e número possível de excedentes. Esse último era tema delicado e acerca do qual os militares sabiam poder gerar descontentamento entre os estudantes. Quanto às dificuldades apontadas pela diretora, foram destacadas a “instalação de prédio e mobiliário precário, sem as mínimas condições de ensino e aprendizagem” e a “deficiência de pessoal administrativo”. A diretora admitiu o desconhecimento da “situação funcional do pessoal administrativo”, não obstante a Escola ter sido integrada à Universidade desde novembro de 1963. O baixo nível salarial e a ausência de bolsa de estudos aos alunos foram outras dificuldades sublinhadas³¹⁹.

Eram muitos os problemas pelos quais passava a UFPA naquele período, de modo que acreditamos que esse mapeamento possa ter orientado o processo de modernização da Universidade, sobretudo, a partir da construção do *campus*, época em que as “grandes obras” foram executadas. As informações levantadas pelo SNI, como sabemos, não apenas eram formas de vigilância e controle dos elementos subversivos, mas também instrumento para tomadas de decisão estratégicas por parte dos militares, de forma que o caso concreto da UFPA nos permite tirar tais conclusões.

Em outra resposta assinada pela diretora, encontramos escrutínio esmiuçado a respeito dos docentes que atuavam na Escola de Serviço Social³²⁰. A vigilância era realizada com muito cuidado e cautela: os documentos foram marcados como “confidenciais”; e os ofícios eram endereçados sempre aos chefes de departamento e com orientação de resposta a ser encaminhada diretamente ao NABE.

³¹⁹ Ofício nº 394/68-ESS, MEC/UFPA. Belém, 30/12/1968. (Anexos A a X). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³²⁰ José de Souza Macedo, José Chaves Müller, Maria Virgínia Guedes Gomes da Silva, Zulima Ovídia Vergolino Dias, Maria Tereza Couceiro Simões, Josefa Bertília Monteiro de Brito, Maria Stella Soares de Brito, Maria Ruth Garcia Reymão, em um total de vinte e sete (entre professores assistentes, adjuntos, hora-aula e contratados), foram alguns dos nomes que apareceram no relatório encaminhado pelo chefe do NABE. Residência, religião, local de trabalho, ocupações atuais e anteriores, tudo foi minuciosamente descrito no documento. Ofício nº 14/69-ESS/MEC/UFPA. Belém, 14/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Acreditamos que essa vigilância sobre a vida acadêmica tenha sido possível, maiormente, com a implantação das AESI nas universidades, uma vez que o controle da circulação de informações se tornou mais amplo com a presença de um órgão diretamente ligado ao DSI/MEC dentro das instituições. Estes, além recolher informações a respeito das subversões praticadas dentro das universidades, interferiram nas decisões dos reitores e dos ocupantes dos demais cargos de direção nas faculdades. Isso tudo denota maior intervenção do MEC nas instituições, não apenas para vigiar, mas também para punir os indesejáveis³²¹. Considerando que a ação do SNI prejudicou diretamente a vida profissional e acadêmica dos inimigos internos, devemos definir tais órgãos não apenas pelo seu caráter de vigilância, mas também pelo seu caráter punitivo.

Em 23 de janeiro de 1969, o reitor Silveira Neto remeteu ofício circular³²² à Escola de Serviço Social, anexando expediente confidencial recebido do DSI/MEC. O documento trazia informações sobre uma reunião promovida pela “ex-UNE” em Petrópolis (RJ), cujos participantes chegaram de automóvel durante a noite, a fim de que não identificassem o local. O documento, que não traz assinatura, informa que os congressistas haviam decidido submeter professores “não alinhados” a tribunais estudantis disfarçados em assembleias, nos quais os “réus” não teriam nenhuma chance de responder às acusações. Teria sido definido também um “torpedeamento” ao Projeto Rondon, além de engajamento em movimentos de massas e manifestações de rua, seguido da articulação com jornalistas “progressistas”, para um apoio às agitações estudantis.

Quanto ao ensino médio, defendiam: a completa abolição da disciplina e o desrespeito ao “tradicionalismo”, no que diz respeito ao trato com o mestre e ao uso de uniformes; repúdio aos pais, que não reconheciam os “direitos dos moços”; a união com os universitários na pressão do “poder jovem”; ligação com sindicatos operários para apoio a greves e movimentos de massa; contato permanente com favelados etc. A resposta a esse documento não demorou muito. Em 27 de janeiro de 1969, o vice-coordenador em exercício do Núcleo de Letras, Rômulo Augusto de Souza, acusou o

³²¹ Ludmila Pereira, ao tratar da inserção da AESI no âmbito da UFF, teve essa mesma percepção. PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade**: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

³²² Ofício Circular nº GR/1/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 23/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

recebimento do documento e acrescentou que estaria atento para evitar qualquer manifestação de alteração de ordem para manter a disciplina e a paz estudantil³²³.

No documento citado, o fluxo de informação de “cima para baixo”, ou seja, do DSI/MEC para a base, no caso, a Reitoria da UFPA, evidencia que os órgãos de vigilância trabalhavam não apenas com o propósito de colher informações de forma capilarizada a partir das Reitorias, mas também como veículo irradiador de informações, amplamente disseminadas em todo o território nacional, posto que havia o interesse de que toda e qualquer movimentação suspeita, que partisse dos grupos subversivos, fosse conhecida pelas autoridades do regime em seus vários níveis hierárquicos. A resposta rápida dá conta de que não apenas havia sinergia entre os órgãos envolvidos no controle da vida acadêmica, como também de que o sistema de informações não era ineficiente, como a opinião pública costumava noticiar, principalmente, se considerarmos as dificuldades técnicas atinentes ao período.

O controle era eficaz, porque era exercido, inclusive, pelos órgãos de segurança. O delegado regional do Departamento de Polícia Federal do Pará, Raul da Silva Moreira, esteve interessado em saber os nomes dos professores da UFPA que promoviam agitações e subversões no meio estudantil³²⁴. No dia seguinte, o reitor Silveira Neto solicitou³²⁵ que a vice-diretora da Escola de Serviço Social informasse a ele a respeito da situação estudantil nessa unidade, citando o nome dos professores envolvidos em fatos delituosos, ao que lhe fora comunicado nada existir nesse sentido, pois as aulas haviam iniciado em “ambiente de plena e completa normalidade”, bem como, conforme informou a diretora em exercício, Maria Tereza Couceiro Simões, não havia indícios de subversão no movimento estudantil e conseqüente envolvimento de membros do corpo funcional³²⁶.

A polícia federal também queria estar a par das agitações que poderiam irromper a partir das universidades, e o reitor tratou de dar despacho em caráter de urgência ao pleito, sem que nada tivesse sido observado de anormal naquele momento, o que não quer dizer que não houvesse ações por parte dos estudantes “por debaixo dos panos”. Quanto ao envolvimento dos professores em atos de subversão, não se exclui a hipótese de que

³²³ Ofício NL nº 22/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³²⁴ Ofício nº 013/69-DR/PA, Confidencial, MJ/DPF. Belém, 21/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³²⁵ Circular nº GR/1/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³²⁶ Ofício nº 74/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/04/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

nem tudo era repassado às autoridades, e os próprios chefes de imediatos poderiam decidir “acobertar” colegas que promovessem algum tipo de ação contra o regime militar.

As informações não paravam de circular: naquele mesmo dia, 22 de março de 1969, a Reitoria recebeu um informe da DSI/MEC³²⁷, tratando de uma provável campanha de sensibilização da opinião pública a respeito de o número de aprovados nos vestibulares ser superior ao número de vagas ofertadas (novamente a questão dos excedentes), sendo esse um “aspecto reacionário da ditadura”, como definiu o órgão emissor. O documento, também encaminhado às demais universidades federais, alertava para a possibilidade de haver tumultos nas faculdades, com previsão de permanência dos aprovados nas salas de aula, seguida de ocupação das escolas e de ações de rua, tudo isso “para a denúncia do caráter reacionário da ditadura”³²⁸.

A preocupação maior do reitor Silveira Neto, naqueles dias, era que, no dia 31 de março, quando a “Revolução” completaria seu quinto aniversário, reuniões e aglomerações ocorressem na UFPA com caráter subversivo, conforme os rumores sugeriam³²⁹.

Esses informes parecem ter sido uma estratégia adotada pelo DSI/MEC para deixar as Reitorias cientes do que estava acontecendo dentro do movimento estudantil e sua atuação política, mesmo após o AI-5, o que corrobora com a tese de que os estudantes se mantiveram atuantes apesar da rigidez por parte dos militares. As autoridades procuravam se antecipar a possíveis movimentações e atos de rebeldia que poderiam achar palco nas universidades com desdobramentos factíveis para fora de seus muros.

Naquele ano de 1969, a atmosfera na universidade não parecia ser das mais tranquilas, apesar do que havia informado Maria Tereza Couceiro Simões. Tanto que Jonathas Pontes Athias, coordenador administrativo do Conjunto Universitário Pioneiro, em maio, solicitou à diretora que suspendesse as aulas que ocorreriam na Escola de Serviço Social no dia 19 para prevenir manifestações, uma vez que, naquele dia, seria aplicada uma prova de Física para candidatos ao curso de Medicina³³⁰.

³²⁷ Informe nº 15, Confidencial, DSI/SEP/MEC/69. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³²⁸ Circular nº GR/2/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³²⁹ Circular nº GR/3/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 28/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³³⁰ Ofício nº ESS/005/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 16/05/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

São detalhes que sugerem o temor que existia em relação ao movimento estudantil e a capacidade deste de promover ações de resistência ao regime, de modo que uma ordinária aplicação de um exame de vestibular poderia ser alvo de agitações e protestos. A circulação dessas informações dá conta dos dados que transitavam na UFPA e entre as autoridades, estas bastante atentas a todo e qualquer movimento de rebeldia que pudessem ocorrer nesse espaço.

Esse fluxo de informações envolvia o gabinete da Reitoria, as unidades internas da UFPA, os órgãos de segurança e o Ministério da Educação e Cultura, no caso, através do DSI/MEC. Podemos citar como exemplo uma circular³³¹ encaminhada pelo reitor Silveira Neto, em junho de 1969, à vice-diretora da Escola de Serviço Social, fazendo alusão a um documento que havia sido recebido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que, por sua vez, fazia referência a outro documento³³², assinado pelo general José Bretas Cupertino, diretor-geral do Departamento de polícia federal, que, originariamente, havia sido encaminhado ao ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra. Cupertino se reportava ao ministro da Educação para informar a ele sobre um possível recebimento de elevadas somas em dinheiro por parte dos Diretórios Acadêmicos, muitos deles liderados por “esquerdistas”, oriundas de cobrança de taxas de inscrições dos candidatos às provas de vestibular. A preocupação do general, conforme este aponta, era de que esses recursos fossem utilizados para fomentar atividades contrárias ao governo, ou seja, atividades subversivas. No dia 27 de junho, a diretora em exercício, Maria Tereza Couceiro Simões, informou ao reitor desconhecer que o DA de Serviço Social tivesse cobrado taxa de inscrição dos candidatos à matrícula na primeira série e, ainda, conforme havia apurado entre os alunos, nem mesmo dos aprovados nos exames de vestibulares e matriculados na primeira série foi cobrada qualquer taxa³³³.

No exemplo acima, percebemos como transcorria a movimentação de informações entre os órgãos da administração pública, envolvendo agentes de altíssimo escalão do regime, passando pela autoridade máxima da Universidade e por chefes de departamentos de nível mais baixo, bem como pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Eram muitos envolvidos para tratar de assuntos bem

³³¹ Circular nº GR/04/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³³² Nº 130/SEC, Preservado, MJ/DPF. 27/02/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³³³ Ofício nº 174/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

específicos, suspeitas, muitas vezes, não confirmadas, qual seja um possível financiamento de atividades contra o regime através de exames de vestibulares, o que, por si só, normalmente não levantaria desconfiança.

O sistema de vigilância, montado pela “Comunidade”, foi configurado de tal maneira que qualquer pessoa poderia ser monitorada e seus dados biográficos levantados. A atmosfera de suspeição era intensa e nem mesmo os agentes do próprio SNI escapavam do patrulhamento. Um episódio ocorrido no âmbito do NABE é capaz de ilustrar bem essa realidade.

O ex-guarda civil e funcionário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, Alexandre Lopes da Silva, desde novembro de 1970, estava à disposição do SNI, exercendo, em caráter eventual, a função de estafeta do escritório sediado em Belém. O agente, apesar de ter trabalhado no gabinete do secretário de Segurança e ter sido indicado como um funcionário de bons antecedentes, foi, em período que antecedeu a sua incorporação ao SNI, “triado em todos os órgãos de Segurança e Informação da área, ‘nada constando’ a respeito de seus antecedentes ideológicos”. No entanto, no dia 21 de janeiro de 1971, o tenente-coronel Mauro Amâncio de Souza, subcomandante do 22º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS) de Belém, encarregado de um Inquérito Policial Militar, participou da chefia do NABE que havia prendido, “para averiguações”, conforme previsto no artigo nº 59 da Lei de Segurança Nacional, Alexandre Lopes da Silva, “por estar implicado em caso de subversão”. Alexandre havia sido denunciado por um sargento do Exército, também preso por estar implicado na prática do mesmo crime³³⁴.

O caso de um funcionário do SNI preso e submetido a um IPM chama atenção para o nível de monitoramento executado pelos órgãos de vigilância. O indiciado, então com 48 anos de idade, foi interrogado na sede da Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal em Belém, ocasião em que relatou que, por volta de 1954, quando trabalhava no cais do porto, “teve seus primeiros contatos com os elementos do movimento comunista do Pará” a convite de outros estivadores. Nas reuniões que aconteciam no cais, eram debatidas teses e explanados os objetivos do PCB. Segundo consta no depoimento, por volta de 1957, Alexandre deixou o trabalho como estivador para ingressar na polícia civil, afastando-se das atividades “subversivas” até 1967 quando passou a ter contato com uma célula militar do PC no Pará, da qual faziam parte mais dois sargentos do Exército, com os quais se encontrava nas localidades de Icoaraci e

³³⁴ Ofício nº 37, Confidencial, AMA/NABE/SNI. Belém, 02/02/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Coqueiro para as reuniões da “célula”³³⁵. O ex-guarda civil foi desligado do SNI pelo chefe local, general Mário Aldo Couto da Gama³³⁶, mas acabou absolvido, por insuficiência de provas, da acusação de ter cometido crime contra a Segurança Nacional³³⁷.

Para manter essa “máquina” de identificação de elementos suspeitos em operação, o regime militar teria de dispor de recursos financeiros compatíveis, o que nem sempre acontecia. A carência de verbas com que se defrontavam todos os órgãos da “Comunidade” era uma das maiores dificuldades dos Sistemas de Informações, constituindo-se “em sério entrave ao desenvolvimento e aprimoramento dos processos e das táticas utilizadas” pela vigilância. O DSI/MEC chegou a acentuar que, por conta da extensão territorial do País, era vasto o campo a ser coberto pelas Informações para atender a todas as solicitações feitas pelo governo em tempo útil e com a necessária precisão e objetividade³³⁸.

Para contornar essas dificuldades, a Divisão disseminou manual para buscar aproximação com as fontes das informações e orientá-las para que fossem capazes de desenvolver, com pleno conhecimento, as atribuições daquele setor específico e, de modo especial, “a correta mentalidade de informações”. A padronização das normas e conceitos de uso corrente, no trato das informações, criaria as condições necessárias à uniformização das atividades do Sistema Setorial de Informações (SIS) do MEC e um automatismo que geraria a brevidade na análise e na aplicação dos dados coletados³³⁹.

³³⁵ Auto de Perguntas ao Indiciado, 8ª RM/2ª Seção/Ministério do Exército. Belém, 28/01/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³³⁶ Informação nº 067, NABE/SNI. Belém, 07/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³³⁷ No mesmo processo, o Conselho Permanente de Justiça do Exército decidiu também absolver o 2º sargento do Exército Armando Álvaro Alves Tupiassu e o sargento da PM Luiz Maria da Silva das penas previstas no artigo 36 do Decreto-Lei nº 314/67. Ambos foram indiciados por fazerem parte da “célula militar” comunista. Ofício nº 125, Auditoria da 8ª Região Militar/CJM/ Justiça Militar. Belém, 31/01/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³³⁸ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³³⁹ “Manual de Segurança e Informações”, DSI/MEC. Brasília, DF, 1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

CAPÍTULO 2 – PERSEGUIÇÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA: OS ANOS DE CHUMBO NA UFPA (1969-1973)

2.1 “Precisamos ocupar a Faculdade”: UFPA e os impactos do Decreto nº 477 (o AI-5 das universidades)

Conforme ofício encaminhado pelo reitor Aracy Barreto ao secretário-executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras³⁴⁰, foram cinco os atingidos por atos institucionais no âmbito da UFPA³⁴¹.

Esse dado denuncia o processo de recrudescimento do regime implantado em 1964, o qual colocou as universidades entre seus alvos prioritários no combate contra o comunismo.

Além dos atos institucionais, da presença dos órgãos de vigilância nas instituições de ensino e da criação do DSI/MEC, em 1968, para tentar “calar” as vozes dissonantes que partiam das universidades e para “legalizar” a perseguição política nesses espaços, foi necessário que o regime editasse uma legislação capaz de esfriar o ímpeto contestador dos estudantes e colocar limites à liberdade de pensamento dos intelectuais ali presentes. Isso se deu através da publicação do Decreto nº 447, de 28 de fevereiro 1969³⁴². O dispositivo fez parte do que o regime militar chamou de “legislação revolucionária que vigorou a partir de 1968, garantindo ao País um clima de tranquilidade e fornecendo os instrumentos legais necessários ao combate à subversão”³⁴³.

Os alvos definidos pelo Decreto-Lei eram professores, funcionários e alunos enquadrados nos chamados “atos subversivos”, isto é, aqueles que organizassem paralisações, distribuíssem material gráfico sem autorização prévia, utilizassem o espaço

³⁴⁰ Ofício nº 01/79/GR, Confidencial, UFPA. Belém, 26/06/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁴¹ Epílogo de Gonçalves Campos, professor titular aposentado em 1979, conforme Ato Institucional nº 10; Henry Checralla Kayath, professor-adjunto, demitido em 1976, após punição segundo Ato Institucional de 9 de abril de 1964; Ruy Guilherme Paranatinga Barata, professor aposentado em virtude do mesmo AI de 1964; Orlando Sampaio Silva, professor titular aposentado em setembro de 1969, com base no AI-5; Camilo Silva Montenegro Duarte, professor-adjunto aposentado também segundo o AI-5 em setembro de 1969. Ofício nº 01/79/GR, Confidencial, UFPA. Belém, 26/06/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁴² BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 1, p. 77, 26 fev. 1969.

³⁴³ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

das universidades “para fins de subversão” ou contrário à moral e à ordem pública. Prevendo punições severas, como expulsão dos alunos e demissão dos docentes, o Decreto-Lei definia que as infrações seriam apuradas em processo sumário de vinte dias, tempo exíguo para apresentação de argumentos de defesa³⁴⁴.

Cerca de um mês antes da promulgação do Decreto-Lei, o presidente da República, Costa e Silva, recebeu documento em que o secretário-geral do CSN, general de brigada Jayme Portella de Mello, fazia exposição de motivos para a aprovação do projeto desse dispositivo legal, o qual definia “as infrações contra a segurança nacional” no setor escolar e estabelecia as sanções obrigatórias. Segundo o secretário-geral, a elaboração do documento decorreu de “minucioso estudo” sobre as causas e consequências das manifestações estudantis, “bem como dos seus reflexos sobre a segurança interna, sendo sua finalidade básica impedir que o Estado continuasse financiando a subversão de elementos que tudo fazem para destruí-lo”. Jayme Portella corria contra o tempo, pois as informações disponíveis naquele momento indicavam que, encerrado o período de férias e de exames vestibulares, haveria o “recrudescimento de agitações em cadeia em todo o território nacional para demonstrar a possibilidade de avanço das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política”³⁴⁵.

Explicou o general de brigada que o meio estudantil se apresentou muito conturbado em 1968, “obrigando as autoridades a empregarem meios coercitivos para a manutenção da ordem pública”, produzindo crescente sensação de insegurança à população e gerando forte sentimento de apreensão nas Forças Armadas”. As manifestações coletivas antigoverno e antirrevolução, “de cunho marcadamente político”, sucederam-se com frequência no meio estudantil, “buscando colocar os universitários e os secundaristas na vanguarda do Partido [Comunista], na sua luta pela conquista do poder”. Somados aos “atos de terrorismo e sabotagem”, esses seriam “flagrantes atentados à ordem pública e ao regime”. Prosseguiu o autor do documento, afirmando que “a falta de autoridade e de capacidade disciplinadora de muitos reitores e diretores, conjugada com a ausência de um instrumento legal eficaz”, constituía as causas da “total inexistência de aplicação de punições aos alunos, professores e funcionários agitadores, gerando um clima de impunidade altamente favorável à subversão”. Portella destacou que a imensa maioria dos “elementos agitadores” pertencia às universidades e aos colégios

³⁴⁴ Fagundes (2013, p. 301-303).

³⁴⁵ Exposição de Motivos nº 045/SG-1/69. Rio de Janeiro, 24/01/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

subvencionados pelos cofres públicos, sendo reduzida a atividade subversiva nos pertencentes à área particular. O Estado encontrava-se, assim, “na curiosa situação de financiador da subversão desenvolvida por elementos cujo estudo, moradia e alimentação constituem pesado ônus para a nação”³⁴⁶.

Foram sobre tais bases ideológicas que se assentou a formulação do “Decreto-Lei 477”, e sua aplicação foi concreta na vida estudantil secundarista e universitária: em 20 de janeiro de 1970, o diretor da Faculdade de Medicina da UFPA, Eduardo Granhen Hermes, encaminhou documento ao diretor da Escola de Serviço Social, comunicando que, através da Portaria nº 35/69, de 19 de dezembro de 1969 e de acordo com o Relatório da Comissão de Inquérito Disciplinar e decisão do Conselho Administrativo, fora aplicada punição de desligamento aos alunos João Monteiro de Pena Neto e Evaldo Jesus Miranda de Azevedo, então matriculados na quarta série do curso de Medicina, estando estes proibidos de se matricularem em outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos, conforme previsto no “Decreto-Lei 477” de 1969³⁴⁷.

Situações como essa foram vividas dentro da UFPA nos chamados “anos de chumbo”, em que a represália a alunos considerados subversivos foi aplicada graças a esse dispositivo, que surgiu no mesmo contexto daquele que foi considerado o gesto mais autoritário do regime vigente, o AI-5. No âmbito das universidades, os militares lançaram mão desse instrumento como freio às manifestações estudantis que paralisaram várias instituições no País.

Por certo, essa ferramenta logrou êxito. Segundo a avaliação feita pelos órgãos de vigilância em 1973, por exemplo, quando construiu um histórico de atividades subversivas do ex-aluno da Faculdade de Direito, Zeno Augusto Bastos Veloso, chegou a afirmar que, por conta da vigência do AI-5, foram “atenuados” os ataques que esse, em companhia do vereador Jader Barbalho (ambos fichados como “comunistas”), faziam a respeito da “Revolução e das autoridades”³⁴⁸.

Os alvos não estavam apenas nas universidades, e conforme levantamento realizado pelo DSI/MEC em julho de 1974, encaminhado à Agência Central do SNI, ao CIE, ao CISA e ao CENIMAR, dois alunos do Colégio Estadual Paes de Carvalho

³⁴⁶ Exposição de Motivos nº 045/SG-1/69. Rio de Janeiro, 24/01/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

³⁴⁷ 0078/MEC/UFPA/FACULDADE DE MEDICINA. Belém, 20/01/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁴⁸ Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

receberam punições com base no referido Decreto-Lei. Até aquele momento, 245 alunos de estabelecimentos de ensino no Brasil já haviam sido enquadrados no “477”. No Pará, apenas um aluno de nível superior, Humberto Rocha Cunha, da Escola de Agronomia da Amazônia, havia sido atingido (Figura 25). O processo ocorreu em 1969. Os secundaristas atingidos foram Benedito José de Carvalho Filho e Mauro Roberto Brasil Vasconcelos³⁴⁹.

Figura 25 – Humberto Cunha com sua esposa, Izabel



Fonte: Jornal *Resistência*³⁵⁰.

Nota: no dia 20 de dezembro de 1971, em Contagem (MG), o casal foi preso em sua casa, levado pelo DOI-CODI e torturado.

Mauro Brasil tinha uma longa ficha no NABE, que, em junho 1971, fez um detalhado levantamento sobre sua militância estudantil. Em março de 1969, o aluno “provocou e liderou agitação estudantil no Colégio [Paes de Carvalho], provocando um tumulto dentro do estabelecimento, fechando as portas de saída, trancando em sala os

³⁴⁹ Encaminhamento nº 3148/SI/DSI/MEC/74. Brasília, DF, 18/07/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Mesmo já desligado, o líder estudantil continuou monitorado pelas forças de repressão. No dia 1º de maio de 1971, Ruy Antônio Barata, ex-aluno de Medicina da UFPA e líder estudantil, prestou depoimento no DOI-CODI de São Paulo, ocasião em que foi inquirido a respeito do seu contato com Mauro Brasil, o qual residiu por dois meses com a testemunha, agora médico e aluno de residência na capital paulista. Prot. 2820/71/CODI/II Ex (OB) – DOI/Quartel-General/II Exército/Ministério do Exército. São Paulo, 01/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁵⁰ O INFERNO de Izabel Cunha. *Resistência*, Belém, ano IV, n. 22, p. 7, mar. 1981.

professores e participando ativamente na tomada do Colégio”. Aberto inquirido, o diretor da instituição o desligou com base no Decreto-Lei, pois o elemento foi considerado o “principal culpado do acontecimento”³⁵¹.

Conforme noticiado pela imprensa, na tarde do dia 25, os alunos do colégio se recusaram a assistir às aulas e a sair do prédio após deflagrarem movimento em solidariedade a uma turma do 1º científico³⁵², que fora suspensa na véspera por se recusar a assistir à aula de inglês ministrada pelo professor Clyde Skeet³⁵³.

Figura 26 – Fotografia da fachada do Colégio Paes de Carvalho retirada em julho de 1973, chamado pelo jornal *A Província do Pará* de “termômetro político local”



Fonte: *A Província do Pará*³⁵⁴.

Estes foram os atingidos pelo AI-5 das universidades conforme levantamento da DSI/MEC, mas um ponto deve ser mencionado: outras pessoas foram atingidas pelo “477” na UFPA e não foram mencionadas pelo relatório da Divisão. Levantamos essa questão, porque, tanto nos expedientes trocados dentro da Universidade, quanto nas memórias de ex-alunos, outros episódios de “insurgência” dentro do *campus* resultaram

³⁵¹ Informação nº 123/SNI/NABE. Belém, 16/06/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁵² Equivalente ao primeiro ano do Ensino Médio.

³⁵³ PROFESSORES do lado de fora do prédio, enquanto os alunos do lado de dentro aguardavam os acontecimentos. *A Província do Pará*, p. 8, 26 mar. 1969.

³⁵⁴ O ESTUDANTE e a pátria. *A Província do Pará*, Belém, 8 jul. 1973.

em penalidades com base nesse Decreto-Lei. Um desses exemplos é descrito na narrativa construída no depoimento do ex-aluno de Medicina Waldir Paiva Mesquita.

No primeiro período de 1968, embates envolvendo a aplicação da prova da disciplina de Dermatologia, ministrada pelo professor Domingos Silva, geraram conflitos entre alunos e a direção da Faculdade, na época, dirigida por Camilo Vianna, o que acabou mobilizando vários discentes. O mesmo embate se repetiu no semestre seguinte, dessa vez, a respeito do exame para a disciplina de Doenças Tropicais, entregue em branco por parte dos alunos. Essas agitações chamaram atenção da 8ª Região Militar que, segundo a testemunha, solicitou a Vianna que listasse os comunistas da Faculdade de Medicina, como moeda de troca pela libertação do irmão diretor, que se encontrava em prisão naquele momento. O resultado dessa negociação teria levado Waldir Mesquita e outros colegas (Antônio Anselmo Bentes de Oliveira, José Paulo de Oliveira Filho, João Pine Neto, João Moraes, Luís Nogueira e Evaldo de Jesus Miranda de Azevedo) a serem enquadrados no “477”. O irmão de Luís Nogueira era uma figura influente nos bastidores políticos de Brasília, tanto que as penas foram aplicadas de maneira atenuada e parte dos alunos foi punida “apenas” com suspensão de noventa dias. Waldir, José Paulo e Evaldo foram afastados por um ano³⁵⁵. Portanto, segundo as fontes orais, além daqueles que aparecem na apuração do SNI, esses alunos de Medicina também foram punidos pelo Decreto-Lei.

Uma análise precipitada poderia nos levar a considerar ínfimo esse número de atingidos durante os anos de vigência do dispositivo, considerando o universo de estudantes matriculados na UFPA e nos demais colégios estaduais. Só o Núcleo Pioneiro da UFPA, em 1970, já era frequentado por quase dois mil estudantes³⁵⁶. No entanto, o efeito desmobilizador e intimidador do “477” sobre o movimento estudantil não pode ser medido apenas pelos alunos efetivamente punidos, mas pelo temor que ele causou entre os estudantes, que evitaram se (re)organizar para resistir à violência do regime, temendo serem prejudicados em sua vida acadêmica, sem falar em retaliações mais graves, uma vez que o Decreto-Lei fez parte de um ambiente de repressão que se intensificava cada vez mais no País depois do AI-5.

³⁵⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Waldir Paiva Mesquita. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (81 min). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1289>. Acesso em: 4 fev. 2020.

³⁵⁶ RUMOS certos para o ensino. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

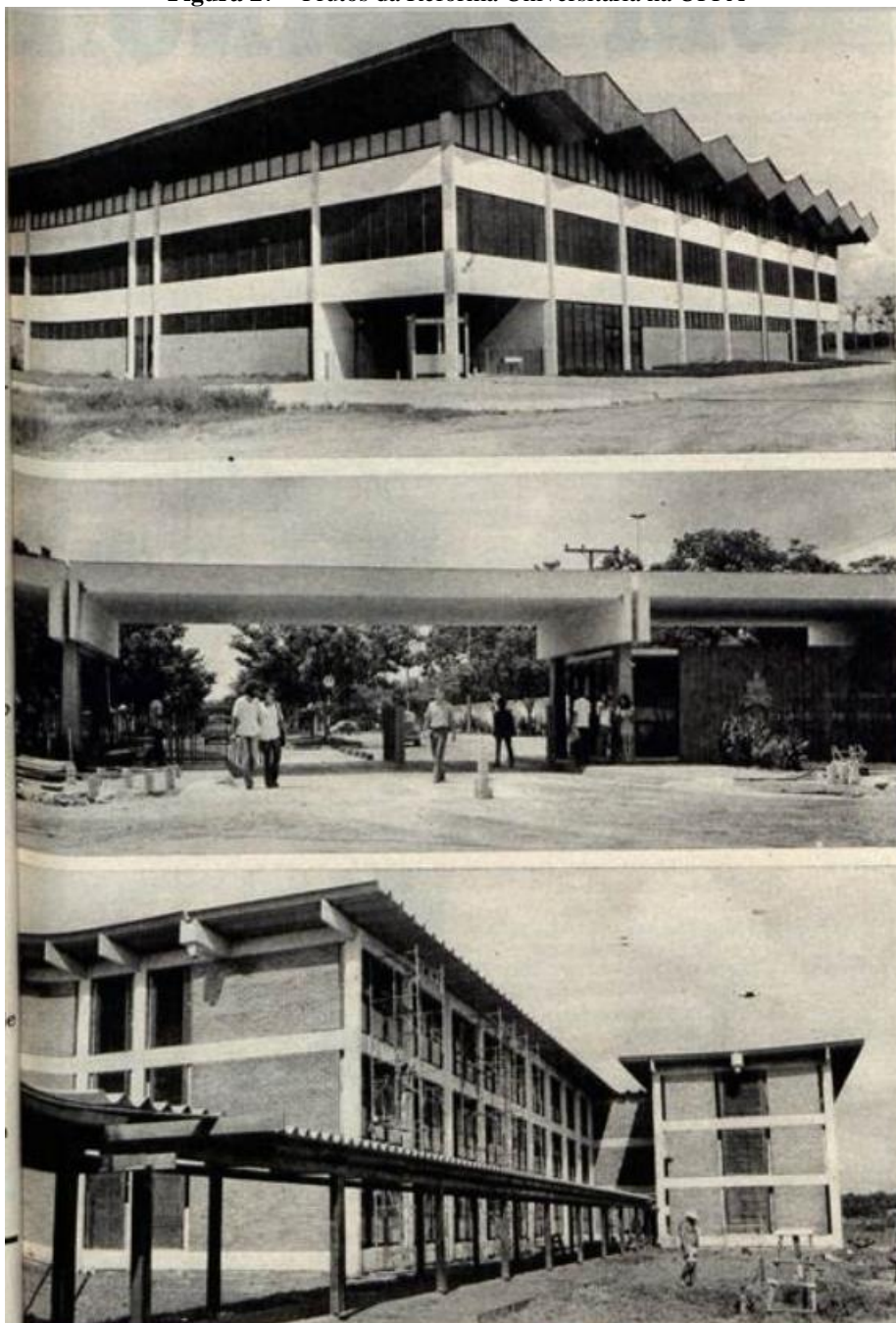
Claramente, os colegas de Mauro Brasil e Waldir Mesquita, cientes do que ocorreu com essas lideranças, pensaram duas vezes antes de iniciar qualquer outro motim dentro do Colégio Paes de Carvalho sem que fosse necessário serem, com efeito, punidos previamente. A Lei ofereceu um “teatro de controle” do regime sobre os estudantes e “a importância simbólica da violência [...] não necessariamente possui correlação direta com quantidades”. Queremos sustentar que apenas quantificar os punidos pelo Decreto-Lei e, a partir desse número, dimensionar a gravidade do dispositivo durante sua vigência, pode nos levar a conclusões turvas, “pois as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total, e isso inclui o contexto simbólico”³⁵⁷.

Não se pode esquecer de que a letra da lei não era a única ferramenta usada pelo regime para aplicar seu projeto de modernização no ensino. Se, por um lado, durante o governo Médici, fase de maior repressão da ditadura, o Ministério da Educação e Cultura foi comandado pelo ex-coronel Jarbas Passarinho sob a vigência de uma legislação autoritária (AI-5 e “477”), capaz de afetar, significativamente, as bases da resistência estudantil por alguns anos, por outro, essa pasta levou adiante uma Reforma Universitária que, em certa medida, buscou atender às reivindicações dos estudantes durante os protestos de 1968, como o fim das cátedras e a ampliação das vagas no ensino superior³⁵⁸.

³⁵⁷ Thompson (2012, p. 240-241).

³⁵⁸ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 27.

Figura 27 – Frutos da Reforma Universitária na UFPA



Fonte: Revista *Manchete*³⁵⁹.

Nota: em reportagem publicada em 1973, buscou-se apresentar os frutos da Reforma Universitária na UFPA. Enquanto o regime direcionava recursos para “o mais importante centro de ensino superior da região Norte do Brasil”, as vozes dissonantes que atuavam no *campus* eram silenciadas pela legislação autoritária.

Muitas vezes, tido como derrotado naquele ano, o movimento estudantil, através da oposição e da resistência nos territórios acadêmicos, conseguiu ver suas demandas atendidas nas reformas do governo nos anos seguintes, o qual planejava suas ações

³⁵⁹ A UNIVERSIDADE acompanha o progresso. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 21, ed. 1103, p. 141, 9 jun. 1973.

considerando possíveis respostas negativas nesse meio e temendo novas agitações estudantis. Passarinho, por exemplo, em 1970, chegou a apresentar ao presidente da República um anteprojeto de lei destinado a instituir a participação do responsável pelo estudante no custeio do ensino público federal de nível superior com o intuito de combater o que ele mesmo chamou de “a utopia do ensino gratuito”. A proposta não vingou³⁶⁰.

Podemos dizer que, para lidar com a questão estudantil no pós-1968, a ditadura tendeu a se estabelecer não somente à base da força, mas também do convencimento, de sorte que a relação entre dominantes e dominados, mesmo sob condições mais autoritárias, por conta da legislação em vigor, precisa ser compreendida para além da questão do confronto. As possibilidades de negociação e as concessões aos estudantes eram instrumentos utilizados pelo Estado para construir a legitimidade do regime e da sua proposta de modernização³⁶¹. Como o SNI chegou a declarar em documento secreto em 1972, era “impossível a contrassubversão somente com forças antagônicas”, mas cabia também ao regime se mostrar favorável “aos anseios despertados na população”, levando-os, “pouco a pouco, a se colocar voluntariamente ao lado das autoridades”³⁶². Além disso, como bem observou Alexandre Cunha, um daqueles que viriam a fazer parte da SPDDH, alguns regimes de universidades eram mais rígidos que o próprio “477”³⁶³.

Dito de outra forma, grande parte da lei é sempre “teatro”, enquanto as exibições de poder não precisam ser endossadas com tanta frequência³⁶⁴. Se o ministro Jarbas Passarinho falou a verdade ante as comissões de Educação e Cultura do Senado e da Câmara em outubro de 1973, entre os anos de 1970 a 1973, 54 portarias de punição baseadas no Decreto-Lei nº 477/69 chegaram em suas mãos e foram desclassificadas, contra “apenas” (termo usado pelo ministro) 38 processos que resultaram na aplicação do dispositivo³⁶⁵.

O regime sentia necessidade de dispor de um mecanismo legal que tivesse efeito desmobilizador dentro dos meios estudantis. Nas palavras de Jayme Portella, secretário-geral do CSN em 1969, a ausência dessa legislação “foi responsável pela anulação,

³⁶⁰ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁶¹ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

³⁶² Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁶³ ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 6, dez. 1978.

³⁶⁴ Thompson (1998, p. 48).

³⁶⁵ JARBAS mostra números de sua pasta e desmente punições do Decreto 477. A **Província do Pará**, Belém, 27 out. 1973. Havia, conforme assevera Angélica Müller, possibilidade de punir alunos através de atos administrativos previstos nos regimentos das instituições (MÜLLER, 2016, p. 58-62).

através de mandados de segurança, dos atos de expulsão determinados pelas raras autoridades escolares disciplinadoras”. Esse estado de coisas, segundo Portella, “não só favoreceu o domínio da maioria esquerdista atuante, como facilitou a omissão das autoridades escolares e dificultou a ação policial”³⁶⁶.

A manobra do regime deu certo, e tanto o AI-5 quanto o “Decreto-Lei 477” afetaram, negativamente, a vida dos alunos e professores da UFPA. Começamos por Camillo Silva Montenegro Duarte³⁶⁷. O ex-aluno da Faculdade de Direito se elegeu com votação expressiva para o cargo de deputado federal em 1966, atuando pela legenda da ARENA. Em Brasília, trabalhou ao lado de Ulysses Guimarães na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até a publicação do AI-5: recém-chegado de uma viagem à Europa, Camillo foi chamado, às pressas, pelo presidente Costa e Silva, para comparecer a uma reunião no Palácio das Laranjeiras. A pauta da conversa foi o iminente fechamento do Congresso por pressão de alguns setores militares. Esse seria um, caso a CCJ não cassasse o mandato do deputado Márcio Moreira Alves³⁶⁸ em votação que ocorreria na noite seguinte. A conversa durou cerca de uma hora e terminou com o ex-deputado, e também professor da UFPA naquele momento, justificando sua discordância ao que estava sendo ali proposto:

Eu disse: presidente, o senhor sabe da amizade que eu tenho pelo senhor, o senhor sabe da gratidão que eu tenho pelo tratamento que o senhor me dá, me levando ao Palácio da Alvorada permanentemente, embora minhas posições muitas vezes sejam contrárias ao seu governo, eu tenha votado contra o senhor, mas o senhor nunca levou isso em conta, então eu tenho um profundo respeito, admiração e amizade pelo senhor, mas eu queria que o senhor soubesse o seguinte: eu sou professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, sou deputado eventualmente, fui eleito por quatro anos, já imaginou o senhor no momento que eu tiver que voltar à Universidade? Como eu iria sustentar o direito brasileiro depois de ter votado pela cassação de um deputado que não podia ser cassado? A Constituição é clara, a Constituição não permite a cassação, e eu peço que o senhor não tome em conta isso como agravo à sua pessoa, nem ao Exército, mas o meu respeito aos meus alunos da Universidade Federal do Pará, uma manifestação de respeito ao Direito que eu defendi sempre, eu sempre fui mais um advogado, mais um professor de Direito, do

³⁶⁶ Exposição de Motivos nº 045/SG-1/69. Rio de Janeiro, 24/01/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

³⁶⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Camillo Silva Montenegro Duarte. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1309>. Acesso em: 1 de jun. 2019.

³⁶⁸ Autor do famoso discurso no qual pedia às moças brasileiras que se recusassem a dançar com os militares nas festas do dia 7 de setembro. Os membros da comissão da CCJ foram substituídos pelo presidente da Câmara dos Deputados, José Bonifácio de Andrada e Silva, e a cassação do deputado Moreira Alves foi autorizada. Dias depois, o Congresso se reuniu, pela última vez, já cercado por forças militares, rejeitando a cassação.

que um político, do que um radical político, e eu peço que o senhor compreenda isso e respeite esse meu ponto de vista³⁶⁹.

A conversa teria terminado de maneira amistosa. Costa e Silva se mostrou compreensivo com a posição adotada pela testemunha, levou-o até a porta e pediu que o levassem ao aeroporto. O professor Montenegro voltou ao Rio de Janeiro, onde também residia, e teve seu mandato cassado em fevereiro de 1969. Foi também aposentado compulsoriamente das suas funções de advogado do BASA e de professor titular da UFPA, fazendo jus a um valor de aposentadoria que ele chamou de “desumano” e exercendo a profissão de advogado no Rio de Janeiro até ser anistiado quando então retornou a Belém para reassumir suas funções anteriores³⁷⁰.

O nome de Camilo Duarte foi um dos analisados em reunião do CSN ocorrida na cidade de Petrópolis (RJ), no dia 7 de fevereiro de 1969, quando seria decidido seu futuro pela cúpula do regime ali reunida. Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho e Previdência naquele momento, tomou a palavra e caracterizou-o como “possuidor de um caráter muito fraco”, do qual não se manifestara “qualquer simpatia pela Revolução”, mas afirmou não acreditar que fosse ele “comunista notório”, nem havia se filiado à AP tampouco tinha “coragem para ser subversivo”. O presidente da República, Costa e Silva, ironizou a fala de Passarinho, “quase que uma defesa”, nas palavras do presidente, acrescentando que os fatos narrados, na ficha anexa, eram “muito graves”. “A impressão que tive dele foi das piores”, acrescentou Costa e Silva. No extrato do prontuário disponível aos membros presentes, constava que Camilo Duarte havia votado “contra a concessão da licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves”. A despeito da “defesa” de Jarbas Passarinho, que ainda argumentou conhecer melhor que seus colegas o “grupo subversivo” que militava no Pará, o presidente decidiu cassar o mandato eletivo de Camilo Duarte e suspender seus direitos políticos por dez anos³⁷¹.

O ministro não estava blefando quando afirmou que conhecia a subversão no Estado, pelo menos, isso vale para Camilo Duarte, pois o SNI apurou que ambos faziam

³⁶⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Camillo Silva Montenegro Duarte. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1309>. Acesso em: 1 jun. 2019.

³⁷⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Camillo Silva Montenegro Duarte. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1309>. Acesso em: 1 jun. 2019.

³⁷¹ Ata da 46ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, Secreto, SG/CSN. Petrópolis, 07/02/1969. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

parte, no período anterior a 1964, de um grupo formado no seio da Igreja Católica e constituído “de pessoas de nível intelectual elevado, que defendia a atuação social da Igreja junto ao homem da Amazônia”. De acordo com informação levantada pelo “Serviço”, através de “pessoas idôneas, que foram testemunhas e sujeitas da Revolução de 64 em Belém”, “era voz corrente que esse grupo compunha a cúpula dirigente da Ação Popular” local. Eram membros desse círculo Camilo Duarte e o coronel Jarbas Passarinho³⁷². Deve ser por esse motivo que o ex-deputado apregoava, como chegou a anotar o SNI na ficha arquivada sobre o cassado, que esse se dizia “muito ligado ao ministro Jarbas Passarinho”³⁷³.

Um ex-líder estudantil, até então professor universitário e deputado federal, foi atingido pela recrudescência do autoritarismo do regime militar, ainda que fosse vinculado ao partido da situação, o ARENA. A lembrança sobre a perda do cargo de professor, o prejuízo financeiro, a migração forçada para outra região, tudo isso dá conta de um momento de “terror” e medo que certamente foi sentido por outros docentes da UFPA.

O relato de Orlando Sampaio Silva³⁷⁴ também representa a atmosfera de repressão intensificada na UFPA após o AI-5. Alguns anos depois de se graduar na Faculdade de Direito, Orlando ingressou na Faculdade de Filosofia³⁷⁵ como professor da disciplina de Didática. Com a incorporação da Faculdade, passou a ser docente titular da Universidade do Pará, atuando na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, através de Portaria assinada pelo reitor Silveira Neto, com quem viria a ter grandes embates. A querela com o reitor começou em 1968, quando Orlando Sampaio assumiu o cargo de diretor da Faculdade³⁷⁶.

A “chapa” vencedora foi encaminhada ao MEC para homologação e nomeação do novo chefe da unidade, o que seria difícil, sendo ele um conhecido militante de esquerda. Aldebaro Klautau, Aloysio Chaves e Daniel Coelho chegaram a enviar telegrama ao

³⁷² Informação nº 2158/03/ABE/74, Confidencial, SNI. Belém, 24/09/1974. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁷³ Ficha Individual nº 110/SNI. Rio de Janeiro, 24/01/1969. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

³⁷⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

³⁷⁵ Na época, ainda era uma escola particular mantida pelo Centro Propagador da Ciência. Sua incorporação à Universidade do Pará se deu em 1962.

³⁷⁶ No pleito, venceu o conservador Alfredo Boneff (segundo lugar) e Carlos Coimbra (terceiro lugar).

ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho com o intuito de viabilizar o provimento, mas o segundo colocado acabou nomeado em seu lugar³⁷⁷.

Sampaio acredita que Silveira Neto tenha interferido no caso, dado que este era um conservador que apoiou a chapa perdedora, não admitindo que um progressista de esquerda assumisse a posição de vice-diretor. Essa situação gerou uma grande discussão entre os dois:

Então, uma vez eu fui lá de bata e ele me disse que não podia me receber, porque eu tinha que estar de paletó e gravata para me receber. Eu disse: “Eu não!”. Eu sou o diretor da Faculdade de Filosofia e eu quero ser recebido. Não sei por que razão me mandaram entrar, e ele me recebeu assim todo trombudo, zangado e veio dizer que estava errada a minha eleição, e que a congregação não poderia ter me eleito vice-diretor da Faculdade de Filosofia, porque a congregação não estava preparada para tomar uma decisão como essa, aí eu levantei a minha voz e disse: “Reitor, respeite a minha congregação, respeite a congregação da Faculdade de Filosofia, porque têm pessoas que você não pode chegar ao nível que fazem parte dessa congregação”. Aí parecia que ia desmaiar, toca a campainha, chama o secretário, corre o Cascais lá para acalmar as coisas. Mas houve esse conflito muito grave, só eu e ele, nós dois lá no gabinete³⁷⁸.

Na época, a nomeação para diretor de Faculdade era realizada pelo presidente da República, o qual, provavelmente, deve ter ouvido o reitor quanto à impertinência de Sampaio assumir o cargo. Resultado: aposentadoria compulsória do docente veio após o AI-5.

Observamos aqui dois relatos de dois professores atingidos pelo AI-5. Um deputado federal pelo ARENA e um professor militante de esquerda e ex-membro do PSB. Ambos com histórico de atuação no âmbito do movimento estudantil e atingidos pelo autoritarismo do regime no início de 1969. Tais memórias apresentam um cenário de violência e opressão que atingiram, em cheio, os meios acadêmicos, potencializado pela estruturação dos aparatos de vigilância e informações no espaço da UFPA, que não se desfez nem mesmo com a “abertura política”.

Para finalizar, mais uma questão. O “477” não deve ser compreendido como ferramenta ligada apenas ao contexto imediatamente posterior às sublevações estudantis

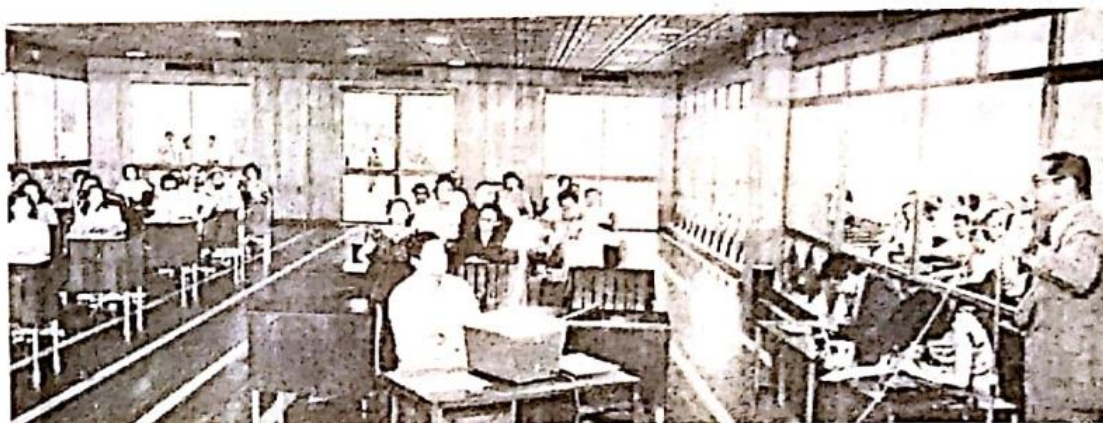
³⁷⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

³⁷⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

do final dos anos 1960, o que pode levar à falsa conclusão de que o mecanismo foi espécie de arma utilizada pelo regime, exclusivamente, para conter as “agitações” e manter a “paz” e a “ordem” nas universidades.

Cito um exemplo. Em fala proferida na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por ocasião do “Seminário sobre Educação”, o professor da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) e diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Elias Seffer, defendeu o Decreto-Lei nº 477/69 (Figura 28), “frisando que quase todo mundo é contra essa lei, mas quase ninguém a conhece, tendo-se, portanto, criado, principalmente entre os estudantes, um mito”. Seffer citou alguns artigos que tratavam das infrações que poderiam levar ao enquadramento no dispositivo, concluindo que, se existia “uma lei proibindo esses abusos, não vemos nenhum mal nela, só restando ser cumprida”³⁷⁹.

Figura 28 – O professor da FCAP, Elias Seffer, fez defesa do “477” durante sessão na Assembleia Legislativa



Fonte: *A Província do Pará*.

Nota: foto tirada durante o evento e publicada pelo jornal *A Província do Pará*.

Novamente cabe recordar: a revogação dessa Lei se deu apenas em 1979 e, em 1977, quando várias greves e manifestações estudantis irromperam no País, agentes ligados ao regime ainda faziam apologia ao “477”.

³⁷⁹ SEFFER diz que Reforma Universitária é benéfica. **A Província do Pará**, Belém, 5 nov. 1977. 1º Caderno, p. 9.

2.2 “Você pensa realmente isso?”: professores na mira do SNI

No decorrer do segundo semestre de 1976, a professora Elanir Pessoa Gomes da Silva, ao ministrar uma de suas aulas na UFPA, “tentando dar exemplo de um tópico do assunto”, desenhou a bandeira do Brasil no quadro, “da qual fez esboços bastante diferentes”, o que “provocou risos dos alunos presentes”. No entanto, ao desenhar as bandeiras da URSS e do Japão, fê-lo “sem dificuldades”. Por esse fato, o SNI concluiu: “claramente, na ocasião, percebeu-se a sua intenção de ridicularizar a nossa Bandeira ou, possivelmente, de diminuir-lhe a importância com relação às outras duas desenhadas”. O relatório do órgão acrescentou que a docente participava também de reuniões de “caráter ideológico-comunista” e, nos tempos de aluna da Universidade, fora vice-presidente do DA do Centro de Letras e Artes³⁸⁰.

Situações como essas se repetiram na UFPA durante a ditadura militar e foram relatadas nos documentos produzidas pela vigilância. E o monitoramento das ações dos docentes, dentro e fora da sala de aula, foi uma das marcas da repressão sobre as universidades.

Dado o golpe e passado o controle do poder para as mãos dos militares em 1964, coube aos administradores do novo regime adotar mecanismos para dirigir, de modo mais eficiente, o Estado e identificar as linhas de “menor resistência ou racionais para alcançar a obediência dos dirigidos aos governados”³⁸¹. Era necessário ter em mãos um sistema capaz de levantar e compartilhar dados a respeito dos inimigos internos, atuantes em qualquer setor, permitindo que o Estado pudesse se antecipar a possíveis ameaças e neutralizar forças contrárias. O SNI, como sabemos, foi a ferramenta engendrada para esse fim e as universidades um dos territórios mais visados, pois, ali, atuavam os intelectuais esquerdistas, possíveis aliados do comunismo, promovendo o que a vigilância chamou de “intoxicação subliminar da sociedade”³⁸².

O início do mapeamento de elementos subversivos, que atuavam no âmbito da UFPA, não foi tão difícil, posto que a vigilância tinha disponível uma lista de “comunistas” pronta para ser aproveitada e a que teve acesso sem nenhum esforço. Estou falando dos dois manifestos de apoio e solidariedade à Revolução Cubana, assinados por

³⁸⁰ Informe nº 1081/08, Confidencial, ABE/SNI/82. Belém, 16/12/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁸¹ Gramsci (1991, p. 19).

³⁸² Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

estudantes e professores e publicados pela imprensa em Belém em 1961. Na sequência da tomada do poder em 1964, o regime entendeu que ali estava todo o rol da subversão paraense, em que eram listados os elementos subversivos com nome completo e instituição de vinculação, não hesitando em utilizar a lista para executar expurgos e perseguições nas faculdades espalhadas pela capital. Ao longo da ditadura militar, o SNI utilizou essas duas relações para atribuir a pecha de suspeição sobre esses elementos, monitorar seus passos e qualificar negativamente suas opções ideológicas.

Apenas para se ter ideia da importância dessas duas listas e seu uso ao longo dos anos pelo Estado, cito a menção feita pelo SNI aos manifestos “pró-Cuba” em 1987, portanto, depois da posse de José Sarney como presidente da República, evento que costuma ser utilizado como marco para o fim da ditadura militar. Com posse do novo governador de Estado do Pará prevista para o dia 15 de março de 1987, eram previstas ocorrer substituições dos chefes das Secretarias Estaduais, o que fez com que a Agência Central do SNI solicitasse que sua filial de Belém remetesse “os nomes e respectivos registros dos novos secretários estaduais”. Os agentes apuraram que Itair Sá da Silva, novo secretário de Estado de Justiça do Pará, havia assinado os manifestos “Solidariedade à Revolução Cubana” e “Defender Cuba é defender o Brasil”³⁸³ divulgados em 1961.

A informação estava parcialmente correta, pois Itair havia assinado apenas a primeira carta. No extrato de prontuário, produzido a partir da documentação levantada pelo SNI e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Cíveis, apresentado na reunião do CSN em fevereiro de 1969, que decidiu pela cassação dos direitos políticos do professor da Faculdade de Direito da UFPA e deputado federal (ARENA), Camilo Duarte, constava que o docente foi “signatário do ‘Manifesto de Solidariedade à Revolução Cubana’, em documento encabeçado pelo comunista Ruy Barata e onde estavam apostas assinaturas de inúmeros elementos esquerdistas” (Figuras 29 e 30)³⁸⁴.

No mês seguinte à cassação, a filial do SNI de Belém avisou à sede da agência que Camilo Duarte ainda exercia suas funções como professor-adjunto nível 22 da Faculdade de Direito, advertindo que se tratava de “comunista de longa data” e que sua

³⁸³ ACE nº 6091/87/ABE/SNI. Belém, 02/04/1987. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁸⁴ Ata da 46ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, Secreto, SG/CSN. Petrópolis, 07/02/1969. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

permanência no cargo de professor universitário daria “margem para continuar a pregação e a ação subversiva” que vinha desenvolvendo contra o Governo Federal³⁸⁵.

Em junho de 1969, o presidente da República baixou ato aposentando, naquele momento, o ex-deputado do cargo de advogado do Banco da Amazônia S.A., mas Camilo Duarte ainda exercia a docência na UFPA, o que causava inquietação no SNI, o qual afirmava que o professor continuava “a difundir as suas ideias subversivas” no *campus*³⁸⁶. Após muita pressão da vigilância, o professor foi desligado da Universidade em setembro.

Figura 29 – Manifesto publicado em 1961



Fonte: jornal *Folha do Norte*.

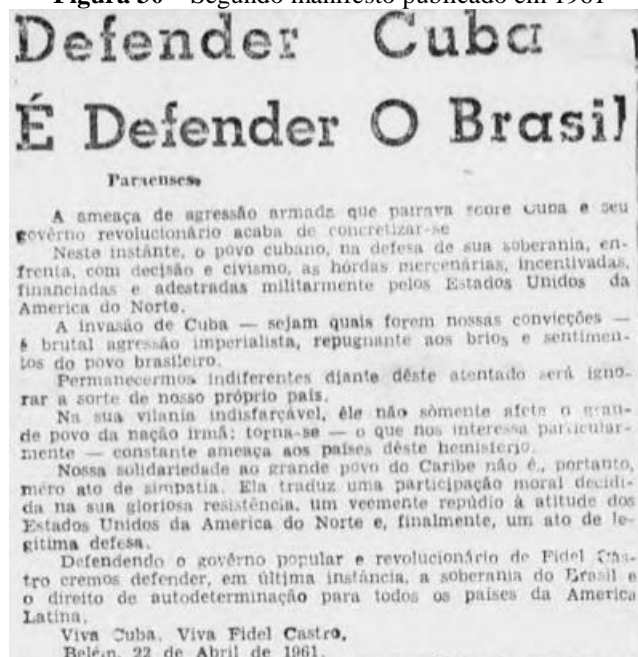
Nota: foram ao todo 63 signatários, entre professores, universitários, secundaristas, políticos, jornalistas, profissionais liberais e juizes de direito³⁸⁷.

³⁸⁵ Informação nº 037/SNI/NABE/69. Belém, 24/03/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁸⁶ Informação nº 99, Confidencial, SNI/NABE/1969. Belém, 19/06/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

³⁸⁷ O manifesto de “Solidariedade à Revolução Cubana” foi publicado no dia 1º de janeiro de 1961 pelo jornal *Folha do Norte*. Entre os signatários, estavam os professores da Universidade do Pará (como era chamada na época): Arthur Napoleão Figueiredo, Benedito José Viana da Costa Nunes, Camilo Silva Montenegro Duarte, Joaquim Lemos Gomes de Souza, João Paulo do Valle Mendes, Ruy Guilherme Paranatinga Barata e Rui Romano da Silva Romariz. MANIFESTO de solidariedade à Revolução Cubana. **Folha do Norte**, 1 jan. 1961.

Figura 30 – Segundo manifesto publicado em 1961



Fonte: jornal *Folha do Norte*.

Nota: dessa vez o número de assinaturas foi superior, chegando a 285 signatários, contando com o apoio de muitos operários, sindicalistas e comerciantes³⁸⁸.

Conhecidos os inimigos, pôde o regime iniciar os expurgos a partir de 1964. Objetivava-se aniquilar quaisquer focos de resistências que pudessem existir, mormente, na administração pública. Ruy Guilherme Barata, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Pará, era tido por comunista influente e perigoso pelo governo “revolucionário” e foi um dos primeiros alvos dos militares, compondo a lista dos atingidos pelo Ato Institucional nº 1 no Estado do Pará.

Situações como essas causavam às vítimas da repressão um drama familiar de difícil mensuração e que apenas as fontes orais podem nos fazer conhecer. Após a prisão de Ruy Barata, Norma Soares Barata³⁸⁹, sua esposa, através de seu advogado, Alarico Barata, chegou a protocolar pedido com o reitor, em maio de 1964, solicitando que Ruy recebesse, pelo menos, dois terços de seus vencimentos, além do salário de família e outras vantagens, os quais pertenceriam ao “patrimônio da sua família”. O ex-professor da Faculdade de Filosofia, da cadeira de Literatura Brasileira, encontrava-se detido no Quartel de Polícia do BI, incomunicável e impossibilitado “até de ver seus filhos

³⁸⁸ O manifesto “Defender Cuba é defender o Brasil” foi divulgado pelo mesmo periódico no dia 22 de abril daquele ano. Neste, foram signatários os professores universitários Benedito José Viana da Costa Nunes, Francisco Paulo do Nascimento Mendes, Manoel Leite Carneiro, Octavio Avertano de Macedo Barreto da Rocha e Ruy Guilherme Paranatinga Barata. DEFENDER Cuba é defender o Brasil. **Folha do Norte**, 22 abr. 1961.

³⁸⁹ Ofício nº 324/64, FFCL/UFPA/MEC. Belém, 05/05/1964.

menores”, desde o dia 2 de abril daquele ano, por ordem do general comandante da 8ª Região Militar. A prisão impedia que suas obrigações com a universidade fossem cumpridas. O consultor jurídico da UFPA apresentou parecer favorável ao pleito³⁹⁰. Em agosto, tendo sido solto em 3 de junho, Barata protocolou pedido junto à Reitoria da UFPA, solicitando que voltasse a receber, integralmente, o salário que fazia jus como professor³⁹¹. Ruy Barata não foi o único professor da Universidade a ter seus direitos violados pelos militares.

Dado o golpe, a produção de livros passou a ser controlada e o governo estabeleceu censura para muitos outros, a exemplo do Decreto-Lei nº 1.077/1970³⁹². Entre 1º de abril de 1964 e 16 de agosto de 1966, foram apreendidos, no Estado do Pará, alguns livros “indevidos” e enquadrados os escritores Ruy Barata e Jocelyn Brasil, os quais responderam “sumário de culpa” em agosto de 1966³⁹³.

Houve, também, colaboracionismo de docentes e de dirigentes com o regime, completando a ação do Estado autoritário nos *campi* e contribuindo com as prisões, tortura e morte de professores, muitos deles ligados a alguma organização política. Durante pouco mais de duas décadas de regime de exceção, estima-se que cerca de 800 a 1000 pesquisadores foram perseguidos. Em 2012, a Comissão Nacional da Verdade solicitou que as universidades apresentassem lista com os nomes completos de todos os professores, servidores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política, referente ao período de 1964 a 1985. A UFPA informou que foram quatro os professores que atendiam a essa classificação. A partir de 1969, já sob a vigência do AI-5, iniciou-se a segunda onda de expurgos de professores universitários e pesquisadores, através de aposentadorias compulsórias, demissões e afastamentos. Além das consequências materiais, decorrentes da perda repentina de seus

³⁹⁰ Processo nº 2252, Reitoria/UFPA, Belém, 20/05/1964. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁹¹ Ofício nº 734/64, FFCL/UFPA/MEC. Belém, 31/08/1964. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁹² BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, v. 10, p. 10, 26 jan. 1970.

³⁹³ Os livros: “O catolicismo ainda é cristão?” (Coleção Universidade do Povo); “A Miséria é nossa” (Gondim da Fonseca); “321 perguntas a um brasileiro” (Herculano Neves); “Guerra de Guerrilhas” (Gondim da Fonseca); “1º de abril: histórias para a história” (Mário Lago); “A verdadeira história do Tio Sam” (Ezequiel Martinez Estrada e Siné); “Origem do latifúndio no Brasil” (Brasil Bandecchi); “Arraes, o fazedor de homens livres” (Jocelyn Brasil); “O petróleo é nosso” (Jocelyn Brasil); e “O cavaleiro da esperança” (Jorge Amado). Ofício nº 162 – S.1. – DESPS/SEGUP/PA. Belém, 09/1966 [o dia não foi inscrito no documento], Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

empregos, não podemos deixar de mencionar o “impacto simbólico e subjetivo” que essas penalizações tiveram na vida desses profissionais³⁹⁴.

No caso da UFPA, o golpe de 1964 inaugurou a perseguição a professores, que, antes ou depois do dia 31 de março, haviam manifestado algum ato subversivo ou desapeço à “Revolução”. Entretanto, depois dos eventos ocorridos no ano de 1968, a “Comunidade” passou a vigiar os docentes de maneira mais sistemática e a produzir informações mais detalhadas sobre essa categoria. É verdade que a criação da AESI/UFPA facilitou esse serviço, mas o SNI já vigiava os professores “suspeitos” antes de a Assessoria iniciar suas atividades.

Agentes do “Serviço” consignaram a participação das manifestações de 1968 de docentes³⁹⁵, enquanto a produção de dados sobre os professores continuou mesmo posteriormente à saída do reitor Silveira Neto, conhecido por perseguir vários docentes. Em 5 de junho de 1970, o então reitor Aloysio da Costa Chaves encaminhou aviso circular endereçado à diretora da Escola de Serviço Social, solicitando que enviasse à Reitoria, em caráter confidencial, boletim informando a atuação funcional dos novos servidores admitidos, fossem eles regidos pela lei trabalhista ou pelo regime estatutário. Esperava-se que fossem informados dados referentes àqueles que tivessem completado oito meses de prestação de serviços (no primeiro caso), e seis meses após o estágio probatório, que era de dois anos, para os demais³⁹⁶. Era o início de um controle cada vez maior da vida acadêmica, ao passo que os novos servidores passavam pelo olhar atento das autoridades no *campus*. Importante destacar a urgência com que a informação foi solicitada³⁹⁷.

As unidades solicitantes nem sempre eram órgãos vinculados ao MEC ou à segurança pública. Em junho de 1971, por exemplo, o chefe da SSI da SUDAM, general Antônio Nunes de Barros, solicitou que, em caráter sigiloso, fosse-lhe remetida uma lista

³⁹⁴ CUNHA, Rosa Maria Cardoso da; MÜLLER, Angélica. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. II. Texto 6. Violações dos direitos humanos na universidade, 2014. p. 265; 275-277.

³⁹⁵ Orlando Sampaio Silva (Faculdade de Filosofia), Júlio dos Santos Ribeiro (Escola de Química), Roberto Araújo de Oliveira Santos (Faculdade de Direito), Roberto Rodrigues Coelho (Escola de Química), Amílcar Alves Tupiassu (Faculdade de Filosofia), Aldebaro Cavellero de Macedo Klautau (Faculdade de Direito), Nelson de Figueiredo Ribeiro (Faculdade de Economia), Antônio Borges Leal Filho (Faculdade de Engenharia), Maria Tereza Couceiro Simões (Escola de Serviço Social), Edith Seligman Silva (Faculdade de Medicina), Orlando Teixeira da Costa (Faculdade de Filosofia) e Ronaldo Araújo (Faculdade de Medicina). Informe nº 10/SNI/NABE/68. Belém, 21/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁹⁶ Aviso Circular nº 095/70, MEC/UFPA. Belém, 05/06/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁹⁷ A diretora informara, naquela oportunidade, que as auxiliares de ensino contratadas em abril do ano anterior, Carmalia Julair Menezes e Mareilda Siqueira de Souza, estavam cumprindo com eficiência as suas atribuições funcionais até aquela data. Ofício nº 04/71-ESS, MEC, UFPA. Belém, 06/01/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

com os nomes dos servidores daquela entidade que atuavam como professores da UFPA, incluindo horário e matérias lecionadas³⁹⁸. Cinco dias depois, a resposta foi encaminhada ao solicitante com todo o levantamento das informações. A resposta detalhava os dias e horário das aulas e reuniões de departamento, as quais deveriam comparecer, bem como os anos e as disciplinas nas quais atuavam³⁹⁹.

O controle ideológico das universidades envolvia, inclusive, a administração estadual, conforme podemos perceber em circular confidencial encaminhada pelo secretário de Estado de Educação, Jonathas Pontes Athias, em junho de 1972, a UFPA, tendo como destinatário o diretor da Escola de Serviço Social. Ele buscava saber, atendendo a pedido da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), se aquela instituição recebia correspondências técnica, científica ou cultural das organizações russas, ou qualquer outra de propaganda do Movimento Comunista Internacional⁴⁰⁰.

Ao mesmo tempo, o controle acadêmico era exercido pelos próprios alunos, quando estes denunciavam professores. Em março de 1973, o coordenador do curso de Administração, Raimundo Nonato Moraes de Albuquerque, encaminhou ofício ao diretor do Centro Socioeconômico contendo termo de declaração prestado pelos alunos Ophir José Novaes Coutinho Filho, Antônio Maria de Siqueira Mendes e Luiz Eurico Roquete Rangel, matriculados na segunda série do Ciclo de Formação Profissional de Administração. Os discentes denunciaram o professor Ivan Muniz de Carvalho por atitudes tomadas por este em sala de aula⁴⁰¹.

Na declaração, os alunos informaram que, no dia 16 de março daquele ano, durante a primeira aula da disciplina “Administração de vendas”, o professor Ivan havia se apresentado de maneira considerada pelos signatários como desrespeitosa e inconveniente, proferindo diversas palavras obscenas, como “sacana” e “filha da puta”. E, mais adiante, ao comentar um erro cometido por um aluno em uma prova, comentou que este estaria “fodido em sua mão”, além de outras ofensas, o que provocou a retirada

³⁹⁸ OF/SSI/Nº017/71, Confidencial, MI/SUDAM. Belém, 25/06/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

³⁹⁹ Eram duas as professoras que se enquadravam naquela situação: Maria Teresa Couceiro Simões e Maria Virginia Guedes Gomes da Silva. OF/SSO/Nº 179/71, MEC/UFPA/Curso de Serviço Social. Belém, 30/06/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁰⁰ Circular, Confidencial, Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado de Educação. Belém, 09/06/1972. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁰¹ Ofício nº 081/73, MEC/UFPA/Coordenadoria do Curso de Administração. Belém, 20/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

dos alunos da sala de aula. Por esse fato, os alunos, em “defesa do decoro e da decência”, solicitaram o afastamento do docente⁴⁰².

Percebemos, nesse relato, como os alunos podiam atuar junto às autoridades universitárias, denunciando a ação dos professores, pleiteando, inclusive, sua punição. Essa medida foi corroborada pelo diretor do Centro Socioeconômico, vinculado à Faculdade de Direito, Clóvis Cunha da Gama Malcher, por intermédio de documento direcionado ao reitor, propondo a rescisão do contrato do denunciado com a Universidade⁴⁰³.

O professor, que prontamente foi afastado de suas atividades, acabou se justificando, arguindo que já havia liberado a turma, embora assumido que, realmente, proferiu as expressões obscenas e gostaria de ter uma oportunidade de desfazer a imagem desfavorável deixada em seus alunos⁴⁰⁴. Em carta escrita ao reitor, o professor chegou a argumentar que estaria naquele dia impossibilitado de ministrar aula por conta de sua participação na banca de um processo de seleção para uma das disciplinas do curso e que se dirigiu à Universidade apenas para dar algumas orientações aos discentes. De todo modo, ele pediu perdão pelo ocorrido e desejou que fosse feita uma pesquisa entre os alunos dos anos anteriores sobre sua capacidade profissional⁴⁰⁵.

Alguns fatos nos chamam atenção nesse episódio. O primeiro é que os alunos exerciam vigilância sobre o que acontecia nas salas de aulas e utilizavam caminhos burocráticos para denunciar professores que adotassem posturas “impróprias”. Embora o motivo que ensejou a denúncia não aparente ser político, ele foi rapidamente recebido e logo tratado pelas autoridades, tramitando de modo ágil entre as unidades responsáveis. Os professores sabiam, portanto, que as ações assumidas por eles poderiam ser objeto de reclamações junto à administração da Universidade e que deveriam se resguardar e ter cuidado com o que era dito, caso não quisessem ser punidos. Conheciam também os meios que poderiam usar para evitar uma desvinculação institucional, como foi o caso da carta endereçada ao reitor. Os alunos conheciam quais meios buscar caso percebessem condutas “negativas” por parte dos docentes, ao passo que a burocracia da UFPA estava

⁴⁰² Declaração/Ofício nº 081/73, MEC/UFPA/Coordenadoria do Curso de Administração (Anexo A). Belém, 20/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁰³ Ofício nº 060/73, Confidencial, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 20/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁰⁴ Ofício nº 62/73, Confidencial, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 22/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁰⁵ Ivan Muniz Carvalho, professor assistente. Belém, 22/03/1973. Ofício nº 62/73, Confidencial, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 22/03/1973 (Anexo C). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

pronta para agir rápido para tratar desses casos, dando, inclusive, tratamento às reclamações oriundas de outros órgãos de ensino, como veremos abaixo.

Alguns meses depois, o mesmo professor foi citado em outra denúncia direcionada ao reitor da UFPA, dessa vez, por meio de documento que partiu da Escola Estadual de Primeiro Grau Jarbas Passarinho, localizada na Rua 25 de Setembro. A diretora Georgete Pinto Trindade relatou, no ofício, o que ela descreveu como “desagradável ocorrência”, motivada por “elemento estranho”, que trouxe mais preocupações e sérios prejuízos àquele estabelecimento de ensino. Em conformidade com a diretora, após insistentes pedidos para que se identificasse, disse chamar-se Ivan Muniz de Carvalho, professor da Universidade Federal do Pará, Centro Socioeconômico, possuindo vários cursos de Administração em seu currículo. Este teria menosprezado o corpo administrativo e docente da escola, taxando-os de incompetentes e ferindo a dignidade daqueles servidores no momento em que ocorria um Círculo de Pais e Mestres. Embora a discussão tivesse sido dada por encerrada, o professor teria novamente insistido, por mais duas vezes, em dias diferentes, em “impor seus pontos de vista agitadores”, colocando em “pânico” aquele colégio, o que foi testemunhado por pais de alunos que “demonstraram sua repulsa” pelas atitudes demonstradas por Muniz⁴⁰⁶.

O caso tramitou entre as unidades responsáveis dentro da Universidade, passando pelo Departamento de Pessoas (DEPES), depois pelo Centro Socioeconômico, até chegar ao conhecimento do “elemento estranho” em 9 de julho de 1973, o qual deveria prestar esclarecimentos sobre o ocorrido⁴⁰⁷.

Mais uma vez, o professor Muniz teve de dar explicações, nesse episódio em manifestação de cinco páginas, anexando, ainda, o Estatuto da Associação dos Pais e Mestres⁴⁰⁸, recebida pelo reitor onze dias depois, na qual dava sua versão sobre o fato: sendo responsável por duas alunas da Escola Jarbas Passarinho e sócio da Associação de Pais e Mestres, ele tomou parte da reunião do dia 9 de junho, conforme prevê o estatuto da referida associação, ocasião na qual foram tratadas várias situações pelas quais passava a escola, como a “correria generalizada”, carteiras riscadas e quebradas, “balbúrdia” na frente da instituição etc. Segundo Muniz, a solução proposta pela administração para a

⁴⁰⁶ Ofício nº 45/73, Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado de Educação. Belém, 12/06/1973 (folhas 1 e 2). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁰⁷ Processo nº 010640, MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 14/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁰⁸ Estatuto Padrão para Associação de Pais e Mestres. Ivan Muniz Carvalho, professor assistente. Departamento de Administração. Belém, 09/07/1973 (Anexo). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

questão do “futebol na frente da escola” seria solicitar ajuda policial para intervir na situação e, para os demais casos, a suspensão e expulsão, sendo estas consideradas proposições inadequadas pelo professor da UFPA, que acreditava em alternativas mais brandas para resolver o caso. Para o problema do futebol, um diálogo com os rapazes para que a prática fosse levada a outro local. Quanto aos danos causados nos brinquedos do parquinho por crianças das séries mais avançadas, Muniz sugeriu que fossem envidados esforços para que fosse garantida a “diversão para todos”, evitando “privilégios entre as crianças”. Manifestou-se contra também o que ele chamou de disciplina extensiva (suspensão e expulsão), uma vez que já estava sendo aplicada a disciplina preventiva, via orientação educacional, “ao invés de puxões de orelha”, obrigatória em todos os colégios, inclusive, particulares, até que o microfone lhe foi “arrancado das mãos”. No final do documento, o professor assistente levantou também que lhe era direito opinar sobre o que é bom ou mal para suas filhas e, ao sugerir “reciclagem” dos professores, considerando a Reforma Educacional em curso, não estaria ele os chamando de incompetentes, mas sim, mostrando coerência com a política educacional da Universidade, que lutava pelo aperfeiçoamento “administrativo-pedagógico”. Quanto à insistência citada pela diretora no documento encaminhado ao Reitor, Muniz esclareceu que ele e sua esposa, também professora da UFPA, foram convocados para uma reunião no colégio quando foram surpreendidos pela presença da polícia ao chegarem ao local, gerando grande discussão entre os presentes⁴⁰⁹.

Esse documento chama atenção por alguns pontos. Ele demonstra que as denúncias sobre o comportamento dos professores da UFPA poderiam partir de sujeitos não necessariamente pertencentes à comunidade acadêmica, mas que sabiam a qual autoridade recorrer caso quisessem relatar comportamentos desviantes dos docentes da Universidade. Na fala da diretora, percebe-se o enquadramento do ocorrido no que ela chamou de “pensamentos agitadores”, quais sejam a postura de um professor ao propor soluções menos severas para problemas pontuais relacionados à disciplina em uma escola estadual. A convocação da polícia para uma reunião escolar dá conta também de uma atmosfera que só se pode compreender se considerarmos o contexto político no qual aqueles sujeitos históricos viviam. A fala do professor apresenta indícios de uma nova forma de ver a educação no País, a qual defendia a implementação de novos métodos pedagógicos e atualização dos profissionais envolvidos. Há aqui um choque entre duas

⁴⁰⁹ Ivan Muniz Carvalho, professor assistente. Departamento de Administração. Belém, 09/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

políticas educacionais, em período de transição, em que a Reforma Educacional não se fazia presente da mesma maneira nos níveis educacionais distintos. Quanto ao destino do professor, este soube utilizar bem os argumentos dos quais dispunha e o caso foi arquivado no dia 30 de julho pelo reitor, ponderando que o fato não ocorreu no âmbito da Universidade⁴¹⁰.

Percebemos aqui o papel do reitor em atuar em casos como esse, valendo-se de sua autoridade para evitar uma punição ao docente, o que demonstra que, ocasionalmente, a aplicação da legislação era o caminho adotado, de modo que se buscou também contornar, no âmbito local, situações em que os docentes poderiam ser penalizados.

Não podemos deixar de citar que, para se livrar da primeira denúncia, Muniz utilizou, em sua defesa, pedido para que fosse ouvido o Departamento de Administração a respeito de sua conduta e idoneidade moral, capacidade didática e colaboração com o desenvolvimento da UFPA. Solicitou, também, que fossem ouvidos os demais alunos do curso, em especial, os representantes de turma, “porta-vozes oficiais” dos discentes, os quais, segundo seu relato, manifestaram-se à Reitoria contra a queixa formulada. O professor quis que fosse considerado o seu histórico, uma vez que não havia ainda sofrido nenhuma das penalidades previstas no art. 276 do Regimento Interno da UFPA. O docente usou as ferramentas que lhe estavam à disposição para evitar o pior, fossem elas a ajuda dos colegas, dos alunos e da própria norma da Universidade⁴¹¹.

A vigilância sobre professores abrangia uma gama de assuntos. Zeno Augusto Bastos Veloso, professor da Faculdade de Direito, cadeira de Direito Comercial da UFPA, e tabelião do Cartório Chermont, da capital, teve seu pedido de liberação para viagem à Argentina submetido pela AESI/UFPA à agência do SNI em Belém, o chamado NABE. Veloso participaria do Congresso de Notário Internacional, como coordenador do evento. O NABE retornou à solicitação com um prontuário detalhado sobre o elemento, incluindo filiação, endereço, dados cadastrais e um histórico, o qual trazia informações sobre sua conduta “ideológica”. Conforme pesquisa em relatório de IPM, instaurado em 1966 pelo tenente-coronel Décio Luiz Fleury Charmillot, o NABE identificou o professor como um dos elementos fichados por estar envolvido em “fatos de natureza subversiva”, particularmente no que foi chamado pelas autoridades de “infiltração (linha russa)”. Em

⁴¹⁰ Processo nº 010640, MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 14/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴¹¹ Ivan Muniz Carvalho. Belém, 26/03/1973 (folhas 1 e 2). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

maio de 1968, através de informações adquiridas na 8ª RM, o SNI identificou relações entre Zeno e a Ação Popular, a qual atuava dentro da Universidade, bem como com Marilena Valadares Rebelo (curso de Serviço Social), com Camilo Montenegro Duarte (“comunista”) e com o padre Raul Tavares de Sousa, um dos responsáveis pela circulação do jornal “estudantil, universitário e subversivo, *A Opinião*”. Quando estudante, Veloso foi apontado como um jovem politicamente engajado: coordenador de propaganda da célula Casa da Juventude (1968), presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito (1967), militante da AP e do PCB (1969), participante da passeata pela morte de Edson Luís no Rio de Janeiro (1968) e autor de discurso contra o fechamento da UNE e contra a “Lei Suplicy”, durante o trote dos calouros da Universidade do Pará (1965). Em suma, o SNI classificou Veloso como “socialista”, “esquerdista”, atuante na “política partidária”, “comunista” e pertencente “à jovem guarda socialista esquerdista”⁴¹².

A vigilância era grande sobre os docentes e qualquer passo em falso poderia lhes trazer sérias consequências. Após prestar concurso para ingressar como professora da UFPA em janeiro de 1971, Edna Maria Ramos de Castro assumiu a disciplina de Sociologia, a qual deveria ser ocupada por Isidoro Alves, aprovado em primeiro lugar na seleção, mas impedido de ser nomeado por ter sido “fichado” nos órgãos de vigilância. Heraldo Maués e Roberto Cortês também foram nomes preteridos nesse certame por conta de seu histórico em atividades subversivas. O controle existia também sobre o conteúdo das disciplinas. Ao iniciar sua docência, Edna Castro tinha à disposição para preparar suas aulas basicamente a literatura norte-americana, através de manuais produzidos nos Estados Unidos. Havia pouco acesso a autores europeus, o que não a impediu de adotar uma “literatura mais crítica”, utilizando textos de Karl Marx, por exemplo. O contato com essa bibliografia teria, segundo a memória da professora, estimulado os alunos a editar um pequeno jornal:

[...] esse é um período triste na história brasileira, porque os alunos não falam mais, não se fala mais em política, a universidade é um local neutro, opaco, sem cor, porém, de repente, eu me dou conta que tinham, sim, estudantes que ainda estavam fazendo movimento clandestino, escondido, com muito cuidado, e um deles veio e pediu pra eu dar uma entrevista, e eu dou a entrevista, e finalmente eles publicaram no jornal⁴¹³.

⁴¹² Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (68 min 5 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>. Acesso em: 8 fev. 2020.

Esse episódio lhe causaria transtornos anos mais tarde, quando, em 1977, prestes a se mudar para a França para cursar doutorado, teve sua saída negada por conta de um documento não liberado pela administração da UFPA. Edna se dirigiu à Reitoria da Universidade, a qual funcionava ainda na Avenida Governador José Malcher, para saber a respeito da negativa de expedição do documento: “então ali tinha um setor, eu fui saber nesse momento que era o serviço de SNI dentro da Universidade para controlar professores e alunos, e eu fui à Universidade e não me informaram nada”. O jeito foi buscar mais explicações com o Comando Militar da Aeronáutica:

[...] eu fui lá perguntar se ele poderia ver qual era o problema, se tinha algum problema, e lá ele sabia por que eu tinha marcado a minha ida lá, e ele [o brigadeiro] disse assim: “você chegou a publicar alguma coisa com os alunos? Você pensa realmente nisso?” e começou a me fazer perguntas do texto que eu tinha falado, e eu repeti tudo que eu tinha falado, porque eu não tinha falado grande coisa, apenas tinha falado que a universidade é um local de formação política, que na universidade você não vai para estudar as ciências, você vai estudar para ciência e fazer política, porque ali é a formação de pessoas que vão estar, como qualquer outra instituição de ensino, pessoas que vão pensar o país, pessoas que vão ter responsabilidades públicas, e que a Universidade não pode ser cerceada, os estudantes não podem ser cerceados da liberdade deles de fazerem política, de usar aquilo como espaço de ação política⁴¹⁴.

Sem receber resposta concreta, Edna foi autorizada a viajar, com direito a continuar recebendo seus vencimentos como professora. Isso não duraria muito tempo. Três meses depois, tanto seu salário, quanto a bolsa de pesquisa paga pela CAPES foram cancelados. Em contato com Armando Mendes, professor e assessor ministerial na época, descobriu que seu contrato como professora fora cancelado pela UFPA, o que acabou revertido meses depois. A testemunha atribui ao SNI a determinação para sua demissão da Universidade, motivada pelo conteúdo de suas aulas: “era obrigação eu dar aula minimamente crítica, [e também por conta] dessa publicação e talvez da inserção política”. O ocorrido é atribuído pela entrevistada também à sua postura como docente: “porque a gente nunca deixa de fazer, tomar certas posições, mesmo que muito controladas naquela época, que era muito difícil falar”⁴¹⁵.

⁴¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (68 min 5 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>. Acesso em: 8 fev. 2020.

⁴¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (68 min 5 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>. Acesso em: 8 fev. 2020.

Os empecilhos impostos para saída do País da testemunha, no entanto, não tiveram relação com a sua atuação enquanto docente. De fato, o SNI obistou seu pedido, mas foi por outros motivos, fatos ocorridos bem antes de seu ingresso como professora na UFPA. Após tomar conhecimento que a docente era cogitada para cursar mestrado na Universidade de Paris entre os anos de 1977 a 1979, a ASI comunicou ao SNI, que levantou dados a seu respeito e informou que, embora os registros não permitissem opinião conclusiva, era “possível, senão provável”, que Edna Castro fosse “contrária à Revolução de 31 de março 64, tendo em vista sua participação na direção da extinta UAP e os antecedentes e atitudes” do seu marido, o advogado José Carlos Dias Castro⁴¹⁶.

Seu esposo também era professor da UFPA e vinha sendo acompanhado pelo “Serviço” por, entre outras coisas, ter tentado induzir o DCE a se manifestar contra a doação de área localizada no Núcleo Pioneiro do Guamá para a construção da nova sede da Polícia Militar do Pará⁴¹⁷. A isso, somou-se a informação prestada pela inteligência da PM do Pará de que ela era “considerada perigosa agitadora” na época da faculdade. Edna foi aluna do curso de Filosofia da UFPA⁴¹⁸. Por esses motivos, o SNI devolveu o pedido à ASI indicando que havia “restrições” quanto à liberação da professora para a realização do curso⁴¹⁹.

No cotidiano da sala de aula, é notável como os professores puderam resistir às tentativas do regime em cercear o pensamento crítico, sobretudo, o do tipo marxista, o qual, segundo a ótica do Estado, representava um modelo pernicioso e imoral de se enxergar a sociedade. Ainda que a universidade pública federal fosse instrumento utilizado pelos militares para propagar a cultura dominante sobre a classe que procurou submeter e controlar, ou seja, os dominados (professores), a experiência da vida no *campus* mostra um espaço de conflitos dentro das instituições de ensino, mesmo sob vigência a do AI-5 e do “Decreto-Lei 477”. As ações dos docentes, em seu exercício profissional, expõem as contradições sociais e culturais, “as fraturas e oposições dentro do conjunto”, que se apresentaram como formas de resistência, as quais nem sempre eram

⁴¹⁶ Informação nº 0732/750/ABE/77, Confidencial, SNI. Belém, 17/05/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴¹⁷ “Na sua opinião [*sic*], um Quartel dentro da Universidade ou a Universidade dentro do Quartel é inconcebível, pois são situações em choque. O Reitor deveria ceder a área, não para uma Força Pública, e sim, pensar na Cooperativa dos Professores, para a construção de casas para os docentes da UFPA”. Informação nº 0523/750/ABE/77, Confidencial, SNI. Belém, 05/04/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴¹⁸ Informação nº 030, Confidencial, 2ª Seção/Comando Geral Estado-Maior/PM/Governo do Estado do Pará. Belém, 16/03/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴¹⁹ Informação nº 0894750/ABE/77, Confidencial, SNI. Belém, 23/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

evitadas pelos Órgãos de Informações. A lei, ainda que estabelecesse “limites tolerados pelo governo”, ocasionalmente, poderia “penetrar” no cotidiano mais vulgar das universidades⁴²⁰.

Ou seja, a política educacional do governo militar que definiu que a “missão suprema da universidade” era, nas palavras do presidente Costa e Silva, publicadas pelo jornal *A Província do Pará*, a de “formar verdadeiros cidadãos”⁴²¹ e esbarrava em algum grau de resistência promovida pelos docentes dentro das salas de aulas.

Os professores resistiram aos desmandos dos dirigentes acadêmicos e recorreram, até mesmo, às autoridades militares. Isso aconteceu na UFPA quando o diretor da Escola de Química, Júlio Ribeiro, denunciou punições aplicadas pelo reitor Silveira Neto a alguns professores e servidores poucos meses depois das agitações de 1968. O general Rodrigo Octávio Jordão Ramos recebeu ofício no qual eram citados os funcionários que estavam a ser, funcionalmente, prejudicados pela administração da Universidade. O professor Roberto Rodrigues Coelho já estava há seis meses sem receber salário; Harry Serruya e Waterloo Napoleão de Lima recebiam os vencimentos na qualidade de contratados, embora fossem considerados “do Quadro” até o ano anterior; o secretário Moisés Amazonas Pontes “foi chamado ao Departamento de Pessoal da Reitoria, onde lhe foi dito que, se não solicitasse transferência da Escola de Química, seria dispensado da Universidade”⁴²².

Essa unidade foi um dos principais focos de manifestações ocorridas na UFPA em 1968, e o professor Roberto Rodrigues Coelho⁴²³ foi identificado pelo SNI como um dos apoiadores do movimento. O nome de Serruya também apareceu em documento produzido pelo Centro de Inteligência do Exército e encaminhado ao SNI sobre um “incidente” naquela unidade⁴²⁴.

Em abril de 1969, o reitor José Silveira Neto suspendeu de suas funções, por trinta dias, o diretor da Escola de Química, alegando que este estaria “praticando inúmeras irregularidades na administração daquela Escola, e nomeou, para dirigi-la, uma comissão de três professores” – o reitor já havia informado anteriormente ao SNI que o diretor era um dos apoiadores dos manifestos estudantis ocorridos na UFPA em 1968. Em outro

⁴²⁰ THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17; 19.

⁴²¹ MISSÃO suprema da universidade é formar verdadeiros cidadãos. **A Província do Pará**, 26 mar. 1969.

⁴²² Ofício nº 167/69, Escola Superior de Química/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴²³ Pedido de busca nº 0556/700/ABE/78. Belém, 13/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴²⁴ Informação nº 001596/69/CIE [não foi possível identificar data e local de produção].

documento produzido pelo próprio “Serviço”, o motivo da suspensão foi outro: o diretor “reiteradamente” se recusava a cumprir determinações de Silveira Neto, “chegando a impedir que quatro professores, por este nomeados, exercessem suas funções no magistério”, além de ter notas suas publicadas nos jornais da capital “usando de linguagem atentatória” contra o reitor⁴²⁵.

Porém, a Congregação da Escola de Química, reunida dias após a decisão, deliberou não acatar a determinação de Silveira Neto e designou para o cargo de diretor o professor Arthur dos Santos de Melo, que, segundo apurou a vigilância, fazia parte do “grupo rebelde” dirigido por Júlio Ribeiro e Roberto Coelho. Esse último já estava, inclusive, com contrato de trabalho finalizado com a UFPA, mas frequentava Escola “achando-se ainda como professor” e assinou documento, como se fizesse parte da Congregação, dirigido ao juiz federal substituto: Arthur Santos de Melo impetrou mandado de segurança para se manter no cargo, o que foi concedido pelo juiz Aristides Medeiros⁴²⁶.

Conforme noticiado pela imprensa, todo esse imbróglio se desenrolou durante o mês de março e foi, na tarde do dia 27, que o professor Arthur Melo recebeu as chaves do prédio pelas mãos do docente Manoel Braga, um dos membros da junta designada por Silveira Neto, sendo desfeita poucas horas após a decisão do juiz federal⁴²⁷. As aulas na Escola de Química começaram no dia seguinte já sob a direção do professor Arthur de Melo, e a incorporação dos quatro docentes, lotados na unidade pela Reitoria, foi suspensa pelo diretor, todavia a recomendação, definida pela junta, de que as aulas teóricas fossem dadas em pavilhão do Núcleo Universitário foi acatada pela unidade⁴²⁸.

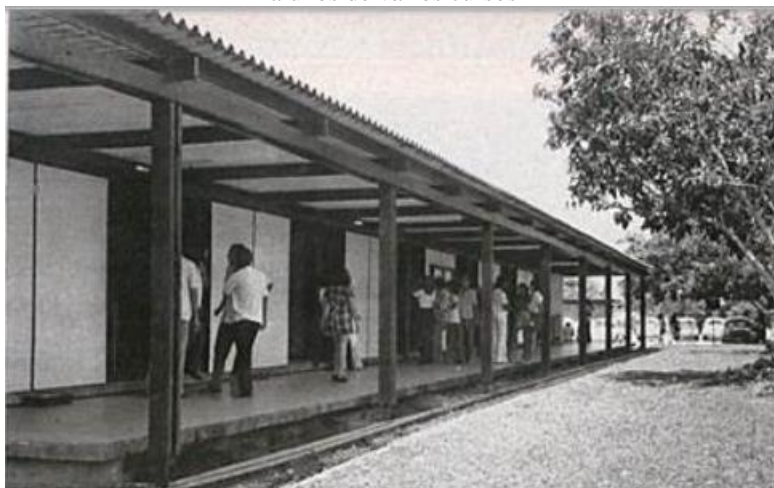
⁴²⁵ Informação nº 1156/750/ABE/76, Confidencial. Belém, 27/07/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴²⁶ O mandado de segurança foi postulado com base no Regulamento Interno da Escola de Química de 27 de dezembro de 1955, o qual, segundo o reitor da UFPA, já não teria mais validade, pois fora elaborado quando a unidade ainda era particular. Além disso, arguiu Silveira Neto que qualquer ato da Congregação não teria efeito, pois a Escola só possui 2/3 de professores catedráticos. Do ato liminar concedido pelo juiz federal substituto, recorreu o reitor ao Tribunal Federal de Recursos, que anulou a decisão e mandou afastar o professor Arthur da função e que a Escola fosse dirigida pela Comissão. Prontuário nº 00653/ABE/SNI. Belém [não foi possível identificar sua data de produção, mas certamente não é anterior a fevereiro de 1976, como pode ser aferido pelas datas dos outros eventos citados no documento].

⁴²⁷ LIMINAR garantiu posse do diretor da Escola de Química. **A Província do Pará**, 27 mar. 1969.

⁴²⁸ QUÍMICA inicia hoje aulas no Núcleo Pioneiro do Guamá. **A Província do Pará**, 28 mar. 1969.

Figura 31 – Setor de aulas teóricas da UFPA no Núcleo Pioneiro, também chamado de “pavilhão”, reunia alunos de vários cursos



Fonte: Revista *Manchete* (1973)⁴²⁹.

Além de recorrer à imprensa, às autoridades militares locais, à justiça e às normas internas dos departamentos, o apelo aos ocupantes do alto escalão do governo militar também foi uma estratégia de resistência usada pelos docentes no âmbito da UFPA. Uma carta enviada por Raymundo Heraldo Maués a Jarbas Passarinho é um exemplo disso. Em março de 1971, Heraldo Maués enviou uma carta ao tenente-coronel Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura na época, para tratar de “um problema pessoal” enfrentado pelo remetente.

Maués disse, em sua carta ao ministro, que havia sido aprovado em primeiro lugar em concurso para auxiliar de ensino da UFPA, mas não pôde ser contratado “em virtude de obstáculo interposto pelo SNI”, relatando, em seguida, os fatos que “devem ter sido a causa desse obstáculo”. O aprovado no certame declarou que, como secundarista e universitário, “manteve constante atividade em grêmios, diretórios e associações”, como a UECSP⁴³⁰, UAP e JUC, essa última presidida por ele entre 1961 e 1962.

Após ter se graduado em Filosofia pela UFPA em 1962, atuou no MEB de Bragança (PA). Nessa época, afirmou o autor da carta: “já tinha fama de esquerdista (palavra vazia e que estigmatiza os homens) e não era encarado com bons olhos pelas autoridades universitárias de então” por ter este proferido, em seu discurso de colação de grau, defesa pela Reforma Universitária. Maués citou ainda sua prisão, em agosto de 1969, pelas autoridades da Aeronáutica em Belém, “após denúncia anônima”, o que lhe

⁴²⁹ TEORIA e prática a serviço da integração. *Manchete*, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 310, 1 jan. 1973.

⁴³⁰ União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará.

rendeu vinte e três dias de prisão e um processo em que era acusado de “tentar, juntamente com antigos companheiros da JUC, a reorganização [*sic*] em Belém do movimento subversivo [palavra utilizada pelo autor da carta] Ação Popular”⁴³¹.

Maués se disse ainda “patriota”, recusou o rótulo de “comunista”, afirmou que “não simpatizava com o governo de Goulart”, que a “Revolução de 64” estava sendo, “de maneira geral, benéfica para a comunidade nacional brasileira” e acreditava “na boa intenção e na capacidade de muitos” dos “integrantes do governo revolucionário”. Seguiu afirmando que condenava o “excesso de repressão”, mas que sua experiência como professor de História lhe ensinou que “nenhuma revolução se fez até hoje sem excessos”, acrescentando que sua “reabilitação” lhe permitiria dar a “sua parcela de contribuição nessa grande obra de soerguimento”, que, naquele momento, estava se empreendendo no Brasil⁴³².

Jarbas Passarinho recebeu a carta, leu-a e a remeteu ao general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI, com os seguintes dizeres: “conheci o signatário quando ele era um jovem líder estudantil. Creio que pertenceu à AP na sua primeira fase. A carta me comoveu, mas estou longe do Pará há seis anos”. Acrescentando que não sabia “sequer as razões da prisão dele [*sic*] em 1969”. O chefe do SNI não se comoveu tanto assim como o ministro e apenas deu despacho ao documento encaminhado por Passarinho “para registro, em face dos antecedentes do signatário da carta”⁴³³.

A carta não foi citada em nenhum momento por Heraldo Maués em seu depoimento ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”⁴³⁴.

⁴³¹ Memorando nº 597/SI – Gab./SNI. Brasília, DF, 31/03/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (Anexo). Identificamos que a prisão de Maués se deu porque seu nome foi citado por Emílio Humel Neto em depoimento que esse prestou na 3ª Zona Aérea do Rio de Janeiro após esse ser detido por pertencer “confessadamente” ao PCdoB. Informação nº 2685/69/S-101-CIE, Confidencial, CIE/Gabinete do Ministro/Ministério do Exército. Rio de Janeiro, 22/10/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴³² Memorando nº 597/SI – Gab./SNI. Brasília, DF, 31/03/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (Anexo).

⁴³³ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴³⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Raymundo Heraldo Maués. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

Figura 32 – Trecho da carta escrita por Raymundo Herald Maués ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho

que pode ser considerado como ideal para o homem.

Confesso que, assim como não simpatizava com o governo Goulart, pela sua falta de capacidade e sua má intenção, do mesmo modo não simpatizei com a Revolução de 64, logo quando ela veio.

Aos poucos, fui, porém, sabendo distinguir o joio do trigo e / me convencendo de que ela, a despeito de todos os prejuízos individuais que trouxe para este ou aquele, tem sido, de maneira geral, benéfica para a comunidade nacional brasileira. Talvez a minha condição de / professor de História, e também a daquele que não é político, permitam-me um julgamento mais sereno, longe dos ódios e das paixões que toldam a visão dos menos acostumados a lidar com o passado. Sei, porém, que a contemporaneidade é extremamente traiçoeira para os juízos do historiador e, mais ainda, para os do modesto professor secundário de História. Não obstante, acredito na boa intenção e na capacidade de muitos dos / tuis integrantes do governo revolucionário. Meu juízo, portanto, se / fundamenta não somente na observação dos fatos, mas também numa crença. Crença sem a qual não é possível viver, crença na bondade dos homens, feitos à imagem e semelhança divina. É este o crédito de confiança que já me acostumei, nos últimos anos, a dar ao governo revolucionário.

Sei que este não é um governo fácil, nem mesmo razoavelmente / difícil, como poderiam ser outros governos, em circunstâncias normais. E, assim como veementemente condeno o terrorismo, condeno também os excessos da repressão. Mas minha experiência como professor de História me ensina que nenhuma revolução se fez, até hoje, sem excessos. Condena-se o excesso da Revolução Francesa ao guilhotinar Lavoisier, embora ninguém tenha o direito de condenar a Revolução que derrubou o Absolutismo e inaugurou nova era na História da humanidade.

Não desejo roubar demasiadamente o tempo de V. Excia. com um / pedido pessoal, que faço por meus interesses particulares. Entretanto, embora ninguém possa ser bom juiz em causa própria, acredito que se eu desse obter minha reabilitação, teria melhores possibilidades de dar / minha parcela de contribuição nesta grande obra de soerguimento que atualmente se está empreendendo no Brasil.

Recorro hoje a V. Excia. porque estou certo de dirigir-me a um homem lúcido e que também sabe distinguir o joio do trigo.

Se V. Excia. desejar tomar informações a meu respeito, indico / agora vários nomes de pessoas a quem poderá recorrer: professora Eudice Brito, professor Edson Franco, Dr. Irawaldyr Rocha, Dr. Antônio / Viseu, professor Wilton Moreira, Dr. Nelson Ribeiro, professor Gelmar / rez Melo e Silva, Dr. Ronaldo Passarinho, Sra. Celeste Porto.

Agradeço a atenção que dispensou a este modesto professor e // subscrevo-me, atentamente,

Raymundo Herald Maués
Raymundo Herald Maués

Fonte:

Os “antecedentes” a que se referiu o general Fontoura eram, de fato, extensos e estavam todos registrados com detalhes no arquivo do “Serviço”: presidência da UAP em 1961 (“onde tomou as primeiras lições esquerdistas”), mesmo ano em que ingressou na JUC, “aceitou a filosofia esquerdista” e criticou “os ministros militares no episódio da renúncia de Jânio Quadros”. Em 1962, ingressou no movimento chamado “Grupão” em Belém, o qual viria mais tarde a se transformar na AP, e liderou uma greve na Faculdade de Filosofia determinada pela UNE. O SNI ainda indicou que Maués atuou como coordenador do MEB, em que “procurava despertar ideias esquerdistas nos monitores” e utilizar a Escola Radiofônica para difundir “as mesmas ideias entre os alunos”. Em setembro de 1969, seu nome foi citado por ocasião da prisão de elementos do PCdoB em São Paulo. Em consequência disso, foi instaurado IPM em Belém pela 1ª Zona Aérea, e o professor foi preso, instante em que foram encontradas pelas autoridades em sua

residência “cartas de alto teor subversivo”⁴³⁵. A carta não surtiu efeito e o professor não foi aproveitado naquele concurso.

De um lado, os docentes tentavam com sofreguidão driblar o autoritarismo e manter algum grau de autonomia no exercício de sua função, nem que fosse apelando para as forças militares, ou mesmo, desobedecendo às determinações da Reitoria da Universidade. De outro, o DSI/MEC treinava agentes de informações para perseguir comunistas presentes nas universidades, os quais poderiam ser identificados através de pequenos sinais que lhes denunciariam sua tendência ideológica. “Estamos em perigo! As nossas esposas, os nossos filhos, nós, a nossa pátria estão sendo atingidos e nós não o percebemos. O alvo é a nossa mente”⁴³⁶. Era o que dizia a documentação sigilosa produzida pela “Divisão”.

Em nome desse ideal, isto é, o de combater as insinuações psicológicas promovidas pelo Comunismo Internacional nos meios acadêmicos, cujo alvo eram os jovens suscetíveis, o regime militar montou um aparato de repressão para desarticular qualquer influência ideológica do inimigo nas universidades. Até agentes da ASI/UFPA foram infiltrados como professores da Universidade para espionar o que acontecia nas salas de aula. Alfredo Luiz Cordeiro Neto, agente da “Assessoria” desde 1973, passou a prestar serviços como professor colaborador da UFPA no Centro Socioeconômico em 1975 após ser indicado pelo diretor daquele departamento⁴³⁷. O agente fez carreira na área de espionagem e era chefe da unidade em 1987.

Esses dados permitem constatar a importância conferida aos valores anticomunistas nas ações autoritárias executadas pelo aparato de repressão e informações, implantados pelo regime no âmbito universitário, motivando verdadeiro “saneamento ideológico”. Não seria exagero afirmar que esses valores forneceram às “OIs” uma razão de existir e uma missão ao definir o principal inimigo a ser derrotado. Na prática, elas tentaram impedir a contratação de “professores marxistas”, dificultar a circulação de textos e ideias socialistas e evitar contato cultural com países do bloco soviético.

Isso tudo não foi executado sem dificuldades, uma vez que o número de alunos que ingressava no ensino superior não parava de crescer, e os dirigentes universitários nem sempre atendiam às orientações vindas do “Sistema” quando não recomendava a

⁴³⁵ Documento de Informações número 0628/16/AC/73/SNI. Brasília, DF, 15/10/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴³⁶ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴³⁷ Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo B).

contratação de docentes tidos por esquerdistas. Em outras palavras, as políticas anticomunistas, nos meios acadêmicos, tiveram efeitos limitados, uma vez que nem todos os docentes com perfil “suspeito” foram afastados e as agências de informações nem sempre impediram que professores simpatizantes das ideias socialistas não fossem contratados, muitos deles com histórico de militância estudantil já bem conhecida pelas autoridades. O mesmo vale para a tentativa de bloquear o contato cultural com países socialistas e a circulação da literatura marxista nas universidades, a qual viu sua influência só aumentar durante a vigência do regime⁴³⁸.

Embora seja importante ter cuidado quando manuseamos a documentação produzida pela “Inteligência”, pois o afã em localizar e expurgar subversivos e a mentalidade conspiracionista alimentada pelo regime podem nos fazer concluir que o corpo docente da UFPA tinha tanto comunistas quanto procurou suggestionar o SNI. Não podemos esquecer de que os agentes de vigilância eram treinados para identificar quaisquer elementos suspeitos que poderiam ter alguma conexão, e nisso verdadeiramente acreditava o regime, com a trama movida pelo Comunismo Internacional para promover a Revolução Socialista Brasileira.

Era essa a crença compartilhada pelo CSN e pelo SNI, órgãos diretamente ligados à Presidência da República. Em muitos casos, prevaleceu o ambiente de suspeição sobre a qualidade das informações colhidas pelos agentes, o que significa, na prática, dizer que a “infiltração” comunista na Universidade, sugerida pelos documentos sensíveis, deve ser sempre vista com cautela.

Cito um exemplo. A inteligência do CMA apurou que Aluizio Lins e Leal e Raimundo Netuno Nobre Villas eram assinantes da revista *Brasil Hoje*. A conclusão foi que tal fato os identificava, “no mínimo, como simpatizantes da organização subversiva Movimento Revolucionário Oito de Outubro” (MR-8)⁴³⁹.

O passado de militância era uma questão que também influenciava na avaliação ideológica que se fazia dos elementos investigados, mesmo que diante de um decurso de tempo significativo. Esse é também um fator importante a ser levado em consideração quando estamos diante de documentos sensíveis. O próprio SNI chegou a reconhecer que

⁴³⁸ MOTTA, Rodrigo. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. *Contemporânea* – Historia y problemas del siglo XX, v. 3, 2012, p. 133-148. Disponível em: http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

⁴³⁹ Informe nº 50 E 2/82/8ª RM/2ª Seção/CMA/Ministério do Exército. Belém, 25/05/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

poderiam existir distorções na classificação de determinados elementos, em virtude do intervalo de tempo entre os dados que eram recolhidos e ajuntados para definir o seu grau de suspeição. Em 1976, o “Serviço” organizou um dossiê sobre Aleksei Turenko Júnior, esposo de Vera Lúcia Santana Turenko, professora da Faculdade de Ciências Econômicas. Aleksei era cogitado para ocupar cargo na recém-criada Secretaria de Administração e Planejamento do governo Aloysio Chaves, por isso teve seu passado devassado pelo SNI, que o classificou como “esquerdista”, contrário à “Revolução de 31 de março de 64” e subversivo atuante.

Ainda assim, o órgão ressaltou que os dados se referiam a um período em que o investigado “era estudante e atuante no movimento estudantil, o qual tinha nítidas características de movimento esquerdista, contrário à Revolução”. No entanto, prosseguiu o relatório, “quase sempre” era difícil precisar, dentro do movimento estudantil, quais os elementos realmente eram esquerdistas e quais participavam do “movimento sensibilizados pela ‘causa justa’ que aqueles defendiam”. Outro fator a ser levado em conta, segundo o SNI, era que, amiúde, “estudantes atuantes em movimentos estudantis abandonaram completamente tais atividades após deixarem as faculdades, dificultando a formação de um juízo atualizado sobre suas convicções”, principalmente pela ausência de novos registros⁴⁴⁰.

Além disso, o combate à “infiltração” foi uma política de Estado, ou seja, existia a despeito de haver ou não indícios que pudessem caracterizar negativamente determinado indivíduo. O regime acreditava que “elementos adeptos da ideologia marxista” desempenhavam funções em órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em âmbito federal, estadual ou municipal, bem como em órgãos da administração direta ou indireta, nos meios de comunicação, em entidades de classe, nos partidos políticos, no magistério, na Igreja etc. A infiltração podia ocorrer sob duas formas básicas: por admissão, pelo órgão de elementos “ideologicamente comprometidos”; ou por recrutamento, quando as organizações subversivas engajavam elementos pertencentes ao órgão a ser infiltrado.

O infiltrado por admissão de elementos já doutrinado poderia ser realizado legalmente, através de concursos, contratos, nomeações ou através de meios fraudulentos, tais como corrupção, tráfico de influência etc. A infiltração, afirmava o regime, era “uma

⁴⁴⁰ Aleksei Turenko Júnior foi aluno do curso de Economia da UFPA entre os anos 1966 e 1971. O SNI liberou seu aproveitamento para o cargo. Encaminhamento nº 0075, Confidencial, 750/ABE/76. Belém, 20/01/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

prática revolucionária de todas as organizações subversivas”. Os setores mais visados eram “os órgãos de comunicação social, o setor do ensino e os órgãos governamentais”⁴⁴¹.

Não esqueçamos também de que as informações eram difundidas para outras “OIs” e órgãos superiores, que promoviam a filtragem de tudo o que era colhido nos níveis mais baixos para, então, subsidiar o presidente da República.

O que observamos no contato com os documentos classificados e produzidos pela ditadura foi que, lançada alguma suspeição sobre determinado indivíduo, toda sorte de dados era reunida para confirmar que se tratava de elemento subversivo, o qual deveria ser impedido de exercer funções na administração pública. No caso aqui, Aluizio e Netuno, os assinantes do periódico subversivo, eram dois velhos conhecidos do regime e há muito tempo vigiados pelas “OIs”. O primeiro foi preso em 1966 e participou da ocupação da UFPA em 1968. O segundo foi preso no Rio de Janeiro em 1968 ao ser apanhado distribuindo panfletos subversivos.

A intenção das autoridades era, realmente, impossibilitar que elementos como esses exercessem qualquer função na educação pública, como bem definiu o artigo primeiro do Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, baixado pelos ministros da Marinha de Guerra (Augusto Hamann Rademacker Grünewald), do Exército (Aurélio de Lira Tavares) e da Aeronáutica (Márcio de Sousa e Melo):

Art. 1º Todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público, incorrerem ou venham a incorrer em faltas que resultarem ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais, ficam proibidos de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional⁴⁴².

Portanto, para um professor universitário de instituição pública ser enquadrado em uma das infrações previstas na Lei, poderia significar sua exclusão de qualquer cargo docente público e uma grande interrupção em sua carreira. Era uma ação rígida contra os “inimigos objetivos” do Estado, assim “definidos pela política do governo, e não por

⁴⁴¹ Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁴² BRASIL. Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969. Proíbe os professores, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público, punidos com fundamento em Atos Institucionais, de exercerem cargo, função, emprego ou atividades em estabelecimentos de ensino ou fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, bem como nos de interesse da segurança nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Coleção de Leis do Brasil, ano 148, v. 7, p. 102, 1969.

demonstrar o desejo de derrubar o sistema”, mas por serem “portadores de tendências, como portador de uma doença”⁴⁴³.

Foi essa a lógica que prevaleceu sobre o corpo docente da UFPA desde 1964 e, mesmo com a distensão política promovida pelos governos de Ernesto Geisel e Baptista Figueiredo, não diminuiu com o tempo. Os expurgos dos professores, tidos por esquerdistas, foi um dos primeiros impactos sobre a sociedade paraense deixado pela ruptura institucional executada pelos militares, e o ano de 1968 permitiu que o Estado identificasse os monturos de subversão que insistiam em permanecer no espaço universitário. Resultado foi que o reitor Aloysio Chaves e os dirigentes seguintes tiveram de lidar com as interferências do SNI na contratação de novos professores, intensificando o autoritarismo do regime ou buscando suavizá-lo, de acordo com as circunstâncias.

Apesar da distensão, a vigilância continuava insistindo em manter os inimigos do regime longe da UFPA. Em outubro de 1975, Clóvis Malcher encaminhou ofício ao chefe da ASI para tratar de um elemento já conhecido: João de Jesus Paes Loureiro. Dessa vez, o Departamento de Filosofia, Psicologia e Ciências Políticas, através do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, considerando haver falta de professores para ministrar a disciplina História da Filosofia, solicitou a contratação de Paes Loureiro, aprovado em 3º lugar em concurso realizado e vigente. O reitor indagava, naquele documento, “em caráter confidencial”, se havia “algum inconveniente na contratação do citado professor”⁴⁴⁴.

A resposta veio em menos de uma semana: “a ABE acaba de declarar que perduram razões do registro/supracitado”. A ASI anexou em sua resposta prontuário com registros referentes ao candidato, no qual constava que o SNI não liberou seu aproveitamento como professor da UFPA (30/10/1973); solicitou informações sobre um curso que ele realizaria fora de Belém e sua permanência na equipe de docentes (17/12/1973); resposta da UFPA ao caso, informando que o citado não pertencia ao quadro de professores, “não possuindo vínculo docente de qualquer natureza”, e que a Universidade não patrocinou nem patrocinaria curso de pós-graduação a Loureiro (08/01/1974); pedido do DSI/MEC de informações sobre o “conceito que goza junto à Universidade e local de trabalho” (18/04/1974). Além disso, constavam pedidos de antecedentes emitidos pela Secretaria de Repartição Criminal, pela Secretaria de Justiça

⁴⁴³ Arendt (2012, p. 361).

⁴⁴⁴ Ofício GR nº 09/75, Confidencial, UFPA. Belém, 09/10/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Federal e pela Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP/PA), todos negativos⁴⁴⁵. Com um histórico desses, não é de surpreender que o aprovado no concurso fosse mais uma vez preterido pelo dirigente e logo descartado.

Essas ainda eram situações comuns. José Haroldo da Silva Sá, em virtude de registros existentes na ABE/SNI, foi desaconselhado a ser contratado como professor da UFPA⁴⁴⁶. A situação se repetiu em outubro de 1976 quando de Brasília foi encaminhada ao reitor contraindicação de aproveitamento como docente de Raimundo Netuno Nobre Villas e de sua esposa, Elem Maria Cutrim Villas. Netuno era cogitado para integrar a equipe de professores do curso de Geologia da UFPA, e Elem já lecionava na Universidade, mas a Assessoria, efetuando pesquisa, chegou à “conclusão de que existem os mesmos registros que contraindicam o aproveitamento” do casal. Em 1972, Netuno havia sido condenado, à revelia, a dois anos de reclusão, incurso na Lei de Segurança Nacional, e Elem, conforme o documento, também era ligada à subversão⁴⁴⁷. A condenação foi citada em documento produzido pelo CISA também em outubro de 1976, a respeito do passaporte solicitado em Tel Aviv (Israel) por Elem na Embaixada brasileira em fevereiro daquele ano⁴⁴⁸.

⁴⁴⁵ Pedido de busca nº 342/75, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 14/10/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁴⁶ Ofício nº 035/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 08/11/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.


⁴⁴⁷ Pedido de busca nº 348/76, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 20/10/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁴⁸ Resposta Pedido de busca nº 0766, Confidencial, CISA/Ministério da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 04/10/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Figura 33 – Pedido de passaporte protocolado por Elem Cutrim em Tel Aviv em 1976

Emb. Tel-Aviv nº _____ 1976/aneó nº _____ concessão nº 57
 Via _____ MODELO S.C. 140

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Pedido de Passaporte comum

Portador	Espôsa	RETRATOS
Nome Elem Cutrim Villas <u>Maria</u>		
Nacionalidade brasileira		
Data do nascimento 27.10.1946		
Natural de Est. da Guanabara		
Estado civil casada	casada	
Profissão engenheira civil		
Rosto Oval		
Côr dos cabelos cast.		
Côr dos olhos cast.		
Sinais particulares ---		

Filhos que devem constar do passaporte

NOME	IDADE	SEXO
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Países para os quais será concedido
 Américas do Sul, Central, Norte, Europa, Ásia,
 África e Oceania. Não é válido para Cuba.

Documentos apresentados

Nota: a condenação do seu esposo, Raimundo Netuno, foi citada no documento produzido pelo CISA a respeito desse requerimento.

Em dezembro de 1975, a ASI solicitou que a Agência Belém (ABE) fizesse uma pesquisa juntos às “OIs” da área sobre a professora da UFPA Elem Maria Cutrim Villas, pois a docente estava solicitando autorização para se afastar do País depois de ser contemplada com bolsa de pós-graduação em “Exploração e Desenvolvimento de Recursos Hídricos Subterrâneos” no Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas da Universidade Hebraica de Jerusalém⁴⁴⁹.

A Inteligência da Marinha subsidiou a ABE e indicou que a docente era casada com Raimundo Netuno, implicado com as atividades da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML) entre 1968 e 1971 e envolvido com elementos ligados à AP e ao PCdoB em 1975⁴⁵⁰. A 2ª Seção da Aeronáutica também citou, em seu relatório, que a professora

⁴⁴⁹ Pedido de busca nº 413, Confidencial, 75/AESI/UFPA. Belém, 02/1/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁵⁰ Resposta Pedido de busca nº 770, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 16/12/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

era esposa de Netuno e que esse havia sido condenada pela Justiça Militar “por prática de atividades subversivas”⁴⁵¹.

Antes de enviar sua resposta à ASI/UFPA, a filial do SNI em Belém achou por bem comunicar a Agência Central a respeito do caso. No relato, a ABE indicou que, “segundo fonte altamente idônea”, a professora não comungava com o “pensamento político-ideológico do marido”. Inclusive, em cartas ao esposo, residente nos Estados Unidos, aconselhava-o “a regressar ao Brasil e se entregar às autoridades para cumprimento da pena a que foi condenado, segundo a mesma fonte”. A ABE conclui que nada constava que a desabonasse⁴⁵².

Duas semanas depois, a ABE foi surpreendida com um telegrama da Agência Central do SNI informando que o DSI/MEC já lhe tinha solicitado diretamente dados a respeito da professora, obtendo como resposta que “havia restrições” quanto à sua liberação para afastamento do País. O escritório da vigilância de Belém não quis se contrapor e apenas se limitou a repassar⁴⁵³ a decisão da AC à ASI/UFPA sem mencionar que havia chegado à conclusão oposta. Apesar da divergência de orientações e do desaconselhamento emitido pelo SNI, Elem Cutrim se afastou do país para cursar a pós-graduação em Israel. Elem era filha do coronel Médico da Aeronáutica José Edmundo Carneiro Cutrim, com quem residia em Belém⁴⁵⁴.

A mesma sorte não teve o professor assistente da UFPA José Maria Filardo Bassalo. O docente pleiteou afastamento do País em junho de 1975 para cursar pós-doutoramento na Faculdade de Ciências de Orsay, localizada em Paris. A AESI solicitou que o escritório do SNI, sediado em Belém, levantasse dados sobre o professor, tendo como resposta que não constavam informações a seu respeito. No entanto, a filial do “Serviço” de São Paulo também havia sido, paralelamente, acionada pela Assessoria sobre o caso, pois Bassalo fora aluno da USP. O escritório do SNI da capital paulista

⁴⁵¹ Resposta Pedido de busca nº 428, Confidencial, A2/COMAR-I/2ª Seção/1º Comando Aéreo Regional/Comando Geral do Ar/Ministério da Aeronáutica. Belém, 22/12/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁵² Informação nº 0107, Confidencial, 750/ABE/76/SNI. Belém, 29/01/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁵³ Informação nº 0302750, Confidencial, ABE/76/SNI. Belém, 23/02/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁵⁴ Informação nº 0107, Confidencial, 750/ABE/76/SNI. Belém, 29/01/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

informou que, em 1968, o professor “constou em relação de estudantes detidos por ocasião da ocupação do CRUSP”⁴⁵⁵.

Ao registro no DOPS, somou-se acerca de Bassalo informação prestada pelo CMA: fundador da AP, da qual era membro, fichado como militante comunista e conhecido em Belém por atividades subversivas, ligação a elementos comunistas que supostamente atuavam na UFPA, além de ser genro de Inocêncio Machado Coelho, este “ligado às atividades subversivas no campo estudantil” em 1964⁴⁵⁶. Resultado: Bassalo não realizou seu pós-doutoramento.

Mesmo na gestão do reitor Aracy Amazonas Barreto, a filtragem de nomes a ingressarem em cargos na Universidade continuou. Em julho de 1977, Mário Machado, em virtude da indispensabilidade de os elementos cogitados ao cargo de vice-reitor serem submetidos à apreciação do presidente da República, solicitou que a Reitoria fornecesse o “conceito sintético” quanto à capacidade funcional dos postulantes⁴⁵⁷.

Cito outro caso. Um radiograma foi encaminhado de Brasília à ASI/UFPA, reprovando o pedido de afastamento do país, formulado por Edna Maria Ramos de Castro⁴⁵⁸. Interessante notar que, dois meses depois, outro documento encaminhado pela DSI/MEC tornava sem efeito a orientação anterior, retificando que inexistiam “elementos de convicção que contraindicassem seu aproveitamento para curso no exterior”⁴⁵⁹.

Acontecia também de o reitor ter de apresentar “declaração” a respeito da conduta de alguns dos docentes que lecionavam na UFPA. Há documento emitido, com esse teor, originado da Reitoria, sem endereçamento, com dois anexos, nos quais constam nomes de elementos “subversivos”⁴⁶⁰. O relatório havia sido desenhado pela ASI, com informações também coletadas junto a ABE, listando alguns nomes⁴⁶¹.

⁴⁵⁵ CRUSP é o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (USP). Mensagem Direta nº 3223, Confidencial, 02/ASP/SNI/75. São Paulo, 07/08/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁵⁶ Pedido de busca nº 436, Confidencial, QGR/82ª Seção/CMA/8ª RM/Ministério do Exército. Belém, 20/06/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁵⁷ Tal relatório comporia a Ficha de Qualificação Mod. 14, a qual seria remetida pela ASI ao DSI/MEC. Ofício nº 178/77, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 05/07/1977. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁵⁸ Informação nº 262/77, Confidencial, ASI/UFPA. 11/10/1977; Informação nº 262/77, Confidencial, ASI/UFPA. 11/10/1977 (Anexo).

⁴⁵⁹ Informação nº 345/77, Confidencial, ASI/UFPA. 13/12/1977; Informação nº 345/77, Confidencial, ASI/UFPA. 13/12/1977 (Anexo A); Informação nº 345/77, Confidencial, ASI/UFPA. 13/12/1977 (Anexo B).

⁴⁶⁰ Declaração, Clóvis Cunha da Gama Malcher, Confidencial, UFPA/MEC. Belém, 25/01/1977. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁶¹ José Otávio Magno Pires (líder do Movimento Alternativa); Vanda Chefren (militante estudantil); José Mariano Klautau de Araújo (agitador comunista); Romero Ximenes Ponte (irmão de Amílcar Ximenes Ponte, considerado pessoa de ideologia comunista); Hélio Mairata (membro da Sociedade Paraense de

No mesmo documento, o reitor Clóvis Malcher afirmou, “sob intensa responsabilidade pessoal e funcional”, a “total e comprovada probidade administrativa” do professor Nelson Ribeiro, docente desde a fundação da UFPA, exercendo funções “da mais alta cúpula universitária” (sub-reitor de Ensino e sub-reitor de Planejamento e Pesquisa) e participando ativamente na implantação da Reforma Universitária. “Democrata por convicção”, possuía, conforme Malcher, “largo círculo de amizade, tanto no âmbito civil, eclesiástico e militar”. “Nacionalista, mas não esquerdista”, não deixava dúvidas sobre seu “verdadeiro posicionamento ideológico, integrado, sem subterfúgios, nas grandes causas cívicas propugnadas pela Revolução de 64”⁴⁶². O ano era 1977 e o dirigente máximo da Universidade ainda poderia ser instado a afiançar a conduta ideológica de um docente e seu alinhamento ao golpe de 1964.

Na gestão do reitor Aracy Barreto (1977-1981), as intervenções dos órgãos de informações em assuntos internos da Universidade continuaram, e o nome de Armando Zurita Leão foi um dos vetados pelo regime para compor o quadro de professores⁴⁶³. O veto por parte do SNI a nomes considerados subversivos fez parte da rotina da UFPA por muitos anos, o que denuncia a estruturação da repressão em todos os setores acadêmicos e sua longevidade. Em dezembro de 1978, o reitor ainda precisava solicitar “liberação” com a ASI para a contratação de docentes. Maria de Ribamar Lopes Aranha, Celina Lima Silva, Iara Cedraz de Guimarães Carvalho, Maria Cecília da Costa e Maria Tita Portal Sacramento, Francisco Xavier Gonçalves Guerra, Paulo das Casas da Costa Júnior, Basile Kotschoubey, Werner Truckenbrodt e Hans Bednar, Márcia Buzzi, Elizabeth Maria Medeiros Ferro Costa e Pasquale Vigliantto conseguiram passar pelo “crivo” da repressão naquele ano. O mesmo não pode ser dito de Cláudio Augusto Neves Leão Salles, vetado por ter participado “ativamente em esquemas subversivos, juntamente com o irmão Flávio Augusto Neves Leão Salles”. O parecer ainda quis acrescentar que Cláudio Salles era “elemento viciado em drogas (maconha)”⁴⁶⁴.

Defesa dos Direitos Humanos); Nelson de Figueiredo Ribeiro (constavam registros negativos na ABE); Aleksei Turenko Júnior (constavam registros negativos na ABE). Declaração, Clóvis Cunha da Gama Malcher, Confidencial, UFPA/MEC. Belém, 25/01/1977 (Anexo A). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional; Declaração, Clóvis Cunha da Gama Malcher, Confidencial, UFPA/MEC. Belém, 25/01/1977 (Anexo B). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁶² Declaração, Clóvis Cunha da Gama Malcher, Confidencial, UFPA/MEC. Belém, 25/01/1977. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁶³ Ofício nº 216/78, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 28/09/1978; Ofício nº 216/78, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 28/09/1978 (Anexo).

⁴⁶⁴ Informe nº 295/78, Confidencial, ASI/UFPA. 15/12/1978; Informe nº 295/78, Confidencial, ASI/UFPA. 15/12/1978 (Anexo); Informe nº 297/78, Confidencial, ASI/UFPA. 21/12/1978; Informe nº 297/78,

A ASI chegou a advertir também o reitor a respeito da recontração de Elanir Pessoa Gomes da Silva e Osmarina da Silva Barros. Segundo o que apurou a Assessoria, “durante as aulas de português, a matéria que lecionam, atacam constantemente o atual governo”. Além disso, pouco tempo antes daquelas últimas eleições, no decorrer de uma de suas aulas, Osmarina teria afirmado que “chegou a formar uma chapa com candidatos do MDB e disse aos seus alunos que eles deveriam votar naqueles e não no Governo (ARENA), pois esse era o responsável por toda esta anarquia que está aí”⁴⁶⁵.

Em 1979, a Reitoria continuou solicitando informações a respeito de professores antes de confirmar sua recontração⁴⁶⁶. A Assessoria apresentou registro contra o

Confidencial, ASI/UFPA. 21/12/1978 (Anexo A); Informe nº 297/78, Confidencial, ASI/UFPA. 21/12/1978 (Anexo B); Informe nº 303/78, Confidencial, ASI/UFPA. 02/01/1979; Informe nº 303/78, Confidencial, ASI/UFPA. 02/01/1979 (Anexo A); Informe nº 303/78, Confidencial, ASI/UFPA. 02/01/1979 (Anexo B).

⁴⁶⁵ Informe nº 299/78, Confidencial, ASI/UFPA. 20/12/1978; Informe nº 299/78, Confidencial, ASI/UFPA. 20/12/1978 (Anexo).

⁴⁶⁶ Foram esses os nomes encaminhados para escrutínio da ASI: Otilia Maria Lúcia Barbosa, Dimitrie Nechet, Adelina Morais de Souza, Agydio Andreassa Filho, José Carvalho de Moraes, Luís Carlos Lima Silveira, Cristovam Wanderley Picanço Diniz, Flávio Augusto Sidrim Nassar. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 03/01/1979. Maria Cândida Mendes Forte, Ilda Estela Amaral de Oliveira, Sônia Ferreira Pinto, Zaqueu Moreira de Oliveira, Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 08/01/1979. Nélio Raimundo Medeiros da Fonseca, José Geraldo das Virgens Alves, Salomão Lopes Azulay, Carmen Eunice Barradas, Hermantine Maria Mendes Carmona, Ana Rosa Athaide Monte, David Ricker Lages, Margarida Maria Ferreira de Carvalho e Luzia Maciel Cascaes. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 08/01/1979; Informe nº 006/79, Confidencial, ASI/UFPA. 09/01/1979. Adelina Morais de Souza, José Carvalho de Moraes, Isa Maria Oliveira da Silva, Maria do Carmo Felipe de Oliveira, Agydio Andreassa Filho. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 02/02/1979. Ruy Guilherme de Vasconcelos Souza Filho, Thomazzia Guimarães da Costa. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 10/01/1979. Luiz Rijo, Norbert Fenzl, Mário Miranda da Silva, Samuel de Andrade Barros, Edna Barbosa Sherring, Leda Nazaré de Almeida, Luiz Nazareno Correa, Antônio Boulhosa Nassar. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 16/01/1979. Esmaelino Neves de Farias, Leopoldino Brito Teixeira, Fernando Vasconcelos M. Castro Júnior, Nilson Fialho, Mário Roberto Muniz de Carvalho, Francisco Gonçalves Guerra, Luiz Augusto Bitar, Ademir Scardino Guimarães, Olavo Acatauassu Teixeira, José Carlos Porpino de Oliveira, Raimundo Lucier Marques Leal Júnior, Fernando Manoel Fernandes Fonseca, Luiz Euclides Coelho de Souza. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 18/01/1979. Ivan Lopes de Andrade, Pedro José Martin de Mello Filho, Sinfônio Brito Moraes. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 22/01/1979. Alberto Coutinho do Amaral, Miguel Elias de Souza Neto, Paulo Roberto Pamplona Pimenta, Márcio Dias Santos, Joel Buenano Macambira, José Pedro de Azevedo Martins, Theodomiro Gama Júnior, Vânia Maria Fernandes Barriga, Paulo Pedro Coutinho. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 24/01/1979. Waldemar Henrique O. Pereira, Luiz Gonzaga Teixeira do Amaral, Armando Barroso da Costa, Célia Maria Macedo, Henrique Pena Souza, Isabel Christina Cruz de S. Rodrigues, José Maria Cardoso, Megan Perry de Castro, Maria de Lourdes Coimbra, Maria da Graça Guimarães Ferreira, Maria de Lourdes Sobral, Milton Vaz de Camargo Filho, John Leal, Zélia Amador de Deus, Christine Pacheco Ribeiro, Edna Sherring. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 16/01/1979. Olavo de Faria Galvão, Jorge da Silva Raimundo, Maryan de Moraes, Evenice Almeida Santos, José Antônio Damásio Abib, Álvaro Sérgio Ribas Junqueira. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 07/02/1979. Gerson Luiz Blagitz, Eliana Bertolucci, Léa Maria Martins Salles, Alice da Silva Moreira. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 07/02/1979. Maria de Fátima Souza Mendes. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 08/02/1979. Maria Luiza Luz Távora. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 12/02/1979. Maria Luiza Bisi dos Santos, Lilia Silvestre Chaves, Luiz Ferreira França, Roberto Freitas Neves, Ezequiel Carneiro dos Santos, José Antônio da Silva Souza, Cláudio Cavalcanti Ribeiro, Lênio José Guerreiro de Faria, Cláudio Chaves Amanjás, Silvia Maria de Abreu Pereira. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 14/02/1979. Edgar Augusto Camarão Proença, João Januário Furtado Guedes, Ronaldo José Guerra

aproveitamento de Megan Parry de Castro, justificando que ela teria participado do Movimento “Luta pela Liberdade e Independência Esquerdista” em 1977⁴⁶⁷. O mesmo aconteceu em relação a Salomão Lopes Azulay, considerando seu passado de envolvimento em atividades subversivas, o inquérito que respondia à Aeronáutica e o fato de ter sido um dos atingidos pelo AI-5⁴⁶⁸.

O nome de Léa Maria Martins Salles também foi pontuado negativamente, o que foi motivado pela sua participação no DCE da UFPA, onde atuou como presidente. Durante o tempo de aluna da Universidade, segundo a vigilância, militou no movimento estudantil, “comparecendo a diversas reuniões de contestação ao regime, atuando em manifestações públicas contra o regime em vigor”. O documento ainda acrescentava que Léa era casada com Egídio Salles Filho, “também militante do movimento estudantil” e “advogado de defesa no julgamento dos universitários Paulo Fontelles, Luiz Maklouf e Hacilda Veiga”, levado a efeito pela Auditoria Militar da 8ª RM⁴⁶⁹. João Januário foi “barrado” pelo órgão de informação por ser coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos⁴⁷⁰. Para os demais, nada constava que fosse empecilho para o aproveitamento⁴⁷¹.

Nem sempre o SNI conseguiu obter as informações que solicitava à Universidade. Isso poderia acontecer por desconhecimento por parte da administração da UFPA a respeito do assunto em questão, ou mesmo, como ato de ocultar das autoridades informações, as quais se sabia que poderiam ser usadas em ações de repressão contra membros da comunidade acadêmica. Em julho de 1978, a ASI protocolou na Reitoria, “a fim de atender determinação superior”, solicitação de atestado com informações a respeito Octávio Ribeiro Guilhon, professor do Centro Socioeconômico. A resposta deveria conter detalhes, como “eficiência profissional, tendência ideológica, atitude em

de Oliveira, Raimundo Wilson Gama Raiol. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 16/02/1979. Álvaro Negrão do Espírito Santo, Ângela Maria Macêdo Mendes, Marilza Drago. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 08/03/1979. Francisco Luiz Maia, José Maria Pinho de Assis, Kunihiro Saito. Gabinete do reitor, Reservado, UFPA. Belém, 12/03/1979. José Ferreira de Paiva, Paulo Roberto Chaves Fernandes. Gabinete do reitor, Reservado, Belém, 14/03/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁶⁷ Informe nº 018/79, Confidencial, ASI/UFPA. 24/01/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁶⁸ Informe nº 030, Confidencial, ASI/UFPA. 30/01/1979.

⁴⁶⁹ Informe nº 046/79, Confidencial, UFPA. 13/02/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁷⁰ Informe nº 059/79, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 23/02/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁷¹ Informe nº 055/79, Confidencial, ASI/UFPA. 21/02/1979; Informe nº 076, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 16/03/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

relação às instituições vigentes, atividades subversivas, conduta civil e atividades profissionais anteriores”⁴⁷². O diretor do Centro, Adherbal Augusto Meira Mattos, foi frugal em sua resposta, apenas qualificando o docente como “profissional eficiente do Direito” e “nada conhecendo de desabonador quanto à sua conduta no seio desta Universidade, deixando de prestar informações quanto aos demais itens” por não serem os mesmos de seu conhecimento⁴⁷³.

Essas situações continuaram se repetindo, mesmo quando o regime militar parecia esmorecer. O reitor Aracy Barreto recebeu documento da ASI tratando de professores contratados pela universidade já no final de 1980⁴⁷⁴.

No dia 4 de julho de 1977, iniciou-se o mandato de quatro anos do ex-diretor do Centro Biomédico da UFPA, Aracy Amazonas Barreto como quinto reitor da Universidade, nomeado através de Decreto do presidente da República⁴⁷⁵. Recebeu uma instituição, segundo palavras de seu antecessor, Clóvis Malcher, na qual reinava “um clima de paz, de harmonia, de diálogo aberto, principalmente com os estudantes”⁴⁷⁶. A declaração, a qual foi destacada na manchete da página, foi dada justamente quando o ME voltava a fazer manifestações públicas de oposição ao regime em Belém. O que se viu nos anos foi o aumento da contestação promovida pelos estudantes universitários dentro da Universidade contra a ditadura, ao mesmo tempo em que foi mantido o aparato repressivo do SNI na UFPA, houve tentativas de boicotar órgãos de representação estudantil por parte da administração e a espionagem dentro do *campus* continuou seu trabalho sem qualquer oposição da reitoria. A paz, se havia, durou pouco.

2.3 “O Protetor de comunista”: a gestão do reitor Aloysio Chaves e a “Operação Tatu” (1969-1973)

Aqui nos perguntamos: para que tanta rigidez e punibilidade em relação a membros da comunidade acadêmica? Os atingidos representavam assim tanto perigo ao regime, ou as punições faziam parte do “teatro” encenado para demonstrar o poder das

⁴⁷² Ofício nº 164/78, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 28/07/1978. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁷³ Ofício nº 2488/78, UFPA. Belém, 07/08/1978; Ofício nº 006/78/GR, Confidencial, UFPA. Belém, 17/08/1978. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁷⁴ Informe nº 292/80, Confidencial, ASI/UFPA. 21/10/1980. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁷⁵ ARACY Barreto assume hoje a Reitoria da UFPA. **A Província do Pará**, Belém, p. 4, 4 jul. 1977.

⁴⁷⁶ CLIMA de paz e diálogo aberto na Universidade. **A Província do Pará**, Belém, 9 jun. 1977. 1º Caderno, p. 9.

autoridades e sua capacidade de antagonizar com as figuras que externalizavam alguma divergência ao modelo político proposto pelos golpistas de 1964? Temos a responder que, conquanto os dispositivos legais fossem instrumentalizações necessárias para demonstrar a força do militarismo contra civis “subversivos”, ou seja, para amedrontar o inimigo interno, eram, precipuamente, uma maneira de afastar “comunistas” das universidades, necessidade imperiosa para vencer a propalada “Guerra Revolucionária”.

Dito isso, queremos aqui fazer duas afirmações. Em primeiro lugar, a “Comunidade” (como os agentes de vigilância de vários órgãos se autodenominavam), verdadeiramente, acreditava que o Comunismo Internacional direcionava sua máquina de persuasão aos estudantes universitários, ou seja, não se tratava apenas de uma retórica política. Em segundo, ASI/UFPA foi criada, acima de tudo, para “caçar” os comunistas que supostamente atuavam no *campus*.

Em um curso de Segurança de Informações ministrado a agentes da “Comunidade”, o DSI/MEC explicou que comunistas exploraram as polêmicas em torno dos acordos MEC/USAID incitando os alunos a resistir à aplicação desses instrumentos educacionais nas universidades: as “ações e palavras impensadas foram cometidas por uma juventude explorada [pelo comunismo], juventude essa que, numa percentagem de 90%, nunca lera os referidos acordos”. O documento seguiu afirmando que, no Brasil, ocorriam tentativas de mudança do “regime democrático” para um “regime comunista”, em que políticos eram o principal instrumento para a difusão das ideias de Karl Marx. Tais políticos usariam o “sofisma” como peça importante para alcançar esse objetivo, de modo que encontravam guarida na imprensa e buscavam atingir a opinião pública. Os comunistas, explicava a DSI/MEC, seguiam determinadas linhas de ação. Assim, nas nações “não alinhadas” com Moscou (como era o caso do Brasil), empregavam agitadores “para suscitar o máximo possível de descontentamento”, particularmente entre os jovens estudantes⁴⁷⁷.

Os instrutores da Divisão estavam ali formando agentes para atuarem precipuamente nas universidades federais, como a UFPA, e identificarem elementos infiltrados pelo Comunismo Internacional e a serviço de Moscou. Esse trabalho já era feito desde 1964, mas, com a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações, subordinadas ao DSI/MEC, o monitoramento dos suspeitos se tornou mais amplo e ágil. No entanto, identificados os comunistas que atuavam nos *campi*, o que

⁴⁷⁷ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

fazer? O secretário-geral do CSN em 1968, general de brigada Jayme Portella de Mello, aduziu que a ausência de uma legislação específica para punir os subversivos era uma das causas das agitações daquele ano. Pois bem, o Decreto-Lei nº 477 de 1969 veio tapar essa brecha, possibilitando que o regime pudesse, como definiu Jarbas Passarinho, adotar uma “atitude cirúrgica num momento crítico de 68”⁴⁷⁸.

Em outubro de 1979, o Ministério do Exército remeteu ao SNI ensaio do que chamou de “contrapropaganda”, com algumas considerações sobre o Partido Comunista Brasileiro, visando permitir “uma melhor compreensão por parte do leigo no assunto” e como parte de “campanha de esclarecimento da opinião pública, em particular junto a entidades de classe estudantis”⁴⁷⁹.

O DSI/MEC também chegou a produzir material didático para explicar o que era e como poderia ser utilizada a “guerra psicológica”, indicando a contrapropaganda como uma arma efetiva na disputa. Segundo a Divisão, contrapropaganda era a forma de combate às teses do adversário, cuja estratégia era a de identificar os temas da propaganda adversa, atacar seus pontos fracos, desmoralizá-los, colocá-los em contradição com os fatos, evitar polêmicas e discussões e fazer predominar a superioridade intelectual⁴⁸⁰.

A obsessão anticomunista esteve, particularmente, presente no combate ideológico travado entre os muros das UFPA, o que não acabou mesmo após os expurgos promovidos entre os anos 1964 e 1969, transformado em uma “industrialização” esse sentimento com o intuito de propagar o medo e construir a imagem do inimigo a ser vigiado e punido. A documentação permite inferir que, para o SNI, as esquerdas deveriam ser eliminadas do convívio acadêmico, e essa inclinação fez-se presente durante toda a década de 1970, sobreviveu ao processo de distensão prometido pelos últimos presidentes militares e fez-se notar na documentação produzida após 1985.

O “Estatuto Original Reformado da Universidade do Pará” de 1963 conferia ao reitor amplos poderes. Nomeado diretamente pelo presidente da República, cabia-lhe coordenar, fiscalizar e inspecionar, pessoalmente, todas as atividades da Universidade, contratar professores, exercer poder disciplinar, dispensar ou remover seus funcionários,

⁴⁷⁸ PASSARINHO esclarece posição ante o 477. **A Província do Pará**, Belém, 2 jun. 1974. 1º Caderno, p. 10.

⁴⁷⁹ Informação nº 281, Ministério do Exército/Estado-Maior do Exército/2ª Seção. Brasília, DF, 18/10/1979. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁸⁰ “Guerra Psicológica”, DSI/MEC/Ministério da Educação e Cultura. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional [não foi possível precisar a data do documento].

administrar as finanças e determinar a aplicação de suas rendas. Mais ainda, o reitor poderia vetar resoluções do Conselho Universitário até três dias após a sua publicação⁴⁸¹.

Olhando objetivamente, as prerrogativas do gestor máximo da UFPA lhe conferiam uma posição de poder praticamente irrestrita. Todavia, devemos pensar as relações de dominação no âmbito das universidades, durante a ditadura militar, para além das imposições previstas na letra da lei, como os estatutos, a Reforma Universitária, o “Decreto 477” e o AI-5. Essas relações eram complexas e foram conduzidas conforme a realidade de cada *campus*, obedecendo às dinâmicas sociais locais e às estratégias de controle adotadas pelos reitores, os quais, nem sempre, optavam pelo uso da repressão para lidar com a comunidade acadêmica.

Ao golpe de 31 de março, seguiu-se uma política estatal de elidir das funções públicas e dos mandatos eletivos os elementos que representavam para o regime alguma ameaça. Toda a ânsia anticomunista, alimentada nos últimos meses de regime democrático pelos golpistas, que ajudaram a combalir a base política de João Goulart, finalmente, achou uma forma de ser canalizada. As perseguições aos “comunistas”, ou àquilo que se acreditava estar a eles associado, logo começaram em todas as esferas de governo.

Os professores da Universidade do Pará perseguidos politicamente pelo regime militar faziam parte desse rol de subversivos alvos de comissões criadas com o objetivo único de acossar opositores. No entanto, assim como nos outros meios, nem todos os envolvidos com o comunismo foram punidos⁴⁸², ou seja, alguns professores identificados pela vigilância que assumiam uma oposição ideológica à esquerda não foram desligados da Universidade ou impedidos de serem contratados por ela.

Isso ocorreu, porque, ocasionalmente, os reitores estavam dispostos a cooperar com os OIs. Em 1972, o DSI/MEC se queixou dessa falta de apoio nos Ministérios civis, em que os ocupantes dos mais altos cargos ainda não haviam se conscientizado sobre a importância das informações produzidas pelas Divisões e pouco se valiam dessas informações. Além disso, alguns ainda olhavam “com certa desconfiança” para os que trabalhavam nas DSI, mormente, quando se sabia da subordinação tríplice das “Divisões”

⁴⁸¹ UFPA. **Os Estatutos da UFPA**: edição histórica. Universidade Federal do Pará. Belém: EDUFPA, 2007. p. 125-166.

⁴⁸² Américo Silva, deputado federal (PTB), o qual teria, segundo a Comissão, “ligações íntima com os líderes do comunismo local” não foi cassado, por exemplo. Encaminhamento nº 151/SNI/ABSB/1971, Agência de Brasília/SNI. Brasília, DF, 28/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

(Ministério, SNI e Secretaria do CSN): “muitos ainda não perceberam bem o significado que um Serviço de Informações tem para a Segurança e o Desenvolvimento”, queixava-se o órgão. Ainda conforme o documento, pela falta de uma “mentalidade de Informações”, ocupantes de posições de chefia e de destaque nos órgãos governamentais deixavam de fornecer informações aos serviços especializados pelo “desconhecimento total das finalidades desses serviços, assim como do valor que poderiam ter as informações prestadas para a Segurança Nacional e para o Desenvolvimento do País”⁴⁸³.

O “afinamento” entre a Reitoria e a AESI era necessário para garantir a eficácia do controle acadêmico, e o reitor exerceu, nesse caso, um papel fundamental, interferindo diretamente na condução da denúncia. Deve-se destacar esse papel “moderador” dos dirigentes universitários ao longo da ditadura, dando conta de que havia limites na atuação dos órgãos repressivos dentro da UFPA. Em 4 de julho de 1973, por exemplo, Clóvis Malcher, agora como reitor, designou o servidor Alfredo Luiz Cordeiro Neto para responder pelo expediente da Assessoria na UFPA⁴⁸⁴.

A decisão ocorreu após ter dispensado, a pedido, Vinícius Martins de Oliveira Mello do cargo em comissão de chefe da AESI, o que fora comunicado ao chefe da agência do SNI no Pará, coronel Lauro Paraense de Farias⁴⁸⁵, no mesmo dia; e, no dia seguinte, ao diretor da DSI/MEC, coronel Pedro Vercillo. O reitor informou também a Farias e a Vercillo que decidiu suspender as atividades da Assessoria até que a “Divisão” liberasse o nome da pessoa escolhida para exercer o cargo de assessor e, durante esse período, ficaria funcionando apenas o serviço de protocolo, a cargo de Alfredo Neto, devidamente instruído a encaminhar toda e qualquer correspondência ao gabinete do reitor⁴⁸⁶. Clóvis Malcher poderia interferir, destarte, no funcionamento da AESI, tomando

⁴⁸³ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁸⁴ Portaria nº 642/73, MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 04/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁸⁵ Ofício nº GR/778/73, MEC/UFPA. Belém, 04/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁸⁶ Ofício nº GR/780/73, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Ofício GR/781/73, Reservado, MEC/UFPA. Belém, 05/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Meses depois, Mário da Silva Machado, responsável pela AESI/UFPA, enviou, em 13 de setembro de 1973, ofício direcionado ao reitor desaconselhando a contratação do professor Raymundo Heraldo Maués como professor naquela instituição. Esse entendimento foi construído após comunicado verbal feito pelo chefe da ABE/SNI, o qual transmitia ordem vinda do chefe do SNI de Brasília. Salvo a hipótese de que alguma nomeação seguida de dispensa em pouco tempo tenha ocorrido nesses dois meses, Mário Machado era o nome aguardado por Clóvis Malcher para que as atividades da Assessoria continuassem. Ofício nº 009/AESI/UFPA/73, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 13/09/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

decisões a respeito de seu trabalho, destituindo seu chefe assessor, designando um responsável temporário e recepcionando suas correspondências, ainda que por certo período.

Importante frisar que o documento – cujo assunto apresenta o termo “Comunicação” e dois carimbos com a marcação “Confidencial”, acima do cabeçalho e no rodapé – registra a circulação de uma informação vinda de Brasília, passando por órgãos intermediários, inclusive, com etapa de transmissão verbal, até chegar ao reitor da UFPA, ao qual caberia decidir sobre o caso, com discricionariedade, ainda que essa fosse aparente e formal. Explicitamente, pelo menos, o documento não trazia uma “ordem”, de modo que nos possibilita atribuir a Malcher um grau de liberdade de decisão, considerando que não seguir uma recomendação vinda do alto escalão do governo era um risco, o que limitava, consideravelmente, suas possibilidades de ação.

O reitor receberia, em pouco tempo depois, outra contraindicação. Dessa vez, o nome vetado foi o de João de Jesus Paes Loureiro, desaconselhado pelo ABE/SNI, conforme repassado pelo chefe da AESI, a ser “aproveitado na área universitária”⁴⁸⁷. Paes Loureiro era, na época, cogitado para o cargo de professor da disciplina História do Pará⁴⁸⁸. O “Serviço” conseguiu evitar a contratação do professor pela UFPA, mas o órgão continuou monitorando a atividade profissional do docente. Foi registrado que o professor atuava no Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP) como coordenador-geral do curso Unidade de Atualização da Mulher Amazônica (Unama) e como docente dessa faculdade. Foi notado também pelo SNI que, como professor da disciplina de Educação Artística na Escola Técnica Federal, pela qual havia sido contratado em março de 1972, planejava desenvolver atividades no campo do cinema⁴⁸⁹.

Em outro caso, o SNI registrou que, em agosto de 1973, o professor Ubiratan Rosário, titular da cadeira de Cultura Brasileira da UFPA, havia convidado o poeta João de Jesus Paes Loureiro para ministrar uma série de palestras sobre cinema. Ambos eram fichados nos Órgãos de Informações da área e faziam parte do chamado “bando comunista”, que se infiltrara na UFPA, do qual também fazia parte Zeno Veloso⁴⁹⁰.

⁴⁸⁷ Ofício Confidencial nº 018/73, MEC/UFPA/AESI. Belém, 01/11/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁴⁸⁸ Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁸⁹ Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁹⁰ Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

A AESI, instalada na UFPA, procurou o reitor para tratar sobre o assunto, o qual comunicou que “não dera autorização para realização da série de palestras”, e, portanto, elas não se realizariam. Entretanto, os encontros não só ocorreram como foi organizado um curso de “Iniciação ao Cinema” promovido pelo DA do CFCH, também ministrado por Paes Loureiro e desenvolvido no Núcleo Pioneiro do Guamá. A AESI lamentou em documento que “a Reitoria não tinha ingerência nas atividades dos Diretórios, a não ser quando as mesmas eram consideradas ilegais”⁴⁹¹. Pode ter ocorrido que a palestra tenha sido realizada mesmo sem a autorização da Reitoria, mas também é concebível que esta tenha autorizado ou, pelo menos, não imposto obstáculo para que ocorresse. Vejamos como isso se deu essa dinâmica no âmbito da UFPA durante a gestão do reitor Aloysio da Costa Chaves.

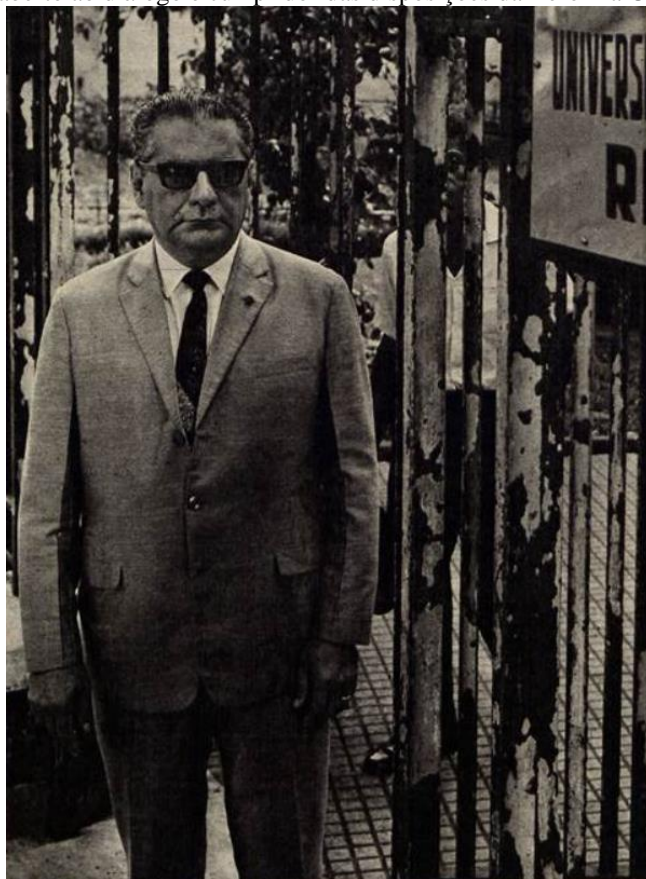
Houve uma articulação em 1969 para que o reitor Silveira Neto, há quase dez anos no poder, fosse substituído pelo professor da Faculdade de Direito, Aloysio Chaves, visto como alguém capaz de “lidar melhor” com a ditadura, o que seria possível graças ao seu parentesco com alguns militares. Ou seja, seria uma peça capaz de transitar entre a burocracia do regime⁴⁹².

Na esteira de uma luta por espaços dentro da UFPA, travou-se internamente embates entre os cursos de Medicina e Direito na disputa pelo poder político, o que, na prática, significava disputar o cargo de reitor. Silveira Neto e Aloysio Chaves se destacavam à frente dessas duas faculdades, respectivamente.

⁴⁹¹ Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

Figura 34 – Aloysio Chaves, em entrevista à revista *Manchete*, apresentou-se, ao mesmo tempo, como o um reitor aberto ao diálogo e cumpridor das disposições da Reforma Universitária



Fonte: Revista *Manchete*⁴⁹³.

Roberto Santos, Armando Mendes, Nelson Pinheiro, Aloysio Chaves e Orlando Sampaio Silva faziam oposição ao reitor, considerando Chaves nome mais apropriado também pela sua proximidade a Jarbas Passarinho e pela promessa de realizar uma gestão mais democrática na Universidade. Foi esse “homem do sistema”, de formação legalista, quem substituiu Silveira Neto, deu prosseguimento à Reforma Universitária na UFPA e realizou os primeiros concursos para professores. Angélica Maués, esposa de Heraldo Maués, foi uma das primeiras docentes contratadas por Chaves sob essa nova sistemática, apesar das contraindicações motivadas pelas atividades políticas do esposo⁴⁹⁴.

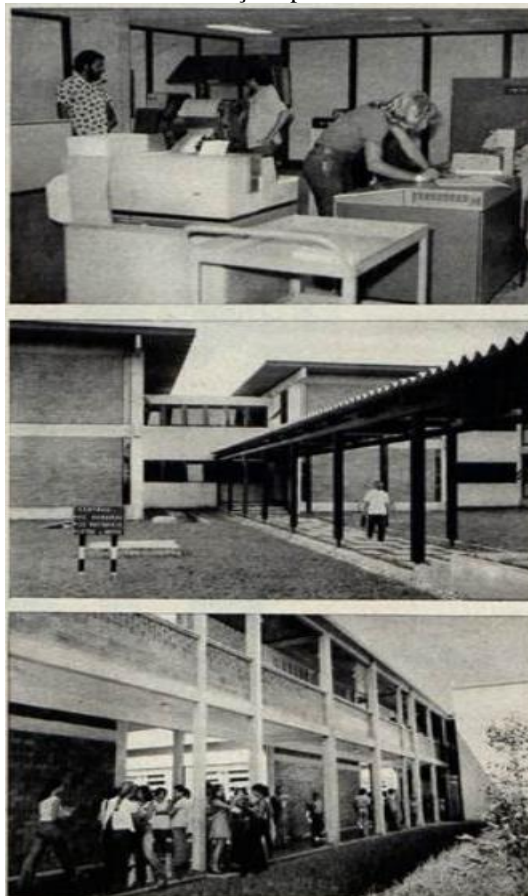
Na memória, não ficou conhecido como um reitor empreendedor, como foi seu antecessor, embora Chaves tenha construído quase todos os prédios do *campus*

⁴⁹³ RUMOS certos para o ensino. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

⁴⁹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raymundo Heraldo Maués. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

profissional, assim chamada uma parte do espaço ocupado pela UFPA no bairro do Guamá⁴⁹⁵. Ficou conhecido, na verdade, como o “protetor de comunistas”.

Figura 35 – Durante a gestão de Aloysio Chaves, a UFPA passou por modernização e expansão das instalações prediais



Fonte: Revista *Manchete*⁴⁹⁶.

Nota: nas fotografias acima, um laboratório de informática (primeira imagem) e o bloco do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (segunda e terceira imagens).

Ele aparece, nas memórias estudantis, como aquele que blindava algumas pessoas que poderiam ser alvo de perseguição dentro da UFPA. É o caso de Roberto Ribeiro Corrêa que, ao tratar da vexação por ele sofrida dentro da instituição, fez questão de frisar, em seu testemunho, que Chaves foi uma das figuras que protegia os prejudicados pelas delações direcionadas contra elementos considerados subversivos. “E quem nos protegeu se chama Aloysio Chaves, que é indicado pelo SNI como protetor de comunista”.

⁴⁹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (80 min 48 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 29 jun. 2019.

⁴⁹⁶ A UNIVERSIDADE acompanha o progresso. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 21, ed. 1103, p. 140, 9 jun. 1973.

Continua a testemunha: “então, mesmo nesse inferno que nós vivíamos, tinham lá alguns anjos, que pelo caráter não permitiu que fizessem”⁴⁹⁷.

A trajetória acadêmica de João de Jesus Paes Loureiro⁴⁹⁸, figura recorrente nos documentos do SNI, acabou também ligada à gestão de Aloysio Chaves. O poeta e advogado ingressou na Faculdade de Direito, formando-se em 1964. Esse foi um ano conturbado, com episódios de prisões de alunos da Universidade, entre eles, o próprio Loureiro, que acabou eleito orador da sua turma, em ação de solidariedade dos colegas. Às vésperas da colação, o “Comando Revolucionário” encaminhou documento à Faculdade, informando que, se fosse mantido como orador, o prédio no qual funcionava o curso seria interditado. Aloysio Chaves, na época, diretor da Faculdade, convocou uma reunião de colegiado para discutir o assunto.

Nessa época, a reunião dos professores lá do colegiado era tudo de beca, paletó, era tudo muito solene, o reitor também. Então ficaram os professores com o diretor da Faculdade reunidos na sala do Conselho, e a nossa turma reunida na nossa sala de aula. E o doutor Vanderlei Normando, que era nosso professor, ficou como intermediário. Ele trazia o recado de lá da reunião do colegiado e levava o nosso. O colegiado queria que a turma mudasse o orador para conciliar as coisas e etc. E a turma disse que não dava. Ficou nesse impasse horas a fio, até que, de repente alguém, que não me lembro quem, teve uma ideia de que eu seria mantido como orador, mas não pronunciaria o discurso. Quer dizer, acabaram criando um fato histórico, porque, pela primeira vez na história do Brasil e em uma faculdade de Direito no Brasil, o orador foi impedido de falar, embora mantido como orador. Quer dizer, o meu discurso, portanto, era o silêncio. De modo que assim ocorreu. E eu me lembro na colação, foi muito comovente, porque havia prontidão fora da Faculdade. Quer dizer, do Exército lá⁴⁹⁹.

No dia da colação, em dezembro de 1964, quando chegou o momento de Paes Loureiro ir à frente, junto ao seu pai, para completar a solenidade com a colocação do anel, toda a turma se levantou, ao que foram acompanhados pelos demais pais, paraninfos, membros do colegiado, Conselho da Universidade e professores. Todos aplaudindo de

⁴⁹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Roberto Ribeiro Corrêa.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (94 min 44 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1282>. Acesso em: 29 jun. 2019.

⁴⁹⁸ Nascido em Abaetetuba, em 1939, filho de sapateiro, deslocou-se para Belém para continuar os estudos ginasial e clássico/científico no Colégio do Carmo. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁴⁹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

pé, enquanto caminhavam os dois. “Era a maneira de as pessoas reagirem e apoiarem a indicação da turma e, digamos assim, reagir diante daquela imposição”. Naquele mesmo dia, o paraninfo da turma, Clóvis Malcher, que seria reitor da UFPA anos mais tarde, também se recusou a proferir seu discurso, em solidariedade a Paes Loureiro⁵⁰⁰.

A Universidade vivia um clima de tensão, conflito e medo naqueles primeiros meses de ditadura, bem diferente do que afirmou o então reitor Silveira Neto ao *O Globo* em outubro de 1964. Nas palavras do reitor, naquele momento, reinava o “perfeito entendimento entre professores, administradores e alunos”⁵⁰¹ na UFPA.

Parece que o protesto incomodou os militares, pois uma solenidade de formatura da turma do curso de Direito da UFPA viu novamente apenas um aluno pronunciar seu discurso como orador no final de 1966 quando os bacharelados escolheram o colega Raul Navegantes, segundo noticiou *O Liberal*. Na ocasião, o jornal temia que o aluno pudesse encontrar entraves para cumprir seu papel no evento⁵⁰².

Essa foi a primeira vez que Aloysio e Paes Loureiro viriam suas histórias se cruzarem. Chaves ocuparia o cargo máximo da Universidade alguns anos após o episódio da formatura da “Turma de 1964” e o ex-aluno continuou no “radar” do regime militar. Essa “atenção” dispendida pelas autoridades a Loureiro se deve a uma trajetória de militância iniciada antes mesmo do golpe, principalmente, na UAP, quando atuava em ações de integração entre política, cultura e arte. Isso o aproximou do Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela UNE para promover e fortalecer a cultura brasileira, a partir de suas raízes regionais. Nesse meio, conheceu figuras como Glauber Rocha, Cacá Diegues, Eneida de Moraes e Nara Leão em congressos promovidos pela entidade. Paes Loureiro se tornou elemento conhecido – cogitado, inclusive, para assumir a Presidência da UNE – entre a militância e, obviamente, entre os seus futuros algozes. Em janeiro de 1964, passou a integrar, como coordenador, projeto de fomento à cultura para o Brasil⁵⁰³, elaborado pela UNE, ao lado de nomes como Ferreira Gullar, Teresa Aragão, Cosme Alves Neto e Isa Guerra (líder nacional da AP). Isa era umas das militantes mais procuradas pelo regime, o que explica, também, a vigilância sofrida por Paes Loureiro,

⁵⁰⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵⁰¹ FALAM os Reitores sobre as suas Universidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 1964.

⁵⁰² PANORAMA universitário. **O Liberal**, Belém, 13 jun. 1966.

⁵⁰³ Informação nº 037, Confidencial, SNI/NABE/69. Belém, 24/03/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

dado que o regime estava em busca de informações que levassem aos “cabeças”⁵⁰⁴ do movimento estudantil nacional: “esses fatos todos é que alicerçaram no SNI nacional uma intenção de me envolver nesse tipo de pesquisa deles, de procura de prisões etc., porque eles achavam que podiam obter informações através da gente”. Resultado, o ex-aluno da Faculdade de Direito chegou a ser preso oito vezes durante a ditadura⁵⁰⁵, até mesmo, em 1968, ano em que Costa e Silva foi a Belém para a inauguração do *campus* do Guamá.

Os traumas foram se sucedendo e pioraram quando o regime lhe impediu de ingressar como docente na UFPA, já na gestão de Aloysio Chaves: “isso era um esmagamento também. Porque as duas coisas que para mim eram fundamentais, eram a poesia e o magistério. Quer dizer, eu escolhi o magistério em função da minha poesia”. Foram vários os exames de admissão prestados, obtendo o primeiro lugar em todos eles, mas preterido também em todos por causa de sua atuação política. Na primeira seleção, novamente os caminhos de Paes Loureiro e de Chaves se encontram:

O Aloysio até me falou o seguinte, que ele ficava com muita pena, mas ele já tinha batalhado muito para conseguir a contratação do Herald [Maués], que já tinha uma atividade anterior à minha. E ele disse que ele não tinha condições de se desgastar mais junto ao SNI lá em Brasília. Então ele um pouco lavou as mãos disso, mas ele foi decente, ele me chamou e me disse isso⁵⁰⁶.

Perguntado se a negativa não seria motivada por uma intenção do reitor em ser indicado como governador do Estado, a testemunha compara a postura de Chaves com a de Daniel Queima Coelho de Souza, na época, professor da Faculdade de Direito quando, finalmente, Paes Loureiro conseguiu ser contratado pela UFPA. Daniel, na época, insistiu com o agora reitor Aracy Amazonas Barreto (1977-1981), figura identificada com o regime, para que este admitisse sua contratação, depois de muitas tentativas.

Olhando depois a história, você percebe que não havia interesse em questionar, nem de se queimar junto ao SNI. Coisa que, por exemplo, o Daniel, que foi reitor e tinha, digamos assim, as pessoas tinham aspiração de que ele pudesse ser um governador etc. Ele não teve medo. Ele foi e defendeu a minha entrada

⁵⁰⁴ Em 1966, a testemunha foi indiciada no IPM do tenente-coronel Alacid Nunes e da Marinha (Rio de Janeiro) e também no IPM do tenente-coronel Décio, “ocasião em que declarou manter relações de amizade com Ira Guerra (do MEC) e Vera Margot Mogilka”. Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁰⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019. FALAM os Reitores sobre as suas Universidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 1964.

⁵⁰⁶ Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. Acesso em: 30 jun. 2019.

e ele me disse claramente: “olha, se tu entras pelo movimento dos estudantes, porque tu tens direito legal, tu passaste no concurso, foi publicado no Diário Oficial da União, tu vais ficar em uma situação muito delicada dentro da Universidade nessa fase. Tu vais ficar perseguido, vigiado etc. Então é melhor que a gente consiga validar o concurso independente dessa mobilização”. E ele tinha razão⁵⁰⁷.

Antes de Daniel de Souza, outro reitor, Clóvis Malcher (1973-1977), o mesmo que não pronunciou seu discurso na colação de grau da turma de Direito de 1964, em solidariedade à testemunha, preso meses antes, também recusou sua contratação em um dos processos seletivos para os quais havia se submetido e sido aprovado:

Eu acho que o Clóvis tinha certa timidez nessa situação. Ele era um homem muito simples. Foi ele que, inclusive, se recusou a dizer o discurso como paraninfo em solidariedade a mim. Isso o torturava como reitor, não ter a energia para poder, em Brasília, defender a minha contratação. Mas o caso dele era mais por uma espécie assim de timidez da parte dele e tudo mais. Não foi assim por adesão dele⁵⁰⁸.

Essa fonte apresenta como os reitores poderiam agir de maneiras diferentes em relação a casos semelhantes, dando conta de que os gestores da UFPA poderiam atuar com menor ou maior grau de cooperação com o SNI.

Urge citar o caso envolvendo Raymundo Heraldo Maués, aprovado em primeiro lugar em concurso para ingresso como docente da Faculdade de Filosofia, quando o próprio SNI relatou não ser autor de nenhuma contraíndicação que impedisse a nomeação do candidato⁵⁰⁹.

O NABE informou ao escritório central do SNI, em Brasília, que a Universidade Federal do Pará contratou três professores para ministrar a disciplina de Introdução à Filosofia, classificados em 2º, 3º e 4º lugares no processo de seleção, deixando de contratar Raymundo Heraldo Maués, o melhor colocado, alegando a Universidade que sua nomeação fora contraíndicada “por motivos de Segurança Nacional”. Ainda assim, o

⁵⁰⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵⁰⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵⁰⁹ Informação nº 073/SNI/NABE. Belém, 11/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

NABE afirmou desconhecer o assunto até receber do reitor ofício no qual é exposto o motivo de Maués não ter sido contratado⁵¹⁰.

Nesse ofício, Aloysio Chaves apenas informou ao SNI o motivo para que Maués tenha sido preterido e defendeu que a contratação dos demais docentes era importante para a implantação da Reforma Universitária e para que se desse o “início imediato das aulas, evitando graves prejuízos para o ensino naquele ano letivo, com indesejáveis repercussões no corpo discente”⁵¹¹. Ou seja, em nenhum momento, o reitor pediu subsídios ao NABE a respeito dos antecedentes do candidato, ou mesmo, indagou se ele poderia ser contratado.

O NABE pediu que o reitor Aloysio da Costa Chaves esclarecesse se a UFPA havia solicitado a “triagem político-ideológica” do candidato⁵¹², e teve como resposta que as nomeações dos aprovados “teriam que ser feitas como foram tendo a Reitoria o cuidado, obedecendo sua norma, de mandar investigar os antecedentes ideológicos daqueles sobre os quais” não possuía elementos que a informasse a esse respeito.

O reitor ainda acrescentou que a investigação foi procedida pelo assessor de Informação e Segurança da Universidade, major Alaudio de Oliveira Mello, oficial da Reserva do Exército, o qual apresentou à Universidade dados biográficos sobre os nove candidatos da seleção. Por essa relação, verificou-se que, no Quartel-General da 8ª Região Militar, o Maués estava fichado como elemento subversivo e era membro da AP, o que motivou a sua não contratação⁵¹³.

Resumindo: Aloysio Chaves realizou uma devassa por conta própria sobre a vida de Heraldo Maués, preterindo-o de ser contratado como docente da UFPA, mesmo sem qualquer contraindicação emanada pelo SNI. Além disso, a UFPA mantinha uma Assessoria de Informação e Segurança chefiada por um militar sobre o qual não conseguimos mais informações. Seu nome não consta em outros documentos produzidos pela Universidade, o que é um forte indício de que atuava em caráter extraoficial. Esse órgão não estava previsto no Regimento vigente da Universidade e não havia, nesse

⁵¹⁰ Informação nº 073/SNI/NABE. Belém, 11/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵¹¹ Aviso nº GR/0017/71, Gabinete do reitor/UFPA/MEC. Belém, 06/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵¹² Ofício nº 186/NABE/SNI. Belém, 10/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵¹³ Isidoro Maria da Silva Alves, membro do PCB e bolsista do Museu Emílio Goeldi, também não foi contratado por ter sido identificado como elemento subversivo. Ofício nº GR/26/71, Reitoria/UFPA/MEC. Belém, 11 de maio de 1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

dispositivo, qualquer previsão para triar candidatos ao cargo de professor em suas preferências ideológicas e políticas, como argumentou o reitor.

De todo modo, em suas memórias, Maués assim se referiu a Chaves: “eu presto uma homenagem muito grande ao Aloysio, porque apesar de [ser] um homem ligado à ditadura, ele tinha essa faceta legalista”⁵¹⁴. Vemos, aqui, um claro exemplo de uma memória construída em oposição ao registrado pela documentação confidencial.

Esses dados nos levam a afirmar que a AESI não era o único departamento que atuava na UFPA realizando atividade de espionagem. Em outro documento, vimos que existia, na gestão de Aloysio Chaves, um chefe de Serviço de Vigilância, tenente Pablo Peres Fernandez, ao qual o reitor chegou a recomendar que promovesse “constante e rigorosa vigilância, especialmente, no âmbito do *campus*”, para identificar qualquer tentativa de “articulação no meio estudantil de natureza subversiva de elementos agitadores”, que, segundo o reitor, procuravam, “por todos os meios, inocular seus princípios deletérios entre os universitários”⁵¹⁵.

A Prefeitura do Conjunto Universitário Pioneiro também foi utilizada por Aloysio Chaves para vigiar a comunidade acadêmica. O reitor chegou a mandar ofício para o prefeito do Conjunto, tenente Sérvulo Rafael Trindade, solicitando que, “no desempenho normal de suas funções”, exercesse “permanente e discreta fiscalização com propósito de identificar possíveis elementos ligados a qualquer movimento de natureza subversiva”. O dirigente estava se referindo àqueles que aliciavam “colegas para prática de atos de protestos, manifestações coletivas ou de contestação aos legítimos postulados do regime”⁵¹⁶.

Voltemos ao caso envolvendo Heraldo Maués. Meses depois, o reitor Aloysio Chaves novamente procurou o NABE. Só que, dessa vez, fazendo um histórico da vida profissional de Raymundo Maués, até mesmo, anexando depoimentos dos diretores de estabelecimento de ensino onde era professor e solicitando informações sobre os dados arquivados no SNI, a fim de que o citado fosse contratado pela UFPA como docente. O responsável pelo Serviço em Belém não escondeu sua inquietação quanto ao pedido

⁵¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raymundo Heraldo Maués. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

⁵¹⁵ Aviso nº 0023/71, Reservado, Gabinete da Reitoria/UFPA. Belém, 07/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵¹⁶ Ofício nº 0024/71, Reservado, Gabinete do reitor/UFPA. Belém, 07/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

protocolado pelo reitor, e, em mensagem encaminhada à agência de Brasília, falou que havia “dubiedade de conceito” por parte da Reitoria sobre o candidato, colocando o NABE “em situação difícil de interpretar o pensamento daquela autoridade em se tratando desse tipo de assunto”, visto ter o próprio reitor comunicado o SNI que o “impedimento de admissão do classificado em 1º lugar” foi ter constatado que havia motivos contra a sua indicação⁵¹⁷.

Em outras palavras, o general Mário Aldo Couto da Gama levantou dúvidas sobre a honestidade do juízo do reitor em avaliar a suspeição de elementos subversivos no âmbito de sua gestão à frente da UFPA e estranhou o pedido, haja vista que o próprio reitor já havia levantado dados suspeitos sobre o docente.

A Agência Central, em Brasília, devolveu a demanda para a filial de Belém, solicitando “aprofundamento” sobre a questão, mas não obteve resposta, de maneira que o caso ficou parado até junho de 1973 quando a CISA alertou o SNI acerca da “presença perigosa” de Maués no quadro de professores da UFPA. Quinze dias depois, o escritório do “Serviço” em Belém comunicou à Agência Central que, em agosto de 1972, o diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Antônio Vizeu, o havia indicado para a cadeira de Antropologia Cultural⁵¹⁸.

Comparando o depoimento de Heraldo Maués e os documentos sigilosos trocados entre o SNI e a Reitoria, percebemos que existe um conflito de narrativa. Está muito presente, na memória dos ex-estudantes e ex-professores, a perseguição política levada a cabo por Silveira Neto contra os alunos engajados nos movimentos internos e a noção de que havia uma relação “mais harmoniosa” com o dirigente seguinte e seu opositor, Aloysio Chaves, considerado mais “legalista”. Por um lado, isso demonstra que os reitores não necessariamente atuavam como instrumento de aplicação severa dos ditames autoritários do Estado, pois havia possibilidade de mediação, em que os dirigentes poderiam optar por saídas menos drásticas para solucionar conflitos internos. Em outras palavras, no dia a dia da UFPA, nem sempre os desmandos do SNI se faziam valer, ao passo que, ocasionalmente, os dirigentes atuavam conforme determinado pela “Comunidade”. Por outro, é notório que Chaves teve melhor habilidade em manter uma imagem “legalista” diante da comunidade acadêmica, ainda que não tenha deixado de ele

⁵¹⁷ Constava no SNI que Heraldo Maués pertencia ao 4º Grupo Tático Armado da Aliança Nacional Libertadora (ALN). Encaminhamento nº 158-/SNI-AC/NABE/SNI. Belém, 07/11/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵¹⁸ Documento de Informações nº 0628/16/AC/73/SNI. Brasília, DF, 15/10/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

mesmo vigiar elementos “perigosos”. É mais factível que Aloysio Chaves tenha “voltado atrás” por conta da pressão que sofreu por parte da comunidade acadêmica diante da injustiça da não contratação daquele que havia sido o melhor colocado no concurso.

Tudo dependia da dinâmica interna, das relações que se estabeleciam e com qual “subversivo” se estava tratando. Acontecia que esses sujeitos poderiam fazer parte dos mesmos ciclos sociais locais, o que também era um diferencial quando se buscava encontrar saídas negociadas para o problema da “subversão” dentro da Universidade. As relações sociais tinham peso e eram definidoras da maneira como cada “suspeito” era tratado e quais eram as possibilidades que tinha de transitar dentro da administração pública.

A documentação consultada indica que esses aspectos sociais também afetaram as decisões de outro reitor. Egídio Machado Salles Filho teve de enfrentar “burburinhos” e pressão do SNI junto ao reitor Clóvis Malcher para sua não contratação. Passando por cima das orientações do órgão de vigilância, Malcher resolveu admitir Egídio como professor da Universidade, constituindo-se mais um dos casos em que um dirigente universitário resolve não acatar recomendação vinda de “cima”. Sobre isso, a testemunha confere a seguinte explicação:

Então, o doutor Clóvis tinha uma formação humanista muito sólida, ele tinha convivido comigo como estudante do curso de Direito, porque ele foi diretor do Centro Socioeconômico, ao qual estava vinculado o curso de Direito. Então, o professor Clóvis me conhecia também por via familiar⁵¹⁹.

Esse é um exemplo de como relações pessoais interferiram diretamente na atuação dos reitores quanto à intensidade da repressão que o regime esperava que eles executassem nas universidades. Isso também deslinda como ex-alunos com histórico de subversão foram, poucos anos depois de deixar a Universidade, contratados como docentes, mesmo desaconselhados pelo SNI. Mesmo assim, Egídio não esconde seu ressentimento ao se lembrar de que nunca foi recomendado para ser contratado como professor da Faculdade de Direito na UFPA, área a qual se dedicou antes de iniciar seus estudos em Filosofia⁵²⁰. Isso pode ser explicado, para além das suas atividades

⁵¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019

⁵²⁰ Eram também professores do curso: onde atuou ao lado de Benedito Nunes e Terezinha Gueiros, Carlos Coimbra, Armando Avelar, José Carlos Castro e Hildeberto Mendes Bitar.

subversivas como aluno, pelo seu envolvimento nos processos dos padres franceses do Araguaia e de ex-alunos da UFPA processados segundo a Lei de Segurança Nacional no início da década de 1980⁵²¹.

Egídio foi identificado pelo SNI como um dos “prováveis cabeças”, na condição de presidente do DA de Ciências Humanas e Filosofia, do movimento de alunos que denunciaram à imprensa o presidente do DCE da UFPA em 1977, o qual estaria cometendo uma série de irregularidades no exercício da função⁵²². O SNI também registrou sua presença como membro do núcleo jurídico da SPDDH, eleito em reunião realizada na Igreja de Santa Terezinha, no bairro do Jurunas, em Belém, naquele mesmo ano⁵²³. E, como o professor já desconfiava, a vigilância não deixou de notar que Egídio Salles defendeu, perante a auditoria da 8ª CJM, “três militantes da SPDDH indiciados na Lei de Segurança Nacional”⁵²⁴.

A sua militância na SPDDH e na Comissão Pastoral da Terra (CPT) como advogado, atuando na defesa dos seus membros quando envolvidos em conflitos pela terra e em manifestações de rua, bem como sua ligação com comunistas, esquerdistas e com o “clero progressista” foram dados suficientes para que o SNI o incluísse no levantamento de elementos comunistas infiltrados na UFPA⁵²⁵.

Quanto à atuação de Chaves, um caso encontrado chamou atenção. Aleksei Turenko Júnior, aluno da Faculdade de Economia em 1968, mesmo ano em que foi eleito presidente da UAP, incentivou estudantes a irem às ruas para protestar pela morte de Edson Luís e coordenou o movimento estudantil “Tomada das Faculdades” em Belém. Constava que o elemento tinha seu nome anotado na agenda apreendida do padre Raul Tavares Coutinho, sacerdote tido por comunista. “Como estudante e universitário sempre estive envolvido em atividades de agitação e, como tal, foi preso várias vezes e fichado como comunista”, conforme descrito em relatório produzido pela vigilância. Com esse

⁵²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁵²² Informação nº 0835/116/ABE/77, Confidencial, NABE. Belém, 07/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵²³ Informação nº 22/2079-A/77, Confidencial, DSI/MINTER. Brasília, DF, 16/12/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵²⁴ Informação nº 0207/116, Confidencial, ABE/79. Belém, 29/03/1979. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵²⁵ Informação nº 0924/116, Confidencial, ABE/81. Belém, 29/12/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

histórico, Aleksei foi liberado pelo SNI para ocupar cargo na administração estadual do Pará durante o governo Aloysio Chaves. Detalhe, o citado era sócio em um escritório de advocacia pertencente a um filho do então ex-reitor da UFPA⁵²⁶.

O SNI ponderou que os dados levantados diziam respeito à época em que Aleksei era estudante e que, após a faculdade, diversos militantes abandonavam essas atividades⁵²⁷. No entanto, o mesmo critério não foi utilizado, por exemplo, na apreciação que o órgão fez a respeito do aproveitamento de João de Jesus Paes Loureiro para o cargo de professor da UFPA. Assim como Aleksei, Paes Loureiro há muito tempo havia terminado sua graduação, fora membro da UAP e chegou a ser preso em 1968.

Cito outro exemplo. Inocêncio Mártires Coelho, líder estudantil preso em 1964 por distribuir panfletos grevistas na Faculdade de Direito, foi citado em três IPM entre 1964 e 1966, tanto por oposição política ao regime quanto por crimes contra a administração pública, como funcionário da SPVEA (posteriormente chamada de SUDAM). Membro da AP, tinha contato, segundo a vigilância, com elementos comunistas, como o padre Raul Tavares. Inocêncio se livrou de todos os inquéritos, inclusive, em um houve extravio do volume que descrevia suas atividades subversivas, o que o SNI considerou fator para que os indiciados ficassem impunes. Pois bem, um sujeito com esse histórico foi nomeado, em 1970, para o cargo de vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas da UNB. A nomeação foi realizada pelo então reitor Caio Benjamin Dias e repercutiu, negativamente, dentro dos órgãos de informações e segurança. Nesse período, seu pai, Inocêncio Machado Coelho, exercia a chefia de gabinete do reitor Aloysio Chaves na UFPA⁵²⁸.

Anos mais tarde, Aloysio Chaves aparece interferindo na contratação de professores pela Universidade, mesmo após o fim de suas atividades como reitor, como governador do Estado do Pará. A testemunha agora é Raimundo Netuno Nobre Villas⁵²⁹,

⁵²⁶ Pedido de busca nº 702, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 19/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵²⁷ Encaminhamento nº 0075, Confidencial, 750/ABE/76. Belém, 20/01/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵²⁸ Informe nº 046, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 28/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵²⁹ Nascido em Abaetetuba, em 1944, filho de Engenheiro Agrônomo, passou a morar muito cedo em Belém, onde concluiu seus estudos, ginasial e científico, no Colégio Paes de Carvalho, em 1962, prestando vestibular, no ano seguinte, para o curso de Engenharia Mecânica. Premiado com uma bolsa de estudos no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Netuno abandonou o curso na UFPA e mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde cursou Geologia na UFRJ. Foi no Rio que manteve contato com toda a efervescência daquela conjuntura política pré-golpe, como o Comício da Central do Brasil, em 13 de março. Isso se intensifica nos anos seguintes quando esteve presente na “Passeata dos cem mil” no enterro do estudante Edson Luís e na invasão da Faculdade de Medicina em 1968. Naquele ano, foi preso e levado ao

ex-aluno da UFPA, preso⁵³⁰ no Rio de Janeiro por agentes de segurança, ocasião em que foi interrogado por agentes do SNI:

Mas eu sustentei, eu procurei não entrar em nenhuma contradição e sustentar que era realmente só uma revolta contra a ida de brasileiros. Eu era radicalmente contra guerras etc., contra a Guerra do Vietnã. Então, tentei focar ali. Claro que eles não devem ter aceitado a minha explicação, mas, de qualquer maneira, não viram também nenhuma ligação maior com atos terroristas. A guerrilha urbana já estava em pleno progresso. Não detectaram, e não havia realmente, eu não estava ligado a nenhum grupo terrorista. A AP não era muito de terrorismo⁵³¹.

Netuno foi condenado pela justiça militar e passou a viver na clandestinidade, o que o impediu de defender sua dissertação de Mestrado no Departamento de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nunca finalizada, vindo a ser aprovada sem uma defesa pública. Fugindo do País, via Colômbia, chegou aos Estados Unidos, onde permaneceu até 1976, após concluir o curso de Doutorado⁵³². O SNI continuou monitorando a vida de Raimundo Netuno nos Estados Unidos e apurou, em 1972, que o elemento residia em *Salt Lake City*, número 150, ao Sul da Rua Sete Leste, e frequentava curso na Universidade de Utah. Apurou também que sua esposa, Elem Maria Cutrim Villas, era “procurada por atividades subversivas em Belém do Pará”⁵³³.

Quando voltou a Belém, apresentou-se ao quartel da Aeronáutica, onde ficou detido por dois meses. O professor foi condenado à revelia em dezembro de 1970 a dois anos de reclusão pelo CPJ da 1ª Auditoria da Aeronáutica “pela prática de atividades

DOPS após ser pego distribuindo panfletos de propaganda da AP contra o envio de brasileiros para a Guerra do Vietnã na travessia Rio-Niterói. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raimundo Netuno Nobre Villas. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (64 min 7 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1280>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵³⁰ A prisão de Raimundo Netuno Nobre Villas ocorreu em fevereiro de 1968, conforme registrado pelo CENIMAR. Informe nº 0103, Confidencial, CENIMAR/Ministério da Marinha. Belém, 01/03/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁵³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raimundo Netuno Nobre Villas. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (64 min 7 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1280>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raimundo Netuno Nobre Villas. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (64 min 7 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1280>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵³³ Informação nº 0420, Confidencial, CISA/Gabinete do Ministro/Ministério da Aeronáutica. Belém, 12/10/1972. Fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

subversivas”. Apesar de ter a prisão decretada e o mandado expedido, não foi localizado por se achar foragido⁵³⁴.

Após cumprir parte da pena⁵³⁵ e ter sido solto, Netuno foi contratado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fapesp), órgão que gozava de certa independência dentro da Universidade. Ao lado de José Seixas Lourenço, elemento que já vinha sendo “acompanhado” pelo SNI⁵³⁶ desde 1971, integrou grupo científico da Fundação em projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP):

Com muita dificuldade, mas consegui. E, nesse particular, o Aloysio Chaves, apesar de toda a ligação dele com os governos militares, ele deu apoio. Muito por conta da interferência do sogro do Bassalo⁵³⁷, que mostrou que a intenção do grupo era muito mais acadêmica do que qualquer outra⁵³⁸.

Um dado: José Maria Filardo Bassalo era genro de Inocêncio Machado Coelho, que tinha sido chefe de gabinete de Aloysio Chaves em sua época como gestor. O serviço de inteligência da Aeronáutica, o CISA, apontou em relatório que Bassalo era “muito ligado” também a Carlos Alberto Dias. Segundo o CISA, Bassalo contou com a influência do sogro junto a Chaves para conseguir ajuda financeira do CNPq para que a Pós-Graduação em Geofísica fosse instalada em Belém⁵³⁹.

Agora voltando ao assunto envolvendo Raimundo Netuno. Recém-contratado e ciente da fama que o acompanhava, estava sempre atento a não cometer nenhum ato que o implicasse, chegando a omitir o nome “Netuno”, apresentando-se apenas como Raimundo Villas: “eu fiz a apresentação, mas com esse cuidado. Como eu estava dizendo, qualquer passo que a gente dava, a gente tinha que medir todas as consequências”. Apenas

⁵³⁴ Netuno foi incurso no artigo nº 33, I e II com o parágrafo único e artigo nº 38, II, do Decreto-Lei nº 314/67, tendo sido expedido mandado de prisão à Delegacia de Vigilância e Captura da Guanabara. Prontuário nº 00044/ABE/SNI. Belém [a última anotação do Prontuário é do dia 25/06/1973]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵³⁵ Não encontramos dados sobre os dois meses cumpridos. Segundo apuro o CISA, o retorno ao Brasil se deu em julho de 1976 e, em outubro do mesmo ano, o professor estava em liberdade, face a pena ter sido considerada prescrita. Nesse mesmo documento, a data da condenação foi descrita como tendo sido em 1972. Resposta Pedido de busca nº 0766, Confidencial, CISA/Ministério da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 04/10/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵³⁶ Informação nº 1566/01, Confidencial, ABE/75. Belém, 12/08/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵³⁷ Nesse trecho do testemunho, o ex-militante se referiu a José Maria Filardo Bassalo, o qual havia sido seu professor em tempos de estudante do Colégio Paes de Carvalho.

⁵³⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raimundo Netuno Nobre Villas. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (64 min 7 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1280>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵³⁹ Informação nº 127, Confidencial, DIS/COMZAE-1/Comando-Geral de Apoio/Ministério da Aeronáutica. Belém, 31/10/1973. Fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

foi contratado, de fato, pela UFPA, em 1979, mesmo sem ter realizado concurso, o que era possível para aqueles que possuíam o título de doutor⁵⁴⁰.

Essa postura de Chaves, intervindo para que professores com histórico subversivo fossem contratados pela UFPA, não passou despercebido pelo SNI, que se mostrou insatisfeito com a manobra. Em janeiro de 1976, a ABE/SNI, agência localizada em Belém, produziu um detalhado dossiê de quase cem páginas sobre atividades subversivas do PCdoB na UFPA, tendo como foco a trajetória “suspeita” de José Seixas Lourenço, aquele que havia indicado Raimundo Netuno para ser contratado pela Fadesp. O documento informava que Lourenço estudou no Colégio Paes de Carvalho, quando, na época, estruturava-se uma célula comunista no Centro Cívico Honorato Filgueiras, agremiação estudantil daquele educandário. O SNI citou os nomes daqueles que se destacavam, naquela época, em atividades de subversão no Pará. Não se dando bem na Universidade, por sempre criarem problemas, resolveram estudar em universidades do Sul do País, onde suas atividades passariam despercebidas, “conforme declarações pessoais do profícuo Luciano Santos”⁵⁴¹.

Segundo ainda a informação do órgão, obtidas em depoimento de Selma Martins de Oliveira (militante do PCdoB presa na Bahia), José Lourenço tomou conhecimento, como membro do Partido, de documentos relativos à área de guerrilha rural do Sudeste do Pará e possuía ligações com Carlos Alberto Dias da UFBA. Esse também seria ligado ao PCdoB e arregimentava universitários de tendências esquerdistas com características de liderança para introduzi-los na UFPA. Carlos Alberto Dias teria motivado que tais jovens fizessem pós-graduação em Geofísica, o que tornaria mais fácil sua inserção na Universidade, via curso de Geologia, área essa que interessava ao Partido, por conta das atividades práticas de campo. O SNI acrescenta, em tom admoestador: “contra todos os pareceres dos professores de Ciências Exatas, o grupo ‘Seixas Lourenço’ foi, então, introduzido na Universidade Federal do Pará”. Acrescentando que “o primeiro contato foi feito por Carlos Alberto Dias com o reitor [Aloysio Chaves], *que pretendia a governança do Estado* [grifo meu] e este aceitou a criação de um curso de pós-graduação

⁵⁴⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raimundo Netuno Nobre Villas. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (64 min 7 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1280>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁵⁴¹ Eram eles: Irawaldyr Wladner Moraes da Rocha, Raymundo Heraldo Maués, Roberto Lopes Valente, Roberto Ribeiro Corrêa, Fernando Augusto Fiuza de Melo, Elisa Viana Sá, Felix Emanuel Teixeira de Oliveira, Almerinda Freire da Silva, Maria Ieda Ribeiro Baturós, José de Jesus Lima Monteiro “e muitos outros que pontificam nas organizações de esquerda”. Informação nº 002/16/AC/76, Confidencial, SNI. Brasília, DF, 07/01/1976, Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

de Geofísica, proposta por aquele”. Por conta dessa negociação, onze professores de Geologia tiveram de ser afastados para cederem lugar ao novo grupo que chegava, composto por elementos que, na época de estudantes, tiveram participação na agitação e movimentos de esquerda, como José Haroldo da Silva Sá e Antônio Gomes de Oliveira. Assim como Lourenço, ambos graduados em Física (Figura 36). Para as atividades práticas de campo, o grupo escolheu uma área que cobria exatamente a estrada Garai/Couto de Magalhães, mais o trecho até Alacilândia, no Estado do Pará, o que correspondia a uma área de entrada para Marabá/Xambioá, com possibilidades de “cobertura” para as “entradas” de quadros do Partido⁵⁴².

A Divisão de Informações de Segurança da Aeronáutica também notou a relação entre Aloysio Chaves e o “Grupo de Geofísica” da UFPA, o qual contou para a sua implantação com “a cobertura do então Reitor” da Universidade⁵⁴³.

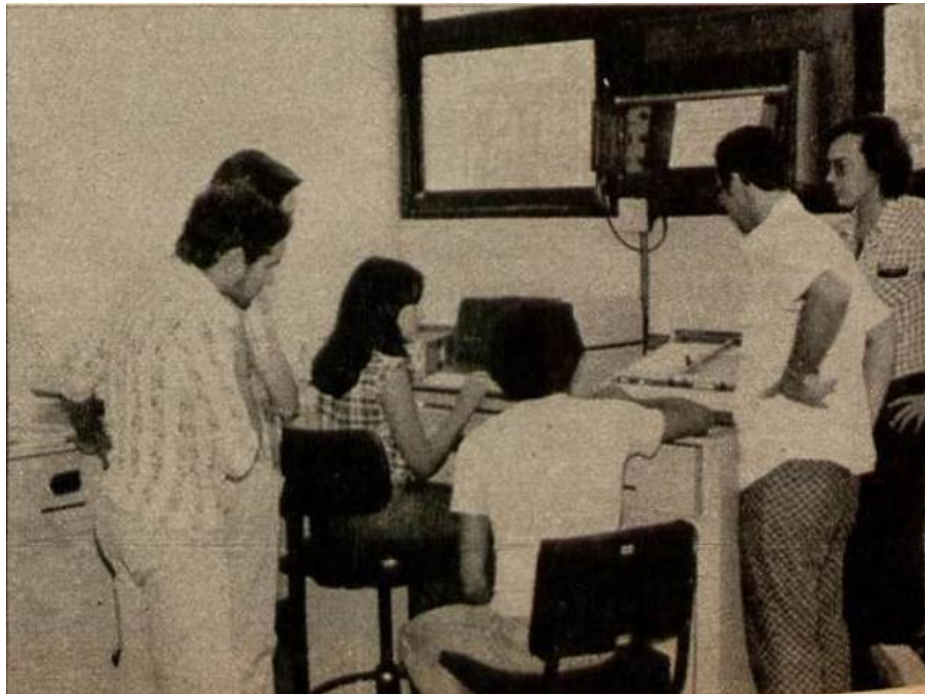
O relatório do SNI sublinhou que, em 1973, um informante do SNI que atuava na UFPA relatou uma série de anormalidades que estariam ocorrendo na Universidade, particularmente no Centro de Física. No depoimento de Selma Martins diante das autoridades de segurança, Lourenço é assim apresentado: amigo de Gileno Amado de Cerqueira Lopes (PCdoB/BA); vinculado ao PCdoB, como membro do Partido; viveu nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Berkley, com “Izabel de Tal”, onde realizavam trabalhos políticos, juntamente com outros brasileiros; Selma recebeu ordem para entregar a Lourenço documentação relativa à Guerrilha de Xambioá [ou Guerrilha do Araguaia]; quando de sua permanência em Salvador (BA), participou de um grupo que estava para se deslocar ao Pará, onde deveria realizar trabalhos de Geologia, e Lourenço ocuparia o cargo de diretor do Instituto de Geofísica na UFPA. O SNI enfatizou que José Seixas Lourenço foi nomeado professor de Geofísica na Universidade, sem nenhum concurso, assumindo a função de titular da cadeira, contrariando o regimento do MEC em vigor, bem como os pareceres firmados pelos professores Renato Conduru e Luciano Santos, diretor e vice-diretor do Centro de Ciências Exatas e Naturais da UFPA, respectivamente, o que gerou atritos em razão das “já conhecidas ideias esquerdistas do

⁵⁴² Informação nº 002/16/AC/76, Confidencial, SNI. Brasília, DF, 07/01/1976, Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁴³ Informação nº 127, Confidencial, DIS/COMZAE-1/Comando-Geral de Apoio/Ministério da Aeronáutica. Belém, 31/10/1973. Fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

nominado”: “fato levado ao conhecimento do reitor Aloysio Chaves, atual governador do Pará, *que nenhuma providência tomou* [grifo meu]”⁵⁴⁴.

Figura 36 – José Lourenço (primeiro da direita para a esquerda) acompanhando alunos no Núcleo de Geociências



Fonte: Revista *Manchete*⁵⁴⁵.

O relatório alude ao fato de que Lourenço foi designado como chefe do grupo pelo próprio PCdoB, e que, sendo amante de “Izabel de Tal”, da qual se separou em 1974, vivia, naquele momento, maritalmente com Jacira Felipe Beltrão, licenciada em Geologia pela UFPA. O elemento teria promovido, juntamente com Monteiro e o Grupo de Geofísica, a revalidação do diploma do geólogo José Maria Moreira, egresso da Universidade Patrice Lumumba (hoje chamada Universidade Russa da Amizade dos Povos, localizada na cidade de Moscou). Essa equipe, composta somente de professores, desde sua admissão na UFPA, iniciou trabalho de “endoutrinação” e aliciamento de alunos, os quais, já formados, compõem o quadro docente do curso de Geofísica da UFPA. Tais ex-alunos e, então, professores, foram “seduzidos” por promessas de melhorias das suas condições financeiras através da concessão de bolsa de estudo e estágios no exterior, bem como curso de pós-graduação e extensão àqueles que se

⁵⁴⁴ Informação nº 002/16/AC/76, Confidencial, SNI. Brasília, DF, 07/01/1976, Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁴⁵ UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44, 15 jul. 1978.

mostrassem receptivos às ideias do grupo, já bastante conhecidos na Universidade por suas ideias comunistas. Esses elementos, segue o SNI, obtiveram permissão permanente, pela Prefeitura da UFPA, para ingresso no *campus* Universitário do Guamá durante os sábados, domingos e feriados, o que facilitaria suas atividades no *campus*, mantendo, inclusive, contato com elementos suspeitos⁵⁴⁶.

Em abril de 1974, o professor Renato Pinheiro Conduru denunciou as atividades de agitação do grupo e a sua intenção de dominar vários setores da UFPA. Na denúncia encaminhada ao reitor Clóvis Malcher, chegou a sugerir que fosse nomeada comissão de inquérito formada, “se possível”, por integrantes da AESI, para que o grupo de “subversivos” fosse punido. Conduru, que também era diretor do CCEN, ameaçou renunciar ao cargo caso nenhuma providência fosse tomada⁵⁴⁷.

O SNI acrescentou que a *Rádio Moscou* havia noticiado que vários brasileiros manifestaram desejo de conhecer a União Soviética através de carta àquela agência noticiosa, dentre os vários nomes citados, constou o de Antônio Gomes de Oliveira, professor de Geofísica da UFPA, interessado em conhecer a Ucrânia. Segundo o documento, haveria possibilidades de que o PCdoB, através do grupo Seixas Lourenço, utilizasse territórios da Universidade destinados a trabalhos de campo, cujo responsável era Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro, como áreas de treinamento de guerrilha ou de entrada para subversivos que se destinavam à região do Araguaia. A operação do SNI já havia recolhido, até aquele momento, informações sobre quase todas as ligações de Lourenço, bem como daqueles que formariam o grupo-base de todas as decisões da equipe de Geofísica (José Francisco Ramos, José Gouveia Luiz, Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro, Adalberto da Costa Dias, Antônio Gomes de Oliveira e João Batista Correa), o qual manteria ligação com grupos subversivos da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. No entanto, a principal pista parece ter sido dada pelo depoimento de Selma Martins, tomado por termo no DOI/EX e no Comando Costeiro da Força Aérea, o qual apontou que esses elementos eram membros do PCdoB, que, “saindo da Bahia, vieram

⁵⁴⁶ Foram citados: Carlos Alberto Dias, diretor do Centro de Geofísica da UFPA; Carlos Alberto da Silva Lima, Instituto de Geociências da UNB; José Haroldo da Silva Sá, naquele momento, realizando estudos de pós-graduação em Geociência na USP; José Barros Corrêa Viegas, integrante da Frente Nacional Fluminense; com chineses ou coreanos não identificados, na própria UFPA; e, possivelmente, com Ângelo Arroyo, o “Joaquim”, responsável pelo setor Norte e Nordeste do PCdoB. Informação nº 002/16/AC/76, Confidencial, SNI. Brasília, DF, 07/01/1976, Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁴⁷ CONDURU, Renato Pinheiro. **Diretor do CCEN**. Destinatário: reitor da UFPA. Belém, 29 abr. 1974. Carta. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

para Belém com finalidade de estabelecer uma célula que atenda aos objetivos do grupo”. O SNI destacou o nível de organização daqueles elementos “de alto grau de inteligência” e “dotados de bom poder de análise” e, “com certeza, cientes de como atuam os órgãos de informações, dadas as medidas de segurança empregadas diariamente e que são apenas do conhecimento e do uso de subversivos”. Tudo levava a crer, pelos dados levantados, que as reuniões eram realizadas a portas fechadas na própria sala do Centro de Geofísica no *campus*, na residência de participantes do grupo e em granjas situadas nos arredores de Belém. O SNI assegurou, ao finalizar o relato, que o comandante da 8ª RM, em estreita ligação com os demais órgãos informações da área, prosseguiria nas “operações, ainda em caráter sigiloso e eminentemente especializado”, com a finalidade de dismantelar mais essa célula do PCdoB que estaria sendo instalada, progressivamente, na UFPA⁵⁴⁸.

Todos esses dados foram recolhidos durante operação promovida pela 8ª Região Militar, apelidada de “Operação Tatu”, de caráter confidencial, os quais foram recepcionados pela agência do SNI em Belém (NABE) e repassados para a Agência Central em Brasília. O documento, além de nos mostrar quão observada era a comunidade acadêmica naquele período, bem como da capacidade operacional dos órgãos de vigilância em reunir informações detalhadas sobre quaisquer elementos suspeitos, mostra-nos também as divergências que poderiam existir entre o SNI e as autoridades locais das universidades quanto à ação coercitiva necessária para combater o inimigo. Segundo o documento, o grupo de alunos do curso de Física se transferiu para universidades do Sul do País devido ao ambiente impróprio para atividades subversivas imposto pelo então reitor Silveira Neto.

Para o autor do relatório, major Amarcy de Castro e Araújo, Lourenço foi “introduzido” na UFPA após contato entre Carlos Dias e o reitor Aloysio Chaves, que, “visionário, pretendia a governança do Estado através da projeção que obtivesse com suas metas na Universidade”. De fato, continua o documento, “Aloysio da Costa Chaves aceitou a instalação de um curso de pós-graduação em Geofísica, conforme lhe propunha Carlos Alberto Dias”. E mais, o governador da Bahia, naquele momento, e ex-reitor da UFBA, “declarou a alguns professores, segundo Luciano Santos, que não entendia como Aloysio Chaves podia apoiar essa turma”.

O texto deixa claro que Lourenço foi contratado por Chaves, mesmo sem concurso, contrariando recomendações dos chefes do Centro de Ciências Exatas e

⁵⁴⁸ Informação nº 002/16/AC/76, Confidencial, SNI. Brasília, DF, 07/01/1976, Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Naturais (CCEN). Seus passos foram seguidos de perto pela “Operação Tatu”, que chegou a registrar uma reunião do grupo. Estavam presentes Armando Rocha Amoedo, Noêmia Amoedo, Francisco Pereira, Armando Mendes e Carlos Alberto Dias, esse último, segundo a operação, possivelmente, teria levado subsídios para uma reunião a ser realizada em São Paulo durante o mês de setembro de 1975⁵⁴⁹.

Quando Netuno, em seu depoimento, afirmou que cada passo deveria ser cuidadosamente calculado, ele não estava exagerando. As autoridades estavam alertando que os docentes do curso de Geofísica poderiam facilitar a entrada de guerrilheiros no Pará através da área disponibilizada pela UFPA para trabalhos de campo, área servida por uma estrada que ligava Guaraí (Belém-Brasília) a Couto Magalhães/Conceição do Araguaia, onde foi notada a presença de Ângelo Arroyo, o “Joaquim”, figura ligada a Carlos Dias. Dias, à época, coordenador do curso, era tido como sujeito altamente suspeito pelos espiões do SNI, porquanto mantinha ligações com PCB e era irmão do deputado estadual “anarquista esquerdista” Juvêncio Dias (ARENA/PA)⁵⁵⁰.

Ao buscar informações sobre a atuação de Aloysio Chaves, como reitor da UFPA durante os “anos de chumbo”, acabamos nos deparando com essa trama de vigilância que atingiu o corpo docente da Universidade, envolvendo vários atores, fossem eles membros da comunidade acadêmica, políticos importantes, agências de informações e informantes infiltrados. A operação chegou a grampear o telefone do professor José Lourenço, registrando contato telefônico deste com o professor Carlos Dias e com José Barros Corrêa Viegas no dia 10 de agosto de 1975.

Conforme apurou a “Operação Tatu”, José Bassalo⁵⁵¹ articulou para que Aloysio Chaves permitisse a admissão do grupo de Geofísica na UFPA. A operação, iniciada em 30 de julho de 1975, levantou dados a respeito de 38 pessoas ligadas a Lourenço, com o intuito de desbaratar uma possível célula do PCdoB na Universidade. E tudo isso foi realizado apenas em uma primeira fase de trabalhos. Para a segunda etapa, o major

⁵⁴⁹ Encaminhamento nº 2061/06/ABE/75, Confidencial, ABE. Belém, 06/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁵⁰ Encaminhamento nº 2061/06/ABE/75, Confidencial, ABE. Belém, 06/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁵¹ Tido pela vigilância como propagandista da introdução do grupo de Geofísica na UFPA, sobre o qual assim teria se referido: “o rolo compressor vem aí”. Bassalo também teria agredido fisicamente o professor Luciano, informante da vigilância, e era genro de Inocência Machado Coelho, elemento ligado a atividades subversivas em 1964. Encaminhamento nº 2061/06/ABE/75, Confidencial, ABE. Belém, 06/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Importante lembrar que Luciano Santos apresentou em 1973 denúncia a respeito de Bassalo ao diretor do CCEN, Renato Pinheiro Conduru, o qual, por sua vez, era agente da ASI/UFPA. Ofício nº 02-013/73/CCEN/UFPA. Belém, 12/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Amarcy sugeriu que fossem empregados pessoal altamente especializado, equipamentos eletrônicos, infiltração e métodos de entrada para descoberta de documentação, captação de diálogos etc.⁵⁵².

A “Operação Tatu”, segundo apurou o próprio SNI, foi finalizada em novembro de 1975, sem que fossem obtidas provas concretas da ação do “grupo do PCdoB” na UFPA. Embora o caso tenha chamado atenção do Órgão de Informações após receber, em 1973, denúncia de outro informante, identificado como sendo o professor Élcio Noli Campos. Élcio denunciou ao SNI que o reitor Aloysio Chaves havia contratado professores para o Núcleo de Geofísica e Geociências de maneira irregular, entre eles José Seixas Lourenço, o qual estaria “liderando um ‘grupo’ dentro da UFPA e iniciando um trabalho de doutrinação de massa” entre os alunos pertencentes ao último ano do curso de graduação em Geologia⁵⁵³.

Resultado: em maio de 1973, o reitor teve de esclarecer a AESI os motivos que o levaram a tomar tais medidas, ressaltando, em sua justificativa, que as contratações foram consequência de “convênio com a Comissão de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Ensino Superior Ministério da Educação e Cultura” e que bolsistas do CNPq foram incorporados ao quadro docente da UFPA para fortalecer o curso de pós-graduação em Geofísica⁵⁵⁴.

Outro dado chamou atenção nessa história. Em maio de 1973, Élcio havia sido demitido do cargo de professor, através de Portaria assinada pelo reitor Aloysio Chaves, por motivos disciplinares, visto que estava impedindo que os professores recém-contratados tivessem acesso aos laboratórios usados para aulas práticas⁵⁵⁵. O SNI, em seu levantamento do caso, embora tenha reconhecido que Élcio auxiliou os Órgãos de Informações durante a “Operação Tatu”, ressaltou que este “somente denunciou o ‘grupo’ de José Seixas Lourenço e outros após ter sido dispensado da UFPA”⁵⁵⁶. Ou seja, até mesmo o SNI, nas entrelinhas, insinuou qual teria sido a motivação do denunciante.

Em outro documento do SNI, novamente Aloysio Chaves é descrito como figura próxima a elementos considerados subversivos pelo regime. Ao tratar dos antecedentes

⁵⁵² Encaminhamento nº 2061/06/ABE/75, Confidencial, ABE. Belém, 06/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁵³ Informação nº 1922/032/ABE/76, Confidencial. Belém, 30/12/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁵⁴ Informação nº 375/76/AESI/UFPA, Confidencial. Belém, 22/11/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁵⁵ Portaria nº 509/73, Reitoria/UFPA. Belém, 17/05/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁵⁶ Informação nº 1922/032/ABE/76, Confidencial. Belém, 30/12/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

de Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau, advogado e professor universitário, a vigilância conseguiu levantar os seguintes dados: tendência esquerdista; “comunista independente, de classe e gabarito”; ligado à Ação Popular em 1964; contribuiu com o momento estudantil de 1968, como professor da Faculdade de Direito da UFPA; promoveu agitações contra o Governo Federal em reuniões do Conselho Universitário, do qual fazia parte; em 1969, liderou, ao lado de Almir Gabriel, Fernando Fiuza de Melo e Antônio Roberto Pinto Guimarães (todos apresentando “dados desabonadores quanto ao aspecto político-ideológico”), reunião no Colégio Nazaré, cujo tema era o combate aos anticoncepcionais e à ocupação da Amazônia pelos norte-americanos – “Terminada a reunião, instigou os estudantes a queimarem uma bandeira dos Estados Unidos em frente à sede do *United States Information Service*”; como líder católico, proferiu sermões dominicais em defesa dos Direitos Humanos; concedeu entrevistas à imprensa local criticando a exigência de atestado ideológico e defendendo a CNBB contra as acusações de infiltração comunista. Por fim, o SNI acentuou, no relatório, que Klautau, figura próxima a Jarbas Passarinho, teria tido influência na indicação de Aloysio Chaves ao cargo de reitor da UFPA⁵⁵⁷.

A aproximação entre Chaves e Klautau também foi notada pelo 4º Distrito Naval em Belém, quando apurou que Chaves “distinguiu”, em 1969, por indicação de Aldebaro Klautau, como reitor da UFPA, sendo Klautau “conhecido por sua tendência de esquerda”. Além disso, o documento informa que, durante a gestão de Aloysio Chaves, os três sub-reitores, eleitos quando entrou em vigor os novos estatutos da Universidade, pertenceram à AP. O reitor também teria escolhido para os cargos de diretor de Centro 1971 “elementos esquerdistas ligados a AP”, visando ser eleito “por unanimidade” novamente ao cargo máximo da UFPA no ano seguinte. A inteligência da Marinha notou ainda que o ex-reitor havia sido denunciado como agiota em carta de Carmem Nepomuceno enviada ao ministro da Fazenda. A informação teria sido desmentida pelo DSI/MEC, salientou o 4º DN, sem que este tivesse anexado cópia de documento sobre o assunto produzido pela SEGUP/PA a partir de informações prestadas pelo DESPS⁵⁵⁸.

É significativo evidenciar que o SNI se ocupou de levantar informações a respeito das relações do ex-reitor da UFPA, e então governador do Estado, com elementos

⁵⁵⁷ Informação nº 1805700/ABE/77. Belém, 30/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁵⁸ Informe nº 046, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 28/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

conhecidos por suas agitações políticas no âmbito estudantil. Fomos buscar nas fontes as possibilidades de ação por parte dos reitores durante a ditadura militar e acabamos nos deparando com um fato que denuncia a amplitude do aparato de repressão montado nas instituições civis, que não poupou nem mesmo o chefe do executivo estadual.

A historiografia sobre a atuação dos reitores, durante a ditadura militar, tem mostrado que houve oscilação entre colaboracionismo e resistência às intervenções do regime nas instituições de ensino superior. Com a “primeira onda de violência” iniciada logo após o golpe de 1964, as universidades foram atingidas pelo conservadorismo do novo regime e vários professores foram demitidos. Um caso emblemático ocorreu na UNB, em outubro de 1965, quando o reitor Laerte de Carvalho demitiu quinze professores de uma vez.

Em protesto, 223 docentes pediram demissão, o que significou o desligamento de quase 80% do corpo docente daquela universidade. Na “segunda onda de violência”, com o MEC agora coordenando a vigilância e as medidas punitivas de maneira mais direta, a perseguição ideológica se tornou mais evidente. Na USP, por exemplo, Florestan Fernandes, Paul Singer, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso foram desligados, apesar dos protestos do então reitor Hélio Lourenço de Oliveira. Na Unicamp, houve um cenário distinto. O reitor Zeferino Vaz, ao mesmo tempo em que implantou mudanças modernizadoras, antes até da Reforma Universitária, acolheu figuras promissoras para compor o corpo docente, não se importando com suas ideologias e, até mesmo, protegendo-os da perseguição do regime⁵⁵⁹.

Ao estudar a memória construída em torno de Vaz, Caio Navarro Toledo questiona se seriam adequadas formulações em que o adjetivam como um “combativo comunista fora da universidade, mas que, ao adentrá-la, ensarilhava as armas e rendia-se aos valores da tolerância e pluralismo teórico-ideológico”. Ou ainda, aquele que protegeu a comunidade acadêmica, não obstante fechar os olhos aos arbítrios perpetrados pelo regime fora do *campus*⁵⁶⁰.

Talvez nos cause alguma inquietação perceber que Aloysio Chaves, figura próxima a Jarbas Passarinho e pertencente à elite local do regime militar, tenha tomado atitudes consideradas de maior “tolerância” ideológica e política dentro da UFPA,

⁵⁵⁹ ALMEIDA, Ian Coelho; CAVALIERI, Marco Antônio. O marxismo nos departamentos de ciências econômicas no Brasil durante a ditadura militar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, p. 691-712, 2018.

⁵⁶⁰ TOLEDO, Caio Navarro. Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas?. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 119, 2015.

instituição, como sabemos, alvo da repressão desde os primeiros dias do golpe. Quiçá essa inquietação faça parte da inclinação comum dos historiadores ao escrever sobre a vida de um indivíduo, adotando uma análise histórica através de um modelo que “associa uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incerteza”.

Os historiadores, muitas vezes, imaginam “que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado” quando, na verdade, estão diante da “complexidade da identidade”, da formação progressiva e não linear dos indivíduos e de suas contradições. Seria de se esperar que Chaves obedecesse a “comportamentos-tipos” esperados dos dirigentes universitários, mas, assim que observamos a memória construída sobre sua gestão à frente da Reitoria, percebemos que havia um contexto que tornou atitudes inesperadas possíveis⁵⁶¹.

Talvez seja mais prudente, como sugeriu Pierre Bourdieu, considerar de antemão o contexto, ou o que ele chamou de “superfície social” em que os agentes históricos agem em espaços múltiplos e a todo instante, considerando o “conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos, a certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos”, sem se esquecer de que um mesmo indivíduo pode ocupar posições simultâneas em dado momento, permitindo-lhe “intervir como agente eficiente em diferentes campos”⁵⁶².

Não podemos deixar de sublinhar que Aloysio Chaves e as testemunhas, aqueles que constroem a memória sobre o reitor, faziam parte do mesmo grupo social: uma elite intelectualizada que tinha acesso à formação acadêmica superior, bastante restrita àquela época. Ao defender os interesses desses indivíduos, mesmo que contrariando as orientações emanadas pelas OIs, o reitor atendia, minimamente, aos interesses de membros da sua classe.

Além disso, pesa a favor do reitor que, durante sua gestão, a UFPA passou por um crescimento visível e inquestionável, entregando ao seu sucessor, Clóvis Malcher, uma instituição bem diferente daquela que havia recebido em 1969. Viu-se ali o fruto de quatro anos de investimento copioso por parte do regime, imediatamente, após os focos de sublevação que estouraram no *campus* durante as manifestações estudantis quando várias

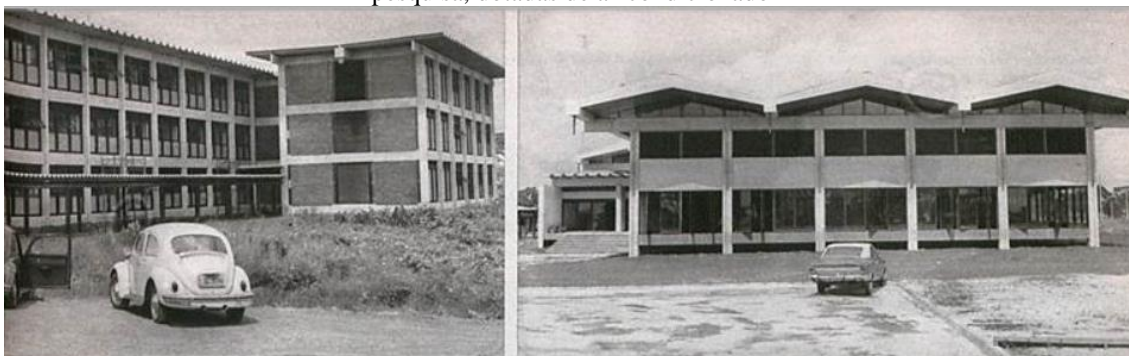
⁵⁶¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 169; 173; 176.

⁵⁶² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 190.

faculdades de Belém foram ocupadas e o ex-reitor, Silveira Neto, viu sua popularidade derreter. O remédio injetado pelos militares foi a transformação da UFPA em um exemplo de desenvolvimento regional, no caso, a importante região amazônica, e não faltaram recursos para realizar a intervenção.

Durante essa fase, os currículos foram reformulados e cursos foram criados, como Engenharia Química; licenciatura em Química; e licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas, totalizando, em 1973, 72 cursos de graduação. Foram criados o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e o Núcleo de Patologia Regional e Higiene. No final da gestão de Aloysio Chaves, havia 14 pavilhões de aulas teóricas e 5 laboratórios de pé e algumas outras estruturas em fase de construção. Ao mesmo tempo, o Fundo Especial de Pesquisas (FEP) financiava mais de trinta pesquisas nas áreas de ciências da natureza, biológicas e de saúde e tecnologia. A expansão do número de alunos também chamava atenção: de 2.986 em 1967, saltou para 11.158 em 1972⁵⁶³.

Figura 37 – À esquerda, o edifício do Centro de Ciências Biológicas, inaugurado por Jarbas Passarinho. À direita, a Biblioteca Central, que dispunha de salas para seminários e gabinetes individuais para pesquisa, dotadas de ar-condicionado



Fonte: Revista *Manchete*⁵⁶⁴.

Claramente, esse cenário ajudou a paliar a interferência autoritária que se promoveu dentro da UFPA e resultou na punição de alunos e professores, com a filtragem ideológica de elementos tidos por indesejados e na estruturação da vigilância dentro do *campus*, que avançava por debaixo dos panos, quase despercebida. Causa-nos estranheza

⁵⁶³ Os prédios eram: a Biblioteca Central, o Ginásio de Esportes, a Administração Central, o setor de Transportes, o Laboratório de Física, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o setor didático-administrativo do Centro de Letras e Artes, o Serviço de Computação e Estatística e o Centro de Ciências Exatas e Naturais. A UNIVERSIDADE acompanha o progresso. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 21, ed. 1103, p. 141, 9 jun. 1973. O número continuou em crescimento nos anos seguintes e, em 1978, eram 16 mil alunos, 14 mil só na graduação. UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

⁵⁶⁴ TEORIA e prática a serviço da integração. *Manchete*, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 310, 1 jan. 1973.

que, justamente no interstício conhecido por “anos de chumbo”, o regime tenha “produzido” um reitor tido por “protetor de comunista” e, segundo a memória construída, “menos autoritário”, mas foi justamente esse o caráter do autoritarismo militar: “morder e assoprar” no dizer popular. Por isso, nunca é demais reforçar: Aloysio Chaves era um homem do “sistema” e sua investidura ao cargo de governador do Estado, após deixar a Reitoria, denuncia seu alinhamento à ditadura.

Figura 38 – Foto interna tirada do Laboratório de Ciências Biológicas, com aparelhos necessários ao ensino prático



Fonte: Revista *Manchete*⁵⁶⁵.

Além das interferências de laços sociais, assegurar o desenvolvimento científico da Universidade, limitado, muitas vezes, pela filtragem ideológica, e evitar desgaste com os estudantes e demais docentes eram uma estratégia adotada por alguns reitores para ganhar alguma estabilidade política dentro das instituições e evitar confrontos diretos com a comunidade acadêmica.

Isso não fez de Chaves um protetor de comunistas tampouco um foco de resistência dentro da UFPA, na verdade, ele apenas jogou com as regras ali dispostas e soube fazer ajustes e acomodações para o sistema funcionar e, acima de tudo, como bem

⁵⁶⁵ TEORIA e prática a serviço da integração. **Manchete**, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 310, 1 jan. 1973.

dito nas palavras elogiosas proferidas por Ernesto Geisel a seu respeito quando este esteve em Santarém (PA): “conviveu muito bem com o Governo Federal”⁵⁶⁶ (Figura 39).

Figura 39 – Da esquerda para a direita: Clóvis Moraes Rego (vice-governador do Estado do Pará), Ernesto Geisel (presidente da República) e Aloysio Chaves (governador do Estado do Pará e ex-reitor da UFPA)



Fonte: *A Província do Pará*⁵⁶⁷.

Nota: a fotografia foi tirada em audiência especial no Palácio do Planalto no dia 9 de outubro de 1974.

Dizendo de outra forma, não era interessante a nenhum reitor, naquele momento, desobedecer pura e simplesmente ao regime, assim como não seria visto como ético, decente e humano denunciar seus correligionários (colegas, discentes e técnicos) às autoridades, por isso eles estavam entre o algoz e o protetor, o possível e o imponderável. Havia uma negociação e uma forma de lidar com a vigilância e com o controle.

De todo modo, é significativo pontuar que, na memória de ex-alunos e ex-professores, a imagem que prevaleceu de Chaves foi a de um dirigente democrático e menos intransigente. Essa memória é fruto da habilidade do reitor de acomodar interesses e propor mais diálogo com os estudantes, inquietos com o modelo de reforma que vinha sendo construído pelo regime. Em 1969, Chaves criou uma comissão, que elaborou o novo “Plano de Reestruturação da UFPA”, composta por alunos e professores. O grupo constituiu texto do anteprojeto de reforma da Universidade, aprovado em seguida⁵⁶⁸.

⁵⁶⁶ GEISEL, Ernesto. **Discursos**: 1978. v. V. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1979. 623 p. p. 416.

⁵⁶⁷ GEISEL recebeu Aloysio Chaves e Clóvis Malcher. **A Província do Pará**, Belém, ano XCVIII, n. 24520, 10 abr. 1974.

⁵⁶⁸ Encaminhamento n° 0075, Confidencial, 750/ABE/76. Belém, 20/01/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Durante sua gestão, foram criados os Grupos de Trabalho Especial (GTE), encarregados de efetuar a revisão dos currículos das faculdades, visando à implantação da Reforma Universitária na UFPA. Cada curso era representado por um discente eleito por seus colegas⁵⁶⁹. Eram formas de diálogos abertas pela própria Reitoria.

O reitor também se ocupou de construir essa narrativa em torno de si. Durante entrevista à revista *Manchete*, em 1970, quis ressaltar a regulamentação da representação estudantil nos órgãos colegiados através da Resolução nº 25, de 23 de outubro de 1969, o que, segundo o Aloysio Chaves, garantiria aos discentes a participação, “com direito a voz e veto”, na Assembleia Universitária, no Conselho Universitário, nos departamentos, nas Congregações ou nos órgãos equivalentes e nos Conselhos Departamentais. “Nenhum órgão colegiado ou comissão funcionará na Universidade sem que em sua composição esteja prevista a participação de, pelo menos, um aluno”, comentou à época, acrescentando que os alunos também poderiam participar na escolha dos administradores da UFPA.

Chaves frisou que o diálogo era para ele uma “área sagrada”, sobre a qual estaria sempre atento, ao passo que abrisse as portas da Reitoria para ouvir os alunos sem formalismo, “recebendo, em menos de quatro meses, dezenas de grupos de estudantes de diferentes unidades”, mas também “visitando faculdades e escolas, entrando em contato direto com o corpo discente”⁵⁷⁰.

Creio que parte dessa construção decorra também do fato de que Aloysio Chaves sucedeu a Silveira Neto, reitor que acumulou muitos desgastes com a comunidade acadêmica durante os anos que ocupou o cargo máximo da UFPA. Atitude essa que também não era considerada a mais adequada pelo SNI.

Em relatório produzido, em outubro de 1968, sobre a participação de professores nas manifestações estudantis na UFPA, o “Serviço” chegou a insinuar que a postura adotada por Silveira Neto, reitor naquele momento, seria uma das causas das deflagrações na Universidade. Consta no documento que se tratava de uma figura acusada de ser “demasiadamente autoritária, não tendo a necessária comunicação com o corpo docente e discente, não procurando evitar ou apaziguar os atritos” que ocorriam, “inclusive, com a própria Reitoria”.

O SNI fez questão de sublinhar que Silveira Neto já estava há oito anos ocupando o cargo e que, no mês de dezembro daquele ano, encerraria seu segundo mandato, cujo

⁵⁶⁹ NOSSOS representantes nos GTE's. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 3, 21 maio 1970.

⁵⁷⁰ RUMOS certos para o ensino. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

substituto deveria ser indicado a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário. Convocação não realizada até aquele momento, pois, segundo o relatório da vigilância, Silveira Neto aguardava a “Reforma Universitária”, que traria “profundas modificações para a Universidade”⁵⁷¹.

No âmbito da política interna da UFPA, a corrosão da imagem do reitor Silveira Neto também foi uma herança das manifestações estudantis ocorridas naquele ano. O reitor teve de lidar, além da exposição na imprensa local, com o desgaste com professores e diretores de faculdades e com seu nome em cartazes levantados pelos alunos pelas ruas da cidade. O próprio SNI, como podemos ver, mostrou incômodo com a postura “autoritária” do dirigente, não porque o autoritarismo incomodava o “Serviço”, mas porque a ausência de habilidade, demonstrada pelo reitor para lidar com conflitos internos havia entrincheirado a UFPA, o que não era também interessante para o governo.

O perfil de reitor seria alguém que conseguisse achar um equilíbrio entre repressão e conciliação. Os primeiros anos do AI-5 e do “Decreto-Lei 477” coincidiram com a gestão do reitor Aloysio Chaves, o qual costuma ser representado, na memória de ex-docentes, como uma figura menos autoritária que seu antecessor, José Silveira Neto. Essa construção foi bastante influenciada pela relação mais amistosa que Chaves procurou construir com os professores e alunos, mesmo aqueles que carregavam histórico de subversão e envolvimento em ações de oposição ao regime. Ainda assim, a administração de Aloysio Chaves foi marcada pela ação repressiva da ditadura, que não mostrou sinais de atenuação. Em documento enviado ao SNI, Chaves afirmou que fazia “exercer severa vigilância em todas as áreas da Universidade”.

O reitor ressaltou que não cedia auditórios ou quaisquer outras dependências das unidades acadêmicas para reuniões que não tivessem caráter didático, enquanto as reuniões, autorizadas previamente, eram realizadas com a “supervisão de professores idôneos”. Não eram permitidos “agrupamentos de alunos à espera de aulas” que não fossem “sob as vistas das autoridades universitárias”. Da mesma maneira, o reitor proibiu o empréstimo de “ônibus, caminhonetes ou qualquer outra viatura da Universidade para excursões recreativas de estudantes ou de professores”. Prosseguiu Aloysio Chaves, garantindo ao seu interlocutor, coronel Pedro Vercillo, que mantinha “no *campus* e fora dele pessoal suficiente para controle de qualquer atividade”. E, além disso, “muitas outras

⁵⁷¹ Informe nº 10/SNI/NABE/68. Belém, 21/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

providências discretas, inesperadas, ocasionais, de sorte que permitam, como se diz, sentir o pulsar da instituição”⁵⁷².

A ascensão de Aloysio Chaves ao cargo de reitor, figura mais tolerável pela comunidade acadêmica por demonstrar maior capacidade de diálogo e ponderação diante das contendas que surgiam no *campus*, é representada na memória de ex-alunos e ex-professores como uma vitória do movimento de resistência na Universidade, o qual, nessa visão, teria conseguido derrubar o nome indicado por quem ocupou a cadeira por mais de oito anos.

Sem desconsiderar que a rejeição por parte do regime do candidato apoiado por Silveira Neto representou uma vitória para o movimento estudantil e para os docentes que faziam oposição ao reitor, finalmente livres daquele que exerceu com autoritarismo sua função, não podemos também deixar de enxergar que a condução de Chaves ao cargo foi uma estratégia usada pelos militares para resolver o problema da subversão naquele espaço. Aloysio Chaves enfrentou um clima de agitação e conflito menor do que seu antecessor. Evidentemente, o Decreto “477” e o AI-5 tornaram isso possível, todavia a habilidade demonstrada pelo novo reitor de evitar desgastes desnecessários com os estudantes e de acomodar interesses junto ao corpo docente atendia à necessidade do regime⁵⁷³, que não queria reviver os acontecimentos de 1968. Chaves era o nome certo para que a ditadura pudesse dar prosseguimento à Reforma Universitária em um contexto menos caótico do que aquele provocado pela falta de habilidade conciliadora vista na gestão anterior.

2.4 “‘O pau cantou’: UFPA e o Movimento Estudantil nos ‘anos de chumbo’ (1969-1973)”

Em um encarte especial da revista *Manchete*, publicado em 1973, a ditadura apresentava o resultado do seu projeto de intervenção na UFPA. Alunos sorridentes e prédios imponentes compunham o cenário da instituição que vinha desempenhando um “papel preponderante no processo de evolução cultural da região amazônica, com visíveis repercussões em sua estrutura socioeconômica”. O regime exaltou os resultados

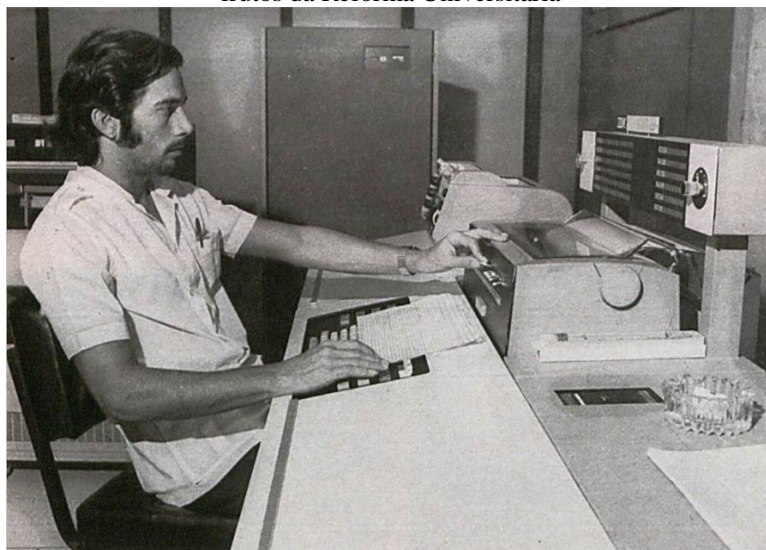
⁵⁷² Ofício nº 018/72, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 27/04/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁷³ Isso evidencia o que Rodrigo Motta chamou de “jogos ambíguos e sutis de negociação”, visíveis durante a ditadura militar no Brasil. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do Regime Militar nos *campi*: as Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 34, 2008.

alcançados nos 16 anos de existência da Universidade: 9 mil alunos (mais do que o quádruplo dos 2.500 de 1966), 31 cursos de graduação, 850 professores e um *campus* “ecologicamente concebido”. Destacou-se: a Reforma Universitária havia sido implantada ali, onde houve uma fácil assimilação dos conceitos do projeto, cuja consolidação era “um fato irrefutável no Pará”⁵⁷⁴.

A UFPA era a vitrine da política educacional da ditadura e do programa de integração da Amazônia às demais áreas do País. “Teoria e prática a serviço da integração” era o título da reportagem-propaganda que, além de ressaltar o papel da Universidade na redução da distância que separava o Pará e a região “das médias nacionais”, reforçava a “integração do corpo discente”, supostamente promovida pela Reforma Universitária, como descrito em uma das legendas. Concluiu o texto: “o otimismo que hoje invade a Universidade Federal do Pará nada mais é que um reflexo da tranquilidade, da confiança, que inspiram os responsáveis pelo destino da nação”⁵⁷⁵.

Figura 40 – Aparelhos de computação disponíveis na UFPA foram exibidos pelo regime como um dos frutos da Reforma Universitária

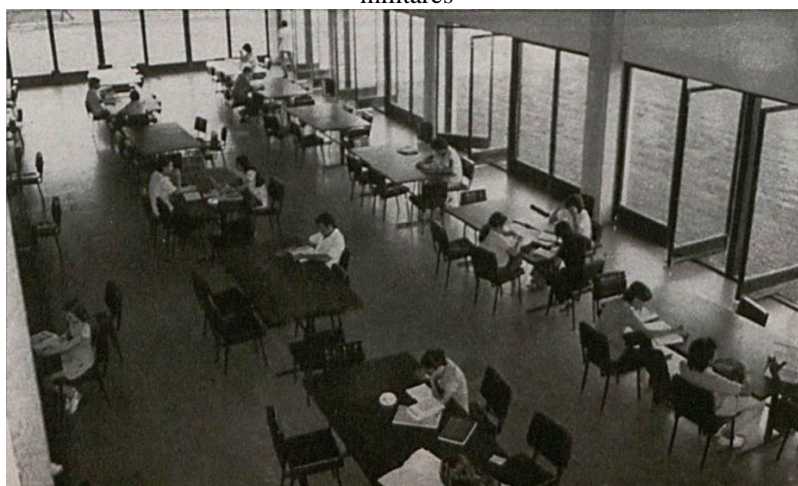


Fonte: Revista *Manchete*.

⁵⁷⁴ TEORIA e prática a serviço da integração. **Manchete**, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 313-312, 1 jan. 1973.

⁵⁷⁵ TEORIA e prática a serviço da integração. **Manchete**, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 313-312, 1 jan. 1973.

Figura 41 – A Biblioteca Central, frequentada por cerca de 200 pessoas por dia, era outro troféu dos militares



Fonte: Revista *Manchete*.

Porém, essa é apenas uma parte da história. Por trás dessa apresentação, outra realidade, outra narrativa e outra memória conferem outros contornos sobre o que foi esse momento na UFPA.

Já na vigência do Ato Institucional nº 5, o chamado AI-5, em fevereiro de 1969, o então presidente da República, Artur da Costa e Silva, sancionou o Decreto-Lei nº 477/1969, o qual definia as infrações praticadas por alunos de estabelecimentos de ensino público no País, sendo revogado apenas em 1979. Sob esse decreto, estudantes da UFPA foram perseguidos e punidos⁵⁷⁶ por supostamente integrarem movimentos subversivos e praticarem ato contrário à moral ou à ordem pública.

É nesse recorte temporal, no espaço da Universidade, que se desenrolaram as lutas cotidianas de estudantes que enfrentaram a ditadura militar através de táticas que possibilitaram a manutenção do movimento estudantil, ator político coletivo, apesar da vigilância levada a cabo por autoridades acadêmicas⁵⁷⁷, de modo a questionar o regime e resistir às várias formas de autoritarismo.

Nesse sentido, estamos diante de tipos diferentes de organização estudantil⁵⁷⁸, agora em outros espaços, que não as ruas e grandes passeatas, como as registradas em

⁵⁷⁶ As punições elencadas pelo dispositivo previam o desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.

⁵⁷⁷ Como os reitores Aloysio da Costa Chaves (1969-1973) e Clóvis Cunha da Gama Malcher (1973-1977).

⁵⁷⁸ As experiências estudantis em países do Cone Sul, os quais também enfrentaram regimes ditatoriais, são apresentadas por Maria Paula Araújo. ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha. (Org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

1968, estas já muito estudadas pelos historiadores⁵⁷⁹, ou ainda, quanto à participação na luta armada. Nosso olhar se volta para o *campus* para conhecer as experiências vividas pelos estudantes universitários paraenses na década 1970 em tempos de repressão.

Apesar dos muitos trabalhos historiográficos dedicados ao movimento estudantil⁵⁸⁰, ainda se conhece pouco a respeito do cotidiano nas universidades durante a vigência do AI-5, tratando-se, pois, de um campo de estudo jovem. São mais comuns trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre a luta travada entre o movimento estudantil e o regime militar no espaço das ruas quando grandes protestos irromperam em vários lugares do País em 1968.

No caso do Pará, as manifestações estudantis de rua foram se exaurindo já no final de 1968. No dia 22 de novembro, ainda foi promovido o “Dia Nacional do Protesto” e, no dia 11 de janeiro de 1969, foi possível a realização de passeata estudantil na Avenida Generalíssimo Deodoro, dissolvida pela polícia militar⁵⁸¹. Depois disso, prevaleceu um campo de luta em outros espaços.

A resistência estudantil no dia a dia das universidades, maiormente, durante o período conhecido por “anos de chumbo”, ainda constitui um debate pouco explorado. Com a proibição de atividades políticas e das antigas organizações e com a vigência do “Decreto 477”, o “AI-5 da educação” como ficou conhecido, os estudantes universitários precisaram buscar outras formas de atuação. Nessa linha de reflexão, questionamos a historiografia que ignora essa nova modalidade de ação nessa fase da ditadura militar e tenta reduzir as ações estudantis às atividades “ilegais”. Segundo essa linha, o movimento estudantil foi se juntando à militância clandestina, “dedicando-se *exclusivamente* [grifo meu] a ela depois do “fechamento” total com o AI-5, que não deixava lugar para a luta nas escolas, nem para as lideranças, nem para as massas universitárias”⁵⁸².

Neste tópico, buscaremos demonstrar que essa assertiva é frágil. Ficamos com a percepção, externalizada por Luiz Carlos Prestes em 1979, após seu retorno do exílio. Nas palavras proferidas pelo, agora anistiado, membro do PCB e anotadas pela

⁵⁷⁹ Podemos citar Maria Paula Araújo (2007), Carlos Fico e Maria Paula Araújo (2009) e Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Moraes (2008).

⁵⁸⁰ Renato Cancian (2008), Caio Túlio Costa (2003), Mirza Pellicciotta (1997) e Arthur Poerner (2004).

⁵⁸¹ Informação nº 123/SNI/NABE. Belém, 16/06/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁸² RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 143.

Inteligência do Exército (CIE): “apesar do DL 477, os estudantes fizeram política dentro das universidades”⁵⁸³.

No dossiê montado pelo SNI acerca do ex-aluno da Faculdade de Direito, Zeno Augusto Bastos Veloso, em 1973, temos alguns indícios dessas novas maneiras de exercício político por parte do movimento estudantil. Os Órgãos de Informações levantaram que Zeno Veloso, ainda como bacharelado em 1969, tomava “parte em reuniões informais de estudantes universitários no *Bar Belém*, localizado na rodovia SNAPP” (atual Rodovia Artur Bernardes), onde eram debatidos assuntos referentes à União dos Estudantes Secundaristas do Pará (UESP). Veloso, classificado pelas autoridades como “socialista esquerdista”, foi orador de sua turma no dia 20 dezembro de 1969, aproveitando-se da ocasião para pronunciar discurso contra a “Revolução” e contra as autoridades, conforme antecipado em documento emitido pelo Departamento de Política Federal, dias antes da cerimônia. Na ocasião, o ex-estudante relembrou as “promessas do então presidente Médici ao assumir a Presidência da República e concitou seus companheiros a se unirem na reivindicação para tornar sem efeito o AI-5”, especialmente, pelo retorno dos *habeas corpus*⁵⁸⁴.

O discurso proferido por Veloso, no Teatro da Paz, por ocasião da solenidade de colação de grau dos bacharéis em Direito da UFPA, assim dizia:

Deparamo-nos, porém, no Brasil, com o Direito em crise. Temos uma constituição e sobre ela paira a sombra de Atos Institucionais que lhe são anômalos. O Poder Executivo enfeixa prerrogativas que são do Legislativo. O Poder Judiciário, o que nos é mais caro, tem diminuídas a sua soberania e competência. O extinto marechal Arthur da Costa e Silva, como mensagem final da sua vida, e o presidente Emílio Médici, como compromisso inicial de seu governo, prometeram à Nação que envidariam todos os seus esforços para a reintegração do País na plenitude da vida democrática. [...] A Revolução não [se] deve confundir com o processo revolucionário⁵⁸⁵.

Veloso finalizou conclamando os formandos ali presentes a solicitar do governo da República “sacrifícios”: que o AI-5 fosse extinto, restabelecendo o *habeas corpus* e a revisão de processos de cassação e suspensão de direitos políticos⁵⁸⁶. As colações de grau

⁵⁸³ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁸⁴ Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁸⁵ Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (Anexo).

⁵⁸⁶ Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (Anexo).

eram oportunidades usadas pelos estudantes para manifestar alguma discordância do regime. As solenidades eram anunciadas pela imprensa e contavam com a presença de “altas autoridades civis e militares”⁵⁸⁷. Os formandos ressignificaram as cerimônias e as transformaram em palanque político e espaço de denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime, que se via constringido diante das acusações proferidas na presença da elite econômica e intelectual local.

Ainda sob a vigência de uma legislação autoritária, criada especificamente para servir de instrumento de repressão nas instituições de ensino, nem sempre o regime conseguiu “blindar” a UFPA de ideias e de elementos subversivos. No dia 1º de novembro de 1973, por exemplo, o NABE informou à Agência Central do SNI que, em outubro daquele ano, Raimundo Antônio da Costa Jinkings (“ex-bancário do BASA, comunista, cassado em 9 de junho de 1964”) havia promovido uma “Feira de Livros” na Universidade. A AESI alertou o reitor Clóvis Malcher quanto ao problema, cientificando-o de que Jinkings “há muito tempo já vinha promovendo a venda de livros no interior da UFPA”.

O reitor, considerando que “já estava montada a exposição, apresentando condições de venda muito superiores a qualquer outro concorrente” e que “já tinha sido iniciada a propaganda”, entendeu que seria “desaconselhável a suspensão da venda, porquanto seria uma medida antipática contra o estudante”, “mesmo em se tratando de cidadão cassado por Ato Constitucional”. Diante desse impasse, determinou o reitor que fosse autorizada a venda, mas que o prefeito da UFPA “exercesse uma severa fiscalização para evitar a comercialização de livros não recomendáveis”⁵⁸⁸. Nossa pesquisa apurou que o assunto foi tratado pela imprensa local em mais de uma oportunidade⁵⁸⁹.

Segue “Apreciação” expedida pelo NABE sobre o ocorrido:

A venda de livros a universitários na UFPA, por preço muito abaixo do custo normal, oferece um meio eficiente de infiltração no setor estudantil, facilitando contatos e doutrinação. É provável que a iniciativa de Raimundo Antônio Jinkings obedeça a uma diretriz de organização subversiva e seja possibilitada por ajuda financeira da mesma ordem. A permanência do nominado, conhecido comunista, na área da Universidade Federal do Pará, além de facilitar a

⁵⁸⁷ NOVOS bacharéis em Direito receberão hoje à noite seu diploma. **O Liberal**, Belém, 23 dez. 1966.

⁵⁸⁸ Documento de Informações nº 1932/16/ABE/73. Belém, 01/11/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁸⁹ FEIRA de livros no núcleo. **A Província do Pará**, Belém, v. 1º Caderno, p. 2, 29 set. 1973; FEIRA do livro. **O Liberal**, Belém, 30 set. 1973; FEIRA de livros na universidade. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 5 out. 1973; O NEGÓCIO é ir vender livros lá no “campus”. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 6 out. 1973.

infiltração no meio estudantil, traz reflexo negativo à imagem da Administração Pública Federal⁵⁹⁰.

A “infiltração”, no meio estudantil, de ideologias “reprováveis”, como definiu a fonte analisada, poderia ocorrer através da venda de livros no *campus*, o que não passou despercebido pela vigilância. O recrudescimento do regime, a partir dos momentos finais de 1968, não significou que a universidade tenha se tornado um território impermeável a possíveis tentativas de doutrinação vindas de meios externos.

O SNI esteve atento a essas possíveis “contaminações”: um folheto produzido pelo DSI/MEC, intitulado “Como eles agem”, indicava que as “organizações esquerdistas” tentavam conquistar apoio popular “através da identificação de seus fins com as necessidades e aspirações do povo”. Segundo o material, certos elementos vinham se infiltrando na área da educação e da cultura, “tentando atingir principalmente a juventude secundarista e universitária, visando ao aliciamento e possível arregimentação de novos adeptos para sua causa”.

Para o SNI, as publicações estudantis constituíam um dos “pontos vulneráveis à infiltração ideológica comunista”, que, sob forma sutil ou direta, aborda temas que provocavam “a polêmica, o descontentamento, a conduta negativa”. O material indicava que os panfletos realizavam uma “intoxicação progressiva dos universitários, que os predispõe ao aliciamento subversivo e agitação estudantil”. Além disso, “elementos com ideologia comunista se rearticulam através de encontros nacionais ilegais, a fim de fazerem novos contatos, ampliarem suas áreas de atuação e recrutarem novos elementos”.

Ainda com esse intento, “ofereciam oportunidades a estudantes universitários brasileiros, através de bolsas de estudo na Universidade de Patrice Lumumba, em Moscou”. O documento também procurou vincular o uso de drogas ao comunismo: “a toxicomania é uma das mais sutis armas do variado arsenal do Movimento Comunista Internacional”. Alegava-se que ela vinha sendo utilizada, em escala crescente, “consubstanciando na prática os ensinamentos de Lenine e Mao Tsé-Tung para a escravidão da humanidade”. O uso dos tóxicos teria como finalidade “corromper a mente dos jovens e torná-los dependentes dos traficantes, contribuindo assim para os cofres do comunismo internacional”⁵⁹¹.

⁵⁹⁰ Documento de Informações nº 1932/16/ABE/73. Belém, 01/11/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁵⁹¹ DSI/691.1 (B746; B45), 1974. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional. A cartilha “Como eles agem” foi distribuída nos cursos de Segurança e Informações promovidos pelo SNI pelo menos desde fevereiro de 1972.

Em verdade, o DSI/MEC indicou, nesse relatório, algumas das possibilidades de atuação do movimento estudantil após 1968.

As manifestações de massa e atos abertos contra o regime foram cerceados pelas autoridades policiais. Toda essa conjuntura subsidiou uma historiografia que sugeriu uma desarticulação, quase por completo, do movimento estudantil após o ano de 1968: Caio Túlio Costa, por exemplo, escreve que “durante o interregno 1968-1973, nada se historiou do movimento estudantil, porque, praticamente, ele não existiu, faltou-lhe expressão política. Os líderes estavam fora do país, no exílio, ou clandestinos na luta armada”⁵⁹².

A autora Izabel Pimentel da Silva corrobora com essa linha de interpretação ao afirmar que a morte de Alexandre Vanuchi Leme⁵⁹³, em 1973, representou “o início do processo de recuperação política do movimento estudantil universitário brasileiro”⁵⁹⁴. Já Renato Cancian, ao tratar do 30º Congresso da UNE em Ibiúna e do que ele chama de “declínio do movimento estudantil (1968)”, afirma: “a prisão dos 693 estudantes em Ibiúna acelerou o processo de *esgotamento do movimento estudantil universitário*” [grifo meu]⁵⁹⁵. Luiz Otávio Machado escreve que: “o período de 1969 pode ser visto como o de desmantelamento final do movimento estudantil”⁵⁹⁶. Arthur Poerner argumenta: “sem condições sequer para se reunirem nos colégios e universidades, muito menos para saírem às ruas em passeata, os mais inconformados começaram a se agrupar e a ser arregimentados em organizações de luta armada”. Poerner continua afirmando que: “partiram para uma guerra adulta, *única forma de participação política que lhes restara* [grifo meu]. E o único caminho que acreditavam poder conduzi-los à libertação do seu povo”⁵⁹⁷.

Cabe ressaltar, no entanto, que, no momento mais duro da repressão, o ME continuou atuando como ator político coletivo, e o caso da UFPA é sintomático quanto a

⁵⁹² COSTA, Caio Túlio. **Cale-se**. São Paulo: A Girafa, 2003. p. 293.

⁵⁹³ O Minhoca, como era conhecido, foi aluno do curso de Geologia da USP.

⁵⁹⁴ SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Jovens, Estudantes e Rebeldes: A Construção das Memórias Estudantis. In: VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2007.

⁵⁹⁵ Continua o autor: “a consolidação da ditadura militar no final dos anos 60 foi acompanhada da ampliação da repressão policial dirigida a todos os movimentos organizados de oposição política e eliminaram quaisquer tentativas de retomada do movimento estudantil”. CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política**: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. p. 31.

⁵⁹⁶ MACHADO, Otavio. **Formação profissional, ensino superior e a formação da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia**: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 70.

⁵⁹⁷ POERNER, Arthur. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 276.

essa nova característica da resistência estudantil. A documentação indica uma direção diferente da proposta por Silva, Cancian, Costa, Machado e Poerner. Se considerarmos os ofícios encaminhados pelos órgãos administrativos⁵⁹⁸ à Reitoria da UFPA, perceberemos que o regime militar esteve preocupado com o que acontecia no ensino público superior, mesmo na vigência do AI-5. A memória construída pelos antigos discentes também dá conta de um movimento ativo, embora com uma postura diferente da adotada entre os anos de 1964 e 1968.

Além disso, deve-se ressaltar que a luta armada não foi a única opção de resistência estudantil após 1968. Em que pese a participação significativa de militantes universitários em um fluxo, o qual Jacob Gorender chamou de “imersão geral na luta armada”⁵⁹⁹, perdurou uma ação política do movimento estudantil nas universidades voltada para questões específicas e executadas de forma pacífica através da realização, conforme indica Maria Paula Araújo, de “minicongressos” e de atividades culturais⁶⁰⁰.

Nessa perspectiva, concordamos com Angélica Müller quando afirma que “os estudantes que se propuseram a continuar a resistência contra a ditadura tiveram que se organizar de outra maneira, certamente, sem o alcance que a UNE possibilitava”⁶⁰¹. Mirza Pellicciota segue uma linha de entendimento próxima à Müller, asseverando que, na primeira fase da década (1970-1975), “por baixo do aparente contexto de ‘vazio’ político, esconde-se uma luta pela recriação da dinâmica democrática do movimento estudantil fundamentada na participação coletiva”⁶⁰².

Dessa maneira, ao contrário do que aparece na obra de Poerner, segundo o qual “não havia mais condições mínimas para a sobrevivência do movimento estudantil”⁶⁰³, ou na obra de Cancian, quando este afirmar que “sem a UNE para coordenar nacionalmente as atividades, o movimento estudantil perdeu expressão e importância

⁵⁹⁸ Ministério da Educação, SNI, AESI, Ministério da Aeronáutica, Governo do Estado do Pará, Banco da Amazônia S.A. etc.

⁵⁹⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1999. p. 167.

⁶⁰⁰ Araújo (2007, p. 199).

⁶⁰¹ Ainda segundo Müller (2016, p. 60), “as novas formas de luta dos estudantes não significaram o fim das atividades estudantis”.

⁶⁰² A autora sublinha a participação do movimento nos debates sobre a Reforma Universitária, o fortalecimento dos Diretórios Acadêmicos como “alternativas” para participação estudantil nos problemas das universidades públicas, de acesso a informações sobre a reforma acadêmica e, quando possível, em um instrumento de participação que repudia esta ‘despolitização’ do ensino em nome da ditadura da ‘técnica’”. PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 72.

⁶⁰³ Poerner (2004, p. 279).

política”⁶⁰⁴, acredito que a luta dos estudantes na UFPA, durante a vigência do AI-5, configurou uma resistência pacífica no espaço universitário por meio de novas táticas de combate à ditadura em espaço diferente daquele encontrado pelos militantes que optaram pela luta armada, reivindicando questões específicas para a educação superior.

A documentação produzida pelo SNI durante esse período corrobora com essa interpretação. O general Mário Aldo Couto da Gama, chefe da NABE/SNI, que, nesse período, funcionava no segundo andar do terminal rodoviário, no bairro de São Brás em Belém, encaminhou ofício à UFPA, “a fim de atender determinação superior”, solicitando relação de todos os alunos excedentes ou transferidos de outros Estados, contendo nome, procedência, naturalidade, faculdade e série a que pertenciam⁶⁰⁵.

Esse último documento trazia um selo alertando para a importância da manutenção do sigilo daquela informação e indicava os órgãos responsáveis pela demanda: NABE, AMA e SNI, esse último respondendo diretamente à Presidência da República. O corpo discente estava, dessa forma, sob o olhar atento dos órgãos de vigilância, ainda que, nesse momento, esses OIs não estivessem situados nas dependências da Universidade.

A resposta a essa demanda veio cerca de quinze dias depois em documento assinado pela diretora Leonor Dias da Silva⁶⁰⁶, com uma lista extensa, na qual havia setenta alunos, em sua grande maioria, cursando a primeira série e quase todos paraenses, salvo alguns de outras localidades: carioca, piauiense, cearense, acreano, rondoniense, maranhense e amapaense. O documento não apresentou todas as informações solicitadas pelo NABE, o que, para nós, seria muito importante, como os cursos aos quais pertenciam, quais eram os excedentes e a procedência. De todo modo, tanto o pedido quanto o retorno dão conta do clima de controle do que se estabeleceu dentro da UFPA nesse início dos anos 1970.

Não se pode deixar de comentar que duas semanas não é um prazo de resposta de todo longo, considerando o levantamento que foi necessário para listar tantos discentes em situação peculiar e, obviamente, tal informação não estava depositada em meio digital. O pedido deve ter sido tratado como prioritário, dada a importância da informação e da autoridade solicitante. A colaboração com o regime envolvia também dar retornos rápidos

⁶⁰⁴ Cancian (2008, p. 31).

⁶⁰⁵ Ofício nº 308, Confidencial, PR/SNI/AMA/NABE. Belém, 28/10/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁶⁰⁶ Ofício nº 269/70-ESS, MEC/UFPA. Belém, 13/11/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

a assuntos sigilosos e de importância estratégica. Os ocupantes de cargos de chefia da UFPA sabiam disso.

O movimento estudantil também esteve entre as preocupações maiores da Reitoria. Clóvis Malcher, nesse mesmo ano, atuando como coordenador do Centro Socioeconômico, solicitou, atendendo a pedido da Reitoria, que a coordenadora do Curso de Serviço Social, com a máxima urgência, interpelasse, por escrito, o presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social para que, no prazo de 48 horas, respondesse se este havia assinado o manifesto enviado ao ministro do Supremo Tribunal Militar, repudiando a condenação à morte de Teodomiro Romeiro dos Santos⁶⁰⁷, bem como à própria pena de morte.

Clóvis sinalizou, em seu pedido, acreditar que o referido documento teria sido redigido pelos diretórios acadêmicos locais e pelos representantes discentes, endereçado aos órgãos superiores da Universidade Federal do Pará. Na parte final do documento, o solicitante adverte que o aluno deveria ser alertado de que o silêncio equivaleria à ratificação dessa versão para todos os efeitos do direito⁶⁰⁸.

O pedido foi imediatamente despachado pela coordenadora, que, no mesmo dia, encaminhou ofício a Ronele Maria de Sousa Pina, presidente do DA, arguindo-o a respeito do caso, repassando as informações rigorosamente como havia colocado Clóvis Malcher, ou seja, com o mesmo tom de ameaça e solicitando a urgência necessária⁶⁰⁹. Esse ofício foi recebido pelo aluno na noite daquele mesmo dia, às 21h10, conforme foi consignado de caneta por alguém chamado João Monteiro de Pina Leite.

No dia seguinte, o estudante Ronele se apressou em dar resposta ao que lhe fora inquirido, informando que jamais havia assinado qualquer documento enviado ao ministro do Supremo Tribunal Militar, acrescentando que tal fato era de total desconhecimento, tanto por parte da Presidência, como da diretoria do DA⁶¹⁰.

Sua defesa foi repassada no dia seguinte à Reitoria, cumprindo, assim, o prazo estabelecido pelas autoridades⁶¹¹. Esse fluxo de informações sugere que o regime

⁶⁰⁷ Em 1971, esse militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) foi condenado à morte por fuzilamento pela Justiça Militar da Bahia. Ele tinha 18 anos e fora acusado do assassinato de um sargento da Aeronáutica.

⁶⁰⁸ Ofício nº 236/71, MEC/UFPA. Belém, 05/04/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁶⁰⁹ Ofício nº 880/nº 072/71, MEC/UFPA. Belém, 05/04/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁶¹⁰ Ronele Maria de Souza Pina, MEC/UFPA/Curso de Serviço Social/DCE. Belém, 06/04/1971.

⁶¹¹ Ofício nº SSO/nº 068/71, MEC/UFPA/Curso de Serviço Social. Belém, 07/04/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

conseguia buscar informações a respeito de possíveis atividades subversivas de maneira célere, inquirindo estudantes sem que fossem necessárias muitas rotinas burocráticas. As requisições de dados eram tratadas sob regime de urgência pelos órgãos administrativos da UFPA e imediatamente devolvidas aos solicitantes.

Certamente, o clima de medo dominou a comunidade acadêmica, de modo que professores e alunos passaram a evitar tratar de certos assuntos em público com receio de “acabar na mesa do reitor”. A AESI/UFPA estava presente, agindo não apenas de modo reativo, mas de forma ativa, solicitando, por exemplo, ao coordenador do curso de Serviço Social, que uma matéria fosse fixada no quadro de avisos para o corpo geral docente e discente, recomendando que essa divulgação fosse feita dentro do maior grau de sigilo em relação à fonte, pois a identificação da autoria redundaria na “anulação dos efeitos positivos que a operação deveria trazer”.

Tivemos acesso apenas ao ofício⁶¹² assinado por Vinícius Martins de Oliveira Melo, então chefe desse órgão de repressão instalado na Universidade, sem que o material de divulgação tenha sido encontrado. Sabemos que o SNI recomendava que algumas matérias de jornais ou “materiais subversivos” falsos fossem disponibilizados em áreas de grande circulação, ou através de panfletos supostamente deixados em banheiros por membros do movimento estudantil, exercendo aquilo que se chama de serviços de contrainformação. A estratégia era confundir os alunos por meio de materiais com conteúdos que distorciam a atuação do movimento estudantil, por exemplo, conferindo-lhes uma suposta radicalidade. É possível que a matéria, entregue ao coordenador da Faculdade, fosse um desses materiais inautênticos, distribuídos pelos órgãos de informações.

Além da contrapropaganda, o regime infiltrou agentes da ASI/UFPA entre os demais universitários. Alfredo Luiz Cordeiro Neto prestou serviço à “Assessoria” a partir de março de 1973, mesma época em que frequentava as aulas como aluno matriculado no curso de Ciências Contábeis da UFPA⁶¹³. No ano subsequente, Renato Pinheiro Conduru Júnior passou a integrar a equipe da ASI/UFPA, ao mesmo tempo em que cursava Ciências Econômicas no CESEP⁶¹⁴.

⁶¹² Ofício Circular nº 003/73, AESI/MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 12/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁶¹³ Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo B).

⁶¹⁴ Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo D).

Em julho de 1974, o engenheiro Manoel Francisco Dias Pantoja, diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), encaminhou pedido a Clóvis Malcher, solicitando que Antônio Nery de Souza Júnior, aluno do curso de Direito e chefe do Setor de Comunicação do DNOS, realizasse provas de segunda chamada para os exames finais daquele semestre, tendo em vista seu deslocamento à Capital Federal para participação de estágio entre os dias 10 de junho e 4 de julho de 1974.

Na verdade, tratava-se de pedido de reconsideração, uma vez que a solicitação já havia sido negada anteriormente pela Coordenação da Faculdade. Dessa vez, Pantoja se viu obrigado a acrescentar em seu pleito, “em caráter confidencial”, um dado importante, “o que de verdadeiro ocorreu com relação à ausência” daquele funcionário e aluno da UFPA: “esteve no período acima mencionado, participando de um estágio na EsNI, a serviço da Segurança Nacional”⁶¹⁵.

Para tratarmos sobre a atuação do movimento estudantil sob a vigência do AI-5 e do “Decreto 477”, esse último chamado de “lei draconiana” por Jarbas Passarinho⁶¹⁶, driblando também a vigilância do SNI, buscaremos, nas memórias estudantis, algumas narrativas sobre esse período. Egídio Machado Salles Filho foi um dos alunos a ingressar na UFPA durante os “anos de chumbo”, aqueles tidos como de maior repressão por parte da ditadura instalada em 1964⁶¹⁷.

Por conta da Reforma Universitária, os aprovados no exame de vestibular passaram a ingressar na Universidade para cursar o Ciclo Básico, antes de iniciar o Ciclo

⁶¹⁵ Ofício nº 2, Confidencial, Serviço Público Federal, MI, DNOS, 2ª DRS. Belém, 18/07/1974.

⁶¹⁶ PASSARINHO esclarece posição ante o 477. **A Província do Pará**, Belém, 2 jun. 1974. 1º Caderno, p. 10.

⁶¹⁷ Nascido na capital paraense em 1953, filho de pai advogado e de mãe dona de casa, passou a infância no bairro Batista Campos e estudou no Colégio Santa Maria de Belém, antes de ser transferido para o Colégio Moderno, onde terminou os estudos clássicos, em 1971, antes de iniciar o curso de Direito na UFPA. Optando pela área de Humanas na época do secundário, Egídio viu, no campo do Direito, a melhor maneira de compreender o momento político vivido naquele momento. Desde o tempo de secundarista, experimentou uma aproximação com o grupo progressista da Igreja Católica, a Casa da Juventude Comunidade Católica, fundada pelo padre Raul Tavares de Sousa. Foi ali que sua percepção política começou a se aguçar. Egídio ficou conhecido internacionalmente em 1981 quando, como advogado de defesa, atuou no caso dos “Padres do Araguaia”, os franceses, Aristides Camio e François Gouriou, os quais moravam no município de São Geraldo do Araguaia. Nessa região, exerciam trabalhos de evangelização sob a luz da Teologia da Libertação, ao mesmo tempo em que mobilizavam a população a resistir à grilagem de terra, o que chamou a atenção das autoridades militares, passando a monitorá-los através do major Sebastião de Moura, o “Curió”, um dos militares que havia combatido a Guerrilha do Araguaia anos antes. Foi essa tarefa, executada ao lado de outros juristas, como José Carlos Castro, Heleno Fragozo, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas e Luiz Eduardo Greenhalgh, que o notabilizou, a ponto de ser convidado para atuar, mais tarde, no projeto “Brasil Nunca Mais” e também como presidente da Sociedade Paraense de Direitos Humanos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019.

Profissional, o que significava que os alunos assistiam às aulas com colegas sempre diferentes, tornando a organização política discente mais difícil, “a despeito de todas as dificuldades que nós tínhamos, de toda a censura e de todo o medo, nós conseguíamos conviver com o incipiente movimento estudantil”, lembra⁶¹⁸.

Foi nesse período que Egídio ajudou a fundar o primeiro DCE após o fechamento dos antigos Diretórios pela ditadura, instrumento importante naquela ocasião para que os alunos reivindicassem melhores condições de ensino e mais liberdade de atuação. Nessa fase, o ME era basicamente liderado pelos alunos dos cursos de Medicina e Engenharia e buscava agir em outras frentes, considerando a realidade de maior repressão naqueles anos, como promoção de festivais de música, com participação de artistas da Universidade, ou mesmo, chamando nomes mais conhecidos nacionalmente, como Milton Nascimento, Gilberto Gil, Caetano Veloso e João Bosco. “Então eram oportunidades de conagração, de aglutinação das pessoas em torno de uma questão cultural”⁶¹⁹.

Conforme veiculado pelo jornal *A Província do Pará*, no dia 18 de agosto de 1973, o cantor Gilberto Gil se apresentaria no Ginásio da Universidade Federal do Pará. O músico era o “terceiro ‘superstar’ da MPB” trazido pelo Diretório Acadêmico da UFPA, que já havia organizado outros dois *shows* no primeiro semestre daquele ano. Nesses eventos, os universitários puderam prestigiar também Milton Nascimento e Gal Costa⁶²⁰.

“E o que marcava basicamente a ditadura era essa tendência de impor a impossibilidade da reunião”, argumentou a testemunha. Egídio lembra que mesmo encontros pacíficos como *shows* musicais, para discutir ideias e projetos, eram difíceis naquele momento. Além disso, dentro das salas de aula, a pouca convivência com o mesmo grupo de alunos era um fator limitante, porque, continuamente, apareciam novos alunos, vindos de outros cursos e que eram considerados suspeitos de serem agentes de vigilância, gerando um clima de medo e insegurança crescentes. Isso não significa que a luta política de resistência à ditadura tenha cessado, ou que o movimento tenha interrompido suas atividades na UFPA. Como bem salienta essa testemunha, após o baque

⁶¹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁶¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁶²⁰ GILBERTO Gil para os universitários. **A Província do Pará**, Belém, 7 ago. 1973.

do AI-5, a luta estudantil foi se restaurando, de sorte que, em 1973, o ME já contava com um jornal e os Diretórios Acadêmicos estavam sendo reativados⁶²¹.

Além disso, diversos militantes passaram a orbitar em torno de uma chapa chamada “Alternativa”, grupo que foi se fortalecendo e conquistando muitos adeptos, vencendo as eleições nos DA, o que lhes possibilitava escolher a diretoria do DCE. A primeira presidente dessa nova fase foi Léa Maria Martins Salles, esposa de Egídio. “Então foi preciso um trabalho de base mesmo, de mobilização para que o movimento estudantil ganhasse corpo, ganhasse peso”.

Essa reconquista de espaço ocorreu através de atividades aparentemente recreativas e culturais, ou mesmo, aproveitando as brechas deixadas pelo regime, como era o caso dos Diretórios Acadêmicos, autorizados a funcionar, ou ainda, a representação estudantil no Conselho Universitário (papel também ocupado por Egídio): “era assim uma tática meio de ir ocupando os espaços, e nós fomos assim”. Naquela época, militantes como Paulo César Fontelles de Lima e Hecilda Mary Veiga Fontelles de Lima lutaram ao lado da testemunha nas lutas estudantis durante os “anos de chumbo”.

O depoimento de outro ex-aluno, Elson Luiz Rocha Monteiro⁶²², permite perceber como o movimento estudantil atuou nos anos mais duros da ditadura, sobrevivendo às constantes ameaças que partiram das autoridades acadêmicas, dos agentes infiltrados, dos “dedos duros” e de policiais. Para aqueles que vivenciaram os anos “pré-AI-5” na UFPA, com toda efervescência daquele período, os momentos seguintes são lembrados como de aminguamento das atividades políticas dentro da Universidade. Houve, de fato, uma

⁶²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁶²² Nascido em Belém, em 1951, filho de mãe professora e de pai pequeno empresário, Elson passou a maior parte da infância no bairro Batista Campos e cursou seus primeiros anos colegiais no Grupo Escolar Floriano Peixoto, local onde sua mãe trabalhava, antes de ser transferido para o Colégio do Carmo e, depois, para o Colégio Abraão Levi, onde finalizou o Curso Clássico em 1968. Nesse mesmo ano, o estudante conheceu Edson Luís, o secundarista morto no restaurante Calabouço: “ele era filho de uma empregada doméstica que trabalhava em uma casa na Rua Arcipreste Manoel Teodoro. Em uma casa de classe média, próxima da Praça da Trindade”. Elson morava naquela mesma região e Edson residia com a mãe em uma “casa de família”. “E ele participava das brincadeiras conosco, que éramos garotos de classe média, mas ele participava”. A morte daquele jovem, o mesmo que dividia as brincadeiras com os meninos na rua, chamou atenção de Elson, que passou a se interessar mais pelas manifestações estudantis que eclodiram no País. “Então, nesse momento, eu começo a me envolver, a participar de passeatas, manifestações. A ocupação das faculdades em Belém eu acompanhei, apesar de ser secundarista”. Foi durante esses eventos que teve contato com estudantes universitários. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019.

necessária readequação, considerando o endurecimento advindo do AI-5 e da promulgação do “Decreto-Lei 477”, mas os alunos permaneceram ativos e atentos, pelo menos, o suficiente para manter viva a “fagulha” que agitou o *campus* em 1968.

Vivendo o engajamento político como colegial, Elson foi recrutado pela Ação Popular por Mauro Brasil, com quem fundou a Frente de Ação Secundarista Paraense (Faspa), um movimento atuante e engajado, do qual participaram também Zélia Amador, Cristóvão Araújo, Benedito Carvalho, Valter Rodrigues e Nelson Lopes. A Faspa reuniu vários colégios, como Santa Maria de Belém, Paes de Carvalho, Abraão Levi e IEP, direcionando suas ações às ruas, através de panfletagem e de pichações. As reuniões ocorriam na Igreja de Santa Cruz, no bairro Sacramento e na Casa da Juventude, sob a proteção de padres simpatizantes ao movimento.

Os militantes distribuíam panfletos da AP no bairro de São Brás aos domingos, aproveitando a feira que recebia muitos agricultores do interior, aos montes, apinhados em caminhões. Os militantes da AP se infiltravam no caminhão, “normalmente um casal, ou alguma coisa assim, no decorrer da viagem, puxavam uma conversa: ‘mostra esse jornal aí, tal’. E fazia uma discussão com os agricultores”⁶²³.

Com o AI-5, os estudantes enfrentaram uma realidade totalmente diferente. Mauro Brasil passou a ser procurado pela polícia em 1969 logo depois de liderar greve dos alunos no Colégio Paes de Carvalho no ano anterior, situação que o fez se esconder no bairro Sacramento. Elson passou a ser “seu contato”, solicitando, algumas vezes, ajuda do professor e dono de cursinho, Hélio Dourado, para realizar deslocamentos do fugitivo em Belém. Elson, que chegou a se aproximar do movimento estudantil universitário em 1968 – mantendo contato com Margaret Refkalefsky e Flávio Salles (um dos participantes do assalto à empresa Gelar em Belém), além de membros de grupos de esquerda, como Luís Coutinho (ALN) –, viu, na publicação do Ato, uma ruptura, uma mudança brusca de rota: “aí, nós secundaristas, íamos lá [na Faculdade de Filosofia], aí tinha as salinhas dos Centros Acadêmicos, dos Diretórios”.

A realidade mudou meses depois: “depois do AI-5, vai acabar tudo isso. Fecharam tudo isso, o pau cantou, expulsaram todo mundo da Universidade?” Esse foi o motivo, segundo representado na memória da testemunha, para que muitos militantes partissem

⁶²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Elson Luiz Rocha Monteiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 35 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1272>. Acesso em: 13 jul. 2019.

para clandestinidade e se engajassem na Luta Armada. Aqueles que permaneceram tentaram, dentro do *campus*, resistir à ditadura militar⁶²⁴.

O assalto à firma *Gelar*, ocorrido na madrugada do dia 18 de agosto de 1969, foi uma ação audaciosa, que, de certa forma, destoa do conjunto de ações promovidas por estudantes universitários no contexto pós-68 em Belém⁶²⁵.

Embora ações diretas de enfrentamento como essas tenham sido exceções. No segundo semestre de 1970, Elson voltou para Belém, após breve temporada em São Paulo, quando ingressou na UFPA para cursar o Ciclo Básico de Filosofia e Ciências Humanas – uma das mudanças da Reforma Universitária estabelecia que, apenas depois de um ano de estudos iniciais, o aluno escolhia qual curso entraria, de acordo com suas notas. A opção foi História, curso malvisto na época, para onde se dirigiam os mais subversivos e com poucos alunos. “A Universidade a essa altura estava debaixo de uma grande repressão. Você não podia falar nada, havia informantes dentro da sala de aula, se você debatesse alguma coisa, você já era colocado sob suspeita”.

A margem de ação do movimento estudantil foi aviltada pela repressão, e os alunos usaram de outras maneiras para combater o regime, aproveitando as frestas deixadas pela vigilância. As manifestações diretas, como as ocupações de quase todas as faculdades da UFPA em 1968, eram impraticáveis naquela fase e foram substituídas por ações de menor risco.

⁶²⁴ Como foi o caso dos irmãos Roberto (Economia) e Haroldo Correia (Medicina); Fernando Fiuza (Medicina), membro da AP; Carlos Salles (Medicina); Carlos Sampaio (ALN); João Moacir Mendonça (ALN); Luiz Lima Barreiros, ligado ao movimento estudantil universitário da época, mas sem vínculo com organizações de esquerda. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Elson Luiz Rocha Monteiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 35 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1272>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁶²⁵ Flávio Augusto Neves de Leão Salles, Odegar Teixeira de Jesus, Samuel Erenecer de Oliveira Castelo e Antônio Augusto Gurjão Praxedes foram processados pelo envolvimento no caso, tanto pelo assalto quanto pela atividade subversiva correlata. Salles, rapaz de vinte anos de idade e aluno do curso de Direito na UFPA, costumava dizer: “eu quero entrar na Luta Armada, meu negócio é partir para o enfrentamento com a ditadura”. Nesse momento, a ALN estava se organizando ainda no Pará, até então, sem promover ações armadas. A ideia era não chamar atenção: “[Marighela] deu uma ordem para que em Belém não se fizesse nada, porque Belém ia ser base de apoio para o Núcleo Rural, uma coluna guerrilheira que ele queria montar na Belém-Brasília”, abrangendo uma grande área, desde o Sul do Pará até o Norte de Goiás, hoje o Estado do Tocantins. “Eu acho que a direção da ALN não repassou isso aí. O Flávio Salles viu que ninguém queria fazer nada, ele resolveu fazer”. Universitário de classe média-alta, filho de médicos, Salles recrutou o ladrão de carros Samuel e executou a ação que rendeu algum dinheiro para os envolvidos, sem contar a parte que cabia à promoção da ALN. “Isso é uma história, foram fatos da época que a versão mais próxima da realidade, comentada, foi essa aí”, atesta a testemunha. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Elson Luiz Rocha Monteiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 35 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1272>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Nós ainda tentávamos fazer alguma coisa, daquela mesma velha maneira do movimento secundarista. Deixar algum material de panfleto no banheiro, falar com as pessoas de mais confiança, assim. Mas você estava de mãos amarradas, qualquer coisa você era preso. Com a vigência do AI-5, veio a Lei 477 [*sic*], qualquer estudante que se envolvesse em atividade política era expulso da universidade e ficava de três a cinco anos impedido de estudar em qualquer universidade do Brasil. Então, na verdade, não havia nada. Não havia nada. Limitava-se a estudar e manter contatos clandestinos com uma ou outra pessoa, com o que tinha sobrado por aí, na verdade. Porque muita gente estava em fuga, outros presos, outros fora do Brasil. E, como no Pará, o movimento nunca foi assim muito forte, foi facilmente desmantelado⁶²⁶.

A distribuição de panfletos foi uma das ações executadas pelo movimento estudantil durante os “anos de chumbo”. A inteligência do Exército notou que, no *campus* da UFPA, havia sido “constatada a distribuição de panfletos subversivos nas principais datas do calendário comunista”. Continuou o CIE afirmando que “a panfletagem sistemática e organizada” permitia concluir “pela existência de grupos subversivos atuando no Núcleo Universitário do Guamá”⁶²⁷. Em 1973, o SNI também constatou que folhetos foram distribuídos dentro da Universidade pelo Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Biológicas⁶²⁸.

Em outra ocasião, o reitor Aloysio Chaves informou ao DSI/MEC que um panfleto subversivo teria circulado à porta do prédio da antiga Escola de Engenharia, fazendo com que o reitor determinasse “enérgicas providências” junto aos diretores e coordenadores do Centro Tecnológico para que interpelassem os DA e os representantes discentes sobre o ocorrido. O reitor garantiu ao chefe da Divisão, coronel Pedro Vercillo, que “a Reitoria da UFPA se mantinha alerta e vigilante na prevenção, se possível, e na repressão, com certeza, de qualquer ato subversivo atentatório ao regime de paz e de trabalho construtivo em que vive o país”⁶²⁹. Aloysio Chaves chegou a alertar o chefe do Serviço de Vigilância da UFPA, tenente Pablo Peres Fernandez, sobre manifestos e panfletos que poderiam “ser

⁶²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Elson Luiz Rocha Monteiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 35 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1272>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁶²⁷ Eram suspeitos de participarem dessas ações João de Jesus Paes Loureiro e Benedito Wilfredo Monteiro. Informação nº 979, Confidencial, S/102-M5-CIE/Gabinete do Ministro/Ministério do Exército. Rio de Janeiro, 26/01/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶²⁸ Informação nº 1592, Confidencial, 73/ABE/SNI. Belém, [data não indicada]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶²⁹ Ofício nº 033/71, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 25/06/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

colocados em locais de acesso não frequente e sem permanente vigilância (sanitários, depósitos, vestuários etc.)”⁶³⁰.

Esses eram os pequenos espaços que o ME buscou aproveitar para manter sua frente de combate ao regime militar⁶³¹. O tamanho dessas frestas podia depender da “cooperação” também dos professores. Portanto, a resposta à indagação sobre se havia espaço para manifestações políticas dentro das salas de aula é: depende. Ou seja, variava, conforme a postura de cada docente:

Alguns professores abriam algum espaço. Por exemplo, eu me lembro da professora Ruth Moraes. Fez um seminário uma vez, que eu falei sobre a Coluna Prestes nesse seminário. Era de História do Brasil, aí Movimento Tenentista, Revolução de 1930. Eu falei da Coluna Prestes. Lógico que você tinha que ter algum cuidado para falar, mas ela abria esse espaço. A professora Nilza, que foi professora de História Contemporânea, abriu esse espaço até porque ela tinha sido da UAP, União Acadêmica Paraense de 1964. Ela sempre conta que, quando houve o golpe, que os militares invadiram a sede da UAP, ela pulou por cima do muro do quintal, varou em uma casa lá. Aí o pessoal da casa até deu cobertura para ela e deixou ela sair lá pela Rui Barbosa. Ela sempre conta essa história. Então, ela dava algum espaço e tal. Agora, alguns indicavam alguma bibliografia que na época era clássica, tipo Caio Prado, Nelson Werneck Sodré. E outros trabalhavam com livros, assim, que não tinham, vamos dizer, uma discussão marxista, por exemplo. Era um curso, que dependendo do professor, tinha um aprofundamento maior, no outro você ia só levando⁶³².

Uma apresentação de trabalho, uma promoção de debates em sala ou a escolha do conteúdo dos cursos era fresta que os estudantes podiam se apropriar para manter alguma ação política contra a ditadura dentro da UFPA, o que poderia passar despercebido pelas autoridades e evitar punições. Os órgãos de representação estudantis autorizados a

⁶³⁰ Aviso nº 0023/71, Reservado, Gabinete da Reitoria/UFPA. Belém, 07/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶³¹ Cabe salientar que outra memória foi construída sobre esse momento. Vejamos outro depoimento. Após ter sido afastado da Faculdade de Medicina, por força do “Decreto 477”, em 1970, o ex-aluno Waldir Paiva Mesquita relatou que seu retorno à Universidade se deu, principalmente, por determinação do Partido Comunista Brasileiro, uma vez que era necessária sua presença no ME. Segundo a testemunha, “no movimento estudantil de fato, o AI-5 não teve consequências maiores” e, em seu retorno, ele se deparou com a presença de novas lideranças, representantes de outros partidos políticos, como a Aliança Libertadora Nacional. Segundo essa memória, o AI-5 “não fez vítimas” no movimento estudantil da UFPA: “tanto que eu voltei para a minha atividade com a mesma intensidade que tinha”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Waldir Paiva Mesquita.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (81 min). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1289>. Acesso em: 15 fev. 2020. Aqui é traçada outra visão a respeito da ação do ME após 1968, diametralmente oposta a que foi descrita no depoimento de Elson Monteiro.

⁶³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Elson Luiz Rocha Monteiro.** Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 35 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1272>. Acesso em: 13 jul. 2019.

funcionar, ou seja, os DA e o DCE, eram também uma forma de resistir aos desmandos da ditadura e manter o movimento estudantil em atividade, mas, até estes estavam sob constante vigilância. Não podemos deixar de citar também os tradicionais “trotés”, formas clássicas adotadas pelos estudantes para manifestar o “julgamento da comunidade”⁶³³ e que poderiam ser direcionadas contra figuras do regime, como os reitores e ministros da educação. Ainda era uma espécie de “liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente”⁶³⁴. E, é claro, a vigilância procurou bisbilhotar esses eventos, mas não ousou proibi-los.

Em novembro de 1973, por exemplo, o chefe da AESI/UFPA, Mário da Silva Machado, avisou o reitor da universidade, Clóvis Malcher, que José Ferreira Puty, integrante do novo Diretório Central dos Estudantes, empossado em setembro daquele ano, possuía prontuário na 2ª Sec/EMR/8, em face de ter sido preso em manifestações de rua, no dia 22 de novembro de 1968, “quando agitava a ordem política e social”⁶³⁵.

Mesmo que a luta estudantil contra a ditadura tenha adotado novas táticas⁶³⁶ de atuação, distanciando-se do enfrentamento direto, o regime conseguiu, ao mesmo tempo, acompanhar essa readaptação e reprimir ações cada vez mais ligadas à rotina das atividades acadêmicas. Cito um exemplo. Os alunos do 5º ano do curso de Direito da UFPA criaram a “Associação Camilo Montenegro Duarte” e escolheram o ex-deputado federal, cassado pelo AI-5, para patrono da turma de bacharelados de 1969⁶³⁷.

A escolha foi homologada em Assembleia Geral com 39 votos favoráveis contra 25 negativos. Durante a reunião dos estudantes, não foi permitida a presença de pessoas estranhas à turma, inclusive, elementos da imprensa, que tiveram de ficar do lado de fora, aguardando o resultado. O SNI viu nisso uma ação política por parte dos estudantes e lamentou que o professor ainda exercesse suas atividades na UFPA, mesmo já tendo sido cassado por subversão e aposentado do BASA. Em conformidade com o relatório produzido pelo órgão, Camilo Duarte continuava a “desenvolver suas atividades subversivas, culminando agora por colher os frutos do seu esforço e sendo escolhido para

⁶³³ Thompson (1998, p. 366).

⁶³⁴ BAKTHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 8.

⁶³⁵ Ofício Confidencial nº 017/73, MEC/UFPA/AESI. Belém, 01/11/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁶³⁶ Emprega-se aqui o conceito de “tática” utilizado por Michel de Certeau. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Vozes: Petrópolis, 2012. p. 45-46.

⁶³⁷ Informação nº 308/72/S-102-M5-CIE, Confidencial, Ministério do Exército. Rio de Janeiro, 08/02/1972. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

patrono da turma de bacharelados”⁶³⁸. No mês seguinte ao envio dessas informações à Agência Central do SNI, o professor foi desligado da Universidade.

Em outro documento, a inteligência do Exército indicou que, em 1971, os professores Ubiratan Rosário, Evandro Ribeiro e os alunos Roberto Bordallo, João de Jesus Paes Loureiro, Benedito Monteiro e José Mariano Cavaleiro Macedo seriam os “principais doutrinadores de ala esquerdista ou subversiva existente” na Universidade Federal do Pará⁶³⁹. Paes Loureiro e Benedito Monteiro já possuíam diploma de ensino superior e haviam também sofrido as ações repressivas do regime, mas resolveram prestar vestibular novamente e ingressaram como alunos da UFPA. Nessa nova condição, continuaram sendo monitorados pela vigilância.

A circulação de periódicos produzidos pelos alunos também continuou existindo, mesmo após o AI-5. Podemos citar o jornal *O Papagaio*, editado pelo Diretório Acadêmico de Economia, Administração e Contabilidade da UFPA, autointitulado “verde amarelo”, aquele que “fala muito” e “não apanha calado”. Em março de 1969, uma das suas notícias fez críticas à situação do ensino universitário brasileiro, manchado “de cima a baixo” por uma “conjuntura periclitante”⁶⁴⁰.

Em maio de 1970, assim, iniciou-se uma das suas edições: “quem não morre sempre aparece”; “*O Papagaio*, este quase símbolo de uma ‘raça brasileira’ pela sua graça e capacidade de *resistência* [grifo nosso], reaparece agora, o que significa que nunca morreu”. Sem tentar justificar sua ausência, trata logo de reforçar sua “importância” e “presença constante” como meio de divulgação e “porta-voz dos anseios e insatisfações de uma juventude que vai, inquieta, em busca de uma diretriz”. Acrescentando, em outra seção, que ser um “estudante político” significava ter interesse pelas mudanças do ensino, “conhecimento pleno das necessidades estudantis, procurando levar à discussão coletiva a questão do aperfeiçoamento dos métodos de ensino e sua adequação à realidade brasileira”⁶⁴¹.

Em outra edição, publicada naquele mesmo mês, apresentou texto em defesa de Dom Helder Câmara, aquele que buscava, nas massas, “inspiração por uma luta igualitária”, tornando “evidente as disparidades dos níveis de renda da população

⁶³⁸ Informação nº 133/SNI/NABE/1969, Confidencial, SNI. Belém, 20/08/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶³⁹ Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶⁴⁰ NOSSA Opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 1, 20 mar. 1969.

⁶⁴¹ NOSSA Opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 1-4, 6 maio 1970.

brasileira”. Na mesma edição, o jornal fez críticas à estrutura da UFPA, como a presença de goteiras nas coberturas e a ineficiência dos aparelhos de ar-condicionado que “decoravam” as salas de aula⁶⁴².

“O Papagaio” começou a circular desde 1967⁶⁴³ e era, ao lado de outras publicações estudantis⁶⁴⁴, de ataque ao Governo rodado em um mimeógrafo que, segundo a inteligência da Aeronáutica, fora furtado da Faculdade de Medicina. Aleksei Turenko Júnior e Roberto Ribeiro Corrêa foram identificados como colaboradores do periódico⁶⁴⁵.


⁶⁴² NOSSA Opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 1-4, 21 maio 1970.

⁶⁴³ Nesse ano, ainda se chamava “Jornal Informativo”, passando a adotar o título “O Papagaio” em 5 de fevereiro de 1968.

⁶⁴⁴ Como “O Cabano” e “Luta Revolucionária”.

⁶⁴⁵ Resposta a Pedido de busca nº 306, Confidencial, DIS/Comando da 1ª Zona Aérea/Ministério da Aeronáutica. Belém, 15/12/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 42 – Edição do jornal *O Papagaio* de 21 de maio de 1970



DO ARQUIVO

Quem dá nova sugestão para fazer frente às persistentes goteiras que infectam as mesmas coberturas?

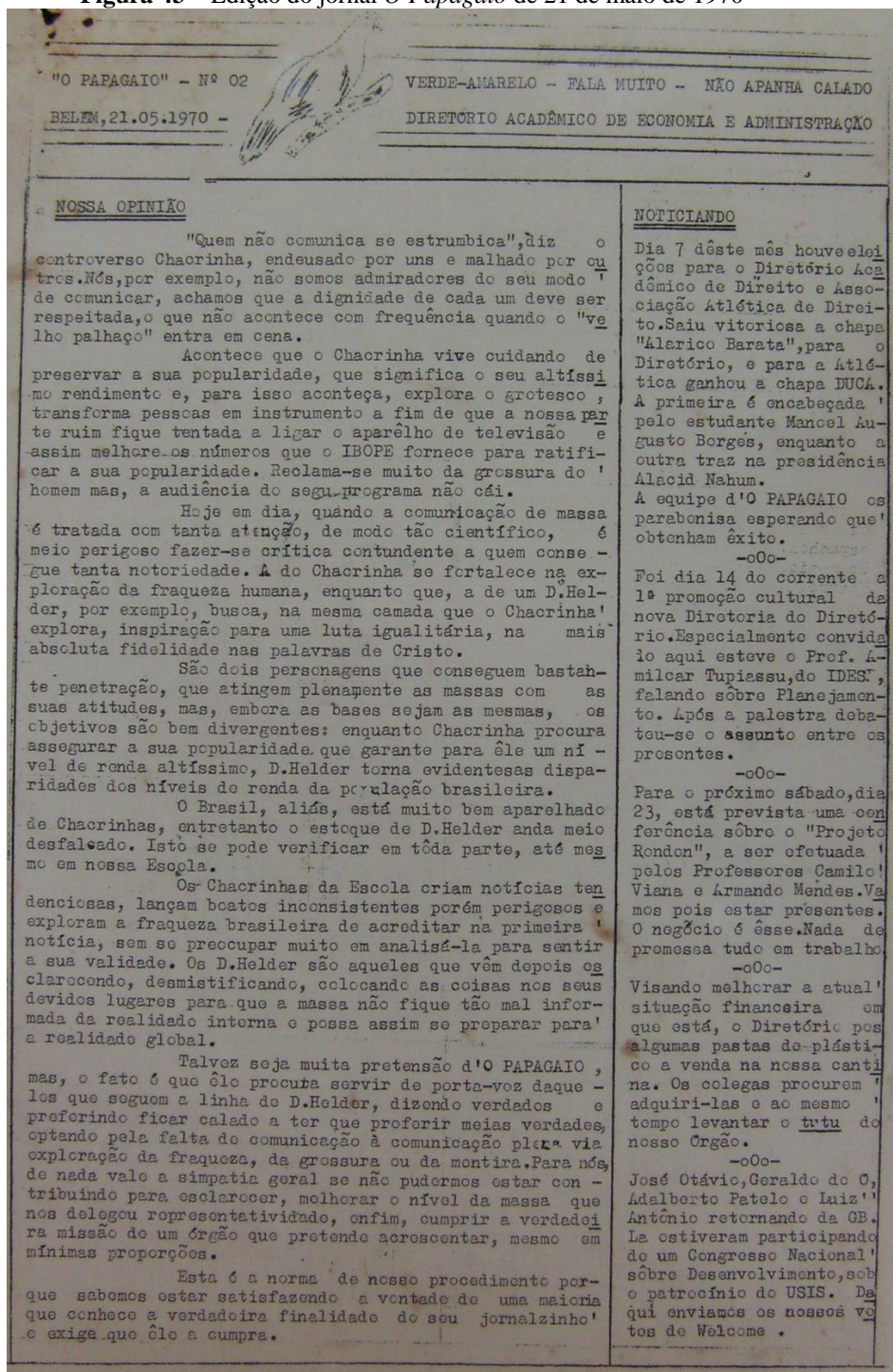
O guarda-chuvas que aí está, foi apresentado como solução, pelo O PAPAGAIO, para os que necessitam transitar sob as coberturas da Faculdade, em 1968. Decorrido todo esse tempo, ele já deve estar bem gasto, pois tem sido usado.



AR REFRIGERADO

Este é um dos aparelhos de ar condicionado que decoram as nossas salas de aula. Para os que ainda não perceberam, eis algumas das características da eficiência de tais condicionadores: custam caro; consomem energia; roncam muito e não refrigeram nada!

Fonte: *O Papagaio* (1970).

Figura 43 – Edição do jornal *O Papagaio* de 21 de maio de 1970

Fonte: *O Papagaio* (1970).

O jornal, chamado de "jornaleco" pela vigilância, não passou despercebido pelo SNI, o qual notou que, em sua edição de 31 de outubro de 1970, publicou "artigo de pronunciamento esquerdista" assinado por Edson Benedito Roffé Borges⁶⁴⁶. Em outro

⁶⁴⁶ Documento de Informação nº 0354, Confidencial, 03/ABE/72. Belém, 21/11/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

relatório, o órgão sinalizou que a publicação convidava universitários para criticar o governo⁶⁴⁷.

A “Comunidade” também enfrentava dificuldades internas que abriam “brechas” para a ação de resistência dos estudantes. Quero dizer com isso que, apesar da constituição da ASI/UFPA, da rápida circulação de informações entre os serviços de informações e do medo instalado pela publicação do Decreto “477”, havia falhas operacionais na rotina dos agentes do SNI, “pontos cegos” nos quais o movimento estudantil poderia atuar.

O DSI/MEC reclamava, por exemplo, maior uso compartilhado da capacidade dos diversos OIs, na maioria deles, estagnado, porque os agentes desconheciam as necessidades de outros órgãos que poderiam usufruir dessa capacidade ociosa. Havia ausência de pessoal qualificado para o exercício de funções que demandavam especialização técnica, elevado conhecimento científico e múltiplos aspectos e setores da conjuntura nacional e internacional.

No trabalho das Informações, a maior parte do pessoal que ocupava funções de chefia, nos diversos órgãos, era constituída por militares da ativa ou da reserva e por civis requisitados de diversos Ministérios ou órgãos governamentais, “na sua grande maioria, sem nenhuma experiência prévia em serviços de Informações dessa natureza”. Faltavam cursos destinados a preparar “homens de Informações” e pessoal disponível, sobretudo, os militares estavam sujeitos a transferências, remoções, promoções e outras injunções peculiares às respectivas carreiras, o que acarretava falta de estabilidade nas funções de Informações. “Não é possível fazer Informações mudando pessoal continuamente”, exclamara o DSI/MEC, reivindicando a criação de uma carreira de Informações para os civis e uma especialidade para os militares⁶⁴⁸.

Os documentos até aqui analisados evidenciam que temos de ter cautela quando olhamos para a atuação do movimento estudantil entre 1969 e 1973, evitando a tendência de caracterizá-lo a partir das superestruturas construídas através da legislação criada para reprimir a resistência política no espaço das universidades. Entre o que definia o regime, a vigilância levada a cabo pelo SNI e o colaboracionismo de estudantes e docentes e o recrudescimento do movimento estudantil em ações mais diretas, temos um espaço de

⁶⁴⁷ Prontuário nº 00164, Confidencial, ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 1º de dezembro de 1975]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶⁴⁸ Outro aspecto a ser ressaltado era o fato de que as funções de chefia eram alteradas quando ocorria uma mudança de governo, gerando “prejuízo para o serviço”. Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

“experiência humana” de homens e mulheres, não como sujeitos autônomos, mas como “indivíduos livres”⁶⁴⁹.

A sobrevivência do movimento estudantil, durante os anos considerados de maior violência por parte do Estado autoritário, denota que a “Hidra de mil olhos” enfrentava limites impostos, próprios da acadêmica. Isso significa que a vigilância nem sempre era suficientemente eficaz para coibir a ação dos estudantes, ações não identificadas pela espionagem. Os alunos sabiam que eram observados e podiam ocultar suas formas de resistência, dissimular suas ações e “passar sem ser notados”.

Acrescenta-se o fato de que o controle da “Comunidade”, ocasionalmente, resultava em ações de enfrentamento contra estudantes e professores, cientes que estavam as autoridades acadêmicas de que isso poderia incitar ações diretas de enfrentamento por parte dessas categorias. A vigilância poderia, então, subsidiar os reitores com informações privilegiadas no tocante às práticas subversivas que ocorriam, ou ocorreriam, no espaço da Universidade, conquanto as autoridades poderiam, simplesmente, não fazer nada a respeito, porque era sabido que ações que desrespeitassem⁶⁵⁰ determinadas práticas comuns e cotidianas, que faziam parte da vida universitária, poderiam trazer consequências indesejadas.

O SNI chegou a se queixar no que concerne à ausência de firmeza visível na gestão de alguns reitores para lidar com atos subversivos ou suspeitos que apareciam nos relatórios produzidos pelo órgão. Acontece que os reitores, por sua vez, tinham de usar com parcimônia tais dados para evitar desgastes com os estudantes e professores. Eram os limites que a “Comunidade” tinha de enfrentar, fazendo-nos crer que o temor gerado pela legislação autoritária, somado à atividade de vigilância, não conferiu, durante o pior momento enfrentado pela resistência dentro das universidades, um poder intransponível à “Hidra”.

É justamente no campo da experiência, de conflitos e de possibilidades que devemos procurar as ações do movimento estudantil durante os “anos de chumbo”. Muitas vezes, alguns rótulos condicionam a percepção que se tem a respeito das várias

⁶⁴⁹ Que, como indica Thompson, apresentam-se como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e, em seguida, “tratam” dessa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e, em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes), agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

⁶⁵⁰ Thompson (1998, p. 152).

fases da ditadura, obscurecendo o que se passava na vida ordinária das universidades. Se tomarmos como fundamental a noção de que o ME não desapareceu da UFPA depois do levante de 1968, quando várias faculdades foram tomadas pelos alunos, ao que foi seguido por forte violência por parte das autoridades militares, podemos enxergar a fase seguinte, ou seja, a chamada “distensão”, não como o reaparecimento da resistência e da luta, mas como sua continuidade, agora em contexto, supostamente, de menor violência. Essa, aliás, faz parte de outra narrativa histórica que não encontra respaldo na documentação disponível, a qual demonstra que, mesmo em época de abertura política, a UFPA continuou vigiada e os alunos e professores seguiram como alvos da repressão, da violência de toda ordem e do desrespeito aos seus direitos.

CAPÍTULO 3 – DA DISTENSÃO POLÍTICA À MORTE DE CÉSAR MORAES LEITE (1974-1980)

3.1 Em “progressiva ampliação”: a ASI/UFPA em tempos de “abertura”

Justamente no momento em que o aparato repressivo do Estado autoritário parecia ter atingido o máximo de alcance nos vários setores da sociedade civil, deflagrou-se o processo chamado “distensão política”, iniciado a partir da posse do quarto presidente da era militar, Ernesto Geisel, quando, pelo menos, no âmbito discursivo, o regime começou a indicar a redução dos mecanismos de violência e de controle usados para se manter no poder até então. Existiam querelas internas, em que liberais e moderados (o grupo “Castellista”), apoiadores do regime, exigiam maior descompressão política. Havia também parte da imprensa que, mesmo timidamente, já tratava a respeito do retorno do estado de direito e das garantias individuais. Foi nesse contexto que Geisel, identificado com a herança política de Castello Branco, foi escolhido para substituir Médici, trazendo promessas de atenuação da ditadura em um processo que deveria ser “lento, gradual e seguro”. Segundo certa historiografia, esse procedimento garantiria que as forças pudessem se acomodar sem grandes “choques”, garantindo a sobrevivência do regime autoritário, só que, nesse momento, institucionalizado e utilizando “menos repressão política”, causadora de desgaste perante a opinião pública⁶⁵¹.

Em documento produzido pelo CIE e encaminhado ao SNI e a outros “OIs”, a redemocratização foi descrita como “prioridade número um do governo”, a qual se constituía “em válvula de descompressão que aliviou o panorama político em face das incômodas posições assumidas pelas esquerdas e todas as organizações que orquestravam a anistia”. O “público interno”, seguindo a mesma fonte, era “democrata por convicção” e comungava com o mesmo pensamento do governo, isto é, havia “consenso” de que era “condição fundamental para maior afirmação e projeção no cenário mundial” que a nação fosse representada “através de um governo democrata”. E ainda: “por essa razão, os revolucionários de 64, sempre elevados pelo espírito patriótico, aceitam certas transformações”⁶⁵².

⁶⁵¹ Motta (2014, p. 212-213).

⁶⁵² Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Aqui cabe uma observação. A repressão não deixou de ser uma ferramenta útil ao regime, especialmente, na ocasião em que foi usada de modo recôndito. A documentação também não sugere que diminuir a repressão política fizesse parte de algum “objetivo estratégico” do regime, como indicou o historiador Rodrigo Patto Sá Motta. A violência ainda era levada em consideração quando se pensava na contenção política que cabia ao regime, mesmo nos anos finais da ditadura.

Cito as informações produzidas, em caráter confidencial, pelo SNI a respeito do que ele chamou de “procedimento irregular de autoridades federais, estaduais e municipais” no estado do Pará em 1984, portanto, uma década após o início da chamada “distensão”. O órgão central da “Comunidade de Informações” avaliou que a postura político-administrativa adotada pelo governador Jader Fontenelle Barbalho (PMDB/PA), desde que assumiu o Governo do Estado, vinha resultando, “premeditadamente ou não, na existência de um clima de permissividade, observado nos vários setores da administração estadual, destacando-se o da Segurança Pública”, da qual era titular o bacharel Arnaldo Moraes Filho. Acontecimentos de destaque nacional se constituíam exemplos, segundo o SNI, “nos quais a utilização da força policial se fazia necessária de imediato, pelo menos, para evitar a evolução e a permanência dessas situações por longo período”. No entanto, nas diversas ocorrências, lamentou o órgão, “a ação governamental foi sentida apenas em último caso quando, pela evolução dos problemas, previa-se o desencadeamento de atos de consequências imprevisíveis”⁶⁵³.

Durante uma convenção do ARENA, Geisel foi enfático ao dizer que o adversário do regime ainda não havia sido destruído e era, continuamente, realimentado através de meios oriundos do exterior e de “insidiosa propaganda”, o que justificaria, conforme o

⁶⁵³ O SNI destacou o bloqueio da rodovia Transamazônica por trabalhadores da usina “Abraham Lincoln”, o caso dos operários amotinados nos canteiros de obra de empresas prestadoras de serviços Capemi, em Tucuruí (PA), invasões e mortes nas regiões dos castanhais, em terrenos e imóveis urbanos financiados através do SFH. Informação nº 0325, Confidencial, 17/ABE/84/SNI. Belém, 13/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Para que não se perca o dado: a Capemi Administração e Participações Ltda. era um conglomerado de 23 empresas, com um patrimônio de 62 bilhões de cruzeiros em 1982, e que mantinha atividades amplas, desde a assistência a crianças e idosos, à previdência privada, bem como processamento de dados, construção civil, mercado de capitais, saúde, ensino e agropecuária. A Capemi fora criada e era constituída e gerenciada por militares e, segundo divulgou a imprensa na época, por meio da influência do SNI, recebeu autorização legal para explorar a madeira em torno da construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, equivalente a uma área de 76.500 hectares de floresta. A primeira concorrência aberta fora anulada e, na segunda, apenas essa empresa atendia aos requisitos indicados pelo novo edital. A entrada da empresa no desmatamento da área, onde se formou o lago da usina, gerou controvérsias, pois não se tinha notícias de que a Capemi possuía tradição no ramo de extração de madeira, nem mesmo na comercialização do produto. Ainda assim, a Capemi conseguiu, entre 1980 e 1983, exportar 200 mil metros cúbicos de madeira. CAPEMI teve ajuda do SNI e está à beira da falência. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1983. 1º Caderno, p. 13.

presidente, “persistente ação preventiva e mesmo repressiva para manter o clima de ordem”⁶⁵⁴.

Um memorando enviado pelo diretor da CIA, William Colby, ao secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, em 11 de abril de 1974, detalhou, com grande clareza, essa realidade. Segundo descreve o documento, em 30 de março de 1974, o presidente Ernesto Geisel havia se reunido com o general Milton Tavares de Souza e o general Confúcio Danton de Paula Avelino, chefes do CIE. Também esteve presente na reunião o general João Baptista Figueiredo, responsável pelo Serviço Nacional de Inteligência. O general Milton esboçou o trabalho do CIE contra o alvo interno subversivo durante a gestão do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici e enfatizou que o Brasil não poderia ignorar a ameaça subversiva e terrorista. Disse, ainda, que métodos “extralegais” deveriam continuar a ser empregados contra subversivos perigosos. O general detalhou que cerca de 104 pessoas desse grupo, ou seja, subversivos perigosos, foram sumariamente executadas pelo CIE durante o último ano. Segundo consta no documento, Figueiredo, a princípio, apoiou essa política e pediu sua continuidade. No entanto, o presidente, após tecer comentário sobre a seriedade e os aspectos potencialmente prejudiciais dessa política, afirmou que queria refletir acerca do assunto, durante o fim de semana, antes de chegar à decisão sobre se ela deveria mesmo continuar. Em 1º de abril, o presidente Geisel avisou ao general Figueiredo que a política deveria prosseguir, mas que era preciso tomar muito cuidado para garantir que apenas subversivos perigosos fossem executados. O presidente e o general Figueiredo concordaram que, quando o CIE prendesse uma pessoa que pudesse ser enquadrada nessa categoria, o chefe do CIE consultaria o general Figueiredo, cuja aprovação deveria ser dada antes da execução. O presidente e o general Figueiredo também concordaram que o CIE deveria dedicar quase todo o seu esforço à subversão interna, sob coordenação do general Figueiredo⁶⁵⁵.

⁶⁵⁴ Gaspari (2004, p. 166).

⁶⁵⁵ Agência Central de Inteligência, Escritório do Diretor de Inteligência Central, Job 80M01048A: Arquivos de Assunto, Caixa 1, Pasta 29: B-10: Brasil. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>. Acesso em: 6 fev. 2021.

Figura 44 – João Baptista Figueiredo, à esquerda, checa sua mesa no SNI pela última vez antes de transmitir o cargo ao novo chefe do órgão, Octávio Medeiros (à direita)



Fonte: Jornal do Brasil⁶⁵⁶.

Nota: o último presidente da República da era militar fez carreira na “Comunidade”.

Essas evidências e inúmeros documentos produzidos pela “Comunidade”, de modo sigiloso, ao longo dos mandatos dos dois últimos presidentes gerais, demonstram que essa suposta inclinação do regime em direção ao desejo de fazer menor uso da repressão pode ter sido superestimada.

Quero, aqui, citar uma fonte coletada por espiões do SNI que atuaram em Belém durante a realização de um evento acadêmico universitário. Em sua palestra no Simpósio “Quase dez anos de abertura – balanço e perspectiva”, ocorrido durante o SBPC de 1983, sediado na UFPA, Darcy Ribeiro, então vice-governador do Rio de Janeiro, afirmou que a existência da abertura era inegável, mas “que não foi uma dádiva e nem o resultado político de algo que a sociedade civil tenha promovido”. Conforme o palestrante, o regime tinha forças para sufocar os movimentos contestatórios, ao passo que “*a abertura serviu para que os detentores do poder continuassem no poder*” [grifo meu]. Não se tinha uma explicação muito clara sobre a abertura, “talvez tenha que abrir os arquivos americanos para saber qual a participação dos Estados Unidos nesse processo – uma das desvantagens de se aliar com os americanos é que depois eles contam tudo”, completou o vice-

⁶⁵⁶ FIGUEIREDO quer respeitados os direitos humanos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXXVIII, n. 344, 12 jun. 1978. Capa, p. 1.

governador. Como hipótese, disse, ainda, que a abertura poderia ser “o resultado do fracasso do regime militar, que foi incapaz de satisfazer mesmo à classe média militar”. Outro fator apontado pelo conferencista, para o descontentamento de setores das Forças Armadas, foi que existiam muitos oficiais que não gostavam que lhes atribuísem os resultados do regime, “e um dos resultados é a criação do SNI, um organismo militar que nem o nazismo criou”. Darcy Ribeiro afirmou que, nas Forças Armadas, tinham-se os agentes do SNI por “traidores, já que todos os militares dependem das informações de que dispõe o órgão para continuar a escala de promoções”. E concluiu: “É um organismo incômodo”⁶⁵⁷.

O antropólogo estava mesmo certo, e os norte-americanos acabaram vazando uma informação que desnuda a continuidade da violência na fase de abertura política. E no relatório, em nenhum momento, fez-se alguma contraposição à análise de Darcy Ribeiro, como, muitas vezes, ocorria nesse tipo de fonte. Penso que as palavras do antropólogo, de certa forma, resumem aquilo que acreditamos ter sido a transição democrática no País. Sem obviamente desconsiderar a atuação da frente oposicionista e o seu papel fundamental para acelerar a “descompressão”, não podemos ignorar a inclinação do Estado autoritário para que a abertura fosse possível e de que havia um plano interno traçado em torno do objetivo de perpetuar o regime.

Esse aspecto acabou denunciado em documento confidencial que circulou dentro da “Comunidade” em abril de 1980, o qual tratava das mudanças trazidas pelo processo de abertura. Lá se dizia: “o que até bem pouco tempo parecia se situar num futuro remoto, concretizou-se ao longo do ano de 1979”. Já se detectava ainda, “nos setores oposicionistas, sob a égide do MDB, uma atuação sem limites de contenção, descambando grosseiramente para a prática contestatória e provocativa”, naquilo que foi chamado de “escalada de radicalização” que poderia vir a “prejudicar o processo de abertura”. Nesse documento, foi descrito o reflexo que essa aceleração vinha ocasionando no campo militar: a “indignação” cada vez mais crescente, no seio das Forças Armadas, de modo particular no Exército, “pela irresponsabilidade dos ataques de que são alvos a instituição, chefes e companheiros, através de campanha sistemática e ordenada”, quer oriundas das esquerdas, quer dos meios de comunicação⁶⁵⁸.

⁶⁵⁷ Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, DF, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶⁵⁸ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional

Cito novamente Rodrigo Patto Sá Motta. Segundo esse historiador, a continuidade da utilização de “instrumentos repressivos”, no decurso da distensão, evidencia um “processo paradoxal”. O autor cita que Geisel nomeou Ney Braga⁶⁵⁹, militar afinado com a ideia de distensão política, ao cargo de ministro do MEC, cabendo-lhe o papel de conduzir área estratégica no processo de descompressão, o que significou, na prática, indicar reitores de perfil conciliador e evitar aplicação do “Decreto 477”. Tratou-se, no entanto, e segundo Motta, de um “processo paradoxal”, na medida em que grupos de extrema-direita e conservadores buscaram fragilizar a política distensionista, aumentando a violência contra os inimigos de esquerda. A morte do professor da USP Vladimir Herzog, em 1975⁶⁶⁰, seria um exemplo disso⁶⁶¹.

Quando analisamos os documentos produzidos pelo SNI e por suas ramificações a partir de 1974, vemos que o regime intencionava não apenas manter, mas fortalecer e ampliar a vigilância sobre os inimigos internos. Isso não é um paradoxo. Não podemos esperar sempre uma atitude autoritária do regime durante os “anos de chumbo”, por exemplo, ou avaliar como paradoxal quando os militares agiram com truculência durante a chamada distensão. Essa coexistência de elementos aparentemente contraditórios guarda coerência interna, ou seja, com a forma de governo adotada pelo regime. Essa capacidade de modular sua atuação conforme cada contexto político, de produzir um discurso de suposta defesa da “democracia” e de combate ao comunismo, ao mesmo tempo em que sustinha ações sigilosas contra os opositores, constituiu-se uma estratégia de poder do Estado autoritário.

O SNI colheu informações sobre um encontro coordenado pelo professor da UFPA José Maria Klautau de Araújo, ex-militante do PCB, na sede do DCE no dia 23 de agosto de 1978. Estavam presentes cerca de trinta pessoas “na maioria intelectuais esquerdistas e ativistas do movimento estudantil”. A reunião constou, inicialmente, de uma explanação sobre o papel da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na luta pelas liberdades democráticas, num trabalho que começava a obter os

⁶⁵⁹ Em 1979, com a chegada do general João Baptista de Oliveira Figueiredo ao poder, a distensão deu lugar ao processo de “abertura”, em contexto político em que o AI-5 já havia sido revogado e a Lei de Anistia era pauta política. Para a pasta da educação, o intelectual alinhado aos grupos “liberais”, Eduardo Portella, foi escolhido para assumir o cargo máximo. À frente do MEC, promoveu alguma abertura dentro das universidades, como a extinção dos Decretos “477” e “228” (MOTTA, 2014, p. 217-218).

⁶⁶⁰ Vladimir Herzog, o Vlado, foi jornalista, professor e cineasta. Em 24 de outubro de 1975, após prestar esclarecimentos na sede do DOI-CODI sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro, sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. Os militares anunciaram, na época, que Vladimir Herzog teria se suicidado dentro da cela.

⁶⁶¹ Motta (2014, p. 213-216).

primeiros resultados. Após comentários elogiosos quanto aos vários assuntos de “caráter político-contestatário” tratados na reunião da SBPC, ocorrida em São Paulo, foi feita um “apelo-convite” para que os intelectuais e estudantes do Pará se organizassem para reivindicar que a 31ª Reunião da SBPC fosse realizada em Belém, prevista para julho de 1979. Na ocasião, segundo a “Inteligência”, foi decidido que, para isso, deveriam ser fortalecidas as organizações docentes da área, ao mesmo tempo em que grupos ativistas deveriam “trabalhar a massa estudantil”, de modo que a ideia viesse a se concretizar como se fosse “uma manifestação espontânea”⁶⁶².

A mobilização dos estudantes, em torno do SBPC, persistiu nos anos seguintes. O SNI apurou também que alunos da UFPA promoveram, em 1981, “pedágios” nas ruas de Belém com o objetivo de angariar recursos para promover o deslocamento de participantes da Universidade no SBPC que ocorreria em julho na cidade de Salvador (BA). Um “Ciclo de Palestras e Debates sobre Sindicalismo”, no qual se pagava um valor para assistir, também foi organizado com o mesmo objetivo⁶⁶³.

Rodrigo Motta defende que, graças a esse ativismo da comunidade universitária, o autoritarismo recuou mais rapidamente nos *campi* quando comparado a outras instâncias da sociedade⁶⁶⁴. Sabemos, em sentido contrário, que, como o caso da UFPA atesta, a democratização nas universidades não ocorreu de maneira linear, o aparato repressivo e o controle conseguiram resistir ainda por vários anos.

⁶⁶² Foram citados: Rosa Elisabeth Azevedo Marin, socióloga venezuelana e pesquisadora do NAEA; Carmelina Nobuko Kobayashi, professora da UPPA; Durbiratan de Almeida Barbosa, ativista do ME e presidente do X ECEM, realizado em Belém em julho; Paulo Roberto Ferreira, ex-presidente do DCE; e Sérgio Antônio Martins Carneiro, ativista do ME. Informação nº 1085, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 28/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶⁶³ Informação nº 0388, Confidencial, 116/ABE/81/SNI. Belém, 25/06/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁶⁶⁴ Motta (2014, p. 216-217).

Figura 45 – Notícia sobre o III Encontro dos estudantes impedido pela polícia



Fonte: A Província do Pará⁶⁶⁵.

Nota: os estudantes espalharam a notícia de que o III ENE seria realizado no dia 21 de setembro de 1977 na USP, o que provocou o deslocamento de tropas policiais para o local e cercamento da universidade. A polícia não permitiu a entrada de qualquer pessoa e identificou estudantes, professores e funcionários que saíam.

Acreditamos que isso se deveu ao fato de que a repressão já havia se estruturado de tal maneira dentro das universidades (Figura 45) que o desenraizamento não seria um processo natural. Além disso, a manutenção dos escritórios de vigilância servia aos propósitos políticos do regime no decorrer do novo contexto político, sem falar que os órgãos de informações haviam adquirido poder dentro da administração pública e preservar seus interesses era questão também de sobrevivência política.

O general Hélio Lemos, primeiro chefe de Gabinete do SNI, chegou a declarar que o órgão exerceu ações repressivas “e esse desvirtuamento foi motivado pela intenção de garantir o continuísmo” e que, em vez de servir à nação, “passou a servir a um grupo que estava no poder”⁶⁶⁶. Não se pode perder de vista que o SNI esteve próximo à cúpula do regime militar desde sua criação e, nesse lugar, manteve-se ao longo da ditadura. Vejamos.

⁶⁶⁵ POLÍCIA impede III Encontro dos estudantes. **A Província do Pará**, Belém, 22 set. 1977. 1º Caderno, p. 5.
⁶⁶⁶ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989.

A Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, criou o SNI. O general Golbery do Couto e Silva, o qual haveria de se tornar ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, durante o governo João Baptista Figueiredo, foi o primeiro chefe do órgão, e, o então coronel Figueiredo, seu principal auxiliar, foi designado para a Chefia da Agência Central, ainda, naquela época, instalada na cidade do Rio de Janeiro. A AC foi constituída pelo SCIFI, chefiado pelo coronel Figueiredo e, para tanto, precisou se desvincular da Secretaria-Geral do CSN, passando a trabalhar na implantação do novo órgão. O chefe do SNI tinha *status* de ministro de Estado, e a AC funcionava no setor policial Sul de Brasília – perto do bairro Octogonal e nas proximidades da EsNI –, em um prédio de cinco⁶⁶⁷ andares⁶⁶⁸.

Em reportagem publicada pela revista *Manchete* em 1980, falou-se sobre a constituição da equipe de comando do general João Baptista Figueiredo, o último presidente da era militar, com o título “A cúpula do poder é dominada por militares que trabalham juntos desde longos anos”. Entre os assessores imediatos do presidente, figuravam diversos oficiais que atuavam juntos há muitos anos, como Golbery do Couto e Silva, Octávio Medeiros, Danilo Venturini, Heitor Ferreira, Mário David Andreazza, Paiva Chaves, Rubem Ludwing “e outros de atuação mais discreta”. Segundo a publicação, todos esses militares estavam ligados, direta ou indiretamente, às atividades dos serviços de informação e contrainformação e ao CSN, “alguns deles, desde antes da queda do ex-presidente João Goulart, em 1964”.

Àquela época, o “Serviço” funcionava quase disfarçado no 2º andar de um modesto prédio localizado na intersecção da Rua Uruguaiana com a Avenida Presidente Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. “As instalações eram tão modestas que o prédio abrigava, no andar inferior, uma sucursal da Casa da Borracha”. De acordo com a reportagem, o trabalho desses militares, na conspiração em torno do golpe de 1964, “estabeleceu, entre eles, sólidos laços de amizade e, também, simultaneamente, uma influência decisiva dos oficiais de inteligência sobre os destinos do poder, desde o governo do presidente Castello Branco”. Foi durante esse período que nasceu o SNI, cujo

⁶⁶⁷ Na verdade, eram o térreo e mais quatro andares.

⁶⁶⁸ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13. Em 1981, os chefes do SNI e da AC eram os generais Octávio Aguiar de Medeiros e Newton Araújo de Oliveira e Cruz, respectivamente.

primeiro chefe era Couto e Silva: “até hoje, quase todos os antigos auxiliares do general continuam ocupando importantes assessorias”⁶⁶⁹.

O chefe do Gabinete Civil de Figueiredo era Couto e Silva (Figuras 46 e 47), “o verdadeiro cérebro do sistema” com “vocação típica de um oficial de informação”, elemento que obteve longa convivência com o poder e por suas mãos passavam praticamente todos os processos políticos e administrativos mais importantes. Era considerado uma espécie de “super ministro”⁶⁷⁰.

Figura 46 – Natural do Rio Grande do Sul (RS), o general Golbery do Couto e Silva foi apelidado de “Bruxo” pelos seus colegas



Fonte: Revista *Manchete* (1980).

Figura 47 – Considerado o cérebro do poder, Couto e Silva se especializou desde cedo nos serviços de inteligência



Fonte: Revista *Manchete* (1980).

⁶⁶⁹ A CÚPULA do poder é dominada por militares que trabalham juntos desde longos anos. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, v. Brasil, ed. 1471, p. 30-41, 28 jun. 1980.

⁶⁷⁰ A CÚPULA do poder é dominada por militares que trabalham juntos desde longos anos. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, v. Brasil, ed. 1471, p. 30-41, 28 jun. 1980.

Em 1981, os chefes do SNI e da AC eram os generais Octávio Aguiar de Medeiros e Newton Araújo de Oliveira e Cruz, respectivamente – dois homens influentes dentro do regime. Figueiredo costumava afirmar: “tenho irmãos nascidos do mesmo pai e da mesma mãe, mas o Medeiros é o irmão que Deus me deu”. Assim se referia o presidente da República a Octávio Medeiros, elemento que exercia funções e tarefas que transbordavam os limites do seu cargo, refletindo uma confiança absoluta a ele confiada pelo chefe do Executivo federal⁶⁷¹.

O número um do SNI durante o governo Figueiredo fora um oficial de inteligência de longa data, descendente de família de militares, neto de marechal e sempre trabalhou na equipe de Couto e Silva. O general Medeiros havia servido como adido militar na Embaixada do Brasil em Israel e fora também diretor da EsNI. Durante o governo Médici, foi o principal assistente do então chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general João Figueiredo, com quem possuía uma parentela distante e a quem chamava apenas de “João”.

Era apontado como candidato natural à sucessão presidencial na hipótese de que continuasse prevalecendo a opção militar. Como chefe do SNI, tinha acesso a todas as análises políticas que chegavam para informar o presidente. Durante as ocorrências ligadas à greve dos trabalhadores do ABC paulista, acompanhava, passo a passo, a evolução dos acontecimentos, ao lado do ministro Couto e Silva e do chefe do Gabinete Militar e Secretário do CSN, general Danilo Venturini (o qual fora chefe de Gabinete de Couto e Silva, no SNI, no tempo do governo Castello Branco, e era homem de confiança de Geisel), “mantendo um contato permanente com o presidente da República”⁶⁷². Medeiros e Venturini eram os dois principais conselheiros do presidente, chegou a afirmar a imprensa⁶⁷³.

Em outra edição da revista *Manchete*, assinalou-se que Medeiros chegaria ao nível de general de exército em 1984, “na boca da sucessão presidencial”, e seu cargo de número um no SNI o credenciava naturalmente para o posto, visto que dois dos chefes do governo (Médici e Figueiredo) saíram daquele para esse cargo.

⁶⁷¹ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

⁶⁷² A CÚPULA do poder é dominada por militares que trabalham juntos desde longos anos. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, ed. 1471, p. 30-41, 28 jun. 1980.

⁶⁷³ VENTURINI e Medeiros: os dois principais conselheiros de Figueiredo. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, ed. 1531, p. 113, 22 ago. 1981.

Medeiros (Figuras 48 e 49) acabou não se tornando presidente da República, como muitos imaginavam, mas garantiu sua quarta estrela no final do mandato de Figueiredo e assumiu o CMA, logo em seguida. O projeto de o fazer sucessor de Figueiredo malogrou diante de escândalos envolvendo o SNI (Figura 51), como os atentados no Riocentro, o assassinato do jornalista-informante Alexandre Baumgarten e o caso de corrupção dentro da Caixa de Pecúlio dos Militares (Capemi), o qual beneficiou agentes do “Serviço”⁶⁷⁴. Entretanto, é inegável que não perdeu todo o prestígio que havia conquistado junto à cúpula militar.

Figura 48 – Octávio Medeiros, oficial do SNI de longa data, era cotado para a sucessão presidencial e esteve próximo aos centros do poder durante a transição política



Fonte: Revista *Manchete* (1980).

⁶⁷⁴ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 33, 29 jul. 1989.

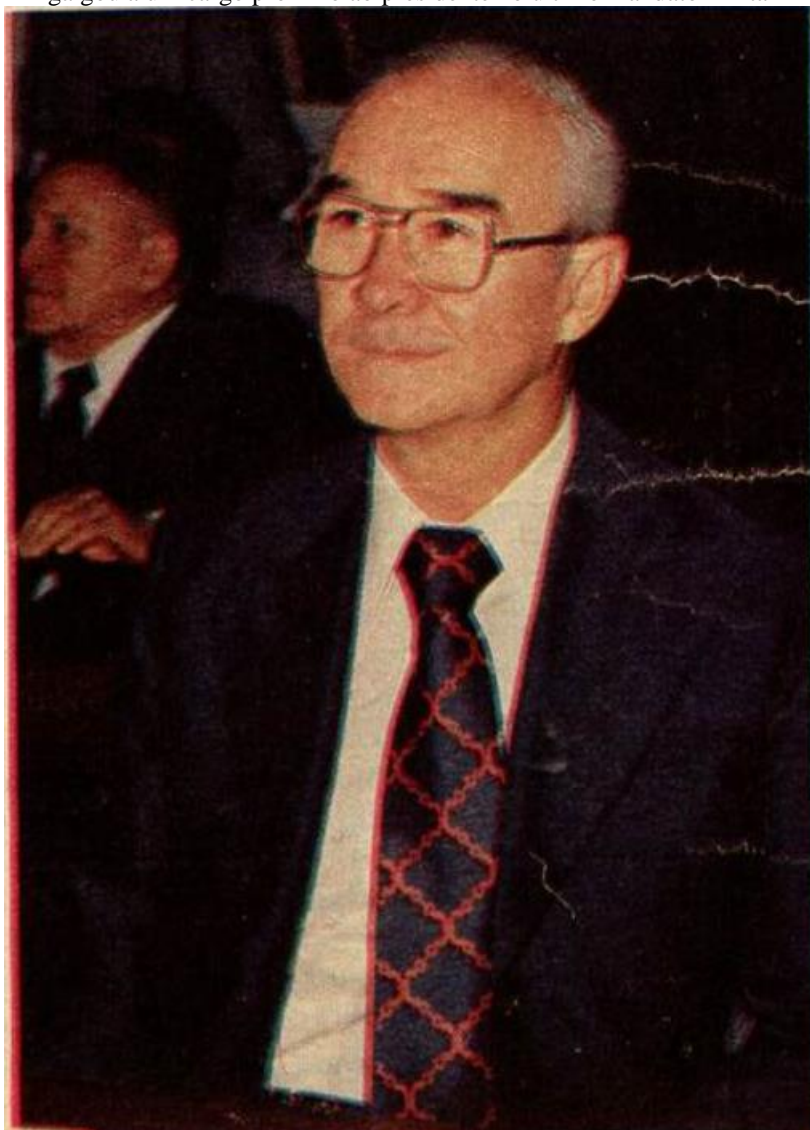
Figura 49 – Medeiros (à esquerda) acompanha discurso do então presidente João Figueiredo em Londrina



Fonte: Revista *Manchete* (1980)⁶⁷⁵.

⁶⁷⁵ FIGUEIREDO desafia negativistas a baixarem o preço do petróleo. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, ed. 1496, p. 151, 20 dez. 1980.

Figura 50 – General Danilo Venturini havia trabalhado no SNI no primeiro mandato de um militar e galgou a um cargo próximo ao presidente no último mandato militar



Fonte: Revista *Manchete* (1980).

Figura 51 – Escândalos envolvendo o SNI estouraram um ano antes da sucessão presidencial e seu chefe, general Octávio de Medeiros, teve de lidar com a mídia negativa envolvendo o órgão e seu próprio nome



Fonte: *Jornal do Brasil*⁶⁷⁶.

Newton Cruz, aos 56 anos, era o segundo elemento mais importante na hierarquia do SNI, ex-adido do Exército na Embaixada do Brasil em La Paz, e fazia parte “de um pequeno círculo de amigos do presidente João Figueiredo e do general Octávio de Medeiros, os chamados ‘amigos ao pé do fogo’”, porque costumavam fazer churrascos durante os finais de semana. O general Octávio de Medeiros costumava chamá-lo ao telefone de “mola mestra”. Com o governador do Distrito Federal, coronel Almé Lamaison, Newton Cruz acompanhava o presidente da República em passeios a cavalo pela cidade, formando o grupo apelidado de “esquadrão da madrugada”. Mais: quando

⁶⁷⁶ CAPEMI teve ajuda do SNI e está à beira da falência. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1983. 1º Caderno, p. 13.

Figueiredo era o chefe do SNI, Newton Cruz era seu chefe de Gabinete. Esperava-se que, Octávio de Medeiros se tornasse chefe do Gabinete militar, abrindo caminho para que Newton Cruz ascendesse à chefia do SNI⁶⁷⁷.

O ex-chefe da AC foi um dos nomes citados entre os envolvidos na morte do jornalista e colaborador do SNI, Alexandre Baumgarten, processo no qual foi considerado réu pelo Judiciário, juntamente com mais dois agentes de informações⁶⁷⁸. O corpo do jornalista apareceu na praia da Macumba, no Rio de Janeiro, no dia 25 de outubro de 1982. No ano seguinte, vazou um dossiê em que o jornalista teria escrito: “nesta data, é certo que minha extinção física já foi decidida pelo Serviço Nacional de Informações”. Continuou: “a minha única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro-chefe do SNI, Octávio Aguiar de Medeiros, ou se foi no nível do chefe da Agência Central, general Newton Cruz”.

No documento, ele citou 14 elementos pertencentes ao quadro do SNI, sugerindo que o órgão havia concordado em ajudá-lo na compra e na recuperação da revista *O Cruzeiro*, falida naquela época, prometendo publicidade com órgãos oficiais e empresas privadas. Saiu na imprensa que o responsável pela divulgação fora o general Couto e Silva, já desligado do governo, em oposição ao presidente Figueiredo, que tentou dificultar a candidatura de Octávio Medeiros⁶⁷⁹.

Com a chegada dos civis, Cruz (Figura 52) teve seu nome excluído da lista dos sete generais de divisão que concorreram à quarta estrela nas promoções de 1985, embora devesse constar entre os cinco a serem agraciados com a promoção, conforme previsto no estatuto militar⁶⁸⁰. Esse rearranjo tem mais relação com o seu linchamento público provocado pelo caso Baumgarten e suas divergências com o novo ministro do Exército de Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, do que com alguma tendência de punição a elementos ligados à repressão.

⁶⁷⁷ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

⁶⁷⁸ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 33, 29 jul. 1989.

⁶⁷⁹ O LIVRO-DENÚNCIA do general Newton Cruz. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 48, ed. 2503, p. 33-38, 8 abr. 2000.

⁶⁸⁰ ALTO comando põe à margem Newton Cruz e destino é reserva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 350, 28 mar. 1985. 1º Caderno, p. 12.

Figura 52 – O chefe da principal célula do SNI foi citado como o organizador da *Operação Dragão*, a qual resultou na morte do jornalista. Uma testemunha garantiu ter visto Newton Cruz na cena do crime



Fonte: Revista *Manchete*.

E, claro, essa configuração da política brasileira durante a abertura, quando a “Comunidade” já havia se instalado no âmago do poder e, com ele, mantendo relações pessoais e politicamente “promíscuas”, de longa data, deve ser levada em conta logo que se analisa a presença persistente dos serviços de espionagem nos setores civis, como foi o caso das universidades. Não havia apenas o interesse do Governo em manter o SNI em funcionamento para gozar de sua estrutura moderna e capilaridade dentro e fora do País. O órgão estava próximo ao poder e soube se beneficiar dessa proximidade, seja através de cargos, seja através de influência política junto à cúpula do regime. Portanto, a descontinuidade de suas atividades significaria abrir mão dessa situação favorável.

Saiu na imprensa, em 1981, que havia muita pressão de militares da reserva, ou em vias de se aposentar, na busca de um emprego na área de informações. Porém, quem já ocupava cargos dentro da “Comunidade” via nisso a chance de alocar, em funções de segurança e informações, elementos sem preparo para a tarefa: não sabiam diferenciar “informação”, o produto acabado, de “informe”, qualquer dado que se permitia chegar à realidade dos fatos. “Criou-se o mito de que a teia de aranha da ‘Comunidade de Informações’ do SNI, as nossas ASI, são intocáveis e muita gente trata de mantê-lo, garantindo o emprego”, declarou um agente de informações ouvido pela reportagem. Não se pode deixar de citar também que, visando ao aperfeiçoamento do serviço de informações prestados nas ASI, o governo aumentou o soldo da reserva remunerada com

altos salários, a serem pagos aos militares que assumissem funções nesses setores de informações⁶⁸¹. A “Comunidade” era uma carreira promissora e almejada, logo, a interrupção de suas atividades significaria a extinção de cargos e salários almejados por membros das Forças Armadas.

Dessa forma, é possível também que os boatos sobre a suposta extinção das ASI tenha sido uma estratégia de contrainformação levada a cabo pelo regime. Pelo menos, foi o que noticiou a imprensa, que citou, até mesmo, que o próprio ministro da Educação e Cultura acreditou no “decreto fantasma”, que nunca existiu. No âmbito da pasta, uma investigação chegou a ser instaurada “para desativar as Assessorias clandestinas”, concluindo que, na verdade, o decreto era uma mentira e que esses órgãos “continuavam investigando a vida dos líderes estudantis e funcionários. Não só para saber o que pensam politicamente”, “mas saber também se eles devem na praça, se são homossexuais etc.”⁶⁸².

A ação das Assessorias, nessa nova conjuntura, precisou passar por algumas adaptações, considerando os “ventos” democráticos que sopraram pelo País, sobretudo, nas universidades, onde os grupos opositores passaram a atuar mais fortemente. Os dirigentes das instituições, principais aliados dos agentes infiltrados em anos anteriores, passaram a gozar de mais autonomia e impuseram uma atitude mais refratária aos desmandos dos órgãos de vigilância.

Em 1983, na UFPA, por exemplo, a ASI local enviou ao reitor informe sobre um professor e um funcionário que eram processados pela Lei de Segurança Nacional, acusados de atuarem com a organização “Alicerce da Juventude Socialista”. O documento, como que, em forma de cobrança de uma postura firme do dirigente, ainda trazia a informação de que as demais pessoas arroladas no processo teriam sido demitidas de seus respectivos empregos.

Em outras palavras, a ASI/UFPA esperava que o reitor tivesse uma atitude semelhante. A resposta do dirigente foi firme, só que, dessa vez, contra a ação executada pela Assessoria, julgando o documento impertinente e desrespeitoso, acrescentando que só demitiria os servidores se fossem condenados⁶⁸³. O texto denota uma mudança de postura de um reitor da UFPA em relação ao atendimento das demandas encaminhadas

⁶⁸¹ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

⁶⁸² APENAS um acidente de trabalho? **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

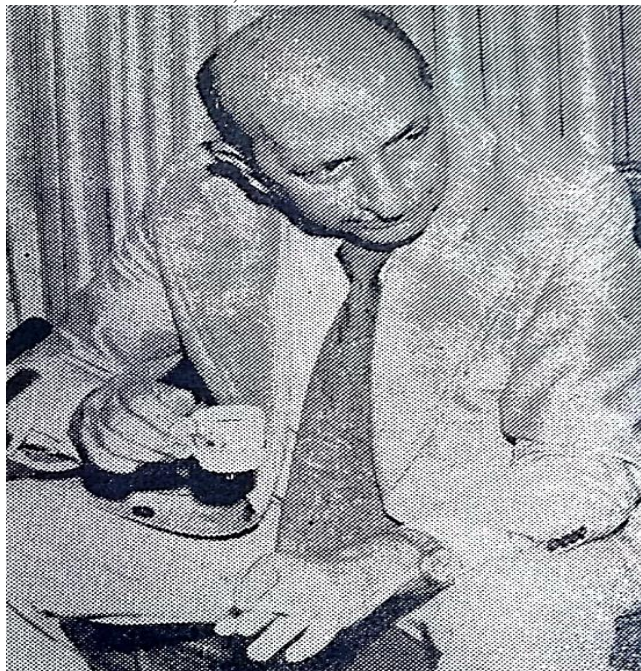
⁶⁸³ Informação nº 248/19/AC/83, ABE/SNI, Confidencial. Belém, 22/12/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

pela ASI no final do último governo militar, mas não denota o desmonte do serviço na Universidade durante a distensão política.

Em meados de 1975, havia o desejo, por parte da Reitoria da UFPA, de que a ASI mantivesse sua atenção na Universidade, o que pode ser percebido através de ofícios trocados entre Clóvis Malcher e o então diretor do DSI/MEC. Em maio, o coronel Armando Rosenzweig Menezes encaminhou ofício circular a reitores das universidades vinculadas ao MEC, solicitando que se manifestassem sobre a “necessidade, ou não, da existência de Assessorias de Segurança e Informações” naquelas instituições.

O coronel ressaltou que as Assessorias se destinavam “a prestar assistência direta ao reitor da Universidade em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, à Mobilização e às Informações”. Os reitores deveriam informar também “o tipo de ASI que melhor consulte aos interesses” daquela universidade. O documento pedia pressa na resposta, considerando o prazo exíguo para remeter ao SNI proposta de lotação de todas as Assessorias⁶⁸⁴.

Figura 53 – Clóvis Malcher, reitor da UFPA entre os anos de 1973 a 1977



Fonte: *A Província do Pará*⁶⁸⁵.

A resposta do reitor da UFPA foi remetida em 6 de junho, informando que havia necessidade de existência da ASI naquela Universidade e a Assessoria que mais atendia

⁶⁸⁴ Ofício Circular nº 1834, Confidencial, DSI/MEC. Brasília, DF, 22/05/1975.

⁶⁸⁵ MILHÕES de dólares para equipar a UFP [sic]. **A Província do Pará**, Belém, 12 set. 1973.

aos seus interesses era a de “número 3”, “dada sua progressiva ampliação”. Se, por um lado, havia alguma expectativa social pela distensão e pela abertura política no País, por outro, o dirigente da UFPA reforçava a necessidade de manutenção dos serviços de informação ali instalados, bem como salientava que este seguia em pleno processo de “ampliação” naquele *campus*⁶⁸⁶.

Malcher (Figura 53) pleiteava o aumento do quadro de servidores lotados na ASI/UFPA. Se fosse acatado o seu pedido, a Assessoria poderia contar com uma equipe formada por um chefe responsável, dois analistas de informações e dois analistas de segurança nacional e mobilização, além de três membros de apoio (datilógrafo, agente de portaria e agente administrativo). Essa composição era a prevista para o “tipo 3” (Figura 54), conforme legislação vigente⁶⁸⁷.

Figura 54 – Categorizações das DSI e das ASI⁶⁸⁸

Tipo	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	PESSOAL ESPECIALIZADO (CHEFIAS E ANALISTAS)
DSI Tipo 1	35	4 cargos de chefia e 13 analistas
DSI Tipo 2	45	5 cargos de chefia e 17 analistas
DSI Tipo 3	60	6 cargos de chefia e 24 analistas
ASI Tipo 1	2	1 cargo de chefia
ASI Tipo 2	5	1 cargo de chefia e 2 analistas
ASI Tipo 3	8	1 cargo de chefia e 4 analistas

Fonte:

O levantamento realizado pela própria Assessoria, e remetido pelo reitor ao MEC, previa um quadro ainda maior, com uma equipe formada por onze pessoas, acrescentando cargos de motorista, arquivista e mais um de datilógrafo. Esse seria o cenário ideal para que os interesses estratégicos da UFPA fossem atendidos. No entanto, em 1975, a Assessoria, instalada no *campus*, contava com apenas cinco servidores (um assessor especial, um auxiliar de assessor, dois escriturários e um servente)⁶⁸⁹.

⁶⁸⁶ Ofício nº GR/04/75, Confidencial, UFPA. Belém, 06/06/1975.

⁶⁸⁷ Ofício nº GR/04/75, Confidencial, UFPA. Belém, 06/06/1975. Anexo A. O documento fazia referência ao Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. Eram previstos três tipos de Assessorias (1, 2 e 3), quanto ao número de servidores: dois, cinco e oito, respectivamente. BRASIL. Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. Aprova o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações; revoga o Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970, e o Decreto nº 68.060, de 14 de janeiro de 1971. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 4, p. 90, 1975.

⁶⁸⁸ BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília, DF: CNV, 2014a. p. 126.

⁶⁸⁹ Ofício nº GR/04/75, Confidencial, UFPA. Belém, 06/06/1975 (Anexo B).

Enquanto aguardava uma “reestruturação” em seu quadro, a ASI recebeu visita do diretor do DSI/MEC em 25 de agosto de 1975. O coronel chefe da Divisão deve ter notado algumas irregularidades no funcionamento da Assessoria, uma vez que, no dia seguinte, o responsável pela ASI encaminhou ofício ao reitor da UFPA, tratando de ressaltar alguns cuidados que se deveriam observar, por parte daquele gabinete, como não encaminhar os interessados (em “viagem ao exterior, lista sêxtupla, nomeações etc.”) à sede da ASI. Os postulantes não poderiam, em hipótese alguma, tomar ciência da Ficha de Qualificação elaborada pela Assessoria a seu respeito. Concluiu o diretor: “estas prescrições deverão ser rigorosamente obedecidas, porque a atividade da ASI/UFPA é intrinsecamente sigilosa. Assim sendo, ninguém seria informado que seu processo teria de tramitar pela ASI e pelo SNI”⁶⁹⁰.

Outra prescrição foi encaminhada pelo DSI/MEC em abril de 1976. Dessa vez, a divisão orientou que a UFPA, em situações em que fosse solicitada a concessão ou a prorrogação de passaporte diplomático ou de serviço, procedesse com as necessárias averiguações para que se constatasse não existir, para o interessado e para sua família, impedimentos de ordem subversiva, ideológica ou política⁶⁹¹.

O aparato repressivo instalado dentro da UFPA estava longe de ser desaparelhado naquele momento. Como se viu acima, pensava-se, de maneira oposta, em formas de estruturar melhor a equipe de vigilância. Um ano após as trocas de correspondências entre o reitor e o DSI/MEC novamente o assunto veio à tona. Rosenzweig esclareceu a Malcher quais eram os procedimentos a serem seguidos para o preenchimento de vagas aprovadas para a ASI/UFPA. A Universidade deveria encaminhar àquela Divisão “Ficha Modelo” dos elementos cogitados para os diversos cargos e funções para que a Agência Central do SNI procedesse com a liberação dos novos membros. Tudo em caráter “Confidencial”, como de costume, especialmente, em relação aos nomes dos indicados, os quais deveriam ser preservados pelo setor de pessoal da UFPA⁶⁹².

Se as lideranças políticas do governo construía a narrativa de que o regime se encaminhava para um processo de “abertura política” e “diminuição da repressão”, o sistema de vigilância, executado pelo SNI, ia em direção oposta, como podemos atestar pelo comportamento da ASI/UFPA após 1974. O *modus operandi* desses órgãos, pelo seu

⁶⁹⁰ Nesse documento, Mário Machado informa também que a antiga AESI passaria a se chamar ASI. Ofício nº 293/75, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 26/08/1975.

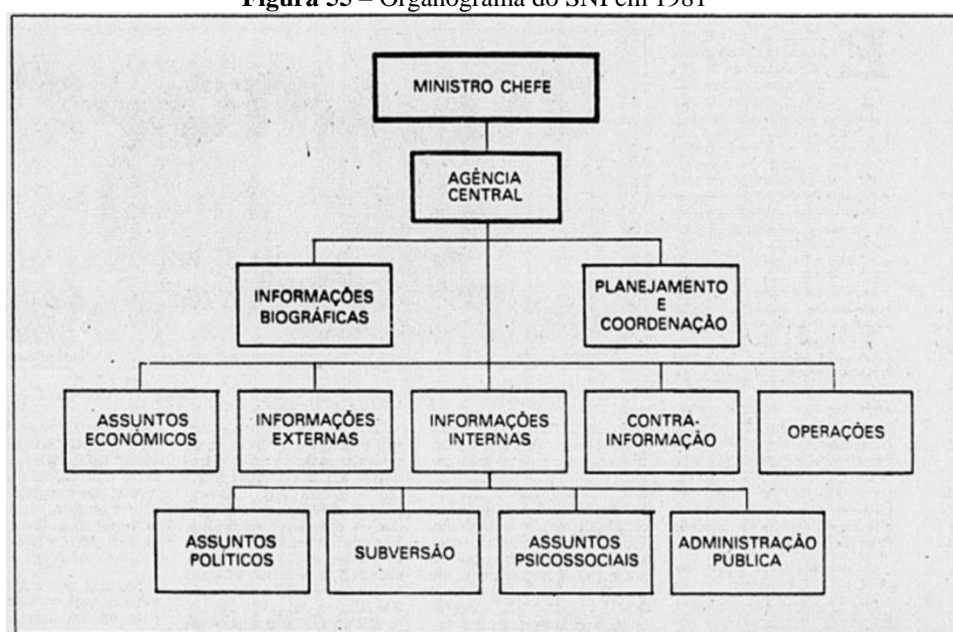
⁶⁹¹ Ofício nº 156/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 07/05/1976; Informação nº 030/2839/76, Confidencial, MEC/DSI. 22/04/1976.

⁶⁹² Ofício Circular nº 042/D/76, DSI/MEC. 22/09/1976.

caráter sigiloso, permitia que sua estrutura continuasse se expandindo dentro das instituições sem causar grandes questionamentos e desgaste para o Governo.

O organograma do SNI, em 1981, desnuda o continuísmo da vigilância e do desvio da função do órgão ainda no mandato do último general presidente. A célula de “Informações Biográficas”, um poderoso e imoral mecanismo de controle usado pelo regime, estava ligada diretamente à Agência Central e, portanto, ao ministro-chefe do “Serviço”. Ainda se manteve um setor apenas para tratar da “subversão” e outro para organizar as “Operações”, conforme Figura 55.

Figura 55 – Organograma do SNI em 1981⁶⁹³



Fonte:

Através da memória de ex-alunos e ex-professores da UFPA, fica evidente que a presença do SNI, no território da Universidade, era de conhecimento da comunidade acadêmica, mas se tratava de uma situação obscura, sem muita clareza quanto à sua atuação e sobre seus agentes. Os estudantes tinham ciência dessa presença tardia, isto é, anos após o início da distensão. Por exemplo, em reunião com calouros do curso de Letras e Artes promovida pelo DCE, em março de 1978, um repórter-fotográfico do jornal *A Província do Pará* foi abordado por um dos representantes do Diretório quando adentrou a sala em que acontecia o evento. O estudante pediu que o profissional apresentasse sua identificação, ao que o repórter-fotográfico respondeu ser ele do SNI, “criando, com isso,

⁶⁹³ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

um clima tenso para a reunião, já que nem todos os participantes perceberam que se tratava de uma brincadeira”, o que o jornal publicou como tendo sido uma postura “autoritária” do DCE⁶⁹⁴.

Apesar da abertura, o regime não intencionava colocar fim à ditadura no Brasil, mas sabia que eram necessários ajustes para garantir sua sobrevivência, o que significou, na prática, fazer concessões, mas com parcimônia, para que não se perdesse o controle do processo iniciado em 1974. A espionagem era uma ferramenta importante nesse contexto, uma vez que os velhos inimigos, os maiores causadores de problemas, deveriam continuar sob observação, em especial, quando o contexto de abertura política oferecia brechas para maior atuação desses elementos.

Quanto aos agentes diretamente envolvidos nos serviços de vigilância, era-lhes interessante que os serviços secretos continuassem “vivos”, garantindo-lhes cargos importantes dentro da burocracia estatal, o que, entre outros fatores, também explica a continuidade da produção de informações sobre as atividades universitárias “suspeitas”, mesmo após 1985.

“Os serviços de informações, seguramente, mudaram seus métodos, mas não definharam”, afirmou matéria de imprensa em 1981. Uma das fontes da reportagem, identificado como um ex-chefe de seção no Estado-Maior da 5ª Região Militar e coronel de Artilharia, disse: “enganam-se aqueles que pensam que a abertura política está restringindo a ação da ‘Comunidade de Informações’”. O coronel garantiu que o sistema de informações estava em constante aperfeiçoamento: “Informação nesse país se tornou quase uma megalomania”⁶⁹⁵. De fato, e se os dados colhidos pela imprensa estavam certos, entre 1981 e 1986, o número de agentes do SNI aumentou em quase 30%⁶⁹⁶.

Em outra fonte de jornal, falou-se que o orçamento do SNI era conhecido, todavia o órgão também se servia de outras fontes de recursos não contabilizadas. Enquanto os demais Ministérios se queixavam da dificuldade de conseguir verbas suplementares, o SNI não enfrentava esse tipo de embaraço, ao tempo que Delfim Netto (ministro de Estado de Planejamento) também não costumava lhe negar pedidos. Enquanto isso, durante a administração do ministro Silvio Frota, o Centro de Informações do Exército (CIEEX), de forma acentuada, presenciou a ampliação de seus quadros. Entre 1982 e 1983,

⁶⁹⁴ NOTA Oficial do DCE. **Resistência**, Belém, ano I, n. 1, p. 7, mar. 1978.

⁶⁹⁵ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

⁶⁹⁶ SNI criará carreira de agente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 310, 16 fev. 1986. 1º Caderno, p. 6.

por exemplo, abriu escritórios nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, onde acomodou mais de 500 homens⁶⁹⁷.

Em outubro de 1976, o reitor da UFPA encaminhou ofício a Rosenzweig para tratar sobre o processo de treinamento dos analistas da ASI atuantes na Universidade. Segundo o dirigente, a UFPA estava “procurando promover a necessária regularização de qualificação profissional” daquela equipe, o que ocorreria dentro do prazo de três anos da publicação do Decreto nº 75.640, de 1975. Por exemplo, o funcionário Alfredo Luiz Cordeiro Neto, analista de Informações B, bacharel em Ciências Contábeis, ocupante de cargo na ASI desde 1º de março de 1973, realizou estágio na EsNI entre 2 e 13 de agosto de 1976 e estava, naquele momento, aguardando convocação para realizar o curso B dessa Escola. Havia, àquela época, uma vaga de Analista de Informações A, que a Reitoria pretendia reservar para o funcionário Renato Pinheiro Conduru Júnior, agente administrativo da Assessoria. Conduru era aluno do quinto semestre do curso de Ciências Econômicas e estava aguardando também indicação para fazer o curso B da EsNI⁶⁹⁸.

Figura 56 – Qualificações técnicas dos funcionários⁶⁹⁹

TIPO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Analista de informações A	Curso superior incompleto e curso “B” da EsNI
Analista de informações B	Curso superior completo e curso “B” da EsNI
Analista de segurança nacional e mobilização A	Curso superior completo em área de atividade-fim do ministério, órgão ou entidade, ou curso de Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas
Analista de segurança nacional e mobilização B	Cumprir os requisitos exigidos para o analista de segurança nacional e mobilização A e possuir três anos de exercício de atividade-fim em órgão setorial ou seccional do Sisni

Fonte:

A Reitoria projetava para os anos seguintes o fortalecimento da equipe especializada da ASI, promovendo a capacitação dos agentes de vigilância e premiando com cargos mais elevados os membros atuais do quadro.

A Ficha de Qualificação de Alfredo Neto indica que ele possuía 33 anos, era natural de Recife, casado, professor colaborador (hora-aula) da Universidade e, antes de integrar a equipe da ASI, foi oficial de gabinete da UFPA⁷⁰⁰.

Alfredo era um indivíduo de classe média-alta, ex-aluno do Colégio Nazaré, próximo de onde residia, na Avenida Braz de Aguiar. Foi admitido como servidor da

⁶⁹⁷ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

⁶⁹⁸ Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976.

⁶⁹⁹ BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília, DF: CNV, 2014a, p. 126.

⁷⁰⁰ Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo A).

UFPA em maio de 1965 e posto à disposição da Assessoria em 1973 pelo então reitor Aloysio Chaves, assumindo cargo de confiança em setembro daquele ano. Respondeu como chefe da ASI entre 3 de julho e 14 de agosto de 1973, substituindo o tenente-coronel Vinícius Martins de Oliveira Mello, situação que se repetiu entre 11 e 16 de fevereiro de 1974 quando o general Mário da Silva Machado se encontrava em estágio na DSI/MEC. Tudo isso enquanto ainda era também aluno da UFPA. Passou a prestar serviço de magistério na Universidade, ligado ao Centro Socioeconômico, Departamento de Ciências Contábeis, após indicação do diretor daquela Faculdade. Em janeiro de 1976, Chaves, já como governador do Estado, requisitou seus trabalhos como assessor técnico da Presidência do Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Alfredo retornou a UFPA em abril⁷⁰¹.

Como pode ser constatado, Alfredo era uma figura promissora e bem relacionada dentro da burocracia do regime e, de fato, isto veremos adiante, seria chefe titular da ASI no governo Figueiredo. Segundo parecer da Reitoria, revelava “ótimos dotes morais, apreciável tirocínio profissional e acentuada capacidade de trabalho”⁷⁰². Conseguiu concluir o curso de Informações Categoria B2 na EsNI em dezembro de 1977, conforme comunicou o diretor da DSI/MEC, Armando Rosenzweig Menezes, ao reitor da Universidade⁷⁰³.

Já Renato Pinheiro Conduru Júnior era um jovem de apenas 22 anos e filho do ex-professor do CCEN, Renato Conduru, falecido em 1974, também colaborador do SNI⁷⁰⁴. Solteiro, residia no bairro de Nazaré, na cidade de Belém. Concluiu seus estudos primário, ginásial e colegial no Colégio da UFPA. Foi admitido como agente administrativo na Universidade em 1 de agosto de 1974. Poucos dias depois, foi formalizado pedido ao NABE para que fosse liberado para ocupar cargo na ASI. Segundo a Reitoria, comprovava “excelente formação moral, interesse no exercício das funções a seu cargo e apreciável capacidade de trabalho”⁷⁰⁵.

Conduru acabou desistindo de cursar a EsNI “por motivos pessoais”, permanecendo no órgão como agente administrativo, função que exercia desde sua entrada na Assessoria. Ao mesmo tempo, após acordo prévio firmado com o reitor Aracy

⁷⁰¹ Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo B).

⁷⁰² Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo C).

⁷⁰³ Ofício nº 181/12746/77/SNM, Confidencial, DSI/MEC. 20/12/1977.

⁷⁰⁴ Encaminhamento, Confidencial, nº 1897/06/ABE/75. Belém, 07/10/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷⁰⁵ Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo D) e Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo E).

Barreto, a Universidade se comprometia em ceder um serventário para preencher a vaga de analista de Informações A que estava vaga naquele momento⁷⁰⁶. O fato foi logo comunicado pelo reitor ao chefe do DSI/MEC, Armando Rosenzweig⁷⁰⁷.

A qualificação do pessoal, que atuava no aparato de repressão no *campus*, acabou perdurando mais tempo. Em abril de 1978, o DSI/MEC informou à Universidade que a regularização da qualificação profissional das equipes das DSI e ASI havia sido prorrogada para o dia 30 de abril de 1979⁷⁰⁸. Sabe-se que o SNI e outros setores graduados depositavam pouca confiança nas Assessorias de segurança e informações instaladas nos órgãos públicos e achava-os despreparados⁷⁰⁹.

Durante essa fase, a vigilância ostensiva também era parte do controle sobre a vida acadêmica. Em 1974, a Guarda de Vigilância fardada da UFPA – segundo dados fornecidos pelo prefeito do *campus*, engenheiro Luiz Gonzaga Bagalha, ao comandante-geral da polícia militar, coronel Douglas Farias de Souza – possuía um efetivo de 96 homens, chefiados por um tenente do Exército. Além da Cidade Universitária, outros vinte prédios espalhados pela capital eram atendidos por meio da realização de rondas feitas com o auxílio de um *Jeep Willie*⁷¹⁰.

Se havia alguma dinâmica de distensão em andamento, ele demorou a chegar a UFPA, pois a repressão continuou agindo em todas as frentes. A presença da polícia militar era também ferramenta de vigilância e repressão dentro do *campus*. Em janeiro de 1977, o comandante-geral da PM, coronel Carlos Alberto Moreira, encaminhou ofício “Reservado” ao reitor, reportando situação que havia ocorrido no Núcleo Pioneiro do Guamá, quando dois estudantes – Ênio Ferreira Gondim e um colega de identidade desconhecida – haviam sido detidos pelo tenente Edson Rodrigues Santiago, oficial de ronda da *Rádio Patrulha*⁷¹¹.

Curiosamente, no tempo em que se encaminhava a abertura política no País, os órgãos de vigilância passaram a ser alvo de boatos, sobretudo, no tocante ao seu presumível desaparecimento. Tanto que, em abril de 1979, o diretor do DSI/MEC, Carlos

⁷⁰⁶ Ofício nº 278/77, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 17/10/1977.

⁷⁰⁷ Ofício nº 006/77 GR, Confidencial, UFPA. Belém, 18/10/1977.

⁷⁰⁸ Ofício nº 091/78, ASI/UFPA. Belém, 12/04/1978; Ofício nº 091/78, ASI/UFPA. Belém, 12/04/1978 (Anexo).

⁷⁰⁹ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

⁷¹⁰ Ofício nº 049/74-PM2, Reservado, Governo do Estado do Pará/Polícia Militar do Estado/Comando Geral. Belém, 01/11/1974; Ofício nº 185/74-PCU, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/11/1974; Ofício GR/10/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/11/1974; Ofício nº GR/10/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/11/1974; Ofício nº 045/74, Confidencial, AESI/UFPA/MEC. Belém, 26/12/1974.

⁷¹¹ Ofício nº 035/77, Reservado, Polícia Militar/Comando-Geral. Belém, 20/01/1977.

Roberto Ferreira Tatit, encaminhou ofício ao chefe da ASI/UFGA para falar sobre a reestruturação do Sistema Setorial de Segurança e Informações. Tatit iniciou sua explanação tratando de “notícias propaladas pelos canais de comunicação sobre a extinção das Assessorias de Segurança e Informações”, esclarecendo que o assunto ainda estava em fase de estudos “pelo escalão superior” e que aquela Divisão vinha “acompanhando de perto” a questão no tempo em que seria comunicado “todo e qualquer fato significativo a respeito”⁷¹². A orientação foi encaminhada pelo chefe da ASI, Mário da Silva Machado, ao reitor da Universidade, Aracy Barreto, a fim de colocá-lo “a par da questão vinculada à possível desativação” das ASI subordinadas ao MEC⁷¹³.

Apesar de procurar acalmar os ânimos quanto a possíveis mudanças estruturais nas “OIs”, o processo de reestruturação da ASI ocorreu um mês depois. Tatit solicitou que Machado fosse dispensado do cargo de chefe da Assessoria, ao tempo que Alfredo Luiz Cordeiro Neto fosse indicado em seu lugar. O diretor esperava contar com a compreensão do reitor para que o destituído fosse aproveitado em outro setor da UFGA⁷¹⁴.

O diretor usou, como justificativa para a troca, determinação trazida pelo Decreto nº 81.512/1978, publicado ainda durante o Governo Geisel, o qual previa que “as Divisões de Segurança e Informações e as Assessorias de Segurança e Informações deverão promover, até 30 de abril de 1979, a necessária regularização da qualificação profissional do seu pessoal”⁷¹⁵. De fato, Alfredo Neto havia sido incluído em lista para participar de treinamento específico em Brasília, cerca de dois anos antes, conforme atesta documento emitido pela Escola Nacional de Informações⁷¹⁶. Relevante destacar: em vez de desarticular as ASI, o regime procurou nomear dirigentes mais qualificados em 1978. Em vista disso, tal inclinação pelo aperfeiçoamento do trabalho de vigilância continuou nos anos seguintes.

É importante também destacar que a ascensão de Alfredo⁷¹⁷ ao cargo de chefe do escritório universitário da vigilância faz parte do processo de mudanças internas pelas

⁷¹² Ofício nº 012/3000/79-SNM, Confidencial, DSI/MEC. 10/04/1979.

⁷¹³ Ofício nº 093/79, Confidencial, UFGA. Belém, 17/04/1979.

⁷¹⁴ Ofício nº 020/3000/79-SNM, Confidencial, DSI/MEC. 08/05/1979; Ofício nº 116/79, UFGA. Belém, 22/05/1979.

⁷¹⁵ BRASIL. Decreto nº 81.512, de 4 de abril de 1978. Dá nova redação ao dispositivo do Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações aprovado pelo Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, v. 4, p. 10, 1978.

⁷¹⁶ Parte nº 014/77, Confidencial, Escola Nacional de Informações. Brasília, DF, 11/05/1977. Fundo Comissão Nacional da Verdade, Arquivo Nacional.

⁷¹⁷ Não encontramos mais uma sequência de documentos assinados por Alfredo Neto para servir de fonte de análise sobre sua conduta como chefe da ASI nos anos finais da ditadura no âmbito da UFGA. Entretanto,

quais vinha passando o SNI. A princípio, quase exclusivamente, o órgão foi composto por pessoal requisitado de outros setores, e os militares ocupavam os cargos de níveis mais altos, dada a dificuldade em se recrutar profissionais habilitados fora das Forças Armadas. Com o tempo, essa realidade foi se alterando e os agentes e analistas já tinham qualidade satisfatória. No início da década de 1980, 26% dos funcionários do SNI eram compostos por militares da ativa, 12% da reserva e 62% de civis, e não havia privilégios dos militares sobre os civis, enquanto os dois grupos exerciam cargos de chefia⁷¹⁸.

Movimento semelhante ocorreu no âmbito do CSN, naquele mesmo período, quando a gama de assuntos tratados por esse órgão se ampliou com a reformulação do conceito de Segurança, e o Conselho passou a recrutar um número maior de civis entre seus colaboradores. Buscava-se estudar questões ligadas às alternativas energéticas, à questão da terra no Sul do Pará, ao Projeto Jari ou, simplesmente, à coordenação das atividades dos diversos Ministérios⁷¹⁹.

Não houve uma cessação das atividades de inteligência, mas uma adaptação às novas práticas de “subversão” e táticas utilizadas pelo inimigo, ao lado de uma progressiva ampliação de seus quadros civis. Poderia citar, por exemplo, os trinta e dois agentes alocados em oito equipes arregimentadas apenas para espionar a 35ª Reunião Nacional do SBPC, ocorrida na UFPA em julho de 1983. A operação, batizada de “Aviú”, contou com a participação de dois analistas do SNI (DSI/MEC) e foi capaz de “observar” 186 eventos durante 8 dias em dez pontos diferentes de Belém. Ainda assim, o CIE, coordenador da ação e segundo o qual o SBPC havia sido atingido desde 1981 pela “radicalização” das esquerdas (PCdoB, MR-8 e *trotskistas*), considerou que as equipes locais dos Órgãos de Informações eram inadequadas, “observando-se a necessidade imediata de ajustá-las às *novas condições de operações*” [grifo meu]⁷²⁰.

podemos garantir que suas ações não cessaram, pelo menos, não antes de setembro de 1987, como pode ser verificado através de documentos trocados entre o chefe da ASI/Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), órgão vinculado ao Ministério dos Interiores, e o chefe da DICAL/DEP, a respeito da lotação de servidores em diversas Assessorias ainda em operação naquele momento. Alfredo Neto é listado como chefe da ASI-MEC/PA, que passou a ser sediada na Rua Dom Romualdo de Seixas, 820. Papeleta nº 014/87-ASI, SUDECO/Ministério dos Interiores. Brasília, DF, 15/09/1987. Fundo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Arquivo Nacional.

⁷¹⁸ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

⁷¹⁹ A CÚPULA do poder é dominada por militares que trabalham juntos desde longos anos. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, v. Brasil, ed. 1471, p. 30-41, 28 jun. 1980.

⁷²⁰ Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Só conseguiremos compreender esse movimento de intensificação das atividades de vigilância dentro do *campus* em épocas de distensão se levarmos em apreço as disputas internas de poder presentes logo após o golpe. Desde a tomada do poder em 1964 pelas Forças Armadas, já era latente a divisão dentro dos quadros oficiais, mais notadamente no Exército, entre aqueles que defendiam uma intervenção suficiente para eliminar o perigo comunista e restabelecer a ordem (Humberto de Alencar Castello Branco, Ernesto Geisel e Golbery de Couto e Silva) e aqueles do grupo chamado de “linha dura”, que defendiam a permanência no poder até a completa eliminação da ameaça comunista (Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici e Silvío Frota).

No momento de abertura iniciada por Geisel, foram justamente membros da “linha dura”, sobretudo, por meio de grupos que formavam a “Comunidade de Informações” (CIE, CENIMAR, CISA, DOI-CODI e SNI), que se colocaram como um dos maiores obstáculos ao projeto de devolução do poder aos civis. O “Sistema”, como eram conhecidos esses órgãos, acumulou poder quase autônomo às cadeias de comando durante a ditadura, de modo que o término do regime significava o fim desse condão. Outra inquietação era a possibilidade de punição aos agentes que cometeram atos contra os direitos humanos, conseqüentemente a perda salarial, uma vez que esses servidores recebiam gratificações especiais à parte do restante da corporação.

A partir de 1973, quando os primeiros sinais de mudança já eram percebidos, os “OIs” começaram uma forte perseguição contra os principais opositores do regime. Insatisfeitos, membros que atuavam na repressão e na área de vigilância promoveram atentados terroristas para desestabilizar a transição e direcionaram ações violentas contra forças oposicionistas (PCB em 1975, PCdoB, OAB e ABI em 1976) e contra supostos elementos subversivos (Wladimir Herzog em 1975 e Manuel Fiel Filho em 1976).

Desafiaram a autoridade do presidente da República e demonstraram que a comunidade de informações estava fora do controle de Geisel. No entanto, ainda que o Governo tenha percebido que era necessário exercer maior autoridade sobre esses órgãos para garantir o êxito do projeto de distensão e limitar o poder da “linha dura”, não abriu mão dos mecanismos de controle criados por essa mesma “linha dura”, como o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional, nem mesmo desmantelou os mecanismos de vigilância⁷²¹.

Cito documento produzido em abril de 1980 acerca da “Subversão no Brasil em 1979”, o qual demonstra que a “Comunidade” acreditava que o ano de 1979 encetaria a

⁷²¹ QUADRAT, Samantha. Os militares, a comunidade de informações e a abertura. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 379-382.

fase de “contraofensiva” momento em que a “luta política frontal de massas passaria ao primeiro plano”, pronto para ser efetivada, quando o regime oferecesse uma oportunidade. No ano de 1978, em relatório produzido pelo CIE e enviado ao SNI, com todos os eventos de natureza política que o caracterizaram e, particularmente, com “as anunciadas ‘aberturas’ políticas instituídas pelo governo Geisel”, sendo estas “assumidas e ampliadas pelo governo Figueiredo em 1979”, “propiciaram ao MCB, dentro da estratégia concebida, definir como sendo essa a oportunidade”⁷²².

Assim que trazemos essa visão para o âmbito educacional, fica mais fácil entendermos a presença tardia da vigilância no território do *campus*. Para a “Comunidade”, e aqui cito novamente o mesmo documento, o comunismo encontrava no movimento estudantil, nesse contexto de distensão, “a direção política avançada” e, através de sua atuação, poderia mobilizar as massas, “rompendo o imobilismo popular não só da classe, mas arrastando consigo a família, por intermédio dos pais e irmãos dos estudantes”⁷²³. A CIE chegou a lembrar, em 1980, que a revogação do Decreto-Lei nº 477/69 fazia parte das “táticas” (termo usado no documento original para designar “Ações Particulares”) do PCB, definidas em sua “Resolução Política do VI Congresso”, com vistas à tomada do poder no País⁷²⁴.

A “Comunidade” estava insatisfeita com o processo de abertura política e o CIE deixou isso bem claro no documento enviado, além do SNI, à inteligência da Marinha e da Aeronáutica, ao Comando Militar da Amazônia, aos I, II, III e IV Exércitos, ao Comando Militar do Planalto, a 4ª Divisão do Exército e as 6ª, 8ª, 9ª e 10ª Regiões Militares. O relatório advertia que, com a realização do XXXI Congresso da UNE em maio de 1979, o objetivo do movimento estudantil de recriar a entidade nacional fora alcançado. “Embora ilegal”, rezou o documento, “o Congresso foi realizado abertamente, porque ‘legítimo’, de acordo com a tática adotada pelas organizações subversivas e contestatórias brasileiras”.

Sua realização fora apoiada por entidades oficiais, e as organizações subversivas apregoavam que a execução do evento caracterizava “uma derrota e uma demonstração de fraqueza do governo”, o qual “preferiu ignorar a realização do Congresso, impedindo

⁷²² Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷²³ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷²⁴ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

qualquer atuação dos órgãos de segurança para reprimi-lo, com o intuito de não macular o ‘processo de abertura política’”⁷²⁵.

Através de outros documentos, podemos atestar a continuidade dos trabalhos da ASI, mesmo após a anistia em 1979: em julho de 1985, o brigadeiro do ar, Afonso Ferdinand Barros e Silva, 1º subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas, solicitou informações sobre Alfredo Neto ao reitor da UFPA⁷²⁶. Meses depois, em dezembro, o brigadeiro informou ao reitor que Alfredo Neto fora selecionado para estagiar no curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, a ser realizado no ano seguinte, referindo-se ao selecionado como “candidato desse Órgão”. Caso houvesse desistência, caberia à UFPA também comunicar à Subchefia da EMFA⁷²⁷ em Brasília⁷²⁸.

O militar seguiu, assim, o que era previsto no § 3º do art. 1º do Decreto nº 75.640/1975, no qual se definia que as Assessorias de Segurança e Informações estavam subordinadas ao dirigente do órgão em *cuja estrutura administrativa se enquadrava* [grifo meu]⁷²⁹. Isso é importante ser destacado, pois evidencia que, mais de dez anos após o início do processo de distensão prometido por Geisel, a UFPA ainda apresentava, em seu organograma, uma ASI, mesmo que aboletada fora do *campus*.

Cito outro documento. Em dezembro de 1983, a agência do SNI em Belém informou ao DSI/MEC algumas dificuldades enfrentadas por Alfredo Neto, agora chamado chefe da ASI/MEC, durante a gestão do reitor Daniel Queima Coelho de Souza. O assessor, segundo a vigilância, teria difundido informações ao dirigente a respeito do professor João Batista Oliveira de Araújo e do artífice de artes gráficas Francisco Antônio Cavalcante Filho, ambos militantes da Alicerce da Juventude Socialista (AJS), os quais foram processados pela Auditoria Militar da 8ª Região, “como incursos nas sanções penais da Lei de Segurança Nacional”.

A ASI/MEC teve como resposta, assinada pelo chefe de Gabinete do reitor, Juracy Sá Neto, memorando no qual “afirmava que o reitor julgou o Informe ‘impertinente e desrespeitoso’”. Ao procurar o reitor pessoalmente para discutir o assunto, o chefe da

⁷²⁵ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷²⁶ Ofício nº 01933-FA-11, Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, DF, 10/07/1985. Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

⁷²⁷ Estado-Maior das Forças Armadas.

⁷²⁸ Ofício nº 03755-SC-1, Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, DF, 06/12/1985. Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

⁷²⁹ BRASIL. Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. Aprova o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações; revoga o Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970, e o Decreto nº 68.060, de 14 de janeiro de 1971. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 4, p. 90, 1975.

ASI/MEC foi “repelido com as seguintes afirmações”: “quanto menos trabalhar a Assessoria de Informações, tanto melhor”; “preferia que os assuntos de informações relativas à Universidade Ihe fossem passadas pessoalmente”; “só demitirá esses funcionários se forem condenados”⁷³⁰.

No ano seguinte, o reitor foi citado em relatório produzido pelo SNI sobre “procedimento irregular de autoridades, federais, estaduais e municipais”, por “seu posicionamento em relação às atividades de informações”. O relatório informava que Daniel Queima possuía “antecedentes considerados negativos” e podiam ser decorrentes de sua “excessiva liberalidade”⁷³¹.

Ao que parece, a relação entre a OI e o dirigente da UFPA já não era amistosa, e o NABE fez questão de incluir no documento encaminhado ao DSI/MEC dados sobre a “conduta anterior do referido reitor”, como o fornecimento de passagens de ônibus a sete alunos para que participassem da III Reunião do Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da União Nacional dos Estudantes⁷³², realizado em julho de 1982, em Belo Horizonte. Naquele mesmo ano, por ocasião da campanha eleitoral, “permitiu a ocorrência de intenso trabalho oposicionista, dentro da UFPA”. Em 1983, “apoiou e participou da 35ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência”, realizada no *campus* da UFPA⁷³³.

Ainda em 1983, forneceu passagens de ônibus para que onze estudantes da Universidade participassem do XXXV Congresso da UNE, realizado em outubro na cidade de São Bernardo do Campo. Para concluir, os agentes de vigilância, lotados em Belém, avaliaram a gestão de Daniel Queima, ressaltando “a falta de energia com que enfrenta os problemas, principalmente de ordem disciplinar, optando, na maioria das vezes, por soluções dúbias”⁷³⁴.

⁷³⁰ Informação nº 248/19/AC/83, ABE/SNI, Confidencial. Belém, 22/12/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷³¹ Informação nº 0325, Confidencial, 17/ABE/84/SNI. Belém, 13/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷³² Segundo informação levantada, “em revelação feita a seus assessores mais diretos, disse que ‘não desejava ter problemas em sua administração causados pela insatisfação de alunos’”. Informação nº 1047, Confidencial, 19/ABE/82/SNI. Belém, 29/11/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷³³ O evento foi meticulosamente vigiado pelas “OIs” da área e recebeu um público grande. Conforme apurou a inteligência do Exército, até maio, quatro mil pessoas já haviam se inscrito para participar. Informe nº 131, Confidencial, E2/83/Comando da 8ª RM/2ª Seção/CMA/Ministério do Exército. Belém, 09/05/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷³⁴ Informação nº 248/19/AC/83, ABE/SNI, Confidencial. Belém, 22/12/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Cito mais três situações envolvendo Daniel Queima que causaram incômodo no SNI. No dia 23 de setembro de 1982, o DCE promoveu manifestação no *campus* da UFPA em prol da construção do restaurante universitário. O evento se constituiu de uma passeata interna, seguida de debates entre a administração e os alunos. Registrou o SNI: o reitor se “mostrou favorável à pretensão dos estudantes; achando que a UFPA deve e precisa ter um restaurante”⁷³⁵.

No dia 23 de junho de 1982, os alunos do curso de Comunicação se manifestaram e enviaram um abaixo-assinado à Reitoria no qual solicitavam a aquisição de equipamento de videoteipe para o laboratório e a recuperação de parte do equipamento de som e gravação “em péssimo estado”. Também solicitaram a contratação de mais dois professores para o curso e a saída dos docentes que não cumpriam a carga horária e fugiam do programa do curso. Foram citados os nomes de quatro professores que se enquadravam nessa realidade.

Tanto o ANDES⁷³⁶ quanto os professores do departamento de Comunicação, de Letras e Artes da UFPA se reuniram em assembleia e publicaram manifestação na imprensa local de “apoio e solidariedade irrestritos aos professores atingidos”. O SNI destacou que o reitor, quando instado a se manifestar sobre o assunto pelos jornais, “respondeu apenas: ainda não se pode ter uma opinião em tese a respeito do assunto”⁷³⁷.

Em outro documento produzido pelo escritório do SNI sediado em Belém e encaminhado à Agência Central, a respeito da “atuação do reitor [Daniel Queima da Universidade Federal do Pará], foi consignado que a gestão do citado não vinha sendo “satisfatória”, por este adotar soluções “pusilânimes” diante dos problemas que surgiam no campo disciplinar. Após, eufemicamente, chamar de covarde o dirigente, o SNI citou que, por ocasião da greve dos professores, eclodida na Universidade em novembro de 1982, o reitor qualificou “como nocivo o acontecimento, mas considerou como legítimas as reivindicações dos grevistas”⁷³⁸.

Esses documentos alvitram que, após a saída da ASI do *campus* e a morte do aluno César Leite em sala de aula, as atividades de vigilância não foram interrompidas, e o chefe

⁷³⁵ Informação nº 1047, Confidencial, 19/ABE/82/SNI. Belém, 29/11/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷³⁶ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

⁷³⁷ Informação nº 1047, Confidencial, 19/ABE/82/SNI. Belém, 29/11/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷³⁸ Informação nº 0854, Confidencial, 19/ABE/83/SNI. Belém, 05/10/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Assessor foi mantido no cargo. A produção de informações sobre a UFPA continuou nos anos seguintes, e o próprio reitor foi alvo desse trabalho.

Temos aqui uma questão importante. Como se viu, a “gênese” da nossa democracia foi marcada pela continuidade da repressão estatal e os trabalhos promovidos pelo SNI, no caso da UFPA, denunciavam mais continuidades no campo da inteligência governamental do que algum tipo de ruptura.

Podemos dizer que essa realidade foi fruto do movimento de “transição transacionada”: houve uma negociação longa que durou quatorze anos, iniciando em 1974 e indo até 1988, com a nova Constituição. A ditadura não foi derrubada pelas forças populares e a figura de José Sarney, como primeiro presidente civil da Nova República, é a expressão dessa ampla negociação e conciliação. Uma das consequências desse processo, somada à ausência de uma discussão sobre o período pela sociedade, são os “cacos da ditadura incrustados” em nossa democracia, aqueles elementos ditatoriais ainda hoje mantidos e reproduzidos: “tendências aristocratizantes” das estruturas políticas, tolerância com discursos pró-intervenção militar, tutela militar presente na Constituição, violência policial (principalmente, contra as camadas populares) etc.⁷³⁹.

Os documentos citados denunciam a presença crescente dos trabalhos da ASI na UFPA e não um desmantelamento desse escritório, como seria de se esperar, dada a distensão anunciada pelo regime. Penso que a documentação produzida pela “Comunidade de Informações”, em especial, pelo SNI, durante os mandatos de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo (como também nos governos civis, como veremos em outro momento), demonstram a presença tardia da espionagem estatal direcionada contra seus opositores. Se os alvos eram ou não “comunistas”, de fato, pouco importa na verdade. Pois esse foi um critério que poderia ser, utilmente, “flexibilizado” pelo regime quando se ansiava por levantar dados comprometedores sobre seus inimigos. A pecha de “comunista”, “esquerdista”, “marxista”, ou outro equivalente, continuou sendo lançada sobre aqueles indivíduos que, politicamente, significavam alguma ameaça ao projeto de poder vicejado no País em 1964. E mais, continuou sendo utilizada como justificativa pelos Órgãos de Informações para bisbilhotar a vida de determinados alvos, maiormente, políticos adversários. Quanto a isso, poderia citar dois documentos.

⁷³⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Os desafios atuais da democracia brasileira. **Boletim Cedes**, 2015. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/janeiro_agosto_2015/Artigo%20-%20Daniel%20Aarao%20Reis.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

A Agência Central do órgão produziu relatório sobre o ciclo de debates “Marx, cem anos depois”, ocorrido no dia 7 de junho de 1983, no auditório do NAEA, promovido pela Casa de Estudos Germânicos e pela Pró-Reitoria de Extensão da UFPA. Romero Ximenes Ponte (deputado estadual) abordou o tema “Marx e o movimento operário”. Raimundo Jinkings (militante do PCB) debateu “Marx e o socialismo real”. Concluiu o SNI: “como é fácil observar, proliferam pelo país, na atualidade, os seminários e ciclos de debates sobre a obra de Marx”, como parte do que o órgão chamou de “insistente campanha proselitista de divulgação do marxismo no Brasil, tendo como público-alvo mais importante a classe estudantil, possivelmente por ser mais vulnerável à aceitação das ideias-força”⁷⁴⁰.

A mesma situação já havia sido notada pela vigilância local dois meses antes. O Seminário denominado “Introdução ao Marxismo”, ocorrido na CAJU, em Belém, teve como palestrantes: Edilza Joana Oliveira Fontes (presidente do DCE entre 1981 e 1982 e militante do PCdoB), Humberto Rocha Cunha (vereador pelo PMDB e militante do PCdoB) e Romero Ximenes Pontes (professor da UFPA, deputado estadual pelo PMDB e militante do PCB)⁷⁴¹.

Nos documentos, é manifestada a vigilância promovida pelo regime sob elementos, ideologicamente, suspeitos e a permanência da preocupação com a “infiltração” de ideias comunistas. Advertiu-se que “professores comunistas e comunistas professores” utilizaram as dependências da UFPA, “com a evidente anuência do respectivo reitor” para organizar palestras e seminários de proselitismo de Marx e do marxismo”. Segundo o relatório, era “sabido que, uma vez conquistada a cultura, nada mais poderá opor-se à implantação do comunismo”⁷⁴². Não é de se espantar que, no organograma do SNI, em 1983, tenha sido mantida uma secretaria de Subversão, “responsável pela avaliação do crescimento das infiltrações comunistas na sociedade brasileira”⁷⁴³.

⁷⁴⁰ Também foram citados como palestrantes: Jean Hebette, Thomas Mitschein, Nilton Miranda, Elson Monteiro, Edna Castro, Mariano Klautau e Henrique Miranda. Resenha Semanal, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 13/06/1983. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

⁷⁴¹ Relatório de Periódico de Informações nº 04/CISA/83. Brasília, DF [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

⁷⁴² Relatório de Periódico de Informações nº 04/CISA/83. Brasília, DF [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

⁷⁴³ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

Em período mais à frente, durante o governo civil de José Sarney, Fernando Collor de Mello, opositor do governo e pré-candidato à Presidência da República, teve um dossiê a seu respeito, produzido pelo SNI, vazado pela imprensa. No documento, o então governador do estado de Alagoas foi comparado ao criminoso norte-americano Al Capone e ao ministro de propaganda nazista Joseph Goebbels, bem como de ser “criador de marajás, quando prefeito de Maceió, em 1981”⁷⁴⁴, além de acusações sobre irregularidades administrativas, tanto como prefeito, quanto como governador⁷⁴⁵. O presidenciável disse acreditar que sua candidatura tenha sido o motivo para o SNI tentar atingir sua imagem: “o SNI não pode ser dono da verdade. Não pode condenar ‘a’ ou ‘b’, sobretudo, quando essas ações visam atingir, coincidentemente, aqueles que são adversários do governo”⁷⁴⁶.

Não causa surpresa, assim, que a ASI tenha tido uma presença tardia na UFPA. Prossigo: no documento já citado, afirmou-se que era tarefa do comunismo, naqueles tempos, “dias de abertura, de dificuldades econômicas e de abstração das Leis”, como definiu a vigilância, dedicar-se à cultura e à educação, “difundida à sociedade civil pelos intelectuais, que são o principal fator revolucionário, os representantes educados da classe operária, como disse Lênin”. O relatório foi concluído com um trecho do livro “Lendo Gramsci” (Dominique Grisoni e Robert Maggiori, Madrid, 1977): “o problema da revolução é também o problema da educação”⁷⁴⁷.

3.2 “Em caráter confidencial”: a permanência do controle e da violência em épocas de distensão política

O ano de 1974 é comumente utilizado como um marco para definir a nova conjuntura que começava a se esboçar na política brasileira: a posse de Ernesto Geisel, o início da abertura “lenta, gradual e segura”, as eleições parlamentares, o fortalecimento do MDB e a configuração de uma nova esquerda e de uma nova forma de oposição. Amiúde, quanto ao papel da sociedade civil e das organizações de esquerda, que

⁷⁴⁴ COLLOR, barrado no Planalto, interpela SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 313, 19 fev. 1988. 1º Caderno, p. 2.

⁷⁴⁵ COLLOR rebate acusações de dossiê feito pelo SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 314, 20 fev. 1988. 1º Caderno, p. 3.

⁷⁴⁶ COLLOR, barrado no Planalto, interpela SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 313, 19 fev. 1988. 1º Caderno, p. 2.

⁷⁴⁷ Relatório de Periódico de Informações nº 04/CISA/83. Brasília, DF [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

definiram novos contornos para a abertura, não podemos perder de vista que o projeto de distensão foi idealizado no interior do governo, em resposta a conflitos internos entre “moderadores” e “duros”. Logo, o plano do regime pretendia administrar os anseios da ala radical de direita, os quais ainda insistiam no uso de métodos drásticos de repressão. Em outras palavras, o que se pretendeu iniciar, em 1974, foi a resolução de conflitos internos nas Forças Armadas e aumentar o diálogo e a negociação nos setores do poder, fazendo, assim, uma “transição por cima”, conduzida pelo bloco dominante em sua fração hegemônica, com o objetivo de perpetuar a reprodução do regime⁷⁴⁸.

Desejo insistir, ainda, no tema e cito aqui documento que circulou entre membros da “Comunidade” em abril de 1980. Nota-se, pouco tempo após o fim do AI-5, da publicação da Lei de Anistia e do início do mandato do presidente João Baptista Figueiredo, o qual assumiu o cargo com promessas de dar continuidade ao processo de distensão política do seu antecessor. O relatório foi escrito pelo CIE, encaminhado ao SNI e a outros “OIs”, no qual se lê o lamento da vigilância com relação às mudanças pelas quais o regime vinha passando.

Acreditava-se que o prosseguimento do processo de abertura política, iniciado no governo Geisel e concretizado, naquele momento, pelo presidente Figueiredo, era “enfocado pela imprensa, de um modo geral, pela imprensa nacional e por panfletos das organizações subversivas, como a mais legítima conquista das oposições”. E mais: “com esta tática, desfigura-se a iniciativa política do governo de recolocar o País dentro dos padrões de uma real democracia”⁷⁴⁹.

Entendido esse pressuposto, não será vista com espanto a continuidade dos serviços de vigilância, conforme o avançar da abertura, como veremos a seguir. Se pelas vias políticas era encaminhado um processo de distensão no Brasil, com Geisel à frente do Governo Federal, prometendo a aguardada abertura, pelos bastidores, o trabalho da vigilância e a ação dos serviços de informações continuavam “a todo vapor”.

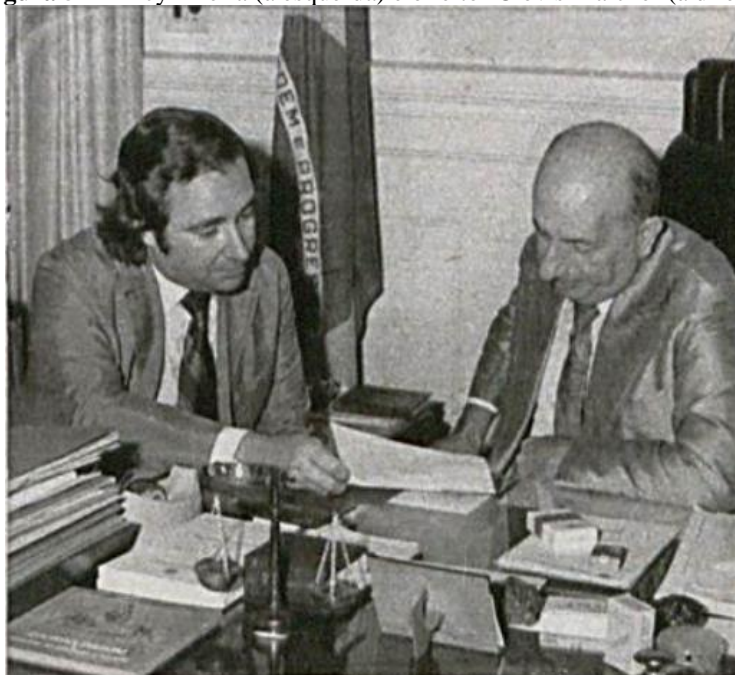
Em abril de 1974, Osny Vasconcellos, recém-empossado como novo diretor do DSI/MEC, encaminhou documento ao reitor da UFPA, desejando “assinalar o firme propósito de assegurar a mais perfeita colaboração desta DSI” com aquela

⁷⁴⁸ ARAÚJO, Maria Paula. **A Utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 116-118.

⁷⁴⁹ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Universidade⁷⁵⁰ (Figura 57). A resposta foi encaminhada por Alcyr Boris de Souza Meira, vice-reitor, que lhe assegurou igualmente “a mais perfeita colaboração”. Posteriormente, outro diretor do DSI/MEC firmou o compromisso de exercer perfeita colaboração com a UFPA, nesse caso, Armando Rosenzweig Menezes foi quem procurou a Reitoria para estreitar relações⁷⁵¹.

Figura 57 – Alcyr Meira (à esquerda) e o reitor Clóvis Malcher (à direita)



Fonte: Revista *Manchete*⁷⁵².

Naquele mesmo mês, o diretor-geral do Departamento de Pessoal do MEC, Adherbal Antônio de Oliveira, encaminhou a todos os dirigentes subordinados a ele, em caráter reservado, documento que versava sobre a legislação ordinária vigente no tocante às aposentadorias compulsórias⁷⁵³.

No dia 30 de abril, Mário da Silva Machado, chefe da AESI/UFPA, transmitiu contraindicação – vinda do DSI/MEC – ao reitor Clóvis Malcher da contratação de José Ubiratan da Silva Rosário, como professor da UFPA⁷⁵⁴. No mês seguinte, a situação se

⁷⁵⁰ Ofício Circular nº 1492/AEPC, Confidencial, DSI/MEC/74. 10/04/1974. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷⁵¹ Ofício Circular nº 5142/GAB, Confidencial, DSI/MEC. 18/11/1974. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷⁵² TEORIA e prática a serviço da integração. *Manchete*, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 310, 1 jan. 1973.

⁷⁵³ Ofício Circular nº 11/74, Reservado, MEC. 29/04/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁵⁴ Ofício nº 011/74, Confidencial, MEC/AESI/UFPA. Belém, 30/04/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

repetiu. Dessa vez, não seria apropriado que uma função de auxiliar de ensino, “segundo registros existentes”, fosse ocupada por Sérgio Alberto Frazão do Couto⁷⁵⁵. Aldo da Costa e Silva também foi um dos nomes vetados, no caso aqui, para função de representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE)⁷⁵⁶.

Como podemos perceber, o SNI parece ter “ignorado” o movimento político de abertura e continuou suas atividades sem grandes alterações. A própria legislação da época reflete essa tendência, a exemplo do Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975, o qual regulamentou as Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e as Assessorias de Segurança e Informações. Segundo essa norma, o DSI/MEC fazia parte da Classificação Tipo 3, quanto ao número de servidores, a maior prevista, podendo lotar até sessenta funcionários. Em nenhum momento, essa lei menciona projetos de extinção ou diminuição dos órgãos setoriais de vigilância instalados nos Ministérios civis⁷⁵⁷.

Figura 58 – As classificações das DSI, conforme Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975⁷⁵⁸

CLASSIFICAÇÃO	EFETIVO	MINISTÉRIOS
Tipo 1	Não superior a 35 servidores	Ministério da Saúde, das Relações Exteriores e da Previdência e da Assistência Social
Tipo 2	Não superior a 45 servidores	Ministério da Fazenda, da Indústria e do Comércio, da Justiça e do Trabalho
Tipo 3	Não superior a 60 servidores	Ministério da Agricultura, da Educação e Cultura, das Minas e Energia, dos Transportes, das Comunicações, do Interior e Secretaria de Planejamento da Presidência de República

Fonte:

Em julho de 1974, o reitor da UFPA, Clóvis Malcher, recebeu documento assinado pelo coordenador do curso de Direito, Adherbal Meira Mattos, tratando do IV Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, a ser realizado no dia 29 em Belém. Tratava-se de uma resposta a vários questionamentos formulados pela ASI, interessada em saber quem fazia parte da comissão responsável, quem era a entidade organizadora, os nomes dos conferencistas e se existia algum pedido de autorização ao MEC para sua

⁷⁵⁵ Ofício nº 015/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/05/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁵⁶ Ofício nº 067/75, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 07/02/1975.

⁷⁵⁷ BRASIL. Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. Aprova o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações; revoga o Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970, e o Decreto nº 68.060, de 14 de janeiro de 1971. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 4, p. 90, 1975.

⁷⁵⁸ BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília, DF: CNV, 2014a. p. 113.

realização. Garantiu Mattos, constituía objeto do encontro, “de maneira restrita”, discussões sobre metodologias de ensino, “sendo vedada qualquer manifestação de caráter político-ideológico”⁷⁵⁹.

Conforme documentos citados até aqui, o fim do governo Médici – o que teoricamente representou o fim dos “anos de chumbo”, da linha dura militar e mesmo a transição para o restabelecimento da democracia – não implicou na redução das atividades dos serviços de informações dentro das instituições civis. Na UFPA, o SNI estava em pleno funcionamento.

Os alunos continuavam sob vigilância; o reitor permaneceu dissuadido de contratar inimigos ideológicos para exercerem cargos na Universidade; os eventos acadêmicos ainda passavam por escrutínio rigoroso; e alunos regularmente matriculados continuavam sendo treinados para atuarem como “infiltrados”⁷⁶⁰. O patrulhamento da vida acadêmica, portanto, seguiu se estruturando, capilarizando-se em todos os espaços que fossem necessários.

A ASI encaminhou ao reitor⁷⁶¹, em setembro de 1974, pedido de busca vindo do DSI/MEC, tendo como assunto “Palestra Sobre Cinema na UFPA”. Aquela Divisão ficou sabendo que, a pedido do professor Ubiratan Rosário, titular da cadeira “Cultura Brasileira”, o poeta João de Jesus Paes Loureiro fez uma série de palestras sobre cinema, “apesar de o reitor haver informado que não autorizava o evento”. Diante do fato, o DSI/MEC queria saber: “como foram conduzidas as palestras?” e “quais as atividades ideológicas contemporâneas de Ubiratan e João de Jesus”⁷⁶².

O serviço de informações estava atento ao que ocorria dentro do *campus*, ciente de que uma palestra sobre cinema poderia ser usada para fins políticos indesejáveis. A vigilância já monitorava Paes Loureiro desde 1964. “Suas poesias, nessa ocasião, eram de tendências francamente esquerdista”⁷⁶³. O elemento continuou no radar do SNI durante o período da chamada distensão política. Em dezembro de 1975, houve o lançamento do livro “Administração de Salários na Empresa”, de autoria do professor de Economia da

⁷⁵⁹ Ofício s/n, Reservado, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 07/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁶⁰ Cito o exemplo de Antônio Nery de Souza Júnior, aluno do curso de Direito. Ofício nº 2, Confidencial, Serviço Público Federal, MI, DNOS, 2ª DRS. Belém, 18/07/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁶¹ Ofício nº 028/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 17/09/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁶² Pedido de busca nº 4036/SI/74, Confidencial, DSI/MEC. 04/09/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁶³ Informação nº 164, Confidencial, 73-SI/SR/DPF/PA. Belém, 07/05/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

UFPA e juiz togado do TRT da 8ª Região, Roberto de Oliveira Santos. O traje da cerimônia era passeio completo, porém, notou a inteligência da Polícia Militar (PA), que Paes Loureiro “se fez presente em traje esporte, inclusive calçando sandálias franciscanas”. A informação sobre a roupa usada por Paes Loureiro fora enviada pela PM ao SNI, à PF e à Secretaria de Segurança Pública⁷⁶⁴.

Essa presença do SNI chegou a se revestir de um caráter de interferência direta na vida universitária e nas condutas dos dirigentes. Naquele mesmo mês, por exemplo, a ASI retransmitiu⁷⁶⁵ ao ABE, escritório do SNI em Belém, texto emitido pela UFPA, sem assinatura, cujo assunto era o “Dr. Augusto Barreira Pereira”. No documento, a Universidade procurou esclarecer ao órgão de vigilância que, desde a implantação da Reforma, em 1970, as antigas Faculdades e Escolas foram substituídas por cursos vinculados aos Centros Básicos e Profissionais, com função “meramente didático-científica”, sem qualquer atribuição administrativa, dirigidas por coordenadores eleitos pelos colegiados dos cursos.

Reforçou que Augusto Pereira era o coordenador do curso de Direito, eleito em janeiro, e que não havia “no processo de escolha qualquer interferência do reitor”. Assim como não havia, por parte deste, possibilidade de interferência “para a destituição do coordenador, que só por decisão de 2/3 dos membros do Colegiado” poderia perder a função. A direção da Universidade ainda conclui: “estranha-se a restrição ao nome do Dr. Augusto, que goza, no seio de seus companheiros, de recoberto conceito, nada se conhecendo que desabone sua conduta ou indique qualquer atividade subversiva”⁷⁶⁶.

A UFPA mandava aqui um recado ao ABE. Admoestava-o sobre alguma restrição que vinha sofrendo o coordenador da Faculdade de Direito, lembrando quais seriam os limites da atuação do reitor dentro da instituição. Vimos, aqui, que não apenas alunos e professores subversivos eram vigiados pelo serviço de informações, mas chefes de departamentos estavam também sob o “olhar” atento do regime.

A vigilância não era apenas de cunho ideológico. Uma das bandeiras defendidas pelos “golpistas” de 1964 foi a luta contra a corrupção e os serviços de informações estavam engajados nas movimentações suspeitas ocorridas dentro das universidades e que

⁷⁶⁴ Informe nº 012/P212, Confidencial, 2ª Seção/Comando-Geral do Estado-Maior/Polícia Militar/Governo do Estado do Pará. Belém, 19/10/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷⁶⁵ Ofício nº 029/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 18/09/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁶⁶ Ofício nº 029/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 18/09/1974 (Anexo). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

encerrassem indícios de desvios ou fraudes. A certa altura, descobriu-se, para citar um caso, que Suely Fraiha, chefe do Departamento Financeiro da UFPA, transferiu sem autorização do reitor Clóvis Malcher, as contas-correntes dos servidores da Universidade, do Banco de Crédito Real de Minas Gerais para o Banco Bandeirante do Comércio. Em consequência, na data do recebimento dos vencimentos, os servidores, sem terem conhecimento do fato, emitiram centenas de cheques, que foram restituídos pelo Banco de Crédito Real por não possuírem fundos. Havia “suspeita de que a nominada tenha procedido desta maneira, a fim de se beneficiar da transação”⁷⁶⁷.

Malcher tratou logo de esclarecer a situação. Segundo resposta encaminhada pelo reitor, a chefe do Departamento Financeiro agiu sem sua anuência, mas realizou a transferência das contas após muitas reclamações dos servidores quanto ao atendimento prestado pela antiga instituição financeira, o qual não estaria sendo realizado de maneira satisfatória. O reitor também procurou afastar a suspeita levantada sobre a servidora, esclarecendo que a mudança para o Banco Bandeirante se justificava, pois este estava recém-instalado em Belém e os demais bancos estavam “sobrecarregados”⁷⁶⁸.

Até mesmo as transferências de alunos de outras instituições para a UFPA deveriam ser prontamente comunicadas à ASI, conforme orientação repassada pela Reitoria ao diretor do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), Artêmio Trindade Ferreira⁷⁶⁹.

Ao mesmo tempo em que o SNI continuou trabalhando para manter os inimigos ideológicos longe da Universidade, o MEC procurou dificultar a revalidação de diplomas, sobretudo, de países com os quais o Brasil não mantinha “Acordo Cultural”, possivelmente, temendo o ingresso de alunos graduados em países do bloco socialista. A ordem do Ministério era que a UFPA consultasse, previamente, o Departamento de Assuntos Universitários do MEC, antes de dar andamento a novos processos de revalidação de diplomas, remetendo, inclusive, a relação completa dos diplomas revalidados até aquele momento. Esse foi o pedido emitido pelo Ministro Ney Braga ao reitor Clóvis Malcher em janeiro de 1975⁷⁷⁰.

⁷⁶⁷ Pedido de busca nº 228817, AESI/UFPA. Belém, 15/10/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁶⁸ Ofício nº GR/09/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 21/10/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁶⁹ Ofício nº 01/75/GR, Confidencial, UFPA. Belém, 21/01/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁷⁰ Aviso Circular nº 122, Reservado. MEC. Brasília, DF, 26/02/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Figura 59 – Ministro Ney Braga (segundo da esquerda para a direita) em encontro com o reitor Clóvis Malcher em Belém em 20 de junho de 1974⁷⁷¹



Fonte:

O ingresso de estrangeiros era também tema de preocupação da ASI. O general Machado, chefe da Assessoria, chegou a solicitar, “a fim de dar cumprimento à determinação superior”, “relação de professores, alunos, conferencistas e estagiários”, todos estrangeiros, envolvidos nas atividades do NAEA. A resposta deveria conter “nome, categoria funcional, origem (residência e local de atividade) e período (início e término da presença)” e ser encaminhada com a maior brevidade possível⁷⁷². Em outro ofício, a mesma solicitação foi feita, só que agora pedindo dados sobre a atuação de estrangeiros em todas as unidades universitárias⁷⁷³.

Além da ABE, chefiada em 1975 pelo coronel Bersange Figueiredo Prates e da própria ASI, a Subcomissão Geral de Informações do Pará (SCGI-PA) requisitava também informações junto à UFPA. O professor Dário Guerreiro de Lemos, presidente em exercício desse órgão, chegou a solicitar dados completos a respeito do professor Augusto Barreira Pereira, coordenador do curso de Direito, visando ao atendimento da “ordem superior”⁷⁷⁴.

⁷⁷¹ ESTUDANTES agradecem a Ney Braga. **A Província do Pará**, Belém, 21 jun. 1974. 1º Caderno, p. 3.

⁷⁷² Ofício nº 171/75, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 06/05/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁷³ Ofício nº 172/75, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 06/05/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁷⁴ Ofício nº 178/75, Confidencial, SCGI-PA. Belém, 12/06/1975; Ofício GR/06/75, Confidencial, UFPA. Belém, 23/06/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

A mesma situação se repetiu no ano seguinte quando Lemos solicitou informações a respeito do professor de Sociologia Orlando Teixeira da Costa⁷⁷⁵, o qual acumulava função com a de presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região⁷⁷⁶. Já na gestão do reitor Aracy Amazonas Barreto, novamente a UFPA recebeu pedido de informações (funções exercidas, horários e remuneração) por parte do órgão. Dessa vez, José Olinto Contente e Ophir Filgueiras Cavalcante eram os “alvos”⁷⁷⁷. Na época, Ophir exercia cargo de auxiliar de ensino, 20 horas, do Centro Socioeconômico, bem como assessor, em cargo em comissão, junto à Reitoria⁷⁷⁸.

Paralelamente, a vigilância sobre os alunos se mantinha firme. A ABE acionou a ASI quanto ao “Boletim de *La Juventud de Unidad Latinoamericana*”, órgão vinculado à “Comissão Organizadora da Juventude de Unidade Latino-Americana”, segundo o SNI, “publicação nitidamente esquerdista”. O tal boletim publicou convocação das organizações juvenis do “Partido Revolucionário Institucional do México e da Ação Democrática da Venezuela” para congresso que reuniria as juventudes democráticas revolucionárias, a ser realizado em Caracas, naquele mês. O SNI queria saber quais alunos da UFPA participariam do Congresso, com dados de qualificação e que a resposta fosse encaminhada com “urgência”⁷⁷⁹.

Estavam atentos os agentes de informação sobre o que acontecia nos países vizinhos, causando-lhes temor de que os discentes universitários fossem “seduzidos” por ideias esquerdistas. Uma notícia publicada na imprensa argentina – tratando de evento a ser realizado no México sobre “Planejamento Educacional na América Latina”, organizado pela “União de Universidades da América Latina, sob os auspícios da Universidade Autônoma do México” – chamou atenção do SNI, porquanto havia indícios

⁷⁷⁵ Ofício nº 179/79 SCGI-PA, Confidencial, Serviço Público Federal. Belém, 03/05/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁷⁶ Ofício nº 007/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 11/05/1976; Ofício nº 007/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 11/05/1976 (Anexo). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁷⁷ Ofício nº 311/77 SCGI-PA, Confidencial, MJ/CGI. 16/08/1977; Ofício nº 374/77 SCGI-PA, Confidencial, MJ/CGI/Subcomissão no Estado do Pará. Belém, 13/09/1977. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁷⁸ A administração da UFPA informou dados sobre Edgard Olyntho Contente, professor-adjunto do mesmo Centro, 40 horas, visto que, possivelmente, houve troca dos nomes na requisição protocolada. Ofício nº 374/77 SCGI-PA, Confidencial, MJ/CGI/Subcomissão no Estado do Pará. Belém, 13/09/1977 (Anexo A); Ofício nº 005/77, Confidencial, UFPA. Belém, 14/09/1977. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁷⁹ Pedido de busca nº 180519/ABE/75, SNI/Agência Belém. Belém, 22/09/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

de que alunos brasileiros estavam sendo motivados a participar da reunião. A ASI⁷⁸⁰ ficou encarregada de informar à ABE respeito de “quaisquer movimentação ou gestão de estudantes e/ou professores que demonstrassem interesse em participar da reunião”⁷⁸¹.

O reitor da UFPA foi instado a prestar informações sobre esse caso em março do ano seguinte, em que deveriam constar nomes de alunos e professores que “participaram ou demonstraram interesse em participar” do encontro, bem como informar à Assessoria de Informações a “ocorrência de convites feitos por organizações internacionais a estudantes ou professores desta Universidade, para participarem de reuniões internacionais (congressos, seminários, simpósios), especialmente na América Latina”⁷⁸².

Para o regime, as universidades eram um espaço a ser protegido diligentemente. Por isso, tudo o que fosse afeito a possíveis “contaminações” estrangeiras chamavam a atenção dos agentes de controle. Por exemplo, a conferência realizada em setembro de 1976 na UFPA pelo deputado suíço e ativista político, Jean Ziegler, “acendeu uma luz de alerta” entre os agentes de informações, ao passo que o DSI/MEC tratou logo de acionar a Reitoria para tratar do assunto e colher mais detalhes⁷⁸³.

O olhar do regime se voltou também para a presença de discentes nascidos em outros países, os quais cursavam as mais diversas faculdades dentro da UFPA. Essa inserção de estrangeiros continuou sendo mote de preocupação entre as autoridades acadêmicas já em anos próximos à abertura política, e dizia não apenas respeito à entrada de estudantes no País, mas também a saída. Em setembro de 1979, o chefe da ASI, Alfredo Luiz Neto, atendendo à determinação do DSI/MEC, solicitou que o reitor listasse os candidatos a afastamento do País para cursos no exterior, especificando a origem dos custos relativos a esses estudos⁷⁸⁴.

Quanto aos estrangeiros matriculados na Universidade, um levantamento foi realizado, a pedido da Divisão, em outubro⁷⁸⁵. A lista incluía mestrandos do curso Internacional de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento (PLADES), da pós-

⁷⁸⁰ Ofício nº 328/75, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 30/09/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸¹ Pedido de busca nº 185319/ABE/75, Confidencial, SNI/Agência de Belém. Belém, 26/09/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸² Pedido de Busca, Confidencial, nº 076/76, AESI/UFPA. Belém, 04/03/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸³ Pedido de busca nº 318/76, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 27/09/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸⁴ Ofício nº 0182/79, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 10/09/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸⁵ Ofício nº 05/79/GR, UFPA. Belém, 10/10/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

graduação em Ciências Geofísicas e Geológicas e alunos de convênio. As origens dos alunos eram Peru, Holanda, Bolívia, Panamá, El Salvador, Espanha, Equador, Colômbia, Nicarágua, Paraguai, Honduras, Costa Rica e Venezuela⁷⁸⁶.

Parece mesmo que assuntos afeitos à dinâmica de ensino despertavam o interesse dos órgãos de vigilância. Os jornais eram escrutinados, pois nas notícias poderiam surgir pistas sobre movimentos subversivos dentro da UFPA. Foi o que aconteceu com uma reportagem publicada no jornal *O Liberal*, de 10 de agosto de 1975, sob o título “Um estranho na Amazônia em desenvolvimento: Teologia”. Segundo a matéria, no curso de Teologia da UFPA, as disciplinas teológicas eram ministradas “sob inteira responsabilidade” do Instituto de Pastoral Regional (IPAR), conforme convênio acertado entre a Universidade e a CNBB, através da Comissão Episcopal Regional Norte II.

A reportagem ainda ressaltava a necessidade de a UFPA estudar formas de garantir à CNBB a capacidade de opinar nos processos de admissão dos docentes responsáveis por essas disciplinas. O SNI tomou conhecimento do conteúdo da notícia e indagou a ASI sobre a atuação do Instituto Pastoral e da Comissão Regional no curso de Teologia. Também quis saber qual “interesse da Universidade em permitir que a CNBB tenha o direito de opinar nos processos de admissão de professores”⁷⁸⁷. Para atender ao pedido, a Assessoria solicitou subsídios ao reitor⁷⁸⁸, mas o SNI ficou sem resposta, tendo de reiterar a demanda em março de 1976.

O retorno à demanda foi assinado pelo reitor, justificando a demora por ele ter estado ocupado em viagem aos Estados Unidos. Esclareceu que o convênio tinha prazo de cinco anos, com previsão de término em 09/11/1977, com possibilidade de renovação. Acrescentou que uma das cláusulas estabelecia que era “de inteira responsabilidade da CNBB a seleção dos professores que ministram as disciplinas teológicas”, mas com a ressalva de que cabia à UFPA a “decisão final a respeito da qualificação legal” dos candidatos apresentados pela entidade. Acrescentou que a “universidade já tinha usado de tal faculdade e vetado, em alguns casos, professores indicados pela CNBB”⁷⁸⁹. A ASI solicitou, então, que o reitor listasse os nomes de todos os professores do curso,

⁷⁸⁶ Ofício nº 05/79/GR, UFPA. Belém, 10/10/1979 (Anexo). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸⁷ Pedido de busca nº 191719/ABE/75, SNI/Agência de Belém. Belém, 09/10/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸⁸ Ofício nº 343/75, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 14/10/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁸⁹ Ofício nº GR nº 003/76, Confidencial, UFPA. Belém, 23/03/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

identificando os indicados pela CNBB e os vetados pela administração da Universidade⁷⁹⁰.

A influência da Igreja Católica sobre a Universidade fazia parte do rol de preocupações do regime. A ASI emitiu “Informação” à Reitoria em novembro de 1976 a respeito do “Projeto Esperança”. Tratava-se de denúncia feita pelos médicos Geovane de Melo Chaves e Antônio Agostinho Pinto da Silva, este diretor Estadual da Legião Brasileira de Assistência, indicando que, por meio de um convênio firmado entre a UFPA e o projeto, comandado pelo frei Lucas Tupper, também conhecido como Dr. James Richard Tupper, distribuíam-se vacinas e remédios de procedência estrangeira à população ribeirinha do Tapajós, “sendo os efeitos desses medicamentos desconhecidos pelas autoridades brasileiras”.

Suspeitava-se, ainda, que a tripulação do barco hospital Esperança fornecia anticoncepcionais à população e que equipes de médicos norte-americanos se incorporavam ao grupo, praticando Medicina no território nacional sem autorização⁷⁹¹. Segundo notícia divulgada em 1970, Lucas Tupper, médico e frade franciscano de trinta e seis anos, realizava conferências nos Estados Unidos sobre as condições de vida na Amazônia e tentava obter ajuda para a população da região, onde o índice de mortalidade infantil chegava a 50% das crianças com menos de um ano. O médico lutava para angariar recursos para o fornecimento de vacinas contra doenças como a varíola, a febre amarela, a coqueluche, a difteria e o tétano⁷⁹².

O DSI/MEC tomou conhecimento do caso e incluiu, em seu relatório, notícia publicada no jornal *A Província do Pará*, de 21 de outubro de 1976, tratando do assunto. A Divisão ainda solicitou informações sobre o convênio, solicitando que lhe fosse remetida cópia do acordo⁷⁹³. Em 1978, o Projeto Esperança foi passado a ser conduzido

⁷⁹⁰ Ofício nº 110/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 29/03/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Na resposta, dois foram listados como os professores indicados pelo IPAR: os padres Jacob Wilhelm Van Winden e Savino Mombelli, ministrando as disciplinas Introdução à Teologia e Introdução ao Mundo Bíblico, respectivamente. Todos os demais docentes pertenciam ao quadro da UFPA. Curiosamente, o reitor retificou a informação dada anteriormente a respeito de vetos a nomes indicados pelo IPAR, esclarecendo que o fato não havia ocorrido até então. Ofício GR nº 005/76, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/04/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁹¹ Pedido de busca nº 383/76, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 30/11/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁹² FRADE tenta obter nos EUA ajuda para as populações sem recursos da Amazônia. **Jornal do Brasil**, Belém, n. 19, 28 jan. 1970. 1º Caderno, p. 14.

⁷⁹³ Pedido de busca nº 231/14641/76/SICI/1, Confidencial, DSI/MEC. 02/12/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

por autoridades brasileiras e prestava assistência médica na cidade de Santarém, contando com a ajuda da UFPA⁷⁹⁴.

A ASI instalada na UFPA também era instada a vasculhar a vida de elementos cogitados para ocupar cargos de comando dentro da instituição. Em maio de 1977, a Assessoria emitiu “Fichas de Qualificação” com a finalidade de liberar nomes constantes em lista sêxtupla para designação como vice-reitor da Universidade⁷⁹⁵. Essas fichas eram chamadas pela sigla de Levantamento de Dados Biográficos (LDB), trazendo campos sobre “Posição Ideológica”, “Atitude com Relação à Revolução de 31 de março de 1964”, “Atividades Subversivas”, “Probidade Administrativa”, “Eficiência Funcional ou Profissional” e “Conduta Civil”. O documento foi encaminhado pela ABE à Agência Central em Brasília, liberando os nomes para aproveitamento.

Interessante notar que alguns dos citados tinham restrições em seu histórico. Moreira Júnior apresentou, em seus registros, apontamentos sobre improbidade administrativa e mal uso de recursos públicos. Ápio Costa foi identificado como membro da Arquidiocese de Belém envolvido em atividades subversivas, ligado à AP e por pouco não enquadrado no AI-5. Joaquim Lemos, quando já era professor catedrático de Direito Civil, manifestou solidariedade à Revolução Cubana em janeiro de 1961 e participou, conforme informação repassada pelo então reitor Silveira Neto, da ocupação da Faculdade de Direito em agosto de 1968, “chegando a dormir com os alunos”⁷⁹⁶. Apesar desses apontamentos, não houve reprovações.

Em março de 1978, a ASI escrutinou outros nomes elencados em lista sêxtupla, dessa vez para o cargo de diretor do Centro Socioeconômico: Armando Marques Gonçalves, Emílio Uchôa Lopes Martins, Hamilton Ferreira de Souza, Ophir Filgueiras Cavalcante, Pedro José Martin de Mello e Wilton Santos Brito. Hamilton foi o único que teve o aproveitamento desaconselhado. Pedro de Mello, conforme apurou o SNI em Belém, “após a Revolução, procurou identificar-se com os revolucionários do Pará, e, em 1968, quando diretor da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais, “evitou uma greve a ser deflagrada, pelos alunos”, além de ser informante da ASI quanto à conduta de seus

⁷⁹⁴ UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

⁷⁹⁵ Antônio Gomes Moreira Júnior, Ápio Paes Campos Costa, Artemidoro Cabral de Mello, Didio Cruz Neto, Geraldo de Assis Guimarães e Joaquim Lemos Gomes de Souza. Pedido de busca nº 146/77/AESI/UFPA, Confidencial. Belém, 25/05/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁹⁶ Informação nº 1390/700/ANE/77, Confidencial. Belém, 20/09/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

colegas de Universidade. Chegou a ser incluído em lista para o cargo de reitor em 1969, mas foi preterido em favor de Aloysio Chaves⁷⁹⁷.

A comunidade acadêmica estava sob constante vigilância e uma reunião de professores poderia gerar um pedido de busca pelo SNI junto a ASI. Em janeiro de 1976, durante encontro do departamento de Morfologia, o professor Mário Sampaio “fez acusações sobre o comportamento político-ideológico de outro professor, Paulo Mendes, de modo que as acusações foram “tomadas a termo”, por sugestão de um dos participantes”⁷⁹⁸.

A vigilância já se tornara, naquele momento, parte da vida acadêmica, e vários eram os assuntos de interesse do regime: por exemplo, a ASI solicitou, em agosto de 1976, que o reitor esclarecesse se estavam sendo rigorosamente cumpridas pela Universidade “todas as prescrições inerentes às Comissões Permanente e Coordenadora de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE e CONCRETIDE)”⁷⁹⁹.

Até questões funcionais eram de interesse da ASI. No dia 25 de março de 1977, um incidente no curso de Direito envolvendo o professor Ernestino Souza Filho chamou a atenção do ABE, que abriu consulta à ASI, que, por sua vez, acionou a Reitoria. O reitor atribuiu o acontecimento “à decorrência de uma possível esclerose cerebral” que acometia o docente, o qual seria afastado do cargo por meio de uma licença. Em fevereiro de 1977, o ASI questionou se Ernestino havia sido licenciado, por quanto tempo e por meio de qual ato da Reitoria⁸⁰⁰. Uma informação como essa poderia passar sem chamar muita atenção, no entanto, o docente apareceu em documentos produzidos pelo SNI a respeito da infiltração comunista no setor público.

A ASI chegava a fiscalizar assuntos mais rotineiros, aparentemente sem vinculações políticas, como o não cumprimento das respectivas cargas horárias pelos

⁷⁹⁷ Hamilton respondeu a inquérito por “emprego irregular de verbas, prevaricação e peculato” quando chefe do setor jurídico da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1964. Por não gozar de “bom conceito moral”, sua indicação para o cargo de vice-diretor do Centro Socioeconômico e para cursar a Escola Superior de Guerra (ESG) também foi prejudicada. Quanto a Ophir Cavalcante, o Sistema conseguiu apurar que se tratava de servidor público que acumulava cargos de maneira irregular e havia abandonado seu “lar” para viver em concubinato com uma colega da UFPA. Informação nº 0684/700/ABE/78, Confidencial. Belém, 16/05/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁷⁹⁸ Pedido de busca nº 005/76, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 06/01/1976; Pedido de busca nº 000571/ABE/76, Confidencial, SNI/Agência de Belém. Belém, 05/01/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁷⁹⁹ Ofício nº 259/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 16/08/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁰⁰ Pedido de busca nº 046/77, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 28/02/1977. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

professores. Esse foi tema de ofício encaminhado à Reitoria em novembro de 1979. Na ocasião, a Assessoria alertava o reitor quanto à inobservância, por parte dos docentes, da carga horária de 20h e 40h semanais, o que foi possível concluir após levantamento realizado sobre alguns docentes⁸⁰¹.

Outro caso chamou nossa atenção. Uma situação ocorrida no curso de Ciências Contábeis, a qual envolvia o aluno João de Deus Neto e a funcionária Ana Maria de Melo Meiva, motivou abertura de investigações por parte do chefe da ASI. Segundo o que foi levantado, a referida servidora lançou, “por falta de prática no serviço que lhe foi dado a executar”, incorretamente as notas do aluno.

Trata-se de uma ocorrência corriqueira, mas que foi tratada com atenção pela Assessoria, que chegou a alertar para a conduta inapropriada, visto que a ação cabia ao professor da disciplina. A ficha de qualificação da funcionária (Modelo 14) chegou a ser levantada, mas o caso acabou arquivado⁸⁰². Casos como esse demonstram até que nível de minúcia adentravam as ações do SNI. Um lançamento de nota indevido poderia gerar animosidades e descontentamento por parte dos alunos, o que deveria ser evitado.

⁸⁰¹ Olegário Pereira Reis, Pedro José Martin de Mello Filho, Claudio Jackson Costa, Walter Alexandre da Silva, Roberto Silva da Silveira, Maria Virgínia Guedes Gomes da Silva, Maria Tereza Couceiro Simões e Armando Zurita Leão. Informe nº 244/79, Confidencial, ASI/UFPA. 22/11/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁰² Informe nº 186/80, Confidencial, ASI/UFPA. 11/07/1980; Informe nº 186/80, Confidencial, ASI/UFPA. 11/07/1980 (Anexo). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Figura 60 – Fotografia do reitor Aracy Barreto no dia de sua posse



Fonte: *A Província do Pará.*

Em artigo publicado pela imprensa alternativa, insinuou-se que Aracy Barreto (Figura 60), reitor durante o quadriênio 1977-1981, seria uma “versão mais inteligente e maquiavélica” do capitão José Carlos de Almeida Azevedo, reitor da UNB no mesmo período e conhecido por executar ações truculentas dentro da instituição. Quando assumiu a Reitoria, Aracy Barreto “fez profissão de fé na democracia e na necessidade da participação estudantil nos destinos da Universidade”. E mais: deixou que a campanha eleitoral dentro da Universidade corresse relativamente livre, sem interferir nos resultados que colocaram a chapa “Alternativa” como grande vencedora da disputa eleitoral. No entanto, assim que as novas diretorias dos Diretórios foram empossadas, a Reitoria começou a desenvolver uma “maquiavélica campanha repressiva”.

O reitor passou a proibir que os estudantes se reunissem em horário noturno no Diretório de Medicina, onde tradicionalmente se ajuntavam. Depois mandou apreender o Boletim Informativo do Centro Tecnológico, quando esse reproduziu artigo sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, publicado na *Veja*. Proibiu também os representantes estudantis de entrar em salas de aula para dar avisos, responsabilizando os professores pela não observância dessa determinação. Aracy Barreto também foi acusado de boicotar a “Semana dos Calouros” organizada pelo DCE em 1978. Teria ele afirmado que, enquanto estivesse na Reitoria, “ninguém iria falar mal do governo” e “os representantes estudantis eram agitadores e subversivos”. Qualquer palestra ou conferência só poderia

ser realizada na Universidade depois que o reitor aprovasse, preliminarmente, os nomes dos conferencistas ou palestrantes, “impondo com isso a censura prévia e a castração do direito de expressão crítica na Universidade”. Dois dias após de ter proibido a “Semana” e acusado os representantes estudantis de “subversivos”, saiu uma nota no jornal *A Província do Pará*, “por certo enviada por seus assessores”, elogiando a sua “conduta democrática e dialogadora na UFPA”. Os estudantes, finalizou o artigo, estavam, na verdade, conscientes de quem era Aracy Barreto, que utilizava a “velha tática de morcego”, “abana enquanto chupa”, e interrogavam-se até onde chegariam as diatribes do reitor⁸⁰³.

Em 1980, quando o aluno César Moraes Leite foi morto dentro da UFPA por um agente da PF, os estudantes distribuíram boletim listando alguns dos atos repressivos promovidos pelo reitor Aracy Barreto, como impedir a distribuição da imprensa estudantil, suspender a exibição do filme “Poderoso Chefão” na Faculdade de Direito e ordenar que, durante a aula inaugural do semestre, fosse cortado o som do auditório para que um representante do DCE não falasse⁸⁰⁴. Esse era o perfil do reitor responsável por conduzir a UFPA em épocas de distensão.

Vimos nas páginas anteriores que, justamente quando Geisel anunciou à nação o processo de abertura política, os órgãos setoriais, no caso a ASI/UFPA, produziram maior quantidade de informações com referência aos inimigos internos, movimento esse que segue uma lógica e reflete o esforço de conciliação entre os grupos que disputavam o poder nas Forças Armadas e o desejo de perpetuação do regime de então. Portanto, não é “paradoxal”, como já foi sugerido em determinada literatura⁸⁰⁵.

Era necessário que o processo de distensão não saísse do controle e caberia às “OIs” garantirem isso. Em documento produzido pelo escritório do SNI, em Belém, em 1978, o órgão afirmou que “atividades violentas de contestação” poderiam ocorrer caso o movimento estudantil no Pará saísse às ruas para manifestações públicas, como aquelas ocorridas nas regiões do Sul do País no ano anterior⁸⁰⁶. Sendo assim, não causa estranheza que, no caso da UFPA, ao novo reitor, selecionado pela Presidência da República, fosse atribuído um papel de dificultar as movimentações oposicionistas intramuros. A própria escolha de um reitor com o perfil de Aracy Barreto, tido, entre os alunos, como “o reitor

⁸⁰³ NA REITORIA, um novo capitão Azevedo? **Resistência**, Belém, p. 2, maio 1978.

⁸⁰⁴ APENAS um acidente de trabalho? **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

⁸⁰⁵ Motta (2014, p. 213-216.)

⁸⁰⁶ Informação nº 0612, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 27/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

mais fascista que já passou pela UFPA”⁸⁰⁷, denuncia a intenção do regime em manter o controle autoritário sobre a sociedade durante a chamada “abertura política”.

Não ignoremos também que o anúncio da abertura política, ainda que, de maneira lenta, gradual e segura, causou descontentamento nos grupos da Comunidade de Informação e da repressão, que iniciaram diversos atentados visando desestabilizar o processo de transição e demonstrar que o “perigo vermelho” ainda se fazia presente no Brasil. Geisel, para dar andamento à política anunciada em 1974, teve de exercer controle maior sobre a “Comunidade”, afastando seus líderes públicos para garantir respaldo popular, mas, ao mesmo tempo, mantendo o aparato repressivo atuante para conter a oposição.

As mobilizações da sociedade civil e as ondas de greves pela volta do Estado de Direito evidenciaram ao governo que a “Comunidade” precisava ser controlada, mas não desmontada, dado o seu papel na luta contra as forças opositoras do regime e no controle do processo de transição. Resultado: o aparelho repressivo não foi apeado nem por Figueiredo, sucessor de Geisel, cabendo a Fernando Collor encerrar as atividades do SNI apenas em 1990⁸⁰⁸, o qual já havia declarado, quando governador, que o SNI não poderia pairar acima dos cidadãos⁸⁰⁹.

Em discurso proferido a lideranças políticas na cidade de Santarém em 1978, Geisel se disse “revolucionário” e manifestou seu desejo de que a “Revolução” continuasse, a qual, segundo o presidente, não se caracterizava por sua ação punitiva, mas pelo que havia construído: “essa Revolução vai continuar e Deus permita que continue por um século afora, porque é a Revolução que visa ao bem do homem brasileiro”.

No mesmo discurso, afirmou ser preciso que, no Congresso Nacional, os deputados e os senadores da ARENA fossem maioria, condição que seria definida em novembro daquele ano, garantindo “seis anos ou quatro anos tranquilos, com paz e ordem”. Encerrou sua palavra pedindo votos para o então candidato ao senado, Aloysio Chaves, e proferindo elogios ao governador indicado, Alacid Nunes⁸¹⁰.

⁸⁰⁷ CORRUPÇÃO na UFPA: Reitor contrata professor fantasma, emprega toda a família, e dá a direção de um órgão de pesquisa para a Jari. **Resistência**, Belém, ano III, n. 16, p. 8, 1 set. 1980.

⁸⁰⁸ QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o MERCOSUL do terror. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, 2002. p. 180-181.

⁸⁰⁹ COLLOR, barrado no Planalto, interpela SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1988. Política, 1º Caderno, p. 2.

⁸¹⁰ GEISEL, Ernesto. **Discursos**: 1978. v. V. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1979. p. 416.

Quando analisamos essas palavras, temos a impressão de que, às vezes, nem mesmo no âmbito discursivo se sinalizava uma intenção de promover rupturas e iniciar um novo sistema político, em que os militares voltariam para a caserna e concluiriam o processo “revolucionário” que acreditavam ter iniciado em 1964.

Dois anos após a fala de Geisel, a “Comunidade” comentava, internamente e em caráter sigiloso, que “a chama da Revolução” não foi “extinta”, embora as esquerdas insistissem ter sido ela “revogada por decreto”. Ainda nessa fonte, produzida pelo Centro de Informações do Exército, afirmou-se que as manifestações das esquerdas visavam ao afastamento das Forças Armadas do plano político, utilizando “certos chavões”, como o “Retorno aos Quartéis”, o que encontrou ressonância na população que, segundo descrito no relatório, aceitou e concordou que estava encerrada a participação dos militares na política” e que era hora de se “recolherem à caserna”. Lamentou-se que a oposição atribuisse às Forças Armadas o “pesado ônus dos insucessos” dos “governos revolucionários”, particularmente, no momento crítico pelo qual passava o País, “com um dos maiores índices inflacionários desde 1964”⁸¹¹.

O resultado foi que a “Comunidade” se manteve no encaço dos inimigos do regime. Sabe-se que o SNI colheu, durante o ano de 1978, várias informações sobre as reuniões realizadas na sede da SPDDH, das quais participavam professores e alunos da UFPA, além de ex-líderes estudantis, e remeteu-as a vários órgãos de informações da área e à polícia federal. As discussões e as estratégias do grupo foram anotadas com minúcia pelos agentes do “Serviço”, bem como a respeito de seu principal meio de divulgação e denúncia, o jornal *Resistência*⁸¹².

Resultado: em agosto de 1978, o Departamento de Polícia Federal (DPF) do Pará apreendeu a 5ª edição do jornal na Gráfica Salesiana do Trabalho, onde o jornal era impresso. Na ocasião, foi detido o gerente da gráfica, Paulo Rocha, liberado após prestar depoimento no DPF/PA. Segundo informações do delegado Sadoc Reis, do Setor de Investigações Policiais do DPF, a ordem de apreensão partiu diretamente do Ministério da Justiça. A edição apreendida, cuja tiragem era de cinco mil exemplares com trinta e duas páginas, denunciava torturas a presos políticos.

⁸¹¹ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸¹² Informação nº 1091, Confidencial, 119/ABE/78/SNI. Belém, 29/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

A SPDDH emitiu nota sobre o ocorrido, manifestando surpresa, em especial, pelo fato de ter ocorrido quando o Governo Federal apregoava “a liberalização da censura nos órgãos de divulgação, contradizendo-se com sua atitude”. O Sindicato de Jornalistas Profissionais no Estado do Pará, em nota oficial publicada nos jornais, apresentou um “protesto público” contra a apreensão do *Resistência*, lamentando que a ação tenha sido tomada justamente “no momento em que toda a sociedade civil cobra do Estado a restituição dos direitos e garantias individuais, da plenitude institucional, da normalidade política e das liberdades fundamentais”⁸¹³.

O ministro da Justiça determinou a instauração de Inquérito Policial com base na Lei de Segurança Nacional. Segundo deslindou o SNI, havia comentários entre membros da SPDDH de que essa edição especial seria um teste, com as autoridades e o público em geral, “para verificar se a entidade poderia, no caso de não haver reação desfavorável, passar a uma linha de maior radicalização contestatória”. Apesar de saberem que a edição continha acusações violentas, prosseguiu o SNI em seu relatório, “os mentores da SPDDH esperavam reações somente depois da colocação do jornal para a venda ao público”⁸¹⁴.

⁸¹³ Informação nº 1091, Confidencial, 119/ABE/78/SNI. Belém, 29/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Quanto ao ME, apurou o SNI que o fato foi “explorado” pelo DCE e pelo Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Superiores do Pará, os quais, em nota conjunta, divulgada era panfleto distribuído na UFPA, denunciaram e repudiaram a medida adotada pela polícia federal, ao final, reafirmaram irrestrito apoio à SPDDH e “aos companheiros ameaçados”. Informação nº 1091, Confidencial, 119/ABE/78/SNI. Belém, 29/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸¹⁴ Informação nº 1088, Confidencial, 116/ABE/SNI. Belém, 29/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 61 – Edição do jornal *Resistência* apreendido pela PF em Belém⁸¹⁵



Fonte: Jornal *Resistência* (1978).

O SNI continuou acompanhando o caso e prestou atenção no depoimento dado por Paulo César Fontelles de Lima, presidente da entidade, à polícia federal. O “Serviço” notou que o ex-militante da APML do B e ex-líder estudantil foi irônico quando comentou matéria do jornal apreendido que continha “declarações infames e caluniosas ao Exército Brasileiro”. A testemunha afirmou que o conteúdo, “ao contrário do que se possa parecer, presta um subsídio ao Exército para apurar responsabilidades dos que, de fato, torturaram e se afirmam como instituição legal de respeito aos Direitos Humanos”.

Acrescentou, ainda, que “não considerava lícito o processo a que estava respondendo, por ser fundamentado em uma lei ilegítima, que fere os Direitos

⁸¹⁵ FOMOS torturados no Ministério do Exército. *Resistência*, Belém, ano I, n. 5, capa, ago. 1978.

Fundamentais do Homem”. O SNI lamentou que, em nenhum momento, Paulo Fontelles tenha sido inquirido a respeito da linha ideológica “marxista-leninista do jornal e, por consequência, da SPDDH”⁸¹⁶.

E assim a “Hidra de mil olhos”, como se referiu ao SNI o deputado estadual pelo Pará, Ademir Andrade, manteve, secretamente, suas atividades de monitoramento ideológico de estudantes e ex-estudantes universitários, ao mesmo tempo em que a distensão ganhava as páginas dos jornais, sugerindo outra realidade política. Como saiu na imprensa, quando solicitado pelo presidente da República, o SNI voltava não apenas seus olhos, mas seus ouvidos, antenas e agentes, para investigar episódios que poderiam afetar alguma instituição e para subsidiar sua tomada de decisão⁸¹⁷.

A expressão denota essa imagem de onipresença construída pelo órgão que fazia com que as oposições atribuíssem ao “Serviço” tudo o que acontecia, ou aconteceria⁸¹⁸. Como recordou a imprensa, já durante o governo de José Sarney, o SNI era mitificado pela aura de eficiência e, durante o regime militar, vivia-se a certeza de que “sabia de tudo e de todos, com sua rede de agentes espalhados por todo o país”⁸¹⁹.

Alguém poderia, ainda, levantar que esses poderiam ser casos pontuais, colhidos à sorte, e que a “Comunidade” ensaiava, no todo, seu fenecimento. Quanto a isso, saltando quatro anos para frente, ou seja, 1982, posso dizer que o SNI em Belém era capaz de estar a par das palavras exatas usadas em comentário negativo proferido, informalmente, por um professor de cursinho da capital no tocante ao conteúdo programático do vestibular para ingresso na UFPA a ser realizado no referido ano.

Professor esse, diga-se, sem nenhum histórico de subversão. O órgão também soube que, por ocasião da cerimônia de colação dos novos médicos formados em julho de 1982, o orador da turma, Mário Miguel Faillace, “criticou o ensino médico ministrado naquela Universidade”. O discurso foi anotado pela vigilância com exatidão: “as deficiências do ensino médico são de tal ordem que o diplomando não se sente seguro para exercer a medicina, imediatamente à conclusão do curso”⁸²⁰.

⁸¹⁶ Encaminhamento nº 1142, Confidencial, 116/ABE/SNI. Belém, 12/09/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸¹⁷ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989.

⁸¹⁸ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

⁸¹⁹ SARNEY descobre na burocracia o terceiro fantasma do governo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 244, 8 dez. 1985. 1º Caderno, p. 32.

⁸²⁰ Informação nº 1047, Confidencial, 19/ABE/82/SNI. Belém, 29/11/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

O ex-ministro da Marinha, marechal Maximiano da Fonseca, reclamou que o governo brasileiro não foi informado de que a Argentina estava para invadir as Malvinas, evento sobre o qual os militares tomaram conhecimento através da imprensa, e o coronel da Reserva, Sebastião Ferreira Chaves, disse que o SNI falhou gravemente no caso dos dois grandes choques do petróleo, ocorridos em 1973 e 1977. “Seria relevante o Brasil ter a informação, a previsão ou a estimativa do que estava para ocorrer e do significaria”, disse o coronel⁸²¹. Conforme as fontes atestam, as prioridades do SNI eram outras.

3.3 “Os estudantes têm voz firme”: o movimento estudantil e a luta contra o entulho autoritário

As universidades foram palco para a atuação das “forças antagonistas”⁸²² do regime desde o golpe em 1964 e, mesmo diante de todas as dificuldades impostas pelo AI-5, quando os estudantes tiveram de reelaborar suas formas de atuação, esses espaços constituíram-se focos importantes para a manutenção da luta político-democrática contra os militares. A chamada fase de distensão foi um período importante de “consciência política coletiva” para o ME, ocasião em que as demandas estudantis se imbricaram com anseios de “grupos sociais mais amplos”, e as aspirações superaram o círculo corporativo, aproximando-se dos “interesses de outros grupos subordinados”.

Além de lutarem por maior participação política dentro das universidades, pela legalização da UNE e pela reestruturação dos órgãos de representação estudantil, os alunos engrossaram as campanhas em defesa da anistia, do retorno dos exilados, das eleições diretas para presidente da República, do pluripartidarismo etc. (“germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais”).

Esse movimento, em que os estudantes se projetam em direção à “grande política” para usar mais um termo *gramsciano*, aumentou ainda mais a preocupação dos “OIs”, como veremos agora, que lamentaram o que chamaram de “retorno à baderna”⁸²³.

Correspondências trocadas entre órgãos de vigilância em junho de 1977 oferecem pistas de como o regime lidou com a nova atuação do movimento estudantil em época de

⁸²¹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

⁸²² GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 16; 21-22; 37; 41.

⁸²³ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

abertura política. Por exemplo, o SNI demonstrou preocupação com a circulação do jornalzinho *Alternativa*, publicado pelos DA Socioeconômico, Biomédico e Ciências Humanas da UFPA, o qual realizava denúncias contra o então presidente do DCE. O periódico universitário era impresso com o apoio do Grêmio Estudantil do Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo.

Esse grupo convocou os demais estudantes, até mesmo alunos secundaristas, para reunião no *campus* no dia 19 de maio, onde seria realizada a apresentação da banda universitária “Sol de meio-dia”. Conforme apurou o SNI, tudo isso fazia parte de uma manobra para que os “estudantes mais radicais” assumissem o controle do Diretório, dando “início às agitações estudantis, solidariedade as que vinham ocorrendo no Sul do País”. A Divisão de Censura da polícia federal acabou não autorizando a reunião. Um agente da agência ouviu da informante Vanda Chefren, aluna da UFPA, que “haveria um Movimento Estudantil de Massa” naquele mês, com finalidade de destituir o presidente do DCE. Curiosamente, Vanda foi um dos alunos identificados pelo SNI como os “cabeças” do jornal⁸²⁴.

⁸²⁴ Entre os “cabeças do Movimento contrário ao presidente do DCE”, foram identificados: Maria de Fátima Batista Pinheiro (Direito), Egídio Machado Salles Filho (casado com Léa Maria Klautau de Araújo Martins, presidente do DA de Ciências Humanas), Antônio Luiz Caetano, Kléber Marruaz da Silva (DA Socioeconômico), Afonso Ligório Dias Klautau (DA de Ciências Humanas), Henrique Jochims (presidente do DA Biomédico), José Otávio Magno Pires, Ana Maria Caraciolo Rocha, Vanda Chefren de Souza, Amilcar Ximenes Ponte, Inácio Obadia (ex-presidente do DCE, 1976) e Paulo Roberto Ferreira (candidato derrotado nas eleições à Presidência do DCE em 1976). O professor José Carlos Dias Castro seria, segundo o SNI, “um dos orientadores e incentivadores dos estudantes”. Informação nº 0835/116/ABE/77, Confidencial, NABE. Belém, 07/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 62 – Capas de jornais divulgadas na 18ª edição do jornal *Resistência*. Havia ainda o *Tribuna Estudantil*, apreendido pela polícia federal⁸²⁵ nas bancas de jornais de Belém



Nota: a imprensa alternativa era um campo de divulgação e luta usado pelos opositores do regime militar no Pará.

⁸²⁵ Informação nº 0217, Confidencial, 119/ABE/78/SNI. Belém, 02/02/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

A rejeição ao presidente do DCE em 1977, Alexandre Achá, parecia ser realmente considerável, haja vista que os Diretórios Acadêmicos dos centros, que compunham o Conselho do DCE, acusaram-no, em maio de 1977, de “estar agindo irregularmente no cargo” que ocupava há oito meses. A Reitoria, a quem cabia durante esse período investir no cargo o presidente do DCE, decidiu encaminhar o processo ao Conselho Universitário, conforme previsto pelo Regimento da UFPA⁸²⁶.

Além de jornais alternativos e de entidades de representação estudantil, outras atividades tidas por suspeitas chamaram atenção da vigilância dentro do UFPA. Alguns alunos, entre eles Vitor Eduardo Ferreira de Azevedo, “foram de turma em turma, dentro do *campus*, para avisar que eles iriam ao III Encontro Nacional dos Estudantes”⁸²⁷. No pavilhão denominado “Vadião”, “houve uma assembleia geral, convocada por alguns universitários da UFPA, através de cartazes colocados nos principais pontos de fluxo de alunos”, com o intuito de “discutir e avaliar o Movimento Estudantil no Brasil” e o Movimento Estudantil no Pará.

Presidindo a reunião, o aluno Afonso Klautau pediu que a assembleia manifestasse voto de repúdio ao DCE “por não ter cedido a aparelhagem de som para instalação no local da realização da reunião”. Abordou também a libertação de vinte e cinco estudantes que se encontravam presos no Sul do País⁸²⁸. Eventos como esse sinalizam para o “retorno” dos alunos para atos políticos públicos, o que pouco se viu na UFPA após 1968.

A reunião foi noticiada pelo jornal *A Província do Pará*, que informou ter contado com a presença de cerca de 400 alunos (e não 300 como apurou o SNI), “convocando a classe estudantil a se unir em defesa de seus direitos” e manifestar repúdio ao DCE que,

⁸²⁶ As irregularidades diziam respeito à ausência de prestação de contas da utilização dos recursos do DCE originados dos fundos do “Curso pré-universitário” e da cantina localizada no prédio do Pavilhão de Recreações. O valor recebido pelo presidente também foi objeto de denúncia, pois a quantia de quatro mil cruzeiros mensais em muito extrapolava o valor previsto, que era de mil cruzeiros. Folhas de pagamento que comprovavam o recebimento dos valores pelo presidente do DCE foram entregues ao reitor Clóvis Malcher, que, por sua vez, opinou que não havia provas que comprovassem atos de corrupção praticados pelo aluno. UFPA apura acusações contra o atual presidente do DCE. **A Província do Pará**, Belém, 13 maio 1977.

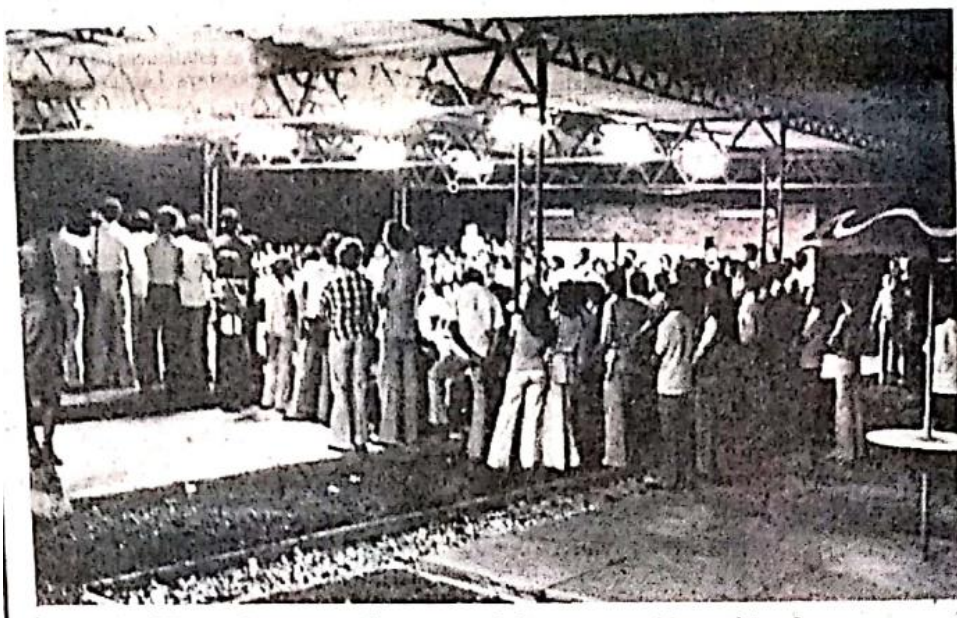
⁸²⁷ Os alunos José Otávio Magno Pires e Afonso Ligório Dias Klautau foram identificados pelo SNI como participantes do encontro. Informação nº 0401/19/AC/77, Confidencial, SNI/Agência Central. Belém, 16/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸²⁸ Através das informações coletadas pelo SNI a respeito desse encontro, que contou com a participação de cerca de 300 alunos, é possível identificarmos uma mudança de percepção que o ME tinha de si. A libertação dos presos, segundo Klautau, foi possível graças à mobilização dos universitários de vários estados e “isto provava que os estudantes tinham voz firme, já eram ouvidos”. Outro estudante, ao tomar a palavra, “fez um retrospecto do Movimento Estudantil, enfatizando que, a partir de 1968, o ME sofreu uma desmobilização”. Outros membros da mesa de trabalho, além de Klautau: Léa Maria Klautau de Araújo Martins, Benedito (sem sobrenome identificado), Durbiratã (sem sobrenome identificado) e um estudante de Minas Gerais. Informação nº 0861/116/ABE/77, Confidencial, NABE. Belém, 14/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

no entender dos líderes do movimento, seriam “pelegos, carreiristas, oportunistas e corruptos”, não representando os anseios de “toda a classe, deixando de zelar por esses interesses, preferindo quedar-se à administração da Universidade”.

O jornal publicou o “Manifesto” aprovado naquela oportunidade, a ser apresentado no III ENE, no dia 21, em São Paulo. O documento trazia a necessidade de haver uma organização universitária em nível nacional, o fim da repressão à livre organização das entidades e a articulação da luta estudantil à luta do restante da população⁸²⁹. A matéria foi acompanhada de uma fotografia, tirada apenas das costas dos alunos, o que o SNI apurou ter sido uma exigência dos organizadores (Figura 63).

Figura 63 – Convocados pelos Centros Biomédicos, Socioeconômico e de Filosofia, os estudantes se reuniram em Assembleia Geral na UFPA no dia 13 de junho de 1977



Nota: a pedido dos presentes, a foto foi tirada de costas.

Na memória do ex-estudante José Carlos Boução da Silva, esse evento é representado como um ato de apoio à UNE, possível através da divulgação de cartazes, uma vez que muitos professores ainda impediam esse tipo de comunicação dentro das salas de aula: “foi um clima interessante, clima que parecia como uma coisa assim de protesto e ao mesmo tempo com receio que a polícia pudesse intervir, investir”⁸³⁰.

⁸²⁹ ESTUDANTES se reuniram ontem em Assembleia no Núcleo. **A Província do Pará**, Belém, 14 jun. 1977. 1º Caderno, p. 4.

⁸³⁰ Segundo Boução, o debate girava em torno da “reorganização do movimento estudantil” e da “participação de chapas, para concorrer à eleição dos Diretórios Acadêmicos”. A testemunha fazia parte do Movimento Alternativa, o qual agrupava alunos de posições políticas diversas, “interessados em organizar a luta estudantil”, não por “posição política, mas sim pela vontade de contribuir com a democratização da Universidade, para a renovação da eleição dos Diretórios Acadêmicos”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO

Mas pelo que lutavam os estudantes nesse momento? Essa é uma indagação imprescindível, pois as “gerações” de “64” e “68” trouxeram pautas diferentes para o debate político estudantil. Em um manifesto publicado na imprensa paraense e assinado pelo DCE, por diversos DA da UFPA e pelo DA do CESEP, encontramos as principais bandeiras do ME naquele momento. Lutava-se contra a legislação repressiva que “amordaçava” a classe estudantil, como os Decretos-Lei “477”, “228” e os regimentos internos das universidades.

Através de congressos e encontros, os estudantes defendiam a reorganização da UNE, “uma conquista irreversível”, que os estudantes do Pará apoiavam. Quanto às demais entidades de representação, lutava-se contra a existência dos Diretórios Regionais Estudantis (DRE), entidades consideradas “burocratizadas e atreladas à administração das universidades, sem autonomia político-administrativa”, conforme previsto no “228”⁸³¹.

O SNI também notou essa mudança. O “Serviço” sugeriu o ano de 1973 como marco do que chamou de “rearticulação” do ME, ocorrida através de panfletagens, greves, representações estudantis ilegais, palestras e “doutrinação no setor secundarista”. Em 1978, o órgão compreendeu que “lideranças estudantis abandonaram as bandeiras que pediam o fim do AI-5, bem como dos Decretos-Leis “228” e “477”⁸³².

O movimento estudantil se dirigia mais diretamente às bandeiras “da anistia, da volta dos banidos e cassados, fim das prisões e torturas, fim do arrocho salarial, criação do Partido Socialista, liberdade sindical e direito de greve”. Mais ainda, a “união estudante-operário, sem abandonarem, no entanto, as de cunho acadêmico”, como melhores condições de ensino e mais verbas.

De acordo com o SNI, nesse período, houve crescimento da “infiltração do ME no meio secundarista”, maiormente, através de panfletos e outras publicações que, “pelos assuntos abordados e mesmo linguagem adotada, apesar de aparecerem como produzidos por estudantes secundaristas, indicam, na verdade, que o são da responsabilidade de ativistas do ME de nível mais elevado”. Estaria evidente um proselitismo que “cada vez

PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com José Carlos Boução da Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 27 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1283>. Acesso em: 16 mar. 2020.

⁸³¹ As lideranças que estiveram à frente do manifesto eram Paulo Roberto Ferreira (Presidente do DCE), Waldemar José de Azevedo, José Carlos Boução e João Carlos Batista (Presidente do DA do CESEP). ESTUDANTES repudiam declarações de candidato. **A Província do Pará**, Belém, 14 jul. 1978. 1º Caderno, p. 12.

⁸³² Como vimos acima, há aqui uma dissensão relacionada à pauta de luta do ME paraense.

mais sistemático”, considerado pela vigilância como “instrumento de doutrinação ideológica de esquerda e contrária, inclusive, à moral”⁸³³.

O SNI citou alguns eventos ocorridos em Belém durante o ano de 1978, os quais o órgão acreditava denotar movimentações político-ideológicas de esquerda e radicalização no ME: início da “Semana dos Calouros” na UFPA em março; “Semana de Debates”, com a apresentação de temas político-contestatórios, no Centro Socioeconômico da UFPA, também em março; ocorrência do X Encontro Científico de Estudantes de Medicina (X ECEM) em julho; reunião do DCE/UFPA nas dependências da UFPA para a campanha “Pé atrás, pé à frente”, visando que estudantes de todos os níveis pagassem meia passagem nos transportes coletivos em agosto; palestra de Darcy Ribeiro no encerramento da “Semana de Ciências Sociais/78”, promovida pelo DA do Centro de Filosofia e Ciências Humanas em novembro⁸³⁴.

Essa fase marcou o início de uma nova atmosfera no cenário político do País, em outras palavras, a posse de Ernesto Geisel, como presidente da República, representou os primeiros passos para o que se chamou de “distensão política”, projeto formulado pelo próprio Geisel e por seu chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, com o objetivo, pelo menos em teoria, de reconduzir o Brasil ao estado de direito. De um lado, havia aqueles que entendiam o projeto como resultado de rachas internos do regime e como uma maneira de institucionalizar cada vez mais a ditadura, o que resultaria em uma “ditadura de fachada”.

Ao mesmo tempo, perceberam ali possibilidades de intervenção da sociedade no curso dessa proposta de abertura. Embora fosse fruto de conflitos entre militares “duros” e “moderados”, a sociedade conseguiu interferir, de forma decisiva, em seu curso, notadamente através do movimento estudantil, disposto a “radicalizar a abertura democrática”. A tática política adotada passou a ser a luta pelas liberdades perdidas com o movimento disruptivo de 1964, considerando o fracasso da luta armada e o argumento de que a oposição precisava se aproximar da sociedade, visão essa que ganhou força entre as esquerdas.

O “enfrentamento” deu lugar à “resistência”, a qual levantou bandeiras pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, anistia, eleições diretas,

⁸³³ Apreciação Especial nº 13, Confidencial, 19/AC/78/SNI. Brasília, DF, 13/12/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸³⁴ Apreciação Especial nº 13, Confidencial, 19/AC/78/SNI. Brasília, DF, 13/12/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional e Apreciação Especial nº 8, Confidencial, 10/AC/78/SNI. Brasília, DF, 29/06/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

garantia dos direitos humanos; e contra a tortura, prisões arbitrárias, censura, Lei de Segurança Nacional etc.⁸³⁵.

Importante destacar que tal processo não foi linear, na verdade, foi marcado por avanços e retrocessos, com “baixas” entre as esquerdas e os movimentos sociais e com o aumento de ações promovidas por grupos paramilitares. Os estudantes estavam interessados em fazer frente em duas lutas: pela reconstrução de suas entidades representativas (notadamente, a UNE) e pela restauração da democracia no País.

Assumiu, desse modo, a bandeira levantada pelas esquerdas, fortemente presente nas universidades, agindo em torno de eleições para Diretórios e DCE, já em processo de restabelecimento em várias universidades. O movimento estudantil associou-se a essa frente democrática, refletindo, com características próprias, os debates centrais promovidos pelas esquerdas naquele momento, amiúde, alguns grupos de esquerda consideravam a luta democrática uma bandeira reformista⁸³⁶.

Durante a realização do XXXI Congresso da UNE, o “Congresso da Reconstrução”, como ficou conhecido, essa incorporação de pautas políticas, não exatamente específicas ao ME, ficou bem marcada. Na reunião plenária, foram aprovados os itens do Estatuto na parte “Da Comissão 4 – Lutas Estudantis”: “pela anistia ampla, geral e irrestrita (aprovada por consenso e aclamação)”; “pela Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana”; e “pela defesa da Amazônia”⁸³⁷.

No mês seguinte, nos dias 7 e 8 de junho de 1979, na sede do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP, foi realizada a 1ª Reunião Deliberativa da entidade, da qual participou Sérgio Carneiro (UFPA). No encontro, foram discutidos a participação da UNE na “campanha pela anistia aos banidos e exilados políticos”, formas de solidariedade a todas as categorias de trabalhadores punidos em razão de movimentos grevistas e contatos com parlamentares para obter a legalização da entidade⁸³⁸.

Lideranças do movimento secundarista paraense, organizadas em torno do Grupo de Reconstrução do Movimento Primário e Secundarista (GREMPS), encontravam dificuldades para se organizar dentro do contexto da abertura política, visto que os centros

⁸³⁵ Araújo (2007, p. 209-212).

⁸³⁶ Entre os atores que foram ganhando espaço, podemos destacar o MDB (vitorioso nas eleições de 1974), a Igreja Católica (atuando principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral da Terra), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o movimento estudantil (puxando as primeiras manifestações de rua) (ARAÚJO, 2007, p. 212-217).

⁸³⁷ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸³⁸ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

cívicos ainda estavam atrelados à direção das escolas e porque também havia repressão dentro das instituições de ensino. Apesar disso, segundo os líderes do movimento, era possível notar que o ME refletia, na sua estrutura, “o avanço do movimento popular”. Eles exemplificaram que campanhas em torno da meia passagem traria ao seu bojo a participação de entidades populares e representativas, como a Comissão de Bairros de Belém. Os jovens ressaltavam que o ME deveria dar “seu apoio concreto à luta do movimento operário popular na mudança da sociedade capitalista”. Concluíram: “a gente não entende o movimento estudantil desvinculado da luta dos trabalhadores”⁸³⁹.

A incorporação ao debate estudantil de pautas, que diziam respeito às lutas políticas mais amplas, foi notada pelo regime. Jarbas Passarinho, então senador da República (ARENA) e ex-ministro da Educação e Cultura, declarou, no tocante às manifestações estudantis que novamente irromperam em 1977: “não sei o que está acontecendo. Li algumas faixas através de fotos nas revistas. Uma delas pede anistia ampla e geral. Não pode ser interpretada como uma reivindicação estudantil”. Completou o arenista: “uma coisa é certa, os estudantes não estão solicitando apenas melhorias de níveis educacionais”⁸⁴⁰.

De fato, e Passarinho observou bem, os estudantes incorporaram, à sua pauta de reivindicações, elementos afeitos a outros grupos opositores. Em Belém, é indício dessa aproximação o próprio processo de construção da SPDDH. Em 16 de agosto de 1977, o jornal *A Província do Pará* noticiou a fundação dessa entidade sem fins lucrativos, destinada à proteção e à defesa dos direitos da pessoa humana. Em assembleia ocorrida no dia anterior, no salão paroquial da Igreja de Santa Terezinha, no bairro Jurunas, da qual participaram religiosos, sociólogos, *universitários*, operários, assistentes sociais, donas de casa e o vereador João Batista Figueira Marques (MDB), fora eleita a diretoria da “Sociedade”⁸⁴¹.

No ano seguinte, o coordenador do núcleo paraense da Comissão Executiva Nacional da Luta pela Anistia, Alexandre Cunha, defendeu ser necessário que as camadas da sociedade que lutavam pela meia passagem, por exemplo, compreendessem que a conquista desse objetivo passava pela conquista da Anistia, “ampla, geral e irrestrita”,

⁸³⁹ SECUNDARISTAS. **Resistência**, Belém, ano III, n. 16, p. 19, set. 1980.

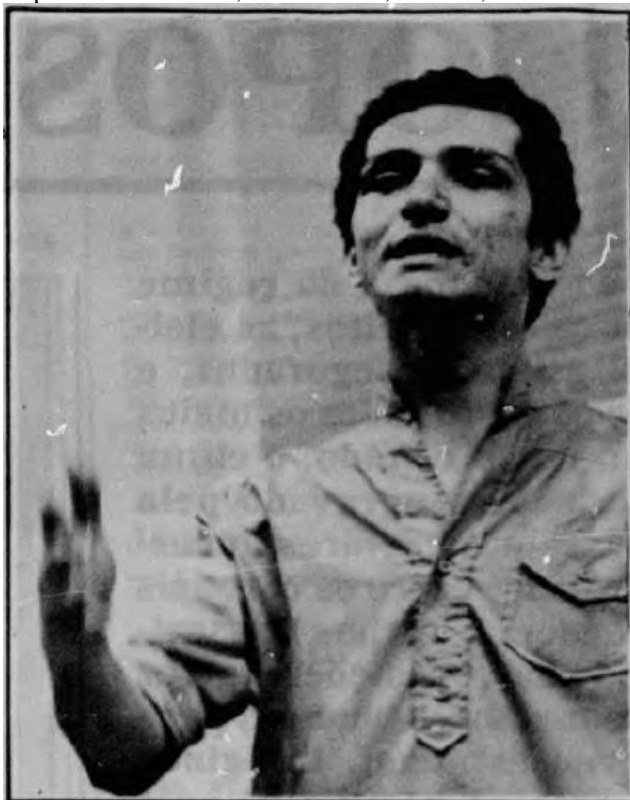
⁸⁴⁰ JARBAS condena despolitização. **A Província do Pará**, Belém, ano CI, n. 25455, 18 maio 1977.

⁸⁴¹ Foram eleitos: Paulo César Fontelles de Lima, eleito presidente (expulso da UNB sob o “477”); Egídio Salles Filho, eleito coordenador jurídico (ex-estudante ligado ao clero progressista); e Luiz Maklouf, eleito coordenador de Informação e Relações Públicas (aluno do curso de Direito da UFPA). SOCIEDADE de Defesa dos Direitos Humanos elegeu a diretoria. **A Província do Pará**, Belém, 16 ago. 1977.

condição para formar organizações em torno dessa pauta sem o perigo de ocorrerem punições por instrumentos como o “228”, o “477”, o exílio ou a tortura.

Segundo Alexandre Cunha, que também era membro da SPDDH, a anistia era a bandeira política capaz de “dar sentido político à simples luta reivindicatória e isolada de cada categoria”⁸⁴². Aldo Rabelo, então presidente da UNE, concedeu entrevista ao jornal paraense *Resistência* em 1981 (Figura 64), oportunidade em que afirmou o posto assumido pela entidade e dos estudantes ao lado de algumas demandas “na defesa das liberdades democráticas, em defesa da justiça e de um futuro de independência e liberdade para o povo brasileiro”⁸⁴³.

Figura 64 – O presidente da UNE, Aldo Rabelo, 24 anos, esteve em Belém em 1981



Nota: em seu segundo ano como entidade reconstruída, a UNE era liderada pela chapa “Viração”, da qual fazia parte também o estudante do CESEP Arnaldo Jordy, o qual ocupava o cargo de secretário de Esportes⁸⁴⁴.

O cruzamento de reivindicações é identificável na documentação disponível. Cito um exemplo. Após a morte do aluno César Moraes Leite, dentro da UFPA, em 1980, as entidades estudantis emitiram nota denunciando o clima geral de repressão dentro das

⁸⁴² ANISTIA. *Resistência*, Belém, n. 7, p. 6, dez. 1978.

⁸⁴³ FALA Aldo, o presidente da UNE. *Resistência*, Belém, ano IV, n. 22, p. 9, mar. 1981.

⁸⁴⁴ FALA Aldo, o presidente da UNE. *Resistência*, Belém, ano IV, n. 22, p. 9, mar. 1981.

universidades, “que coloca homens armados e espões dentro do *campus*”. O documento exigia o “desmantelamento do aparato repressivo, o fim da ditadura militar, a indenização à família de César pela União, a imediata apuração dos fatos, a punição de todos os torturadores e assassinos do sistema e anistia, ampla, geral e irrestrita”⁸⁴⁵.

Figura 65 – Matéria publicada na imprensa local sobre a fundação do SPDDH



Fonte:

Essa aproximação do ME a outros grupos da sociedade civil, que lutavam contra a ditadura, também foi detectada pelo SNI. Em maio de 1978, agentes do órgão levantaram que a SPDDH realizou reunião em sua sede, na Igreja de Nossa Senhora de Aparecida, no bairro Pedreira, sob a presidência de Paulo Fontelles, ex-militante do APLM do B, em que se tratou da divulgação da segunda edição do jornal *Resistência*. No encontro, notou-se “entrosamento da SPDDH com o movimento estudantil e o clero

⁸⁴⁵ APENAS um acidente de trabalho? **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

progressista”⁸⁴⁶. Na mesma igreja, em novembro, foi celebrada missa de protesto contra o Decreto de Emancipação do Índio, a ser assinado pelo presidente da República. Na ocasião, estavam presentes “sociólogos, antropólogos, intelectuais esquerdistas, integrantes da SPDDH e ativistas do ME”⁸⁴⁷.

O SNI identificou que, da diretoria dessa entidade, participavam Luiz Maklouf, aluno de Direito da UFPA e Armando Zurita Leão, professor da Universidade. Além de Humberto Cunha, ex-líder estudantil atingido pelo “Decreto 477”. Consta registrado pela vigilância também que a SPDDH possuía penetração e aceitação no meio do movimento estudantil⁸⁴⁸. Em outro encontro, o SNI notou a presença do padre Jean Hebette, pesquisador do NAEA; Rosa Elizabeth Azevedo Marin, também pesquisadora do NAEA; Paulo Roberto Ferreira, ex-presidente do DCE/UFPA; Manoel Alexandre da Cunha, professor da UFPA⁸⁴⁹.

O ministro da Justiça, Armando Falcão, foi informado sobre o estreitamento da ligação do movimento estudantil com a imprensa nanica, com o clero “progressista” e com o SPDDH que ocorria em Belém naquele momento. O ministro solicitou que as informações fossem encaminhadas ao DSI/MEC, também porque tratavam da ação política de oposição ao regime de egressos dos cursos superiores⁸⁵⁰.

O SNI colheu informações de outra reunião ocorrida na Igreja no início de julho de 1978. No encontro, que contou com a presença da líder estudantil Nize Maria Jinkings, foi decidido que, através do DCE da UFPA, a SPDDH lançaria um manifesto no dia 20 aos participantes do X ECEM. No dia 23, considerado Dia Estadual da Anistia, seria lida uma carta aberta por um representante da SPDDH durante uma solenidade do X ECEM, em que estaria presente o reitor da UPPA. Tal manifestação se daria antes de o reitor usar da palavra. Essa informação foi distribuída aos principais órgãos de vigilância que atuavam em Belém⁸⁵¹.

⁸⁴⁶ Informação nº 0658, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 09/05/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁴⁷ Informação nº 1309, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 01/11/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁴⁸ Informação nº 0612, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 27/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁴⁹ Informação nº 1071, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 22/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁵⁰ Gabinete do ministro, Assessoria de Assuntos Sigilosos, Ministério da Justiça. Brasília, DF, 13/06/1978. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

⁸⁵¹ Informação nº 0898, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 06/07/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Em junho de 1978, o chefe de Gabinete da Reitoria, Janini Aimoré, informou aos membros da Comissão Executiva do X ECEM que o reitor Aracy Barreto não mais compareceria à audiência marcada para aquele dia com os estudantes. Janini Aimoré foi questionado por um repórter do jornal *O Estado do Pará* a respeito do motivo do cancelamento da audiência, “ríspida e grosseiramente”, tendo respondido que “não sabia” e aconselhado o repórter a ir perguntar ao reitor. O chefe de Gabinete investiu “furiosamente contra o repórter-fotográfico, que acabara de queimar uma chapa, confiscou-lhe o filme e o expulsou das dependências da Reitoria”. No dia seguinte, o jornal em que trabalhavam esses profissionais não publicou nada a respeito⁸⁵².

O X ECEM foi marcado por vários momentos tensos. O reitor proibiu a entrada na UFPA de elementos que não portassem crachás. Durante o evento, um fotógrafo foi impedido de tirar fotos individuais dos participantes, pois os estudantes acreditavam que isso poderia ser usado pelos órgãos de segurança. Quando instado a se identificar, recusou-se e, imediatamente, retirou-se do local. Outro fotógrafo, de *O Estado do Pará*, não acatou a determinação e teve de ser retirado à força do local pelos estudantes. O repórter Francisco Guerra do jornal *A Província do Pará* foi preso durante o Encontro pela guarda da UFPA por transitar pelo *campus* portando uma arma ilegalmente⁸⁵³. O SNI também apurou que foram vendidos, durante o Encontro, obras de Karl Marx, Che Guevara e Moniz Bandeira⁸⁵⁴.

Em outra ocasião, durante o “Ciclo de Debates sobre o Índio”, patrocinado pela SPDDH, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e por mais oito entidades locais, foi notada a presença de estudantes pelos agentes infiltrados. No evento, que o SNI considerou como “mais uma oportunidade de conagraçamento entre as lideranças esquerdistas da área e ativistas do movimento estudantil”, ficara evidenciada a “linha de contestação ao sistema político-econômico-social vigente”⁸⁵⁵.

Eram anos de diversas mudanças no cenário político brasileiro. Com a posse de Geisel, foi iniciada a política de “distensão”, ferramenta usada para institucionalizar o regime. Ou seja, os grupos “castellistas”, aqueles que indicaram o novo mandatário em

⁸⁵² A VERDADE sobre o ECEM. **Resistência**, Belém, ano I, n. 5, p. 26, 1 ago. 1978.

⁸⁵³ A VERDADE sobre o ECEM. **Resistência**, Belém, ano I, n. 5, p. 26, 1 ago. 1978.

⁸⁵⁴ Informe nº 482, Confidencial, M23/E2/78/Comando Estado-Maior – 2ª Seção/III Exército/Ministério do Exército. Porto Alegre, 20/10/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁵⁵ Estavam entre os conferencistas: Amilcar Tupiassu, professor da UFPA; Joaquina Teixeira Barata, aluna de pós-graduação do NAEA; Manoel Alexandre da Cunha, professor da UFPA e dirigente do Núcleo Pró-anistia da SPDDH; José Otávio Magno Pires, ativista do ME e estagiário do NAEA. Informação nº 1282, Confidencial, 119/ABE/78/SNI. Belém, 26/10/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

1974, não pretendiam restabelecer plenamente o estado de direito. Na verdade, o que se viu foi mais uma manobra política visando à liberalização do regime e à solução de problemas internos enfrentados pelos militares, sem que com isso se buscasse a democratização política.

O fechamento do Congresso Nacional em 1977 foi um indício dessa estratégia. Sabe-se, por outro lado, que a pressão da sociedade civil (movimentos sociais, grupos ligados ao MDB e a imprensa) deu outro ritmo a esse processo. No caso dos estudantes, detentor de uma tradição de luta política afetada, porém não extinta durante os “anos de chumbo”, foi o primeiro entre os movimentos a se reorganizar e retomar o espaço público na luta pelas liberdades democráticas.

Não que isso signifique que o processo de distensão tenha ocorrido de maneira linear, rumo à abertura, pelo contrário, enfrentou obstáculos e recuos, com novas investidas da repressão. Para o movimento estudantil, os anos Geisel podem ter representado a ampliação de suas bases, a reestruturação das entidades representativas, como os DCE, e as UEE, mas também de muitos embates internos e discordâncias quanto aos rumos a serem tomados pelos alunos naquele contexto. Nesse período, o movimento estudantil foi, aos poucos, retomando ações de protesto e aumentando suas ações através de formas já conhecidas de mobilização, como assembleias, denúncias sobre presos políticos, abaixo-assinados, publicação de jornais e greves, atos esses cada vez mais noticiados pelos jornais⁸⁵⁶.

Com o fim do governo Médici, o regime foi perdendo legitimidade perante a sociedade, brecha aproveitada pelos estudantes para usar armas políticas mais diretas, criando contexto propício para formação de vários grupos com ideias diferentes no tocante às questões debatidas naquele período, propondo ações diversas de atuação. A volta do movimento estudantil às grandes mobilizações foi acompanhada pelo reagrupamento político em seu interior, formando aquilo que se chamou de “tendência estudantil”, ou seja, grupos que atuavam como intermediários entre os estudantes e os partidos políticos⁸⁵⁷.

Contudo, a coexistência de tantas formas de se pensar a atuação do ME era também vista como uma fragilidade de atuação dos estudantes durante o processo de redemocratização do País. O “aguçamento da ferrenha luta travada pelas ‘tendências’” também se constituiu como um entrave ao “encaminhamento de propostas corretas e

⁸⁵⁶ Müller (2016, p. 89-95).

⁸⁵⁷ Müller (2016, p. 96-115).

justas para o movimento, perdendo-se num conflito de ‘divergências’”. Foi essa a compreensão do jornal *Resistência* a respeito das dissensões presentes no seio do ME no final da década de 1970, as quais, segundo a publicação, permaneciam ainda no âmbito da “cúpula”, ou seja, apenas entre as lideranças, que não submetiam, até aquele momento, “suas concepções, análises políticas, táticas e estratégias ao julgamento das amplas camadas estudantis”. Essas “divergências” se diziam em nome do ME, mas não chegavam a ele, considerando seu conjunto⁸⁵⁸. Além dessa questão, a convivência entre “tendências” gerava a “intolerância entre grupos” e “sectarismo” dentro do movimento estudantil, conforme notado pelo presidente da UNE, Aldo Rabelo, em 1981⁸⁵⁹.

É fato que, com ou sem consenso, os estudantes conseguiram encaminhar o processo de reorganização de sua principal entidade nacional. Reunidos em Piracicaba (SP), entre os dias 13 a 16 de outubro de 1980, quase seis mil universitários realizaram o 32º Congresso da UNE, um passo definitivo para a reconstrução da entidade, iniciada em maio de 1979. Até aquele momento, como se sabe, o Governo não reconhecia oficialmente a UNE.

Entre outras coisas, o Congresso decidiu filiar a UNE à União Internacional dos Estudantes e à Organização Continental Latino-Americana de Estudantes. Entre as lutas gerais, foi defendida a Constituinte Livre Democrática e Soberana. No dia 28 de outubro, a UNE dirigiu um “Dia Nacional de Luta pelos 12%” (do orçamento da União para a Educação). E, no dia 14 de novembro, foi realizado um dia de repúdio ao adiamento das eleições municipais e de luta pela Constituinte.

Uma das decisões mais importantes foi a que optou por eleições diretas para a próxima diretoria da entidade. As eleições foram realizadas nos dias 12 e 13 de novembro e cinco chapas concorreram: “Unidade e Democracia”, “Centelha”, “Voz Ativa”, “Viração” e “Liberdade e Luta”. Duas dessas chapas tinham representantes paraenses: a “Voz Ativa” e a “Viração” (Figura 66)⁸⁶⁰.

⁸⁵⁸ O GRANDE saldo são os Centros Acadêmicos. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 9, 1 jan. 1981.

⁸⁵⁹ FALA Aldo, o presidente da UNE. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 9, 1 mar. 1981.

⁸⁶⁰ ELEIÇÕES da UNE. **Resistência**, Belém, ano III, n. 18, nov. 1980.

Figura 66 – Da esquerda para a direita: os estudantes Rômulo Paes, Medicina – UFPA (Voz Ativa) e Arnaldo Jordy, Direito – CESEP (Viração)



Nota: foto publicada pela 18ª edição do jornal *Resistência* dias antes das eleições.

A “Viração” perdeu em Belém (Figura 67), mas ganhou no Brasil, tendo como presidente Nacional eleito o alagoano Aldo Rebelo, estudante de Direito. Na capital paraense, a chapa “Voz Ativa” ganhou por uma diferença de votos aquém do esperado, embora tenha recebido ainda 1705 votos a mais que a segunda colocada. Jordy, então, passou a ser o dirigente da UNE na região Norte a partir de 1981, segundo ano de “reconstrução” da entidade, firmando compromisso de cumprir as determinações do 32º Congresso, entre eles: 12% do orçamento para a educação, a federalização das escolas falidas, subsídios para as escolas particulares, reposição imediata das verbas nas universidades federais e participação de 1/3 dos estudantes em todos os órgãos de caráter deliberativo das universidades.

Em entrevista ao jornal *Resistência*, Jordy indicou que as eleições foram marcadas pelas divergências que existiam entre as tendências que compunham o ME, como a defesa das eleições diretas, por um lado, ou das “eleições em Congresso”, de outro. A bandeira pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte foi um ponto, no entanto, unânime entre os militantes, considerada “questão central, não só para os estudantes, mas também para todo o povo brasileiro”.

O estudante sinalizou seu apoio ao PMDB, o qual considerava um partido capaz de “agregar amplos setores da sociedade brasileira interessados na derrubada do regime”. Esperava-se construir em torno da legenda “uma frente de forças vivas interessadas na

derrubada da ditadura, tendo, na sua direção, a hegemonia da classe operária e do campesinato”. Jordy declarou que o avanço do ME refletia o fortalecimento do movimento popular vivenciado no País naquele momento, em que existia “um processo de acirramento das contradições do povo com a ditadura militar”. A participação dos estudantes nas eleições da UNE, fazendo fila para votar em alguns Estados, seria um indício desse avanço⁸⁶¹.

Figura 67 – Contagem dos votos

“Voz Ativa” ganhou em Belém	
Voz Ativa	5.025
Viração	3.320
Unidade	143
Mobilização Estudantil	69
Nosso Tempo	49
Nulos	215
Branco	158
Total	8.979

A diferença para a Voz Ativa foi de 1.705 votos. Só na UFPA, votaram 5.344 estudantes (3.301 para a Voz Ativa, e 1.654 para a Viração).

Nota: publicada na 19ª edição do jornal *Resistência* de dezembro de 1980.

Uma das estratégias do movimento estudantil paraense, nesse contexto, também foi apoiar a candidatura de políticos ligados ao MDB, visto que o bipartidarismo terminou apenas no final do ano de 1979. Por exemplo, um grupo de estudantes da UFPA se reuniu, no dia 13 de outubro de 1978, no “Vadião” (complexo localizado no *campus* do Guamá) (Figura 68) para discutir o programa eleitoral apresentado pela sigla, o qual recebia apoio da “Frente Eleitoral Ampla”. A Frente foi um movimento criado para fazer campanha em prol da candidatura de emedebistas e dela participavam, além de universitários, integrantes de sindicatos, populares e membros da SPDDH.

⁸⁶¹ De fato, as eleições para escolher a diretoria da UNE atraíram, nos dias 12 e 13 de novembro de 1980, quase 400 mil estudantes às urnas. O Brasil tinha cerca de 1,5 milhão de universitários naquele momento. ELEIÇÕES da UNE. *Resistência*, Belém, ano III, n. 19, p. 10, dez. 1980.

Durante a reunião, foram citados os candidatos apoiados pelo grupo para cargos do poder legislativo nas eleições que seriam realizadas no mês seguinte: João Marques, Sebastião Souza e Apolônio Brito (para deputado estadual); José Maria Chaves, Carlos Vinagre e Jader Barbalho (para deputado federal); Moura Palha e Júlio Viveiros (para senador). Foi colocado no encontro que os políticos do ARENA, partido do governo, não receberiam votos dos universitários: “se não for votar no MDB, que se vote contra o ARENA”, falou um dos presentes. “O MDB é uma opção para se protestar legalmente”, acrescentou outro discente. Uma votação final definiu que a representatividade da reunião era em nome da classe estudantil⁸⁶².

Figura 68 – Momento em que estudantes se reuniram no “Vadião” para selar voto contra o ARENA em 1978



Fonte: *Jornal A Província do Pará*.

⁸⁶² UM GRUPO de estudantes pactua apoio ao MDB. *A Província do Pará*, Belém, 14 out. 1978. 1º Caderno, p. 11. Os candidatos do ARENA formaram maioria no pleito ocorrido no dia 15 de novembro de 1978 em todo o Estado do Pará. Aloysio da Costa Chaves (ARENA) foi eleito senador. Para deputado federal, os governistas elegeram 6 candidatos, contra 4 do MDB, entre eles, Jader Barbalho, o mais votado dentre as duas legendas. Quanto ao posto de deputado estadual, os arenistas conquistaram 19 vagas, enquanto os emedebistas levaram 11. Ata da 867ª sessão extraordinária do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de 18/12/1978. Ainda assim, o MDB angariou espaços e, na capital, recebeu mais votos que o partido da ditadura. MDB vence, mas só na capital. *A Província do Pará*, Belém, ano CII, n. 26006, 17 nov. 1978. Capa, p. 1.

Figura 69 – Manchete publicada sobre o resultado das eleições de 15 de novembro de 1978 no Pará

CEM ANOS
100
1878 - 1978
A Província do Pará

A Província do Pará

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

Ano CII - Nº 26.006 Belém - Sexta-feira, 17 de novembro de 1978 Cr\$ 5,00

Tempo
O Departamento Nacional de Meteorologia, através do serviço de tempo para o Brasil, tem hoje em Belém, Pará, tempo ensolarado com ventos fracos. Temperatura máxima de 30°C e mínima de 22°C. Umidade relativa do ar de 60%. O tempo será bom com estabilidade variável. Temperatura máxima de 30°C e mínima de 22°C.

MDB vence, mas só na capital

Somente às 2 horas da manhã de hoje o TRE distribuiu o seu primeiro boletim oficial com o resultado do pleito de 15 de novembro no Pará, referente, entretanto, apenas a 16 urnas da capital, embora tivessem sido apuradas ontem mais de 30 urnas. O atraso no fornecimento do boletim e também o descompasso em relação ao número de urnas apuradas foram provocados por um problema no sistema de computação. Conforme esses resultados o MDB vai vencendo o pleito na capital, seu tradicional reduto, com o deputado Júlio Viveiros liderando a votação. No interior, entretanto, segundo informações extra-oficiais, o ex-governador Aloysio Chaves está disparado frente dos candidatos oposicionistas. Para a Câmara Federal o deputado Jader Barbalho é, até agora, o mais votado, seguido de Lúcia Viveiros e Nélso Lobato. Na Arena, Oswaldo Melo vence com Manoel Ribeiro e Ajax.

A direção nacional da Arena não se surpreende com os resultados que estão sendo apresentados em todo o País, evidenciando novo crescimento da oposição. O presidente Francelino Pereira, ao receber os jornalistas, ontem, disse que nesta fase inicial de apuração, os resultados do pleito estão correspondendo às expectativas do governo, salvo uma ou outra exceção e que todas as estimativas feitas mostram que o Partido do governo deverá continuar majoritário no Congresso, ainda que reduza a margem de diferença que mantém hoje. No Palácio do Planalto o ambiente é de otimismo e o porta-voz do governo, coronel Rubem Ludwig, manifestou a certeza de que o resultado final da apuração assegurará maioria arenista no Congresso. (Págs. 2 a 7)

Os deputados desde cedo acompanharam, preocupados, o desenvolvimento das apurações no TRE...

...e deixaram vazio o plenário da Assembleia Legislativa, que só deverá reunir na terça-feira

Francelino otimista

Fonte: Jornal A Província do Pará (1978).

Vejamos como a “reorganização” do movimento estudantil na UFPA foi acompanhada pelo SNI. Em agosto de 1975, uma notícia de jornal chamou atenção da ABE, que acionou a ASI, solicitando esclarecimentos sobre o fato, que, por sua vez, remeteu o caso ao reitor da UFPA⁸⁶³.

Um episódio aparentemente corriqueiro, ocorrido no início do ano letivo, foi motivo de troca de correspondências entre os três órgãos, o que nos interessa por conta do que ele traz em termos de informações a respeito das “inquietações” dos alunos naquele período e de como o regime atuava diante desses casos. O informe recebido pelo SNI dava conta de que, “mais uma vez”, ocorreram reclamações por parte dos discentes por ocasião das matrículas para aquele semestre para os diversos cursos ofertados para o Núcleo Pioneiro do Guamá. Por conta do grande número de candidatos e da “falta de organização reinante”, foram notados “discussões” e “aborrecimentos”.

⁸⁶³ Ofício nº 320/75, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 23/09/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

A informação produzida pelo órgão de informações salientava o “notório quadro de descontentamento dos alunos”, ao tempo que a coordenação da UFPA não encontrava fórmula racional para resolver o impasse, causando impacto negativo da “imagem da Universidade”. O SNI apensou a esse relato reportagem veiculada pelo jornal *A província do Pará*, do dia 13 de agosto, sob o título “Matrícula sem organização”, destacando o trecho no qual constava que “muita gente está reclamando da falta de organização das matrículas da Universidade Federal do Pará”. Os alunos se queixavam, segundo a notícia, de erros nas publicações dos conceitos do primeiro semestre, da disponibilidade de horários incompatíveis e do número reduzido de matérias⁸⁶⁴.

O reitor Clóvis Malcher reconheceu ter havido, nos dois últimos anos que antecederam ao episódio, falhas técnicas e deficiência de pessoal qualificado para operar o Serviço de Computação, utilizado para efetivação das matrículas, mas tentou minimizar a situação. Acrescentou que o critério para ordem de prioridade de matrículas, por número de créditos, gerou descontentamento entre os alunos que possuíam melhor rendimento escolar. Naquele semestre, adotou-se o antigo critério de Coeficiente de Rendimento do Período Letivo (CRPL), considerado mais “justo”, o que também gerou revolta entre os “alunos com menor aproveitamento, que constituem uma minoria, mas contou com o aplauso incontestado da maioria que se situa entre os que realmente mais se dedicam ao estudo”.

Foi instalado, no *campus*, o Escritório de Reclamação para atender aos alunos que se sentissem, de alguma forma, prejudicados nos processos de classificação e matrícula, salientando, Malcher, que, em um universo de dez mil discentes, não foram registradas nem duzentas reclamações (a maioria dos alunos do curso de Medicina). Finalizou o documento com promessas de melhorias na sistemática de matrículas, garantindo que uma equipe bem preparada atuava para que tudo fosse feito com a maior “racionalidade” possível⁸⁶⁵.

Outra categoria de reclamação dos alunos que preocupava o dirigente da UFPA era a falta de assiduidade dos docentes. A Reitoria recebeu reclamação dos alunos do curso de Direito com relação à irregularidade na frequência de alguns professores, citando nominalmente, os auxiliares de ensino, Armando Zurita Leão, Luiz Euclides Araújo,

⁸⁶⁴ Pedido de busca nº 177519/ABE/75, SNI/Agência Belém. Belém, 16/09/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁶⁵ Ofício GR nº 07/75, Confidencial, UFPA. Belém, 25/09/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Cláudio Ferreira de Sousa e Aluizio Meira. Preocupado com a denúncia, Malcher solicitou que o diretor do Centro Socioeconômico, Adherbal Augusto Meira Mattos, enviasse a ele a frequência dos citados desde o início do semestre⁸⁶⁶.

O vestibular de 1976 entrou também no radar de assuntos estudantis que preocupavam as autoridades, nesse caso, em ação envolvendo Reitoria, ASI, Marinha e polícia federal. Clóvis Malcher, no dia 9 daquele mês, dois dias antes da realização do certame, recebera, por meio da ASI, documento assinado pelo chefe do Estado-Maior do Comando do 4º Distrito Naval, capitão de mar e guerra, Roberto Gomes Cândido, expediente “confidencial” e “urgente”, encaminhando xerox de um cartão pré-marcado com as respostas de umas das provas que seriam aplicadas⁸⁶⁷.

Atestando que a denúncia era infundada, o reitor deu ciência ao comandante por meio da ASI. Concomitantemente, o dirigente da UFPA recebeu vários telefonemas anônimos em sua residência, insistindo que as respostas haviam sido “vazadas”, mas optou por não tomar providências a respeito, visto que, todos os anos, era comum que boatos como esses circulassem pela cidade. Até que, por meio de provas obtidas com o professor responsável pelo cursinho Rutherford, Murilo Ferreira da Silva, decidiu solicitar instauração de inquérito pela PF, visando à apuração dos fatos⁸⁶⁸.

O assunto rendeu trocas de documentos entre autoridades militares, polícia federal e alta administração da UFPA. O 1º Comando Aéreo Regional noticiou ao Serviço de Informações da PF acerca de possíveis irregularidades no vestibular de 1978⁸⁶⁹. O informe indicava que um professor do Colégio Nazaré, Curtis Ribeiro Siqueira, relatara aos seus alunos que nove perguntas da prova de conhecimentos gerais haviam sido colhidas de um livro de Física, o que significaria que as questões da prova de Física poderiam também ser retiradas daquela publicação.

A procedência da informação foi atestada pela área de inteligência da Aeronáutica seguida da comparação entre as questões do exame e os exercícios do livro, o que irritou as autoridades militares: “verificou-se que da comissão organizadora das provas do

⁸⁶⁶ Ofício GR nº 08/75, Confidencial, UFPA. Belém, 29/09/1975. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

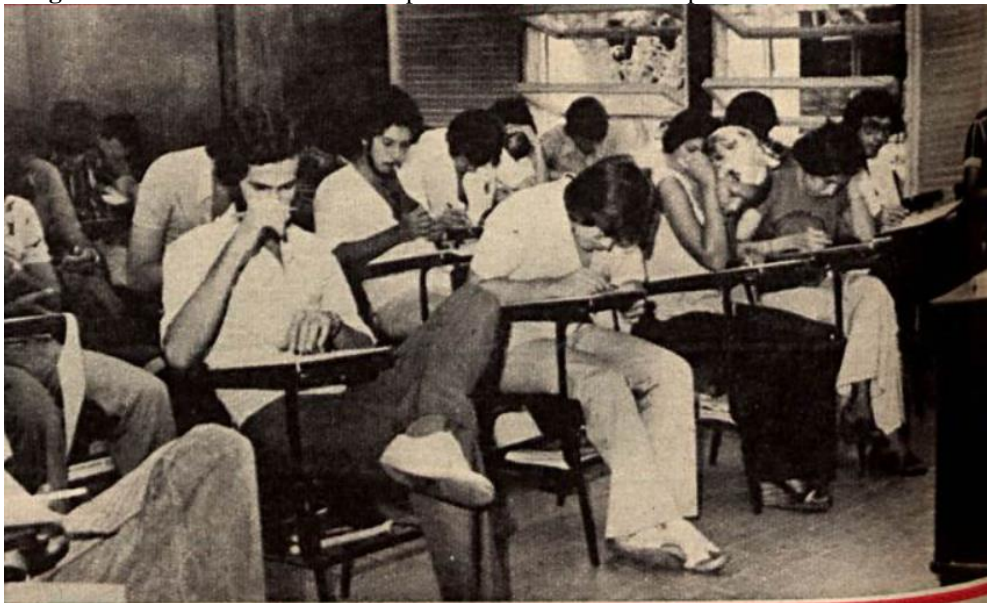
⁸⁶⁷ Informe nº 001/76, Confidencial, Ministério da Marinha, 4º DN. Belém, 08/01/1976; Informe nº 001/76, Confidencial, Ministério da Marinha, 4º DN. Belém, 08/01/1976 (Anexo A). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁶⁸ Ofício GR nº 001/76, Confidencial, UFPA. Belém, 15/01/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁶⁹ Informação nº 039/78-SI/SR, Confidencial, DPF/PA. Belém, 31/01/1978. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

vestibular, o professor responsável pelas questões de Física não teve o trabalho de elaborá-las, copiando, inclusive, de fonte de consulta já publicada”⁸⁷⁰.

Figura 70 – O vestibular da UFPA passou a ser um evento importante no Estado do Pará



Fonte: Revista *Manchete*⁸⁷¹.

Nota: em 1977, 14.559 estudantes disputaram 2.420 vagas ofertadas em 35 cursos. Além de Belém, as provas foram aplicadas nas cidades de Santarém e Macapá.

Os órgãos de informações estavam atentos a qualquer sinal de descontentamento estudantil, procurando acompanhar possíveis inquietações que poderiam evoluir para desordens. Um “informante” repassou ao ABE, em março de 1976, que a UFPA, até aquela data, “não teria feito a entrega dos respectivos diplomas aos concludentes dos cursos de 1973 e 1974”. A agência solicitou a ASI que confirmasse a situação e, conforme o caso, expusesse os motivos do retardamento⁸⁷². O documento foi remetido à Reitoria⁸⁷³, que tratou de afastar qualquer falha por parte da administração da Universidade, indicando que apenas os alunos que ainda não haviam pagado as taxas correspondentes

⁸⁷⁰ Informação nº 001/A2/COMAR-I. Confidencial, Ministério da Aeronáutica, 1º Comando Aéreo Regional. Belém, 21/01/1978. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁷¹ UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

⁸⁷² Pedido de busca nº 052271, Confidencial, SNI/Agência de Belém. Belém, 31/03/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁷³ Ofício nº 114/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 01/04/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

ou não haviam procedido com a complementação de documentos exigida não receberem os diplomas⁸⁷⁴.

Noto à margem: fontes como essas apresentam um cenário de inquietação por parte do regime com os sinais de instabilidades que partissem dos centros de ensino superior. Esse foi um dos legados da “geração de 68”, ou seja, o temor de que novas sublevações estudantis eclodissem, gerando todos os transtornos observados naquele ano, como ocupações de faculdades, passeatas de rua e confrontos com a polícia.

Essa preocupação não pode ser vista como desejo de simplesmente garantir o bem-estar dos alunos e a eficiência do ensino superior, mas, e principalmente, como necessidade de manter a ordem dentro dos *campi* e evitar que as universidades se tornassem, de novo, focos irradiadores das lutas políticas contra a ditadura, mormente, em contexto no qual o regime passava por mudanças internas delicadas.

Essa vigilância pode ter atrapalhado o processo de reestruturação do movimento estudantil dentro das universidades, mas não impediu que as suas lideranças fossem novamente retomando espaço. Em março de 1976, o general Machado deu ciência ao reitor Clóvis Malcher a respeito de um documento recebido pela ASI vindo da polícia federal, sede local⁸⁷⁵. O caso em questão dizia respeito ao Congresso da “ex-UNE”, que seria realizado nos meses seguintes.

Não localizamos ainda a correspondência “Infão. Conf. nº111/76-SI/SR/DPF/PA” encaminhada à ASI e citada no documento, no entanto, segundo relatório enviado pela Agência Central do SNI a ABE, os universitários de Belém estariam organizando “Congresso Nacional de Estudantes” para o mês de julho daquele ano, tendo, inclusive, entregue ao presidente da República “memorial contendo diversas reivindicações e solicitavam autorização” para realizar o evento.

Inúmeros panfletos estariam circulando em universidades de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O SNI destacou que as lideranças estudantis permaneciam dispostas a levar adiante o plano de realizar o congresso, que visava “formar uma cúpula estudantil para dirigir e orientar os diversos movimentos estudantis

⁸⁷⁴ Ofício GR nº 004/76, Confidencial, MEC/UFGA. Belém, 05/04/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFGA, Arquivo Nacional.

⁸⁷⁵ Ofício nº 105/76, Confidencial, ASI/UFGA. Belém, 24/03/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFGA, Arquivo Nacional.

reivindicatórios, provocados em maior número e com maior intensidade, neste início de ano letivo”⁸⁷⁶.

Em outro documento, encaminhado pelo MEC a UFPA, em setembro de 1978, o Ministério advertia a todas as instituições de ensino superior, integrantes do sistema federal, que o movimento estudantil pretendia promover a realização do IV Encontro Nacional dos Estudantes. O comunicado advertiu que o evento não possuía amparo legal, nos termos da legislação em vigor. Por essa razão, recomendou-se que fossem tomadas as medidas cabíveis, de modo a não ser prestado qualquer apoio à iniciativa, considerando, ainda, que não eram permitidas manifestações de caráter político-partidário, racial ou religioso no âmbito das instituições de ensino⁸⁷⁷.

Essa é uma pista para identificarmos a “volta” do movimento estudantil e como a repressão procurou acompanhar esse processo de perto. No dia 11 de maio de 1976, o DSI/MEC dirigiu radiograma⁸⁷⁸ à ASI, solicitando que, “com possível brevidade”, fosse encaminhada cópia do regimento ou do estatuto dos Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes da UFPA. A resposta foi encaminhada pelo reitor Clóvis Malcher dois dias depois⁸⁷⁹.

As entidades representativas eram um dos espaços utilizados pelos alunos para se reorganizar politicamente, o que logo chamou a atenção do SNI. A documentação, produzida nesse período, aponta que os membros das diretorias dos DA e DCE eram figuras sempre recorrentes nos relatórios que traziam levantamentos sobre atividades subversivas nas universidades.

Em dezembro de 1977, o Comando da 8ª Região Militar do Exército informou à Reitoria acerca da apresentação da peça “A Ilha da Ira”, promovida pelo Movimento Universitário da UFPA, através da Escola de Teatro. Em conformidade com o documento, a peça, de autoria de um velho conhecido do regime, João de Jesus Paes Loureiro, havia estreado no dia 1º daquele mês, sendo dirigida por Cláudio Barradas, com entrada franca. As informações foram colhidas através de recorte do jornal *O Liberal*, que anunciava o espetáculo. Os militares trataram logo de “levantar a ficha” dos envolvidos. O informe

⁸⁷⁶ Informação nº 278/19/AC/76, Confidencial, Agência Central, SNI. Brasília, DF, 02/04/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁷⁷ Tx. MEC nº 015006/78. Circular todos os senhores governadores de estados. 25/09/1978. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁷⁸ Ofício nº 169/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 12/05/1976; Ofício nº 169/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 12/05/1976 (Anexo A). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁷⁹ Ofício nº 427/76 GR, MEC/UFPA. Belém, 13/05/1976. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

emitido pelo Exército concluiu que a peça, “de cunho subversivo, tenta ‘mostrar’ ou ‘deturpar’ o momento atual brasileiro”⁸⁸⁰. Apresentações culturais também faziam parte do rol de atividades utilizadas pela oposição para suscitar críticas ao regime, o que não passou despercebido pelos militares.

O movimento estudantil foi reconquistando espaço aos poucos, mas, continuamente, sob o olhar vigilante das autoridades acadêmicas. O chefe de Gabinete da Reitoria da UFPA, Janin Aymoré, comunicou ao diretor do Centro de Ciências da Saúde a respeito de episódio ocorrido na “antiga Faculdade de Medicina”. O responsável pelo serviço de vigilância, Manoel Cirino da Silva, cumprindo determinações do prefeito do *campus*, colheu informações de que, no dia 21 de dezembro de 1978, duas reuniões “clandestinas” foram realizadas naquela Faculdade às 14h e às 18h.

Os presentes eram alunos da quarta, quinta e sexta séries e todos deixaram seus carros em local distante do encontro em frente ao Supermercado São João. “Três membros que estiveram participando das reuniões apanharam o carro de chapa ZX 9292, marca Corcel, de cor amarela”. Na saída, “disseram que a próxima reunião vai ser pra valer e em massa, mas não disseram a data”. Segundo registrado no relatório, na reunião de 14h, houve muita discussão entre os presentes, “discussões estas violentas”, entre outros assuntos, sobre o Período Letivo Intermediário. Tais informações foram colhidas pelo informante Edilio Cauamé da Cruz⁸⁸¹.

Esses dados desnudam duas realidades presentes na UFPA, às vésperas do término do mandato do presidente, que havia anunciado a aguardada distensão política: a presença ainda de um serviço de vigilância próprio da Universidade e fora da estrutura do SNI; e o trabalho de informantes que vigiavam os alunos e acompanhavam atividades suspeitas. No tocante a esse “serviço de vigilância” mantido pela administração da Universidade,

⁸⁸⁰ Foram identificados: Loureiro (fichado como comunista); Barradas (teatrólogo, professor da UFPA e fichado como comunista); Franklin Rabelo (coordenador da AP no Pará em 1967); Maria do Carmo Sarmiento de Carvalho (uma das principais dirigentes do PCB do Pará em 1952, médica, pertencente à célula “Castro Alves” e candidata à deputada federal pelo PCB nas eleições de 1945); Fernando Luiz de Souza Pessoa (participante ativo do Movimento Estudantil de 1968 em Belém); Augusto Rodrigues de Oliveira (participante do Movimento Estudantil na Paraíba com “curso de capacitação comunista”, tendo regressado ao Brasil entre 1964 e 1965). Informe nº 99 E/2/77, Confidencial, Ministério do Exército/CMA 8º RM/QGR/S 2ª Seção. Belém, 16/12/1977. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. O espetáculo foi encenado durante dez dias no auditório da Escola Técnica Federal do Pará, contando com uma equipe grande. Além dos nomes sublinhados pelas autoridades, estava, entre os participantes do *show*, o músico Waldemar Henrique. Informe nº 99 E/2/77, Confidencial, Ministério do Exército/CMA 8º RM/QGR/S 2ª Seção. Belém, 16/12/1977 (Anexo). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

⁸⁸¹ Memorando nº 2, UFPA. 02/01/1979; Memorando nº 164/78, UFPA. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

sabemos, através dessa fonte, que ele sobreviveu, pelo menos, até a gestão do reitor Aracy Barreto. Dados anteriores dão conta de que Aloysio Chaves já fizera uso da ferramenta.

À medida que os estudantes iam recompondo sua capacidade de ação em escala ampla, as autoridades procuravam cingir esses movimentos. Guilherme Marcos de La Penha, secretário de ensino superior do MEC, encaminhou aos reitores ofício a respeito da realização do Congresso para a reorganização da UNE nos dias 28 a 30 de novembro de 1979 em Salvador.

O secretário advertia aos reitores que o Ministério era contrário à estruturação de representações ou associações estudantis que transcendessem o âmbito acadêmico de cada instituição. Acrescentou que o Congresso não havia observado prescrições legais, de modo que os dirigentes devessem evitar “criar facilidades de qualquer natureza a alunos e representantes estudantis que pretendam comparecer ao mencionado Congresso”.

Os seminários, encontros, reuniões e outras promoções estudantis deveriam ser evitados em cada instituição quando o objeto fosse discussões de temas ligados ao Congresso, ou ainda, que permitisse a captação de recursos financeiros em seu benefício. A conclusão do documento traz que La Pena reconhecia a “delicadeza” do assunto ali tratado, “dado que o Governo se propõe ao diálogo e à promoção de maiores liberdades, mas é preciso salientar a posição deste Ministério, além do que há interferência de interesses políticos, alheios à comunidade estudantil”⁸⁸².

Interessante perceber que a autoridade que emitiu a orientação reconhecia o movimento de distensão política em curso, supostamente “tolerada” pelo Governo, mas reforçava a postura cautelosa da pasta em relação à apropriação política pelo movimento estudantil daquele Congresso. Esse era um quadro político, de fato, marcado, de um lado, pelo que eu chamo de *distensão vigiada*, promovida pelo regime militar através dos órgãos de espionagem estatal, de outro, pelas rearticulações dos atores oposicionistas, que buscaram se valer politicamente desse contexto.

Isso foi notado pelo SNI em documento confidencial produzido em dezembro de 1978. O órgão esperava que as reformas políticas propostas pelo governo esvaziassem algumas bandeiras de contestação, o que poderia refletir no movimento estudantil, o qual, segundo análise do “Serviço”, encontraria, dessa forma, dificuldades na arregimentação da massa. Por outro lado, e nisso consistia a preocupação da vigilância, era possível que

⁸⁸² Ofício Circular nº 30/79/GAB, SESU. 10/05/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

esse eventual esvaziamento fosse compensado com “uma atuação mais dinâmica e melhor coordenada através da apresentação de novas ‘bandeiras’ e da ação das UEE e da UNE”, se essa entidade fosse reativada⁸⁸³.

O prognóstico do SNI estava certo apenas parcialmente, pois não se viu um esvaziamento da oposição seguida em 1978, tampouco o ME teve sua forma de atuação prejudicada pelas mudanças no regime. Pelo contrário, o órgão acertou, porém, quando previu que a recuperação das entidades de representação estudantil seria ferramenta usada para mobilizar os estudantes.

Outro episódio delimita a preocupação do regime em evitar a reunião de estudantes para fins políticos. O diretor do DSI/MEC alertou o reitor da UFPA que Reynaldo Leiva, representante da Organização Cultural Latino-Americana (DCLA) e Álvaro Garcia, delegado do Centro Universitário da Universidade Nacional (CUUN), procedentes da Nicarágua, eram esperados no Brasil, com intuito de propagar informações a respeito da Revolução Sandinista para “conhecer as formas de organização estudantil” e “estabelecer um intercâmbio com os estudantes” dos países visitados. Durante a viagem, intencionavam também manter diálogo com reitores das universidades locais.

Os representantes, conforme a Divisão, “não ocultaram seu propósito de reunir-se também com os estudantes, visando ao fortalecimento do Movimento Estudantil Internacional”. O diretor Carlos Tatit foi explícito ao solicitar que a Reitoria na UFPA o mantivesse informado acerca do assunto e não incentivasse esse tipo de contato, uma “vez que tais relacionamentos não têm sido construtivos”. Ainda segundo Tatit, “em lugar de estreitar os laços de amizade e cultura entre as comunidades universitárias”, tais contatos “são objetos de utilização escusa por parte do Movimento Estudantil”⁸⁸⁴.

Percebemos que os estudantes iam ganhando novamente espaço político dentro da UFPA e gerando mais inquietação entre as autoridades. Algumas possibilidades de ação contra o regime foram novamente adotadas, à medida que, no sistema, mais brechas iam sendo abertas. O reitor Aracy Barreto encaminhou ofício ao embaixador Guy M. de Castro Brandão, dando explicações acerca do aluno da Faculdade de Comunicação Social, Manoel Boaventura Monteiro. Barreto desmentiu a informação prestada pelo

⁸⁸³ Apreciação Especial nº 13, Confidencial, 19/AC/78/SNI. Brasília, DF, 13/12/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁸⁴ Ofício nº 061/80/10, Confidencial, DSI/MEC. 07/05/1980. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

estudante de que o referido curso estaria em vias de extinção, acrescentando que, em sua gestão, treze cursos passaram a ser reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, restando apenas o de Comunicação.

Segundo o reitor, as informações prestadas por Monteiro decorriam “de uma posição de alguns estudantes daquele curso, sob sua orientação, com o intuito de contestar o Governo Federal”, afirmando que o regime político vigente não permitiria que aquela Faculdade existisse. “Esta afirmativa foi o lema usado durante os quatro dias em que os alunos do curso em questão fizeram greve pelo seu reconhecimento”.

Ainda segundo o reitor, tratavam-se de dados tendenciosos repassados por um discente já conhecido por insuflar os colegas a “conturbarem a ordem existente”, conforme uma foto publicada pelo jornal *A Província do Pará*, anexo ao documento. Para finalizar, Barreto ainda sugeriu que o convênio firmado, que originou a matrícula daquele sujeito no curso, fosse cancelado⁸⁸⁵.

Os estudantes estiveram entre os atores que devem ser considerados na reconstrução do cenário de redemocratização do Brasil, desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e ao seu projeto de abertura, fazendo parte desse processo político de luta pelo retorno do estado de direito. A vitória da oposição, nas eleições de 1974, abalou a proposta original de distensão sugerida pelo regime, gerando uma reação da “linha dura”, que se articulou em torno da “comunidade de informações” e aumentou os atos de repressão aos universitários⁸⁸⁶. Em grande medida, isso explica o porquê de o aparato repressivo não ter sido desbaratado na UFPA à proporção que o regime ia sendo “derrotado” pela oposição em várias frentes.

Os agentes de repressão passaram a identificar os participantes dos atos promovidos pelo movimento estudantil, os quais gozavam, naquele novo contexto, de maior “liberdade” para promover atos públicos, o que não ocorria desde 1968. O objetivo era identificar lideranças, membros da UNE, dos DCE, dos DA e militantes das organizações clandestinas, como a Convergência Socialista (CS), muitos deles já presentes no banco de dados do SNI por sua atuação no interior do *campus* nos anos

⁸⁸⁵ Ofício nº 06/80 GR, Confidencial, UFPA. Belém, 26/09/1980. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional. De fato, o Conselho Federal de Educação (CFE) não reconhecia o curso, porque a UFPA não dispunha de laboratório de recursos audiovisuais destinado ao processamento das aulas. Com a promessa feita pelo reitor de que os equipamentos seriam adquiridos no exterior imediatamente, os alunos encerraram a greve. Informação nº 1047, Confidencial, 19/ABE/82/SNI. Belém, 29/11/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁸⁶ SILVA, Francisco da. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil Republicano**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 313-357.

anteriores. Os atos promovidos pelos estudantes foram monitorados pelos agentes de vigilância, cujo *modus operandi* incluía checagem de notícias em jornais, apoio de alunos infiltrados, os chamados informantes, e a cooperação de outros órgãos de segurança, os quais também produziam informações sobre atividades suspeitas dentro das universidades.

É possível afirmar que “a estrutura da repressão, em relação aos setores tipificados como ‘inimigos da ordem’ estava intacta na véspera da aprovação da Lei da Anistia”. Em outras palavras, “as ações e estratégias cotidianas de controle social dos agentes da repressão mostram que estes continuavam atentos”⁸⁸⁷.

Essa continuidade da rotina de repressão sobre os estudantes nas universidades pode ser verificada se analisarmos a legislação referente aos órgãos de representação instituída pelo regime. O Decreto-Lei nº 228 de 1967, publicado durante o governo de Castello Branco, já vedava “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário”, bem como “incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” sob pena de dissolução do DA ou DCE, cabendo ao reitor fiscalizar essa determinação⁸⁸⁸.

Mais de uma década depois, o presidente João Baptista Figueiredo assinou a Lei nº 6.680 de 1979, a qual determinava que à representação eram “vedadas atividades de natureza político-partidária” e aos Diretórios era “vedada a participação ou representação em entidades alheias à instituição de ensino superior à que estejam vinculados”⁸⁸⁹.

A Lei assinada pelo último presidente da era militar é um dispositivo importante, pois revogou a legislação autoritária anterior: os artigos 38 e 39 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, e o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Por outro lado, manteve o controle sobre o movimento estudantil ao limitar a atuação das entidades autorizadas a atuar naquele momento.

A Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, regulava a existência, a estruturação e o funcionamento das entidades estudantis. Nela não estavam previstas a UNE, as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE) e os Centros Acadêmicos, sendo apenas permitidos os DCE e os DA, organizados de acordo com a referida Lei. Portanto, eram proibidos os

⁸⁸⁷ FAGUNDES, Pedro. As mobilizações pela anistia ampla, geral e irrestrita na visão da repressão política. *Acervo*, [S.I.], v. 27, n. 1, p. 268-279, jan./ jun. 2014.

⁸⁸⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1967.

⁸⁸⁹ BRASIL. Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979. Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1979.

chamados “DCE-Livres”, “DA-Livres” e “Diretórios Universitários (DU)”, embora estes fossem criados desrespeitando os dispositivos nela estipulados. Em 1º de outubro de 1979, foi publicado o Decreto nº 84.035, estabelecendo que, em caso de participação ou representação de DCE ou de DA em qualquer entidade alheia à instituição de ensino superior à que estivesse vinculado, acarretaria a destituição da respectiva diretoria, inabilitaria por dois anos, para o exercício de mandato de representação estudantil, os membros dessa diretoria e não excluiria a aplicação de sanções disciplinares na forma do estatuto ou regimento da instituição⁸⁹⁰.

Segundo analisou a Inteligência do Exército, o Decreto acabou tendo um efeito adverso para o regime, porque o que se viu foi o crescimento do interesse “das chapas orientadas pela esquerda” pelo domínio dessas entidades, julgando elas que a nova legislação tinha por interesse esvaziar o movimento para a eleição da nova diretoria da UNE, restringir a liberdade de organização estudantil, além de ser uma ferramenta governamental para “impedir a participação dos estudantes no processo político do país” e ser mais uma violência da ditadura contra a classe. E mais: “a única chapa não controlada por comunistas” sofreu um esvaziamento, pois os integrantes temiam terem seus nomes registrados nos órgãos de segurança e serem “encarados como contrários ao governo”, sem falar nas punições que poderiam advir⁸⁹¹.

O boicote ao DCE, no entanto, poderia também partir diretamente da administração da Universidade no decurso da distensão política. Em novembro de 1978, as eleições para a escolha da Diretoria da entidade tiveram de ser adiadas, posto que a única chapa inscrita teve seu registro negado pela Secretaria dos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Pará. Conforme informações apuradas pelo jornal *A Província do Pará* junto à Pró-Reitoria de Extensão de Natureza Estudantil, sete, dos doze nomes de universitários inscritos pela chapa “Alternativa”, foram considerados inelegíveis depois de consultas feitas ao Departamento de Registro e Controle dos Estudantes.

Os alunos não haviam sido aprovados no semestre anterior, ou seja, não alcançaram o conceito mínimo exigido (“Regular”), critério necessário para concorrer às posições da Diretoria, conforme Regime Geral da UFPA homologado em julho. Essa

⁸⁹⁰ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁸⁹¹ Mesmo consideradas e ameaçadas pelo Decreto, assinado quarenta e oito horas antes do seu início, as eleições da UNE foram realizadas “com alguns contratemplos, motivados, principalmente, pela interpretação diferente” que lhe fizeram os reitores e diretores de faculdades. Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

havia sido a segunda tentativa da UFPA de promover eleições para o Diretório, visto que um pleito anterior foi também adiado e nenhuma chapa havia se inscrito para concorrer. A decisão da administração da Universidade gerou protesto dos líderes estudantis Amilcar Ximenes, Valdemar Sá de Azevedo, Salvina Sá de Azevedo e Sérgio Carneiro. Além de discordarem da utilização no novo normativo da UFPA, aprovado poucos meses antes, os estudantes pontuaram sua insatisfação ainda quanto às eleições serem indiretas, compreendido ser esse “um processo antidemocrático”⁸⁹².

Ao perceber essa continuidade da repressão, podemos costurar outra narrativa sobre o período de “transição democrática” vivenciada a partir de 1974, o que é possível graças ao acesso aos arquivos sigilosos produzidos pelo regime militar sobre a UFPA, as ditas fontes sensíveis. Assim chamadas por serem testemunhos de um passado ainda próximo, o que necessariamente as levam para o centro do debate político do presente.

A disponibilização, por parte do Arquivo Nacional, de fundos documentais sobre a ação do estado de exceção dentro da UFPA, durante o final da ditadura, é essencial para o conhecimento dos fatos e violações ocorridas mesmo durante a distensão. É igualmente importante para a escrita histórica desse período, além de fundamental para a consolidação da democracia hoje⁸⁹³.

Não podemos deixar de comentar que o SNI, tanto através da ASI/UFPA, quanto do NABE, sua agência localizada em Belém, funcionou normalmente na fase de abertura política, como vinha ocorrendo desde sua fundação em 1964, agindo como “comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”.

A Sociedade Política ou o Estado, que corresponde à função da “hegemonia” que o grupo dominante exerce sobre a sociedade e ao domínio direto ou de comando, utilizou-se da “Comunidade”, como eram chamados os órgãos de informações, como aparato de coerção do Estado, “que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente”.

⁸⁹² UNIVERSIDADE nega registro a candidatos do DCE. **A Província do Pará**, Belém, 21 nov. 1978. 1º Caderno, p. 12. A imprensa alternativa também acompanhou o caso e denunciou o que chamou de gestão fascista promovida pelo reitor à frente da UFPA. O jornal *Resistência* criticou o fato de que se tenha utilizado o novo regimento da Universidade para tentar impedir que vários alunos pudessem concorrer à eleição indireta ao DCE. A Reitoria fez valer para o pleito o critério previsto nas novas regras, que determinavam que estudantes com conceito “Insuficiente” eram inelegíveis. Acontece que as notas diziam respeito ao primeiro semestre, e o novo regimento, “que faria inveja a qualquer instituição de ensino dos idos do general Franco”, só fora aprovado no segundo semestre, configurando-se um erro “primário” e “maquiavélico” por parte da administração da UFPA. VAREJO. **Resistência**, Belém, p. 2, dez. 1978.

⁸⁹³ Bauer e Gertz (2006, p. 191).

Tal aparato “é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo”⁸⁹⁴. Em momentos de crise, portanto, não é de se surpreender que o SNI continuasse a cumprir seu papel, em especial, no *campus*, onde o “consenso” era, conhecidamente, rejeitado pelos atores sociais ali atuantes.

3.4 “Não calaremos sobre teu corpo”: a morte de César Moraes Leite e o velório do estudante como ato político

A professora da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) da UFPA, Maria Inez Oppermann Reich, tinha dito suas primeiras palavras, começando a aula sobre o tema “violência e porte de arma”, no Pavilhão F, quando ouviu um estampido. “Eu estava na primeira fila e me virei para trás. César estava de pé, de seu peito saía um esguicho de sangue. Ele botou a mão no peito e disse ‘mamãe!’, e caiu para trás”.

O autor do disparo também ficou de pé e, enquanto a vítima caía sobre as cadeiras, ele o carregou. “Todo mundo ficou imóvel. A professora ficou pálida”, e o assassino saiu com o estudante da sala. “Logo depois, foi aquela gritaria, gente correndo das outras salas. Foi só o que eu vi”. Esse testemunho foi dado por João Batista, calouro de Arquitetura, presente na sala em que César Moraes Leite foi baleado. Segundo a testemunha, houve um só disparo, antes não houve nenhuma discussão ou qualquer ruído⁸⁹⁵.

⁸⁹⁴ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 11.

⁸⁹⁵ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

Figura 71 – Corpo de César Moraes Leite

Fonte: *O Liberal*.

Nota: o estudante foi atingido por uma bala disparada em sala de aula.

Em 10 de março de 1980, César Moraes Leite, aluno da UFPA, foi morto em sala de aula, turma nº 20 (Figura 71), atingido por uma bala manuseada por um agente da polícia federal, o qual já havia prestado serviços na Argentina de combate à subversão e frequentava a Universidade há mais tempo que o permitido. Ele portava uma arma que foi imediatamente recolhida pela PF. O reitor Aracy Barreto mentiu para a imprensa ao afirmar que não havia serviços de inteligência atuando no *campus* e ofereceu uma bolsa, não prevista, à irmã da vítima.

O chefe da PF local foi transferido. Dias após o ocorrido, uma comissão do órgão foi enviada de Brasília para acompanhar o caso e um processo administrativo aberto para investigar alguns outros agentes que tentaram acobertar o autor do disparo. No pronto-socorro, um PM tentou efetuar a prisão do dono da arma, mas foi impedido por policiais federais que, rapidamente, chegaram ao hospital. Algumas semanas após o homicídio, Dalvo, o autor do disparo, foi transferido pela PF para o Estado do Mato Grosso do Sul, onde passou a atuar⁸⁹⁶.

Não há dúvida, César Leite foi um morto político. Essa é uma assertiva importante para a constituição da memória da ditadura militar na UFPA e para o fortalecimento da democracia no Brasil.

⁸⁹⁶ PF desrespeita a Justiça, dando fuga ao agente que matou o universitário. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 18, mar. 1981.

Figura 72 – A carteira onde o aluno estava sentado no momento do disparo



Fonte: *O Liberal*.

Nota: as setas indicam o sangue deixado e o local por onde a bala entrou. A carteira foi retirada logo em seguida do ocorrido.

Também necessária para compreender a maneira como se deu nossa “transição política”, a qual impediu a ruptura com o passado, “limitando a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência”. A opção pela via conciliatória significou buscar um diálogo com o passado “sem se atormentar com ele”.

Em movimento contrário, a memória dos familiares, como é o caso de Sandra Morais Leite (Figura 73), irmã da vítima, “mais do que o combate ao impedimento à memória”, traz “também uma maneira de “provar” o legado dos seus e as responsabilidades dos que cometeram tais crimes”. Como herdeira da dor, sua narrativa perturba, interroga e redimensiona o presente.⁸⁹⁷ É acerca disso que falaremos a seguir.

Figura 73 – Sandra Morais Leite, irmã da vítima



Fonte: *Jornal Resistência* (1980).

⁸⁹⁷ TELES, Janaína. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. *In: III Seminário Internacional Políticas de la memoria. Recordando a Walter Benjamin*, 2010, Buenos Aires. **Anais...** Recordando a Walter Benjamin. Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la memoria, 2010.

Podemos considerar o ano de 1980 como uma data importante para o movimento estudantil na UFPA e para a luta dessa “classe” contra a ditadura militar e contra a ação do SNI no *campus*, por conta do assassinato do estudante César Moraes Leite, o ocorrido foi usado como ferramenta política pelas lideranças estudantis, e a memória passou a utilizar a tragédia como símbolo da resistência dos estudantes contra o regime nos anos finais da ditadura militar.

Além do assassinato, “cujo repúdio canalizado pelas lideranças estudantis recebeu o respaldo das massas”, como definiu publicação local, nesse mesmo ano, o movimento estudantil organizou uma greve em setembro, paralisando as atividades acadêmicas na UFPA, houve, ainda, as eleições para formação da diretoria da UNE em outubro e a eclosão de uma greve de professores da Universidade, a qual contou com o apoio dos estudantes⁸⁹⁸. Em janeiro, os alunos da Escola de Enfermagem declararam greve em solidariedade ao afastamento do professor José Maria Souza. O movimento contou com grande mobilização das entidades estudantis e foi reprimido pela polícia a pedido da direção da unidade.

No dia 23 de maio, os alunos de Enfermagem protestaram contra a expulsão e a suspensão de colegas quando novamente as forças de segurança foram chamadas para dispersar os piquetes. O delegado Rafael Bezerra Neto disparou tiros contra os manifestantes. No dia 30 de janeiro, estudantes do CESEP fizeram protesto contra a taxa de matrícula e o repasse das anuidades. Em maio, os alunos dessa faculdade particular entraram em greve após o aumento das anuidades⁸⁹⁹. Como podemos ver, a classe estudantil esteve ocupada em 1980.

A noção de “classe” aqui usada traz consigo a “relação histórica” que vinha se estabelecendo nos anos anteriores. A maneira como essas experiências são tratadas culturalmente podemos chamar de “consciência de classe”, sejam elas tradições, valores, ideias ou formas institucionais⁹⁰⁰. Nossa análise sobre os conflitos, que detalharemos a

⁸⁹⁸ O GRANDE saldo são os Centros Acadêmicos. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 9, jan. 1981. A greve dos professores durou 29 dias e foi organizada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará. Foi o primeiro movimento do tipo com essa intensidade em muitos anos e forçou o governo a conceder aumento salarial aos professores. 29 DIAS de greve. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 9, jan. 1981.

⁸⁹⁹ AS LUTAS populares, mês a mês. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 4, jan. 1981.

⁹⁰⁰ Quando “alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. THOMPSON, Edward. **A formação da Classe Operária Inglesa: árvore da verdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987. p. 10.

seguir, implica em reconhecer um “processo” histórico no qual grupos antagônicos lutaram por seus interesses. E a morte de um aluno tornou isso bastante evidente.

Mas não queremos dizer que essa tomada de consciência tenha ocorrido a partir desse evento. Sabemos que as classes não existem como entidades separadas que, de repente, olham ao redor, identificam um inimigo de classe e partem para a batalha.

Ao invés disso, elas se enxergam numa sociedade estruturada de certo modo, suportam a exploração ou buscam conservar o poder sobre os explorados, conforme o caso, “identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe”. Momento em que há a descoberta da sua consciência de classe. “Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”⁹⁰¹.

Eventos traumáticos ajudam a unir alguns grupos em torno de uma causa, que passam a usá-los como ferramenta política. Isso é o que se viu durante a ditadura no Brasil em relação à morte de estudantes.

Em 16 de março de 1973, Alexandre Vannuchi Leme foi morto pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão de repressão subordinado ao Exército. O estudante, de apelido “Minhoca”, tinha apenas 22 anos, era aluno do curso de Geologia da USP e militava na ALN, exercendo o cargo de coordenador político dentro da universidade e estabelecendo contato com grupos clandestinos.

O “terrorista” passou a ser alvo das autoridades, que tentaram disseminar a versão de que Alexandre teria sido atropelado por um caminhão ao tentar fugir da polícia. O aluno foi enterrado como indigente e aos pais foi negado reconhecimento do corpo, tendo acesso aos restos mortais apenas dez anos após o ocorrido. Aquele ano de 1973 já carregava em si algum simbolismo, pois se comemoravam 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ensejando discussões sobre o tema em vários jornais estudantis da época. A CNBB encampou a campanha contra a violação dos direitos humanos.

Isso significa dizer que as (rápidas) movimentações desencadeadas pela morte do aluno fizeram parte de um processo de abertura de canais de resistência contra a ditadura, usando-a como mote para fortalecimento de pautas já antes levantadas pelo ME. Os colegas da vítima buscaram eliminar a pecha de “terrorista” presente no discurso do

⁹⁰¹ THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 274.

regime e passaram a construir a imagem de “vítima da repressão”, compondo um quadro mais amplo de luta para derrubada do regime⁹⁰².

As demandas do presente passaram a nortear as representações que se fizeram, nos anos seguintes, dos alunos assassinados. No caso de Vannuchi, à imagem de “inocência”, propagada em 1973 pelo movimento, é incorporado o atributo de “viril guerreiro” na luta contra a ditadura no Brasil. O mesmo ocorreu com Honestino Guimarães, que passou a ser vinculado à ideia de homem “revolucionário”. No caso de Edson Luís⁹⁰³, com o tempo, teve sua imagem de “defensor da democracia” construída pelo movimento estudantil.

O passado se converte em instrumento de luta através de ações de deslocamentos de sentido, conferindo uma conotação política às mortes de estudantes pela ditadura, inserindo-as em um contexto histórico repleto de significados, dirigindo-as para o presente, transformadas em símbolos pela redemocratização do País e em componentes identitários essenciais para a “reconstrução” do movimento estudantil. Passou-se a realizar um “culto aos mortos”, em um processo de transformação do passado, ligando-os às lutas democráticas que se seguiram nos anos seguintes, na tentativa de misturar as figuras dos mortos e do próprio movimento estudantil, o qual buscava “regenerar” sua identidade política⁹⁰⁴.

Em 1980, os alunos da UFPA vivenciaram um acontecimento que viria também ser lembrado nos anos seguintes e serviu de arma na luta contra a repressão dentro do *campus*. Mais uma vez, não se tratava de uma liderança ou de alguém bastante envolvido na organização estudantil dentro da Universidade. Contudo, esse detalhe foi desprezado e logo o estudante se tornou um símbolo da resistência dentro da UFPA. O evento, tanto pelo seu simbolismo, quanto pelo papel desempenhado na construção da memória sobre aquele tempo, merece ser discutido, dado que traz à tona a presença tardia da vigilância no espaço da Universidade.

⁹⁰² Müller (2016, p. 175-178).

⁹⁰³ Temos poucos dados a respeito desse estudante paraense, também vítima do regime, antes de seu assassinato. Segundo apurou o DSI do Ministério da Justiça em 1975, havia nascido em Belém em 24 de fevereiro de 1950 e foi matriculado em 1961 no Instituto Lauro Sodré, donde fora expulso por má conduta no ano seguinte. Teve passagens registradas na polícia por roubo até dar entrada como interno no Educandário Nogueira de Faria, localizado na ilha de Cotijuba “para fins de recuperação”. Pedido de busca nº 106, Confidencial, 75/DSI/MJ [data não identificável, mas é anterior ao dia 7 de março de 1975, conforme SD/SAF nº 7282 emitido pelo DOPS]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

⁹⁰⁴ Müller (2016, p. 187-188).

Sandra Helena Morais Leite e César Moraes Leite eram irmãos e filhos de Helena e César Assunção, ambos paraenses. César fez um curso técnico em eletrônica na Escola Técnica Federal, antes de ingressar no curso de Matemática da UFPA. Sandra lembra que, embora tivesse muitos amigos, do futebol, da escola, do bairro, César não era um militante do movimento estudantil à época de sua morte.

Sandra cursava a Faculdade de Medicina, localizada na Avenida Generalíssimo Deodoro. César sempre deixava a irmã em um automóvel Fusca da sua mãe, e, de lá, se dirigia para o *campus* da UFPA. Naquele dia, ele assistiria à aula de Estudos dos Problemas Brasileiros, no Pavilhão F, ministrada pela professora Marta Inês. Era uma turma mista, ou seja, formada por alunos de vários cursos, o que era possível pelo plano educacional vigente à época⁹⁰⁵.

Sandra assistia à aula de Doenças Tropicais I quando um amigo de seu irmão da época do Colégio Nazaré, Reginaldo Soares, apareceu à porta, aparentando estar muito aflito, chamando-a e dizendo que precisava muito falar com ela: “me acompanha que aconteceu uma coisa muito grave com o teu irmão. Não dá tempo de te explicar agora”.

Durante o caminho, ele virou e disse: “eu vou parar um instante aqui no pronto-socorro municipal”. Foram momentos de tensão, medo e confusão. Ao adentrar o hospital, localizado bem próximo da Faculdade de Medicina, Sandra recebeu a notícia de que seu irmão havia sido baleado e estava sendo atendido naquele local, sem ninguém informar se ele estava vivo. Reginaldo, o qual estava em uma sala de aula próximo ao ocorrido, foi quem socorreu a vítima e o transportou até à urgência⁹⁰⁶. Poucos minutos depois, seu irmão faleceu.

A imprensa divulgou que a vítima estava sentada à frente do agente, nas últimas filas da sala de aula, onde os alunos haviam sido divididos em dois blocos e ficando um corredor no meio. “Se Dalvo tinha a arma na mão, no colo, ou, como disse mais tarde, ela caíra no chão, não ficou claramente estabelecido”. O certo é que o tiro foi de baixo para cima, atravessando o encosto da cadeira, penetrando nas costas do estudante, saindo pelo

⁹⁰⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Morais Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁹⁰⁶ O laudo pericial atestou que um projétil de arma de fogo transfixou o tórax, atingindo o pulmão e outros órgãos, o que ocasionou um quadro de hemorragia interna intensa. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Morais Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

peito e cravando-se no teto. Houve dúvida sobre a versão dada pelo assassino de que a arma havia caído no chão, pois, segundo o perito, a bala, “calibre 38 duplo”, “provavelmente”, entrou no encosto no sentido horizontal. O médico legista, Gervásio Souza Filho, afirmou, ao *O Liberal*, que a bala penetrou no hipocôndrio direito, transfixou o fígado, o pulmão e o coração, saindo no espaço intercostal superior direito, à altura do esterno”. O médico corroborou também com o fato de que a marca na cadeira era horizontal. A arma, entretanto, não fora entregue ao Instituto Renato Chaves⁹⁰⁷.

A partir daí, iniciou-se um processo para entender o que havia ocorrido. A família foi juntando as peças, conversando com as pessoas para saber o que levou àquilo. Se, por um lado, a professora Inês preferiu “silenciar” sobre o caso, as demais testemunhas ajudaram a reconstituir o ocorrido. “E dado o momento de mudança do Brasil também, das relações no país, a democratização e tudo, as pessoas, me parece, foram se sentindo mais confiantes de falar aqui e ali”, compreendeu a irmã da vítima.

O que se apurou foi que um agente da polícia federal, chamado Dalvo, que assistia à aula junto com a vítima, trocou de lugar, incomodado por um feixe de luz no quadro, sentando-se atrás de César quando a arma disparou. No entanto, outras versões chegaram a circular: “será que ele não estava tendo um caso com a mulher desse agente federal?”; “ah, então se tinha uma pessoa sentada, não seria aquela pessoa sentada que... que era o alvo do agente”; “e que o carinho se mudou de lugar”. Enquanto os boatos rolavam, procurou-se saber quem era aquele tal aluno Dalvo⁹⁰⁸.

Na época, a imprensa apurou que Dalvo cursava as últimas disciplinas para sua formatura, tendo começado na UFPA antes da reforma dos currículos e precisava “pagar” os dois níveis de Estudos dos Problemas Brasileiros, que passaram a ser obrigatórios no 1º Ciclo Universitário⁹⁰⁹.

A notícia logo se espalhou e grupos de estudantes iam se aglomerando na porta do pronto-socorro municipal. Quando os médicos anunciaram a morte do aluno, o PM que estava em serviço no local tentou efetuar a prisão do autor do disparo, mas este alegou ser policial e identificou-se (Figuras 74 e 75), momento em que outros agentes da polícia federal chegaram ao hospital e o levaram para sede do órgão⁹¹⁰.

⁹⁰⁷ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

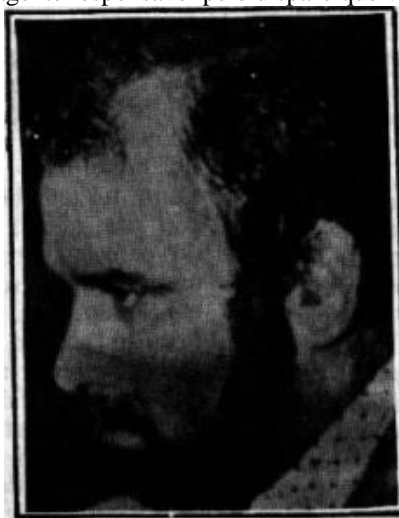
⁹⁰⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Morais Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁹⁰⁹ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹¹⁰ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

Enquanto isso, na UFPA, alguns piquetes foram se formando e, de sala em sala, foram anunciados aos demais alunos o ocorrido e a paralisação das aulas. “Onde havia aulas, elas foram interrompidas, e, onde ainda não começara, os estudantes começaram a se retirar”. Por volta das 15h30, as classes estavam completamente vazias e alguns alunos ficaram de prontidão para avisar da paralisação os estudantes que chegavam para o turno da tarde e convocar para a concentração que ocorreria na Igreja dos Capuchinhos⁹¹¹.

Figura 74 – Foto do agente responsável pelo disparo que vitimou aluno da UFPA



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Figura 75 – Dalvo foi transferido para Mato Grosso do Sul semanas após o ocorrido⁹¹²



Fonte:

⁹¹¹ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹¹² PF desrespeita a Justiça, dando fuga ao agente que matou o universitário. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 18, mar. 1981.

Chegada a hora do velório. Existia um clima de medo entre os presentes. Havia muita tensão. Um aluno acabara de ser assassinado dentro da sala de aula da UFPA. O País passava por transformações no âmbito político, e o movimento estudantil ganhava força novamente. Um incidente ocorrido pouco tempo antes de sair a procissão para o enterro do corpo nos traduz essa atmosfera:

[...] no momento em que a minha mãe se aproximava da urna, talvez pela quantidade de formol ali colocado, a parte de vidro da urna, que estava mantida lacrada, só com a parte de vidro descoberta, estourou. Então, foi vidro para muitos lados e teve um grande início de pânico ali, tanto de pessoas, porque foi um barulho, um estrondo muito grande, de pessoas que achavam que poderia ter sido outro tiro⁹¹³.

Aos poucos, o assunto foi ganhando contornos políticos. O enterro foi realizado praticamente todo a pé. A princípio, havia sido planejado um cortejo do Colégio Nazaré até a Igreja dos Capuchinhos, onde os estudantes estariam concentrados aguardando o cortejo. No entanto, a massa já foi se aglomerando no Colégio Nazaré:

Juntou o pessoal que era da nossa época de Colégio Nazaré, o pessoal da época dele de Escola Técnica e também muita gente da Universidade. Eu, já nessa altura, já estava no quarto ano de Medicina. E claro que isso mobilizou. Nossa família também, família grande e tudo, então era muita gente. Na verdade, o enterro já saiu do Colégio Nazaré com muita gente caminhando. Então, o trânsito ali parou do Colégio Nazaré, até os Capuchinhos, de onde também engrossou⁹¹⁴.

⁹¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Morais Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁹¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Morais Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

Figura 76 – Estudantes carregam o caixão e fazem protesto por sua morte e pela insegurança do *campus*



Fonte: *O Liberal*.

Nota: de baixo de chuva, os manifestantes marcharam, cantando e acompanhando o cortejo.

Logo o evento se tornou um ato político contra o regime vigente. Os estudantes providenciaram carroças, megafones e faixas, em procissão pelas ruas, alagadas pelas águas da forte chuva que caiu naquele dia. O cortejo seguiu, e ninguém parecia querer arredar o pé.

Os estudantes cantavam “Pra não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, e recitaram um poema que dizia “Nós não calaremos sobre o teu corpo. Não consentiremos na tua morte, não calaremos sobre o teu corpo”⁹¹⁵. Segundo a imprensa. Durante o cortejo que foi do Colégio Nazaré até o cemitério Santa Isabel, os alunos cantavam e distribuíram uma carta que prometia, em nome do colega assassinado, continuar a luta pela justiça (Figura 77)⁹¹⁶.

A mobilização rápida também foi possível pelo envolvimento de Sandra em grupos de igreja, como a CAJU e a Pastoral Universitária, as quais organizaram a cerimônia de enterro e as missas que aconteceram na capela do Colégio Nazaré, na Basílica de Nazaré e nos Capuchinhos.

Além de um culto ecumênico no Ginásio da UFPA, após sete dias da morte do estudante. Isso nos dá noção da dimensão que o ocorrido tomou, ultrapassando os muros da Universidade, sendo noticiado nos jornais locais e mobilizando grupos de estudantes de várias origens, tanto secundaristas, quanto universitários. A UFPA, em plena segunda-

⁹¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Morais Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁹¹⁶ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

feira, foi esvaziada, fechada e foi anunciado um luto de cinco dias. No retorno às atividades “normais”, já aconteceu o culto ecumênico, do qual participou o presidente da UNE, Rui César. Passados trinta dias, novo ato ecumênico, o que se repetia quando o assassinato completava ano⁹¹⁷.

Figura 77 – Debaixo de forte chuva que caiu na capital, estudantes realizaram trasladação da Igreja dos Capuchinhos até o cemitério Santa Isabel



Fonte: *O Liberal*.

Os estudantes da UFPA fizeram ali o seu protesto e “desafiaram a segurança hegemônica” quando as ruas da cidade foram palco para o “teatro” da “briga simbólica” (Figura 78): ao mesmo tempo em que ocorriam cerimônias litúrgicas pelo morto, “blasfemava-se” contra aquela que foi rapidamente acusada do crime, ou seja, a ditadura. A passeata, o culto ecumênico, o enterro e o descerramento da placa em homenagem ao morto eram o “contrateatro” dos estudantes e tinham o objetivo de enfrentar o regime⁹¹⁸ (Figura 79).

⁹¹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Morais Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁹¹⁸ Thompson (1998, p. 64-65; 70-71).

Figura 78 – Manifestação realizada dentro da UFPA após a morte do estudante



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Figura 79 – Passeata de rua promovida por estudantes após a morte de César Moraes Leite



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

O processo iniciado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi encerrado seis anos depois, quando a pena já havia sido prescrita. Dalvo Monteiro de Castro Júnior foi condenado a dois anos e quatro meses de detenção, processado como autor de crime de homicídio culposo (artigo 121, parágrafo 3º, do Código Penal Brasileiro) em sentença proferida pela 1ª Pretora Criminal, Maria Stela de Castro Peixoto.

Dizia o processo que o condenado era aluno matriculado no curso de Química Industrial, que a bolsa na qual estava a arma escorregou e caiu no chão, o réu não havia “querido o evento delituoso”, a presença do agente em sala de aula não tinha relação com

sua função de policial federal, visto que se tratou de procedimento “imprudente” e “infeliz” por parte do condenado⁹¹⁹. A decisão da Justiça constituiu, pois, mais uma das ferramentas usadas pelo regime para não considerar César Leite um morto político.

A família recebeu pouco apoio por parte da Universidade. O reitor Aracy Barreto chegou a visitar a mãe de César quando esta ainda estava internada. Após a conversa, o reitor chamou Sandra em particular e ofereceu-lhe uma bolsa de estudos para que ela não interrompesse sua vida acadêmica, o que foi rapidamente dispensado:

E ali fora mesmo, eu já reagi, obviamente, retrucando, repudiando, eu jamais iria aceitar qualquer bolsa, qualquer contribuição, que nem existia isso na Universidade. Naquela época, eu entrei na universidade em 1977 e pedi crédito educativo. Eu já recebia crédito educativo. Então, eu sempre soube que você não tinha disponibilidade de nenhum tipo de bolsa. Que, portanto, ali, o que estavam tentando fazer já era muito pautado nessa lógica de provavelmente buscar o meu silêncio. Então, eu já disse que eu não aceitaria e reagi com uma certa agressividade com ele⁹²⁰.

Na imprensa, de fato, divulgou-se que a Reitoria havia concedido uma “bolsa especial” à irmã da vítima e que a UFPA custeou as despesas com o funeral⁹²¹. A recusa da bolsa e problemas de ordem financeira, relativos às custas do enterro, não foram citados.

Figura 80 – César Moraes Leite tinha 19 anos e perdeu a vida dentro da UFPA



Fonte: *Jornal Movimento*⁹²².

⁹¹⁹ PRETORA condenou a 2 anos agente-aluno. *Diário do Pará*, Belém, 3 jan. 1986. Polícia, p. 7.

⁹²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Moraes Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁹²¹ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

⁹²² APENAS um acidente de trabalho? *Movimento*, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

Quanto ao assassino, Dalvo Monteiro foi transferido algum tempo depois, e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará se limitava a informar que não era possível localizar o policial por não saber ao certo o seu endereço atual. “Então, muitas coisas a gente percebeu que eram coisas combinadas”. Mais: “o processo da Justiça Federal teve períodos de ficar parado cinco anos em uma mesma vara, sem receber uma linha de despacho”, recorda Sandra em tom de revolta. Acrescentando: “o César Moraes Leite foi um jovem alegre, uma pessoa muito agregadora e que teve a sua vida ceifada por uma bala da ditadura”⁹²³.

Enquanto isso, o assassino desapareceu a partir do momento em que deixou o pronto-socorro. Apurou-se que, após deixar o hospital, ele se apresentou à polícia federal e, tomado por forte crise nervosa, foi encaminhado a uma clínica, onde foi medicado com sedativos. Essa informação foi prestada por seu advogado, Alberto Campos⁹²⁴. E só.

Em verdade, sabemos pouco a respeito do policial. Ele era um arquivo vivo e, como prática recorrente na polícia, ontem e hoje, foi muito bem escondido, enquanto o assassinato do estudante da UFPA ficou, como inúmeros outros crimes cometidos pela ditadura, sem solução. Sabemos que Dalvo era, de fato, agente da PF, pois tal informação não fora negada nem pelos seus superiores à época e seu nome consta em uma sindicância⁹²⁵ aberta pela DPF/PA em 1977.

O superintendente Regional da PF também informou, à época, que Dalvo estava há sete anos na corporação, tinha uma ficha excelente e já havia servido na Embaixada do Brasil em Buenos Aires⁹²⁶. Seu envio para o exercício de função de segurança no exterior, em missão de caráter transitório, pode ser comprovado através de documento “Secreto” encaminhado pelo diretor da DSI do Ministério das Relações Exteriores tratando do assunto⁹²⁷. Portanto, e para que não se perca o registro: Dalvo havia sido disponibilizado pela PF ao SNI em 1973, sete anos antes do ocorrido no Pavilhão F, mais ou menos, o tempo em que o agente-estudante passou a frequentar a UFPA.

⁹²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Sandra Helena Moraes Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁹²⁴ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹²⁵ Sindicância nº 05/77, SRPA/DPF/Ministério da Justiça. Belém, 11/11/1977. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

⁹²⁶ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

⁹²⁷ Memorando 330, Secreto, DSI/Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília, DF, 20/11/1973. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

Em seu depoimento prestado no dia 11 de março de 1980 à Divisão de Crimes Contra as Pessoas, o agente garantiu que se tratou de uma fatalidade. O revólver caiu de uma “bolsa capanga” e disparou quando tocou o chão, publicou a imprensa na época. Contudo, os estudantes acreditavam que Dalvo estaria em missão oficial na UFPA, pois ele frequentava a Universidade há oito anos e, com sete, qualquer aluno já seria jubilado⁹²⁸. Em outra fonte, Dalvo também foi apontado pelos colegas como “estudante profissional”, em vista de tantas faculdades cursadas pelo agente e por este estar há muito tempo na Universidade⁹²⁹.

Após o enterro, os estudantes fizeram uma passeata, pedindo a saída do reitor Aracy Barreto, “acusado de não ter desativado o organismo de segurança e informações da Universidade”. Segundo um dos estudantes que acompanhou o colega atingido até o pronto-socorro, ao chegar ao hospital, Dalvo fez uma ligação (“provavelmente, o superintendente regional da polícia federal, Jaime Braunn”, atendeu do outro lado da linha), dizendo: “venha depressa. Estou numa fria”⁹³⁰.

Ao olhar para o passado, membros da militância estudantil representam a morte do estudante como causa de forte impacto no movimento da época, além de ter gerado comoção social na cidade. O ocorrido atesta a presença dos órgãos de vigilância dentro da UFPA, como a ASI, mas também de outras esferas, no caso a polícia federal, inclusive, com agentes armados dentro das salas de aula. A PF tentou argumentar que houve um acidente e o responsável pelo disparo era aluno da Universidade, embora nunca se teve acesso a registros acadêmicos que atestassem o vínculo⁹³¹.

A versão de que tenha ocorrido um acidente foi também reforçada pelo reitor da UFPA, Aracy Barreto. Em entrevista à imprensa, o reitor disse não acreditar que tenha ocorrido um homicídio e reclamou da cobertura dada pelos jornais sobre o ocorrido. De todo o modo, após a morte do aluno, Aracy Barreto baixou norma para tentar impedir o

⁹²⁸ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

⁹²⁹ APENAS um acidente de trabalho? **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

⁹³⁰ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

⁹³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

porte ilegal de armas no *campus*⁹³². Disse à época: “quem for flagrado, seja policial ou não, será detido, suspenso das aulas e submetido a inquérito”⁹³³.

A militância se utilizou da perda do colega e aumentou o tom do discurso contra o regime, passando a exigir o fechamento da Assessoria, indo de sala em sala, motivando os alunos a participarem das manifestações⁹³⁴. No dia da morte, na sala do DCE, professores e alunos realizaram um rápido debate. Um dos docentes presente declarou: “tinha de acontecer, mais cedo ou mais tarde, devido à quantidade de gente armada no *campus*”. “Mas isso já está demais”, completou o professor, “porque há intimidação, a Universidade mantém um serviço de vigilância que é mais de deduração, interferindo nas relações professor-aluno”. Mais: “e é uma das poucas universidades do Brasil que ainda mantém esse serviço”⁹³⁵.

Dias após o ocorrido, o reitor veio à público e garantiu que não existia serviço de espionagem no *campus* universitário, como acusavam os membros do DCE, mas que apenas havia ocorrido a promoção dos guardas de segurança da UFPA a agentes administrativos. De todos os que transitavam na Universidade, “as únicas pessoas que eu tenho certeza que não andam armados são os nossos funcionários”, afirmou Aracy Barreto à imprensa⁹³⁶.

O estudante Sérgio Carneiro, vice-presidente da UNE para a região Norte, disse, à época, que nenhum dos estudantes sabia que Dalvo Monteiro era agente federal: “mesmo que o reitor negue, acreditamos que a Assessoria de Segurança e Informações – o SNI da Universidade – continua funcionando”. Mais: “colocando homens armados dentro das salas de aula e desviando as poucas verbas destinadas à educação para a ação policialesca na Universidade”⁹³⁷.

Ao mesmo tempo, a Associação dos Professores da UFPA distribuiu nota solicitando que a Reitoria encaminhasse ofícios aos comandos militares e às corporações policiais pedindo que seus integrantes não frequentassem o *campus* armados “para evitar a repetição de fatos dessa natureza”. O documento também pedia que a gestão da

⁹³² REITOR suspende aulas na UFPA até sábado. **O Liberal**, Belém, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 17.

⁹³³ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

⁹³⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

⁹³⁵ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹³⁶ REITOR suspende aulas na UFPA até sábado. **O Liberal**, Belém, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 17.

⁹³⁷ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

Universidade assumisse a responsabilidade pela segurança da comunidade acadêmica e indenizasse a família do estudante morto. Concluindo: “as ASI (Assessorias de Segurança e Informação) foram extintas por decreto do presidente Geisel, mas o serviço de espionagem e delação continua sendo exercido pelo setor de vigilância, o que constitui uma violação à lei”⁹³⁸.

Aqui notamos a crença de que as Assessorias haviam sido extintas por decreto antes do assassinato ocorrido no Pavilhão F. Essa informação aparece também entre os estudantes, que acusaram o reitor Aracy Barreto de manter, “clandestinamente”, a ASI/UFGA, pois, reclamaram os discentes, “tais assessorias teriam sido extintas no ano passado por um decreto do general Geisel”⁹³⁹.

Sabemos, no entanto, que, oficialmente, apenas no dia 5 de agosto de 1986, o MEC editou a Portaria nº 576, extinguindo as ASI. É muito importante notar que alguns alunos acreditavam, até a morte de César Moraes Leite, que a estrutura tentacular do SNI havia sido removida do *campus*, o que, em parte, explica o maior assanho visto por parte dos estudantes em manifestações nesse período.

Apesar dos esforços da gestão da UFGA e das autoridades de segurança pública local com o objetivo de desligar o caso do contexto maior de repressão do regime, o palco estava armado e os estudantes exibiram sua luta nas ruas contra a repressão que, tardiamente persistia no *campus*.

O enterro foi acompanhado, segundo depoimentos, por cerca de cinco mil pessoas. Nas memórias de quem presenciou aquele evento e a missa de sétimo dia, esta com a presença do presidente da UNE, a morte de César é representada como um momento de forte denúncia nacional contra a repressão ainda presente nas universidades e de sensibilização da sociedade e dos estudantes. No dia de realização do culto ecumênico, os alunos aproveitam para dar contornos políticos para o ocorrido:

No dia nós resolvemos fazer uma placa, colocar essa placa no pavilhão F. No dia para inaugurar a placa eu lembro que o Sérgio [Carneiro] está do meu lado e diz: “*Sobe na cadeira e faz o discurso pelo DCE*”. Eu: “*Mas ninguém me escolheu*”, “*Sobe*”. Eu subo, faço o discurso pelo DCE. Nós organizamos essas passeatas, essas caminhadas, essas denúncias. Foi mais de uma, até a ASI sair daqui. Então, isso também faz parte dessa história de resistência à ditadura, no interior das universidades⁹⁴⁰.

⁹³⁸ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

⁹³⁹ APENAS um acidente de trabalho? **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

⁹⁴⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFGA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) –

Segundo essa memória, o assassinato de César consolida o processo de reorganização do movimento estudantil na UFPA, juntamente com as eleições diretas da UNE (cujo representante do Norte passa a ser o estudante Sérgio Carneiro), com campanhas pela anistia e redemocratização, com propagação de jornais alternativos, com a reorganização dos centros acadêmicos e com a reconstrução do DCE. A morte do estudante passa a ser símbolo de todo esse contexto político dentro da Universidade, que vinha se desenhando alguns anos antes⁹⁴¹.

Figura 81 – Manifestantes de mãos dadas durante manifestação pelo assassinato do estudante César Moraes Leite dentro da UFPA por um agente da PF



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Nota: A foto foi tirada por Wagner Bill.

O jornal “Resistência”, publicação mensal da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, divulgou matéria em abril de 1980 sobre o caso, com a seguinte manchete: “A ditadura é acidental?”. O texto, de autoria de Ruy César Costa, presidente da UNE, veio acompanhado de uma fotografia com os estudantes de mãos dadas no ginásio da UFPA, durante o culto ecumênico realizado em homenagem ao aluno morto (Figura 81).

Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

⁹⁴¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

A legenda da foto trazia a seguinte frase: “César Leite: tua morte é mais uma razão para lutar”. Costa destacou a reação dos estudantes e professores, “de forma correta e combativa”, que foram às ruas, e dos setores democráticos que “manifestaram seu repúdio ante a presença da repressão da Universidade”. Em meio aos questionamentos sobre o ocorrido, “foi acidente ou não?”, o secretário de Segurança Pública, Sette Câmara, chegou a declarar à imprensa que as lideranças estudantis eram “imbecis”.

O presidente da UNE sublinhou que, desde a implantação da ditadura, a repressão não escondeu suas ações nas escolas, completando: “como se justifica a presença de armas dentro de uma sala de aula?”. Defendeu que não se poderia considerar a morte de César “como um simples acidente” e sublinhou o fato de que o “esquema montado pelos órgãos repressivos” chegava a escapar do “controle da cúpula”, o que explica a reação do Secretário, sem “argumentos para justificar a presença de armas dentro das salas de aula”. Ainda segundo o autor da matéria:

A morte de César Leite constitui um exemplo vivo a todos os estudantes brasileiros, pois a sua morte faz parte de uma ideologia mais global, que permite nas instituições de todo o país a presença de policiais fardados e armados em salas de aula, e que instrui a ação de seguranças internos com práticas policiais e coercitivas, gerando no meio universitário a insegurança, o cerceamento e a delação de alunos, professores e funcionários, passando a Universidade a desempenhar um papel desviante de sua real função. Deixa de ser uma instituição de debates, discussões e críticas para ser submetida e castrada no seu desempenho. Estas submissão e cerceamento embotam e atrofiam seu papel de mola propulsora de transformação social e a torna mero instrumento da própria repressão reinante no país, abrindo espaço para que uma engrenagem opressiva tome posições nos seus quadros, como a ASI (Assessoria de Segurança e Informação) e agente federais disfarçados de estudantes⁹⁴².

Na mesma edição do jornal, o editor Luiz Maklouf Carvalho publicou uma lista com trinta e cinco nomes daqueles que seriam os funcionários do SNI em Belém (Figura 82), “apenas da área civil”, a qual funcionava, naquele momento, no prédio da Receita Federal. Na matéria, foi sublinhado que, a cada dia, o regime militar investia “mais dinheiro no aperfeiçoamento do aparato repressivo” e que a repressão política estava infiltrada nos “quatro cantos”. Aludiu-se também que alguns dos funcionários foram contratados no final de 1979, “justamente em época da propalada ‘abertura’”⁹⁴³.

⁹⁴² A DITADURA é acidental? **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 3, abr. 1980.

⁹⁴³ Agostinho Souza Lima, Alberto Paraense Pinto, Antônio Álvaro Dias da Cunha, Antônio de Pádua Cardoso, Antônio Dilermano, Armando Sousa Dias, Artur Alexandre Vieira, Carlos Fernandes da Silva, Carlos Santos da Cruz, Claudionor Gonçalves Nogueira, Danilo Maciel Ferreira, Dário Wilton Lameira da Silva, Francisco Jeferson A. de Souza, Hermenegildo Ferreira Ribeiro, Ildonaldo Cohen de Andrade, Ireson Antônio Fonseca Maia, Ismael dos Passos Costa Pinheiro, Jerônimo Gomes Pereira, João Alberto da Silva

Figura 82 – Lista com nome dos trinta e cinco funcionários civis do SNI que atuavam no escritório do órgão em Belém em abril de 1980

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE ADMISSÃO	DEPARTAMENTO
74706	AGOSTINHO SOUZA LIMA	1933	1979	010679 01
94223	ALBERTO PAMAENSE PINTO	1934	1979	010676 03
96191	ANTONIO ALVARO DIAS DA SILVA	1935	1979	010679 03
23495	ANTONIO DE PADUA CARREIRO	1936	1979	011275 01
56554	ANTONIO DILERMANS C. PINHEIRO	1936	1979	120775 17
37181	ARMANDO SOUSA DIAS	1937	1979	120775 17
77437	ATTUR ALEXANDRE VIEIRA LIEBOLD	1937	1979	100771 14
84410-592	CARLOS FERNANDES DA SILVA	1937	1979	010676 07
77439	CARLOS SANTOS DA CRUZ	1937	1979	010673 01
77441	CLAUDIONOR GONCALVES ROSA	1937	1979	010373 01
30717	DANILO MACIEL FURLANHA	1937	1979	010679 01
77443	DAVID WILTON LAMEIRA DA SILVA	1937	1979	010373 01
43118	FRANCISCO JERFENUN A. DE SOUZA	1937	1979	110676 11
77447	HEMENCILDO FERREIRA NEDICINHO	1937	1979	010373 01
83980	LEONALDO COHEN DE ANDRADE	1937	1979	010679 01
77449	IRESON ANTONIO FONSECA MATA	1937	1979	011173 01
8203	ISHAEL DOS PASSOS COSTA PINHEIRO	1937	1979	080277 01
44407	JENONIR GOMES PACHECO	1937	1979	011075 01
20134	JOAO ALBERTO DA SILVA BESSA	1937	1979	011275 01
77451	JORGE DA SILVA BESSA	1937	1979	010373 01
19467	JOSE JOSE LIMA FRAZAO	1937	1979	010679 01
17207	JOSE MARIA DA SILVA	1937	1979	020279 01
77453	JOSE UBIRATAN LOBÃO SANCHES	1937	1979	010373 010
27509	MACARIO FERREIRA NASCIMENTO	1937	1979	010679 010
53742	MANOEL DO ROSARIO CARDOSO	1937	1979	010679 010
07470	MANOEL PANTOJA DIAS	1937	1979	011075 011
77455	MAURY EUDO BARROS PEREIRA	1937	1979	010373 010
81739	NEWTON COLARES COHEN	1937	1979	011275 011
80416	OZEAS OLIVEIRA DE ARAUJO	1937	1979	011270 011
77457	PAULO DAS GRAÇAS MELO DE ALMEIDA	1937	1979	230473 230
87970	PAULO GILBERTO DA SILVA COSTA	1937	1979	010679 010
80721	RAIMUNDO DUARTE DE FARIAS	1937	1979	000979 090
77461	RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA	1937	1979	010679 011
77463	RAIMUNDO LOURENÇO DO M. FERREIRA	1937	1979	000471 020
77465	WELLINGTON LUIS DE O. LAMEIRA	1937	1979	010679 030

Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Outras informações sobre o ocorrido, naquela manhã de 10 de março, são trazidas pelo jornal, em tom de denúncia em relação às autoridades universitárias e agentes de segurança pública. Segundo a reportagem, não havia serviço médico ou hospital no *campus*, “pois o reitor Aracy Barreto, apesar de médico, nunca teve tempo de se preocupar com isso”. Tão logo chegou ao pronto-socorro municipal, o “policial-estudante” Dalvo Monteiro de Castro, carioca, 27 anos⁹⁴⁴, autor do disparo feito com revólver “Taurus 38”, preocupou-se, exclusivamente, em telefonar para a polícia federal (“venha depressa,

Bessa, Jorge da Silva Bessa, José Jorge Lima Frazão, José Maria da Silva, José Ubiratan Lobão Sanches, Macario Ferreira Nascimento, Manoel do Rosário Cardoso, Mário Pantoja Dias, Maury Eudo Barros Pereira, Newton Colares Cohen, Ozeas Oliveira de Araújo, Paulo das Graças Melo de Almeida, Paulo Gilberto da Silva Costa, Raimundo Duarte de Farias, Raimundo Ferreira da Silva, Raimundo Ferreira do M. Ferreira, Wellington Luís de O. de Almeida. OS AGENTES do SNI em Belém. *Resistência*, Belém, ano II, n. 11, p. 3, abr. 1980.

⁹⁴⁴ Em reportagem, em *O Liberal*, falou-se em 45 anos de idade. ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. *O Liberal*, Belém, mar. 1980.

delegado. Estou numa fria”⁹⁴⁵), fugindo logo em seguida, “sob o olhar cúmplice do chefe de segurança do UFPA, Manoel Cirino da Silva”.

O DCE marcou reunião na UFPA no mesmo dia, mas o reitor, “numa tentativa de desmobilizar os estudantes”, suspendeu as aulas por uma semana e proibiu a entrada no *campus*⁹⁴⁶. Conforme noticiado em *O Liberal*, o encontro havia sido marcado para 20 horas, todavia, na Cidade Universitária, nem professores, estudantes tampouco funcionários poderiam entrar ou sair desde às 18h⁹⁴⁷.

Alguns ainda foram ao local do assassinato, mas encontraram as salas fechadas e, na UFPA, permaneciam já poucas pessoas. “Na Universidade, oficialmente, ninguém informava nada”, reclamou a imprensa⁹⁴⁸.

A reunião foi realizada na rua, sob a vigilância de dois carros da polícia militar e de um agente infiltrado da polícia federal, logo identificado, retirando-se em seguida. As entidades presentes compreenderam o fato como prova da “existência de agentes de órgãos da repressão armados dentro da Universidade” e do “caráter nitidamente repressivo da Reitoria da UFPA”, lembrando outros exemplos de atos repressivos ocorridos durante a gestão de Aracy Barreto. E considerou que:

[...] a presença da repressão dentro da Universidade não ocorre por acaso, mas faz parte de todo um esquema para fazer prevalecer os interesses de um determinado grupo que domina a sociedade e que, na Universidade, é representado pela sua direção. Logo, se não houvesse interesse de reprimir a sociedade e, dentro desta, a comunidade universitária, inclusive colocando homens armados e espiões dentro do *campus*, hoje o companheiro César não estaria morto⁹⁴⁹.

O documento exigia ainda:

[...] o desmantelamento do aparato repressivo, o fim da ditadura militar, a indenização da família de César pela União, a imediata apuração dos fatos e punição do culpado, a punição de todos os torturadores e assassinos do sistema, a anistia ampla geral e irrestrita, e o afastamento dos membros da direção da UFPA, que têm comportamento autoritário e repressivo⁹⁵⁰.

⁹⁴⁵ Essa suposta fala de Dalvo também foi publicada em outro veículo de imprensa. ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹⁴⁶ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 10-11, abr. 1980.

⁹⁴⁷ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹⁴⁸ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹⁴⁹ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 10-11, abr. 1980.

⁹⁵⁰ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 10-11, abr. 1980.

O superintendente da PF, Jaime Braunn, foi afastado dois dias após o crime por determinação de Brasília, depois de ter declarado à imprensa que Dalvo já havia participado em missões na embaixada do Brasil na Argentina, “combatendo focos de subversão”⁹⁵¹. Importante ressaltar que, desde seus primeiros anos, o SNI estendeu suas redes de informações até o exterior e as embaixadas e consulados eram instrumentos de informações de modo ostensivo⁹⁵².

Braunn também declarou que considerava normal o uso da arma pelo agente em sala de aula: “um policial não se separa de sua arma”, disse à época⁹⁵³. Paulo Watanabe, membro da Coordenadoria Central do Judiciário, afirmou que Braunn não fora afastado de suas funções por causa da morte do universitário César Moraes Leite, pois o superintendente já estava em processo de transferência, a qual, segundo Paulo Watanabe, ocorria anualmente.

Watanabe também era delegado federal e foi deslocado de Brasília para Belém para acompanhar o caso da morte do estudante, ao lado de mais dois delegados, Wandir Leite da Silva e Luís Carlos de Oliveira Santos. Os policiais visitaram a SEGUP/PA e trocaram informações com o Secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, a respeito do ocorrido⁹⁵⁴.

Figura 83 – Da esquerda para a direita: Paulo Sette Câmara (SEGUP/PA), Wandir Leite da Silva (que viria a ser o novo superintendente do DPF/PA), Luís Carlos de Oliveira Santos (o qual assumiu o cargo de maneira interina após a morte do estudante) e Paulo Watanabe (o emissário de Brasília)



Fonte: *O Liberal*.

Nota: todas as testemunhas ouvidas pela polícia federal tiveram que prestar depoimento na PF e o retorno de Watanabe se daria apenas depois da conclusão do inquérito administrativo aberto contra agentes da PF que tentaram acobertar o assassino.

⁹⁵¹ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 10-11, abr. 1980. SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13. APENAS um acidente de trabalho? **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

⁹⁵² TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

⁹⁵³ AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

⁹⁵⁴ WANDIR, o novo superintendente. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

O jornal *O Liberal* apurou, na época, que Sette Câmara, no dia em que Dalvo de Castro Júnior se apresentou à SEGUP/PA para prestar depoimento, teria mandado fichar o acusado de ter disparado sua arma contra o universitário, mas os policiais federais que acompanharam Dalvo até a Secretaria não permitiram o fichamento. O secretário guardou sigilo sobre o ocorrido e comunicou o fato apenas para a Superintendência da DPF/PA. Constava-se que nove agentes e um delegado, que davam proteção ao responsável pelo disparo, responderam a inquérito administrativo⁹⁵⁵.

Quanto ao movimento estudantil, a notícia se espalhou rapidamente pela cidade através das manchetes policiais das rádios. O DCE e o vice-presidente regional Norte da UNE, Sérgio Carneiro, passaram a acompanhar a tragédia. A Reitoria e a PF teriam apressado o enterro para a mesma tarde e uma informação errada fez com que os militantes se concentrassem na Igreja dos Capuchinhos (onde Carneiro discursou e denunciou a presença do aparato repressivo dentro da UFPA) quando, na verdade, a missa de corpo presente se realizaria no Colégio Nazaré, com a presença de Aracy Barreto e de seu vice-reitor Jussê Gonçalves de Souza.

Foi cantada a música de Geraldo Vandré (“Caminhando...”) logo após a comunhão e a bandeira da UNE foi colocada sob o caixão. No dia seguinte, durante a tarde, após reunião da Faculdade de Medicina, os alunos decidiram paralisar as aulas nas demais escolas superiores e saíram em passeata portando faixas pretas (“Você aí parado, pode ser assassinado”), dirigindo-se ao CESEP, conseguindo suspender as aulas e engrossando a manifestação. Cantando a música, cuja letra foi mimeografada às pressas, os manifestantes chegaram, às 19h, às Faculdades Integradas do Colégio Moderno, invadindo-a e suspendendo as aulas. No dia 12, diversas entidades visitaram o túmulo, ocasião em que UNE, DCE e SDDH (representado por Humberto e Alexandre Cunha) tomaram a palavra⁹⁵⁶.

⁹⁵⁵ WANDIR, o novo superintendente. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

⁹⁵⁶ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 10-11, abr. 1980.

Figura 84 – O corpo de César Moraes Leite sendo velado na capela do Colégio Nazaré



Fonte: *Jornal Resistência* (1980).

Figura 85 – No CESEP, alunos também protestaram após a morte do aluno e estenderam bandeira nas escadarias



Fonte: *O Liberal*.

Figura 86 – Autoridades da UFPA carregam o caixão na saída do velório, ocorrido na capela do Colégio Nazaré, onde comparecem muitos estudantes e amigos do morto



Fonte: *O Liberal*.

Figura 87 – Foto do presidente da UNE, Ruy César, divulgada no jornal *Resistência* por ocasião do assassinato do estudante César Moraes Leite



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Nota: a foto foi tirada pelo fotógrafo Wagner Bill durante a visita do militante a UFPA dias após a tragédia.

A presidência da UNE foi contatada no mesmo dia da morte, o que ensejou uma reunião entre estudantes e Eduardo Portella, ministro da Educação, que prometeu abrir um inquérito. Na madrugada do dia 16, Ruy César, presidente da entidade, foi recebido por cerca de cinquenta pessoas no aeroporto de Val-de-Cans, sendo observado, segundo a reportagem, por dois agentes da polícia federal. Ruy falou no dia do ato ecumênico, realizado no ginásio da UFPA uma semana após o ocorrido: “sabemos a dor que toma conta de todos nós pela morte de um companheiro.

Nesse culto, queremos afirmar que um acidente só ocorre quando há condições intrínsecas para tal”. Continuando: “havia na sala um objeto propício para isso, e um objeto que destoava completamente do espírito universitário”. Estiveram também presentes membros de diversas denominações religiosas, como o diácono Ricardo Rezende, vice-presidente da Comissão Pastoral da Terra, além de dois parlamentares, Ademir Andrade e Terezinha Sussuarana, ambos do PMDB. Como forma de “provocar os presentes”, panfletos falsos, distribuídos por três garotos supostamente a mando da repressão (o conteúdo tratava da volta a Belém de Flávio Salles, exilado político), foram recolhidos e queimados pela massa estudantil, que, em seguida, dirigiu-se ao Pavilhão F, onde César foi baleado, para inaugurar a placa de bronze: “neste pavilhão foi morto o estudante César Moraes Leite por uma bala de repressão. Homenagem dos estudantes brasileiros – União Nacional dos Estudantes – Diretório Central dos Estudantes – março de 1980”⁹⁵⁷.

Figura 88 – Ato ecumênico ocorrido no ginásio da UFPA



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

⁹⁵⁷ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. *Resistência*, Belém, ano II, n. 11, p. 10-11, abr. 1980.

Figura 89 – Estudantes portam faixas de repúdio pela morte do estudante



Fonte: *Jornal Resistência* (1980).

Figura 90 – Presidente da UNU, Ruy César, discursando no ato ecumênico



Fonte: *Jornal Resistência* (1980).

Durante as manifestações, o movimento estudantil carregou faixas que deram conta do sentido político atribuído ao assassinato: “César: tua morte é mais uma razão para lutar”; “Repressão mata estudante dentro da Universidade – Abaixo a ditadura”; “Fora com a repressão”; “Abaixo com a repressão”; “Mais verbas p/ a educação (12%)”; “Expulsão para os agentes da repressão”; “Punição para os torturadores”; “Por uma nova

universidade”; “Torturadores”; “Exigimos o fim da repressão nas universidades”. A sociedade se levantou. Padre Savino Mombelli, professor de Teologia da UFPA, fez duras críticas à presença da repressão na instituição.

Ademir Andrade, em seu pronunciamento na Assembleia Legislativa, questionou a presença de “policiais disfarçados sob o manto de estudantes ‘profissionais’ que, nas Escolas se infiltram com o único fito de espionar e dedurar os estudantes”, estando conectados aos órgãos de informações, a “Hidra de mil olhos”, que vigiava os corredores e as salas de aulas. Segundo o parlamentar, “a reação da opinião pública, ante a morte do estudante universitário por um agente da repressão, é de cunho político, ao descobrir que a chamada abertura política é a ditadura disfarçada”. Continua:

Daí que mais uma vez o rei fica nu quando o povo descobre que a tão apregoada liberdade está amarrada a esse aparato repressivo, na espionagem e na delação. Tudo isso caracteriza o regime como antidemocrático, antipopular, fruto de uma ditadura que tenta perpetuar-se contra os interesses da maioria da população. Que a morte de César Moraes Leite sirva como bandeira de luta pelo desmantelamento do aparelho militar-repressivo do regime. Que a morte de César Moraes Leite sirva como o primeiro passo para a luta pela proibição de agentes do governo, armados ou não, nas dependências das escolas e universidades brasileiras⁹⁵⁸.

Sandra Morais Leite também chegou a se pronunciar na época: “todas as repressões que se sofre dentro da UFPA são publicadas. E as entidades usam isso como arma, não para comover, mas para exemplificar essa repressão”. Ainda segundo a irmã da vítima: “a morte de César foi uma coisa que chocou. Acho que está havendo um consenso geral. Todos os estudantes estão se movendo. Se estivesse na posição de outra pessoa, participaria no que pudesse”⁹⁵⁹.

Os depoimentos, as fotografias e as charges foram os instrumentos usados pelo jornal como meio de politização do assassinato, e o movimento estudantil aparece como ator importante nesse cenário, principalmente, quando César, aluno que, segundo a própria irmã, não fazia parte dos quadros de liderança estudantil na UFPA, falando com todas as letras, um discente anônimo, ganhou *status* de “companheiro” de luta e mártir, um símbolo da luta contra a ditadura. Se a morte se deu por acidente ou não, pouco tem de relevante, mas a presença de um policial armado foi o detalhe mais repetido no discurso político dos estudantes e das demais entidades civis que faziam oposição ao regime.

⁹⁵⁸ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 12, abr. 1980.

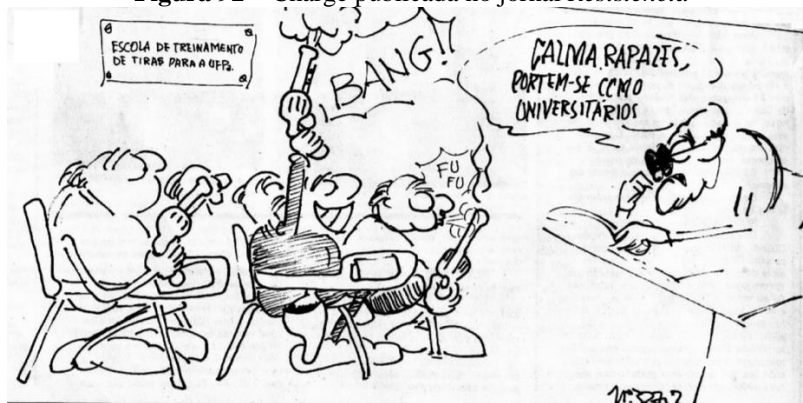
⁹⁵⁹ CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 12, abr. 1980.

Figura 91 – Charge publicada no jornal *Resistência* (1980)



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Figura 92 – Charge publicada no jornal *Resistência*



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Como o SNI lidou com esse bombardeamento? No dia 1º de abril daquele ano, todo esse conteúdo de “propaganda adversa” foi objeto de escrutínio e a “progressiva radicalização”, que vinha caracterizando a atuação dos militantes da SPDDH, foi destacada em relatório produzida pela ABE, em especial, quando a entidade tratou da “morte acidental de um estudante” (assim considerada pela vigilância) como “crime de repressão política” e César “como vítima da repressão”. O órgão ressaltou que a lista dos servidores da ABE/SNI, divulgada por Maklouf, constava na relação do FGTS e fora

obtida no Banco do Brasil através de “José Maria Quadros de Alencar, militante comunista e funcionário, em Belém, da Agência Centro daquele banco”⁹⁶⁰.

O SNI demonstrou, nesse documento, preocupação com que o episódio, supostamente um acidente, conforme a versão do Estado e da vigilância, fosse interpretado como símbolo da repressão e sinal da presença física da espionagem estatal dentro da UFPA. Falando de maneira mais direta, para a agência, era mal sinal a agitação estudantil causada pelo assassinato de César, a ligação do fato à repressão e o seu uso político pelas lideranças acadêmicas, sobretudo, pelas entidades de representação.

Na memória construída por quem viveu esse período, podemos perceber que tais preocupações não eram sem razão. No depoimento de Ana Júlia Carepa, ex-presidente do Centro Acadêmico Livre de Arquitetura (Cala) e colaboradora do jornal “Resistência”, esse cenário é descrito: “dentro da Universidade a gente tinha uma repressão muito forte, né, eu vivi o que aconteceu com o César Moraes Leite, né, e aqui a gente... muitas manifestações...”⁹⁶¹.

Em outra narrativa, novamente a ligação entre a morte e o aparelho repressivo é apresentada. Sérgio Antônio Carneiro, ex-aluno de Medicina da UFPA e ex-presidente do DCE, lembra-se de que os alunos não tinham “dimensão” do tamanho da presença dos órgãos de informação na UFPA, ou possuía uma ideia muito “precária”. “A gente era muito primário. Nós fazíamos reuniões, ficava alguém vigiando do lado de fora, como se aquilo pudesse impedir”. Aquele 10 de março de 1980 trouxe uma mudança: “e a morte do César foi a denúncia disso. Eu estava chegando na Universidade, me lembro bem exatamente nesse dia, quando tinha acontecido”. Carneiro fez um discurso no dia do assassinato no CESEP, subindo na mesa do restaurante, antes do cortejo pela cidade, para o desgosto do reitor Aracy Barreto, “enlouquecido, porque ele sabia que os órgãos de repressão estavam dentro da Universidade”⁹⁶².

Foi Sérgio Carneiro também que, na condição de representante da UNE em Belém, como noticiou a imprensa, acompanhou o trabalho policial. O desabafo do

⁹⁶⁰ Informação nº 0235/116/ABE/80I. Belém, 01/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁹⁶¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ana Júlia de Vasconcelos Carepa. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo (48 min 22 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1406>. Acesso em: 25 mar. 2020.

⁹⁶² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sérgio Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 28 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1287>. Acesso em: 25 mar. 2020.

estudante ganhou as páginas do jornal *O Liberal*: “o problema não era ter o fato sido ou não accidental. Nada tira a gravidade de um morto em sala de aula”⁹⁶³.

Segundo noticiou o jornal *Movimento*, Sérgio Carneiro recebeu ameaça, via telefone, por alguém que se dizia agenda da polícia federal, “lhe prometendo a morte, caso continuasse a agitar”⁹⁶⁴.

Os trabalhos para investigar violações dos direitos humanos na UFPA, durante a ditadura militar, foram conduzidos por um grupo de pesquisa chamado “Comissão César Leite de Memória e Verdade”, proposto pelo Conselho Universitário da UFPA no dia 20 de setembro de 2013, de acordo com a Resolução nº 721⁹⁶⁵ do Conselho Universitário.

Esse estudo resultou na formação de acervo digital⁹⁶⁶, cujo objetivo é romper com a política de esquecimento em relação à história da UFPA. “Os testemunhos narram experiências singulares ocorridas em contextos passados e revelam histórias silenciadas”⁹⁶⁷. Ações desse tipo, como a placa posta no Pavilhão F, fazem parte da disputa de memória sobre o período, que passa pela construção de “monumentos”, que ajudam a formar uma memória socialmente construída e podem “indicar representações de mitos fundadores”⁹⁶⁸.

⁹⁶³ ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. *O Liberal*, Belém, mar. 1980.

⁹⁶⁴ APENAS um acidente de trabalho? *Movimento*, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

⁹⁶⁵ UFPA. **Resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013**. Cria a Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN, 2013. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2013/721%20Comissao%20da%20Verdade.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

⁹⁶⁶ FONTES, Edilza; MATOS, Flávio. **Memorial César Moraes Leite**. 2019. Tema: Acervo online. Disponível em: <http://www.memorialcesarleite.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2020.

⁹⁶⁷ FONTES, Edilza. A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Pará: A criação de um acervo digital com testemunhos de violação de direitos humanos. *Revista de História Oral*, v. 21, n. 2, p. 125, 2018.

⁹⁶⁸ PELEGRINI, Sandra. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. *Revista Esboços*, [S.I.], v. 15, n. 19, p. 161, 2008.

Figura 93 – Momento de inauguração da placa em homenagem ao aluno morto



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Nota: na imagem, Sérgio Carneiro (à esquerda) e Ruy César (à direita).

Para nós, o assassinato do estudante César Moraes Leite desvela a permanência da repressão ao longo do processo de distensão política. Isso foi notado e denunciado pela oposição ainda em 1980. Em sua terceira edição, o jornal *Resistência* publicou reportagem assinada por Luiz Maklouf sob o título “Olha o passarinho: repressão dá mancada e os agentes não são mais secretos”, em que apresenta fotografias de agentes do SNI e da PF infiltrados em manifestação de bancários ocorrida em Belém. Segundo noticiado, os “infiltrados” estavam sempre presentes nas reuniões das entidades democráticas, mas nunca votavam, sentavam nas últimas cadeiras, compravam todos os tipos de publicações, não conheciam ninguém e não davam uma palavra.

Esses eram os “canas”, ou seja, espíões da PF, do DOPS e do SNI, figuras costumeiramente presentes nas assembleias, passeatas e concentrações, “infiltrados na multidão”. Prestavam atenção a quem falava, faziam “discretas anotações” e fotografavam “com máquinas sofisticadas”. Esses elementos faziam parte, continuou a reportagem, “do terrível esquema repressivo montado no país desde o golpe militar de 1964”, no qual o regime vinha investindo “muitos bilhões de cruzeiros”. Sua função principal era “denunciar o povo, informar os ‘órgãos de segurança’ (do regime) sobre as lideranças mais autênticas e mais combativas”⁹⁶⁹.

⁹⁶⁹ OLHA o passarinho. *Resistência*, Belém, n. 3, p. 20, 1980.

Figura 94 – Em uma de suas edições, o jornal *Resistência* publicou fotografias de agentes de vigilância que atuavam em Belém

RESISTÊNCIA ANEXO Nº 082, 6º DIA, 80

texto e fotos de Luiz Maklouf

OLHA O PASSARINHO



De camisa listrada, ela está se "infiltrando", para depois ser identificado. Dizem que é do Serviço Nacional de Informações, seção local, que funciona ali no prédio da Receita Federal.

que os bancários realizaram dando muita mancada, inclusive deixando aparecer um tremendo tubarão na cintura, por baixo do colete. Na foto, ele se arreda um pouco, para não atrair a atenção do delegado.

Esta é conhecida: Frederico Marques, delegado do DOPS. Foi fotografado quando fotografava algum manifestante. O da camisa preta, na sua frente, também é agente. Não sabe quem é o manifestante.

Exclusivo: a lista do pessoal do DOPS. O delegado, Frederico Melo, é claro, não precisa assinar o ponto.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
FOLHA DE FREQUÊNCIA DO PESSOAL DESTA SECRETARIA			
REFERENTE AO MÊS DE 07 de OUTUBRO DE 1973			
NOME			
Número de Livro Pessoal e Social - UNIFI:			
Nº	Nome	Assinatura	Assinatura
1	Frederico M. de S. M.		
2	Frederico M. de S. M.		
3	Frederico M. de S. M.		
4	Frederico M. de S. M.		
5	Frederico M. de S. M.		
6	Frederico M. de S. M.		
7	Frederico M. de S. M.		
8	Frederico M. de S. M.		
9	Frederico M. de S. M.		
10	Frederico M. de S. M.		
11	Frederico M. de S. M.		
12	Frederico M. de S. M.		
13	Frederico M. de S. M.		
14	Frederico M. de S. M.		
15	Frederico M. de S. M.		
16	Frederico M. de S. M.		
17	Frederico M. de S. M.		
18	Frederico M. de S. M.		
19	Frederico M. de S. M.		
20	Frederico M. de S. M.		
21	Frederico M. de S. M.		
22	Frederico M. de S. M.		
23	Frederico M. de S. M.		
24	Frederico M. de S. M.		
25	Frederico M. de S. M.		
26	Frederico M. de S. M.		
27	Frederico M. de S. M.		
28	Frederico M. de S. M.		
29	Frederico M. de S. M.		
30	Frederico M. de S. M.		
31	Frederico M. de S. M.		
32	Frederico M. de S. M.		
33	Frederico M. de S. M.		
34	Frederico M. de S. M.		
35	Frederico M. de S. M.		
36	Frederico M. de S. M.		
37	Frederico M. de S. M.		
38	Frederico M. de S. M.		
39	Frederico M. de S. M.		
40	Frederico M. de S. M.		
41	Frederico M. de S. M.		
42	Frederico M. de S. M.		
43	Frederico M. de S. M.		
44	Frederico M. de S. M.		
45	Frederico M. de S. M.		
46	Frederico M. de S. M.		
47	Frederico M. de S. M.		
48	Frederico M. de S. M.		
49	Frederico M. de S. M.		
50	Frederico M. de S. M.		

1973

Repressão dá mancada: os agentes não são mais secretos

— O que é, o que é: estão sempre presentes nas reuniões das entidades democráticas, nunca votam, sentam sempre nas últimas cadeiras, compram todos os tipos de publicação, nunca conhecem ninguém e não dão uma palavra?

— São os "camas", os agentes da Polícia Federal, do DOPS, do Serviço Nacional de Informações, sempre presentes em assembleias, passeatas, concentrações, "infiltrados" na multidão. Prestam atenção a quem fala, fazem discretas anotações, e às vezes fotografam com máquinas sofisticadas. Ganham tão bem, esses rapazes, que deles se deveria esperar maior decoro profissional. Na verdade, entretanto, está acontecendo que alguns deles já foram descobertos, e alguns até já foram demitidos — pena que tiveram ser despedidos por incompatência.

Eles fazem parte do terrível esquema repressivo montado no país desde o golpe militar de 1964, no qual o regime tem investido muitos bilhões de cruzeiros. Sua função principal é denunciar o povo, informar os "órgãos de segurança" (do regime) sobre as lideranças mais autênticas e mais combativas.

Alguns, como os delegados Frederico Marques, do DOPS, e Walmick Melo, são tão ostensivos que não se pode ter nenhuma dúvida. Outros nos levam a terríveis desconfianças, e é sempre bom prestar atenção quando eles aparecem. E-los:



Este também, dizem, é do SNI, parece que chama-se Aralvano. Foi descoberto pela primeira vez no dia 5 de maio, quando os estudantes

Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Além de destacar que o SNI funcionava no prédio da Receita Federal, foi divulgada lista com nome de funcionários do DOPS no Pará (Figura 95).

Figura 95 – Trata-se de frequência dos agentes empregados no DOPS

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

FÓLHA DE FREQUÊNCIA DO PESSOAL DESTA SECRETARIA,
REFERENTE AO MÊS DE Dia 01 de 07.30 DE 1979.

NOME: Divisão de Grupo Político e Social - (DOPS).

Nº	NOME	Salário		Nº de Horas	Nº de Horas	OBSERVAÇÃO
		Base	Variaç.			
1	Frederico M.M. de Melo	13,50		16,30		
2	Franklin M. Marques	13,50		16,30		
3	Isidoro G. Soares	13,50		16,30		
4	Pedro Lício H. Santos	13,50		16,30		
5	Luiz Paulo Soares	13,50		16,30		
6	João Paulo Soares	13,50		16,30		
7	José Carlos Reis	13,50		16,30		
8	Francisco F. Silva	13,50		16,30		
9	Marcelo Lopes de Silva	13,50		16,30		
10	Adalberto G. Santos	13,50		16,30		
11	Antônio A. de Moura	13,50		16,30		
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						
31						

1979

Fonte: Lista publicada pelo jornal Resistência (1980).

Nota: na lista, não consta o nome do delegado Frederico Melo, um dos identificados nas fotografias tiradas por Luiz Maklouf.

Foram citados os seguintes nomes: Frederico Melo (delegado do DOPS); Franklin Marques (DOPS); Walmick Melo (policia); um sujeito chamado Adalvano (SNI)⁹⁷⁰. A reportagem rendeu a Luiz Maklouf o prêmio jornalístico “Wladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos”, entregue na cidade de São Paulo, mas também uma convocação para prestar esclarecimentos no DOPS em Belém⁹⁷¹. Para que não se perca o registro, o vínculo da “Comunidade de Informações” com os governos estaduais era feito através dos departamentos de delegacias especializados, os conhecidos DOPS⁹⁷².

O 6º Distrito Naval, localizado na capital paraense, alertou o SNI sobre o vazamento e declarou que havia apurado que, em outras localidades do País e desde o fim de 1979, “elementos de esquerda” tinham montado “esquemas para identificação de agentes dos Órgãos de Informações e de Segurança”. Para tanto, elementos atuantes nos

⁹⁷⁰ OLHA o passarinho. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 20, 1980.

⁹⁷¹ “RESISTÊNCIA” premiado no “Wladimir Herzog”. **Resistência**, Belém, ano III, n. 18, p. 2, 1 nov. 1980.

⁹⁷² SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

meios estudantil, político, operário e artístico faziam levantamento fotográfico dos “alvos”, visando, segundo acreditavam as autoridades, “levar ao descrédito” os “OIs” ou anular a atuação dos agentes que foram identificados, “prejudicando conseqüentemente a eficácia desses órgãos”. No Pará, o “esquema” teria começado após três membros da SPDDH terem sido convocados para depor na 8ª CJM em Belém.

A inteligência da Marinha sugeriu que o SNI tomasse “rígidas precauções de segurança” no planejamento e na realização de operações de informações, “visando salvaguardar a integridade física dos agentes e a própria eficiência dos Órgãos de Informações”⁹⁷³.

Reações como essas geraram inquietação dentro da “Comunidade”. Em documento produzido pelo CIE e enviado ao SNI, em abril de 1980, fez-se um alerta sobre o “trabalho doutrinário visando atingir os órgãos de segurança e informações, denegrindo e deturpando o trabalho por eles realizado”. A “subversão” procurava os atingir “através de denúncias e panfletagens, taxando-os de executores de torturas e crimes da ‘ditadura militar’”.

Diversas reportagens circularam denunciando os principais órgãos que trabalharam no combate à subversão e “os mais destacados chefes militares não escaparam a essa campanha de calúnia e ofensa moral”, em uma tentativa de “indispor os órgãos de informações com a população e mesmo criar uma imagem negativa dentro das próprias Forças Armadas”. O objetivo final: “desarticular ou conseguir a desativação do sistema para facilitar as suas atividades”⁹⁷⁴.

Ao mesmo tempo em que a imprensa alternativa denunciava a continuidade da repressão nos anos finais da ditadura, no debate político, conforme a descompressão se consolidava, o SNI foi também colocado sob observação. Ulysses Guimarães, deputado federal (SP) e presidente do MDB, chegou a propor uma averiguação das atividades do órgão. “Entendo que a existência de um órgão como esse precisa ser analisada”, afirmou o parlamentar, em declaração publicada em *A Província do Pará*. Acrescentou que era necessário se conhecer a atuação do SNI, quem e quantos trabalhavam em suas rotinas,

⁹⁷³ Informação nº 0052, Confidencial, 6º DN/Ministério da Marinha. Belém, 02/05/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁹⁷⁴ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

quanto se gastava para mantê-lo, a origem desses recursos. “Precisamos saber o que é isso”, conclui Ulysses Guimarães⁹⁷⁵.

Para o primeiro aniversário de morte de César Moraes Leite, o Conselho de Entidades de Base do Diretório Central dos Estudantes promoveu culto ecumênico no ginásio de esportes da UFPA, fez publicidade do evento na imprensa e espalhou faixas pelo *campus*. No evento, ocorrido no dia 10 de março de 1981 e acompanhado pelo SNI, os organizadores denunciaram os órgãos de informações e segurança da área, que, segundo os celebrantes, tinham “agentes infiltrados em todos os ramos de atividades locais, principalmente no meio estudantil”⁹⁷⁶.

Nem isso, tampouco a morte de um estudante, fez com que a “Comunidade” interrompesse suas atividades de patrulhamento dos grupos opositores. No dia 21 de dezembro de 1982, em Belém, um grupo de professores e alunos da UFPA promoveram manifestação em solidariedade ao panamenho Enrique Campbell, morto no dia 7, por ex-integrantes da guarda do ditador Anastásio Somoza, próximo à fronteira com o Panamá. A vítima havia sido aluno do curso de mestrado em Geofísica, no Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas da UFPA.

Durante o ato, os manifestantes protestaram contra a interferência dos EUA na política da América Latina. Depois de uma missa na Igreja das Mercês, no centro da capital, formou-se uma passeata até o consulado norte-americano quando houve a entrega de manifesto à agente consular Cristine Serrão, a qual firmou compromisso de enviar o documento ao congresso dos EUA. Enquanto os alunos e docentes carregavam faixas de apoio ao ex-colega e contra a política externa ianque, um carro do DOPS acompanhava, de longe, a manifestação⁹⁷⁷.

A pesquisadora Edilza Fontes tem insistido que não se fez, até o momento, crítica à memória chamada “institucionalizada” do período de implantação dos órgãos de vigilância na UFPA. Isso ocorreu, segundo Fontes, porque se deu maior destaque ao período imediatamente anterior, ou seja, à administração de Silveira Neto e ao grande momento de construção da universidade⁹⁷⁸.

⁹⁷⁵ ULYSSES diz que não compete a militares concessão de anistia. **A Província do Pará**, Belém, 29 dez. 1978. 1º Caderno, p. 5.

⁹⁷⁶ Informação nº 0120, Confidencial, 116/ABE/81. Belém, 12/03/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁹⁷⁷ ACKEL analisa pedido a favor do cubano. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 dez. 1982. Das sucursais e dos correspondentes.

⁹⁷⁸ A construção do Núcleo Universitário, a qual representava apenas uma etapa da Cidade Universitária e custou seis bilhões de cruzeiros, foi noticiada com entusiasmo pela imprensa local. **CONCLUSÃO** em março do primeiro conjunto do núcleo universitário. **O Liberal**, Belém, 9 set. 1966.

Cabe-nos, assim, em resposta a esse “silêncio”, conferir maior atenção às violações dos direitos humanos vivenciados na UFPA, seguindo o fluxo motivado pela sanção da Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁹⁷⁹, em 2011, pela publicação de seu relatório em 2014, bem como pela instituição da Comissão César Leite de Memória e Verdade da UFPA em 2013 e pela publicação da Lei de Acesso à Informação Pública⁹⁸⁰ em 2011⁹⁸¹.

Em 2012, o Ministério da Educação criou uma comissão para levantar os documentos produzidos entre os anos 1946 e 1988, e, nesse mesmo ano, a UFPA foi instada a realizar um levantamento de documentos que tratassem da violação de direitos humanos nesse mesmo período. O projeto “Os Anos de Chumbo na UFPA: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)”, criado no âmbito dessa instituição, foi resposta a esse chamado, tendo como resultado a organização de um acervo audiovisual com entrevistas de agentes que vivenciaram esse período, como alunos, professores e servidores⁹⁸².

A criação de comissões como a “César Moraes Leite” não visam à incriminação dos agentes do regime, mas, sim, trazer ao público as narrativas que pouco são conhecidas, seja pelo sigilo da documentação, seja porque aqueles que tiveram seus direitos violados não puderam narrar suas histórias e rememorar suas experiências. O que se busca é a rememoração dos processos de violação dos direitos humanos, a aplicação

⁹⁷⁹ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

⁹⁸⁰ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

⁹⁸¹ Não podemos deixar de citar como marco a publicação do Decreto nº 5.584/2005, o qual determinou o recolhimento da documentação do SNI ao Arquivo Nacional. BRASIL. Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

⁹⁸² “Já foram registrados os depoimentos de 47 pessoas. Os relatos falam das prisões de 1964, IPM instaurados na UFPA, processos de ocupações das faculdades em 1968, intervenções ocorridas nos Diretórios Acadêmicos, não contratação de professores pela instituição por recomendação do SNI, mobilizações dos estudantes em relação à implantação da Reforma Universitária em 1968, reorganização do movimento estudantil na UFPA nos anos 1970, reorganização da UNE no fim dos anos 1970, morte do estudante César Leite em março de 1980 – assassinado por um agente da Polícia Federal enquanto assistia a uma aula de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) –, a prisão de oito estudantes vinculados à Convergência Socialista pela Polícia Federal, acusados de atentar contra a Lei de Segurança Nacional, entre outros assuntos”. FONTES, Edilza. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos. **História Oral**, [S.I.], v. 21, n. 2, p. 112-113, 2018.

das políticas de reparação, a resistência à naturalização da violência, o reconhecimento dos sofrimentos e a defesa da memória como direito.

Nesse sentido, em 2014, entre os dias 31 de março e 1º de abril, realizou-se, na UFPA, o seminário “1964: 50 anos depois”, repetido em 22 de setembro do mesmo ano, com a participação da Comissão Estadual da Verdade do Pará e da Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará. No ano seguinte, em 31 de abril, o presidente do CONSUN da UFPA, o professor Carlos Edilson Maneschy, convidou a sociedade paraense para o ato de desagravo público em sessão que ocorreu no *campus* do Guamá⁹⁸³.

⁹⁸³ Fontes (2018, p. 114-125).

CAPÍTULO 4 – A FASE DA REDEMOCRATIZAÇÃO E A DIFÍCIL REMOÇÃO DO ENTULHO AUTORITÁRIO (1980-1994)

4.1 “Sob tiros de festim”: o SNI, os estudantes e a redemocratização

“E a sombra macabra
 Parida das profundezas da noite
 Aterrorizou meu povo
 Com a frieza de sabres
 E a intolerância das pedras.
 Quantos sonhos afogados em rios de lágrimas
 Quanta flor brotada esmagada por botas titânicas...
 Mas vieram os pirilampos
 Bailando dos campos
 Da consciência,
 E hoje
 Já se vê na Praça
 D. Pedro II
 Uma nuvem
 Branca nuvem.
 Sorria, irmão!
 É o prenúncio da primavera”

(Poema “Prenúncio da Primavera”, de Plácido Barroso)⁹⁸⁴.

Em 1979, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, então presidente da República, pôs fim ao bipartidarismo, possibilitando o retorno do pluripartidarismo, configuração política que vigorava antes do regime de repressão. Para o governo da época, a reforma partidária fazia parte de uma estratégia de tentativa de fragilizar a oposição aos militares, concentrada no MDB, que acabava se fortalecendo ao ser posto como o único partido autorizado a enfrentar o ARENA.

Em 1980, novos partidos já foram montados, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que veio substituir o MDB; o Partido Democrático Social (PDS), representando a situação; o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o PTB; e o Partido dos Trabalhadores (PT). O PDT e o PTB disputavam a herança política de Getúlio Vargas, liderados por Leonel Brizola e Ivete Vargas, respectivamente, dois parlamentares que haviam sido cassados.

Foi nesse contexto que uma onda política mobilizou vários setores civis em torno da campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, as chamadas “Diretas Já”, organizando comícios e passeatas em vários lugares do País. Ficou marcado o

⁹⁸⁴ O poema foi publicado na 32ª edição do jornal *Resistência*. PRENÚNCIO da Primavera. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 32, dez. 1981. Poesia, p. 19.

Comício das Diretas no Rio de Janeiro, ocorrido em frente à Igreja da Candelária, com a participação de cerca de um milhão de pessoas⁹⁸⁵.

Na memória do movimento estudantil paraense, esse contexto é visto como um catalisador para o fortalecimento da ação política e para o exercício de maior pressão sobre as estruturas autoritárias que ainda se faziam presentes na UFPA.

Com a saída de Ernesto Geisel, o seu sucessor, João Baptista Figueiredo, tinha como uma das suas tarefas dar continuidade ao processo de distensão política, mas sua gestão foi marcada por “contradições”. Ao mesmo tempo em que sancionara o projeto de anistia em 1979 e propusera a abertura, também possibilitou um crescimento, até então nunca visto, em um dos pilares mais importantes do regime militar: o SNI, chefiado naquele momento pelo general Octávio Medeiros.

Tanto Medeiros quanto Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, apoiavam a política levada a cabo pelo presidente, porém, dentro dos serviços de informações, existiam “bolsões radicais” que eram contra o processo de abertura e tramavam a sucessão presidencial, tendo Medeiros como o possível novo presidente. Sem nenhuma representatividade institucional, vendo que os acontecimentos políticos seguiam em direção contrária aos seus interesses e diante da legitimidade do regime em declínio, iniciaram uma série de atentados, com o intuito de incriminar as esquerdas por atos subversivos. Por conta da repercussão negativa, acabaram eliminando as esperanças de ascensão da ala mais radical a uma possível candidatura do chefe do SNI. Ainda assim, durante o mandato do último militar a ocupar o cargo de presidente, o SNI passou por uma expansão⁹⁸⁶, o que não nos surpreende, dado o grande número de documentos produzidos sobre o movimento estudantil dentro da UFPA nesse período.

O próprio general Octávio de Medeiros, em 1984, declarou à imprensa que, tanto ele quanto o presidente Figueiredo, do qual era amigo próximo e um dos seus principais conselheiros, não tinham pressa no andamento do processo de abertura política. O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações assegurou que o presidente da República planejava eleições diretas apenas para 1990. Segundo Medeiros, o País ainda não estaria preparado para o processo, visto que eleições presidenciais geravam muitas agitações. Concluiu: “é preciso restabelecer a calma no País”⁹⁸⁷.

⁹⁸⁵ Apesar de todas essas manifestações, a Emenda Dante de Oliveira, a que previa eleições diretas para o substituto de Figueiredo, foi derrotada no Congresso Nacional em abril de 1984 (ARAÚJO, 2007, p. 241).

⁹⁸⁶ Antunes (2002, p. 90-92).

⁹⁸⁷ MEDEIROS é contra convocar diretas para 1988. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 335, 12 mar. 1984. 1º Caderno, p. 2.

Figura 96 – Charge de Walter Pinto publicada, em 1980, no jornal *Resistência*, representando o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel (1980-85)⁹⁸⁸



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

Figura 97 – Charge do Pasquim publicada em Belém pelo jornal *Resistência*⁹⁸⁹



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

⁹⁸⁸ CACETADA! *Resistência*, Belém, ano III, n. 16, p. 14, set. 1980.

⁹⁸⁹ CACETADA! *Resistência*, Belém, ano III, n. 16, p. 14, set. 1980.

Só poderemos compreender essa dinâmica da transição democrática brasileira, na qual o governo anunciou reformas ao mesmo tempo em que expandiu o sistema de informações, se tivermos em mente que ela foi marcada, concomitantemente, pela ação dos atores interessados em bloqueá-la, de um lado, e em apressá-la, de outro. No olhar dos articuladores do projeto de distensão de Geisel, existia um combate a ser travado contra os “duros” instalados no regime, a chamada extrema-direita, que conspiravam para gerar instabilidade no governo, este que se viu diante de um dilema: “ou aceitava a pressão dos ‘duros’ e congelava o processo, ou acatava a pressão da oposição mais acirrada e era derrubado pelos ‘duros’. Com isso, nenhuma abertura seria viável”.

Resultado: para garantir o êxito do projeto, foi necessário conter tanto os extremistas de direita quanto a oposição. Essa “guerra interna” contra a “linha dura”, aqueles que resistiam às mudanças democráticas, foi herdada por Figueiredo, o qual se viu também diante de “contradições dentro do próprio governo, cuja composição ideológica era muito heterogênea”⁹⁹⁰.

O movimento estudantil em Belém sentiu essas “contradições” durante a primeira metade dos anos 1980, uma vez que cada nova oportunidade de ação que ressurgia vinha acompanhada de uma vigilância igualmente crescente.

Até aquele momento, havia poucos Centros Acadêmicos funcionando na UFPA⁹⁹¹. Mediante esse quadro, o movimento estudantil adotou a estratégia de criar novos CA, como ferramenta de ocupação de espaços que a ditadura, já em distensão, permitia que existisse. Quanto ao DCE, na época, tratava-se de uma entidade ainda sem autonomia e sem representação junto aos estudantes, pois sua diretoria era eleita, de maneira indireta, em escrutínio realizado entre os DA.

O DCE ainda poderia ser alvo de intervenção pelo regime, como, de fato, ocorreu em 1979, por ordem do presidente Figueiredo, em retaliação à participação de Sérgio Carneiro (estudante de Medicina e presidente do DCE) e de Carlos Boução (um dos diretores da entidade) no Congresso da UNE em Salvador. A diretoria do Diretório Central foi destituída e a Reitoria da Universidade passou a não mais reconhecer sua legitimidade⁹⁹².

⁹⁹⁰ D'ARAÚJO; Maria Celina, CASTRO, Celso (Org.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 38-40.

⁹⁹¹ Existiam os formados nos cursos de Serviço Social, Geologia e Medicina. Esse último havia fundado o Diretório Acadêmico de Medicina (DAM).

⁹⁹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) –

Apesar dessa derrota, a militância continuou travando debates dentro do *campus*, sobretudo, em torno da melhor forma de se posicionar nesse contexto propício para que os estudantes fossem novamente protagonistas da trama política que se costurava no País⁹⁹³.

Quanto à intervenção no DCE, os estudantes reagiram e organizaram o Conselho de Entidades de Base (CEB), no qual cada CA teria direito a um voto. Desse conselho, formou-se uma coordenação executiva composta por cinco membros, cada um representando um CA (Geologia, História, Comunicação, Serviço Social e Biologia), os quais, juntos, formariam a nova diretoria do DCE da UFPA. Foi a maneira que a militância encontrou para continuar atuando de forma organizada dentro da Universidade, mantendo a força necessária para manter sua luta dentro do *campus*.

Houve um episódio em que, tentando impedir que a polícia federal tomasse o controle da sala do DCE, os estudantes se juntaram e formaram uma corrente humana em volta do local para evitar que os agentes adentrassem. “Nós saímos correndo e passamos nas salas de aula: ‘A polícia federal está entrando no DCE, está querendo assumir o DCE’”. E com essa coisa, já junto, pós-anistia”, lembra uma das testemunhas que participaram da manifestação⁹⁹⁴.

Interessante notar como a memória sobre ocorridos como esse procura aproximar tais ações ao que vinha ocorrendo no resto do País: “foi muito bonito, saem correndo e a gente entra na sala e dá um abraço no ‘Vadião’, fica em vigília e impede a ocupação e a entrada mesmo dos agentes federais na sala do DCE”. A ação recebeu apoio de docentes, entre eles Romero Ximenes, que já haviam iniciado a criação da Associação dos Docentes da UFPA (ADUFPA), entidade que também apoiou os alunos (Figura 98)⁹⁹⁵.

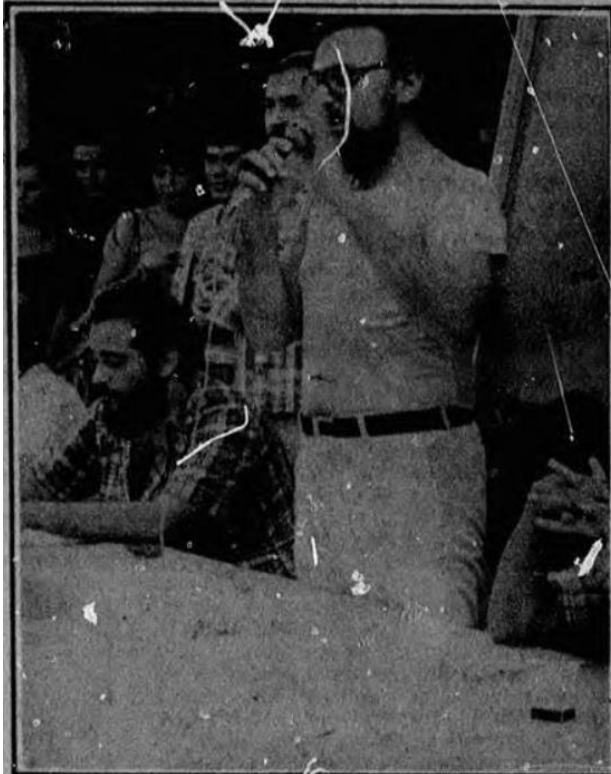
Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

⁹⁹³ Em meio às chamadas “tendências” que conduziram o debate do ME em todo o País, duas se sobressaíram na UFPA. A “Caminhando” e a “Refazendo”, grupamentos políticos próximos a organizações clandestinas.

⁹⁹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

⁹⁹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

Figura 98 – Professor Romero Ximenes durante assembleia da ADUFPA em 1980⁹⁹⁶



Fonte:

A memória estudantil entrelaça os movimentos pela redemocratização que se espalhavam pelo País às lutas internas travadas contra as autoridades universitárias, buscando maior autonomia política dos alunos e tentando derrubar as últimas amarras ainda existentes mantidas pela repressão. Logo surgem, entre os relatos, menções às campanhas pela anistia e à criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, veículo usado para denunciar casos de tortura e ao jornal *Resistência*, periódico que fazia oposição ao regime, organizado, dentre outros sujeitos, por Cristina Ferreira Serra. Ao mesmo tempo em que os alunos tentavam fortalecer sua luta dentro da UFPA, tinham que enfrentar seus algozes também fora do espaço acadêmico, entre eles o CCC⁹⁹⁷, que atuava em Belém, queimando bancas de revistas que vendessem publicações subversivas⁹⁹⁸.

⁹⁹⁶ A GRAVE dos professores. *Resistência*, Belém, ano III, n. 19, p. 9, dez. 1980.

⁹⁹⁷ O grupo já atuava em Belém, pelo menos, desde 1964. Em junho desse ano, diretores do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) sofreram ameaças do CCC após nomearem João de Jesus Paes Loureiro para cargo no órgão. Prontuário nº 00104/ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 19/10/1976]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁹⁹⁸ A saída encontrada pelo movimento foi ir às ruas da cidade para vender os jornais alternativos. Uma grande quantidade de estudantes, entre eles Jaime Teixeira, espalhava-se em locais como a Praça da República, ou as avenidas Presidente Vargas, São Jerônimo e João Alfredo, vendendo edições dos jornais Movimento, Resistência, O Companheiro, Classe Operária, A Voz da Unidade e Hora do Povo. “Então, se

Esse tipo de ação causou logo incômodo no regime que notou, “paralelamente à intensificação das medidas governamentais atinentes ao processo de abertura política”, a proliferação de “veículos de divulgação das organizações subversivas, mais conhecidos como ‘jornalecos’, jornais ‘alternativos’, ‘imprensa popular’ etc.”. O SNI advertiu que essas publicações causavam “sérios problemas, como, por exemplo, os inúmeros atentados às bancas de jornal” que os vendiam, ou “a divulgação de falsas denúncias envolvendo parlamentares e altos funcionários do governo”.

O “Serviço” solicitou, então, que o seu escritório em Belém fizesse levantamento a respeito da situação do jornal *Resistência* perante a Junta Comercial do Pará (JUCEPA), visando reunir dados que, possivelmente, atestassem cometimento, por parte do periódico mantido pela SPDDH, de “crimes comuns ou contravenções de natureza administrativa, financeira e tributária”. A suspeita do SNI vinha do fato de que o jornal não apresentava “uma só propaganda comercial, fonte principal de renda de qualquer empresa jornalística”⁹⁹⁹.

Figura 99 – Charge publicada em 1980 no jornal *Resistência*¹⁰⁰⁰



Fonte: Jornal *Resistência* (1980).

fazia uma frente de venda desses jornais alternativos, com microfone, com aqueles megafones”, lembra a testemunha, como forma de denunciar a ditadura. “Esses eram os nossos sábados. E o pessoal do movimento estudantil fazia isso, cada um defendendo o seu jornal”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

⁹⁹⁹ Pedido de busca nº 011, Confidencial, 16/AC/81/SNI. Brasília, DF, 09/02/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁰⁰ CACETADA! *Resistência*, Belém, ano III, n. 16, p. 14, set. 1980.

Contrariando as expectativas do demandante, a ABE levantou que tanto o jornal quanto sua mantenedora estavam regularmente registrados no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos em Belém. Também, por serem entidades sem fins lucrativos, não havia registros na JUCEPA¹⁰⁰¹.

O movimento estudantil ganhava cada vez mais força, passando a oferecer maior resistência ao autoritarismo ainda vivo na UFPA, exigindo a saída da ASI, mormente, após a morte de César Leite, ao mesmo tempo em que lutava por melhores condições de estudo aos universitários, como a luta pela meia passagem nos ônibus. Isso tudo transcorria enquanto os debates em torno da campanha pelas “Diretas Já” eram aquecidos por eventos ocorridos em Belém, com a participação de lideranças, como Luiz Inácio da Silva, o Lula.

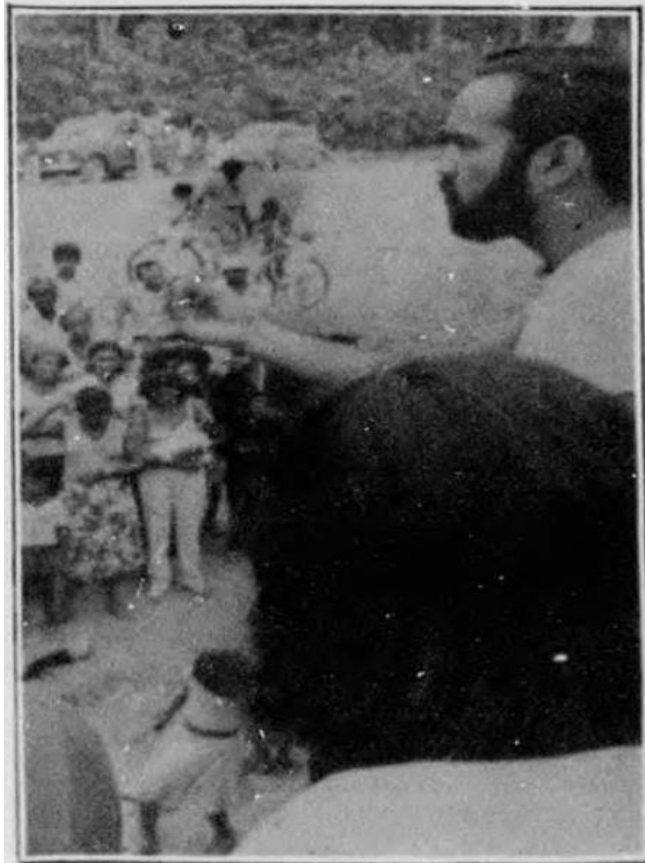
O ambiente ainda era hostil e quem fosse pego nesses eventos trajando roupas vermelhas acabava preso, como ocorreu com Humberto Cunha e Paulo Fontelles. A memória estudantil tenta ligar a sua luta por melhorias nas instituições de ensino à transição democrática pela qual o País passava, como fica bem evidenciado nas palavras da testemunha: “mas digo que a minha geração, a geração que construiu, junto com outros companheiros, a resistência à ditadura, foi uma geração muito importante para a construção da democracia no Brasil”¹⁰⁰².

Assim, os militantes utilizaram o passado de resistência nas décadas anteriores, da memória em torno da ação do movimento estudantil contra a ditadura na UFPA após 1964, com fins políticos do tipo eleitoral quando ex-estudantes puderam concorrer a cargos eletivos, ou seja, usaram o passado como arma para demandas daquele presente.

¹⁰⁰¹ Informação nº 0105, Confidencial, 116/ABE/81. Belém, 05/03/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁰² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

Figura 100 – O Diretório do PMDB de Nova Jacundá, Km 88 da PA 150



Nota: na noite do dia 14 de dezembro de 1980, em comício aberto, com aproximadamente 600 pessoas, lançou o engenheiro agrônomo e ex-líder estudantil, Humberto Cunha, candidato a deputado estadual pela “Tendência Popular” do partido. Na foto, Humberto Cunha discursa na presença de lavradores em cima da carroceria de um caminhão durante o comício¹⁰⁰³.

Quando olham para trás, os estudantes narram um processo histórico em que reivindicações afeitas a realidades internas e específicas da UFPA se cruzam com as agitações políticas locais e nacionais, arvorando-se papel de destaque nos embates eleitorais que se fizeram presentes naquele momento. Muitas lideranças estudantis abraçaram, por exemplo, a chapa encabeçada por Jader Barbalho, também apoiada por Alacid Nunes (sujeito esse próximo às estruturas do regime, o que, aparentemente seria contraditório).

A posição de Alacid foi parte de uma tática local adotada por ele de enfrentamento a Jarbas Passarinho, que apoiou a candidatura de Osiel Carneiro (PDS), industrial local ligado aos projetos de mineração na região do Carajás. Para os universitários, isso fez

¹⁰⁰³ LAVRADORES lançam Humberto Cunha candidato a deputado estadual. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 17, jan. 1981.

parte de uma tática que visava ao enfraquecimento do inimigo maior, ou seja, o regime militar que já durava quase vinte anos¹⁰⁰⁴.

Figura 101 – Ernesto Geisel, à esquerda, e Alacid Nunes, à direita



Fonte: *A Província do Pará*¹⁰⁰⁵.

Nota: o político e militar paraense havia acabado de ser indicado pelo presidente da República para o cargo de governador do Estado do Pará.

Vejamos como outro militante da época representa esse período em suas memórias. Arnaldo Jordy Figueiredo (Figura 102). Jordy ingressou no curso de Direito do CESEP e, no primeiro ano de faculdade, interessou-se pelos trabalhos desenvolvidos pelo ME, sobretudo, a partir das ações levadas a cabo pelo Diretório Acadêmico, na época, presidido pelo aluno João Batista. Em uma semana do calouro, entenderia melhor todo o debate que se travava naquele período: houve palestra ministrada por Benedito Monteiro, na qual foram tratados temas como o fim da ditadura, a redemocratização e a anistia.

Esse foi o catalisador para que houvesse um engajamento por parte do estudante. Em 1979, ao lado de João Batista e Carlos Bouçã, este presidente do DCE da UFPA, integrou delegação que representou o Pará na “Comissão Nacional Pró-UNE”, evento de preparação para o “Congresso de Reconstrução da UNE”, que ocorreria em Salvador.

¹⁰⁰⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

¹⁰⁰⁵ ALACID informa a Geisel: tudo bem no Pará. **A Província do Pará**, Belém, 10 maio 1978.

Quatro ônibus levaram os universitários paraenses ao Congresso, contando com representantes do CESEP, FICOM, UFPA e FICAP. Sob tiros de festim, bombas de fumaça e gás, os estudantes conseguiram se reunir naquele ano para eleger sua direção. Segundo lembra a testemunha, a principal bandeira levantada era a defesa da redemocratização, embora questões mais afeitas à realidade da educação universitária tivessem sido também tratadas: mais verbas, mudanças na grade curricular, revogação dos decretos “477” e “228” e autonomia dos órgãos de representação.

Para essa última pauta, os militantes queriam derrubar a legislação vigente, a qual determinava que não poderiam existir, por parte dos alunos, “envolvimento político partidário, a militância no movimento estudantil deveria ser estritamente voltada para a Semana do Calouro, Concurso de Poesias, gincana, essas coisas amenas”. Importantes, lembra Jordy, “mas sem nenhum tipo de engajamento”¹⁰⁰⁶.

Figura 102 – Foto publicada por ocasião da entrevista concedida por Arnaldo Jordy, com 21 anos, ao jornal *Resistência*



Nota: a edição de dezembro de 1980, o então aluno do CESEP, integrante da chapa “Viração” nas eleições da UNE, fez comentários a respeito do pleito.

Foi a reconstrução de um símbolo da “expressão da derrota do movimento popular, do movimento libertário, do movimento democrático de 1964”. Segundo a

¹⁰⁰⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Arnaldo Jordy Figueiredo. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1269>. Acesso em: 29 set. 2019.

memória construída pelas lideranças estudantis paraenses da época, a reconstrução da UNE teve sua simbologia também para a sociedade brasileira e “para todos aqueles amantes da democracia, da liberdade, da justiça social e da retomada do processo democrático”. Para o ex-estudante, “aquilo foi uma festa, um altar da retomada dos ares democráticos no Brasil”¹⁰⁰⁷.

O 31º Congresso da UNE, realizado em Salvador, nos dias 3 e 4 de outubro de 1979, foi citado em longo relatório produzido pelo CIE sobre a “situação da subversão no Brasil em 1979”. A inteligência do Exército apurou que a chapa vencedora, com 38% dos votos, a “Mutirão”, foi apoiada pelo PCdoB e pelo MR-8. Em seguida, classificaram-se as chapas “Unidade” (PCB, 26%), “Novação” (Convergência Socialista, 17%), “Libelu” (Trotskista, 7%), Maioria (Socialistas Democráticos, 6,5%), havendo 5,5% de votos nulos ou brancos. A vigilância apontou a influência do PCdoB e do MR-8 (“partidos que propugnam pela luta armada”) sobre o movimento estudantil, já maior, naquele momento, do que a do PCB, o qual “não conseguia empolgar a massa estudantil”. O PCdoB, pelo contrário, “vinha, já há alguns anos, ‘trabalhando’, no silêncio, o universo estudantil”¹⁰⁰⁸.

Em contrapartida, a “volta” dos estudantes ao cenário político não ocorreu sem violência. A testemunha recorda da greve ocorrida no CESEP (em que era presidente do Diretório Acadêmico) por causa do reajuste das mensalidades. O prédio da instituição foi cercado pela polícia militar e pelo Exército, obrigando os manifestantes a escaparem pelo matagal, que se localizava na parte de trás, em direção à Rua 3 de maio. “Nós saímos escondidos à noite para lá, por ali, orientados por alguns funcionários que nos ajudaram”. Prossegue dizendo que na faculdade existia “um clima muito pesado”: “ali tinha o SNI, tinha vários policiais disfarçados de estudantes para mapear as organizações políticas e a militância”. A paralisação durou 7 dias e obteve êxito de reduzir o reajuste pretendido pela direção da instituição¹⁰⁰⁹.

A imprensa alternativa noticiou o caso e denunciou o que chamou de “verdadeira extorsão” praticada pelos dirigentes das faculdades particulares que, “na busca de lucros

¹⁰⁰⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Arnaldo Jordy Figueiredo. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1269>. Acesso em: 29 set. 2019.

¹⁰⁰⁸ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁰⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Arnaldo Jordy Figueiredo. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1269>. Acesso em: 29 set. 2019.

fabulosos, estabeleciam preços para as taxas e anuidades acima dos índices oficiais, contando, para isso, com a deliberada omissão do MEC”.

Para o primeiro semestre de 1980, o CESEP estabeleceu um aumento de 46,32%, o que fora repudiado pelos alunos que, através do DA, tentaram, junto à direção da faculdade, da Delegacia Regional do MEC em Belém e nos diversos órgãos do Ministério em Brasília, pressionar para que a cobrança não fosse realizada. Sem sucesso, uma Assembleia foi convocada no dia 6 de maio e os estudantes começaram a gritar por greve. Cerca de 1.200 alunos, dos 2.700 matriculados, concentraram-se no pátio da escola quando se decidiu pela greve e todas as aulas foram paralisadas.

Edson Franco, diretor da faculdade, foi à imprensa para condenar o movimento, enquanto os alunos faziam manifestações na porta do CESEP, iam à Assembleia Legislativa e davam entrevistas aos jornais justificando sua ação. Os grevistas não conseguiram reduzir a cobrança, mas o evento foi considerado uma vitória para o movimento estudantil paraense, que viu surgir novas lideranças e o engajamento de muitos discentes em torno da causa¹⁰¹⁰.

Ainda assim parece que o problema não foi resolvido. Dois anos depois, o *Diário do Pará* informou que um estudante do CESEP havia sido notícia nacional ao realizar greve de fome contra os aumentos cobrados na faculdade, um problema, segundo o jornal, que anualmente se repetia¹⁰¹¹. Tratava-se do aluno de Direito e candidato a vereador na capital Justiniano Alves Júnior, que protestava contra o reajuste de 44% no valor das mensalidades. Instalado em uma cama no primeiro andar do prédio da escola, local denominado de Praça da Liberdade, o estudante recebeu a visita do arcebispo de Belém, Dom Alberto Ramos, que assinou uma lista em solidariedade ao manifestante¹⁰¹².

Houve violência também contra os estudantes durante a visita do presidente Figueiredo a Belém no dia 24 de outubro de 1980. “A Praça da República transformou-se em verdadeira praça de guerra, com centenas de policiais do Exército, da polícia militar, do DOPS, do SNI e da polícia federal”, noticiou a imprensa. Desde a noite anterior, já era ostensivo o policiamento nas ruas centrais da cidade e, de madrugada, foram presos dois estudantes (Arnaldo Jordy, do CESEP, candidato à diretoria da UNE

¹⁰¹⁰ AS LIÇÕES da greve no CESEP. **Resistência**, Belém, ano III, ed. 13, p. 19, 1 jun. 1980.

¹⁰¹¹ QUEM aguenta? **Diário do Pará**, Belém, ano I, n. 2, 24 ago. 1982. Repórter Diário, p. 3.

¹⁰¹² ESTUDANTE protesta com greve de fome. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.648, 19 ago. 1982. Repórter Diário, p. 6.

pela Chapa “Viração”, e o secundarista Josivaldo) sob a acusação de que estavam pichando paredes¹⁰¹³.

A greve conferiu notoriedade a Jordy, que foi escolhido para o cargo de vice-Norte nas eleições diretas da UNE pela chapa “Viração”, derrotando a chapa adversária, “Voz Ativa”, apoiada por Sérgio Carneiro. Jordy, então, mudou-se para São Paulo, trancou a faculdade, passando um tempo sem estudar, depois retornou para Belém e iniciou outro curso, agora o de Filosofia, na UFPA. Isso já era 1982 e as articulações para disputas eleitorais para cargos de vereador e deputado estavam a todo vapor.

O movimento estudantil paraense e o MR-8 buscaram construir uma aproximação com o MDB, que lançou Jader Barbalho como candidato ao governo do Estado (Figura 103), Hélio Gueiros, cassado em 1964, ao Senado, Benedito Monteiro e João Marques e Ademir Andrade, à Câmara dos Deputados, Paulo Fontelles, Romero Ximenes, João Batista, Zenaide Martins e Gabriel Guerreiro, à Câmara Legislativa, e Humberto Cunha, Arnaldo Jordy e José Maria Quadros de Alencar, à Câmara de Vereadores.

A partir desses e de outros nomes, surgiram as chapas que disputaram as eleições locais de 1982. A chapa foi intitulada de “A Hora da Virada”. A legislação eleitoral da época previa a figura do voto vinculado, isto é, votava-se na chapa e não nos candidatos em específico. Jordy acabou conquistando a primeira suplência (assumindo o cargo apenas em 1985 pelo PCB) e Humberto Cunha foi eleito vereador. O MDB elegeu onze vereadores e o PDS oito¹⁰¹⁴.

Figura 103 – Registro feito por Leila Jinkings durante campanha pela candidatura de Jader Barbalho ao governo do Estado em 1982



Fonte: Jornal *Resistência*¹⁰¹⁵.

¹⁰¹³ FIGUEIREDO ordena violência para calar o povo. *Resistência*, Belém, ano III, n. 18, 1 nov. 1980.

¹⁰¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Arnaldo Jordy Figueiredo. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1269>. Acesso em: 29 set. 2019.

¹⁰¹⁵ PMDB/ELEIÇÕES-82, por Leila Jinkings: produção cultural. *Resistência*, Belém, ano VI, n. 58, 1 jul. 1983. Cultura, p. 12.

Foi uma vitória expressiva e demonstrou a migração de lideranças estudantis para o campo político do tipo eleitoral, ocupando espaços que iam surgindo, fazendo alianças com grupos antes considerados inimigos e levando a luta acadêmica para o campo político mais amplo. Interessante perceber como o movimento estudantil acompanhou as mudanças políticas da época. Alianças antes vistas como improváveis foram forjadas entre grupos rivais com o objetivo de fragilizar o regime¹⁰¹⁶.

O objetivo mais importante era o processo da redemocratização do Brasil, o qual lograria êxito caso fosse possível retirar a base de sustentação do regime militar. O MR-8, grupo de esquerda que concentrou em torno de si muitas lideranças estudantis da UFPA nas várias etapas da ditadura militar, percebeu as nuances políticas, de modo que formar alianças com tradicionais rivais era um “mal necessário”. Acrescento: Alacid, figura vinda da caserna, ligada ao regime desde 1964 e nomeada governador do Pará pelos militares, é lembrado, na memória dos estudantes desse período, como um político mais flexível e que recebia as lideranças dos movimentos que se organizavam no Pará.

¹⁰¹⁶ Foi dentro desse contexto que a aproximação entre Jader Barbalho e Alacid Nunes se tornou possível, pois havia o propósito maior de impor uma derrota eleitoral a Jarbas Passarinho em nível local. Quanto a Jader, coube-lhe o papel de propor ao MR-8, dirigido por Jordy, o plano de aproximação entre o movimento de oposição que se formava no Pará e o governador do Estado. “E achamos, naquele momento, que era a dor do parto. Era necessário engolir essa aparente contradição, porque tinha uma causa muito maior em jogo”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Arnaldo Jordy Figueiredo. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1269>. Acesso em: 29 set. 2019.

Figura 104 – Jarbas Passarinho (à esquerda) e Alacid Nunes (à direita)

27

A Província do Pará

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

Ano CII - 25.798 Belém - Segunda-feira, 24 de abril de 1978 Cr\$ 4,00

Tempo

O Departamento Nacional de Meteorologia informou a previsão do tempo para hoje: Belém: tempo bom com chuvas esparsas no período da tarde e à noite. Temperatura variável. Ventos moderados. Este fim de semana: Visibilidade boa a moderada. Para tempo variável com pancadas de chuvas no decorrer do período. Temperatura estável. Ventos variáveis fracos. Visibilidade boa a moderada. A temperatura máxima de ontem foi de 31 e a mínima 21,1 sendo que a unidade relativa do ar atingiu 95%.

CEM ANOS

1878 - 1978

A Província do Pará

Alacid rompe com Jarbas



O senador Jarbas Passarinho divulgou ontem, em Brasília, documento em que relata o rompimento, por parte do deputado Alacid Nunes, do acordo que ambos mantinham objetivando a sucessão governamental no Pará. No documento, Jarbas deixou claro que a escolha de Alacid para o Governo, representa uma ameaça concreta a seu grupo, que detém a maioria partidária, representada por 14 dos 20 deputados estaduais, cinco dos sete vereadores da Câmara Municipal de Belém e quatro dos sete deputados federais. Esses dados e mais o resultado de pesquisas de opinião pública realizadas neste Estado, e que apontam a liderança incontestável de Jarbas Passarinho, foram entregues ontem, ao presidente da Arena, deputado Francélio Pereira, pelo presidente regional do Partido, deputado Gerson Peres. Em sua nota, Jarbas disse que na reunião com Alacid, no último dia 18, este parlamentar afirmou não poder abrir mão de sua candidatura, também, ao Governo Estadual. "Ademais — declarou Jarbas reproduzindo palavras de Alacid —, adiantou que o melhor, para as nossas bases, era não haver acordo entre nós dois sendo mais indicado que a solução fosse tomada de cima para baixo, como ato revolucionário". Enquanto isso, líderes arenistas, ligados ao senador Jarbas Passarinho, intensificaram ontem, em Brasília, suas gestões junto a importantes escalões políticos, visando dimensionar, de forma significativa, os riscos de insucesso nas próximas eleições parlamentares que a indicação de Alacid Nunes, para o Governo do Estado, poderá representar. Como parte dessas gestões, os deputados Gerson Peres,

Gabriel Hermes Filho e Newton Barreira deram conhecimento ao sr. Francélio Pereira, presidente nacional da Arena, dos termos do memorial, assinado pela expressiva maioria que apoia JP, definindo uma posição contrária a qualquer solução que vise apoiar o senador do governo. A reunião se prolongou por mais de uma hora e Francélio, já no início da noite, foi recebido em audiência pelo general João Baptista Figueiredo, quando fez um relato da situação em nosso Estado. Na residência do senador Virgílio Távora, ainda ontem, Gerson, Gabriel e Newton fizeram extensas reuniões com alguns membros da Executiva Nacional, ali presentes para um almoço com o futuro governador arenista. As últimas horas da tarde, chegava a Brasília o deputado Edison Bonna, com a primeira via do memorial, que permanecerá em Belém, para que fossem colhidas as assinaturas daqueles que não participaram da reunião de sábado, quando o grupo jarbista resolveu tomar posição. Os deputados Zero Veloso e João Augusto de Oliveira não apoiaram o memorial, que, no entanto, foi assinado pelo deputado federal Ubaldino Corrêa — um dos nomes cotados para a vaga de vice-governador do Estado por outro lado, hoje, a partir das 20 horas, os nomes dos novos governadores de oito Estados que presumivelmente serão definidos durante reunião no Palácio da Alvorada, para o anúncio oficial amanhã. Em Belém, o deputado federal Jorge Arbage, da Arena-PA, declarou à Província não ver nenhuma finalidade no movimento em favor de Jarbas, pois a classe política não tem influência na escolha dos governadores. (Fig. 9)

Belém após a pacificação

Fonte: A Província do Pará (1978).

Nota: os dois arenistas disputaram território político no Pará e a indicação para o cargo de governador do Estado, gerando crise dentro do Diretório Regional do Arena. Em nota publicada pelo jornal *A Província do Pará*, Passarinho acusou Alacid de ter quebrado acordo que havia entre eles¹⁰¹⁷.

A atuação do movimento estudantil diante dos indícios de mudança política foi acompanhada pela equipe do SNI instalada em Belém, como podemos perceber a partir dos documentos produzidos pela vigilância durante esse período. Trataremos a seguir de um episódio que pode ser considerado simbólico, posto que reuniu, em um só debate, a luta estudantil por direitos específicos e a luta pela redemocratização do País.

No dia 20 setembro de 1978, alunos de todos os níveis se reuniram na II Assembleia Geral sobre Transporte no *campus* universitário para reivindicar melhorias no sistema de transporte que atendia à UFPA, além de meia passagem para todos os estudantes. O movimento já havia, anteriormente, organizado abaixo-assinados que colheram assinaturas de discentes da UFPA, da Faculdade de Ciências Agrárias, de centros de ensino superior da capital e de escolas particulares e privadas. Em vinte dias, foram colhidas 10 mil assinaturas.

A reunião fora organizada pelo DCE, sendo componentes da mesa os estudantes Luiz Maklouf Carvalho, Marly Silva e Nise Jinkings. O número de alunos da UFPA, que

¹⁰¹⁷ ALACID rompe com Jarbas. *A Província do Pará*, Belém, ano CII, n. 25798, 24 abr. 1978. Capa, p.1.

precisava se deslocar ao Núcleo Pioneiro do Guamá e à Faculdade de Ciências Agrárias, aumentava a cada ano, com a transferência da maioria dos cursos para o *campus* do Guamá local. Em 1978, cerca de 16 mil pessoas compunham a comunidade acadêmica que desempenhava atividades no Núcleo. No entanto, o serviço de transporte coletivo que atendia à área não era suficiente¹⁰¹⁸.

A mobilização deu resultado, tanto que, dois meses após a Assembleia, foi criada uma nova linha de ônibus que passou a atender vários bairros da periferia de Belém, facilitando o transporte para o *campus* do Guamá¹⁰¹⁹.

Figura 105 – Estudantes realizaram no *campus* do Guamá II Assembleia Geral de Transportes em 20 de setembro de 1978



Fonte: A Província do Pará (1978).

Em 1979, os estudantes secundaristas se mobilizaram também em torno da luta pela meia passagem, mesmo momento em que suas lideranças decidiram criar a UESP. Graças à manobra do então governador Alacid Nunes, ao propor a criação de comissão paritária para discutir o assunto, a bandeira foi relativamente enfraquecida. Os secundaristas, então, reorganizaram-se em torno do GREMPS e, em 1980, articularam dois encontros estaduais para reiniciar a luta pela meia passagem, além da criação de um Comitê Central pela meia passagem e vários comitês espalhados pelos colégios.

No dia 30 de outubro, o GREMPS promoveu o 3º Ato Público pelo direito de pagar metade do valor na utilização dos ônibus, com passeata até a residência oficial do governador (Figuras 106 e 107). A polícia esteve presente, promovendo violência e

¹⁰¹⁸ ESTUDANTES vão realizar concentração pública. **A Província do Pará**, Belém, 21 set. 1978. 1º Caderno, p. 12.

¹⁰¹⁹ ESTUDANTES. **Resistência**, Belém, dez. 1978. Varejo, p. 2.

prisões. Alacid Nunes concedeu, “por força de muito barulho e pancadaria”, o direito de pagar meia, mas apenas a uma parte dos estudantes¹⁰²⁰.

Figura 106 – Estudante portando cartaz com o *slogan* “Exigimos meia passagem” durante manifestação em Belém



Fonte: Jornal *Resistência* em janeiro de 1981.

Figura 107 – Passeata pela meia passagem em Belém



Fonte: Jornal *Resistência* em dezembro de 1980.

¹⁰²⁰ Após ter conseguido, ainda em 1980, o direito ao desconto no pagamento pelo uso do transporte público, o Comitê foi transformado na Comissão Pró-UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas), objetivando ocupar todos os espaços dentro dos colégios e participar ativamente de Centro Cívicos. A LUTA da meia passagem e a comissão Pró-UMES. *Resistência*, Belém, ano III, n. 20, p. 5; 7; 12, jan. 1981.

A “meia passagem ainda capenga”, como se falou na época, motivou os universitários a exigirem também eles esse direito, tendo sido mantida a “luta pela meia passagem, ampla, geral e irrestrita”,¹⁰²¹ como gostavam de chamar. A partir daí, cresceu a mobilização estudantil universitária que perdurou pelos quatro anos seguintes.

Anos mais tarde, segundo apurou os agentes da repressão, encerrando as comemorações alusivas à “Semana do Estudante Secundarista”, realizou-se, em Belém, em 28 de março de 1984, na Praça do Operário, um ato público pelas eleições diretas para a presidência da República, “e em memória do estudante paraense Edson Luiz, morto no restaurante calabouço, no Rio de Janeiro/RJ [*sic*], fato ocorrido em 68”. O evento, “que foi coordenado pela ilegal União Metropolitana de Estudantes Secundaristas e apoiado pelo Alicerce da Juventude Socialista”, teve a liderança de Raimundo Miguel dos Reis Pereira, presidente da UMES. Contou com a presença de cerca de 350 pessoas “em sua maioria estudantes de colégios da capital e militantes da AJS”.

Segundo anotou o SNI, “a tônica dominante, nos vários pronunciamentos feitos, girou em torno da morte de Edson Luiz, segundo os manifestantes, ‘vítima das balas da repressão’”. Além disso, foram exigidas “mais verbas para a educação”, “eleições diretas, já” e fizeram-se “críticas à situação econômica do país”. Enquanto se sucediam os discursos, eram proferidas “palavras de ordem”, tais como: “ESTUDANTE UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO”; “A UMES SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA É NOSSA VOZ”; “GREVE GERAL DERRUBA GENERAL”; “UM, DOIS, TRÊS, QUATRO, CINCO, MIL, QUEREMOS ELEGER O PRESIDENTE DO BRASIL”; e “ELEIÇÕES DIRETAS JÁ”. A concessão da meia passagem apenas para estudantes do primeiro e segundo grau foi citada por Raimundo Miguel no final do encontro. Os agentes também identificaram alguns “elementos” conhecidos do regime presentes no ato público, como Arnaldo Jordy¹⁰²².

No mesmo dia, sob a coordenação do DCE da UFPA, “realizou-se outra manifestação, tendo como local a Praça Dom Pedro II, em frente ao Palácio do Governo, reivindicando a concessão da meia passagem a todos os estudantes universitários”. Logo

¹⁰²¹ MEIA passagem: vitória estudantil. **Resistência**, Belém, ano III, n. 19, p. 3, dez. 1980.

¹⁰²² Eram eles: “Antônio Augusto Vulcão Gama, Fernando Alves de Souza, José Maria Barral Pinheiro, Reinaldo Franco Salinos, Raimundo Milton Alves de Souza e Humberto Mariano de Almeida, todos pertencentes à diretoria da UMES. João Batista Oliveira de Araújo, Pedro César Batista e Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes “Berna”, militantes da AJS; Antônio Nilton Rodrigues da Silva Lenning e Arnaldo Jordy Figueiredo, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)”. Informação nº 0323/19/ABE/84. Belém, 16/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

após, seguiu em passeata até o Cinema Olímpia. No decorrer do acontecimento, foram proferidas várias outras palavras de ordem¹⁰²³.

O SNI estimou entre 400 e 600 o número de participantes, que formaram uma comissão, a exemplo do que vinha “ocorrendo em manifestações dessa natureza”, a fim de dialogar com o governador do Estado, na época Jader Barbalho (PMDB). Enquanto isso, na parte externa, o restante dos manifestantes aguardava a comissão “com vários discursos de forte conteúdo ideológico e críticas ao Governo e ao regime”, muitos deles identificados pela vigilância¹⁰²⁴.

No dia seguinte, à noite, após a realização de uma Assembleia Geral no ginásio da UFPA, os estudantes resolveram desencadear a “Operação Pulo” e, ao saírem do *campus*, ocuparam cerca de sete coletivos, rumando para o Largo de São Brás. Daquele local, os manifestantes saíram em passeata pela Avenida Independência até a frente da residência oficial do governador, onde foi realizada nova manifestação, reivindicando a concessão da meia passagem.

Reuniões promovidas pelo DCE continuaram acontecendo na UFPA, e o número de participantes só aumentava, chegando a 1.200 pessoas no dia 2 de abril. Durante todas essas manifestações, o SNI notou a presença de vários militantes da AJS, do PCdoB, do

¹⁰²³ “MEIA PASSAGEM, MEIA PASSAGEM”; “AVANÇAR NA LUTA OPERÁRIO-POPULAR PARA DERRUBAR A DITADURA MILITAR”; “VAI AVANÇAR, VAI AVANÇAR O MOVIMENTO POPULAR PARA DERRUBADA DO REGIME MILITAR”; “ESTUDANTE UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO”; “VAI ACABAR, VAI ACABAR A DITADURA MILITAR”; “VAI AVANÇAR, VAI AVANÇAR O MOVIMENTO POPULAR”; “UM, DOIS, TRÊS, QUATRO, CINCO MIL, QUEREMOS ELEGER O PRESIDENTE DO BRASIL”; UNIÃO, UNIÃO, UNIÃO, ABAIXO A DISCRIMINAÇÃO”; “NÃO, NÃO, NÃO À CONCILIAÇÃO, SAÍDA PARA A CRISE É A REVOLUÇÃO”. Informação nº 0323/19/ABE/84. Belém, 16/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰²⁴ George Tasso Lucena Sampaio Calado, vice-presidente Norte da UNE (“esse regime será derrotado com a força do povo nas ruas, com a força dos estudantes nas praças, como nos momentos mais fortes do movimento estudantil”); Rômulo Paes de Souza, presidente do DCE/UFPA e militante do PCdoB (“reivindicando nossos direitos, como a meia passagem e eleição direta para presidente da República”); Arnaldo Jordy Figueiredo, 1º suplente de vereador pelo PMDB (“estudantes estavam empenhados, além do direito à meia passagem, em restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República”), Zuleide Pamplona Ximenes Ponte, presidente da ADUFPA e vice-presidente da ANDES (disse “que era a favor das eleições diretas para a Presidência da República e que não consegue desvincular eleição direta do direito de reivindicar a meia passagem”). O SNI identificou também a presença de José Carlos Boução da Silva, Sérgio Antônio Martins Carneiro, Izabel Marques Tavares da Cunha, a “Iza”, Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes, a “Berna”, Romero Ximenes Ponte, José Geraldo Saraiva Pinto, entre outros. Estavam presentes, em sua totalidade, alunos da “Universidade Federal do Pará, Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, Faculdades Integradas Colégio Moderno (FICOM), Faculdade Estadual de Medicina do Pará (FEMP), Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e Escola de Enfermagem Magalhães Barata (EEMB), com o apoio da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e da ‘proscrita’ União Nacional dos Estudantes”. Tomaram também a palavra Humberto da Rocha Cunha (vereador pelo PMDB/PA e militante do PCdoB); Zuleide Pamplona Ximenes Ponte (presidente da ADUFPA e vice-presidente da ANDES), João Monteiro (representante do DA/FICOM), Antônio Pedro de Souza Viana (membro do DA/CESEP) e Neuton Miranda Sobrinho (militante do PCdoB). Informação nº 0323/19/ABE/84. Belém, 16/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

MR-8, do PCB, do CPT, do Movimento Pela Emancipação do Proletariado (MEP), do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), além de lideranças estudantis, secundaristas, universitárias e sindical.

Os elementos foram identificados por nome completo e apelidos, em alguns casos. No dia 3, por ocasião da manifestação ocorrida em frente ao Palácio do Governo, a agência informou que os estudantes pronunciaram críticas ao Governo Federal e ao Governo do Estado, acusando este de “compactuar com a ditadura militar e realizar um governo impopular e antidemocrático”¹⁰²⁵.

A presença do DCE foi repetidamente sinalizada pelo SNI no relatório produzido sobre o episódio. É importante ressaltar que o Diretório passou a ter outro papel nesse período. Na memória estudantil de Paulo Roberto Ferreira, ex-aluno do curso de Administração e tendo ingressado em 1974, antes os alunos da Universidade não se sentiam representados pelos DA e pelo DCE, este formado através de eleições indiretas: “os cursos tinham uma representação do colegiado, que era uma coisa muito burocrática e a gente não se sentia representado”. Esse era um dos motivos de inquietação, além de outros problemas enfrentados pelos estudantes dentro da UFPA: “a gente não tinha restaurante, a gente não tinha meia passagem, o transporte era uma única linha que monopolizava, e era muito ruim pra chegar aqui”¹⁰²⁶.

Devemos recordar que a primeira eleição direta para a presidência do DCE ocorreu apenas em 1981, contrariando o que era previsto no Segundo Estatuto da UFPA de 1978, publicado pela Portaria nº 452/78, cujo artigo 101 definia que essa representação estudantil seria eleita por meio de voto indireto dos Diretórios Acadêmicos¹⁰²⁷. A partir daí, a entidade passou a gozar de maior prestígio entre os alunos, conseqüentemente, passou também a ser alvo da vigilância.

Para Ana Júlia Carepa, aluna de Arquitetura e primeira presidente do Centro Acadêmico Livre de Arquitetura, fundado em 1980, o que possibilitou a articulação entre os Centros Acadêmicos e o DCE, bem como destes com os movimentos de esquerda atuantes no *campus*, foram as lutas dentro da UFPA em prol da redemocratização, da

¹⁰²⁵ Informação nº 0323/19/ABE/84. Belém, 16/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Paulo Roberto Ferreira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 5 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1320>. Acesso em: 27 mar. 2020.

¹⁰²⁷ BRASIL. Portaria nº 452, de 30 de maio de 1978. Estatuto da Universidade Federal do Pará. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jun. 1978.

melhoria do ensino e da meia passagem¹⁰²⁸. Edilza Joana Fontes é um dos sujeitos históricos que também dá o mesmo testemunho sobre esse período¹⁰²⁹.

São narrativas como essas que informam como o movimento estudantil, no início da década de 1980, buscou “costurar” as demandas internas e atinentes aos estudantes às bandeiras pelo fim do regime autoritário. Esse aspecto ficou evidente durante a 35ª Reunião do SBPC, realizada na UFPA, em julho de 1983. No simpósio mais concorrido, “Reestruturação da Universidade”, promovido pela ANDES, foram feitas críticas e contestações contundentes ao regime, “acusado de descaso no tratamento à pesquisa e à pós-graduação, de insensibilidade para com o ensino superior e pelo autoritarismo imposto às universidades”, em que a comunidade não podia “escolher e, portanto, legitimar seus dirigentes”¹⁰³⁰. Assim como no País não se podia eleger de maneira direta o presidente da República, nas universidades, os reitores também não eram eleitos diretamente.

Como observou a vigilância, naquele momento, a universidade brasileira era debatida e estudada, no que tangia à sua estrutura e à sua situação financeira, por entidades estudantis, de docentes e de servidores. Essas entidades, “dirigidas por ativistas e militantes de esquerda”, divergiam da posição do Governo Federal e fundamentavam suas propostas na chamada “democratização da universidade”¹⁰³¹.

A constituição de Centros Acadêmicos Livres organizados por cursos teve também significado considerável para os universitários paraenses, “uma vez que traduz a correção de um grave erro cometido pelas lideranças estudantis no período de 1977, que

¹⁰²⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ana Júlia de Vasconcelos Carepa. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo (48 min 22 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1406>. Acesso em: 27 mar. 2020.

¹⁰²⁹ Em 1979, ocorreu seu ingresso na UFPA, no curso de História, quando, já no clima dos debates em torno da anistia, teve contato com o movimento estudantil, o qual se reorganizava e preparava-se para participar do Congresso da UNE que ocorreria em Salvador. Edilza esteve entre os alunos de História que convocaram uma Assembleia Geral para tratar de temas específicos daquele curso, o que chamou atenção de membros do DCE, entre eles, Carlos Boução, aluno do curso de Química. Os dois fundaram, juntos, o Centro Acadêmico de História. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

¹⁰³⁰ Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰³¹ Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

defendiam o fortalecimento dos Diretórios Acadêmicos que, pela sua própria natureza, levavam o movimento a um embotamento”, segundo afirmou publicação na época¹⁰³².

Quando percebemos o que foi o ME ao longo do tempo, encaramos agora um tipo diferente de grupo, de bandeiras e de formas de organização, distintos dos manifestantes paraenses de 1964 e de 1968. As “gerações” anteriores buscaram espaços diferentes para fazer oposição ao regime e possuíam pautas de reivindicações também diversas. No que posso chamar de “geração de 1977” na UFPA, encontramos quase nenhuma referência a temas atinentes à luta revolucionária, mas várias chamadas às demandas pela abertura política e engajamento nos projetos político partidários. A associação de egressos da Universidade, nas novas legendas, foi um campo novo, sabiamente explorado pelo movimento estudantil para sedimentar sua inserção nas novas configurações de luta política formadas nos últimos dez anos de governos militares.

E aqui cabe um dado essencial: diante de uma “subversão” estudantil que não se apresentava mais com a plasticidade típica dos anos anteriores, teve a vigilância de se adaptar a essas novas maneiras de luta e contestação, visto que passou a ser objeto de investigação a presença de alunos em reivindicações pela anistia, pelas eleições diretas para presidente da República, por exemplo, mas também em campanhas eleitorais de ex-militantes estudantis.

Outra observação: quando constituímos e definimos uma nova “geração” do movimento estudantil na UFPA, estamos, consciente ou inconscientemente, reverberando um desejo de grupo. Explicamos melhor. Quero dizer que, ao dar eco ao passado, escutar essas vozes e construir para elas uma narrativa histórica a partir de seus depoimentos, desses ex-alunos da UFPA e de suas memórias sobre a participação no movimento estudantil na fase da distensão e do papel deste na luta pelo fim da ditadura, temos de ter em mente que tais relatos têm função de reforçar sentimentos de pertencimento e definir lugar de coletividades, dentro de um processo de enquadramento da memória, que busca reinterpretar o passado de acordo com os combates do presente. A credibilidade dessa narrativa depende da coesão dos discursos que se sucedem, o que pode significar a

¹⁰³² Ao final de 1980, dos 29 cursos da UFPA, 15 estavam organizados em CA. Antes da greve promovida pelos estudantes em setembro “quando a comunidade universitária paralisou suas atividades para refletir sobre a crise político-educacional do governo”, existiam apenas 9 dessas “entidades de base”. Nas escolas particulares e em outras universidades paraenses, também se verificava um crescimento na formação de CA. O GRANDE saldo são os Centros Acadêmicos. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 9, 1 jan. 1981.

veiculação do próprio passado e da imagem que determinados grupos forjam para si. “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”¹⁰³³.

Em outras palavras, a construção da memória dos ex-militantes passa pela identificação à geração de jovens que participou da transição democrática, que arvora para si a vitória sobre o regime autoritário e repressor. Geração essa que pode ser percebida como um fato cultural, modelado pelo acontecimento ou pela autoproclamação e autorrepresentação, isto é, o sentimento de pertencer ou ter pertencido a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Acontecimentos inauguradores, como a morte de César Moraes Leite (1980), as eleições para o DCE (1982) e a luta pela meia passagem (1984), costumam ser originadores de “gerações” definidas em torno de fatos inauguradores¹⁰³⁴.

A consolidação dessa narrativa não é produto apenas da memória estudantil formada ao longo dos anos. A reiteração foi feita por outros mecanismos discursivos. Na imprensa, esse debate foi noticiado através de uma prédica que também buscava relacionar a luta universitária pela meia passagem às lutas pela democracia, tendo o governador Jader Barbalho, segundo o periódico, exercido papel fundamental nesse processo.

Cito um exemplo. O *Diário do Pará* informou, no dia 4 abril de 1984, que o governador havia recebido, no dia anterior, a diretoria do DCE quando prometeu estudar a reivindicação da meia passagem para os universitários. Conforme o jornal, “com isso, deu uma demonstração que é um governador democrático e que está sempre aberto ao diálogo franco e respeitoso”. A nota seguiu informando que a pauta era clamor de muitas décadas e por ela lutou muita gente, “inclusive Jader, quando líder estudantil. Portanto, mas do que ninguém, ele conhece o problema”. Em outro trecho, foi sobrelevado que, “para sorte dos estudantes, Jader agora é governador. Já deu meia passagem aos estudantes do primeiro e segundo graus e, podem anotar, vai conceder também meia passagem aos universitários”¹⁰³⁵.

No entanto, não foi apenas a imprensa, digamos, alinhada ao político, que procurou grudar à sua imagem a luta estudantil contra o regime. Anos antes, o jornal *Resistência* apresentou Jader Barbalho como uma liderança partidária que iniciou sua vida política dentro do movimento estudantil quando foi presidente do Centro Cívico

¹⁰³³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 9-10, 1989.

¹⁰³⁴ SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 133-37.

¹⁰³⁵ JADER concederá a meia passagem. **Diário do Pará**, Belém, n. 436, 4 abr. 1984. Sociedade, p. 15.

Honorato Figueira no Colégio Paes de Carvalho e, mais tarde, “membro combativo” do Diretório Acadêmico do curso de Direito da UFPA. Destacou-se que o parlamentar era coordenador do Estágio do Congresso Nacional para Universitários Brasileiros. Na entrevista, o periódico fez perguntas sobre a opinião do então deputado federal quanto à derrubada do regime, ao que permitiu que o interlocutor definisse seu lugar como líder democrático e trabalhista¹⁰³⁶.

Cabe aqui algumas considerações. Ex-militantes estudantis, muitos deles perseguidos e punidos pela ditadura nos anos anteriores, aparecem como atores políticos do campo partidário, opositores do regime agora pelas vias eleitorais, utilizando-se do passado de luta para definir uma identidade democrática e antagônica aos militares. São justamente essas antigas lideranças estudantis, e agora novas lideranças partidárias, que continuarão figurando como elementos a serem vigiados pelo SNI, quando não havia mais ações “terroristas” promovidas por grupos de esquerda contra o regime e a luta armada já há muito tempo havia sido abandonada. E mais, quando os novos partidos já haviam sido legalizados, os exilados haviam sido anistiados e a chamada “legislação revolucionária” extinta.

Ora a própria vigilância assumiu, em 1983, quando tratava, ainda presente àquela altura, do perigo da “implantação do comunismo” no Brasil, que a “violência revolucionária” já estava “descartada”¹⁰³⁷. Já em 1979, a Inteligência do Exército não detectou “atividades de guerrilha rural ou urbana” no País¹⁰³⁸.

Se o SNI foi criado para subsidiar a Presidência da República em assuntos afeitos à Segurança Nacional, a que interessava ao órgão as movimentações partidárias (diga-se novamente, legais) no início da década de 1980? Essa é uma questão a ser levantada, pois não são poucos os indícios de que o sistema de vigilância foi utilizado para levantar dados a respeito de adversários políticos sem que houvesse, nos atos praticados por eles,

¹⁰³⁶ JADER analisa o resultado das eleições. **Resistência**, Belém, n. 7, 1 dez. 1978. Política, p. 4. No entanto, é possível que a relação entre o político e a militância estudantil nem sempre tenha sido assim tão fraterna. Durante uma concentração popular realizada no bairro do Guamá em 16 de março de 1984, “visivelmente irritado e aos brados”, Jader Barbalho chegou a empurrar um estudante da UFPA que integrava um grupo que protestava pela não inclusão dos universitários entre os beneficiados com a meia passagem nos coletivos da capital. “Segundo foi divulgado pela imprensa, o governador, por pouco, não partiu para o desforço físico com o estudante”. Informação nº 0325, Confidencial, 17/ABE/84/SNI. Belém, 13/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰³⁷ Relatório de Periódico de Informações nº 04/CISA/83. Brasília, DF [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

¹⁰³⁸ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

expressas ameaças à Segurança Nacional. Em 1989, já com seus 74 anos, o primeiro chefe de Gabinete do órgão, general Hélio Lemos, declarou que o “Serviço” tinha se desviado do seu objetivo inicial: garantir ao presidente da República informações que contribuíssem para ajudá-lo na tomada de decisões”¹⁰³⁹.

Parece-nos que, além de honesto, o ex-agente de vigilância foi bastante assertivo em sua observação. Como a imprensa noticiou, o SNI se ocupou de abastecer o Governo com idiossincrasias de algumas personalidades públicas, cujo comportamento pudesse ser considerado impertinente pelo regime¹⁰⁴⁰.

Em documento que circulou dentro da “Comunidade”, em abril de 1984, falava-se que a “caminhada acelerada empreendida pelo Governo para a redemocratização do país trouxe de volta para o palco político velhas raposas vermelhas” e, “para a arena da luta clandestina, militantes das organizações subversivas, que haviam sido cassados, banidos e exilados”¹⁰⁴¹.

Apenas um ano antes do fim do mandato do último presidente general, ainda se tratava como clandestinidade aquilo que há muito havia sido legalizado e escancarava-se a predileção para espionar elementos tidos por esquerdistas, como desde o golpe de 1964 se havia fazendo. Naquele momento, contudo, notou-se dentro da “Comunidade” que o campo de atuação da esquerda e de seus sequazes havia mudado. Vejamos.

O SNI produziu relatório em maio de 1981 sobre o que chamou de “aperfeiçoamento do processo eleitoral”, citando reuniões ocorridas em Belém e promovidas pelo PMDB, com o apoio do movimento estudantil, em que “ex-comunistas” e “esquerdistas” criticaram violentamente o regime. O autor do relatório demonstrou preocupação quanto ao aumento da “influência do PMDB nos mais diversos segmentos da sociedade paraense”, possível graças aos eventos organizados por “entidades esquerdistas”, principalmente, na capital do Estado. Quanto ao PDT e ao PT, o documento destacava as “violentas” críticas realizadas pelos seus líderes durante os encontros dos quais participavam¹⁰⁴².

¹⁰³⁹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

¹⁰⁴⁰ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

¹⁰⁴¹ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁴² Informação nº 0314/115/ABE/81. Belém, 30/05/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Faltavam, ainda, dezoito meses para as eleições de 1982, mas o SNI se adiantou em fazer escrutínio detalhado sobre a potencialidade eleitoral dos partidos políticos no Pará (PDS, PMDB, PTB, PP, PT e PDS), citando o êxito ou o fracasso das convenções partidárias ocorridas, a disputa envolvendo os “alacidistas” e “jarbistas”, as articulações locais promovidas pelo pré-candidato Jader Barbalho e sua aproximação ao então governador do Estado, Alacid Nunes, pré-candidato ao Senado Federal. São dados que chamaram atenção, pois nenhum deles aparenta ter relação com a função do órgão.

Outras ações, mais diretas, fizeram parte dessa nova rotina de trabalho atribuída ao “Serviço”. Em 1980, ocorreu a convenção do PDS paraense quando o grupo de Alacid Nunes teve maioria entre os convencionais. A convenção foi suspensa, houve ameaça de abandono da sigla por parte dos “alacidistas” e tentativas de interferências pelo presidente da República, João Baptista Figueiredo. Resultado: o chefe do SNI, Octávio Medeiros, foi enviado a Belém para tratar do assunto diretamente com o então governador Alacid Nunes¹⁰⁴³.

Também chamou atenção um relatório produzido pelo escritório do SNI em Belém, em abril de 1982, trazendo à tona evento ocorrido em 1960. O ano de 1982 foi marcado pelas disputas eleitorais no Estado do Pará e os nomes citados no “Encaminhamento” estavam envolvidos nas movimentações político-partidárias do pleito. Foi nesse contexto que o SNI quis rememorar a participação de alguns desses elementos em manifestações de solidariedade à Revolução Cubana publicados no jornal *Folha do Norte* nos dias 11 de novembro de 1960 e 22 de abril de 1961¹⁰⁴⁴.

No ano seguinte, a vigilância se ocupou de vigiar a participação de políticos locais na 35ª Reunião Anual do SBPC, ocorrida em Belém, acompanhando a participação nos eventos e anotando suas principais falas. Foram observados “elementos de reconhecida atuação subversiva e/ou contestatória” detentores de cargos elegíveis: Romero Ximenes Ponte, deputado estadual (PMDB); Humberto Rocha Cunha, vereador de Belém (PMDB); Paulo César Fontelles de Lima, deputado estadual (PMDB); Manoel Gabriel Siqueira Guerreira, deputado estadual (PMDB); e Jader Barbalho, governador do Estado do Pará (PMDB). No relatório produzido, Jader foi classificado como “esquerdista ou

¹⁰⁴³ PF desrespeita a Justiça, dando fuga ao agente que matou o universitário. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 18, mar. 1981.

¹⁰⁴⁴ Ruy Guilherme Barata (membro do PCB), Benedito Monteiro (então candidato a deputado federal pelo PMDB) e João Batista Figueira Marques (deputado federal pelo PMDB), por exemplo, foram citados pelo SNI como signatários dos textos. Encaminhamento nº 0277/740/ABE/82. Belém, 05/04/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

contestador” e seu discurso na abertura do evento quando deu ênfase à luta em defesa do povo e contra os projetos do Governo Federal na Amazônia, segundo foi apontado, “parecia redigido por militantes organizados, conforme a linha do PCB”¹⁰⁴⁵.

Examinando a documentação produzida pela vigilância desde 1964, percebemos que o SNI mudou sua maneira de atuar e direcionou suas atividades para monitorar elementos que conquistavam espaço político eleitoral e cargos na gestão pública local. Repita-se: formas de organização já legalizadas.

Contudo, a “indústria” de monitoramento e levantamento de dados desabonadores promovidos pelo “Serviço” não tinha como alvo apenas os conhecidos opositores do regime. Gente que fez parte da mais alta cúpula do poder desde 1964 teve sua vida devassada por ocasião das eleições paraenses de 1982. Estamos falando de Jarbas Passarinho, candidato ao Senado pelo PDS naquele ano.

Em fevereiro de 1982, o escritório do SNI de Belém produziu documento intitulado “Antecedentes de Jarbas Gonçalves Passarinho”, cujo conteúdo trazia detalhes sobre suas atividades e “ligações políticas, administrativas e partidárias no Estado do Pará”. Os dados faziam parte de um prontuário mantido pelo órgão com informações sobre Passarinho desde 1964. Isto posto, podemos aferir que até mesmo um político dessa estatura tinha seu prontuário no SNI. Jarbas Passarinho foi o primeiro governador da era militar indicado pelo regime, ocupou o cargo de ministro em três pastas durante a ditadura e era presidente do Senado Federal em 1982.

No documento, foi relatado que o ex-governador do Pará, por ocasião de sua escolha para o cargo, recomendou que a Assembleia Legislativa do Estado indicasse para a função de vice-prefeito de Belém o nome de Irawaldir Waldner Moraes da Rocha, elemento ligado à AP e conhecido de esquerdistas locais. Segundo apontou o SNI, entre 1964 e 1965, Passarinho, “surpreendentemente, entregou-se a uma contínua convivência, entendimentos e acordos com elementos e grupos da esquerda, ou comprometidos com a corrupção (até mesmo, numerosos já atingidos pelo Ato Institucional)”. Disso decorreria o “incontestável e considerável apoio que expressivas forças políticas ligadas a esses grupos emprestavam em seu governo”.

O SNI acusou Passarinho também de nomear para cargos do Estado “atuantes figuras da esquerda”, o que facilitava o “reaparecimento” de personalidades condenadas

¹⁰⁴⁵ Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

pela “Revolução” e permitia sobrevivência política de elementos incompatibilizados com a “Movimentação de Março de 64”. Em 15 de junho de 1965, durante comício em praça pública, Passarinho lançou Ajax Oliveira para o cargo de vice-prefeito da capital, sobre o qual o SNI levantou dados desabonadores, como ligação com a AP, apoio a Fidel Castro, publicado em 1961, e proximidade com elementos subversivos¹⁰⁴⁶.

O SNI fez recordar, ainda, que Jarbas Passarinho nomeou, como secretário de Produção, Walmir Hugo dos Santos, “socialista avançado e conhecido desde os tempos de estudantes por suas simpatias com a esquerda”. Walmir, “com o conhecimento do então governador Passarinho”, propiciou o ingresso nessa secretaria do “comunista” Niomar Viegas, vice-presidente para assuntos internacionais da UNE (1960-1961) e representante do Diretório Acadêmico de Agronomia junto a UAP. Teria o senador buscado também, “visando ao meio universitário do Pará”, aproximação com o ex-deputado federal Ferro Costa, cassado pelo AI-1 por subversão, e com os também cassados ex-deputados Benedito Monteiro e Silvio Braga.

O SNI apurou, ainda, que Passarinho, “em nome da Revolução”, tomou um Cartório que pertencia a Ruy Barata, sujeito de “grande influência no meio estudantil universitário”. Todavia, através de decreto, a titularidade do Cartório passou para a filha, Maria Diva Barata, “conhecida agitadora vermelha, tão ou mais conhecida que seu pai no meio estudantil universitário”¹⁰⁴⁷.

A vigilância conseguiu rastrear a ligação de Passarinho com mais dois elementos envolvidos com a subversão universitária em Belém. O primeiro era Roberto las Casas, “doutrinador comunista no meio universitário” e ligado ao PC, o qual teria conseguido uma carta de recomendação em Belém, endereçada a Passarinho, com vistas a facilitar “audaciosamente”, como definiu o SNI, seu reingresso na Universidade de Brasília, obtendo êxito. O segundo era Inocêncio Mártires Coelho, “líder estudantil esquerdista”, membro da AP, juntamente com Pedro Galvão e Roberto Cortez. Inocêncio, ex-aluno da Faculdade de Direito da UFPA e presidente da UAP entre 1963 e 1964, era considerado “responsável pelo endoutrinamento no meio universitário paraense”. Conforme a

¹⁰⁴⁶ Encaminhamento nº 0094, Confidencial, 740/ABE/82/SNI. Belém, 03/02/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁴⁷ Encaminhamento nº 0094, Confidencial, 740/ABE/82/SNI. Belém, 03/02/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

vigilância, durante o governo de Jarbas Passarinho, o elemento obteve cargo na SPVEA e, “ainda por influência” do ex-governador, foi contratado pela UNB¹⁰⁴⁸.

Esses dados levantados pelo SNI sobre Passarinho podem ser cruzados com outras fontes: a inteligência da Marinha em Belém indicou que, “por influência de políticos esquerdistas e criptocomunistas”, Inocêncio fora nomeado catedrático da UNB em 1969, o que “repercutiu negativamente nos órgãos de informações e segurança que, na oportunidade, alertaram as autoridades a respeito”. No mesmo relatório e ao lado dessa informação, foi acrescentado que Jarbas Passarinho foi o encarregado pelo IPM instaurado 1965 no Pará, pelo qual respondeu Inocêncio¹⁰⁴⁹. Em um prontuário mantido na DSI do Ministério das Relações Exteriores sobre o ex-aluno da UFPA, foi anotado que Inocêncio teria confidenciado a amigos íntimos que Jarbas Passarinho havia “limpado sua ficha”¹⁰⁵⁰.

Nota-se: o ex-aluno da UFPA era filho de Inocêncio Machado Coelho, chefe de Gabinete de Aloysio Chaves durante sua gestão como reitor, e chegou a ser 2º tenente e aspirante a oficial pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belém, mas acabou preso em 1964 no Quartel-General da 8ª RM por ter sido flagrado distribuindo panfletos na SPVEA e na Faculdade de Direito, onde estudava. Passarinho conclui, em seu relatório, que o estudante não exercia atividade subversiva, embora seguisse pessoas “afinadas com o esquerdismo”¹⁰⁵¹. Importante lembrar que a devassa sobre a vida de Jarbas Passarinho ocorreu no momento em que ele buscava sua reeleição como senador pelo Estado do Pará.

Passarinho não foi o único político que teve sua vida bisbilhotada pelo regime militar durante a chamada “abertura política”. Em setembro de 1984, a matriz do órgão em Brasília produziu relatório sobre o que chamou de “Infiltração Comunista nas Administrações Públicas dos Estados Governados pela Oposição”. O “Serviço” acreditava que as organizações subversivas brasileiras estavam naquele momento procurando se infiltrar na administração pública, “principalmente nos Estados governados pelas oposições”. Isso, segundo o SNI, se devia aos “apoios recebidos das facções

¹⁰⁴⁸ Encaminhamento nº 0094, Confidencial, 740/ABE/82/SNI. Belém, 03/02/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁴⁹ Informe nº 046, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 28/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁰ Prontuário nº 000039, DSI/MRE. Brasília, DF [a última anotação do prontuário é de 1974]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

¹⁰⁵¹ Informação nº 0451, Confidencial, 750/ABE/76/SNI. Belém, 22/03/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

comunistas por seus governantes, quando candidatos nas eleições de 1982”. “Em troca de favores eleitorais, os comunistas ganharam, nas administrações estaduais, cargos de destaque, com a ocupação de diversos postos chave, aumentando em muito a infiltração comunista no país”. Apurou-se que, no Pará, era grande a influência das esquerdas na administração estadual. O governador Jader Barbalho contava, segundo levantado, com a presença de vários “comunistas” em seu governo, entre os quais, Benedito Wilfredo Monteiro (militante do PCB), nomeado procurador-geral do Estado¹⁰⁵².

O SNI também apurou que o governador Jader Barbalho, apoiado por Benedito Monteiro e pelo prefeito de Belém, Almir Gabriel, este ligado ao PCB, segundo o órgão, auxiliou, financeiramente, “utilizando-se de recursos dos cofres públicos”, os estudantes paraenses que participaram do XXIII Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, realizado em Osasco no dia 8 de maio daquele ano. O “Serviço” destacou que se tratava de “entidade ilegal controlada por militantes comunistas”¹⁰⁵³. Em outro documento, a vigilância lamentou que o governo do Estado do Pará, “de oposição”, como novamente realçou e foi destacado no relatório, não ofereceu facilidade de acesso aos trinta e de dois agentes de informações arregimentados para espionar a 35ª Reunião do SBPC, ocorrida na UFPA em julho de 1983¹⁰⁵⁴.

Antigos líderes estudantis e professores, tidos por “subversivos”, que enfrentaram a ditadura militar e agora passaram a ocupar espaços nos poderes estatais também se tornaram alvos preferenciais da vigilância. A “oposição” se tornou o alvo da “Hidra de mil olhos”.

O SNI identificou os “infiltrados nos governos estaduais oposicionista”¹⁰⁵⁵ que atuavam no Pará naquele ano de 1984¹⁰⁵⁶, porém o então governador Jader Barbalho não

¹⁰⁵² Informação nº 062/16/AC/84, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 05/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁵³ Informação nº 062/16/AC/84, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 05/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

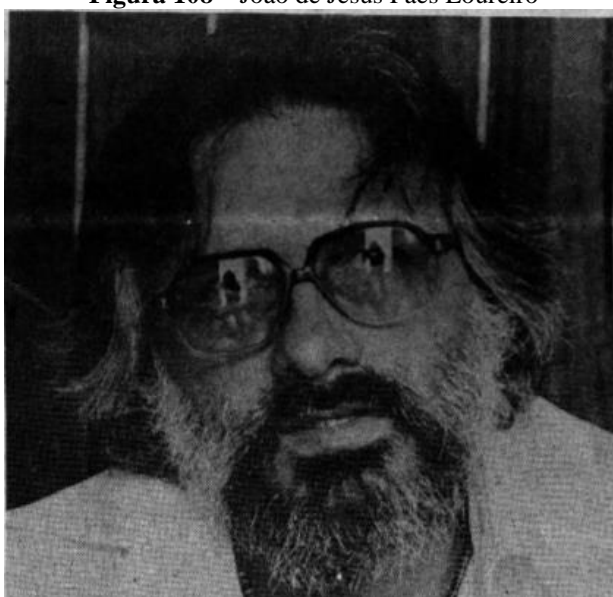
¹⁰⁵⁴ Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁵ Informação nº 062/16/AC/84, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 05/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁶ Almir José de Oliveira Gabriel se tornara prefeito de Belém e, em 1967, participou do ato promovido pelo DA de Medicina que culminou com a queima da bandeira dos EUA na Avenida Nazaré; José Mariano Klautau de Araújo era, naquele momento, assessor do prefeito da capital, mas havia registros negativos a seu respeito, como seu indiciamento no IPM instaurado em setembro de 1964 na 8ª RM “para apurar atividades subversivas no meio universitário do Pará”; João de Jesus Paes Loureiro, então secretário Municipal de Educação e Cultura de Belém, fora líder estudantil em 1964, ligado à UAP; Adelino Nogueira Cerqueira havia sido nomeado diretor tesoureiro dos Frigoríficos e Matadouros (FRIMAPA), embora décadas antes era ligado à União da Juventude Comunista (UJC) e um dos signatários do “Manifesto de Solidariedade à Revolução Cubana” quando ainda era aluno do curso de Economia; Aleksei Turenko

foi classificado como comunista nesse documento, mesmo que pesasse sobre ele todo seu histórico de militância estudantil e sua proximidade com elementos suspeitos: pelo menos, desde 1968, Barbalho já era monitorado pela vigilância. O Exército identificou sua oposição à “Revolução de 31 de março de 1964” e seu engajamento como “elemento agitador, ligado a comunistas, esquerdistas e particularmente ao Movimento da Ação Popular” quando era aluno do Colégio Paes de Carvalho. Em 1968, já ocupando o cargo de vereador da Câmara Municipal de Belém, “teve atuação saliente” em discursos de rua de apoio ao movimento estudantil¹⁰⁵⁷.

Figura 108 – João de Jesus Paes Loureiro



Fonte: Jornal *Resistência* (1982).

Nota: o ex-líder estudantil da UAP em 1964 teve sua vida acompanhada pela vigilância na década de 1980¹⁰⁵⁸.

Em 1984, a resistência armada já havia sido desarticulada pelas forças de segurança do regime, a Lei de Anistia completava quase cinco anos e o Estado trabalhava na dita “distensão política” há uma década. Apesar disso, dados colhidos sobre

Júnior, ocupava cargo na Secretaria da Fazenda do Estado do Pará em 1984, porém, “como estudante e universitário, sempre esteve envolvido em atividades de agitação e, como tal, foi preso várias vezes e fichado como comunista”; Arnaldo Jordy, nomeado chefe de Gabinete do Secretário de Justiça do Estado do Pará, também possuía registros negativos no SNI, sendo este identificado como uma das lideranças estudantis que organizou o ME em torno dos protestos pela meia passagem em Belém. Jordy era aluno do curso de Direito do CESEP; Simão Robison Oliveira Jatene, professor do NAEA e nomeado secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado do Pará, foi qualificado pelo SNI como simpatizante do PCB. Informação nº 062/16/AC/84, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 05/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁷ Dossiê nº 884/2ª Seção/EMCMA/8ª RM/CMA/QGR/8/Ministério do Exército. Belém, 13/05/1968. Fundo do Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁸ AMAZÔNIA: produção cultural. **Resistência**, Belém, ano VI, n. 58, p. 7, jul. 1983.

manifestações suspeitas, antes mesmo do golpe de 1964, eram, até esse momento, resgatados pela vigilância, e, ressalto, às vésperas de eleições estaduais e municipais. As informações armazenadas pelo regime durante quase duas décadas de espionagem interna foram usadas em novo contexto, em que os “inimigos” representavam ameaças ao projeto político preservado ao longo dos anos.

Durante a transição democrática, ao SNI foram atribuídas novas tarefas, à medida que este se configurava como ferramenta de controle de adversários, usada pelos militares no novo contexto político que se moldava. São elementos de continuidade como esses que aparecem como indícios da sobrevivência do projeto de poder que se instalou no Estado brasileiro através do golpe de 1964, conservado ao longo dos anos e que buscou se adaptar aos novos conflitos deflagrados pelo processo de abertura. E isso diz muito sobre a democracia construída nesse contexto de transição política.

Esse novo campo de conflito ficou bem caracterizado graças à minuciosa “cobertura” promovida pelo SNI durante a 35ª Reunião Anual do SBPC ocorrida em Belém em 1983. Uma equipe da Agência Central foi deslocada para “cobrir” o evento e o levantamento detalhado transcrito em relatório de situações ocorridas concomitantemente em locais diferentes do encontro nos faz crer que não estavam em pequeno número os agentes infiltrados¹⁰⁵⁹.

O *campus* da UFPA foi sede do SBPC entre os dias 6 e 13 de julho de 1983. A abertura do evento ocorreu no Teatro da Paz, completamente lotado, recebendo um público de mil e quinhentas pessoas¹⁰⁶⁰ (cerca de trezentas tiveram que ficar do lado de fora, causando algum tumulto).

O SNI notou que compunham a mesa da solenidade velhos conhecidos da vigilância, como José Seixas Lourenço (agora diretor do Museu Emílio Goeldi), Maria Anunciada Chaves (então presidenta do Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará) e Benedito Wilfredo Monteiro (nomeado procurador-geral do Estado do Pará). Além do governador Jader Barbalho e do reitor Daniel Queima Coelho de Souza. Na plateia, o SNI identificou militantes do PCB e do PCdoB. Em sua fala, o governador

¹⁰⁵⁹ Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, DF, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁰ O CISA e o CIE falaram em duas mil e quinhentas pessoas. Segundo o órgão do Exército, na ocasião, foi passada uma lista para assinatura em favor da legalização do PCB e da LSN. Relatório Especial de Informações nº 03, Reservado, CISA/83. Rio de Janeiro [data de produção não consta no documento. O protocolo no SNI é do dia 03/08/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não consta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

conclamou a todos a lutarem pelo fortalecimento do Estado de direito do regime democrático, “no que foi ovacionado pelos presentes”. Daniel Queima não tocou no assunto e acabou vaiado pelos estudantes¹⁰⁶¹.

Figura 109 – Reunião do SBPC de 1983 ocorrida em Belém

SBPC dedica reunião deste ano à Amazônia

A questão Amazônica será o tema central da 35ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que será realizada de 1 a 13 de julho próximos na Universidade Federal do Pará-Campus do Guamá, em Belém. Especialistas estrangeiros de 25 países, principalmente das regiões tropicais — Américas Central e do Sul e parte da África — estarão presentes para discutir o conhecimento e uso da floresta, os recursos minerais e hídricos, a agricultura, a terra e a ecologia, entre os vários temas de 265 simpósios, conferências, cursos e mesas-redondas para os quais já estão inscritos 1.663 estudantes e cientistas.

Após anunciar ontem à tarde, na sede paulista da SBPC, as atividades da próxima reunião anual, o presidente da entidade, o geneticista Crodowaldo Pavan, justificou a escolha de um local no norte do País, “apesar da crise econômico-financeira”.

“As regiões Norte e Nordeste representam papéis fundamentais no progresso brasileiro. A SBPC decidiu pieitear sua reunião no Norte exatamente para destacar a importância que damos aos Estados da região tropical, atualmente subaproveitada.”

Para Pavan, o Brasil está em posição única no mundo para tornar-se o líder do desenvolvimento das zonas tropicais neste final de século. Isto porque “é o país de maior área contínua na região tropical — 2/3 de sua extensão territorial — e o de maior experiência em matéria de agricultura e pecuária daquela região”. Por esse motivo, novamente a questão de Carajás e outras minas do mesmo tipo também serão objeto de análise dos cientistas que estarão em Belém em julho.

Na opinião do presidente da SBPC, a sociedade é contrária à exploração da Amazônia da forma como vem sendo feita. Ele adverte: “Fazer da Amazônia um santuário é tão grave quanto explorá-la irracionalmente. Nossa luta é fazer o aproveitamento racional da Amazônia”. Para ele, isso será possível “levando ao povo da Amazônia a alimentação, educação e a assistência à saúde, criando meios para o seu próprio desenvolvimento”. E mais: Pavan defende propostas para a região da Amazônia resolver os seus próprios problemas e guardar seus recursos para si mesma, com a utilização do pessoal local.

Simultaneamente à reunião anual, este ano serão realizados dois simpósios internacionais. Um deles sobre a Amazônia, com a presença de 25 cientistas estrangeiros que virão gratuitamente, em sua maioria estudiosos que já conhecem os problemas da seiva amazônica. O outro simpósio de nível internacional vai discutir os “peptídeos vasoativos”, substâncias que existem no organismo humano e que controlam a pressão arterial, tendo um papel importante nos processos infecciosos. Participarão desse simpósio médicos, farmacêuticos, biólogos e bioquímicos dos Estados Unidos, Canadá e Europa.

O físico José Goldemberg, ex-presidente da SBPC e atual presidente da Cesp, Eletropaulo e Companhia Paulista de Força e Luz, também participará de um simpósio sobre o Ecodesenvolvimento e Problemas Tecnológicos da Amazônia. A Migração, Urbanização e Colonização da Amazônia será tema para a professora Bertha Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, enquanto o geógrafo Anísio Sabero, da USP, debaterá a Gênese Moderna da Biota Amazônica: 20.000 anos da História Natural daquela região. Também será realizado o Encontro Amazônico de Cultura Popular, tratando da música folclórica, medicina popular e religiosidade popular.

Na sua entrevista coletiva ontem à tarde, Crodowaldo Pavan denunciou mais dois problemas que afligem os cientistas: a falta de cumprimento das determinações da Comissão Interministerial que estuda o problema de Cubatão, criada depois da SBPC do ano passado, e a falta de verba para projetos financiados pelo CNPq e FINEP. “Há dois projetos que envolvem 500 cientistas cada um em todo o País — o projeto integrado de doenças endêmicas e o programa integrado de genética, que são de extrema importância para os brasileiros e estão quase totalmente paralisados”, reclamou o presidente da SBPC. Segundo ele, os dois programas existem desde 1975 e estão na expectativa da liberação de verba no valor Cr\$ 800 milhões até junho de 83.

Um novo presidente assumirá a entidade em julho. No entanto, o processo de indicação e eleição dos novos coordenadores regionais e do seu presidente ainda está em fase preliminar. Nos primeiros dias de maio deverá ser feita a indicação dos candidatos e, em Belém, tomarão posse os novos dirigentes dos cientistas brasileiros.

As inscrições para a reunião anual da SBPC estão abertas até o dia 15 de junho e podem ser feitas na sede da entidade, rua Pedroso de Moraes, 1512, fone 211-0495. Caixa Postal 11008.

Nota: foi um dos eventos científicos mais concorridos daquele ano e teve boa parte dos debates voltados para as questões amazônicas, como a pobreza, os conflitos fundiários, a devastação da floresta e os projetos de desenvolvimento promovido por empresas estrangeiras¹⁰⁶².

¹⁰⁶¹ Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, DF, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁶² SBPC dedica reunião deste ano à Amazônia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1983.

O SNI notou que alguns debates, realizados durante o SBPC, chamaram a atenção do público e da imprensa, de modo especial, e suscitaram “críticas às políticas a ações governamentais”, como a questão amazônica tratada em palestra de Octavio Ianni (PUC) (Figura 109), o qual chegou a afirmar: “a Amazônia é cúmplice da ditadura militar”. A fala do reitor da UFMG, José Henrique dos Santos, que denunciou a iminente privatização do ensino, também teve grande repercussão. Os espões do “Serviço” acompanharam os “eventos paralelos” realizados “à margem da programação oficial” e deram ao SBPC “a conotação político-ideológica”.

O DCE liderou uma passeata pelo *campus* em solidariedade aos invasores do Conjunto Habitacional Jardim Maguari. Por sua vez, a ANDES promoveu simpósio, no qual criticou o MEC e defendeu liberdade de pensamento para as universidades. A Coordenação Regional da Associação Brasileira de Reforma Agrária (CR-ABRA) realizou, no IPAR, um “Encontro de Trabalhadores Rurais”, em que, conforme apurou o SNI, “elementos esquerdistas, como [o ex-líder estudantil] Humberto Rocha Cunha, militante do PCdoB (ala POMAR), discorreram sobre os direitos do agricultor, formas de luta para obtê-los e conflitos de terra”.

Notou-se que o sociólogo Florestan Fernandes (PUC-SP), em conferência intitulada “Marx e a América Latina”, discorreu sobre o “neocolonialismo nos países da América Latina e criticou contundentemente as ditaduras militares”. Enquanto isso, a SPDDH, por intermédio do seu presidente, Jaime da Costa Teixeira, promoveu a palestra “Violência no Sul do Pará e a Impunidade dos Culpados”, na qual, de acordo com o SNI, “apresentou de modo deturpado” os fatos ocorridos na região¹⁰⁶³.

A presença de partidos de esquerda também foi notada pelos agentes do órgão durante o evento. O PCdoB promoveu a palestra “A Guerrilha no Araguaia”, “onde se concentraram os esquerdistas para ouvir denúncias e agressões ao governo federal”. Na ocasião, pronunciaram-se os ex-líderes estudantis Humberto Rocha Cunha e Paulo César Fontelles de Lima, então vereador de Belém e deputado estadual do Pará, respectivamente, ambos pelo PMDB. Rômulo Paes, presidente do DCE (UFPA), também tomou a palavra. O MR-8 e seu órgão de divulgação, o jornal “Hora do Povo”, com apoio da SPDDH, DCE/UFPA, Alicerce da Juventude Socialista e Movimento da Mulher do Campo e da Cidade (MMCC), realizou, em frente ao prédio da Reitoria da UFPA, ato público em homenagem a Gabriel Pimenta, assassinado por pistoleiros em Marabá (PA).

¹⁰⁶³ Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, DF, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

“Na ocasião, exaltaram o valor a coragem do homenageado, citando-o como exemplo aos jovens brasileiros na libertação do Brasil da ditadura militar”¹⁰⁶⁴.

O SNI concluiu que, durante o SBPC, reinou um “clima de completo desrespeito”, “caracterizado pela livre atuação de entidades clandestinas, inclusive de incitamento coletivo à desobediência da legislação vigente”. Várias faixas foram colocadas por essas entidades e registradas em fotografias tiradas por agentes infiltrados¹⁰⁶⁵.

Figura 110 – Faixas estendidas pelos estudantes no *campus* da UFPA

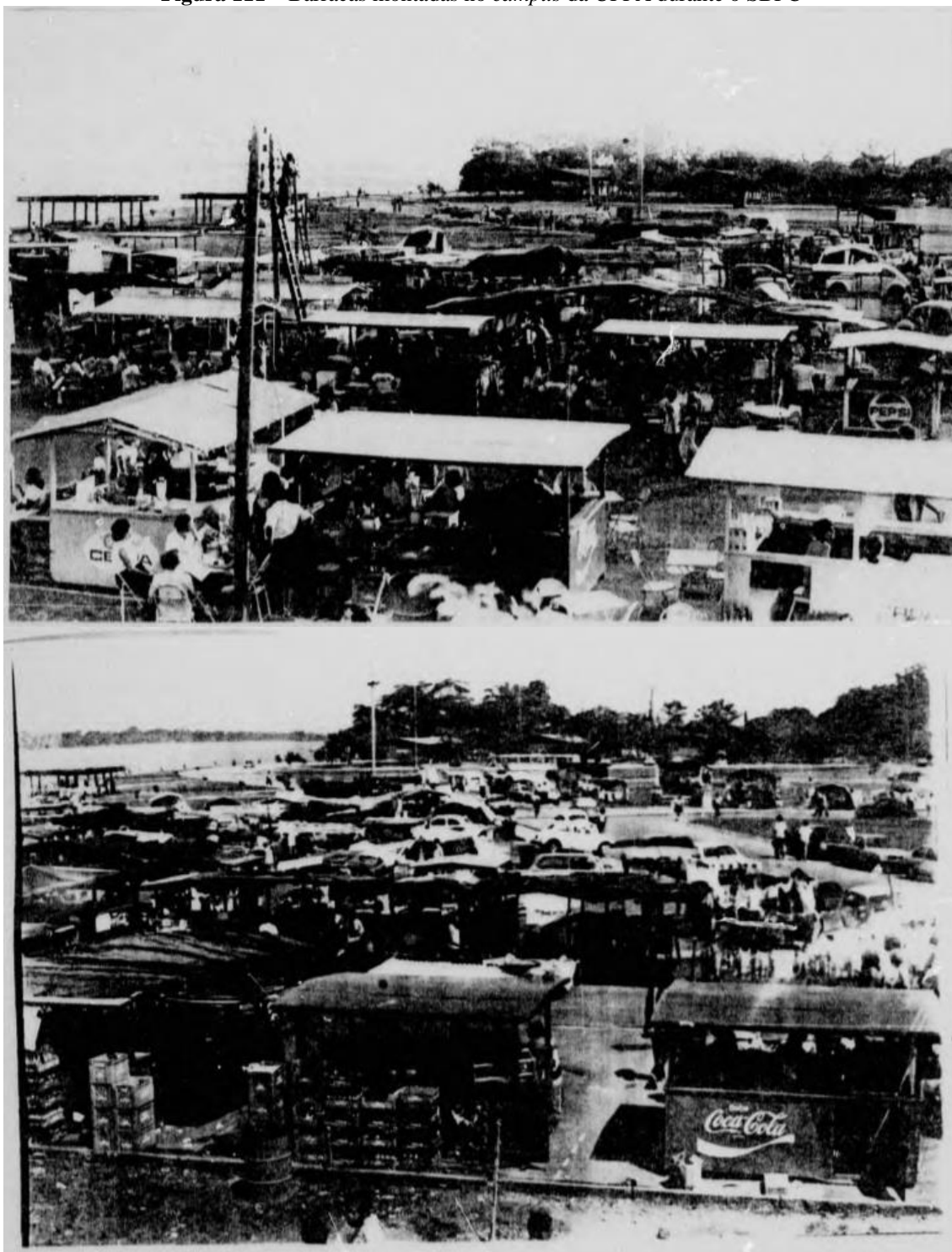


Autoria: Foto tirada por agente do SNI infiltrado na 35ª Reunião do SBPC.

¹⁰⁶⁴ Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, DF, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁵ “Abaixo a Ditadura”, “Fim da LSN”, “Legalidade para todos os Partidos Políticos”, “Ensino Público Gratuito e Laico”, “Pela Unidade Operário-Estudantil” e “Por uma Direção Socialista e Revolucionária no DCE” (“Alicerce”); “Pela Revisão da LSN”, “Liberdade para Cláudio Campos” e “Independência para o Brasil” (“Hora do Povo”); e “Tribuna Operária Saúda os Participantes da SBPC” e “Por Eleições Livres e Diretas para reitor” (“Tribuna da Luta Operária”). Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, DF, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 111 – Barracas montadas no *campus* da UFPA durante o SBPC



Autoria: Foto tirada por agente do SNI infiltrado na 35ª Reunião do SBPC.

Figura 112 – À pauta estudantil se juntaram as reivindicações pela redemocratização



Autoria: Foto tirada por agente do SNI infiltrado na 35ª Reunião do SBPC.

Figura 113 – Faixas do MR-8 estendida em um dos prédios da UFPA



Autoria: a primeira foto foi tirada por agente do SNI infiltrado na 35ª Reunião do SBPC. A segunda foi tirada por agente do CISA.

A 35ª Reunião do SBPC teve 3.943 inscritos e recebeu apoio financeiro do governo do Estado do Pará na ordem de 10 milhões de cruzeiros. Na avaliação do SNI, “sob o prisma da divulgação da ciência e do cientista, em nível nacional e internacional,

não alcançou os objetivos esperados pela direção da entidade, nem obteve repercussão significativa”. Porém, continuou “a ser utilizada como tribuna para as organizações subversivas”¹⁰⁶⁶.

E não foi somente o SNI o único órgão da “Comunidade” interessado no SBPC. O CISA também deslocou uma equipe para espionar o que aconteceu durante os oito dias de evento e o material foi usado para formar um “Relatório Especial de Informações”. Segundo o CISA, a partir de 1974, o SBPC passou a dar ênfase “às questões políticas internas e externas do País, tornando-se um elemento crítico e de resistência à política governamental, alinhando-se com as chamadas entidades da ‘sociedade civil’”.

Desde 1980, “com a abertura política, propôs-se a discussão dos valores socioeconômicos do sistema capitalista, a utilização da Ciência, da Educação e da Tecnologia como instrumentos de luta contra o Governo”. Em 1981, esse quadro teria se radicalizado pela atuação ostensiva das esquerdas, particularmente do PCdoB, sobrepondo, aos atos de contestação e de disseminação do marxismo, uma proposta de “luta armada pela derrubada do regime militar”, “caracterizada pela audácia e pela arrogância do *slogan*”: “UM...DOIS...TRÊS..., QUATRO...CINCO...MIL, QUEREMOS UM ARAGUAIA EM CADA CANTO DO BRASIL”¹⁰⁶⁷.

Especificamente a respeito do evento, agentes do CISA notaram que as livrarias venderam “livros esquerdistas”, 33 dos trabalhos impressos eram de cunho marxista e que reuniões de “disseminação aberta do marxismo, proferida por militantes comunistas, foram programadas em área fora do *campus*, em geral no Colégio Nazaré, dos padres maristas”. “Elementos radicais” do PCdoB, do MR-8 ou do AJS afixaram faixas dessas organizações durante as palestras em que havia uma assistência considerável¹⁰⁶⁸.

Os 2.226 trabalhos remetidos pelos pesquisadores foram analisados pela vigilância. A Reunião recebeu convidados que realizaram palestras, simpósios, reuniões de comunicação, e outros, elevando de 33 para 119 os “eventos de caráter comuno-contestatório-subversivo”¹⁰⁶⁹.

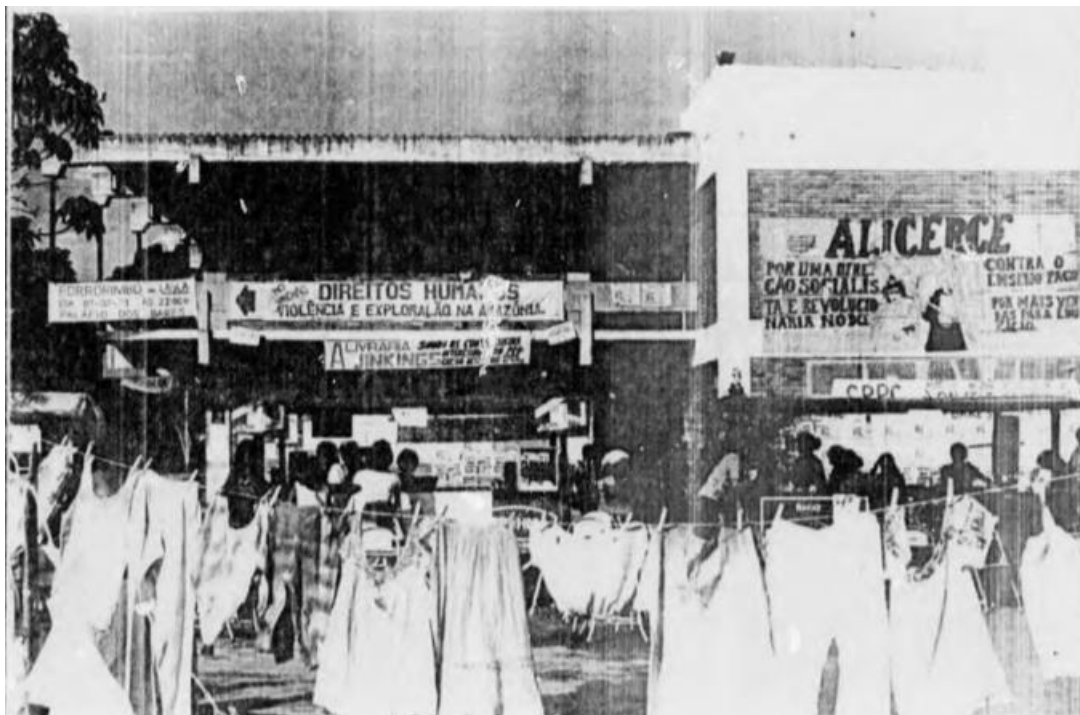
¹⁰⁶⁶ Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, DF, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁷ Relatório Especial de Informações nº 03, Reservado, CISA/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 03/08/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁸ Relatório Especial de Informações nº 03, Reservado, CISA/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 03/08/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁹ Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 114 – Faixas afixadas pelos estudantes defendiam os “direitos humanos” e “uma direção socialista e revolucionária no DCE”



Autoria: Foto tirada por agente do CISA durante o SBPC.

Figura 115 – Faixa do PCdoB no *campus* da UFPA, em 1983, durante a 35ª Reunião Anual do SBPC



Autoria: Foto tirada por agente do CISA.

Figura 116 – Estudantes pedem fim da Lei de Segurança Nacional e o fim da ditadura militar



Autoria: Foto tirada por agente do CISA durante o SBPC.

Concluiu o CISA, em seu relatório secreto, que, “segundo a visão esquerdista, a abertura propiciou melhores espaços de atuação política para transmissão da ideologia marxista, permitindo a disseminação aberta de ideias e o estímulo aos movimentos populares”, especialmente, pela observação de movimentos similares surgidos em partes da América Central. A 35ª Reunião Anual da SBPC não teria também valorizado um caráter científico para a entidade tampouco a propagação da ciência: “predominaram os aspectos político-ideológicos, contestatórios e subversivos. Todos refletiram antagonismo ao regime”¹⁰⁷⁰.

Sim, o regime militar montou uma verdadeira operação de guerra para espionar tudo o que ocorreu durante os oito dias do evento, que era noticiado diariamente pelo “Jornal Nacional”, mostrando reportagens e entrevistas com os debatedores e conferencistas¹⁰⁷¹. A “Operação” teve até um nome, “Aviú”, da qual participaram CIE, CISA, DSI/MEC, SR/DPF/PA, 2ª Seção/8ª RM, A2/COMAR-1, PM2/PA, DOPS

¹⁰⁷⁰ Relatório Especial de Informações nº 03, Reservado, CISA/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 03/08/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁷¹ Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

(SEGUP/PA), ou seja, a Comunidade de Informações das Forças Armadas local, a polícia federal, o SNI e as forças de segurança do Estado do Pará. E mais, participaram também outros elementos da área civil que, “pela natureza e sigilo de suas missões”, deixaram de ser mencionados no “Relatório Especial de Informações” produzido pelo CIE, o qual pretendia “retratar fielmente o comportamento e as tendências ideológicas dominantes dos dirigentes da entidade”.

Ao todo, foram utilizados trinta e dois agentes distribuídos em oito equipes coordenadas pela 8ª RM do Exército. Foram observados 186 eventos em uma média diária de 26. Apesar de os agentes locais terem pouca experiência em missões de grande porte, “suprida com boa vontade e iniciativa”, os coordenadores da missão avaliaram como positiva a experiência, servindo como *treinamento*. Além de seu aspecto útil para o “conhecimento sobre o modo de atuação das esquerdas, especialmente na área da educação e da cultura”¹⁰⁷².

Como se observa, a espionagem política, promovida pelo Estado e custeada pela sociedade, estava longe de ser desmontada. É possível perceber a presença tardia da vigilância, às vésperas da Nova República, atuando contra elementos que ainda representavam alguma ameaça para o regime, ou antagonismo, no jargão da “Comunidade”. Não se trata apenas de notar, durante a mudança de governo, a existência de resquícios, laivos ou vestígios que denotam a presença persistente de um organismo montado dentro do Estado brasileiro pela ditadura para monitorar inimigos internos e que outrora fora mais encorpado, mas que mantinha, naquele momento, suas atividades apenas residualmente, desvanecendo à medida que as mudanças políticas iam se operando.

Pelo contrário, a força tarefa montada para espionar a Reunião do SBPC em 1983 – o que contou com o engajamento de muitos agentes da “Comunidade”, distribuídos em várias equipes e contando também com colaboradores civis não identificados, ação nunca vista no Pará para esse tipo de missão, desde a criação do SNI em 1964 – revela que a vigilância detinha capacidade operacional suficiente para mapear a atuação política dos adversários do regime. Vários desses eram ex-lideranças estudantis ou aquelas ligadas ao ME, também algumas delas engajadas, nesse novo contexto, nas disputas eleitorais, o que antes não se constituía em elemento de preocupação do governo militar. “As velhas

¹⁰⁷² Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

raposas vermelhas”, como foram chamadas, permaneceram entre os alvos da “Comunidade”, a despeito das alterações na “legislação revolucionária” e do abandono da luta armada, essa última, inclusive, constatada pela própria vigilância.

É preciso entender, pois, o papel da “Comunidade” dentro desse contexto, dado que a vigilância, particularmente direcionada para membros tidos por “esquerdistas”, parece-nos um diapasão autoritário herdado pelo novo campo político que se formou a partir dali. *A priori*, não eram esses dados colhidos úteis para a preservação da Segurança Nacional, portanto, faziam parte de uma atuação, talvez possamos chamar, *paralela* à função do SNI e das demais “OIs” que o alimentavam.

No depoimento de um ex-agente do SNI, temos uma denúncia do que ele chamou de “desvio de rumo” do órgão, constituído para munir o presidente da República com informações e sugerir possibilidades diante de determinado tema, porém não atuar em escala decisória, como costumava acontecer. Para essa fonte, bastantes “casuísmos” vistos nas eleições de 1982, embora determinados pelo governo, foram produzidos nos laboratórios do SNI. O “Serviço” previu a derrota do PDS em 14 Estados, embora o partido tenha perdido apenas em 10¹⁰⁷³.

Dispensa-se uma análise aprofundada para se concluir que o SNI, no último governo militar, já tinha, e muito, se afastado dos propósitos definidos na Lei¹⁰⁷⁴ que o criou em 1964. Ainda que repleta de conceitos vagos, precisaríamos de muita benevolência para enxergar na atuação do órgão, ao longo desse período, algum reflexo da letra da legislação que deveria, em tese, nortear suas atividades. Não que isso cause alguma surpresa, embora os desvios de função, no contexto da redemocratização, de tão escandalosos, terem superado os padrões da ditadura e de seu “monstro”, como definiu Goldebray de Couto e Silva, criado, especificamente, para auxiliar o regime na defesa da Segurança Nacional.

4.2 “Estamos aqui para fazer Revolução”: o processo dos alunos da UFPA segundo a Lei de Segurança Nacional

Giorgio Agamben, ao comentar a obra de Carl Schmitt, *Politische Theologie* (1922), sublinhou que, para esse autor, ao “estado de exceção” é necessário que se garanta

¹⁰⁷³ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

¹⁰⁷⁴ BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, p. 5073, 15 jun. 1964.

uma relação com a ordem jurídica, ou seja, a ditadura implica a referência a um contexto jurídico e à criação de um estado de coisas em que ele possa atuar. Em outro momento, o filósofo italiano frisa que a definição de “estado de exceção” passa pela ideia de suspensão da própria ordem jurídica. Isso ocorre quando há um desequilíbrio entre a realidade política e a legislação vigente, de modo que “as medidas excepcionais”, como assim denominou o intelectual, “encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”¹⁰⁷⁵.

Essa percepção ajuda a compreender a normatização criada pelo regime militar a partir de 1964, o que inclui os atos institucionais, as emendas constitucionais, os decretos etc. Tais dispositivos serviram para legitimar, juridicamente, o que, muitas vezes, já era prática, conferindo à repressão ferramentas legais adequadas ao fim político visado pelo governo. Essa premissa foi definida em nota publicada em *O Liberal*, em 1964, sobre o desejo do regime de reformular a LSN, procurando adaptá-la à nova conjuntura e servir para “aparelhar o governo com medidas mais positivas e necessárias no prosseguimento do combate à corrupção e à subversão”. A reformulação da LSN ensejaria a possibilidade de o governo, com sua aplicação, punir com maior rigor tais atos¹⁰⁷⁶. Essas tais “medidas mais positivas” foi o eufemismo usado para se referir à legislação autoritária que brotaria a partir de então.

Aqui trataremos da Lei de Segurança Nacional de 1978 e de seu uso como mecanismo de controle e punição dos inimigos do Estado nos últimos anos da ditadura militar e de como a vigilância acompanhou esse processo.

Desde 1930, faz parte do jargão militar a expressão “segurança nacional”, tendo o general Góis Monteiro como seu principal anunciador, segundo o qual, caberia ao Estado disciplinar o povo e garantir o rendimento máximo nas atividades públicas através de princípios das organizações militares, ou seja, inculcar entre a população uma mentalidade que colocasse os interesses da pátria acima de todos. Podemos dizer que essa é a gênese da Doutrina da Segurança Nacional como conceito moderno.

Esse desejo norteou aqueles responsáveis pela política de desestabilização que envolveu setores das Forças Armadas oriundos da ESG, a qual, ao lado de setores empresariais nacionais e transnacionais, do governo americano e da elite civil, coordenou a conspiração que derrubou Goulart. Com base nessa doutrina, os militares justificaram a

¹⁰⁷⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 11-12; 15; 54.

¹⁰⁷⁶ GOVERNO vai propor reformulação da lei de segurança nacional. **O Liberal**, Belém, p. 1, 2 out. 1964.

tomada do poder e a transformação do seu papel conciliador para o de dirigente. Em 1964, inaugurou-se um novo tipo de golpe e os militares foram ocupando os cargos públicos de tal forma que, em 1979, 30% das funções administrativas civis eram exercidas por membros das Forças Armadas.

A Doutrina da Segurança Nacional foi o aporte ideológico que serviu para que os generais agissem, na prática, como partido político da burguesia, assumindo seus interesses e justificando toda a censura, repressão e violência, perpetradas pelo Estado no decurso de duas décadas de ciclo “revolucionário”. Entre os principais papéis desempenhados pelos militares, estava a repressão, organizada pelo SNI, órgão amparado pelo escopo teórico da Doutrina de Segurança Nacional e responsável por identificar antagonismos internos¹⁰⁷⁷.

De todo modo, o que prevaleceu, no texto da Lei que o criou, foi justamente essa forte preocupação com a segurança nacional. Em seu primeiro artigo, informava que ele existia para auxiliar a Presidência da República nos assuntos referentes à segurança nacional. No segundo, há quase um paralelismo: o SNI tinha a finalidade de coordenar, em todo o território nacional, atividades de informação e contrainformação, “em particular as que interessam à segurança nacional”¹⁰⁷⁸.

A questão é que a imprecisão do termo “segurança nacional”, endossado pelos desvios de função ocorridos no SNI durante sua existência, fizeram do órgão uma ferramenta de espionagem interna mantida com recursos públicos para os interesses do governo, seu único cliente. O ex-ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, reclamou que deveria se constituir como tarefas relevantes do “Serviço” a investigação sobre a ocorrência de fatos graves que poderiam comprometer a segurança brasileira “e não fazer fichas sobre a vida particular das pessoas”¹⁰⁷⁹.

Ao contrário, enquanto o “Serviço” ia aumentando sua área de atuação, envolveu-se na recuperação financeira da revista *O Cruzeiro*, com o objetivo de fazer dela um veículo de propaganda governamental; no controle dos orçamentos das empresas estatais; na administração do garimpo de Serra Pelada por intermédio do colaborador Sebastião

¹⁰⁷⁷ Esse racha dentro do poder perdurou até o contexto da abertura política quando a “Comunidade de Informações” – celeiro de grupos radicais, cujos tentáculos já viam atingido todo o aparelho militar e órgãos civis, assumindo relativa autonomia em relação aos níveis superiores – tentou resistir ao projeto de transição democrática orquestrada pelo presidente Geisel (BORGES FILHO, 2003, p. 18-24).

¹⁰⁷⁸ BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, p. 5073, 15 jun. 1964.

¹⁰⁷⁹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 30, 29 jul. 1989.

Rodrigues de Moura, o major Curió¹⁰⁸⁰. Como bem salientou, em 1985, Hélio Duque, deputado federal pelo PMDB-PR, depois de 21 anos de existência, o SNI foi desvirtuado, “agravaram-se as características que recebeu por ocasião de sua criação”, que era a segurança nacional¹⁰⁸¹.

No Brasil, a tese do “inimigo interno” já ganhara força durante a gestão do presidente Castello Branco, defendida por oficiais que a haviam estudado ao longo do estágio na Escola Superior de Guerra da França. A partir dessa tese, surgiu o que seria chamado de “ideologia de segurança nacional”¹⁰⁸².

A constituição do SNI, em 1964, seguiu essa lógica, de modo que se criou um serviço de informações, não de inteligência. A atividade de inteligência, como órgão nacional, pressupõe a busca de dados sobre atividades externas hostis às instituições, cabendo às polícias federais e estaduais executar essa função no âmbito interno¹⁰⁸³. O que se viu, durante a existência do SNI, foi a execução de tarefas que extrapolou, e muito, esse modelo, ao passo que o caráter policialesco condicionou sua atuação no decorrer de sua existência.

E essa premissa não se restringiu apenas ao SNI, mas à “Comunidade de Informações”, construída em torno dessa permanente caçada aos elementos antagônicos, que se supunha agir internamente, até no seio das Forças Armadas. O CENIMAR, a CISA e o CIEX acompanhavam qualquer indício de subversão dentro dos quartéis, mantendo especial atenção a três elementos: tóxico, pornográfico e político. Esses eram três “vírus” perigosos, conforme a visão do sistema, que poderiam corromper as estruturas militares. Esses “vírus” eram vistos como “agentes transmissores das doenças propagadas pelo Comunismo Internacional”¹⁰⁸⁴.

Segundo o coronel Sebastião Ferreira Chaves, ex-chefe da Divisão de Assuntos de Informação e Contrainformação da Escola Superior de Guerra, a tese do “inimigo interno” contribuiu decisivamente para os desvios ocorridos no setor de informações: “em

¹⁰⁸⁰ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

¹⁰⁸¹ DEPUTADO quer que SNI tenha a obrigação de informar o Congresso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 120, 6 ago. 1985. 1º Caderno, p. 2.

¹⁰⁸² TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

¹⁰⁸³ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 32, 29 jul. 1989.

¹⁰⁸⁴ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

função dessa tese, adversários políticos do governo receberam um tratamento como se fossem inimigos externos”¹⁰⁸⁵.

A legislação militar assimilou os princípios da “Doutrina” a partir da Constituição Federal (CF) de 1967, baixada pelo presidente Castello Branco, automaticamente revogando a Carta democrática de 1946. Se, para a Constituição de 1946, ao CSN cabia a defesa do País, a de 1967, e sua Emenda de 1969, atribuíram-lhe o papel de atuar na política de Segurança Nacional, ou seja, a CF de 1967 constitucionalizou a “Doutrina”¹⁰⁸⁶.

Foram três os princípios norteadores da Lei de Segurança Nacional editada pelo governo militar. Em primeiro lugar, era a legislação de repressão política do Estado, questão tratada comumente como segurança interna, contra o inimigo chamado “comunismo internacional”. Em segundo lugar, era destacado que esse inimigo atacava por todos os meios, desaparecendo a fronteira entre interno e externo, do mesmo modo que não havia mais fronteira entre guerra e paz, uma vez que se vivia em guerra permanente. E, por fim, todo cidadão, *a priori*, era um suspeito, pois qualquer um poderia ser contaminado pelo “germe do mal”. Em pouco mais de vinte anos de ditadura militar, foram editadas cinco LSN.

Em 1967, por meio do Decreto-Lei nº 314/67, reformulado em seguida pelo Decreto-Lei nº 510/69, o qual foi revogado pelo Decreto-Lei nº 898/69, considerado o mais “draconiano” de todos, portanto, considerado o mais representativo da Doutrina de Segurança Nacional. Esse dispositivo duraria até 1978, quando foi editada a Lei nº 6.620, sendo aprovada por decurso de prazo, uma vez que o Congresso se recusou a votar o projeto. Em dezembro de 1983, a Lei tomou o número de 7.170, sendo agora aprovada pelo Congresso sem alterações, com reprovação apenas por parte do PT.

Tirando a última, as LSN trazem uma estrutura similar e são marcadas por aspectos comuns: indeterminação e imprecisão dos crimes (“doutrinas ou ideias incompatíveis com a Constituição”, “praticar atos destinados a provocar a guerra

¹⁰⁸⁵ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989.

¹⁰⁸⁶ Antes disso, após o golpe, o AI-1 cassou os inimigos internos que exerciam mandatos eletivos, além de promover expurgos nas burocracias militares e civis, lançando mão de IPM para combater os opositores. O AI-2 seguiu a mesma lógica, eliminando o pluripartidarismo e abrindo caminho para a instauração do Estado de Segurança Nacional, o qual ganharia contornos mais claros e absolutos com o AI-5, sob o comando do então presidente Costa e Silva, quando a violência e o terrorismo estatal receberam maior “respaldo jurídico”. Teoricamente, após o governo de Médici, ou seja, sob a gestão de Geisel, a “Doutrina” foi sofrendo um esvaziamento, mesmo que alas mais radicais do sistema lutassem pela manutenção dos aparelhos repressivos (BORGES FILHO, 2003, p. 39-40).

revolucionária ou subversiva” etc.); manifestação do pensamento relacionada à honra dos mandatários; crime de organização, ainda como apenas participante, de entidades ilegais, como a UNE; greve e a referência ao terrorismo, nesse último caso, ampliando os casos e deixando-os de forma indeterminada, legando ao arbítrio do julgador militar a decisão final¹⁰⁸⁷.

A Lei, aplicada no caso concreto que aqui será tratado, foi o texto trazido pela LSN de 1978, cuja reforma fez parte da política de distensão, abrandando as penas (as de morte e prisão perpétua foram eliminadas) e diminuindo o número de crimes capitulados. Essas alterações objetivaram adaptar a legislação repressiva às novas estratégias de ação da oposição, que deixou de lado a luta armada para apostar nos movimentos de massa.

Na exposição de motivos que acompanhou o projeto endereçado ao Congresso, argumentou-se ser necessário diminuir o rigor excessivo das penas, fato que costumava inibir os juízes, os quais optavam, amiúde, pela absolvição ante a ausência de penas proporcionais à culpa. Dizendo de outra maneira, buscou-se ajustar a LSN para que fosse possível condenar uma quantidade maior de inimigos do regime durante a fase da abertura política¹⁰⁸⁸ e desencorajar suas ações.

Como bem notou Alexandre Cunha, um dos coordenadores do SPDDH, a “nova” (aspas indicadas no original) LSN era mais autoritária que a anterior, promulgada dentro de um contexto em que se notava a tentativa, por parte do regime, de promover uma “legalização do arbítrio”¹⁰⁸⁹.

Quando comparada à LSN de 1969, a Lei de 1978 aparenta possuir caráter mais “brando”, o que é enganoso. O novo texto retirou a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento, de difíceis aplicabilidades, e diminuiu a pena mínima em alguns casos, o que, na verdade, ampliou sua capacidade coercitiva e manteve o caráter autoritário da legislação anterior, sobretudo, porque conservou o foro especial para julgamento de crimes políticos junto à Justiça Militar, responsável por processar e julgar os civis incursos nessa lei, e em instância superior, ao Supremo Tribunal Militar (STM). Em outras palavras, os militares mantiveram a mesma ferramenta política para combater os inimigos persistentes do regime¹⁰⁹⁰.

¹⁰⁸⁷ MARTINS, Roberto. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 56-68.

¹⁰⁸⁸ Martins (1986, p. 68-69).

¹⁰⁸⁹ ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 6, dez. 1978.

¹⁰⁹⁰ SILVA, Ângela da. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil**: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). 2011. 222 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011. p. 148-150.

Para entender como esse instrumento de repressão afetou a vida do cidadão, em especial, dos estudantes universitários, tomemos o depoimento de Fernando Antônio Martins Carneiro¹⁰⁹¹. Ingressou na UFPA, em 1982, para o curso de Ciências Sociais. Antes de prestar vestibular, quando o movimento estudantil secundarista vinha sendo reaquecido¹⁰⁹² pela retomada das agitações nas universidades, Fernando passou a ter contato com as discussões políticas que circulavam entre os alunos na época, ao mesmo tempo em que seu irmão mais velho, Sérgio Carneiro, já militava como acadêmico de nível superior. Foi Sérgio quem apresentou João Baptista Figueiredo a seu irmão mais novo. Figueiredo era aluno da Escola Estadual Augusto Meira, onde era membro atuante no movimento secundarista. Logo havia um diálogo entre aquilo que se debatia nas universidades e a ação dos alunos de nível científico, tanto de escolas particulares quanto em instituições públicas¹⁰⁹³.

Escolas públicas como Augusto Meira, Deodoro de Mendonça e Visconde de Souza Franco eram centros conhecidos por manterem acesas as fagulhas de resistência, principalmente, através de agrupamentos como a UMES e o GREMPS, este apoiado pelo professor Hélio Dourado e pelo padre João Abel, pároco da Igreja de São Sebastião, local onde ocorriam as reuniões do grupo¹⁰⁹⁴.

¹⁰⁹¹ Nascido em São Luís, Maranhão, em 1964, mudou-se para Belém em 1974 com os pais e os dois irmãos, Luiz e Sérgio, passando a residir na Avenida Nazaré, no edifício São Manoel, no bairro de Nazaré. Naquela região, passou a estudar no Colégio Moderno, no qual cursou o científico, antes de se transferir para o Colégio Ideal. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹⁰⁹² Desde 1981, divergências de caráter “político-ideológico” emergiram no meio estudantil secundarista paraense, com várias correntes disputando “a hegemonia da classe”. Assim é que, no dia 6 de setembro de 1981, foi fundada a União Municipal de Estudantes Secundaristas, “que se proclamava como legítima representante dos secundaristas da área”, e nessa condição, participou no 20º Congresso de Estudantes Secundaristas do Brasil, realizado em Curitiba (PR) em novembro. Em 1982, contudo, outros grupos procuraram se sobrepor a essa entidade, efetuando encontros contestatórios, com a participação, inclusive, de elementos provindos de outros pontos do País, como o vice-presidente Norte da UBES, João Paulo, do Estado do Amazonas. No dia 5 de junho de 1982, foi fundada a UMES, que absorveu a entidade criada anteriormente. No início, a nova UMES foi dirigida por uma comissão provisória e, nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 1982, foi eleita sua primeira Diretoria. Cinco chapas participaram do pleito. Foi vencedora a “Semeando”, que teve o apoio do MEP e foi liderada pelo estudante Maurílio de Abreu Monteiro. Informação nº 1047, Confidencial, 19/ABE/82/SNI. Belém, 29/11/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰⁹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹⁰⁹⁴ Nomes como Pedro César Batista e seu irmão João Batista, Antônio Cardoso e seu irmão Clóvis Cardoso, Francisco Cavalcante, o Chico, Luiz Araújo, Aldenor Júnior e os irmãos Jaime e José Teixeira foram se estabelecendo como lideranças importantes nessa fase. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro.

Viveu-se mesmo um momento especial dentro do movimento secundarista nesse período, como atestam outras fontes. Os alunos se organizaram em torno do GREMPS e viram surgir novas lideranças, como Aldenor Júnior (16 anos, Escola Técnica), Luiz Araújo (17 anos, colégio Pedro Amazonas Pedroso) e Francisco Cavalcante (19 anos, Augusto Meira). A linha de trabalho estabelecida visava fortalecer a classe a partir das organizações de base nos colégios.

O ME secundarista tinha representantes em seis colégios, um centro-cívico no “Pedroso” e um jornal de divulgação feito por eles mesmos, o *Manifesto*. “A gente pretende, através das questões específicas, como as taxas, a meia passagem, levar os estudantes a se organizarem”, disse à imprensa Luiz Araújo. Esse trabalho, diziam as lideranças, passava pela construção de suas entidades representativas, como a UMES e a UESP, esta extinta desde 1968 pelo governo militar¹⁰⁹⁵.

Figura 117 – Aldenor, Luiz e Francisco, lideranças do GREMPS



Fonte: Jornal *Resistência*.

A luta pela meia passagem, que passou a ser a principal reivindicação dos secundaristas, aproximou esse segmento das eleições de 1982, enquanto suas lideranças também se beiravam dos partidos que já se formavam, apoiando candidaturas de nomes como Nazareno Noronha (PT), ou de grupos clandestinos, a exemplo do MEP, ou mesmo, a CS, agrupamento de orientação trotskista¹⁰⁹⁶.

Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹⁰⁹⁵ SECUNDARISTAS. *Resistência*, Belém, ano III, n. 16, p. 19, set. 1980.

¹⁰⁹⁶ Em Belém, a CS era formada basicamente por secundaristas, em maior número, e universitários. Fernando fazia parte do grupo, ao lado de Bernadete Menezes, a Berna, Francisco Cavalcante, o Chico, Cláudio da Luz e Maria Estela Lopes. Valério Arcário, do quadro nacional da Convergência, esteve em Belém para auxiliar a candidatura de Noronha ao governo do Estado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO

Desse modo, muitos desses secundaristas ingressaram na UFPA. Como costumavam bradar: “nós não estamos na Universidade para nos formar, nós estamos aqui para fazer revolução. Então a gente não ia para as aulas, a gente passava meses sem ir para as aulas”. Para esses militantes, era mais urgente gastar energia com a reorganização do movimento estudantil universitário, a luta pela meia passagem, a reorganização dos Centros Acadêmicos e com a disputa política pelo DCE. Fernando compôs o agrupamento intitulado “Solidariedade”, indo de sala em sala para tentar mobilizar os alunos acerca das questões afeitas à Universidade: “a gente tomava a aula toda do professor. Quando a gente entrava para fazer campanha, o professor já baixava a cabeça e saía”. Não é de se espantar que todo esse engajamento na militância estudantil chamasse a atenção das autoridades do regime. De fato, isso acabou acontecendo e Fernando Carneiro, acompanhado por mais alguns de seus companheiros, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. A respeito de fato, Carneiro detalha:

Tem uma explicação pontual, factual, que é o seguinte: um dos nossos companheiros, que é o Vinícius, ele começou a namorar uma companheira, que é a Beth, Elizabeth, e ela era menor de idade e filha de militar. Então eles começam a namorar, ela começa a se rebelar contra o pai, a estrutura de repressão dentro de casa. E aí, o que acontece? O pai faz uma denúncia de que ela estaria sendo aliciada por ele, na verdade por nós, porque ele se apropriou de uns jornaizinhos que a gente tinha na época, jornaizinhos do nosso movimento, que se chamava Alicerce da Juventude Socialista, e aí, a responsável, digamos, pelos jornais, que era a Conceição Menezes, a Concha, ela foi lá na casa dele buscar os jornais. Disse: “*olha, o senhor se apropriou de uma coisa que não é sua, eu quero que o senhor devolva*”. Ele disse: “*não, eu vou devolver, mas antes eu vou fazer a denúncia de vocês, porque vocês estão aliciando menores e utilizando inclusive de sedução para isso*”. Porque o Vinícius namorava a Beth, que é filha dele¹⁰⁹⁷.

Interessante notar que dados como esses, dificilmente, aparecem em outros tipos de fontes que não as orais. São fatos e versões que vêm à tona apenas quando as

PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹⁰⁹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019. Vinícius confirma, em seu testemunho, que o namoro com Beth trouxe problemas para a Convergência. Segundo sua fala, o pai e o tio da moça haviam trabalhado para o SNI anos anteriores ao ocorrido. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Carlos Vinícius Teles da Costa. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (67 min 45 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1311>. Acesso em: 1 mar. 2022.

testemunhas, os sujeitos que vivenciaram determinado momento, são capazes de descrever, com detalhes, a vida privada dos sujeitos históricos estudados. Supostamente por conta desse romance proibido, o pai da jovem “aliciada” resolveu denunciar o grupo à polícia federal, dando início a todo o processo que será detalhado aqui. Na memória construída pela militância, contudo, seria um equívoco atribuir apenas a esse caso isolado a repressão promovida pelas autoridades sobre aqueles alunos, a ponto de enquadrá-los na LSN.

Armou-se uma emboscada para prender os subversivos. Quando Fernando Carneiro e seu companheiro Cláudio se dirigiam à sede da “Convergência”, localizada em uma vila na Travessa 9 de Janeiro, próximo ao Museu Emílio Goeldi, notaram que havia algo estranho. Todos os vizinhos na janela, um silêncio e a porta da sede fechada, a qual nunca ficava. Ao entrarem, foram surpreendidos pela presença do delegado da polícia federal. “E o desespero da gente estando dentro da sede, sabendo que os nossos companheiros estavam vindo todos para ser presos lá dentro”. Havia sido marcada naquele dia uma reunião para discutir assuntos relacionados à formação de uma chapa para concorrer às eleições do DCE da UFPA, a polícia tomou conhecimento dessa informação e executou uma devassa no local. “Fotos, jornais, material, livros, agendas, tudo foi confiscado”¹⁰⁹⁸.

Após esse episódio, colheram-se os depoimentos dos estudantes detidos, sendo eles orientados por Bernardo Cerqueira, outro membro da “Convergência”. Nessa etapa do movimento, há uma mudança de postura por parte dos militantes reprimidos pela ditadura. Até aquele momento, os membros da SDDH, como José Carlos Castro, chamado “Zé Acreano”, orientavam que, diante das autoridades, os detidos negassem todo e qualquer envolvimento em ações subversivas. “Olha, neguem tudo. Se aparecer vocês nessa foto, vocês dizem ‘não sou eu’, se aparecer sua letra aqui, vocês dizem ‘não fui eu’. Neguem tudo”.

Todavia, algumas coisas haviam mudado e isso exigiu uma transformação de postura por parte dos alunos nas táticas de enfrentamento contra os militares. “Não, nós não temos porque negar isso. Nós somos uma organização legal, nosso jornal é legal, a

¹⁰⁹⁸ Segundo a testemunha, cerca de trinta militantes foram presos naquele dia. Além de Fernando e Cláudio, Berna e Vinícius também foram detidos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

gente pode vender o jornal, nossa sede é legal, o PT é legal, porque a gente vai dizer que não?”. Dessa forma, eles passaram a assumir a participação nessa estrutura de oposição, já legalizada na época, adotando um discurso de maior enfrentamento, questionando as ações do regime a partir da própria legislação vigente, apontando as inconsistências jurídicas do procedimento adotado para coagir o movimento estudantil: “delegado começou a perguntar coisas assim: ‘é você nessa foto?’ Eu falei: ‘sou’, ‘vocês vendem jornal?’. Eu falei: ‘vendemos’, ‘vocês tem sede?’. Eu falei: ‘temos’, ‘vocês disputam a eleição pelo PT?’, ‘disputamos’”. No entanto, nem tudo poderia ser admitido, a exemplo do contato internacional com o trotskismo. O delegado chegou a perguntar se a testemunha conhecia Noel Moreno (codinome utilizado pelo teórico trotskista argentino Hugo Bressano). O que fora negado. “Não, essa parte internacional, a gente negou tudo, porque era proibido pela legislação você ter ligação internacional”¹⁰⁹⁹.

Mais de trinta pessoas foram ouvidas, das quais, oito foram selecionados para serem processados (“Babá, Luzio, Vinícius, Maria Estela, Concha, eu, Chico e a Berna”), acusados de aliciamento e corrupção política de menores, isto é, “perversão política para as pessoas irem para a luta”, incitamento à luta armada e de classes e subversão. Esses eram elementos considerados frutos do trotskismo, o que acabou por enquadrar os alunos na LSN. Durante uma das audiências, uma situação totalmente relacionada ao que se vivia politicamente na época acabou, marcando a memória do movimento estudantil:

[...] por coincidência, é no dia do ato pelas Diretas e que o Lula vem a Belém. E a gente sempre levava muita gente para assistir essas oitavas, e o Lula, em um desses dias, como é o dia do ato, a gente desloca todo mundo para o ato e quase não vai ninguém, só os familiares mais próximos que vão para assistir à audiência. E nesse dia o Lula está em Belém, e a gente leva o Lula lá, acho que até foi o Nazareno Noronha, levou e foi uma cena interessante, porque o Lula era o quê? Era um líder operário, e a gente ficava em uma área isolada, ninguém poderia entrar, nem os nossos familiares, só os advogados, juízes e nós. E a gente ficava de costas, tinha uma cerca. E o Lula senta, todo mundo se ajeita na cadeira, entrou o Lula, e aí eles ficam lá todos, e de repente o Lula tem que ir para o ato, fica uns 15 minutos lá, o Lula abre a cerquinha, que era proibido e nos cumprimenta a todos individualmente: “companheiros, não sei o que. Luta, força, vai dar tudo certo”. E ninguém fala nada, todo mundo quietinho pela autoridade que ele impunha naquela época. E aí, depois ele sai, ninguém ousa dizer: “olha, o senhor não pode entrar aqui”. Ele cumprimenta todos nós, sai e vai para o ato¹¹⁰⁰.

¹⁰⁹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹¹⁰⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) –

Em 1984, ao final da ação, todos os estudantes foram absolvidos. O SNI acompanhou o caso. Poucos meses antes do indiciamento dos “oito”, o ABE, ao informar à Agência Central quanto às atividades subversivas em sua área de atuação, mencionou a ocorrência do I Encontro Municipal da Juventude Socialista Revolucionária Alicerce, promovida por militantes da “tendência Alicerce” (Convergência Socialista), no Colégio Estadual Deodoro de Mendonça.

Dentre os cinquenta jovens presentes, o SNI identificou os “principais militantes da organização”: Francisco Antônio Cavalcante Filho, “Chico”; Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes, “Berna”; Conceição Rodrigues de Menezes “Concha”, Fernando Antônio Martins Carneiro, “Nando”; Carlos Vinícius Teles da Costa e Pauline Ferreira Martins, “Pôla”, “esta menor de idade”. Até aqui, nada de novo, mas o que vem em seguida, chamou-nos atenção.

No final do relatório, a ABE sublinhou que as organizações subversivas, apoiadas por entidades de existência legal infiltradas, continuavam desenvolvendo intenso trabalho de massa de contestação do governo e do regime. Segundo o documento, o ano de 1983 deveria ser marcado por vigorosa campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional, considerada pelas esquerdas o “último obstáculo para legalização das organizações comunistas”, que, naquele momento, ainda se encontravam na clandestinidade¹¹⁰¹.

O SNI provavelmente estava se referindo ao ocorrido no ato público “pelo fim da Lei de Segurança Nacional”, realizado no dia 1º de março de 1983, na Praça D. Pedro II, ao qual compareceram aproximadamente 120 pessoas, “em sua maioria militantes das Organizações Subversivas que atuam na área”. Na ocasião, cinco daqueles que seriam indiciados foram identificados pela vigilância: Francisco, Fernando, Carlos Vinícius, João Batista e Maristela. “Os pronunciamentos foram assentados em contundentes críticas à LSN” e às “invasões perpetradas pela polícia federal na sede da Juventude Socialista Alicerce, Gráfica Suya e Livraria Jinkings”, registrou a vigilância¹¹⁰².

Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

¹¹⁰¹ Informação nº 0260/16/ABE/83. Belém, 08/04/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁰² Informação nº 0175/16/ABE/83. Belém, 08/03/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. O SNI identificou ativistas da Federação das Mulheres Paraenses (FEMPA), da tendência “Alicerce” (Convergência Socialista) e militantes do PCB, PCdoB e do MR-8.

O evento foi organizado por algumas “entidades contestatórias”, como classificou o SNI, entre elas, a SPDDH, a Comissão de Bairros de Belém (CBB), o MLPA e a Comissão Regional Pró-CUT. A manifestação era pelo fim da LSN, pela liberdade de organização e expressão e pela indicação de um novo prefeito para a capital paraense. Os agentes infiltrados no ato notaram a presença do deputado estadual Romero Ximenes Ponte (PMDB/PA), “militante do PCB”, e Paulo César Fontelles de Lima (PMDB/PA), “militante do PCdoB”¹¹⁰³.

A documentação levantada coincide com os relatos colhidos acima: em fevereiro daquele mesmo ano, a polícia federal apurou também que havia sido realizada na Igreja Nossa Senhora de Aparecida reunião extraordinária promovida pelo movimento “Alicerce” e pelo PT, sob a coordenação da SPDDH, para avaliar as buscas e apreensões procedidas pela polícia federal nas sedes de entidades esquerdistas. Nessa reunião, Fernando Carneiro falou que havia deposto na PF durante cerca de 3 horas e que os seus colegas fariam o mesmo até o dia 28 daquele mês. Em sua fala, defendeu que membros da luta popular tomassem atitude em relação à PF, a qual queria enquadrar “de toda forma” os militantes na LSN.

Continuou dizendo que a invasão na casa de Carlos Vinícius Teles da Costa e na sede do “Alicerce” se deu por uma denúncia da família de Elizabeth Dias Farias (a Beth), visto que o seu pai era oficial da reserva das Forças Armadas, “e que o delegado falou, no depoimento, que descobrira a ideologia política dos indiciados”. Carlos Vinícius externalizou, durante a reunião, que “a invasão fora feita porque ele se casou com a Beth e o pai dela fez uma representação na polícia federal contra ele e o movimento Alicerce”, acrescentando que fora “seguido, ameaçado, preso e espancado” pela PF, “tudo por questões pessoais e para enquadrá-lo na LSN por haver casado com a Beth”¹¹⁰⁴.

A repressão continuou acompanhando os passos do grupo. O Comando da 8ª Região Militar informou aos demais órgãos de vigilância que, no dia 28 de fevereiro, elementos do Alicerce distribuíram panfletos em frente às Lojas Pernambucanas, na Rua João Alfredo, sendo identificados João Batista, Maristela e Carlos Vinícius.

A ação se repetiu no dia seguinte, em dois locais, no Terminal Rodoviário e no Mercado de São Brás. Agentes de vigilância seguiram dois dos citados até a Travessa 9

¹¹⁰³ Resenha Semanal, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 13/06/1983. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁴ Informação nº 084/83-SI/SR/DPF/PA. Belém, 08/04/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

de janeiro, onde entraram em uma vila¹¹⁰⁵. Logo, o que Fernando Carneiro relatou fez parte de uma operação executada contra elementos que atuavam em oposição ao regime militar, a qual lançou mão da estrutura de espionagem que já funcionava há muitos anos.

Cerca de três meses depois, oito militantes foram indiciados no inquérito número 085, aberto em 3 de maio de 1983, enquadrados nos artigos 36 (I, IV e VI) e 42 (I e II) da Lei nº 6.620/78 (LSN). Eles eram, portanto, acusados de incitar à guerra ou à subversão da ordem político-social, à luta pela violência entre as classes sociais e ao ódio ou à discriminação racial.

Nesse caso, se fossem condenados poderiam sofrer a pena de reclusão de 2 a 12 anos. Foram denunciados também por supostamente fazer propaganda subversiva, ou seja, guerra psicológica adversa ou guerra revolucionária ou subversiva. Bem como aliciar pessoas nos locais de trabalho ou ensino. Nesses casos, a pena prevista era a reclusão de 1 a 3 anos¹¹⁰⁶.

Desde o dia em que os agentes efetuaram a busca na sede da organização, em 9 de fevereiro de 1983, “ocasião em que vários militantes estudavam a doutrina ‘marxista’”, conforme detalhou o SNI, essa “agência acompanhou o processo, informando o escritório central em Brasília sobre seus trâmites”¹¹⁰⁷.

O julgamento ocorreu no dia 20 de setembro de 1984, na Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar (8ª CJM), e, por unanimidade dos votos, o Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica absolveu todos os acusados (Figura 118). Na saída da Auditoria, um grupo de manifestantes, ao qual se juntaram os militantes absolvidos, gritaram palavras de ordem “Te cuida, te cuida, vai acabar, vai acabar a ditadura militar”¹¹⁰⁸ (Figura 119).

¹¹⁰⁵ Informe nº 046-E2/83/Ministério do Exército/CMA 8ª RM/2ª Seção. Belém, 04/03/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁶ BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 157, 20 dez. 1978. Figuraram como acusados no processo Francisco Antônio Cavalcante Filho, Fernando Antônio Martins Carneiro, Lúzio Horácio Lima Neto, Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes, Carlos Vinícius Teles da Costa, João Batista Oliveira de Araújo, Conceição Rodrigues de Menezes e Maristela dos Santos Lopes. O inquérito foi remetido, através do Ofício nº 1268/83 DPF/PA, pela polícia federal à Auditoria da 8ª CJM, localizada em Belém. Encaminhamento nº 0583/16/ABE/83. Belém, 05/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁷ Encaminhamento nº 0471/16/ABE/83. Belém, 06/06/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁸ Maria de Nazaré Cavalcante Guedelha “Naza”; Pauline Ferreira Martins “Pôla”; Antônio Sérgio Vasconcelos Darwich; José Flávio Correa, Elisa Bete Faria Teles e Antônio Cláudio Vasconcelos Darwich, “Caco”; todos militantes da AJS. Informe nº 589/84-SI/SR/DPF/PA. Belém, 28/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. O juiz auditor da 8ª CJM, João Soares Júnior, justificou a decisão conforme artigo 439, letras “e” e “f”, do Código de Processo Penal Militar, dando ciência ao DPF, uma vez que o inquérito policial foi ali instaurado, tendo o bacharel Moisés Lima da Silva sido o

O caso repercutiu na imprensa. O jornal *O Liberal* publicou matéria sobre o tema no dia seguinte ao resultado do julgamento, informando que os seis estudantes, um funcionário e um professor da UFPA foram absolvidos de crime contra a segurança nacional “por aliciamento, divulgação de material subversivo e por ameaça às instituições”. De acordo com a reportagem, o processo foi iniciado com base em denúncia feita por Guilherme Magalhães Faria, que acusou o aluno Carlos Vinícius Teles de “seduzir sua filha Elizabeth, também universitária, e de ter introduzido a mesma na Convergência Socialista e no Alicerce da Juventude Socialista”.

Concomitantemente, a polícia federal invadiu a sede do PT¹¹⁰⁹ em Belém, apreendendo um vasto material literário, como o “Manifesto do Partido Comunista”, de Karl Marx, e o “Programa de Transição”, de Léon Trotsky. Segue a notícia informando que os dois fatos redundaram na incursão dos acusados, todos militantes do PT à época, segundo o jornal, nos artigos 42 e 36 da Lei de Segurança Nacional.

Às 15 horas, depois da leitura de todo processo, o presidente do Conselho, major Ernesto dos Santos Cardoso, e o juiz auditor, João Soares Júnior, permitiram que o promotor Demóclito Noronha se manifestasse perante os jurados. Logo de início, Noronha abriu mão da acusação, expressando que a prova contra os acusados havia se esvaziado, alegando inexpressividade e insignificância dos atos praticados pelos réus: “o senhor Guilherme Faria procurou a polícia federal, única e exclusivamente, para resolver um problema familiar”, declarou.

O advogado de defesa, José Acreano Brasil, disse que a família de Elizabeth Faria “é conservadora. O pai é que dita as regras”. Já José Carlos Castro, o mesmo advogado que defendeu os padres Aristide Camio e François Gouriou, disse ser “inacreditável” que se levasse um ano e sete meses para tratar de um assunto puramente familiar. “Todos nós estamos perdendo tempo aqui nessa Auditoria Militar”¹¹¹⁰.

responsável pela sua condução. Ofício nº 559/84/Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar. Belém, 20/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁹ Pela reportagem, pode-se depreender que a sede do PT e da CS estavam situadas no mesmo local.

¹¹¹⁰ ESTUDANTES absolvidos em julgamento rápido. **O Liberal**, Belém, 21 set. 1984.

Figura 118 – Os réus perfilados na Auditoria Militar para receberem o veredicto



Fonte: *O Liberal* (1984).

Figura 119 – Agora absolvidos, indiciados comemoram com “um brinde de cafezinho”, como anunciou notícia de jornal



Fonte: *O Liberal* (1984).

O vereador pelo PMDB e militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC)¹¹¹¹, Humberto Rocha Cunha, proferiu, no dia 20 de setembro, discurso na Câmara Municipal de Belém, fazendo alusão ao julgamento, que ocorreria no mesmo “Tribunal que, contrariando qualquer lógica jurídica, condenou os padres franceses e os posseiros

¹¹¹¹ Novamente a vigilância atribuiu ao ex-líder estudantil uma filiação partidária diferente do partido pelo qual se elegeu.

do Araguaia”. O parlamentar disse ainda que havia, como no caso dos sacerdotes e posseiros, “uma vontade ‘*a priori*’ para os condenar”. E mais: “como não bastasse o fato de o crime ser contra uma suposta segurança nacional, cuja legislação, como todos sabem, é baseada na intimidação e na repressão”. Terminando sua fala, conclamou todos os demais vereadores a comparecerem ao julgamento, que se iniciaria às 14h, para presenciar:

[...] como se dá a violência do condenar pessoas sem que nos autos do processo haja motivo suficiente para condenação. Seria muito importante que os senhores vereadores vejam como funciona a Auditoria Militar para saber que tipo de violência eles cometem; que tipo de arbítrio sucessivamente, nesses vinte anos, se tem cometido. Gostaria que comparecessem ao julgamento dos companheiros da corrente Alicerce da Juventude Socialista e ali pudessem presenciar de perto como é que se dá esse tipo de julgamento¹¹¹².

Além do SNI, a PF, a 8ª RM e a Justiça Militar se ocuparam do caso. Independentemente de ter sido movido por questões familiares ou não, o processo nos chama atenção pela relevância atribuída pelo regime a manifestações pacíficas promovidas por um grupo pequeno de estudantes, já em meados da década de 1980, quando a abertura política poderia sugerir que o País vivesse ares de liberdade. A vigilância observou todas as etapas da ação e sua repercussão na imprensa e no meio político, o que nos faz perceber a continuidade de seu trabalho e a amplitude desse serviço na sociedade, em especial, direcionado para estudantes e, entre estes, elementos ligados às esquerdas.

Uma década antes desse julgamento, o DSI/MEC havia declarado que a contrassubversão, numa extensão maior, visava “impedir a tomada do poder pelos comunistas”¹¹¹³ e, como podemos perceber, esta continuou sendo fonte de grande preocupação por parte do regime após a Lei da Anistia e o fim do AI-5. Parece-nos que a LSN foi um dispositivo para continuar punindo elementos ligados a esses grupos, ignorando mudanças legislativas que lhes conferiram alguma liberdade.

E uma coisa é certa: as mudanças trazidas pelo processo de distensão deixaram os Órgãos de Informações inquietos. Vejamos.

Documento enviado pela CIE para o SNI e para a CISA, em abril de 1980, denotam como a “Comunidade” estava insatisfeita com as mudanças pelas quais o regime

¹¹¹² Informe nº 591/84-SI/SR/DPF/PA. Belém, 01/10/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹¹³ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

passava. Lá se lê: a “extinção da legislação revolucionária” para que o país retornasse ao “Estado de Direito” e à “legalidade” [aspas usadas no documento original], como era apregoado, “na realidade”, tentou esclarecer o CIE, vinha sendo “criticada e apresentada como ‘Estado de Ilegalidade Consentida’”. Argumentou ainda que, a exemplo da anistia, que era sistematicamente negada pelo governo antes de sua concessão de fato, mas que fora precedida pela “anistia pela impunidade” (que ainda vigorava, segundo o órgão), vivia-se no Brasil, naquele momento, “um período de expectativa, temendo-se a legalização de todas as organizações subversivas”.

E mais: proclamavam as “organizações subversivas” que o regime estaria em crise. Outra questão assombrava e deixava “apreensivo”, como definiu o CIE, o “público interno”, como nomeou os militares, especialmente, os que tiveram participação ativa no combate à subversão. Eram levadas pelos opositores aos tribunais denúncias a respeito das violações dos direitos humanos praticadas contra inimigos do regime¹¹¹⁴.

O órgão de informações trouxe ainda mais um dado: o País estaria passando por “um novo período pré-revolucionário e era mais do que evidente a presença de uma intensa ação psicológica sobre a população brasileira, bem como a montagem da infraestrutura que possibilitaria o seu controle físico e espiritual”, este integrado pelas “organizações subversivas de fachada e legais, porém infiltradas e colocadas a serviço da subversão”. O relatório foi concluído com a seguinte assertiva: alguns comunistas admitiam que o Brasil estaria “maduro para a revolução em 1980 ou em 1981” e o principal problema naquele momento era “conter os impacientes, evitando radicalizações inoportunas e a repetição dos erros cometidos em situações idênticas no passado”¹¹¹⁵.

Não podemos deixar de compreender o processo que indiciou militantes da AJS em Belém sem levar em consideração os sentimentos da “Comunidade” em torno da abertura política, do clima de “ilegalidade consentida” e dos novos papéis assumidos pelos inimigos do regime que foram por muitos anos reprimidos. A LSN de 1978, localizada, portanto, dentro de um contexto de mudanças e apreensões, foi um instrumento utilizado para intimidar membros que contestavam pacificamente o regime.

O SNI monitorou os elementos meses antes do ocorrido e identificou seu “esconderijo” antes de a PF fazer uma batida no local e apreender material “subversivo”.

¹¹¹⁴ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹¹⁵ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Os indiciados, então, responderam a inquiridos e depuseram diante de ameaças e constrangimentos, sendo inquiridos a respeito do único elemento que lhe desabonava: sua posição política.

O processo dos oito militantes do AJS evidencia também o debate político em torno da LSN, no momento em que o regime dava indícios de fragilização, embora, como sabemos, o aparelho de vigilância tenha seguido um caminho inverso. Para os agentes da repressão e para o Estado, a Lei era uma ferramenta essencial para frear a mobilização política e a organização promovida pela oposição.

Na imprensa paraense, divulgava-se material sobre o tema e defendia-se que todo o elenco de medidas da Segurança Nacional visava, primordialmente, o bem-estar do povo brasileiro e faziam-se elogios à atuação da ESG que, “com um corpo docente de mais alto nível do Brasil”, vinha prestando “meritórios serviços” à pátria¹¹¹⁶. Em oposição, em Belém, no dia 21 de fevereiro de 1980, os partidos PT, PMDB e PDT promoveram um encontro para debater a LSN quando se firmou comum repúdio a essa e a “toda legislação repressiva”, como noticiado à época¹¹¹⁷.

Para os militantes, seis deles alunos da UFPA, a luta contra a LSN fez parte do repertório de contestação contra o regime, símbolo da disputa pela redemocratização e retorno do estado de direito, ao passo que sua absolvição demonstra que o regime já não era capaz de “controlar todos os níveis do poder de Estado”, como outrora foi sugerido por determinada literatura¹¹¹⁸.

A LSN de 1978 fora promulgada em contexto no qual as demais leis autoritárias foram sendo revogadas, logo, não existiu por acaso, embora concentre em si forte desejo dos grupos dominantes em “legitimar” seu poder e preservar sua “hegemonia”, em um período cujos inimigos ideológicos tinham cada vez menos medo de sair às ruas e lutar por seus direitos. Portanto, dispositivos como esse guardam uma função ideológica e legitimadora para que fossem definidas condições jurídicas para o uso da força e da repressão quando necessário. Em situações de “emergência”, quando as autoridades, fracassando em suas tentativas de impor a ordem, percebem movimento de grupos interessados em “ampliar suas exigências sociais”, sentindo um “deslocamento da

¹¹¹⁶ O ESTADO brasileiro e a Segurança Nacional. **A Província do Pará**, Belém, 10 abr. 1977. 3º Caderno.

¹¹¹⁷ PF desrespeita a Justiça, dando fuga ao agente que matou o universitário. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 18, mar. 1981.

¹¹¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 26.

autoridade”, o governo lança mão de uma nova legislação, mas adequada à nova realidade¹¹¹⁹.

Analisando o discurso do Governo, notamos essa realidade. José Bonifácio, líder do governo, teve declarações publicadas em *A Província do Pará*, em dezembro de 1977, quando defendeu a aplicação de “salvaguardas” em substituição do AI-5, as quais, segundo o arenista, deveriam ser dados “ao presidente da República poderes para agir no momento exato”. Continuando: “a aplicação das salvaguardas deve ser feita por um só”. “O aprimoramento democrático”, completou o parlamentar, viria com a adoção das “salvaguardadas”¹¹²⁰.

O senador Jarbas Passarinho (ARENA/PA), por ocasião do aniversário de morte de Carlos Argemiro de Camargo – “primeiro combatente legalista contra a implantação da luta armada no País”, vítima de uma emboscada de um grupo guerrilheiro contrário ao governo – declarou, em tribuna: “o que pedimos é apenas que o regime democrático seja democrático, em seguida, que se defenda. E que ele não tem “o direito de ser suicida”. O senador falou, ainda, sobre o que ele definiu como necessidade de “apaziguar a família brasileira”, mas desde que fosse com uma “real, honesta e sincera vocação de paz, e não daqueles que pretendem apenas reiniciar o movimento de luta armada”.

O parlamentar acrescentou que a data fosse comemorada por toda a nação e por aqueles que não teriam “o falso pudor de combater os comunistas”, lembrando os nomes das pessoas mortas pela “ação terrorista” e afirmando que, em praticamente todos os Estados, existia “a marca dessa guerra revolucionária”. Passarinho aproveitou para lembrar que Leonel Brizola, “homem que recebe o apoio de campeões dos direitos humanos”, foi citado em depoimento prestado por um ex-militante como o fundador e organizador, em 1967, do Movimento Nacional Revolucionário¹¹²¹.

João Baptista Figueiredo, quando candidato à presidência da República, também fez recordar o processo que indiciou o ex-governador do Rio Grande do Sul por suposta participação em guerrilhas que resultaram na morte do tenente Portela. Na mesma reportagem, o general disse que negaria “qualquer anistia a sequestradores ou terroristas”¹¹²².

¹¹¹⁹ Thompson (1997, p. 246; 354).

¹¹²⁰ BONIFÁCIO: governo não concederá a anistia. *A Província do Pará*, Belém, 28 dez. 1977. 1º Caderno, p. 5.

¹¹²¹ JARBAS condena a anistia ampla e irrestrita. *A Província do Pará*, Belém, 28 mar. 1978. 1º Caderno, p. 2.

¹¹²² FIGUEIREDO nega anistia a crimes políticos. *A Província do Pará*, Belém, 7 jul. 1978. 1º Caderno, p. 5.

A LSN de 1978 trouxe em si a preocupação do regime com o que poderia ocorrer, caso o AI-5 fosse extinto, bem como com a revogação dos demais itens da “legislação revolucionária” e a promulgação da Lei da Anistia, tema recorrente ao longo do governo Geisel. Os militares não queriam abrir mão de “salvaguardas”, como se chamou à época, ou seja, de novos mecanismos capazes de conter o avanço oposicionista.

Em 1978, declararam o ministro da Justiça, Armando Falcão, e o general Moraes Rego, secretário do CSN, que o novo dispositivo tinha a vantagem de abrandar as penas “pesadas” previstas no texto anterior, o qual acaba por inibir os juízes, que preferiam absolver os acusados a lhes aplicar punições draconianas. Portanto, a nova lei de 1978, “longe de combinar as intenções de abertura política alardeadas pelo presidente Geisel”, afirmou a imprensa local, “poderia castrar qualquer manifestação política de oposição”. Concluiu: era a “Lei de Segurança do Regime”¹¹²³.

De fato, se observarmos, o fim do AI-5 significou o retorno do *habeas corpus* nos casos dos crimes políticos e daqueles contra a segurança nacional, conforme previsto em seu artigo 10¹¹²⁴, após dez anos em vigor dentro do universo jurídico da ditadura, mas a LSN de 1978 trazia que, no decurso das investigações, a autoridade responsável pelo inquérito poderia manter o indiciado preso ou sob custódia por até trinta dias, fazendo comunicação *reservada* (grifo meu) à autoridade judiciária competente. E mais: o responsável pelo inquérito poderia manter o indiciado incomunicável por até oito dias¹¹²⁵.

Ora, o artigo 10 da AI-5, na prática, viu-se reproduzido na nova LSN, que abria brechas para promoção de prisões ilegais, desaparecimento de presos, torturas etc. A diferença é que a LSN apresentava uma aparência de legalidade maior que o AI-5, ainda que tenha sido aprovada por decurso do prazo. O artigo 52 da LSN de 1978 trazia uma modificação crucial em relação ao texto anterior, prevendo que o processo e o julgamento dos crimes contra a Segurança Nacional seriam da competência exclusiva da justiça militar e reger-se-iam pelas disposições do Código de Processo Penal Militar¹¹²⁶, não mais pelo Código Penal, como constava até então.

¹¹²³ ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 6, dez. 1978.

¹¹²⁴ BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais. O presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 147, 13 dez. 1968.

¹¹²⁵ BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 157, 20 dez. 1978.

¹¹²⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº

Isso significava que maiores de 16 anos poderiam ser incursores na LSN, haja vista que, pelo CPPM, esse grupo não era considerado inimputável, caso revelasse “suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato”, ressalva que, no Código Penal¹¹²⁷, não era prevista.

É fácil compreender que essa modificação colocou o movimento estudantil em situação vulnerável e suscetível ao enquadramento em crimes contra a segurança nacional. E mais: em seu artigo 40, a LSN previa pena de reclusão de 1 a 5 anos para casos de reorganização, ou sua tentativa, de partido político, ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial¹¹²⁸. A recriação da UNE e das UEE estaria, logo, colocando seus responsáveis no alcance da legislação da ditadura. Outras formas de manifestação estudantil seriam facilmente enquadradas por esse dispositivo, como, de fato, ocorreu. No Estado de Santa Catarina, em 1980, durante visita do general Figueiredo, estudantes realizaram protestos contra o presidente e acabaram incursores na LSN de 1978, passaram pelo inquérito, mas foram absolvidos¹¹²⁹. Contudo, se dependesse dos fardados, poderia ter sido pior, como veremos a seguir.

O presidente Geisel recebeu, em 7 de julho de 1978, sugestões de mudança na LSN propostas por comissão constituída por quatro ministros do STM (Waldemar Torres da Costa, general Augusto Fragoso, brigadeiro Deoclésio Lima de Siqueira e almirante Júlio de Sá Bierrenbach). Na época, o Governo preparava reformas na legislação que definia os crimes contra a Segurança Nacional, até então definidos pelo Decreto-Lei nº 898, de 1969. No texto apresentado, os militares do STM propuseram que se mantivesse a pena de prisão perpétua para crimes contra a Segurança Nacional e ignorou propostas feitas ao Governo para que houvesse possibilidade de pagamento de fiança para os crimes listados.

Foi também sugerido que as Forças Armadas pudessem, em casos especiais, tomar para si os encargos de apurar, prevenir e reprimir as infrações penais contra a segurança nacional, argumentando o STM que já existiam acórdãos no sentido de que a apuração de crimes políticos não era exclusiva da polícia federal. Outra recomendação foi o uso de

16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 148, 21 out. 1969.

¹¹²⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, ano 119, 31 dez. 1940.

¹¹²⁸ BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 157, 20 dez. 1978.

¹¹²⁹ PF desrespeita a Justiça, dando fuga ao agente que matou o universitário. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 18, mar. 1981.

alguns conceitos básicos para a aplicação da Lei, entre eles, o de “Atos Subversivos”, definido como aqueles que visassem “substituir a ordem política vigente, por outra de feição antidemocrática”¹¹³⁰.

É um conceito confuso, posto que não deixou claro que tipo de atos buscava punir. O alvo era o que se considerava aquilo que poderia ser o fruto da guerra revolucionária no País, ou seja, o comunismo, tido por ser um regime antidemocrático pelo olhar do regime militar. Mas como ficariam, por exemplo, os grupos que lutaram pelo restabelecimento da democracia no Brasil? Considerando que, a partir de 1964, viveu-se tudo, menos um regime democrático no País, pela proposta do STM, esses indivíduos não poderiam ser punidos pela nova LSN. Nenhuma dessas sugestões foi incluída no texto final publicado em dezembro de 1978, contudo, deixam-nos cientes de como o tema era tratado internamente pelo regime.

Ao mesmo tempo, a documentação confidencial esclarece como “Comunidade” percebeu esse período de mudanças. Segundo documento produzido pelo CIE e enviado ao SNI em abril de 1980, constavam entre as “táticas” do PCB, para chegar ao poder no País, o restabelecimento do *habeas corpus* “para os crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional”.

É possível ler, ainda, vários trechos de declarações proferidas pelo anistiado Luiz Carlos Prestes após seu retorno do exílio, as quais foram registradas pela vigilância. Em uma delas, dizia-se: “é preciso revogar a LSN, que é a essência do fascismo e profundamente anticomunista”; “vamos passar por cima da LSN, mas isso depende da força da massa e da única arma dos trabalhadores, que é a organização”¹¹³¹. Três anos depois a Lei ainda vigorava e alunos da UFPA foram atingidos por ela.

4.3 “Nas asas da anistia”: a vigilância sobre expurgados e perseguidos após 1979

Em sua edição de domingo, no dia 9 de março de 1980, o jornal *Estado do Pará* publicou uma entrevista, realizada via telex, com o exilado político Flávio Salles, concedida ao jornalista Afonso Klautau. No texto que antecede às perguntas e às respostas, foi descrita a trajetória do entrevistado, com destaque para sua participação no

¹¹³⁰ SUGESTÕES do STM não abrandam LSN. **A Província do Pará**, Belém, 7 jul. 1978. 1º Caderno, p. 5.

¹¹³¹ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

assalto à fábrica de sorvetes *Gelar*, na cidade de Belém, citando, ainda, outros onze processos aos quais respondeu, absolvido em alguns e anistiado em todos em que fora condenado. Nos processos nos quais foi denunciado, Flávio foi enquadrado por infringências a vários dispositivos do Decreto nº 898/69 (antiga Lei de Segurança Nacional), sendo condenado em todos à revelia, acumulando uma pena de 59 anos de detenção. A reportagem criticou o fato de o militante ter sido processado com base na Justiça Comum, no caso *Gelar*, sendo este “de conteúdo nitidamente político”.

A insistência na natureza política do crime, por parte do jornal, está relacionada com o disposto no art. 1º da Lei nº 6.683 de 1979, a Lei de Anistia, a qual prevê a concessão da anistia àqueles que cometeram crimes políticos, ou conexos com estes, ou seja, crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Esse parecia ser, conforme a narrativa apresentada pelo *Estado do Pará*, o caso do ocorrido na fábrica¹¹³².

Aos 28 anos, o ex-aluno da UFPA foi anunciado como representante de uma geração “que nunca conheceu a democracia”, que retornava com intenção de recuperar espaço político. Perguntado sobre sua situação enquanto ex-exilado, “marcado pelo regime durante muito tempo”, Flávio respondeu:

O espaço natural de um ex-exilado é o Brasil. Evidente que tenho espaço político, o regime anistiou seus opositores. Não criar o espaço onde o exilado, o anistiado, possa viver é voltar atrás. É punir o anistiado por esse reassumir seus direitos integrais de cidadão. Não me consta que já haja represálias legais, das autoridades legais contra os que foram anistiados. Há, e isto é incontrolável, atos arbitrários de quem não se convenceu que ocorreu uma mudança política¹¹³³.

É notável, na fala do anistiado, a crença de que não haveria retaliações por parte do Estado, pelo menos de maneira formal, mesmo existindo, sim, um movimento de resistência de grupos que não aceitavam o processo de distensão em curso. Veremos mais adiante que o SNI não interrompeu a vigilância sobre os perseguidos políticos e continuou

¹¹³² BRASIL. Lei nº 6.6683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 158, 28 ago. 1979.

¹¹³³ EXILADO paraense retorna nas asas da anistia. **Estado do Pará**, Belém, 9 mar. 1980. O Estado Exclusivo, p. 8. Em entrevista concedida em 2014, Salles declarou que chegou a ser advertido, por pessoas próximas, que o retorno ao Brasil, na condição de anistiado, poderia ser um ato perigoso, dado o quadro de instabilidade política presente naquele momento. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Flávio Augusto Neves Leão Salles. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (140 min). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1310>. Acesso em: 1 mar. 2022.

seguindo seus passos e produzindo relatórios sobre suas ações políticas, ou aquelas que a vigilância atribuía valor político de cunho contestatório.

O jornal *Resistência*, em sua edição de abril de 1980, noticiou um episódio importante para a luta do movimento estudantil contra a ditadura. O tema da matéria foi a recepção de Flávio Salles no aeroporto Val-de-Cans, em Belém, por várias entidades democráticas, no dia 14 de março. Flávio era um ex-aluno do curso de Direito da UFPA que, desde 1974, estava exilado na cidade de Porto em Portugal. Embora anistiado desde a publicação da Lei de Anistia, só pôde retornar, de acordo com o jornal, “depois de resolver detalhes em relação aos processos que o mantinham afastado, todos baseados em confissões que lhe foram arrancados à força, por coerções e pressões violentas”.

Para recebê-lo “de braços abertos”, estiveram presentes cerca de 60 pessoas, incluindo representantes de entidades de classes, como a Comissão dos Bairros, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, a UNE, o DCE e o Comitê Paraense pela Anistia: “todos ali para apoiar o primeiro exilado político a retornar diretamente a sua cidade”.

Como diversos estudantes em todo o Brasil, Flávio também participou de movimentos urbanos armados, combatendo o regime militar implantado após o golpe de 64. Dentre suas atividades políticas dessa época, a de maior relevância e a que acarretou sua imediata fuga para o Sul foi o assalto citado acima em 1969. “A partir daí, as forças repressivas intensificaram a perseguição aos membros que tomavam parte dos movimentos de combate à ditadura em Belém, obrigando Flávio a embarcar para o Rio de Janeiro, onde ingressou em outro grupo armado, a ALN. Permaneceu na clandestinidade até 1974 quando buscou exílio em Portugal¹¹³⁴.

Esse episódio faz parte de um momento importante para nossa análise sobre a atuação dos Órgãos de Informações, pois coloca em evidência personagens que eram velhos inimigos do regime, perseguidos e expurgados a partir de 1964, mas, após 1979, por força de uma nova legislação, puderam retornar. Desejamos verificar como a vigilância lidou com essa nova realidade e como isso foi registrado na documentação produzida durante esse período. Antes, porém, trataremos da disputa política em torno da anistia que se viu no País nos anos anteriores, visto que – e isso elucidada, em parte, a permanência da vigilância sobre inimigos do regime beneficiados pela legislação de 1979

¹¹³⁴ A CHEGADA de Flávio Salles. *Resistência*, Belém, ano II, n. 11, p. 13, abr. 1980.

nos anos que se seguiram – não houve consenso nem mesmo entre os militares sobre o destino dado aos atingidos pela repressão.

Na verdade, conforme documento que circulou dentro da “Comunidade” em abril de 1980, a anistia causou, nas Forças Armadas, “perplexidade” diante da “revoada de políticos e subversivos cassados, banidos e asilados” que retornaram ao País e desde pronto passaram a “hostilizar o governo”. O CIE se queixava, ainda, de que “os atos cometidos por subversivos, corruptos, sabotadores, criminosos e traidores passaram a ser tratados e generalizados como ‘crime político’”¹¹³⁵. Esse sentimento pode ser percebido, em maior ou menor grau, nos relatórios produzidos pela “Comunidade” sobre esses elementos depois de serem anistiados.

Para Rui Barbosa, escrevendo a partir do contexto de consolidação da República no Brasil, a anistia era o “véu do eterno esquecimento”, o meio para cicatrização das feridas e para recomodar as coisas em seus devidos lugares, aqueles ocupados antes dos processos de conflitos e rupturas institucionais. Fazemos referência às concepções desse advogado baiano e republicano, que escrevia a partir de circunstâncias bem específicas e tão distantes temporalmente do momento histórico tratado aqui, porque essas noções foram retomadas durante as campanhas pela anistia em 1979¹¹³⁶.

Durante as campanhas eleitorais de 1974, alguns candidatos reforçaram a questão. A vitória do MDB, alcançando maior número de cadeiras legislativas no Senado do que o ARENA, aliado ao projeto de distensão de Geisel, tornou viável a proposta de lei, e a campanha pela anistia foi ganhando mais força, sobretudo, por intermédio do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado em São Paulo, e logo espalhando-se por outras cidades. Ao MFPA, juntaram-se grupos de parlamentares do MDB, da Igreja Católica, do movimento estudantil e de entidades profissionais liberais, como a OAB.

Ao mesmo tempo, os aparelhos repressivos continuavam atuantes (o AI-5 ainda vigorava) e casos como o assassinato de Vladimir Herzog (1975), a Chacina da Lapa (1976) e o Pacote de Abril (1977) davam conta das limitações do projeto de abertura em curso. Embora outras ações puderam acelerar a pauta, amiúde, a proposta de distensão gradual de Geisel: a criação de comitês pela anistia por exilados a partir do exterior, a

¹¹³⁵ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹³⁶ A expressão aspeada foi palavra de ordem de vários atores políticos durante as discussões em torno do tema e foi retomada pela obra “Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje”, publicada por Roberto Ribeiro Martins em 1978, e muito utilizada, como referência, pelos CBA. RODEGHERO, Carla. “A anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje”. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 105-106.

realização do Tribunal Bertrand Russell (entre 1974 e 1976) e a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CAB) em 1978 em várias cidades brasileiras. Se o MFPA se alinhava a um discurso conciliatório, os CAB rompiam com essa lógica, reivindicando anistia para os presos políticos, retorno dos exilados, reintegração dos expurgados e dos alunos expulsos das universidades, sem se esquecer dos crimes cometidos por agentes do Estado, exigindo punição dos responsáveis e esclarecimentos sobre opositores mortos e desaparecidos¹¹³⁷.

Os jornais paraenses davam destaque ao assunto e foi manchete em *A Província do Pará* a declaração de Petrônio Portella, presidente do Senado Federal, de que não havia possibilidade de uma anistia “ampla e total”, uma vez que, no País, as pessoas não estavam preparadas¹¹³⁸. O líder do governo, José Bonifácio, declarou que o governo não concederia a anistia tampouco tomaria a iniciativa dela, visto que o dispositivo permitiria “a volta dos criminosos aos mesmos crimes”.

Disse, ainda, que os criminosos políticos sairiam das prisões “com o mesmo pensamento, para praticarem as mesmas violências”. “Eles têm que cumprir as penas a que foram condenados”, referindo-se àqueles que transformaram, segundo o político arenista, “crimes comuns em crimes políticos”. Acrescentando: “os que contestam o regime, também depois de saírem das prisões, acabam se rearticulando”. Bonifácio sugeriu, ainda, que os anistiados voltassem para o País, mas que se submetessem “aos processos normais” e quanto aos parlamentares cassados, que perderam seus mandatos por contestarem o regime, também não recebessem a anistia: “todos devem ficar num plano só. Assim, a anistia não virá em nível nenhum”¹¹³⁹.

No Pará, o debate em torno da anistia ganhou o espaço da política local, das entidades civis e dos meios acadêmicos. Em abril de 1977, durante reunião do Conselho da OAB, Seção Pará, o conselheiro, membro nato e professor da UFPA Aldebaro Klautau, fez retrospecto das mutações vistas no resto do País (Figura 120). O advogado exortou os brasileiros a trabalharem pelo retorno da democracia, a qual ocorreria pela concretização de algumas providências inadiáveis, como o fim do AI-5, a revogação do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e “anistia, ampla e incondicionada, a favor de todos os cidadãos atingidos por atos punitivos

¹¹³⁷ Rodeghero (2014, p. 109-110).

¹¹³⁸ PETRÔNIO acha país despreparado para uma ampla e total anistia. *A Província do Pará*, Belém, 24 ago. 1977. 1º Caderno, p. 5.

¹¹³⁹ BONIFÁCIO: governo não concederá a anistia. *A Província do Pará*, Belém, 28 dez. 1977. 1º Caderno, p. 5.

do Poder Executivo, a partir de 31 de março de 1964,” assim como dos condenados ou processados por crimes políticos, e ainda dos indiciados ou condenados no “477”¹¹⁴⁰.

Figura 120 – Aldebaro Klautau, professor de Direito da UFPA e conselheiro da OAB, em discurso em favor da anistia em 1977



Fonte:

Se, no Governo Geisel, houve pouca receptividade quanto aos debates em torno da anistia, seu sucessor, João Baptista Figueiredo, conferiu maior espaço ao assunto. O último presidente general encaminhou, em março de 1979, projeto de lei ao Congresso tratando do assunto, o qual foi votado sob muita pressão da sociedade civil e greve de fome organizada por presos políticos, tratados como terroristas pelo regime. Com a eleição indireta de um terço dos senadores em 1978 e ampla maioria de congressistas do ARENA, as organizações pró-anistia (CBA) tiveram de instrumentalizar os parlamentares do MDB na apresentação de anteprojetos e de emendas à proposta do regime, que não refletia o *slogan* “anistia, ampla, geral e irrestrita”, por excluir os condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

O “benefício” era concedido aos que cometeram crimes políticos e conexos, os punidos através dos Atos Institucionais e Complementares, os que perderam seus direitos políticos, além de funcionários públicos e líderes sindicais afastados. A reintegração dos expurgados não seria automática. Desse modo, a anistia proposta pelos militares seria

¹¹⁴⁰ KLAUTAU pede a revogação do AI-5 e anistia. **A Província do Pará**, Belém, 27 abr. 1977. 1º Caderno, p. 3.

parcial e recíproca. As emendas apresentadas pelo MDB foram derrotadas e Figueiredo conseguiu aprovar uma lei que não atendia a todos os anseios da oposição, porque a permanência do termo “crimes conexos” garantiu a impunidade dos que sequestraram, prenderam ilegalmente, torturaram e mataram sob o pretexto de servirem à nação e combaterem os subversivos¹¹⁴¹.

E a anistia aos agentes da repressão era, exatamente, um ponto sensível para o regime. Documentação produzida pela CIE e enviada ao SNI, acerca do que chamou de “Subversão no Brasil em 1979” e da anistia, trazia que existiam reiteradas tentativas de buscar, através da justiça civil, a condenação dos integrantes dos órgãos de segurança. Acrescentou-se: “com base em processos de indenização movidos contra a União por familiares de subversivos que se suicidaram nas prisões”¹¹⁴².

A questão, chamada pelo CIE de “Inversão de Posições – Banco dos Réus para os Revolucionários”, englobava a abertura de processos e inquéritos contra os elementos que, justificou o Exército, “no cumprimento do dever e de ordens revolucionárias, arriscaram suas vidas pela manutenção do regime”. Advertiu-se ainda: tal campanha visou, de modo particular, “os militares que combateram e sufocaram as organizações subversivas, usando dos mesmos meios que seus adversários”.

E mais: “para isso, foram necessários a violência e o emprego de armas, única forma de eliminar os apátridas traidores do regime democrático”. Sendo assim, “os réus da vitoriosa revolução de 1964”, anistiados naquele momento, procuravam “inverter posições” e desenvolver ações para “processar aqueles que se empenharam e se engajaram no movimento revolucionário”¹¹⁴³.

De todo modo, prevaleceu o modelo de anistia que beneficiou os agentes que cometeram crimes em nome da “Revolução”, modelo esse citado por Guilherme Figueiredo, irmão do general João Baptista Figueiredo, o qual seria presidente meses depois, durante entrevista concedida à imprensa quando visitou Belém para a reinauguração do Teatro da Paz: “defendo a mesma anistia que duas vezes meu pai recebeu, depois de 1932 e 1945”¹¹⁴⁴. Modelo que também encontrava acolhimento dentro da oposição. A declaração de Ulysses Guimarães, então deputado federal (SP) e

¹¹⁴¹ Rodeghero (2014, p. 109-110).

¹¹⁴² Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁴³ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁴⁴ GUILHERME Figueiredo defende anistia ampla. **A Província do Pará**, Belém, 16 fev. 1978. 1º Caderno, p. 3.

presidente do MDB, publicada em *A Província do Pará*, descreve com clareza o discurso do líder da oposição perante a questão. Afirmou o deputado: “a anistia que pregamos implica no esquecimento das causas e consequências das punições, para que, então, passe a existir a fraternidade na nação”¹¹⁴⁵.

Modelo que foi assumido pela “Nova República”, quando o governo civil garantiu ao SNI o direito de manter “secretas revelações de seu interesse”. Por ocasião da aprovação, pelas comissões temáticas da constituinte, do recurso do *habeas data*, um parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, endossado pelo presidente José Sarney, reconheceu ao órgão o apanágio de manter suas fichas paralelas arquivadas em seus computadores e reservadas ao “Serviço”, fornecendo aos cidadãos uma ficha com apenas algumas informações.

Em torno desse debate, um coronel do SNI declarou à imprensa que via com estranheza a curiosidade sobre os arquivos do órgão no momento em que o País vivia um aumento de “plena democracia”, e as informações pessoais e políticas dos cidadãos não tinham mais “nenhuma importância”. Concluiu: “uma ficha do SNI, hoje, não faz mais mal a ninguém”¹¹⁴⁶.

É importante compreender quais foram os significados atribuídos para a promulgação da Lei da Anistia em 1979 naquele momento histórico, mas também no presente. Sabemos que o passado é, constantemente, utilizado como “arma” no combate político, ideológico e discursivo, enquanto o contexto no qual estiveram inseridos os debates em torno desse dispositivo legal permitem identificar como o País, ou melhor, a classe política, escolheu lidar com o passado de violência que se viu nos anos anteriores, e como parte da sociedade atual replica essa noção para justificar a inculpabilidade daqueles agentes do Estado que, sabidamente, cometeram toda sorte de infrações às garantias individuais, mas que, por força da Lei, não podem ser julgados por esses crimes.

Ainda segundo essa ótica, o ressentimento tende a ser eliminado em nome da reconciliação, da paz interna e da reconstrução da democracia, o que, sem necessidade de grande esforço intelectual, trata-se de um argumento ardiloso, haja vista que esse tipo de postura permitiu tão somente que o esquecimento se transformasse em instrumento de impunidade e manutenção no poder daqueles que, entre 1964 e 1985, desrespeitaram

¹¹⁴⁵ ULYSSES diz que não compete a militares concessão de anistia. **A Província do Pará**, Belém, 29 dez. 1978. 1º Caderno, p. 5.

¹¹⁴⁶ SNI duplica fichas e organiza seu arquivo paralelo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVIII, n. 185, 10 out. 1988. 1º Caderno, p. 3.

valores imprescindíveis para qualquer democracia. Em declaração publicado no jornal *A Província do Pará*, quando ainda era candidato à Presidência, Figueiredo se mostrou contrário a uma anistia ampla e irrestrita: “não vou transformar um assaltante de banco, criminoso comum, em criminoso político”¹¹⁴⁷. Ironicamente, foi esse mesmo general que conduziu um processo de anistia amplamente vantajoso para os criminosos de farda.

Quanto aos servidores públicos aposentados e demitidos, afetados pela limpeza ideológica executada pelos militares, a Lei estabelecia prazo de 120 dias para que requisitassem o seu retorno ou reversão aos antigos cargos, o que apenas valeria para os afetados por atos institucionais e complementares, excluindo-se casos de afastamento por improbidade administrativa. No entanto, esse procedimento não garantia de imediato a reintegração dos afastados, pois, em cada órgão, foram criadas comissões que passaram a analisar a pertinência do pedido e sua viabilidade, considerando o interesse da administração pública e a existência do cargo¹¹⁴⁸.

Nossa discussão aqui diz respeito às continuidades de práticas de vigilância após a Lei de Anistia. Para compreender essa particularidade da transição política no Brasil, temos de ter em mente as próprias características dessa Lei. Esse dispositivo configurou um “pacto de sociedade” que marginalizou os que defendiam uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, o que, se executada, levaria ao desmantelamento da polícia política e o julgamento dos torturadores. Essa proposta foi derrotada¹¹⁴⁹.

Sabemos que a transição brasileira para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes, mas pautada pela conciliação entre as elites civis e militares, que procuraram assegurar as condições de que o passado não seria remexido profundamente¹¹⁵⁰. Acrescento, ainda, que uma “anistia ampla, geral e irrestrita” afetaria diretamente os interesses da “Comunidade”.

¹¹⁴⁷ ANISTIA admitida por Figueiredo não é ampla. *A Província do Pará*, Belém, ano CII, n. 25819, 15 maio 1978. Capa, p. 1.

¹¹⁴⁸ No âmbito do MEC, 213 servidores afastados pelo regime militar protocolaram pedidos de reingresso, os quais foram submetidos à comissão presidida por Esther Ferraz, que havia ocupado o cargo de ministra no final do governo Figueiredo. Desse montante, 144 eram docentes expurgados de 22 universidades federais, e, desses, 16 foram indeferidos, seja por improbidade administrativa (corrupção), ausência de vínculo empregatício ou conveniência da administração. Nesse último, eram enquadrados os casos em que não era “possível” afirmar que a demissão teria motivação político-ideológica. Considerando que apenas alguns solicitaram a concessão de suas aposentadorias, cerca de 100 docentes retornaram às suas atividades por força da Lei de Anistia (MOTTA, 2014, p. 221-224).

¹¹⁴⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 172, jan./jun. 2010.

¹¹⁵⁰ TELES, Janaína Almeida. Luto e Memória da ditadura: o Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa, em São Paulo. *Revista M*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 75, jan./jun. 2017.

Ora, Tancredo Neves, em janeiro de 1985, já como presidente eleito, esperando a posse, ao responder um jornalista sobre o futuro do SNI na “Nova República”, foi enfático ao dizer que não reabriria “processos e feridas cicatrizadas com a anistia política concedida no início do governo Figueiredo”. Concluindo: “não nos interessa o revanchismo”¹¹⁵¹.

Essa era uma das grandes preocupações da equipe do “Serviço”, que temia, como aconteceu na Argentina, quando seus técnicos fossem demitidos após a chegada no governo civil. Interessante notar que esse sentimento persistiu e, às vésperas da posse de Collor, a equipe do SNI ainda nutria a preocupação de que, nos moldes do país vizinho, “por revanchismo”, seus servidores fossem substituídos¹¹⁵². E essa foi uma das preocupações daqueles que foram responsáveis por conduzir o processo de transição, isto é, enterrar o passado, afinal de contas, supostamente, a “Nova República” inauguraria uma renovada conjuntura política.

Voltando a Tancredo. O então candidato procurou acalmar os ânimos e dar garantias à “Comunidade” de que seus membros seriam poupados em um eventual governo por ele encabeçado. No momento mais crítico da disputa pelos votos do Colégio Eleitoral entre o ex-governador do Estado de Minas Gerais e o deputado Paulo Maluf, o general de divisão e chefe da Agência Central do SNI, Geraldo de Araújo Braga, foi o nome que se colocou como intermediário entre os meios militares e a oposição. “Atuando como uma ponte entre os dois lados”, em setembro de 1984, o general se reuniu com emissários de Tancredo Neves e resumiu a preocupação dos militares em duas palavras: “comunismo e revanchismo”.

Do outro lado, os tancredistas resumiram o temor de seu candidato em uma palavra: golpe. Em maio, Tancredo garantiu ao número dois do SNI que, caso fosse eleito, não haveria revanchismo. Conforme noticiou a imprensa, as reuniões entre o *staff* do líder da Aliança Democrática e o general tinham o aval do chefe do SNI, Octávio de Medeiros. O chefe pela AC garantiu que não haveria golpe e os mensageiros de Tancredo prometeram esfriar os discursos de campanha direcionados contra os “torturadores” e evitar a radicalização desencadeada pelos grupos comunistas que apoiavam o candidato

¹¹⁵¹ TOM foi afirmativo, mas estilo mineiro perdurou. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 283, 18 jan. 1985. 1º, p. 5.

¹¹⁵² SNI quer levar estudo ao presidente eleito para evitar extinção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIX, n. 263, 28 dez. 1989. 1º Caderno, p. 2.

da oposição¹¹⁵³. Foram nesses termos que a “Nova República” se apresentou, quase que pedindo licença ao SNI para passar.

Em outubro de 1986, quando se discutia a abertura dos arquivos do SNI, o governo tratou de sepultar o assunto. Parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, publicado no Diário Oficial da União, em outubro, assegurou que apenas o presidente da República poderia acessar as informações produzidas pelo “Serviço”, as quais eram protegidas legalmente pelo sigilo, conforme sua lei de criação de 1964. A inobservância a esse regramento, ou seja, a tentativa de ferir a “imunidade” do SNI, configurar-se-ia crime, segundo o consultor. O parecer veio em resposta à arguição da Justiça Federal a respeito do tema, o que fez com que o chefe do órgão, general Ivan de Souza Mendes, pedisse auxílio de José Sarney para que fosse publicado entendimento oficial sobre o assunto¹¹⁵⁴.

Segundo noticiado na imprensa, a negativa do governo Sarney ao acesso a informações do SNI teve o objetivo de “bloquear qualquer discussão política, no sentido de ressuscitar a acusação de que, no passado, o ‘Serviço’ foi utilizado para punir inimigos do regime”. E mais: o presidente colocou essa discussão “no mesmo âmbito da anistia, que representou o esquecimento do passado”¹¹⁵⁵.

Como se nota, a lógica da conciliação transpassou a transição política, deteve a punição dos agentes de repressão, resguardou o SNI, dando-lhe sobrevida após a ditadura militar, e transformou a anistia em um mecanismo de elisão do passado.

As palavras do general Ivan de Souza Mendes, em sua primeira coletiva de imprensa como chefe do órgão, em abril de 1985, refletem o que significou a transição democrática para os membros do SNI: “nós temos que construir um futuro. Juntar pedras novas e não as jogar no passado”¹¹⁵⁶.

Os militares definiram um caminho a ser trilhado durante a abertura, porque, conforme logo advertido pelo Centro de Informações do Exército, em abril de 1980, pouco tempo após a promulgação da Lei de Anistia, havia o risco de se iniciar uma “escalada perigosa”, na qual não tardariam “os processos contra militares por simples

¹¹⁵³ GENERAL foi homem chave na sucessão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 292, 27 jan. 1985. 1º Caderno, p. 4.

¹¹⁵⁴ PARECER de Saulo Ramos reserva a Sarney acesso às informações do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 193, 18 out. 1986. 1º Caderno, p. 7.

¹¹⁵⁵ PARECER de Saulo Ramos reserva a Sarney acesso às informações do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 193, 18 out. 1986. 1º Caderno, p. 7.

¹¹⁵⁶ GENERAL Ivan da primeira coletiva da história do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 11, 19 abr. 1985. 1º Caderno, p. 5.

denúncias de subversivos”. Nesse mesmo documento, o qual fora enviado para as principais “OIs” ativas, lamentou-se que, mesmo o regime tendo “estendido a mão para a conciliação, em busca de uma fase de reconstrução política”, seus opositores iam aos “facciosos tribunais” para apresentar denúncias de “falsas violações dos direitos humanos”, a exemplo do médico legista Harry Shibata, acusado de “falso testemunho na morte de Vladimir Herzog”. Os argumentos dos “subversivos”, como buscou salientar o CIE, era os de que seus crimes eram políticos, portanto, estavam anistiados, enquanto “os crimes da repressão” eram os de tortura e não se enquadravam como crimes políticos ou conexos, como especificava a legislação¹¹⁵⁷.

Foi nesse cenário que as “OIs” se mantiveram em atividade sem grandes constrangimentos, produzindo dados sobre adversários políticos, subsidiando a ação do Estado, quando, em tese, o País começava a respirar os ares da democracia e da liberdade.

Não salientar essas questões é reforçar a memória liberal sobre a ditadura, que absolveu os militares que conduziram a transição negociada, como Ernesto Geisel, segundo essa narrativa, tido por “um quase herói da democracia”¹¹⁵⁸.

A “memória coletiva” foi posta em jogo de forma crucial na luta das forças sociais pelo poder. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. No caso brasileiro, quanto ao passado de repressão, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”¹¹⁵⁹.

No Pará, a situação dos anistiados denuncia a continuidade da vigilância, sendo essa uma consequência da ausência de ruptura garantida pela Lei de Anistia. Em despacho do ministro do Interior, Mário Andreazza, em 1º de abril de 1980, um velho conhecido do regime, José da Silva Seráfico de Assis Carvalho, ex-aluno de Direito da UFPA e membro da UNE, apareceu no rol de pessoas a serem “beneficiadas” pelo processo de anistia, as quais retornariam ao serviço público do qual haviam sido expulsas, ou que fosse efetivada sua aposentadoria, conforme o caso. Seráfico era escrevente-datilógrafo da SUDAM¹¹⁶⁰.

¹¹⁵⁷ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁵⁸ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 286.

¹¹⁵⁹ Le Goff (1990, p. 426).

¹¹⁶⁰ Posteriormente, foi publicada no Diário Oficial da União decisão desfavorável emanada pelo ministro quanto ao pedido protocolado por outros ex-servidores que pretendiam ser também favorecidos pela Lei nº

Seráfico era membro atuante do movimento secundarista e da UAP, onde foi preso quando o Exército invadiu a sede da entidade em 1º de abril de 1964. Exatamente dezesseis anos após o ocorrido, viu seu pedido de retorno ao serviço público deferido pelo regime, por força da Lei da Anistia, promulgada no ano anterior. Seria, portanto, o ponto final, o fim da perseguição e da vigilância pela qual passou durante todos esses anos?

Em junho de 1983, a agência do SNI em Belém encaminhou ao arquivo do órgão um relatório sobre a atuação da SUDAM, no qual foram descritas as “distorções que causaram o descrédito do órgão e a absorção, pela SUDAM, dos erros da SPVEA”, sendo fatores esses que “entram” sua ação e a desviava de sua missão.

Esse relatório, datado de 1970, continha 41 folhas e trazia nomes de elementos subversivos que, em algum momento, fizeram parte do quadro da Superintendência: Ronaldo Barata (“comunista confesso”), Antônio Roberto Pinto Guimarães (“atuação guerrilheira”), Inocêncio Mártires Coelho (“um dos dirigentes da AP em Belém”) e José Seráfico (outro “comunista confesso”). O SNI também mostrou insatisfação ao ressaltar que Ronaldo Barata, a despeito da sua notável subversão, “vivia tranquilamente”¹¹⁶¹. Podemos destacar, aqui, que dados a respeito de elementos suspeitos eram guardados e foram reutilizados pelo SNI ao longo dos anos.

Em março de 1984, a agência do SNI em Manaus emitiu uma “apreciação” a respeito do conteúdo do jornal *A Crítica*, procurando identificar nessa publicação material de “propaganda adversa”. Entre os articulistas, aparece José Seráfico. O SNI apontou, na oportunidade, seus registros negativos (“contestação” e “improbidade administrativa”) mantidos junto ao órgão de vigilância¹¹⁶².

Em agosto daquele ano, a mesma agência emitiu documento a vários órgãos de repressão tratando do assunto “infiltração comunista no Poder Legislativo”, mais especificamente do elemento subversivo Chrysólogo Rocha de Oliveira Júnior, membro do Comitê Regional do PCdoB, o qual, nomeado pela deputada Elizabeth Azize, ocupava cargo de secretário Parlamentar. Entre os registros apontados no documento, teria ele

6.683. Amando Piani Pereira (Banco da Amazônia S.A.), Sara de Las-Casas (SUDAM), Mário Pelágio Salim (SUDAM) e José Bezerra de Oliveira Lima (BASA) tiveram seus pedidos indeferidos por Andrezza. Melhor sorte tiveram Raimundo Antônio da Costa Jinkings, Camilo Silva Montenegro Duarte e Sylvio Leopoldo de Macambira Braga, os quais foram autorizados a retornarem aos seus cargos no BASA. Diário Oficial, Despacho do Ministro, Ministério do Interior (MINTER). Brasília, DF, 01/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁶¹ Encaminhamento nº 0468, ABE/SNI. Belém, 06/06/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁶² Apreciação nº 0001, AMA/SNI. Manaus, 20/03/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

atuado, ao lado de Seráfico, em 1981, “em atividades contrárias ao regime político do país”¹¹⁶³.

Cito mais um documento: a respeito da realização de ato público pela legalização do PCdoB, que comemorava o seu 63º aniversário, na Assembleia Legislativa do Amazonas em março de 1985, novamente o SNI lembrou de Seráfico, ex-aluno da UFPA, e seu nome apareceu entre um dos membros que compuseram as mesas dos trabalhos, quando, na ocasião, ele já era professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)¹¹⁶⁴.

Quando tratava das eleições para o cargo de reitor da UFAM, que ocorreram nesse mesmo ano, novamente o SNI fez referência à participação de Seráfico no pleito¹¹⁶⁵, citando-o como um dos membros da chapa “Democracia”, que, segundo a agência, foi apoiada pelo PCB e PCdoB, sendo este último o partido pelo qual Seráfico militava. O documento destaca que, em uma das manifestações promovidas pela chapa, seus candidatos foram vaiados pelos alunos¹¹⁶⁶.

No dossiê montado pelo SNI sobre aquelas eleições, foram levantadas várias informações a respeito de Seráfico, como o desaconselhamento para ocupar cargo no governo de João Walter de Andrade, o indiciamento em IPM em Belém por práticas subversivas, a demissão da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), por força de Ato Institucional nº 1, a simpatia pelo PCB e suas tendências socialistas¹¹⁶⁷.

Passaram-se as eleições universitárias e, no ano seguinte, Seráfico aparece novamente na mira dos órgãos de vigilância. Em junho de 1986, já durante regime democrático, o CISA, área de inteligência vinculada ao Ministério da Aeronáutica, encaminhou ao escritório central do SNI documento a respeito da “infiltração comunista nos diversos setores de atividades”. No âmbito do Ministério da Educação, as autoridades sublinharam a nomeação do ex-aluno para o cargo de diretor da Faculdade de Estudos Sociais da UFAM, fazendo menção à sua demissão, em outubro de 1964, da SPEVEA, à

¹¹⁶³ Informação nº 0021/16/AMA. Manaus, 17/08/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁶⁴ ACE nº 493. Brasília, DF, 26/04/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁶⁵ ACE nº 5375. Brasília, DF, 12/04/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁶⁶ ACE nº 5419. Brasília, DF, 03/05/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁶⁷ ACE nº 5542. Brasília, DF, 28/06/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

sua militância no PCB, bem como à sua atuação, em 1979, na condição de professor dessa universidade, em ações de identificação de elementos de Órgãos de Informações e de militares que “estudavam” na instituição¹¹⁶⁸.

Em janeiro daquele ano, o SNI identificou a presença de Seráfico na cerimônia de posse da nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes da UFAM, alertando que a chapa vencedora seguiria a mesma orientação político-ideológica emanada da Comissão Diretora Regional Provisória do PCB. O SNI continua o relatório, em tom de lamento, destacando que esse grupo continuava colhendo “frutos do trabalho implantado, desde 1979, quando iniciou o processo de consolidação e expansão dos Centros Acadêmicos no âmbito da Universidade Federal do Amazonas”¹¹⁶⁹.

Em maio, Seráfico foi identificado pelo SNI misturado entre aqueles que participavam de manifestação promovida pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA) e pelo DCE, na Praça São Sebastião, no centro de Manaus. O evento se caracterizou por posicionamentos críticos ao “descaso das autoridades com a educação” e pela situação ruim em que se encontrava o restaurante universitário. Em seguida, os manifestantes saíram em passeata pelas ruas da cidade, portando faixas do PCdoB e gritando palavras de ordem contra a administração do reitor Roberto dos Santos Vieira e contra o ministro da Educação, Jorge Bornhausen¹¹⁷⁰.

Em 1988, quase dez anos após a Lei da Anistia, Seráfico novamente se candidatou ao cargo de dirigente máximo da UFAM, o que foi acompanhado e registrado pelo SNI em seus relatórios. A chapa “Democracia e Competência” trazia Seráfico como candidato a reitor, que propunha, como salientou o órgão de vigilância, buscar recursos não convencionais para financiar projetos de pesquisa e fixar políticas de recursos humanos para os docentes¹¹⁷¹. Pelo visto, a anistia não significou que Seráfico tenha deixado de ser visto como inimigo do Estado, nem mesmo fora ele esquecido pela vigilância após a redemocratização.

Agora voltaremos a falar de Flávio Salles, o personagem que abriu nossa narrativa. No tocante ao seu retorno, a ABE disseminou entre os demais “OIs” que a SPDDH e seu

¹¹⁶⁸ Informação nº 022/86/D2/CISA-BR, 04/06/1986, Ministério da Aeronáutica. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁶⁹ ACE nº 6096. Brasília, DF, 12/02/1986, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷⁰ ACE nº 6331. Brasília, DF, 15/05/1986, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷¹ ACE nº 7786. Brasília, DF, 27/10/1988, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Comitê pela Anistia “tiveram a oportunidade de realizar uma ‘festa’, no Aeroporto, por ocasião da chegada do ex-terrorista da ALN”, com faixas que saudavam seu retorno, usando “refrões comunistas”, que não paravam: “Abaixo a ditadura”, “Terrorista é a Ditadura, que mata e tortura” etc. Foram identificados no local Humberto Rocha Cunha, presidente da SPDDH; Manoel Alexandre Ferreira da Cunha, do Comitê pela Anistia; Armando Zurita Leão, fiscal de Tributos da Receita Federal, professor da Universidade Federal do Pará e presidente do Centro de Estudos e Debates Políticos, Econômicos e Sociais (CEDEPES); e Sérgio Antônio Martins Carneiro, vice-presidente do Norte da “proscrita” UNE¹¹⁷².

Figura 121 – Coordenador do núcleo paraense da Comissão Executiva Nacional da Luta pela Anistia, da qual a SPDDH fazia parte¹¹⁷³



Fonte:

A vigilância manteve seus olhos atentos aos passos dados pelo anistiado após seu retorno ao Brasil. Prova disso foi que a CISA informou ao SNI que, 14 dias após desembarcar em Belém, foi “detectada sua presença no Rio de Janeiro, durante manifestações na Cinelândia”, ação promovida pela UNE em repúdio à ocupação pela polícia do seu antigo prédio, na praia do Flamengo, e em memória do estudante Edson

¹¹⁷² Informe nº 0198/116/ABE/80. Belém, 21/03/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷³ ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 6, dez. 1978.

Luiz. O Ministério da Aeronáutica anexou ao documento uma fotografia de Flávio tirada no dia do seu desembarque¹¹⁷⁴.

Na verdade, o exilado já vinha sendo monitorado mesmo antes do seu retorno e sua presença havia sido notada durante uma reunião promovida pelo “Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil”, realizada no dia 16 de abril de 1978, em Lisboa, Portugal. A pauta era tratar da situação dos brasileiros em condição irregular de documentação, sendo orientado que estes buscassem o consulado do Brasil para solicitar a concessão de passaporte, “a fim de terem argumentos para impetrar mandados de segurança junto ao STF”. A CISA também remeteu esses dados ao SNI¹¹⁷⁵.

Após seu retorno, a vigilância ficou ainda mais atenta a seus passos. Em novembro de 1980, agentes de informações identificaram um panfleto distribuído em uma das missas celebradas pelo padre Bernardo Hoyos Montoya, da Paróquia do Coqueiro, em Belém, no qual eram enaltecidos “os atos terroristas do ex-exilado político”. O material enobrecia o “passado revolucionário” do ex-aluno da UFPA, destacando que “foi o precursor, no Pará, da utilização de autodefesa armada para combater a ditadura”. O manifesto dava boas-vindas ao anistiado, conclamando sua ajuda para derrubar a ditadura, usando as seguintes bandeiras: “ABAIXO A DITADURA”; “PELO DESMANTELAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA”; “PELA EXTINÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL”; “PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA”; “PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS”¹¹⁷⁶.

Em 1982, o ex-aluno teve seu nome relacionado ao do cônego Raul Tavares de Souza, professor assistente da UFPA, na época, à disposição do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI). O docente fazia parte do departamento de Filosofia da UFPA, além de lecionar no Colégio Nossa Senhora de Nazaré. O NABE apurou que o professor, “em suas aulas, costuma tecer críticas ao governo e às autoridades constituídas”, como havia ocorrido no Colégio Nazaré há pouco tempo. O SNI lembrou que, em 1969, o docente costumava frequentar a casa de Flávio¹¹⁷⁷.

¹¹⁷⁴ Informe nº 0165/CISA-RJ. Rio de Janeiro, 09/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷⁵ Informe nº 0119/CISA-RJ. Rio de Janeiro, 12/05/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷⁶ O documento foi assinado por várias entidades, entre elas a UNE, o DCE/UFPA, o Diretório Acadêmico do CESEP, o Diretório Acadêmico da FICOM e a Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA). Informe nº 2995/31/AC/80/SNI. Rio de Janeiro, 21/11/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷⁷ Informação nº 0825/19/ABE/1982. Belém, 10/09/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Nos anos seguintes, o ex-exilado foi citado em outros documentos produzidos pela vigilância, já sob o governo de José Sarney, portanto, após o fim do regime ditatorial: a Secretaria de Inteligência da Aeronáutica informou ao SNI, em setembro de 1988, que Flávio, o qual possuía “antecedentes negativos” naquela agência, havia viajado para Madrid em julho¹¹⁷⁸.

Os casos de Seráfico e Salles indicam a continuidade de práticas de controle, vigilância e repressão em seguida à distensão, à Lei de Anistia, à morte de César Moraes Leite e mesmo ao fim do regime em 1985. Só poderemos compreender tal realidade quando percebermos sob quais bases foi construído o processo de transição política no Brasil.

O candidato de Ernesto Geisel para o suceder na Presidência foi o então chefe do SNI, o general João Baptista Figueiredo, o qual tomou posse em março de 1979, recebendo o aparato repressivo praticamente intocado pelo seu antecessor, apesar de Geisel ter extinguido o AI-5 e ter realizado pequenas alterações na Lei de Segurança Nacional. Seguindo o projeto de transição democrática iniciado em 1974, o novo presidente passou a lidar com a questão da anistia em negociações que levaram em conta as consequências que ela traria tanto para o regime quanto aos seus opositores. Decretada em agosto de 1979, a Lei da Anistia assegurou que não houvesse “revanchismos”, uma vez que os militares envolvidos na repressão não poderiam ser punidos.

Quanto ao cenário político, Figueiredo teve de enfrentar grave crise financeira, estopim para a eclosão de várias greves pelo País. Assim como Geisel, não abriu mão do aparato repressivo para conter as greves e o movimento sindical, ao passo que a “Comunidade de Informações” insistiu em sua estratégia de desestabilização do processo de abertura, promovendo atos violentos contra jornalistas (Hélio Fernandes em 1979 e ABI em 1980), contra membros da Igreja Católica (bispo Dom Adriano Hipólito em 1979), contra bancas de jornais, que comercializassem periódicos subversivos, e contra líderes políticos rivais (Leonel Brizola em 1980)¹¹⁷⁹.

No dia 23 de agosto de 1976, um telefonema anônimo informava sobre bomba que iria explodir na estação de passageiros do aeroporto Val-de-Cans, mas tropas do I

¹¹⁷⁸ Informe nº 0191/88/220/AGINT-RJ. Rio de Janeiro, 26/09/1988. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁷⁹ O caso do Riocentro em 30 de abril de 1981 é sempre lembrado por denunciar a ação de forças repressivas descontentes com o processo político vivenciado naquele momento, ensejando, inclusive, pressão dentro do próprio governo para a apuração do caso (QUADRAT, 2000, p. 382-383).

Comando Aéreo Regional verificaram ser improcedente o alarme¹¹⁸⁰. Em Belém, no entanto, atentados causaram terror à população. Um dia antes que estilhaços voassem no estacionamento do Riocentro, duas bancas de jornais na capital paraense foram destruídas por bombas atiradas por militantes da Falange Pátria Nova¹¹⁸¹. Um mês após o atentado do Riocentro, o sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula, chegou à capital paraense para iniciar peregrinações em cidades do interior do Estado e declarou, a respeito do ocorrido: “as bombas não me amedrontam”¹¹⁸².

Em Belém, uma das bombas destruiu uma banca localizada na esquina das avenidas Magalhães Barata e Alcindo Cacela, o que fora testemunhado pelo vigia Benedito Saboia de Souza, que passava pelo local. O vigia contou à sua esposa, Emília Alves de Souza, que vira os elementos que cometeram o ato. Quinze dias depois do episódio, essa testemunha foi assassinada. A SPDDH classificou o ato como terrorismo e denunciou os nomes daqueles que estariam envolvidos em ações terroristas na capital e supostamente pertenciam ao CCC: Mário Franco e Rubinete Nazaré¹¹⁸³.

¹¹⁸⁰ ALERTA a bomba em duas capitais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1976.

¹¹⁸¹ BOMBA fere o DOI-CODI: Uma bomba explode no Rio, vitima dois militares e prenuncia uma explosão política que pode mudar o rumo do governo Figueiredo. **Veja**, São Paulo, p. 25, 6 maio 1981.

¹¹⁸² EM BELÉM, Lula diz que bombas não amedrontam. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 maio 1981.

¹¹⁸³ O artigo foi escrito por Raimundo Jinkings, vice-presidente da SDDH. TERROR em Belém. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 26, jun. 1981. Nacional, p. 4.

Figura 122 – Em Belém, bombas destruíram bancas de jornal no dia 29 de abril de 1981



Fonte:

Figura 123 – “Ato Público contra o terror”



Nota: no dia 14 de agosto de 1980, jornais alternativos, como *Resistência* e *Nanico*, e entidades democráticas realizaram em Belém ato público contra o terrorismo com visita à Assembleia Legislativa e discursos no comércio local. Atentados à bomba contra bancas de revistas em vários Estados brasileiros vinham sendo noticiados, mas, até esse momento, nenhum caso havia sido registrado na capital paraense (havia sido identificada apenas uma ameaça, apurada como falsa)¹¹⁸⁴.

¹¹⁸⁴ O Mês do terror. *Resistência*, Belém, ano III, n. 20, p. 5, jan. 1981.

Nas páginas anteriores, procuramos demonstrar que, mesmo após a anistia, velhos inimigos do regime continuaram sendo vigiados pelo SNI, o que precisa ser compreendido ante a luta obstinada da “Comunidade de Informações” contra a abertura política iniciada pelos dois últimos presidentes militares. Temerosos com a provável perda de poder, de cargos e de salários em um novo regime político, tentaram demonstrar que elementos ideologicamente perigosos ainda não haviam sido eliminados por completo.

Ao mesmo tempo, o governo militar, ciente da importância em se manter sob o controle do processo de distensão, optou por não desmantelar as “OIs”, porém conscientes de que era necessário mantê-las sob maior autoridade para evitar “incidentes” que poderiam desmoralizar o governo diante da opinião pública.

Ao mesmo tempo, havia interesses políticos em torno da continuidade dos serviços de informações e do seu fortalecimento no interior do regime. Octávio de Medeiros, ministro-chefe do SNI na era Figueiredo, gozava de muito prestígio junto ao presidente da República, sendo um dos seus principais conselheiros, em especial, desaconselhando avanços e precipitações em direção à abertura política. Mais: era elemento sempre citado nas listas dos possíveis sucessores ao cargo de chefe do Executivo federal, “sempre com nota de favoritismo para a hipótese de um endurecimento”. Se, por um lado, a predileção vinha da relação pessoal e profissional que construiu com João Baptista Figueiredo desde os primórdios do SNI, por outro, devia-se, principalmente, ao simples exercício da direção do “Serviço”.

Dos cinco chefes do órgão durante a era militar, nenhum deixou de colher frutos políticos: Golbery do Couto e Silva teve longa permanência na cúpula do poder desde 1964 e foi ministro do Gabinete Civil durante os governos Geisel e Figueiredo; Emílio Médici deixou o cargo para se tornar presidente da República; Carlos Alberto Fontoura foi acomodado na Embaixada do Brasil em Portugal; João Baptista Figueiredo, assim como Médici, saltou do cargo para se tornar chefe máximo do Executivo. “O Serviço costuma fazer presidentes”, noticiou certa vez a imprensa¹¹⁸⁵.

Medeiros poderia ter sido o terceiro a se tornar presidente, mas, claro, isso dependia da permanência do SNI como ator político importante dentro do regime, o que passava pela necessidade de continuar produzindo dados úteis sobre inimigos internos. De modo que passou a direcionar o trabalho do órgão nesses anos de incertezas.

¹¹⁸⁵ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

Parece-nos inverossímil, portanto, que a promulgação da Lei da Anistia tenha reconfigurado a atuação da “Comunidade” no que diz respeito à vigilância sobre os alcançados pela nova legislação. Pelo contrário, o que se viu foi a crença de que esses velhos inimigos constituíam maior ameaça ao regime, como demonstra documentação confidencial produzida no período: “a concessão da anistia permitiu o retorno de centenas de subversivos que se encontravam no exterior, seja como bandidos, seja como fugitivos da justiça”. Lamentou-se de que a todos esses foi “proporcionada recepção triunfal, com intensa cobertura da imprensa, como se fossem heróis”.

E mais: “nenhum desembarcou agradecendo o ato de benevolência do governo ou confessando-se arrependido dos atos praticados”. Ao invés disso, “voltaram prometendo continuar a lutar por seus ideais”, que nada mais eram, segundo a “Inteligência”, “a implantação de um regime totalitário marxista”. Acrescentou o CIE, nesse relatório, que, “como era previsto”, a anistia estimulou o “incremento das atividades subversivas e contestatórias”, dado que os “subversivos necessitavam ocupar os espaços que lhes foram concedidos” e sabiam que “não haveria repressão, já que não faria sentido o governo anistiá-los num dia e prendê-los no outro”¹¹⁸⁶.

O lamento da “Comunidade” é latente e denuncia que a vigilância, secretamente, não abandonou suas velhas práticas de hostilidade lançadas contra os inimigos que, naquele momento, retornavam à pátria como “heróis”.

Cito um exemplo: em agosto de 1979, depois de anistiados, os vereadores Glênio Peres e Marco Klassmann, tentaram reassumir seus cargos na Câmara Municipal de Porto Alegre. O general Antônio Bandeira, comandante do III Exército, ordenou que a polícia federal os prendesse. Quatro agentes seguiram os anistiados até o órgão e esperaram na rua, aguardando ordem de Brasília para efetuar a prisão, a qual não veio: o ministro da Justiça, Petrônio Portella, sustou o comando de prisão dado pelo general e evitou um incidente que poderia ter comprometido o processo de abertura¹¹⁸⁷.

Comento: temos insistido que houve a manutenção do aparato repressivo durante a “abertura política” e que esta foi uma ferramenta usada pelo regime para monitorar seus opositores, os quais passaram a “usufruir” mais garantias legais para exercer oposição ao Governo. Pode parecer um “paradoxo”, como já sugerido¹¹⁸⁸, que a manutenção da

¹¹⁸⁶ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁸⁷ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

¹¹⁸⁸ Motta (2014, p. 213-216).

repressão militar tenha coexistido durante o que se habituou compreender como um período de “afrouxamento” do autoritarismo, mas, como podemos perceber, os inimigos ressurretos ligaram o sinal de alerta dentro da “Comunidade”.

Isto posto, a análise da documentação sigilosa nos permite afirmar que o que se viu, a partir de então, foi a utilização pelo Estado brasileiro de procedimentos duvidosos contra seus adversários políticos. Digo de outra maneira: o Estado continuou espionando elementos já remidos, e isso nos faz crer que já não se vivia um estado normal, mas ainda um estado de exceção.

Quando olhamos para a historiografia, Daniel Aarão Reis Filho, por exemplo, assevera que a ditadura acabou em 1979, “com o fim dos Atos Institucionais e o restabelecimento das eleições, da alternância no poder, da livre organização sindical e partidária e da liberdade de imprensa”¹¹⁸⁹. A documentação aqui discutida nos leva a pensar de maneira diferente.

Na passagem da ditadura militar para a Nova República, não houve uma devassa no Brasil para revirar os escombros da repressão, pelo contrário, buscou-se a via da reconciliação e do silêncio. Não é de se espantar que a vigilância sob os inimigos da “Revolução de 1964” tenha permanecido ainda por longos anos. Em outras palavras, 1974, 1977, 1979, 1984 e 1985, datas consideradas como marcos definidores da transição política brasileira, devem ser usadas sempre com cautela, pois, nos bastidores do poder, sobretudo, no âmbito dos órgãos de vigilância, os quais não foram desmantelados, agentes do Estado continuaram colhendo informações a respeito de elementos considerados subversivos, mesmo aqueles beneficiados pela anistia política.

O deputado federal Hélio Duque (PMDN-PR) até chegou a apresentar projeto de lei à Câmara dos Deputados em agosto de 1985, o qual instituía a obrigatoriedade de o chefe do SNI prestar a qualquer das casas do Congresso Nacional, em caráter confidencial, informações sobre a atuação do órgão de informações.

Tais dados não poderiam ser divulgados, mas versavam sobre uma gama grande de assuntos, entre eles, abusos de poder praticados por funcionários do SNI. Algo semelhante acontecia com a CIA, sobre a qual o Senado norte-americano tinha poderes para fiscalizar sua atuação¹¹⁹⁰.

¹¹⁸⁹ Reis Filho (2010, p. 177).

¹¹⁹⁰ DEPUTADO quer que SNI tenha a obrigação de informar o Congresso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 120, 6 ago. 1985. 1º Caderno, p. 2.

Segundo apuramos, o Projeto de Lei nº 5999/1985, que alteraria a Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, que criou o “Serviço”, obteve parecer favorável pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa, mas acabou arquivado em 1987. Quem esperava que o SNI se moldaria ao regime democrático viu o órgão reproduzir a roupagem com a qual se apresentou durante a ditadura militar. O Poder Legislativo não conseguiu nem o controle sobre o órgão nem obter dados a respeito de sua atuação.

No regime democrático que vigorou a partir de 1985, o SNI podia receber cartas de deputados e senadores com as perguntas que quisessem fazer, o que não significa que as responderia. Cito alguns casos. O líder do PDS, Amaral Neto, solicitou que o SNI informasse quais dados desabonavam David Elkind para o cargo de presidente do BNDES, afinal, o veto só se justificaria se fossem conhecidas informações sobre condutas administrativas irregulares a respeito do elemento, que deveriam ser averiguadas pela Procuradoria-Geral da República.

O chefe do SNI, general Ivan Mendes, apenas respondeu dizendo que, conforme a Constituição Federal, o órgão era de assessoramento exclusivo da Presidência da República. O deputado José Eudes (PDT-RJ) protocolou requerimento para ter acesso aos dados mantidos pelo órgão em sua ficha de identificação. Não obteve qualquer resposta. “O regime é democrático, mas essa democracia é entre aspas”, vituperou o congressista. Amaury Müller, deputado pelo PDT-RS, buscou informações junto ao SNI a respeito da atuação dos “adidos especiais” nas missões diplomáticas brasileiras, que seria, segundo o pedetista, “autênticos espiões”. Obteve a seguinte resposta: “por envolver segurança nacional, esse é um assunto reservado”¹¹⁹¹.

“As relações entre o SNI e o Poder Legislativo, na opinião de todos os parlamentares que tentaram alguma aproximação, continuam tão frias quanto na Velha República”, noticiou a imprensa. Opinião diferente tinha Sebastião Curió (PDS-PA), o qual ingressara por quase vinte anos os quadros do “Serviço”. O pedessista se gabava de obter respostas que queria e quando queria, de ter acesso fácil ao chefe do SNI e de contar com informações privilegiadas produzidas pelo órgão para levar denúncias ao Plenário.

¹¹⁹¹ SNI não responde a deputados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 73, 20 jun. 1986. 1º Caderno, p. 2.

O deputado João Cunha (PMDB-SP) também tinha acesso aos arquivos do SNI acerca de adversários políticos, segundo noticiado¹¹⁹². É interessante como um mesmo órgão, mantido com recursos públicos, atuasse de maneira diversa e atendesse a requisições também de forma diferente, conforme o solicitante.

Perto do fim, quero apresentar mais um dado. Circulou, dentro da “Comunidade”, em abril de 1980, documento que elucida como os ocorridos em 1979 foram vistos internamente pela inteligência, ou seja, pelas áreas que nutriam a cúpula do poder de informações sobre tudo, ou quase tudo, o que ocorria no País e no exterior que poderia representar algum antagonismo ao regime. No relatório, lamentava-se que “não se procedeu a uma revisão dos atos soberanos da revolução, apenas foram extintos”.

E ainda, “todos aqueles que pretendiam implantar um regime espúrio, aliados a extremistas e criminosos, pegando em armas, assaltando, roubando, sequestrando e matando” passaram a desfrutar de “total liberdade por terem sido apagados de suas vidas os crimes praticados”. Assim, concluiu, assistia-se a “banidos, cassados, exilados e simples criminosos atuando na política partidária”. E, “na área da subversão”, estavam “sendo recompostos os quadros com o retorno de seus membros do exterior ou da clandestinidade”¹¹⁹³.

Para nós que acreditamos na permanência na sociedade brasileira de um autoritarismo herdado do regime militar e na continuidade de práticas antidemocráticas insepultas, esse documento serve para nos elucidar o “porquê” de o processo de consolidação da democracia no País ainda sofrer tantos entraves. Foram longos anos de regime de exceção seguidos de uma transição lenta, gradual e segura, controlada pelos militares e civis com eles aliançados, os quais garantiram uma anistia nem ampla, nem geral, nem irrestrita, mas recíproca¹¹⁹⁴.

Resultado disso tudo foi que não rompemos com o passado autoritário que insistentemente é reaquecido quando uma crise política irrompe. Projetos políticos que se sorvem ainda na propalada “Revolução de 1964” são recidivas da ditadura militar e escancaram uma identidade política ainda pouco afeita a valores democráticos.

¹¹⁹² SNI não responde a deputados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 73, 20 jun. 1986. 1º Caderno, p. 2.

¹¹⁹³ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹⁹⁴ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 45-46.

A permanência do controle e da vigilância sobre anistiados, quase dez anos após a promulgação da Lei da Anistia, denuncia as marcas de uma transição política que não procurou deixar para trás práticas antidemocráticas no fazer político. A inquietação demonstrada pelos agentes de informações perante a nova dinâmica política que se configurava, somada aos indícios de que à vigilância não se impôs uma interrupção das velhas práticas adotadas para vigiar inimigos políticos, denota que a “Comunidade” conseguiu se acomodar na alvorada da Nova República e ali achar um lugar seguro sem grandes constrangimentos. Não há também indícios de que tenha ocorrido qualquer tipo de “expurgo às avessas”, ou que seu trabalho tenha sido interrompido ao longo desse período.

Em 1989, o general Hélio Lemos, o qual fora o primeiro chefe de Gabinete do SNI, destacou que, desde 1964, o órgão distorceu suas funções, concorrendo para que pessoas, sem direito de defesa, fossem levadas ao banco dos réus, ou processadas ou afastadas de seus empregos. Além daqueles que acabaram exilados, sem que sua culpa fosse comprovada ou que as leis vigentes fossem observadas.

O general foi exonerado do cargo no SNI a pedido do marechal Castello Branco, em seguida aquele ter sido um dos agentes de informações designado pelo Planalto para apurar denúncias a respeito do governador do Estado de Goiás, Mauro Borges. Hélio Lemos discordou sobre a intervenção promovida pelo Governo Federal naquele ente federativo¹¹⁹⁵. Ao que parece, o desvio de função foi prática dentro do órgão antes da reconfiguração política projetada pela distensão.

4.4 “Ascenso revolucionário do movimento estudantil (ME)”. A vigilância no pós-1985

Não seria razoável pensar que essa estrutura e essa inclinação para espionar quem quer que fosse seriam facilmente estremecidas pelos ventos de “abertura” que começaram a soprar em 1974. É decerto essa característica de espalhamento entre os diversos setores da sociedade e de seu alcance nos estratos de poder, em movimento vertical como vimos aqui, que tornaram a repressão uma criação do autoritarismo difícil de remover do Estado brasileiro, sobretudo, por ter se mostrado, politicamente, útil para o regime em contextos políticos diversos.

¹¹⁹⁵ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989.

Usar agentes estatais para levantar informações desabonadoras sobre políticos adversários, por exemplo, não parece uma prática abandonada até hoje. Aloysio Chaves já havia se tornado um agente político relevante, e as disputas de poder dentro da ditadura militar se “confundiam” propositalmente à luta interna contra inimigos do Estado. Esse uso desviante das ferramentas de inteligências foi um dos itens do Estado de exceção que sobreviveram ao processo de abertura democrática, visto que, após 1985, continuou existindo enquanto política estatal recorrente, mesmo no retorno dos civis ao poder.

A questão é que a volta dos civis não significou o fim da presença militar na vida política, de tal modo que a manutenção da espionagem estatal (órgão organizado em torno da figura de membros proeminentes das Forças Armadas) denuncia essa conjuntura.

A preservação de práticas repressivas no Brasil em seguida ao fim da ditadura indica que, para que haja uma ruptura com nosso passado de violência político-ideológico, é necessário mais do que uma nova Constituição Federal (1988) ou a revogação da legislação autoritária produzida entre 1964 e 1985, a exemplo da LSN.

O tempo mostrou que tais medidas, não obstante necessárias, foram insuficientes para romper com uma cultura política intolerante, alimentada pelo regime militar durante duas décadas. Mais que isso, é mandatório construir um ambiente político democrático, escarafunchar o passado e responsabilizar, moralmente, os culpados pelas arbitrariedades cometidas, posto que a responsabilização criminal é impraticável atualmente.

Por óbvio, tal demanda está condicionada às demandas do presente, embora esteja longe de ser uma demanda inédita. A jornalista Ana Lagôa publicou artigo, em junho de 1986, com o título “O destino do SNI”, tratando daquilo que julgava ser uma herança que precisava ser revista. O texto lembrou que o SISNI foi se organizando durante o regime autoritário até se estabelecer em uma intrincada malha de agências e agentes, cujo objetivo principal era identificar e combater o chamado “inimigo interno”, aquele que a Doutrina de Segurança Nacional passou a relacionar com a subversão. “Agigantou-se para atender ao anseio do governo militar em controlar a política e a vida dos cidadãos”.

O SISNI reuniu agentes, equipamentos, verbas, órgãos e fichas, chegando a ter 20 mil servidores e uma catalogação de 250 mil pessoas consideradas “inimigas” do Estado. “Essa malha chegou intacta à Nova República e em evidente contradição com as propostas democratizantes do novo governo civil”.

O ensaio defendia que Geisel apenas acenou para mudanças aparentes no Sistema de Informações após eventos que exibiram negativamente o funcionamento do aparelho de repressão, mas a Comunidade de Informações não passou a um controle efetivo por

parte do Governo, muito menos da sociedade civil. Após a Lei de Anistia e o reinício das atividades típicas de um regime democrático, as prisões por motivos políticos foram se escasseando, o que fora anunciado como evidência de alterações no sistema. Acontece que a abertura significou a redefinição do “inimigo interno”, o qual ia ocupando as praças e conquistando a legitimidade e a legalização de sua atuação perante o sistema político¹¹⁹⁶.

O que se viu, na prática, foi a destruição de arquivos das “OIs” e mudanças de nomes e siglas (de “Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica” para “Centro de Informações da Aeronáutica”, por exemplo). A jornalista já chamava atenção para as continuidades presentes na Nova República, como a permanência da ideia de Segurança Nacional e os “interesses do Estado”. “Entre as promessas de Tancredo Neves¹¹⁹⁷ e o que realmente está acontecendo há uma distância considerável”, argumentou à época.

O chefe do SNI continuava sendo um militar, não se tinha controle dos remanejamentos que levariam de volta aos quartéis os agentes de informação, não se sabia de contratação de civis, a não ser em casos esporádicos, não se tinha notícia sobre a redução de efetivos, tampouco sobre o orçamento do Sistema de Informações. Com a mudança de governo em 1985, as (poucas) medidas tomadas nessa área foram “ambíguas”.

O recolhimento dos arquivos das agências setoriais e regionais do SISNI, aparentemente para proteger os elementos fichados, fez “desaparecer” duas décadas de atividades secretas a serviço do regime. O recolhimento de material de trabalho alocado na sede do SNI em Brasília afastou provas importantes no momento em que a oposição passou a ocupar cargos no governo. O anúncio de redução do efetivo não podia ser bem avaliado, pois não se sabia qual era esse efetivo, ou se realmente foram realizados cortes. “O CENIMAR anuncia que limpou seus arquivos, ou seja, apagou sua triste história”.

A jornalista defendia, em 1986, que o conceito de “inimigo interno” fosse abolido, ao passo que a sociedade civil – “vista até hoje como inimiga do Estado” – deveria assumir o seu verdadeiro lugar. “O Estado, então, se apresentaria como expressão pública

¹¹⁹⁶ LAGÔA, Ana. O destino do SNI. **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 16-18, jun. 1986. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451986000200003>

¹¹⁹⁷ Tancredo tinha apoio de militares graduados que defendiam mudanças no SNI, voltando a ser órgão de assessoramento do presidente da República em temas como grandes problemas nacionais e a situação mundial. O presidenciável chegou a discutir a ideia de diminuir o tamanho do “monstro” e designar para o cargo de chefe do órgão um general de divisão (três estrelas), e não um general de exército (quatro estrelas), como sempre ocorreu. A ideia não prosperou e, no Governo Sarney, que substituiu o presidente eleito após sua morte, o ministro-chefe do SNI continuou sendo um de quatro estrelas. TANCREDO ia evitar a bisbilhotice. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 315, 21 fev. 1988. 1º Caderno, p. 4.

da sociedade civil e estaria a seu serviço. E não mais seria o seu algoz”. O texto concluiu tratando sobre a existência dos serviços de inteligência, questionando a necessidade de que eles se formassem dentro dos limites da instituição militar. “Por que o presidente da República precisa de um contingente militar desconhecido para se informar do que se passa no país?”. E mais: “não há quadros civis que possam assessorá-lo com informações e análises da realidade brasileira?”¹¹⁹⁸.

Passaram-se mais de trinta anos e parece-nos que essas questões poderiam ser formuladas atualmente e suas respostas continuariam em aberto. As documentações que analisaremos a seguir dão conta dessa continuidade apontada pela jornalista, ainda que seja resquício de provas que atestam a permanência do controle e da vigilância após 1985, considerando que parte desse material “se perdeu”, ou, para ser mais claro, foi eliminado pelos agentes da ditadura quando o regime começou a ruir¹¹⁹⁹.

São lacunas que foram deixadas pelo ato deliberado de destruição perpetrado pelas autoridades durante o regime autoritário. Somente em um relatório consultado, são listados 244 documentos destruídos. É uma memória do arbítrio que se foi para que se fosse construída outra narrativa a respeito da ditadura e da transição política no Brasil e, em especial, para que os “OIs” permanecessem atuando secretamente em nossa “democracia” e sem embaraços. “Democracia” entre aspas, dado que um regime verdadeiramente democrático não é compatível com práticas de espionagem executadas pelo Estado contra desafetos políticos.

De todo modo, os rastros da repressão não apagados são suficientes para afirmar que o Sistema de Informações, criado em 1964 pelo presidente Castello Branco, resistiu e persistiu após a mudança de regime. Citemos alguns exemplos.

A Secretaria de Inteligência da Aeronáutica produziu informação, em janeiro de 1991, acerca da “infiltração de militantes de organizações de esquerda no INCRA”, difundindo esse material à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) – criada para receber o espólio do SNI –, atendendo à solicitação feita por esse novo órgão. O documento trazia nomes de funcionários do INCRA que, “de alguma forma, estiveram (ou estão) comprometidos com organizações/entidades ideologicamente alinhadas, em diferentes graus, com o Movimento Comunista Brasileiro (MCB)”. Em complemento à

¹¹⁹⁸ Lagôa (1986).

¹¹⁹⁹ Em junho de 1983, por exemplo, o SNI produziu relatório discriminando documentos que haviam sido destruídos naquele momento, datados de 1969 a 1971. Dentre eles, havia documentos a respeito de Flávio Augusto Neves Leão Salles. Informação nº 172/70/ABSB. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

relação de funcionários, foram reunidos, no documento, também alguns posicionamentos de organizações de esquerda relativos à execução da Reforma Agrária.

Entre os elementos identificados pela vigilância, destacamos dois. Raimundo Pedro Marques da Conceição, “estudante desligado da UFPA, atingido pelo Decreto-Lei nº 477/MEC, por desenvolver atividades subversivas no âmbito estudantil (1969)” e nomeado, em 1989, procurador designado para exercer a função de confiança de assessor do superintendente Regional do INCRA no Estado do Pará.

E Donato Cardoso de Souza que, segundo levantou a área de inteligência da aeronáutica, “assinou manifesto em favor da Revolução Cubana (1961)” e era “militante, em Belém/PA, do movimento comunista no setor estudantil (1967)”. Foi assinalado que Donato pertenceu ao “4º Grupo Tático Armado da ALN (Comando Norte)”, o qual executava plano terrorista “constituído de assaltos a casas bancárias, firmas comerciais, empresas de transportes, residências dos comandos militares e unidades das Forças Armadas (1970)”, mas que também havia escrito um artigo publicado pelo *Diário do Pará* em outubro de 1982, defendendo “a aplicação da lei a torturadores que se destacaram no combate à subversão nas décadas de 1960 e 1970”.

Em 1989, escreveu uma carta ao general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI, solicitando a retificação de informações constantes em seu prontuário, alegando que nunca pertencera ao Partido Comunista e à Aliança Libertadora Nacional, nem promovera reuniões subversivas em seu escritório ou participara de esquemas de ação armada a casas bancárias e residências militares. Os possíveis contatos com subversivos decorreram, segundo ele, de suas atividades profissionais, como jornalista e advogado¹²⁰⁰.

Não podemos deixar de perguntar: a que interessava a SAE, a herdeira do SNI, em 1991, informações sobre elementos supostamente ligados a atividades contestatórias, diga-se, de orientação de esquerda, de elementos ligados à administração pública federal?

Era um incômodo manter dentro da estrutura administrativa um órgão criado logo após o Golpe de 1964 com o intuito de perseguir opositores da ditadura. Resultado: Fernando Collor, sucessor de José Sarney, como havia prometido em campanha, extinguiu o SNI através da Medida Provisória nº 150 de 15 de março de 1990¹²⁰¹,

¹²⁰⁰ Informe nº 020/91/000/SECINT. Rio de Janeiro, 24/01/1991. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁰¹ BRASIL. Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 169, 15 mar. 1990.

passando à SAE o papel de figurar como órgão de assistência direta e imediata ao presidente da República, criada com a finalidade de:

[...] exercer as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho de Governo, desenvolver estudos e projetos de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território e opinar sobre o seu efetivo uso, fornecer os subsídios necessários às decisões do Presidente da República, cooperar no planejamento, na execução e no acompanhamento de ação governamental, com vistas à defesa das instituições nacionais, coordenar a formulação da Política Nacional Nuclear e supervisionar sua execução, salvaguardar interesses do Estado, bem assim coordenar, supervisionar e controlar projetos e programas que lhe forem atribuídos pelo Presidente da República [...]¹²⁰².

Resta saber em qual dos elementos citados acima se encaixaria o levantamento de informações sobre militantes de esquerda, que lutaram contra a ditadura militar no âmbito estudantil. Em outras palavras, qual seria a relevância desse dado para a tomada de decisão do chefe do executivo? Estaria a SAE salvaguardando os interesses do Estado, quando informasse ao presidente da República, no caso, Fernando Collor, a respeito da militância estudantil de Raimundo Pedro Marques da Conceição, ex-aluno da UFPA atingido pelo Decreto nº 477, estando ele, naquele momento, exercendo cargo em uma instituição federal? Respostas a essas indagações só poderão ser, razoavelmente, respondidas se fosse para nós mais clara a função dos órgãos de inteligência na vigência de regimes democráticos, os quais, até hoje, não passaram por situações de grave ameaça externa que justificassem essa forte preocupação com forças adversas, elemento tão presente na legislação que regula esses órgãos e justifica sua constante ampliação ao longo dos anos.

Quanto às questões acima, só nos resta sugerir que, após os governos militares, a espionagem sobre elementos ligados às contestações promovidas por grupos de esquerda continuou fazendo parte daquilo que se chamou de “defesa das instituições nacionais” e de salvaguarda “dos interesses do Estado”. Pelo menos, é isso que aparece no rol de atribuições legais da área de inteligência durante o Governo Collor. Caso essa resposta não seja satisfatória, só resta aceitar que o Estado fez uso diverso do previsto em lei para esse aparato, conforme se pode ver em outros casos.

Ainda que o aparelho repressivo de caráter mais público tenha sido enfraquecido com o transcurso da abertura, não seria infundado pensar que, mesmo após 1985, a

¹²⁰² BRASIL. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 169, 12 out. 1990.

“Inteligência”, operando em sigilo, tenha continuado a interferir na vida acadêmica universitária, ainda que indiretamente, pois os dados produzidos poderiam servir de subsídios para as ações e intervenções políticas do governo federal nessas instituições, mesmo sob a vigência de um regime “democrático”.

Dizendo de modo mais claro, o cotidiano da vida acadêmica universitária permaneceu no “radar” de assuntos relevantes do governo federal após o fim da ditadura militar e os órgãos de informações continuaram sendo usados para produzir dados sobre esse espaço. A posse de José Sarney representou o fim do ciclo de presidentes militares iniciado em 1964, mas não significou o fim do projeto de poder que se instalou naquele “31 de março”, cujos inimigos políticos continuaram monitorados pela inteligência em caráter sigiloso.

O escritório do SNI em Belém, poucos dias após a investidura de Sarney no cargo, produziu relatório confidencial sobre a “infiltração comunista nos diversos setores de atividade” no Estado do Pará, atendendo a pedido da Agência Central do Serviço, a qual acreditava existir um plano comunista de utilizar a via pacífica ou institucional para a “chegada ao poder” no Brasil. O órgão acreditava que os agentes se infiltravam nas áreas de serviço público e que um possível agravamento do quadro socioeconômico, naquele momento, poderia “gerar insatisfações populares cada vez maiores”, que se constituíam “no objeto do qual se utilizariam os comunistas para insuflar a população do país, visando à conquista do poder”.

O SNI determinou, portanto, que as demais agências espalhadas por todos os Estados deveriam acompanhar o trabalho de “infiltração comunista em todos os segmentos da sociedade brasileira” através de um “trabalho de acompanhamento contínuo e sistemático e remeter os dados logo que obtidos”. Quaisquer novos casos de infiltração deveriam ser identificados e informados. A pesquisa na área foi realizada e, conforme apurado, a UFPA era o local com maior número de agentes comunistas infiltrados¹²⁰³.

¹²⁰³ ACE nº 5276/85, Confidencial, SNI. Belém, 22/03/1985. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Figura 124 – Segundo o SNI, esse era o quadro de infiltração comunista no Pará em 1985**I - INFILTRAÇÃO COMUNISTA NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA E INDIRETA**

ORGÃO	OS							
	PCB	PC DO B	PRC	MR-8	CS	MEP	INDEP	TOTAL
BACEN	01	-	-	-	-	-	-	01
BANCO DO BRASIL	-	01	-	-	01	-	-	02
BASA	09	-	-	-	-	-	01	10
CEF			01	01	-	-	-	02
CNPQ-MUSEU	01	01	-	-	-	-	-	02
ELETRONORTE	-	01	-	-	-	-	-	01
ETFPA	-	-	-	-	01	-	-	01
INAMPS	-	01	-	-	-	-	-	01
PETROBRÁS	01	-	-	-	-	-	-	01
UFPA	11	02	02	08	02	-	-	25
TOTAL	23	06	03	09	04	-	01	46

Fonte:

Figura 125 – “Comunistas” identificados pelo SNI atuando na UFPA em 1985

- UFPA -
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

PCB
ADÃO BACHEGA
ELSON LUIS ROCHA MONTEIRO
JOAQUINA BARATA TEIXEIRA
JOSÉ CIRÍACO PINHEIRO
MANFREDO XIMENES PONTE
PAULO SÉRGIO DE SOUZA GORAYEB
ROBERTO RIBEIRO CORRÊA
ROMERO XIMENES PONTE (Licenciado - Dep Est)
RUI GUILHERME PARANATINGA BARATA
TELMA DE CARVALHO LOBO
ZULEIDE PAMPLONA XIMENES PONTE

PC DO B
LEILA MOURÃO MIRANDA
REDYNE MATOS DE SOUZA

PRC
GERSON LÚCIO GOMES DOMONT
MANOEL ALEXANDRE FERREIRA DA CUNHA

MR-8
AMARÍLIS IZABEL TUPIASSU SAMPAIO
FLÁVIO AUGUSTO SIDRIN NASSAR
GOTTFRIED STOCKINGER
JOSÉ AKEL FARES FILHO
MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO (Licenciado - Dep Est)
NORBERT FENZL
RAIMUNDO NETUNO NOBRE VILLAS
THOMAS MITSCHER

CS
JOÃO BATISTA OLIVEIRA DE ARAÚJO
FRANCISCO ANTONIO CAVALCANTE FILHO

Fonte:

Comento: assim que o governo de José Sarney foi iniciado, o SNI, órgão diretamente ligada à Presidência da República, emitiu ordem para que suas filiais colhessem dados a respeito da “infiltração comunista” no País. Isso, ao mesmo tempo em que, segundo Palácio do Planalto, “as atividades do SNI deixaram de ter caráter político e ideológico que desfrutavam na Velha República”¹²⁰⁴. Discurso e realidade diferiram, como podemos apreender da análise de documentos sigilosos produzidos à época.

¹²⁰⁴ PARECER de Saulo Ramos reserva a Sarney acesso às informações do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 193, 18 out. 1986. 1º Caderno, p. 7.

A eleição indireta de Tancredo, compondo chapa com o ex-presidente do PDS, José Sarney, confirmou o processo de abertura sob o controle da cúpula militar, que deixava o Governo, mas não deixava o poder. A figura política do presidente eleito, moderado e com bom relacionamento nos mais diversos grupos e partidos, fazia dele o nome ideal para a continuidade da transição.

Em contrapartida, a morte de Tancredo levou Sarney ao Planalto, um conhecido político civil do grupo de apoio ao regime militar. Sua posse, afiançada pelos militares reunidos em torno do general Leônidas Pires Gonçalves (SNI), ao tempo que encerrava o ciclo de presidentes generais, manteve coesa e fortalecida a instituição militar, a qual foi capaz de continuar atuando no processo de descentralização política.

Sarney alocou, em postos de ministros, alguns militares que, mesmo sem filiação partidária, tinham força no governo. Permitiu também a continuidade de seis ministros militares do Governo anterior (ministro do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, ministro-chefe do EMFA, ministro-chefe da Casa Militar e ministro-chefe do SNI). Apesar de avalizada pelos militares, o pacote de medidas democráticas enviadas ao Congresso Nacional pelo presidente civil despertou preocupação interna, por parte da Escola Superior de Guerra, por exemplo, que manifestava reservas em relação à democratização, sobretudo, quanto à migração de antigos inimigos (terroristas, subversivos e guerrilheiros) para agremiações de oposição.

Em outras palavras, dever-se-ia abrir o sistema político para aqueles que tinham “como consenso na vida política os Objetivos Nacionais Permanentes da ESG”, ou seja, aqueles que eram “comprometidos com os ideais de 1964”. Tal inquietação não seria descabida, considerando que, em 1985, foram realizadas eleições municipais em todo País, a qual seria seguida, em 1986, de eleições para governadores e deputados constituintes, responsáveis pela nova Carta Magna, que definiria o futuro das Forças Armadas.

O fracasso do plano cruzado, seguido de crise política, levou Sarney a se apoiar nas Forças Armadas cada vez mais ao longo do seu governo. Estavam ali configurados os primórdios de uma “democracia tutelada”, na qual os militares não exerciam diretamente o governo, mas continuavam “pairando como ‘sombras ameaçadoras’ sobre o sistema político”. Mesmo com o fim da ditadura militar, essa estrutura foi possível na medida em que houve a “preservação de relações assimétricas entre civis e militares”, em que as Forças Armadas mantiveram seu papel tutelar, papel esse justificado e legitimado na ESG, lócus ideológico de sustentação do regime autoritário. Como resultado, no

processo constituinte, através de seus interlocutores, as Forças Armadas puderam fazer *lobby* para assegurar seus antigos poderes na nova Constituição Federal, ou seja, a função interventora, a subordinação limitada ao chefe de Estado e a preservação dos ministérios militares¹²⁰⁵.

Fazendo uma análise sobre o papel das Forças Armadas na política brasileira durante a “Nova República”, de José Sarney até Fernando Henrique Cardoso, é notável a percepção de duas características: uma é a baixa contestação militar, a outra é a manutenção de altas prerrogativas militares. Estas últimas implicam na inexistência de controle civil democrático sobre os militares, o que gera uma “acomodação civil desigual”, podendo ensejar instabilidade política, caso um governo civil decida erradicar tais estruturas.

O resultado disso é que existe, na realidade, um sistema “não democrático”, resultante de um “golpe branco”. A ausência de contestação militar não quer dizer que os militares “voltaram aos quartéis”, mas, por outro lado, pode ser uma evidência da sua expressiva participação na tomada de decisões políticas. Esse cenário pode ser chamado de “democracia tutelada”, visto que persistem as prerrogativas militares, aquelas áreas as quais militares assumem ter adquirido privilégios de governar, bem como de possuir um papel em espaços extramilitares dentro do Estado, ou mesmo, de estruturar as relações entre este e a sociedade civil.

A democracia brasileira é, demasiadamente, conservadora com os interesses castrenses e os governos se sentem constrangidos em mudar tal condição, enquanto esse constrangimento é elemento muito pouco democrático. Em outras palavras, “ainda temos uma transição incompleta”¹²⁰⁶.

Uma transição que assistiu ao grupo que golpeou a democracia em 1964 e impôs com violência uma ditadura durante 21 anos se amoldar ao cenário político que, pelo

¹²⁰⁵ SANTOS, Everton. Ideologia e Dominação: a ESG e a Transição Democrática no Brasil (1974-1989). *História Unisinos*, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 91-104, jan./abr. 2007.

¹²⁰⁶ Jorge Zaverucha escreveu sobre essa questão em 1998. Assim terminando seu texto: “o ponto de não-retorno ao autoritarismo ainda não foi atingido pela frágil democracia brasileira que, por sinal, ainda não passou pelo teste da oposição assumir o poder. Pelo que foi aqui apresentado, não há indícios promissores de que conseguiremos passar de um governo democrático para um regime democrático a curto ou médio prazos”. XXI International Congress of the Latin American Studies Association. Sarney, Collor, Franco, Cardoso and the Military’s Prerogatives. 1998. (Congresso). ZAVERUCHA, Jorge. As relações civil-militares durante o primeiro Governo pós-transição: uma democracia tutelada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.L.], n. 26, p. 162-178, 1994. Além de Zaverucha, o tema também foi tratado por Felipe Demier: DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

menos teoricamente, deveria construir uma identidade política contrária ao regime que se findava. Não foi o que ocorreu.

O novo chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, chegou a declarar que tanto ele quanto Sarney preferiam que o cargo de chefe da AC, principal célula dentro do “Serviço”, fosse ocupado por um general da ativa¹²⁰⁷. Lembro-me de que a função não tinha caráter estritamente militar e não era privativa de generais militares da ativa. De resto, a “reformulação” do SNI publicada pela imprensa, em suma, significou a exoneração de generais dos cargos inferiores, que foram substituídos por coronéis. Nessa dança das cadeiras, os generais de brigada Roberto Pacífico e Ary Carracho, chefes da Agência Regional do Rio de Janeiro e vice-chefe da Agência Central, respectivamente, foram exonerados. Porém, os cargos de chefe do SNI, chefe da AC e diretor da EsNI continuaram ocupados por generais¹²⁰⁸.

A persistência da militarização do SNI no Governo Sarney é, certamente, visível. No dia 19 de março de 1985, o presidente eleito, em exercício, assinou um decreto secreto, método criticado e denunciado pelo líder do PDS, deputado Prisco Vianna. O texto de número 20 revogava um dispositivo, também secreto, de 11 de dezembro de 1980, o qual determinava que apenas generais poderiam ocupar os cargos de chefes das agências do Rio de Janeiro, São Paulo e a subchefia da Agência Central, localizada em Brasília. O caso insuflou a imprensa mais pelo grau de sigilo imposto ao documento do que pelo seu conteúdo. “A Nova República continua usando os instrumentos da Velha República”, objetou o deputado à época¹²⁰⁹.

No entanto, o que é de mais sugestivo no caso foi o fato de que o Governo, apenas poucos dias após assumir o comando, preocupou-se em estender o privilégio de ocupar cargos de alta chefia do SNI a oficiais superiores em geral, o que, no final das contas, facilitou a ascensão de militares dentro do órgão.

Em outras palavras, não houve uma reestruturação do órgão, a exemplo do que ocorreu no período pós-ditadura na Argentina, quando o presidente Raúl Alfonsín, praticamente, extinguiu o serviço de informações local e substituiu todo o pessoal

¹²⁰⁷ AGÊNCIA Central do SNI tem novo chefe até dia 15. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 208, 2 nov. 1985. 1º Caderno, p. 4.

¹²⁰⁸ SNI tira generais e põe coronéis em suas chefias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 344, 8 mar. 1985. 1º Caderno, p. 3.

¹²⁰⁹ SARNEY assina decreto secreto e PDS o leva a quebrar sigilo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 348, 26 mar. 1985. 1º, p. 4.

antigo¹²¹⁰. No Brasil, houve a prática de adaptação da espionagem dentro do contexto da Nova República. E a tirar também pelas palavras de Geisel, o penúltimo presidente militar, sobre o desempenho de José Sarney e a relação deste com as Forças Armadas, os fardados se sentiram acolhidos pelo novo chefe.

Ernesto Geisel, em almoço com o primeiro ministro do Exército na era civil, Leônidas Pires de Castro, proferiu elogios ao papel de Sarney à frente da transição e defendeu apoio ao Governo. Geisel, que ainda gozava de prestígio junto às Forças Armadas, afirmou que Sarney usufruía de um “respaldo militar que nenhum dos governos dos últimos vinte anos teve”, classificando essa situação “como uma grande sorte”. Conforme noticiado pela imprensa, os militares estavam coesos em torno do ministro do Exército, “que tem agido com lealdade a Sarney”¹²¹¹.

O que houve, em seguida à posse de José Sarney, foi a acomodação do SNI na nova realidade política que se configurava. Em vez de eliminar o órgão de informação e construir um sistema de inteligência¹²¹², o que seria mais adequado para o regime democrático, o novo Governo o manteve e procurou recuperar sua imagem diante da opinião pública, já bastante comprometida após os escândalos vazados nos anos anteriores envolvendo a cúpula do “Serviço”.

No início da “Nova República”, houve promessa de que o SNI passasse a dedicar mais tempo às investigações de casos de corrupção, talvez uma das iniciativas para trazer empatia ao órgão e para o compatibilizar com a transição democrática¹²¹³.

Conforme o que saiu na imprensa, poucos meses à posse de Sarney, o Palácio do Planalto, auxiliado pelo órgão, elaborou lista sigilosa de pessoas, indicadas pelo PMDB e pelo PFL para cargos ao Governo, envolvidas em irregularidades administrativas. Um dos assessores do presidente da República declarou que tais nomes seriam vetados pelo chefe do Executivo¹²¹⁴. O SNI foi além e anunciou que pretendia conceder a cada cidadão

¹²¹⁰ SNI quer levar estudo ao presidente eleito para evitar extinção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIX, n. 263, 28 dez. 1989. 1º, p. 2.

¹²¹¹ GEISEL acha que Sarney conduz bem a transição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 208, 2 nov. 1985. 1º Caderno, p. 4.

¹²¹² Essa proposta foi formulada pelos Secretários de Justiça dos Estados ao presidente eleito Tancredo Neves. Entre os signatários, constava Itair Sá da Silva, secretário da Justiça do Pará. SECRETÁRIOS de Justiça propõem extinção do SNI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 fev. 1985.

¹²¹³ HONRADOS corruptos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 58, 5 jun. 1985. Opinião, p.11.

¹²¹⁴ SNI ajuda a preparar lista dos envolvidos em irregularidades. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 77, 25 maio 1985. 1º Caderno, p. 3.

acesso à ficha pessoal a seu respeito mantido no órgão, claro, sem que isso significasse acesso a todo o arquivo mantido pelo “Serviço”¹²¹⁵.

Essa demanda fizera parte do debate público em torno do papel do órgão na “Nova República”, e até a CNBB pressionou para que se desse livre acesso aos cidadãos das fichas compiladas pelo órgão e para que cada brasileiro pudesse verificar e corrigir os dados de sua ficha pessoal¹²¹⁶. Com efeito, a desclassificação dos documentos secretos, produzidos pelo SNI, ocorreu apenas 25 anos depois, situação determinante para que velhas práticas autoritárias não fossem eliminadas.

Em outra fonte, um ministro do governo confirmou que o SNI estava atuando no sentido de fornecer ao presidente dados sobre candidatos a cargos na máquina administrativa¹²¹⁷. Quando foi indicado para chefiar o SNI, ainda quando Tancredo Neves estava vivo, o general Ivan de Souza Mendes anunciou que não permitiria que o órgão gravasse mais conversas telefônicas, um dos aspectos que manchava o “Serviço” durante o regime militar.

Segundo noticiado na imprensa, estava o general “interessado em converter o aparelho de informações do Governo ao espírito democrático da Nova República” (Figura 126). “Em hipótese nenhuma”, asseguravam seus assessores, o chefe do SNI admitia espionagem telefônica “como violação da vida privada das pessoas”¹²¹⁸.

¹²¹⁵ CIDADÃO passará a ter acesso à sua ficha no SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 283, 18 jan. 1986. 1º Caderno, p. 3.

¹²¹⁶ IGREJA quer fichas do SNI abertas a cidadão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 94, 11 jul. 1986. 1º Caderno, p. 17.

¹²¹⁷ DISPUTA por cargos põe em risco unidade da Aliança. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 41, 19 maio 1985. 1º Caderno, p. 5.

¹²¹⁸ SNI proporá à Constituinte a legalização de escuta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 47, 25 maio 1985. 1º Caderno, p. 3.

Figura 126 – O militar Ivan de Souza Mendes assumiu o SNI com promessas de adequar o órgão ao contexto democrático



Fonte:

Contudo, um ano depois, a revista *IstoÉ* publicou matéria em que denunciava um esquema de interceptação telefônica promovido pelo SNI, em conjunto com a empresa Telebrasil, que tinha como alvos 130 políticos que moravam na capital federal, entre ministros, deputados e senadores¹²¹⁹.

Por óbvio, o general Ivan de Souza Mendes negou a informação publicada. De todo modo, o que se viu, durante o governo Sarney, foi de fato a readequação do SNI à nova realidade: o órgão especializado em monitorar subversivos durante a ditadura militar foi transformado em um órgão especializado em monitorar adversários políticos durante a “Nova República”. Vejamos.

Em novembro de 1985, quando ocorreram as eleições municipais, o SNI montou um esquema de acompanhamento das eleições para informar ao presidente da República os resultados da apuração em todas as cidades. Desde a deflagração da campanha eleitoral daquele ano, o “Serviço” vinha informando o Governo sobre as tendências do eleitorado com base nas informações que seus agentes coletavam em todo o País.

Segundo noticiado, o general chefe do órgão era “um dos mais assíduos frequentadores do gabinete do presidente”, chegando a despachar mais de cinco vezes ao dia com Sarney, que o recebia nos intervalos das audiências presidenciais¹²²⁰. Durante a

¹²¹⁹ SNI diz que não escuta “fútricas de deputados”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 63, 10 jun. 1986. 1º Caderno, p. 4.

¹²²⁰ SNI monta central de apuração. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 220, 14 nov. 1985. 1º Caderno, p. 6.

campanha eleitoral, lá estava o SNI, ao lado do presidente, soprando-lhe, ao ouvido, dados que lhe poderiam ser relevantes no tocante ao desempenho dos candidatos.

Em 1985, relatórios mensais foram preparados pelo órgão para subsidiar o presidente com dados sobre quem aparecia como favorito e que não vinha empolgando os eleitores. O método utilizado pelo “Serviço” fora, na gestão de Sarney, melhorado em comparação ao executado pelos governos militares, cruzando as pesquisas dos institutos com seu plano interno de buscas. As 12 unidades espalhadas pelo País, publicou a imprensa, mobilizavam suas redes de informações para “acompanhar as reações da opinião pública ante o desempenho de cada candidato”, ao mesmo tempo em que seus agentes acompanhavam, “à distância, o comportamento dos candidatos”.

O SNI ajustou seus mecanismos de atuação para melhor atender ao grupo que se instalara no Governo, entregando-lhes informações mais fidedignas, diminuindo o risco de incorrer em equívocos constrangedores, como ocorreu no passado, quando o general Figueiredo recebeu do “Serviço” prognósticos que não se concretizaram nas eleições de 1982¹²²¹.

O SNI produziu documento de 41 páginas sobre as eleições de 15 de novembro de 1986 e o entregou a José Sarney. O material foi fruto de pesquisas produzidas pelo órgão sobre os candidatos em cada um dos Estados, classificando-os pelos critérios de possibilidade eleitoral, posição em relação ao Governo Federal, tendência política e qual nome ao Governo estadual apoiava. O relatório fazia menção aos empresários ligados aos pesquisados, aos cargos ocupados anteriormente e às questões nitidamente pessoais.

O SNI conseguiu levantar dados sobre 637 concorrentes aos cargos eletivos naquele pleito, dos quais 492, segundo apurado, defendiam a administração federal e deveriam replicar esse apoio no Congresso Nacional, caso fossem eleitos. Havia, ainda, 87 contrários ao Governo e 58 em posição de neutralidade. O SNI também indicou geograficamente ao presidente quais eram os principais redutos de oposição à sua gestão¹²²².

O “Serviço” juntava às pesquisas de opinião, que recebia com prioridade, os seus dados próprios. Resultado: além das chances de cada candidato no escrutínio, o relatório trazia a posição ideológica de cada um. Sarney, portanto, foi informado pelo órgão que

¹²²¹ INFORME do SNI confirma o que Sarney já sabe. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 202, 27 out. 1985. 1º Caderno, p. 4.

¹²²² SNI prevê ampla maioria de Sarney no novo Congresso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 215, 9 nov. 1986. 1º Caderno, p. 20.

91 dos possíveis deputados federais eram de esquerda, 117 de centro-esquerda, 191 de centro, 88 de direita e 150 de centro-direita¹²²³ (Figura 127).

Figura 127 – Na coluna “Tendência”, o SNI indicou ao presidente da República as inclinações ideológicas de cada um dos candidatos

*** PROJETO CONSTITUINTE - CAMARA FEDERAL ***							
ESTADO: RIO DE JANEIRO			NUMERO DE VOTOS: 46 (QUARENTA E SEIS)				
EXPECTATIVA DE BANCADAS: PHOB: 12 A 17 - PFL: 7 A 10 - PDT: 12 A 17 - PSD: 2 A 3 - PTB: 2 A 3 PT: 1 OU 2 - PL: 1 A 2 - PSB: 1 OU 2 - PTR: 0 A 1							
REG.	NOME DO CANDIDATO	PARTIDO	POSICAO EM LIDADE ELEITORAL	POSICAO EM RELACAO AO GOV. FEDERAL	TENDENCIA	CANDIDATO QUE APDIA AO GOVERNO	OBSERVACOES
	ALOISIO MARIA TEIXEIRA	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	CD	MOREIRA	HOTELEIRO
	ARTHUR DA TAVOLA	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	E	MOREIRA	JORNALISTA
	CLAUDIO CHAGAS FREITAS	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	C	MOREIRA	EMPRESARIO
	CLIMERIO VELOSO	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	D	MOREIRA	EMPRESARIO
	DASO DE OLIVEIRA COIMBRA	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	CD	MOREIRA	REELEICAO
	DIVISARD DE ALMEIDA ARNEIRO	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	C	MOREIRA	REELEICAO
	J.G. DE ARAUJO JORGE	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	E	MOREIRA	REELEICAO
	JORGE CONDEIRO LEITE	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	C	MOREIRA	REELEICAO
	JORGE GAMA	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	C	MOREIRA	EX. DEPUTADO
	JORGE BAIO CURY	PHOB	ELEITO	INDEFINIDO	CD	NEUTRO	REELEICAO
	MARCIO B. DE SOUZA BRAGA	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	CE	MOREIRA	REELEICAO
	MIRO TEIXEIRA	PHOB	ELEITO	INDEFINIDO	CE	NEUTRO	EX. DEPUTADO
	PAULO GUSTAVO DE FARIA	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	C	NEUTRO	REELEICAO
	RONALDO CEZAR COELHO	PHOB	ELEITO	FAVORAVEL	CD	NEUTRO	EMPRESARIO
	SEBASTIAO A. DE SOUZA NERY	PHOB	ELEITO	INDEFINIDO	E	MOREIRA	REELEICAO
	ARTO TEODORO MOREIRA	PHOB	GRANDE	FAVORAVEL	CD	MOREIRA	FUNC. PUBLICO
	MARCIO JOSE DE C. MACEDO	PHOB	GRANDE	FAVORAVEL	CD	MOREIRA	REELEICAO
	HEBSTAS BOARES	PHOB	GRANDE	FAVORAVEL	C	DARCY	BICHEIRO
	* DELVI BERGER JUNIOR	PFL	ELEITO	FAVORAVEL	D	MOREIRA	EMPRESARIO
	ALAIR FERRIRA	PFL	ELEITO	FAVORAVEL	D	MOREIRA	REELEICAO
	NELSON ARISTEU R. SABBIA	PFL	ELEITO	FAVORAVEL	CD	MOREIRA	DEP. ESTADUAL
	RUBEM MEDINA	PFL	ELEITO	FAVORAVEL	CE	MOREIRA	REELEICAO
	BIHAD BESSIM	PFL	ELEITO	FAVORAVEL	C	DARCY	REELEICAO

Fonte: *Jornal do Brasil*.

Nas eleições de novembro de 1986, lá estava novamente o SNI, longe das tarefas previstas na Lei que regia seu funcionamento, mas próximo aos novos donos do poder, seus novos patrões, atendendo a seus interesses, “mostrando serviço” e fornecendo-lhes dados politicamente valiosos, construídos com base no seu arquivo produzido durante o regime de exceção.

Uma coisa é certa, o órgão soube se adaptar à nova realidade imposta pela transição política, conseguiu se fazer necessário aos olhos do governo civil e, conseqüentemente, garantiu sua existência na “Nova República”, ou seja, assegurou os cargos que acomodavam, pelo menos, 2.700 pessoas em 1986. Tudo isso, superando escândalos, sejam de corrupção, sejam de assassinatos executados por seus agentes, que lançaram sobre o órgão a pecha da violência estatal promovida pelo regime militar.

¹²²³ SNI prevê ampla maioria de Sarney no novo Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 215, 9 nov. 1986. 1º Caderno, p. 20.

Em suma, o “Serviço” sobreviveu às perturbações políticas dos anos finais da ditadura e manteve sua conduta antidemocrática após o ciclo de presidentes militares, com a óbvia concordância do Governo civil então instalado, o qual quis também se beneficiar dessa eficiente estrutura tentacular. Como já se falou em momento anterior, o SNI era a verdadeira “Hidra de mil olhos” da mitologia grega, onipresente e capaz de se reconstruir sempre que um dano lhe era causado.

A própria escolha do general Ivan de Sousa Mendes para ocupar a cadeira de chefe do SNI durante o governo Sarney, um dos mais influentes cargos do regime militar, chama atenção, pois se trata de figura conhecida durante a ditadura, tendo sido auxiliar do presidente Castello Branco, a quem sempre elogiava “como político por excelência”¹²²⁴. O novo ministro responsável pelo SNI fora chefe de gabinete do general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar de Ernesto Geisel. O ex-presidente, aliás, era tido por ser o “guru militar” de Ivan¹²²⁵.

Pode-se dizer que sua nomeação não era esperada. Em janeiro de 1985, o presidente eleito Tancredo Neves manifestou sua preferência de nomes a ocuparem os cargos de ministros militares, e o nome do general Reynaldo Mello de Almeida estava entre os relacionados para ocupar o cargo de chefe do SNI. Tratava-se de um elemento com 53 anos de vida caserna, destacando-se por suas posições liberais como juiz militar – como relator do caso dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, conseguiu a redução das penas aplicadas aos réus. Como comandante do I Exército, durante o Governo Geisel, a quem era muito ligado, teria atuado na desativação do DOI-CODI e combatido práticas de tortura e violência em suas guarnições¹²²⁶.

Além disso, como noticiou o jornal *Diário do Pará*, fazia parte dos planos de Tancredo reformular as atividades do órgão, evitando que permanecesse como uma espécie de poder paralelo¹²²⁷. Já a *Folha de São Paulo* chegou a publicar que Tancredo “admitiu uma hipótese anfíbia” para o cargo, ou seja, entre um civil e um militar, poderia escolher um general da reserva, definição que encaixaria com o perfil do general reformado Reynaldo Mello de Almeida¹²²⁸.

¹²²⁴ INFORME do SNI confirma o que Sarney já sabe. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 202, 27 out. 1985. 1º Caderno, p. 4.

¹²²⁵ GENERAL Ivan faz do SNI o confessionário do poder. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIX, n. 50, 28 maio 1989. 1º Caderno, p. 4.

¹²²⁶ TANCREDO já escolheu 4 militares para o Ministério. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 284, 19 jan. 1985. 1º Caderno, p. 4.

¹²²⁷ GENERAL Hélio Lesmo indicado: SNI. **Diário do Pará**, Belém, ano III, n. 686, 29 jan. 1985. Urgente, p. 2.

¹²²⁸ NOVO governo pode ter um general da reserva no SNI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 dez. 1984.

A ida do general da reserva foi dada como certa pela imprensa¹²²⁹ e era o nome de predileção de Tancredo Neves para promover a reestruturação e a desmilitarização do órgão símbolo da repressão praticada durante a “Velha República”. Mas houve uma mudança de rumo como consequência de divergências internas entre duas correntes em que se dividiu a assessoria militar do presidente quanto ao futuro do SNI. Reynaldo Mello de Almeida e Geraldo Braga, chefe da Agência Central, defendiam a escolha de um general da reserva para o cargo máximo do “Serviço”.

Em oposição a esse grupo, estavam jovens oficiais próximos a políticos do PDMB e do PFL, que reivindicavam a indicação de um general da ativa¹²³⁰. Venceu o segundo grupo. Um general do Exército da ativa foi selecionado e manteve-se o *status* de “ministro” para o cargo, embora tenha se chegado a discutir a revogação dessa condição. O restante da história nós contamos a seguir.

O resultado da permanência de estruturas herdadas do regime de exceção no contexto democrático que se iniciava foi a reprodução, na Nova República, de práticas políticas que, presumidamente, já deveria ter sido sepultadas com o fim da ditadura. O SNI é um fator indiciário que exemplifica essa estranha coexistência. O chefe do SNI de Sarney, Ivan de Souza Mendes, general da ativa, manteve a condição de ministro de Estado e, como seus antecessores, aquartelou-se na cúpula da gestão federal e garantiu ao órgão a importância e o prestígio que gozava durante a ditadura.

Quando uma greve era deflagrada em algum setor essencial, o general começava a atuar para acompanhar a situação e pôr fim à paralisação, atuando como um “apagador de chamas”, como descrito pela imprensa, “endurecendo e negociando com líderes grevistas” (Figura 128). Logo, as relações de trabalho no Governo Sarney eram resolvidas por via militar e Gabinete Civil, e o SNI era responsável pelas negociações com o movimento grevista. “O presidente José Sarney o ouve muito”, garantiam fontes do Palácio do Planalto. Na paralisação dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda (RJ), teria sido o mentor do “endurecimento” contra o movimento que levou ao confronto entre o Exército e os grevistas e à morte de três operários pelas tropas¹²³¹.

¹²²⁹ AURELIANO convence Reynaldo a aceitar a chefia do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 315, 21 fev. 1985. 1º Caderno, p. 3.

¹²³⁰ DOIS grupos procuram influir na escolha do futuro chefe do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 313, 17 fev. 1985. 1º Caderno, p. 2.

¹²³¹ UM GENERAL para os impasses. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVIII, n. 258, 22 dez. 1988. 1º Caderno, p. 7.

Ao final do primeiro mandato de um presidente civil após o movimento golpista de 1964, o SNI conservava sua influência dentro do jogo político e a capacidade de articulação entre os mandatários da “Nova República”, transformando-se o seu chefe máximo em uma espécie de “ouvidor geral das questões nacionais”. Foi notícia que o general de exército era conselheiro requisitado por parlamentares da esquerda e da direita, por ministros, por empresários e por governadores, “transformando o SNI na principal antessala do governo, uma espécie de confessionário do poder”. Outras classificações como “salvador da nação” e “algodão entre cristais” pululavam ao seu respeito¹²³².

Figura 128 – General de exército, participante do governo Geisel, Ivan de Souza Mendes se transformou em um dos elementos mais influentes da “Nova República”



Fonte: *Jornal do Brasil*.

É compreendendo esse contexto que poderemos dar sentido à documentação produzida pelo SNI após 1985 e conferir outros significados à chamada “Nova República”.

Em dezembro de 1987, o SNI produziu documento confidencial sobre as diretrizes da direção nacional da Convergência Socialista e a atuação desta no movimento estudantil. O relatório informava que a Secretaria Nacional Universitária (SNU) da CS havia elaborado, aprovado e difundido, em setembro, no âmbito dos militantes do setor estudantil da organização, Documento Nacional Universitário, o qual relatava “o atual ascenso revolucionário do Movimento Estudantil”. O relatório também avaliou a situação do grupo esquerdista no setor e traçou diretrizes básicas para a intervenção no ME, a serem aplicadas no segundo semestre de 1987.

Segundo a análise do SNI, o processo de “ascenso revolucionário” do ME estaria ocorrendo no âmbito internacional e, “certamente”, despertaria uma onda de simpatia

¹²³² GENERAL Ivan faz do SNI o confessionário do poder. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIX, n. 50, 28 maio 1989. 1º Caderno, p. 4.

entre muitos estudantes brasileiros. A esse processo, continua o relatório, aliava-se o fato de grande parte da população repudiar o governo Sarney e isto se refletiria no ME. Os estudantes, conforme a SNU, consideravam o Governo Federal, juntamente com os donos de escolas particulares, como um dos seus principais inimigos, “tendo em vista o brutal aumento das mensalidades”, o que fomentava mobilizações de rua contra a política educacional e econômica do governo. “O movimento de massas refluíu sem ser derrotado”, advertiu o SNI, tendo preservado as estruturas organizativas construídas durante as mobilizações, como na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), onde havia um processo de reconstrução das entidades de base, e na UEE do Rio Grande do Sul, a qual havia se fortalecido por meio de um processo de reconstrução. O SNI também se mostrava preocupado com o fracasso do Plano Bresser, pois isso acarretaria cortes com gastos no ensino público e gratuito¹²³³.

O SNI continuou em seu relatório que, segundo a visão da Convergência Socialista acerca da situação das entidades e organizações atuantes dentro do ME, o movimento carecia de direções nacionais e estaduais compatíveis, mas possuía direções locais em algumas escolas. As entidades de base, por estarem diretamente ligadas às lutas, haviam se fortalecido, ao passo que diversos Centros Acadêmicos foram reconstruídos e a maioria das escolas particulares possuía entidades estudantis funcionando. Embora os Diretórios Centrais de Estudantes, as Uniões Estaduais de Estudantes e a União Nacional de Estudantes tivessem sido atingidos, segundo a CS, em menor escala por esse processo.

Além disso, o PRC e o PT tentavam canalizar a ação dos estudantes para a campanha das “Diretas Já”, “como carro-chefe de uma política no setor”. Ainda segundo a CS e destacado pelo SNI em seu informe, a tendência estudantil “Articulação”, muito presente em São Paulo e no Rio de Janeiro, era pouco influente no Pará. O documento cita a presença de um militante do Pará em São Paulo, com o intuito de participar da reconstrução do SNU, o que fomentaria o crescimento da CS no meio universitário. Para viabilizar a intervenção no ME, o SNU determinou que fosse dado apoio às mobilizações de funcionários e professores, com ênfase nos primeiros, pois a CS dirigia suas associações, como ocorria no caso da UFPA¹²³⁴.

¹²³³ ACE nº 064523. Belém, 10/12/1987, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²³⁴ ACE nº 064523. Belém, 10/12/1987, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

A preocupação do SNI com a presença da CS na UFPA já havia sido manifestada dois anos antes, em abril de 1985, quando recebeu documento do Ministério do Exército, intitulado “Estudante Profissional – Militante da CS”, a respeito de Marcos Valério Menezes de Azevedo Maia, o “Marquinhos”, endereçado também ao CENIMAR (naquele momento chamado de CIM), ao DPF e ao CISA. O estudante era aluno do curso de Comunicação da UFPA e do 2º grau no Colégio José de Anchieta, ao mesmo tempo. Militante da Convergência Socialista em Belém, atuou, durante 1984, na “agitação do movimento estudantil, em especial, no meio secundarista”. O documento confidencial sublinhou que, mesmo na condição de universitário, naquele ano, permaneceu matriculado no ensino secundário¹²³⁵.

No ano seguinte, a vigilância advertiu que existia, no PRC – Regional Pará, um grupo de militantes, encabeçado por Francisco de Assis Weyl Albuquerque Costa (“Chiquinho”), José Carlos Boução da Silva (“Boução”) e José Maria de Castro Pedroso, encarregado de agredir fisicamente pessoas consideradas nocivas ao partido. Ainda segundo o relatório, no final de 1985, o PRC/PA, utilizando-se da tendência “Caminhando”, o qual possuía forte inserção no meio estudantil, particularmente na UFPA, promoveu um seminário na Faculdade de Medicina, sob coordenação de João Cláudio Tupinambá Arroyo (“Arroyo”) e Fernando Coelho Lobo (“Fernando Lobo”). Os temas debatidos no evento foram “O PT e a Constituinte”, “Plano Político do PT”, “O Trotskismo” e “O Stalinismo”. Conforme informou no relatório, o SNI sinalizou que um segundo seminário seria realizado, em novembro ou dezembro de 1986, nas dependências da UFPA¹²³⁶.

Os estudantes da UFPA continuaram na mira das autoridades mesmo após o fim da ditadura militar em 1985. O SNI recepcionou documentos emitidos pela Polícia Federal de São Paulo a respeito do “XXXVIII Congresso da UNE”, ocorrido em 12 de outubro na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), do qual participaram cerca de quatro mil estudantes universitários de todo o País. O congresso foi marcado por manifestações de apoio do PCB à diretoria da UNE, presidida pela estudante Gisela Moulin Mendonça. Marcaram presença grupos opositores, encabeçados por membros do PT, da Frente Popular e da Convergência Socialista, bloco esse que foi vencedor,

¹²³⁵ Informe nº 0259-S/102-A6-CIE. Belém, 17/04/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²³⁶ Alguns elementos foram identificados durante o encontro, como Ivana Barbosa Freitas, Haroldo da Silva Santana, Afonso Maria de Souza Ávila, Maria Adelaide Pinheiro Lima (“Adelaide”). ACE nº 059918. Belém, 07/11/1986, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

elegendo a nova diretoria, cujo presidente era Walmir Santos, estudante da Faculdade de História da UFPA¹²³⁷.

Meses antes, chamou atenção da agência do SNI em Belém, o ABE, a presença do então presidente da UNE, Renildo Calheiros, entre 17 e 21 de maio, “com o objetivo de conclamar os universitários do Pará, para o Seminário Nacional sobre Reforma Universitária, que seria realizado em São Paulo”. O DCE/UFPA e os Diretórios Acadêmicos programaram uma série de debates a respeito da Constituinte e da Reforma Universitária, na EEMB, local onde os agentes infiltrados da ABE identificaram a presença de Walmir Carlos Bispo dos Santos, presidente do DCE, José Luiz Amaral Pingarilho, vice-presidente Norte da UNE e João Cláudio Tupinambá Arroyo, representante do curso de Geologia.

O SNI levantou informações a respeito das explicações feitas por Renildo durante as reuniões, destacando, em seu relatório, as menções feitas pelo presidente da UNE sobre a legalização e o reconhecimento da entidade junto ao MEC, as eleições diretas para reitores das universidades, a participação dos estudantes na Constituinte e a Reforma Universitária. Além disso, o “Sistema” anotou uma das falas de Renildo, quando este afirmou que o governo da época não era “revolucionário e nem socialista”¹²³⁸.

Quanto à participação de Walmir, foi anotada fala proferida quanto à questão da meia passagem para os estudantes universitários, bandeira da campanha “meia passagem já, ou vai ou racha”, que seria desencadeada pelo DCE, com o objetivo de unificar as lutas em torno do assunto. O SNI notou ainda a presença de Cláudio de Barros Bordalo, representante da CBB, que, posicionando-se a favor das reivindicações dos estudantes, comprometeu-se a divulgá-las em todas as reuniões da entidade. A agência concluiu o relatório avaliando que, apesar de a imprensa ter divulgado com antecedência e destaque os eventos, “estes não alcançaram grande repercussão no seio da classe estudantil, restringindo-se ao âmbito de seus promotores”¹²³⁹. Depois de receber as informações acima, a Agência de Belém remeteu-as ao DSI/MEC¹²⁴⁰.

¹²³⁷ Informe nº 424/87-SI/SRDPF/SP. São Paulo, 15/10/1987, Serviço de Informações/SRDPF/SP. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²³⁸ ACE nº 05412. Belém, 29/05/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²³⁹ ACE nº 05412. Belém, 29/05/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁴⁰ Informação nº 00044/140/AC/85. Belém 10/06/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encontros como esse continuaram sendo monitorados pela vigilância após 1985, marco que costuma ser utilizado para indicar o fim da ditadura militar no Brasil, e posteriormente a posse de José Sarney. Em setembro de 1985, o SNI divulgou documento ao CIE, ao CISA, ao CIM e ao DSI/MEC, tratando dos “Encontros Nacionais de Estudantes”, como o IX Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação (IX ENECOM), realizado entre 22 e 28 de julho na UFPA, promovido pelo Centro Acadêmico de Comunicação da UFPA (CACO/UFPA), o qual reuniu cerca de 400 pessoas de vários Estados. Segundo anotou o órgão de vigilância, os principais temas abordados foram “Novo Currículo do Curso de Comunicação” e “Amazônia”. Detalhes dos pronunciamentos foram descritos pelo SNI em seu relatório¹²⁴¹.

É possível até alvitarmos que a permanência da repressão, do controle e da vigilância do Estado sobre movimentos políticos suspeitos dentro da UFPA faz parte dos resquícios do autoritarismo que, “naturalmente”, persistiriam por alguns meses após a mudança de regime. À primeira vista plausível, essa tese deve ser refutada, pois a documentação mostra que o Estado permaneceu vigilante por mais alguns anos depois da transição democrática, e com o intuito de controlar opositores políticos.

Citemos, como exemplo, relatório emitido pelo SNI em março de 1989, no tocante ao “I Seminário Nacional de História do Movimento Estudantil”, realizado na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, entre 19 a 23 de setembro de 1988. Entre os convidados, o SNI destacou a presença de velhos inimigos do regime militar, como José Dirceu de Oliveira e Silva (ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, preso pela repressão em Ibiúna), José Aldo Rebelo Figueiredo (ex-presidente da União da Juventude Socialista e militante do PCdoB) e Walmir Carlos Bispo Santos (estudante do curso de História da UFPA, militante do movimento estudantil e presidente da UNE naquele momento).

¹²⁴¹ Carlos Setti, professor da Universidade de Belém (UNB) – “o governo brasileiro não terá condições de equipar os cursos na forma estabelecida no currículo”; Roberto Dall’Agnol, professor da UFPA e geólogo – “fez uma explanação sobre o Projeto Ferro, implantado na Serra dos Carajás, no Estado do Pará, afirmando não saber se vale a pena, uma vez que os lucros do mesmo são todos transferidos para as empresas multinacionais”; Rosa Carmina de Sena Couto, médica e representante do Movimento de Defesa da Vida (MDV) – “afirmou que o MDV foi criado, para fiscalizar a contaminação ambiental e também lutar ao lado dos desapropriados de Tucuruí (PA)”; Lúcio Flávio de Faria Pinto, jornalista – “disse que na Amazônia não há lazer e que o ‘fundamental na região é a visão do colonizador, que está de passagem e busca o saque a qualquer custo”. A vigilância chegou ainda a notar a presença de alguns outros participantes, como João Batista Oliveira de Araújo, presidente da Associação dos Servidores da UFPA e militante da Convergência Socialista; e Augusto Afonso Monteiro de Barros, militante do Partido Comunista Brasileiro no Pará (PCB/PA). ACE nº 052215. Belém, 16/09/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

O SNI destacou em seu relatório que, durante o evento, os assuntos em pauta giraram em torno das políticas educacionais militares entre 1964 e 1968, as quais eram tentativas de neutralizar, politicamente, o movimento estudantil, aumentar a rentabilidade das universidades, implantar o Plano Atcon e entregar o ensino universitário ao setor privado¹²⁴².

A vigilância pós-1985 também foi direcionada aos processos de eleição para os órgãos de representação estudantis nas universidades. Em julho de 1987, o SNI produziu relatório sobre a eleição para o Diretório Central dos Estudantes da UFPA, realizado nos dias 16 e 17 de junho, no *campus* da Universidade, em votação na qual foram computados os votos dos diversos *campi* existentes no interior e na capital. O “Serviço” indicou em seu trabalho de levantamento de dados que o pleito foi disputado por três chapas: a “Torrente”, apoiado pela ala jovem do PMDB e pelo MR-8; a “Acorda DCE”, apoiado pelo PCdoB; e a “Raça”, que contou com o auxílio de diversas tendências do movimento estudantil, entre elas a CS, PRC e independentes do PT.

O SNI achou importante destacar que a presidente da chapa eleita, Jacqueline da Cunha Serra Freire, era militante do PRC e que, dentre suas propostas, constavam a reforma agrária radical, sob controle dos trabalhadores, o congelamento real dos preços, o salário mínimo digno, a jornada de 40 horas semanais, a liberdade e autonomia sindical, o fim de todas as leis de exceção, a punição aos torturadores e as eleições “Diretas Já”¹²⁴³.

É interessante notar que o aparato autoritário estatal continuou, mesmo após o fim do período ditatorial, produzindo e armazenando dados e informações a respeito da comunidade acadêmica da UFPA, principalmente, de elementos ligados a organizações de esquerda. Por exemplo, o SNI produziu longo relatório sobre o que chamou de “Infiltração Comunista nos Diversos Setores de Atividades”, sublinhando ser essa uma ação eficiente desenvolvida pelos comunistas, “com o objetivo de estender e ampliar a influência das facções ideológicas de esquerda nesses setores, com vistas à conquista do poder”.

Segundo a investigação, a ação de infiltrar militantes e simpatizantes, por parte das organizações marxista-leninistas, vinha crescendo a partir de 15 de março de 1985, sobretudo, na área das administrações públicas federal, estaduais e municipais. O SNI

¹²⁴² ACE nº 021505. Belém, 03/03/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁴³ A vitória coube à chapa “Raça”, ainda que contestada pelas concorrentes, que alegaram ter havido irregularidades no pleito, o que não impediu que os vencedores tomassem posse no dia 25 de junho. ACE nº 06175. Belém, 06/07/1987, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

destacou a importância de prosseguir no acompanhamento dessa “infiltração” e colher informações sobre o tema. Segundo apurou o “Serviço”, as OIs do Estado do Pará vinham aplicando a tática de infiltração, posicionando seus militantes nos diversos setores e atividades da chamada sociedade civil e que, estruturados em “Organizações de Base” ou “células”, tinham a atribuição de organizar, doutrinar e mobilizar os integrantes do organismo infiltrado, questionar a autoridade dos dirigentes, implantando a “dualidade de poder”. Através de concursos, eleições e indicações políticas, esses militantes vinham ocupando posições de destaque, exercendo influência de caráter doutrinário e disseminando a ideologia comunista¹²⁴⁴.

No âmbito da UFPA, foram identificados pela ABE, vários “infiltrados” comunistas¹²⁴⁵ e, a partir desse levantamento, podemos fazer algumas considerações. Para o SNI, a UFPA estava infestada de “raposas vermelhas”, para usar termo da própria vigilância, e, mesmo com o fim da ditadura militar, a vigilância tinha ainda grande capacidade de colher informações, possivelmente, através de agentes “misturados” à comunidade acadêmica, dado o nível de detalhes e a quantidade de nomes identificados

¹²⁴⁴ No Pará, segundo as investigações realizadas, o quadro de infiltração comunista atingia 21,62% dos sindicatos, federações, confederações e associações de classe; 8,65% dos meios e movimentos religiosos; 1,62% dos órgãos de comunicação social; 25,95% dos estabelecimentos de ensino e 42,16% dos poderes executivo, judiciário e legislativo. ACE nº 05626. Belém, 26/09/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁴⁵ João Batista Oliveira de Araújo, professor e presidente da Associação dos Servidores da UFPA (ASUFPA) (militante da Convergência Socialista); Joaquina Barata Teixeira, professora (militante do PCB); Leila Mourão Miranda, professora (militante do PCdoB); Norbert Fenzl, 1º secretário da Associação dos Docentes da ADUFPA (militante do MR-8); Odilon Oliveira Silva, vice-presidente da ADUFPA (PCdoB); Adão Bachega, professor (militante do PCB); Alex Bolonha Fiuza de Mello, diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (militante do PCdoB); Amarílis Izabel Tupiassu Sampaio, professora (militante do MR-8); Antônio Sérgio Vasconcelos Darwich, diretor de Assuntos Culturais e Científicos do Diretório Central dos Estudantes (militante da Convergência Socialista); Conceição Rodrigues de Menezes, vice-presidente do DCE (militante da Convergência Socialista); Elias de Paula Araújo, diretor de Divulgação e Imprensa do DCE (militante do PRC); Elson Luís Rocha Monteiro, professor (militante do PCB); Flávio Augusto Sidrim Nassar, presidente da ADUFPA (militante da MR-8); Francisco Antônio Cavalcante Filho, funcionário (militante da Convergência Socialista); Gottfried Stockinger, professor (militante do MR-8); Hilma Tereza Torres Khoury, professora (militante do MR-8); João Cláudio Tupinambá Arroyo, presidente do DCE (militante do PRC); José Akel Fares Filho, professor (militante do MR-8); José Ciríaco Pinheiro, professor (PCB); Manfredo Ximenes Ponte, professor (militante do PCB); Manoel Alexandre Ferreira da Cunha, professor (militante do PRC); Orlando Cassique Sobrinho Alves, professor (militante do PCB); Paulo Sérgio de Souza Gorayeb, professor (militante do PCB); Raimundo Netuno Nobre Villas, pró-reitor de Administração da UFPA (militante do MR-8); Raul Meireles do Vale, diretor do Núcleo de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Extensão (militante do PRC); Redynê Matos de Souza, funcionário (militante do PCdoB); Roberto Ribeiro Corrêa, professor e funcionário do BASA (militante do PCB); Rui Guilherme Paranatinga Barata, diretor do Centro de Letras e Artes (militante do PCB); Tela de Carvalho Lobo, professora (militante do PCB); Zuleide Pamplona Ximenes Ponte, professora (militante do PCB); Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro, deputado estadual (PMDB) e professor licenciado (militante do MR-8); Romero Ximenes Ponte, deputado estadual (PMDB) e professor licenciado (militante do PCB); Telma de Carvalho Lobo, funcionária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) e professora (militante do PCB). ACE nº 05626. Belém, 26/09/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

como militantes de “Organizações Ideológicas”. E, além disso, muitos nomes citados faziam parte de relatórios produzidos no decurso da ditadura militar sobre movimentos de oposição ao regime e, é sempre bom lembrar, o banco de dados do SNI foi preservado durante a passagem para a Nova República e constituiu-se como um dos espólios autoritários do regime.

A seção de Informações Biográficas estava diretamente subordinada ao chefe da Agência Central e acreditava-se existir 250 mil fichas de cidadãos brasileiros arquivados no SNI¹²⁴⁶. Através do depoimento concedido por um agente do órgão à imprensa, podemos ter noção do alcance desse acervo. Segundo essa fonte, bastava que um padre fizesse um sermão considerado esquerdista, ou contrário ao regime, para que seu nome fosse automaticamente registrado no computador do SNI¹²⁴⁷. Esse relato encontra ressonância com a documentação sigilosa que analisamos.

Os elementos esquerdistas eram ainda alvos da vigilância estatal e foram citados em vários documentos produzidos pelo SNI após 1985. Em verdade, a interrupção do ciclo de presidentes gerais não significou a conciliação das Forças Armadas, que continuaram controlando o órgão durante o governo civil, com as esquerdas. Como o próprio ministro do Exército de José Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves, deixou bem claro, ao definir a visão dos militares diante das correntes políticas de esquerda durante a “Nova República”: “convivência não significa concordância”¹²⁴⁸. A questão é que, além da discordância, existia uma notável vigilância promovida com recursos públicos e para fins ilegais.

Os dirigentes de entidades estudantis não deixaram de ser vigiados de perto e ainda era possível para o SNI rastreá-los quando se deslocavam dentro do território nacional. Em outubro de 1987, por exemplo, o Ministério do Exército informou ao SNI que Rômulo Paes de Souza, militante do PRC, nascido em Belém, estava morando em Belo Horizonte (MG), onde realizava residência médica no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais em seguida à conclusão do curso de Medicina na UFPA. De acordo com a inteligência do Exército, foi durante seus tempos de aluno da UFPA que Rômulo iniciou sua militância no PCdoB, “com

¹²⁴⁶ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CRS\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

¹²⁴⁷ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

¹²⁴⁸ LEÔNIDAS define convivência com a esquerda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 94, 11 jul. 1985. 1º Caderno, p. 2.

atuação marcante no Movimento Estudantil desde 1979”. Em 1983, foi presidente do DCE/UFPA, passando, em 1984, a militar no PRC¹²⁴⁹.

Mediante tais perspectivas, queremos mostrar que a perpetuidade da vigilância sobre atividades e elementos “suspeitos” após 1985 não podem ser simplesmente interpretados como um “entulho” de repressão esquecido pela ditadura militar dentro das instituições educacionais, no caso aqui, da UFPA. Entretanto, houve, sim, a permanência do autoritarismo depois da redemocratização, mantendo-se até as vésperas das eleições presidenciais de 1989, as primeiras de forma “Direta”, desde o Golpe de 1964.

Por exemplo, a filial do SNI de Belém notificou sua matriz a respeito da visita do presidente da UNE, Juliano Corbeline, em agosto de 1989. O documento indica que Coberline era aluno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e militante do PRC, tendo se dirigido à capital paraense para “discutir a atuação estudantil durante a greve universitária, além da divulgação do 40º Congresso da UNE e da comemoração de 10 anos de sua reconstrução”. Em entrevista à imprensa local, concedida na sala do DCE/UFPA, “Juliano comentou os problemas de rearticulações do movimento estudantil, a crise no ensino e as eleições presidenciais”.

Segundo apurou os agentes do “Serviço”, Juliano destacou em sua fala, além das greves nas instituições públicas de ensino superior, os debates a serem travados no Congresso Nacional sobre “os problemas do movimento estudantil”, a importância da UNE durante a “ditadura militar” (as aspas foram colocadas no texto original), como única entidade que tinha forças “para enfrentar os abusos governamentais contra a população”, papel esse que, na Nova República, acabou exercido pelas centrais sindicais, pelos sindicatos, pelas associações de bairros e por centros comunitários. Juliano frisou, ainda, ser necessário evitar a partidarização da UNE durante as eleições presidenciais, enfatizando que a crise pela qual passavam as universidades era a “própria imagem da Nova República e do governo Sarney, que iludiu os brasileiros”¹²⁵⁰.

Naquele mesmo mês de agosto de 1989, fez parte do trabalho dos agentes do SNI em Belém colher informações a respeito do “XI Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS)”, realizado entre 24 a 28 de julho, na capital, organizado pela Subsecretaria de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), pelo

¹²⁴⁹ Informe nº 499/87/E2/T-15/4ª DE. Belo Horizonte, 02/10/1987, Ministério do Exército. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁵⁰ ACE nº 07489. Belém, 22/08/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da União das Escolas Superiores do Pará (CALSS/UNESPA) e pelo Centro Acadêmico de Serviço Social da UFPA (CASS/UFPA). Compareceram cerca de 700 estudantes. “Os pontos do debate giraram em torno da formação de uma nova sociedade de governo não capitalista, dívida externa e sobre uma universidade não atrelada aos interesses das classes dominantes”¹²⁵¹.

O SNI também notou que, no dia 25 de julho, foram discutidas questões referentes ao “Movimento Estudantil e Universidade” quando a palavra foi tomada por Márcia Torres (SESSUNE), Douglas de Melo Martins e Orlando Cassique Sobrinho Alves, secretário da ADUFPA e representante, por delegação, da ANDES. Nesse dia, foi abordada “a crise da universidade diante da situação que o país atravessa no governo capitalista”. O relatório destacou as propostas aprovadas no plenário final do XI ENESS: reforma agrária sob controle dos trabalhadores e com confisco dos latifúndios, não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro e dos transportes e defesa do solo e subsolo e suas riquezas contra os capitais estrangeiro e nacional¹²⁵².

O fechamento do Encontro ficou por conta da assistente social e prefeita de São Paulo na época, Luiza Erundina, a qual proferiu discurso para uma plateia de cerca de mil pessoas, entre estudantes e militantes dos partidos que, naquele momento, faziam parte da Frente Brasil Popular (Partido dos Trabalhadores, Partido Socialista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil). Entre as falas, o SNI destacou que a prefeita Erundina afirmou que “a história do serviço social está vinculada à história do capitalismo. Portanto, o serviço social na sua origem é filho do capitalismo e, como tal, serve para amaciar as contradições e conflitos gerados pelo próprio capitalismo”¹²⁵³.

¹²⁵¹ O órgão de vigilância observou que, na plenária do dia 24 de julho de 1989, foi discutido o tema “Conjuntura Nacional”, com a participação do cientista político Roberto Armando Ramos Aguiar (UFPA), de Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e de Edval Bernardino Campos, membro da Corrente Sindical Classista (CSC). ACE nº 07456. Belém, 02/08/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁵² Quanto aos assuntos afeitos ao movimento estudantil e ao ensino superior, foram defendidos a estruturação das universidades voltadas para o interesse dos trabalhadores, a luta pelo ensino público e gratuito, o congelamento das mensalidades das escolas privadas, a posição contra o projeto de privatização do ensino superior brasileiro, verbas públicas só para escolas públicas, mais vagas e concursos públicos para a universidades, mais recursos e autonomia na gestão financeiras, a reciclagem dos professores e a regulamentação da profissão. ACE nº 07456. Belém, 02/08/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁵³ ACE nº 07456. Belém, 02/08/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Às vésperas das eleições presidenciais, a questão universitária, assunto caro ao regime militar de 1964, permanecia entre os interesses do SNI e, por consequência, da cúpula do Governo Federal.

Diante das evidências que se apresentam, não podemos compreender a manutenção do aparato de vigilância após a redemocratização apenas como um movimento de inércia, em que a continuidade do trabalho dos serviços de inteligência, agindo contra elementos subversivos, tenha se dado de maneira natural, espontânea ou meramente por conveniência burocrática. Muito pelo contrário. O que tentamos mostrar aqui é que a repressão se instalou de tal maneira na sociedade brasileira – ocupando espaços dentro das instituições civis, como a UFPA, articulando-se com colaboradores igualmente civis, contando com o apoio de dirigentes e funcionários, operando através de um eficiente sistema de troca de dados e armazenamento de informações, sobrevivendo às mudanças no quadro político iniciado em 1974, e, por fim, sendo ainda utilizada pelos governos eleitos democraticamente, os quais permitiram que esse “corpo” continuasse vivo – que deixou “manchas” nessa sociedade, difíceis de remover até hoje.

Quanto aos dois últimos presidentes militares, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, ambos não fizeram grandes esforços para “desidratar” o SNI e os demais órgãos de vigilância, na verdade, em vez disso, aumentaram sua capacidade operacional, enquanto os agentes prosseguiram com suas atividades ordinárias, ou seja, ocupando-se de vigiar os passos dos inimigos políticos.

Basta dizer que, em 1981, no último governo militar, o SNI possuía dois mil¹²⁵⁴ funcionários, compondo seu quadro, e uma dotação orçamentária de 700 milhões e 590 mil cruzeiros, nela, incluindo-se as despesas sigilosas. Lembremos que a Lei de sua criação previu apenas 200 mil cruzeiros para sua instalação. Foi um crescimento e tanto. Durante o governo Figueiredo, o órgão ainda tinha, “em todos os órgãos de atividades, servidores distribuídos pela chefia do “Serviço” (inclusive, gabinete do ministro), a Agência Central, 13 agências regionais¹²⁵⁵, secretaria administrativa e inspetoria de controle interno. Mais: nesse mesmo período, existiam, em pleno funcionamento, 14 divisões de segurança e informações (as DSI) e 145 assessorias de segurança e

¹²⁵⁴ Em outra fonte, apurou-se que o efetivo fixo do órgão girava em torno de 1,6 mil pessoas, mas havia os “voluntários”, que compunham seu quadro flutuante. JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

¹²⁵⁵ Em outra fonte, contabilizaram-se 12 agências em 1989. TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989. Em 1978, a agência do Acre, que funcionava em Rio Branco, foi extinta. SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

informações (as ASI)¹²⁵⁶. Uma estrutura como essa não seria mantida sem um objetivo claro e específico. É também notório que eram muitos os cargos disponíveis para serem ocupados na carreira de “Informações”.

Em 1981, as chamadas comunidades de segurança e informações foram reforçadas como 414 novos agentes, em caráter de excepcionalidade, para atender às Divisões de Segurança e Informações de órgãos da administração direta e indireta da União em seguida à solicitação feita pelo SNI junto ao presidente Figueiredo. Em verdade, o Decreto nº 84.817/80 vedava a realização de despesa decorrente de ingresso de pessoal até dezembro de 1981. O deferimento do pedido do chefe do órgão, general Octávio de Medeiros, foi possível porque no mesmo dispositivo era previsto caso de excepcionalidade, reconhecida expressamente pelo presidente da República¹²⁵⁷. A exceção foi concedida a um tipo de atividade, portanto, relevante para o regime.

Não é possível, pois, pressupor algum recrudescimento da vigilância ao longo da abertura política. Essa prática superou o limite temporal do regime militar. As DSI, que ainda existiam às vésperas da posse de Sarney, com a função de ser a assessoria dos ministros e proceder com o repasse de dados ao SNI, eram vistas dentro do governo civil que tomaria a gestão do País como “órgãos importantes”. No Itamaraty, por exemplo, a DSI continuava operando sob o comando do diplomata Sérgio Damasceno¹²⁵⁸.

Em 1964, a primeira sala do chefe de Gabinete do SNI ficava no Edifício JK, em Brasília, e era equipada com uma módica mesa de escritório, outra para reuniões, oito cadeiras e um telefone conectado a um gravador. O chefe do órgão, na época Golbery do Couto e Silva, ficava alojado em uma sala, também modesta, no Palácio do Planalto. Vinte e cinco anos depois, 1989, o “Serviço” contava “com a alta tecnologia da informática” e recebera como legado dos anos anteriores, quando obteve recursos financeiros e técnicos, uma sofisticada estrutura¹²⁵⁹. Desde 1983, pelo menos, todos os órgãos do SNI possuíam um terminal de computador ligado à sede do “Serviço”, em Brasília¹²⁶⁰.

¹²⁵⁶ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

¹²⁵⁷ COMUNIDADE de Informações contrata 414 funcionários. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 71, 18 jun. 1981. 1º Caderno, p. 2.

¹²⁵⁸ SNI tira gerais e põe coronéis em suas chefias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 344, 8 mar. 1985. 1º Caderno, p. 3.

¹²⁵⁹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

¹²⁶⁰ JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

Figura 129 – Fotografias do prédio do SNI, em Brasília, tiradas em 1989



Fonte: Revista *Manchete* (1989).

As instalações apresentadas acima em nada lembram as do antigo SFICI, que funcionava até 1964, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhavam oficiais que tiveram atuação destacada na ampliação das ramificações do SNI (tratam-se dos tenentes-coronéis Golbery do Couto e Silva, João Baptista Figueiredo, Octávio Medeiros e do capitão Heitor de Aquino Ferreira)¹²⁶¹.

Essa foi a ferramenta para controlar o poder utilizada pelos governos instalados no País desde 1964 e todos os presidentes gerais, sem exceção, fizeram largo uso dela. O que se viu depois foi a continuidade – motivada pela vantagem de se manter sob vigilância os opositores e utilizando para isso recursos públicos – de uma prática autoritária quando já não se vivia, pelo menos assim se considera geralmente, um regime de exceção.

A gestão do general Ivan de Souza Mendes à frente do SNI, durante o governo Sarney, destacou-se exatamente pelo crescimento do setor encarregado de produzir dossiês, o chamado Departamento de Levantamento de Dados Biográficos, ou apenas LDB, como comumente o denominavam os funcionários do órgão. Tratava-se de uma célula responsável por alimentar um supercomputador com fichas de várias lideranças políticas, empresariais e sindicais. Foi nesse período que o LDB recebeu a ampliação do maquinário utilizado e houve a inauguração de uma rede nacional de dados ligados à Agência Central em Brasília. Essas fichas produzidas compilavam todos os dados do alvo e elegiam pontos vulneráveis a seu respeito.

Tal material, atualizado pelos computadores localizados nas agências espalhadas pelo País, apresentava histórico pessoal, declarações publicadas em jornais e tendência político-ideológica de cada indivíduo cadastrado. Isso tudo após o chefe do SNI, seguida de sua nomeação por José Sarney, prometer deixar de lado o monitoramento interno em favor do envolvimento do órgão em questões externas. “A espionagem interna, entretanto, cresceu na administração da Nova República” e chegou a denunciar a imprensa em 1988, acrescentando que a escuta telefônica ainda era prática recorrente e o governo vazava informações, a princípio, sigilosas, quando intencionava enxovalhar a imagem de alguns fichados¹²⁶².

¹²⁶¹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

¹²⁶² O SETOR das fichas é o que cresce. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 315, 21 fev. 1988. 1º Caderno, p. 4.

Após o golpe de 1964, os pioneiros da “Comunidade de Informações” conseguiram desarticular forças oposicionistas em Minas Gerais quando chegou às mãos de Octávio Aguiar Medeiros, o qual se tornaria chefe do SNI no governo Figueiredo, fichário com nomes que orientou a ação de repressão promovida pela 4ª Divisão de Infantaria. Em agosto de 1976, no Acre, uma assembleia sobre a problemática indígena e fundiária foi transmitida, secretamente, através de um mini transmissor de frequência modulada, colocado na janela, o que fora descoberto, quase por acidente, por um dos participantes. No início da década de 1980, a tecnologia de identificação de chamadas telefônicas ainda nem fazia parte dos produtos oferecidos aos usuários do serviço, mas o SNI já o desenvolvera e testara em associação com uma empresa de material de telecomunicações.

Em outras palavras, no último governo militar, atingida a fase de sofisticação eletrônica, a “Comunidade de Informações”, através do SNI, seu núcleo central, “atuava em uma faixa de amplitude que ia desde a verificação dos índices de custo de vida, divulgados pelos institutos de pesquisa socioeconômicos, ao perfil ideológico de um colono contemplado com uma gleba do INCRA”¹²⁶³. Essa era a “Hidra de mil olhos” que descrevemos até aqui.

Diante de tudo o que foi mencionado, a pergunta que se impõe é a seguinte: por que, no início da década de 1990, a “Comunidade” ainda produzia informações a respeito dos inimigos da “Revolução de 1964”? A resposta que oferecemos é que, em 1991, tais elementos ainda eram vistos como inimigos do Estado, logo precisavam ser controlados. Essa realidade é melhor compreendida quando notamos que, durante nossa transição política, o poder militar foi se acomodando na nova realidade política que se configurava, trazendo consigo o legado de repressão, de vigilância e de uma ideia de papel tutelar a ser exercido sobre a sociedade civil pelas Forças Armadas, o qual foi construído no decurso do regime militar.

Trouxeram com eles toda uma ideia de “Segurança” que, ideologicamente, havia sido construída antes e ao longo da ditadura, para a qual determinados elementos eram vistos como inimigos da ordem, da liberdade, da individualidade, das tradições, da pátria, da família, da religião e daquilo que eles compreendiam como democracia. Ideia de “Segurança” fomentada no seio das Forças Armadas durante a ditadura militar e que, com ela, foi acomodada no contexto da Nova República.

¹²⁶³ SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

Figura 130 – “Apague o farol, desligue o motor, use luz interna, identifique-se”, dizia a placa na entrada do órgão



Fonte: Revista *Manchete*.

Nota: fotografias da área externa do local em que o SNI estava instalado em 1989 (Agência Central), em Brasília.

A historiografia tem ignorado essa continuidade e dado mais importância para as “mudanças democráticas” iniciadas a partir do governo Geisel, utilizando-se, sem preocupação, dos marcos periódicos consolidados, sem fazer questionamentos e sem intuir que possam ser datas que, na prática, não traduzem o processo histórico discutido. O ano de 1986 é utilizado como marco final para falar sobre as manifestações de rua promovida por professores em Belém¹²⁶⁴, quando, na verdade, os professores continuaram a ser alvos da vigilância praticada pela “Comunidade” nos anos posteriores.

Usa-se o ano de 1985 como ponto de chegada da discussão sobre o pensamento radical religioso no movimento camponês em sua luta pela terra na Amazônia quando, sabemos, esses personagens continuaram sendo vigiados pela Inteligência nos anos que se sucederam¹²⁶⁵. O mesmo ano de 1985 é definido para sinalizar o recorte derradeiro da “maquinaria discursiva”, criada pelos militares para acompanhar sua intervenção no espaço amazônico¹²⁶⁶, quando o interesse estrangeiro na região, a expansão da indústria e da agricultura e movimentos grevistas no distrito de Manaus fizeram parte do levantamento de informações realizado pelo SNI nos anos seguintes.

¹²⁶⁴ PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Abaixo o Figueiredo**. O povo não tem medo. Mais arroz e mais feijão. Abaixo a repressão: quando professores entraram em cena em Belém (1979-1986). 2015. 241 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

¹²⁶⁵ PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **O pensamento radical camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia (1975-1985)**. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

¹²⁶⁶ SOARES, Filipe Menezes. **Amazônia da ditadura: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente**. 2020. 391 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

Quando tais marcos não são discutidos, mas simplesmente reproduzidos como postos e dados, cristaliza-se uma narrativa sobre a ditadura em que se crê na descontinuidade do autoritarismo estatal, da perseguição a grupos políticos de esquerda e da vigilância político-ideológica da sociedade, e a historiografia acaba atuando como mais uma ferramenta do esquecimento e de conciliação com o passado. Não estamos aqui pretendendo abolir os tradicionais recortes historiográficos, obviamente necessários e úteis para nos orientar no nosso fazer narrativo e identificar periodizações. Apenas alertamos que, quando não são devidamente problematizados e questionados, podem dar a ilusão de falsas rupturas e servir de arma política eficaz para aqueles que buscam desconstruir nosso passado autoritário e negar suas reminiscências no presente.

Um serviço organizado de informações requer equipamentos de elevado custo, como fotográficos, eletrônicos, além daqueles necessários para gravação, transmissão e interferência das comunicações, e toda sorte de elementos que a vigilância chamava de material de uso clandestino, cujo suprimento e manuseio fugia às normas administrativas. Fora outros de caráter específicos para a execução de determinadas operações especiais. Há, ainda, a necessidade de contratar serviços e pessoal especializado para atender a diversas atividades específicas.

A informação é, portanto, como frisou o DSI/MEC em uma das fontes consultadas, “das mercadorias mais caras que se conhece, no entanto, o preço é, normalmente, *bastante compensador* [grifo meu] para o governo que dela se utilize”¹²⁶⁷. A estrutura construída ao longo de mais de duas décadas de ditadura não seria mantida se não servisse aos interesses do Governo que substituiu os generais.

Identificar nos documentos sigilosos produzidos pela repressão a continuidade da vigilância da sociedade civil por parte dos militares é compreender que, como resultado de vinte e um anos de ditadura militar no Brasil, existe uma permanência, no imo da sociedade brasileira, de uma cultura da repressão, da vigilância e do controle. O que, por sua vez, explica, em parte, a demora em se criar comissões da verdade e justiça no País. Elucida, também, o fato de a anistia ter sido ampla, geral e irrestrita, bem como a ausência de punição aos torturadores e o motivo de os militares continuarem no poder até os dias atuais. O sigilo acerca dos documentos sensíveis, vencido somente há pouco tempo – diga-se, graças a um esforço em prol da luta contra o esquecimento, que resultou na mudança na legislação de acesso às informações e na instituição de comissões da verdade

¹²⁶⁷ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

no Brasil – permitiu que a transição política após 1985 fosse pouco problematizada na historiografia até o momento, prevalecendo uma noção de, que no dia 15 de março de 1985, iniciou-se uma “Nova República” e que a “Velha República”, ou seja, a ditadura e o passado de violência, ficou para trás.

Houve um esforço para que essa memória prevalecesse e isso persiste nos dias atuais, em que determinados grupos formulam, seja no campo jurídico, ou mesmo no campo discursivo, uma retórica conciliadora e apaziguadora, que, no final das contas, não passa de uma “mentira organizada”, usada como arma adequada contra a verdade¹²⁶⁸.

¹²⁶⁸ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectivas, 1997. p. 288.

EPÍLOGO

Os anos finais da década de 1980 representaram mais um momento de teste de resistência para o SNI. Estamos falando de uma estrutura que foi criada em 1964 e que mantinha sua força apesar das inquietações políticas trazidas pela transição da “Velha” para a “Nova República”. Em verdade, o órgão se manteve de pé e, no governo Sarney, ainda gozava da capacidade de se movimentar entre as teias do poder com desenvoltura. E ainda: o “Serviço” diligenciou para que assim se mantivesse no governo seguinte.

Em 1989, o SNI preparou, durante cinco meses, um estudo propondo sua reestruturação, a ser entregue ao presidente eleito, Fernando Collor de Mello, o qual já havia proposto, em campanha, extinguir o órgão e criar uma assessoria política externa, sem nenhum vestígio do antigo “Serviço”. O trabalho de cerca de 100 páginas foi construído pelo setor de Planejamento e Coordenação do Serviço, chamado de “O SNI do futuro”, pelo qual o órgão passaria a se preocupar apenas com informações externas. O relatório também procurava lembrar ao novo comandante do País que apenas a Câmara dos Deputados poderia promover, através de lei, a extinção do órgão e que sua equipe era constituída por servidores estáveis, portanto, não poderiam simplesmente ser demitidos¹²⁶⁹.

Na mitologia grega, a Hidra era a figura que, quando tinha uma de suas cabeças cortadas, nascia-lhe outra. Foi assim que aconteceu com o SNI. Após ser extinto por Fernando Collor, teve suas atividades mantidas na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, um novo órgão com velhos hábitos. Ligada diretamente ao presidente da República, cabia a essa estrutura o assessoramento do chefe do executivo federal, fornecendo-lhe subsídios necessários à tomada de decisão, além de “supervisionar e controlar projetos e programas” que lhes fossem atribuídos pela Presidência. Chama atenção a generalidade desse último item, dando ao SAE o atributo de promover ações ordenadas pelo presidente, sem que tenha sido delimitado em quais campos e sob quais circunstâncias e para quais fins se configurariam esses “projetos e programas”. Dentro de sua estrutura, foi criado o “Departamento de Inteligência”¹²⁷⁰ e a atuação dessa célula nos fará lembrar do velho SNI.

¹²⁶⁹ SNI quer levar estudo ao presidente eleito para evitar extinção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIX, n. 263, 28 dez. 1989. 1º Caderno, p. 2.

¹²⁷⁰ BRASIL. Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 169, 15 mar. 1990.

E foi justamente essa generalidade que transformou o SNI naquilo que Couto e Silva chamou de “monstro”. Em 1989, o general Fernando Belfort Bethlem, o qual havia sido ministro do Exército durante o governo Geisel, defendia a manutenção do SNI, por este ter prestado relevantes serviços ao País, e a de sua atuação no campo interno, “pois todo Estado moderno não pode abrir mão das informações para que seu governo tenha condições de tomar decisões realistas”. Discordava disso o coronel Sebastião Ferreira Chaves, ex-chefe da Divisão de Assuntos de Informação e Contrainformação da ESG, para o qual não haveria sentido o “Serviço” assumir atribuições no campo interno ou tratar de questões não relacionadas com as de um órgão de inteligência, como o movimento grevista, por exemplo.

Ferreira Chaves também reclamava por um controle do Congresso Nacional sobre esse tipo de órgão, com o intuito de “evitar excessos e abuso de poder”. Criticou também o fato de que a Lei nº 4.341/64, aprovada em um cenário político de enfraquecimento do Poder Legislativo, que criou o SNI, conferiu-lhe poderes amplos e indefinidos, não o deixando transparente diante da sociedade, possibilitando que se criasse um “poder paralelo”¹²⁷¹. A legislação assinada por Collor também não previa qualquer forma de controle externo sobre o novo órgão.

Em verdade, Fernando Collor de Mello já vinha se “estranhando” com o SNI antes mesmo de vencer as eleições. No início de 1988, quando ainda governador do Estado de Alagoas, dirigiu-se ao Palácio do Planalto na tentativa de conseguir uma audiência com o chefe do órgão de informações, general Ivan de Souza Mendes, e indagá-lo a respeito de um dossiê mantido no “Serviço” que o compara a um mafioso e a um nazista. O documento foi vazado pela imprensa e gerou irritação de Collor, que ameaçou apresentar queixa crime contra o chefe do SNI, caso o dossiê, de fato, existisse. O governador disse, ainda, que o “Serviço” deveria prestar contas à sociedade de suas ações: “o que temos que estabelecer é que esse órgão, o SNI, não pode pairar acima de nós, cidadãos”¹²⁷².

Contudo, em julho de 1992, portanto, ainda durante o Governo de Fernando Collor e alguns meses antes de sua gestão ser interrompida por um processo de *impeachment*, a SAE elaborou relatório sobre as eleições da UNE, ocorrida durante o 42º Congresso Nacional, realizado em maio, na cidade de Niterói (RJ). O material foi despachado “para

¹²⁷¹ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 31, 29 jul. 1989.

¹²⁷² COLLOR, barrado no Planalto, interpela SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 313, 19 fev. 1988. 1º Caderno, p. 2.

possível aproveitamento” e informou a vitória da chapa “para o que der e vier”, composta pelos partidos PCdoB, MR-8 e PSDB, que levou mais da metade dos cargos da entidade, como notou os agentes de inteligência. A SAE citou que o PT, a Convergência Socialista, a Causa Operária e o Partido da Libertação Proletária (PLP) também conquistaram alguns postos. O documento destacou alguns nomes que passariam a ocupar cargos principais da nova diretoria.

O vice-Norte e Maranhão ficou com o aluno Leonardo (sobrenome não citado), do curso de Ciências Sociais da UFPA. Foi, ainda, colhido pelo órgão boletim produzido pela entidade, o qual dizia: “o governo Collor acabou. Todo mundo sabe disso, porém ele continua lá”. Fez-se, também, críticas aos baixos investimentos em educação promovidos pelo Governo, ao mesmo tempo em que a UNE conclamava os CA, DA, DCE e UEE para se juntarem aos atos para a derrubada do presidente: “vamos gritar bem alto, fora Collor”¹²⁷³.

¹²⁷³ W7RS1/00996/010/B8P/SAE. Brasília, DF, 13/07/1992. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

Figura 131 – Material colhido pela área de inteligência do governo Collor continha estratégias do movimento estudantil para organizar manifestações pelo *impeachment* do presidente

BOLETIM DA UNE



União Nacional dos Estudantes
Nº 1
JULHO/92

A CIÊNCIA NA UTI e COLLOR NA CPI

O governo Collor acabou. Todo mundo sabe disso, porém ele continua lá. Nunca se fez tão necessária nossa mobilização e articulação junto a outros segmentos. A crise torna-se cada vez mais grave com as denúncias que se avolumam. Até setores da grande imprensa já defendem a renúncia de Collor, como a Folha e o Estadão. O atual governo não tem mais condições morais, éticas e políticas de dirigir a nação.

O seu modelo econômico caracteriza-se por ser entreguista e subserviente às imposições do FMI. As consequências já se fazem sentir nas escolas públicas, que deixaram de receber os 18% da União garantidos pela constituição. Já há um certo tempo, o próprio Conselho do CNPq ressenete-se da falta de prioridade na distribuição e no repasse das verbas mínimas necessárias para o andamento dos projetos de pesquisa. Em vista disto, o seu Conselho Deliberativo deixou de avaliar 2.406 projetos de pesquisa no mês passado, e os já aprovados estão também ameaçados. Tudo isto, quando ainda sabemos que os investimentos em C&T no país não chegam a 0,6% do PIB.

No plano mais geral, esta política adotada pelos colloridos coloca a privatização como um dogma e entrega as nossas principais empresas estratégicas para um desenvolvimento independente e soberano; continua pagando a dívida externa; adota a recessão e o desemprego como fórmula para baixar a inflação e submete-se aos acordos impostos pelo FMI.

As consequências na área social são a miséria, a fome, o desemprego crescente, a perda do poder aquisitivo e epidemias como a cólera, característica da falta de saneamento básico e saúde preventiva. Assim, o aprofundamento do modelo econômico e social vigente leva ao desespero parcelas consideráveis da população.

Por outro lado, o governo aprofunda-se na corrupção, nas falcatruas, nos superfaturamentos, na "república da gang de Alagoas", na ligação clara com o PC Farias e, portanto, no seu isolamento político.

A sociedade já começa a responder. A UNE conclama aos CAS, DAs, DCEs e UEEs para se engajarem nos diversos atos com os setores organizados para que possamos fazer com que a população possa se manifestar acerca dos fatos e das alternativas para a crise que o país passa, como apontou o nosso 42º Congresso em Niterói.

Precisamos unificar os atos, manifestações, passeatas e debates para tirar o Collor do governo. Assim é prioritário articular-se com a CUT, CGT, OAB, Sindicatos, ADS, Associações de Moradores, Partidos, Associações de Servidores, etc, para ajudarmos na construção destas atividades.

Já estão programadas manifestações em Brasília (07/07), Rio (10/07), Minas (10/07), São Paulo (03/07). Além disso, a posse da UNE será um momento de vigília em relação a situação do país e da ciência, durante a 44ª Reunião da SBPC (12 a 17/07 - USP), dia 15/07 no anfiteatro de História.

A História da UNE foi empastada em 16 jul 92, na Faculdade de História, da USP.



Nesta Edição

- As Resoluções do 42º Congresso (Niterói/RJ)
- A UNE e a ECO-92
- Dossiê sobre verbas
- Atos por FORA COLLOR em todo o país
- LDB, CREDUC e Lei de Mensalidades
- Posse da Diretoria

Fonte:

Fernando Collor, o segundo presidente da Nova República, acabou afastado do cargo em outubro de 1992, para o qual não mais voltaria. Em meio às manifestações de rua promovidas por vários grupos civis em um quadro de instabilidade política, o SAE tentou cumprir seu papel de vigiar determinados elementos. Preparou-se documento, em novembro, sobre a situação da Frente Única Revolucionária (FUR) no Estado do Pará. Segundo apurou o órgão, “militantes de tendências revolucionárias” (chamo atenção para

o uso de linguajar comum à documentação produzida pela repressão durante a ditadura), abrigados no PT, realizaram, em São Luís, “encontro para discutir os caminhos do Movimento Operário Popular (MOP) e a formação da Frente Única Revolucionária”. A “Secretaria” identificou a presença de “militantes paraenses” entre os participantes dos debates que formularam estratégias para promover a “ruptura revolucionária” no Brasil e a derrubada do presidente afastado. Segundo o relatório, o grupo visava construir “uma nova ordem baseada no socialismo”, aproveitando aquele momento político. Em seguida ao evento, as reuniões das correntes que disputavam o controle da FUR no Pará foram monitoradas pela SAE, a qual conseguiu identificar um dos locais (município de Abaetetuba)¹²⁷⁴.

Os agentes de inteligência detectaram, entre os participantes do encontro sobre a formação da FUR, a presença de Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes, a “Berna”, ex-aluna do curso de História da UFPA, líder estudantil durante o início dos anos 1980 e figura presente nos arquivos da repressão; Jacqueline da Cunha Serra Freire, ex-presidente do DCE/UFPA; e Silvio Brasil, estudante de Medicina da UFPA e classificado pelo SAE como “ex-militante do PRC, pertencente a Vertente Socialista (VS)”¹²⁷⁵.

Em maio de 1993, portanto, já durante o mandato do terceiro presidente civil após a ditadura militar, o órgão legatário do SNI produziu relatório confidencial sobre as atividades da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), entidade de tendência “morenista”¹²⁷⁶ e formado por dissidentes da Convergência Socialista, a qual se estruturou inicialmente em Porto Alegre e, em seguida, no Pará. Os agentes do SAE apuraram que a CST não possuía vinculação internacional e possuía um jornal de divulgação chamado de “Combate Socialista”.

Entre os “militantes” (e aqui destaque o novamente uso dessa palavra, pois se constitui jargão herdado da ditadura militar, comumente utilizado pela “Comunidade” quando se referia a todo tipo de manifestante de oposição ao governo), foram identificados Fabiano Garrido, membro do DCE/UFPA, um sujeito chamado Roberto, membro da UMES de Belém, Edson Lima, integrante da juventude da CST e dirigente secundarista na capital paraense, e João Batista Oliveira de Araújo, o “Babá”, professor da UFPA e dirigente da CST. Destacou-se no documento que a entidade tinha por

¹²⁷⁴ W/TR3/00022/G2/CAC/SAE. Brasília, DF, 19/11/1992. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁷⁵ W/TR3/00022/G2/CAC/SAE. Brasília, DF, 19/11/1992. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁷⁶ Referente a Nahuel Moreno.

“objetivo a implantação do socialismo no Brasil” e defendia a “aliança com o movimento estudantil”, pois argumentava que teria sido dessa maneira “que o ex-presidente Collor foi derrubado”. O material interceptado e anexado continha chamamento, assinado por Fabiano Garrido, de greve geral dos estudantes e informação de que o DCE/UFPA planejava lançar “milhares de panfletos, mobilizando os estudantes”¹²⁷⁷.

Figura 132 – Capa de documentação produzida pela SAE

CONFIDENCIAL

		CAPA DE ACE		01/03 GL: 132/94	
		AGÊNCIA BIC	N.º ACE/ANO 76518/94	TOTAL FLs. 08	SIGILO W
FLUXO DO PROCESSO			VALIDADE INICIAL 05 ANOS		
ENTRADA NA SE/SS PESQ. ARQ. 08/07/94	REMESSA AO CIn / /	ACE PROCESSADO 27/07/94	FRAÇÃO RESPONSÁVEL ST-523/005		
ACESSO INICIAL					
B.I.C	B.8P				
DOCUMENTOS COMPONENTES					
N.º ORD.	TIPO/NÚMERO/ÓRGÃO/ANO			NRS/NRS/ANO	
01	W/FSJ/00569/110/B8P/140594/01			02793/93	
02					
03					

Nota: importante destacar que se manteve o logotipo do SNI e a notação que identifica a agência de origem do relatório era a mesma usada pela Agência Central do SNI (“BIC”).

Em outra chamada, os dois secundaristas citados pela vigilância assinaram artigo sobre a atuação do movimento que, segundo os autores, “derrubou um presidente”. Destacaram-se as manifestações dos “caras-pintadas” nos enfrentamentos pelo passe livre e meia entrada para os estudantes de Belém. Fizeram ainda críticas ao governo Itamar Franco¹²⁷⁸.

¹²⁷⁷ W7RR1/00569/110/B8P/SAE. Brasília, DF, 14/05/1993. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁷⁸ W7RR1/00569/110/B8P/SAE. Brasília, DF, 14/05/1993. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

Figura 133 – Material recolhido pela SAE. Na foto, o secundarista paraense Edson Lima
CONEG DA UBES MARCA GREVE DIA 4 E CONGRESSO EM OUTUBRO

Na sexta, dia 23, até mesmo Brasília começou a ficar diferente. Eram ônibus de todo o país chegando, carregado de secundaristas, cansados de dias de viagem, com pouco dinheiro no bolso. Porém, na bagagem carregavam a coragem de quem derrubou um presidente e a certeza de que, mais do que nunca, a luta continua. Por isso já entraram no Coneg com a greve geral nas mãos.

Cara-pintadas de norte a sul, protagonistas das principais lutas dos últimos meses, desde as passeatas pelo congelamento que lotaram as ruas do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, aos atos por verbas para as escolas públicas em Brasília, São Paulo, ou os enfrentamentos pelo passe-livre e meia-entrada dos estudantes de Belém. Todos estavam lá, construindo aquele que foi o maior Coneg da história da UBES, não só pelo número (600 participantes e mais de 100 entidades), mas principalmente pela qualidade, pois ali estava o setor que mais lutou no último ano e que sabe que só lutando se conquista. E mais: sabe que para dar um salto em sua mobilização é necessária a unificação nacional.

A necessidade de unificação se refletiu nas duas principais resoluções: adesão à greve geral aprovada no Coneg da UNE e a marcação do Congresso, com critérios democráticos de participação.

O primeiro dia, pela quantidade de participantes, foi dedicado a discussões em grupos, que foi polarizada pela polémica em torno a Itamar: apoio ou não a seu governo. Após acirrado debate, a direção da UBES, conseguiu aprovar uma proposta centrada de apoiar as



Edson Lima,
da
Juventude
da CST

medidas positivas e combater as negativas do governo Itamar. Porém, isso não se deu sem problemas, pois tanto o PCdoB quanto o MR-8, que trouxeram vários ativistas em ônibus patrocinados por governos estaduais, tiveram que realizar plenárias para explicar quais as medidas positivas deste governo, e como um governo que ataca a educação, não se enfrenta com os patrões do ensino, que está atolado nos escândalos de corrupção pode apresentar alguma medida a favor do movimento.

A adesão à greve foi unânime, pois as direções, pressionadas pelo ascenso nacional, não tiveram outra saída.

A aprovação da greve geral foi uma grande vitória, em primeiro lugar porque unifica estudantes secundaristas e universitários, o que nós, da Juventude da CST, vínhamos defendendo no movimento. Em segundo porque com esta proposta os estudantes impediram, na prática, o pacto que o PCdoB e o MR-8 vinham armando nas costas dos estudantes, com Itamar. Por último, é que os estudantes voltam a ser uma referência, assim como

foram durante as mobilizações do Fora Collor, para o conjunto dos trabalhadores e da população explorada

Quando ao Congresso da UBES, ficou marcado para 8 de outubro, em São Paulo. Porém, o mais importante, é que essa diretoria, que adiou continuamente o Congresso, não só teve que marcá-lo, como não pôde impedir que os critérios aprovados não respeitassem os estatutos burocráticos criados por ela. Agora, para cada 800 estudantes, a escola pode enviar um delegado, e a eleição dos mesmos não terá que passar pelo crivo dos encontros municipais e estaduais para poder chegar ao Congresso Nacional. Basta realizar assembleias nas escolas e eleger diretamente os seus delegados.

Não há dúvidas de que estas resoluções foram não só positivas como apontam para o avanço de nossa luta. Infelizmente, não conseguimos convencer os companheiros que dirigiam a intervenção do PT no Coneg, e nem aos companheiros do PST-U, de que não poderíamos deixar nas mãos do MR-8 e do PCdoB a continuidade do movimento. Portanto, defendemos sozinho a proposta da marcação de um novo fórum após a greve para fazer o balanço e dar os próximos passos. Não podemos confiar naqueles que estão juntos com Quêrcia e pactuam com Itamar. Por isso chamamos a que se forme em cada cidade, em cada escola, comandos de greve locais unificados, com universitários, secundaristas e funcionários das universidades que aderiram à greve. Só assim poderemos garantir a nossa vitória.

Roberto (UMES-Belém) e
Edson Lima (dirigente secundarista de Belém)

Fonte:

Figura 134 – Material de divulgação da CST coletado pela vigilância

Entrevista com Babá, deputado e professor da UFPA

**NAS ELEIÇÕES PARA REITOR,
NASCE UMA FORTE OPOSIÇÃO**

Combate - Como se formou o Movimento Mudança e o que defendia para a Universidade?

Babá - A formação do Mudança foi histórica pelas seguintes razões: 1) pela primeira vez se unificaram estudantes, professores e funcionários, que discutiram durante dois meses que universidade nós queríamos; 2) foi uma chapa eleita em convenção, com votação universal e direta, das três categorias; 3) defendeu um programa onde constava oposição ao governo Itamar, por uma universidade a serviço dos trabalhadores, em defesa do socialismo, democratização da universidade com conselhos paritários entre os três setores em todos os níveis, estatuinte universitária etc.

Combate - As eleições para reitor na Universidade Federal do Pará foram bastante polarizadas. O que reflete este processo?

Babá - Reflete uma polarização objetiva que existe no conjunto do movimento sindical e popular. De um lado as correntes Nova Esquerda, PCdoB, e o setor majoritário da Articulação; que apoiaram uma chapa ligada ao governador Jader Barbalho, que apoiava o governo Itamar e a aplicação dos planos neo-liberais do FMI para a educação, que sucateia e privatiza o ensino. Por outro lado, nós, da CST, Força Socialista, PST-U e independentes, que apoiamos a chapa do professor Olavo Galvão, eleita em convenção das três categorias, e que se opunha à política de Itamar.

Combate - A votação da chapa Mudança foi bastante alta (7.223 votos contra 8.773 da chapa opositora). A que se deve este resultado?

Babá - Apesar de toda a estrutura da reitoria e do governo do Estado, que realizaram uma campanha milionária, chegando a distribuir até três panfletos diferentes por dia, pagando pessoas para fazer a campanha etc, hoje, na universidade, já existe um setor mais consciente, que participou do processo democrático de discussão e formação da chapa na base. Daí a vitória no campus, já que no interior era mais difícil fazer campanha, pois, para se ter uma idéia, o campus de Santarém fica a uma hora de avião, e as finanças da nossa chapa eram bancadas pelo próprio movimento Mudança.

Combate - Quais os próximos passos na UFPA?

Babá - Na última plenária do M.M. decidimos não nos dissolver, e continuar a disputar a direção do movimento contra esse setor governista, pois a luta contra Itamar e o FMI, contra a privatização não termina com as eleições. Ao contrário, agora temos a Greve Geral dos estudantes no dia 4 de maio, e depois as eleições do DCE, e como no setor estudantil fomos vitoriosos, nós, da CST, acreditamos que devemos repetir a mesma composição. Ou seja é Mudança neles! Por isso fazemos um chamado aos companheiros da Corrente Resgata-ME, Força Socialista e PST-U, para repetir esta vitória. Devemos realizar uma



João Batista - Babá, deputado estadual da CST/PA

convenção democrática, onde discutamos programa, composição, campanha, lutas e partamos para as salas de aula para derrotar Itamar e seus defensores e construir a universidade que queremos.

Combate - Que conclusões podemos tirar dessas eleições?

Babá - Primeiro, que fomos vitoriosos, pois hoje praticamente já temos quase a metade da UFPA a favor de um projeto de universidade para os trabalhadores e a serviço de suas lutas, e, entre os que votaram na outra metade, tem muito companheiro bom, que acreditou nas promessas de campanha do candidato do Jader e quando perceber que foi enganado vai vir engrossar as fileiras dos lutadores e socialistas. O primeiro teste vai se dar agora com a greve dos estudantes, e que a FASUBRA (Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras) votou aderir.

Nota: o entrevistado é Babá, então professor da UFPA e um dos “militantes” identificados pelos agentes. Durante a entrevista, Babá denunciou a aplicação, por parte do governo Itamar Franco, de planos neoliberais do FMI para a educação, que sucateavam e privatizavam o ensino, segundo o docente.

Resta a constatada permanência da vigilância sobre o que ainda se chamava de “militantes” durante a Nova República, ou após a ditadura militar, como se preferir. Esse, por si só, já é um dado importante, mas ainda é necessário saber como essas informações foram utilizadas.

A documentação produzida após 1985, tanto pelo SNI quanto pela SAE, trouxe algumas mudanças e certas descrições foram adotadas e várias informações, facilmente identificadas na documentação anterior, passaram a serem omitidas. Por exemplo, as autoridades demandantes, os nomes dos órgãos solicitantes, a identificação das áreas de difusão das informações e o tratamento dado aos relatórios, após emitidos, passaram a não ser mais apresentados com frequência. De alguma forma, isso obscurece o entendimento sobre as práticas de espionagem nesse período, mas não o torna de todo incompreensível, principalmente, se observadas com maior diligência. Cito um exemplo.

O presidente da República, Fernando Collor, pretendia nomear, em 1991, Nassim Gabriel Mehedff para o cargo em comissão de diretor do Departamento de Políticas para a Formação Profissional, da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica do Ministério da Educação. O “Decreto” de nomeação, destaque, já estava digitado e pronto para ser publicado, mas foi “cancelado”, como mostra notação à caneta posta sobre o papel.

O que teria feito o presidente desistir do ato? Apensado à minuta do “Decreto” não publicado, existe um prontuário carimbado com a tarja “Confidencial”, o qual apresenta o histórico de Nassim: ingresso na AP em 1962; preso em 1965, em São Paulo, durante reunião do movimento estudantil; indiciado em 1965 em IPM instaurado para apurar “atividades subversivas” desenvolvidas em entidades estudantis (ocasião em que se apurou seu envolvimento “em aliciamento ideológico, rumo ao comunismo”, o que lhe rendeu incursão na Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953 – antiga LSN); indiciado também em outro IPM por ter participado de agitações estudantis em Belo Horizonte em 1968; hospedou em sua casa, em 1968, José Carlos Moreira de Mello, então presidente da UNE. Nassim acabou aposentado em 1969, conforme AI-1, do cargo de professor da UFMG, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e, em 1980, teve seu pedido de enquadramento nos benefícios da Lei de Anistia deferidos pelo MEC¹²⁷⁹.

O prontuário foi produzido no final do segundo ano de mandato do presidente (civil) Fernando Collor, o mesmo que prometeu extinguir o SNI, mas que criou a SAE três meses após sua chegada ao Planalto. O prontuário contém informações sobre

¹²⁷⁹ Prontuário nº 2125-6, SAE. Brasília, DF, 06/11/1991. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

“atividades subversivas” praticadas desde 1962 por um opositor do regime militar que, naquele momento, era cogitado para ocupar cargo de chefia na administração pública federal quando nenhuma legislação o restringia. Saliento a permanência, em 1991, do termo “subversivo” para classificar o “quase nomeado” e para a manutenção e uso, na Nova República, de dados colhidos durante o regime de exceção pelos órgãos de repressão da ditadura.

E mais, as informações serviram como subsídios para desabonar a escolha do elemento para ser aproveitado como dirigente de um setor vinculado ao MEC. Nenhuma outra questão, além da militância política, foi apontada no prontuário que infamasse o anistiado. Durante a Nova República, ainda se fazia filtragem ideológica na gestão pública federal por meio da atividade de inteligência e com base em dados colhidos pela ditadura.

Trata-se de questão relevante, pois a SAE, órgão criado por Collor para lhe prestar informações e executar demandas nem um pouco específicas, graças à Medida Provisória que o presidente baixou no início de seu mandato, o mesmo que herdou a catálogo com dados de “militantes” do arquivo da repressão, o mesmo que substituiu o SNI, por fim, o departamento de inteligência criado na Nova República, continuou interessada no que acontecia no meio educacional, no *campus* universitário, e a produzir dados sobre a comunidade acadêmica.

O escritório da “Secretaria”, localizado em Belém, produziu, em outubro de 1990, relatório sobre “Entidades Representativas no Movimento Educacional”, detectando que, na UFPA, as entidades representativas da comunidade universitária, isto é, de docentes, de servidores e de alunos possuíam ligações, respectivamente, com o PCB, com a Nova Esquerda (tendência interna do PT e da CUT) e com o PCdoB. Foi constatado também que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP) estaria atrelado à Força Socialista e à Convergência Socialista, outras tendências do PT e da CUT. A UMES manteria, segundo a SAE, contato com a União da Juventude Socialista (UJS), tida por “organização de frente do PCdoB”.

O relatório trazia nome completo de todos os ocupantes de cargos nessas entidades, na direção da UFPA, nas demais instituições de ensino superior do Pará e em suas respectivas associações de professores e funcionários. Foi um mapeamento completo que envolveu também elementos que faziam parte dos órgãos de representação dos estudantes, ou seja, os DCE da UFPA e da UNESPA, coordenados por José Maia Bezerra

e Dilson Lameira Picanço (esse juntamente com Pedro Sérgio Vinente de Sousa), exatamente nessa ordem¹²⁸⁰.

Meses depois, a agência central da SAE, em Brasília, emitiu comunicado, recebido pela filial instalada na capital paraense, tratando do “acompanhamento sistemático das atividades do Movimento Educacional – docentes, servidores e estudantes”, o qual advertiu o órgão, necessitava, “periodicamente, de dados atualizados relativos a suas entidades representativas”. Orientou, ainda, que as atualizações trouxessem informações sobre “principais objetivos e reivindicações, ligações nacionais e internacionais, capacidade de mobilização e origem dos recursos”¹²⁸¹.

Houve acompanhamento da inteligência também do processo de eleição para o cargo de reitor da UFPA, ocorrido em abril de 1993, a terceira por via direta, quando houve grande mobilização da comunidade acadêmica nos *campi* em Belém e em nove municípios do interior do Estado. Por coincidir com o plebiscito ocorrido no mesmo mês, o pleito universitário provocou, nas palavras do SAE, “clima de passionalidade nunca vista na instituição”, enquanto “partidos políticos e grupos partidários menores entenderam que deveriam ingressar na UFPA para transformá-la em palco de disputa”.

O órgão indicou, em seu relatório, que a chapa vencedora, “Universidade e Compromisso Social”, liderada por Marcos Ximenes Ponte, recebeu apoio do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do PMDB e de integrantes do grupo “Articulação”, vinculado ao PT, partido ao qual era filiada a candidata a vice-reitora da chapa, Zélia Amador de Deus. Três deputados estaduais do PT também apoiaram a chapa vencedora, como ressaltou o SAE. Como parte do processo, o Conselho Universitário (CONSUN) enviaria lista sêxtupla, composta pelos membros da chapa vencedora, ao Ministério da Educação e Desporto para indicação do novo reitor pelo presidente da República¹²⁸².

Apesar da eleição de presidentes civis, da nova Carta Constitucional de 1988 e das denúncias contra a espionagem política promovida pelo Estado brasileiro, manteve-se o *ethos* repressivo herdado da ditadura militar na Nova República. As práticas, a semântica e os alvos da inteligência se conservaram durante a transição democrática e

¹²⁸⁰ WFS1/000634/112/B7B/SAE. Belém, 09/10/1990. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁸¹ WFS1/000634/112/B7B/SAE. Belém, 09/10/1990. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁸² FS1/00079/100/B7B/SAE. Belém, 22/04/1993. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

mesmo no pós-ditadura, o que é possível notar tomando como objeto a atuação do SNI e da SAE no decorrer da distensão e nos primeiros governos civis.

Até o método de trabalho foi conservado. Para levantar as informações do seu interesse, o SNI recorria aos agentes de busca, à polícia, a entidades civis e militares e à imprensa. “Adotava-se, desde o início, a prática de despachar agentes para acompanhar reuniões, como até hoje, provavelmente acontece”, declarou, em 1989, o general Hélio Lopes, primeiro chefe de Gabinete do órgão¹²⁸³. De fato, essa última prática continuou comum, mesmo após o fim do SNI, e notamos ter sido a mais utilizada pela vigilância durante a ditadura, ou seja, a de infiltrar agentes em eventos de potencial antagonismo ao governo.

Já no mandato de Fernando Henrique Cardoso, a linguagem muda e a configuração típica da documentação sensível sobre opositores políticos, produzida ao longo dos quarenta anos anteriores, contaminada pelo “antiesquerdismo” e pela clara política de desqualificação do inimigo, já não se observam com toda a clareza vista anteriormente.

Cito, como exemplo, relatório confidencial produzido pela SAE, em maio de 1995, sobre a “Perspectiva do Movimento Educacional” no Brasil, chamado de “movimento de pressão” (e não mais de subversivo), constituído por professores, alunos e funcionários. Naquele momento, foram identificados, entre as pautas, as deficiências do setor educacional e a decadência do ensino público, em todos os níveis, que era incapaz de absorver a demanda e evitar a evasão¹²⁸⁴.

Segundo análise da inteligência, a atuação do Movimento Educacional preocupava as lideranças de cada setor, pelo descompasso nas ações e pela crise política e organizativa que imperavam. Entendia-se que a categoria dos professores vinha perdendo o papel destacado que detinha e, ciente disto, tentava articular os três segmentos para dar maior força ao Movimento e resistir ao avanço do que chamava de “projeto neoliberal” do governo para a educação.

¹²⁸³ TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

¹²⁸⁴ Além desses, foram “temas com ampla repercussão e objeto de debates”: o projeto educacional do Governo e a Medida Provisória (MP) que regulava o aumento das mensalidades escolares; a MP que previa exame final nas Instituições de Ensino Superior para avaliar a qualidade do ensino; a reforma constitucional; os substitutivos do senador Darcy Ribeiro ao Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e os baixos salários de professores e funcionários. N/J07/00235/1202/TD8/SAE. Brasília, DF, 25/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

Como estratégia de luta, o Movimento Educacional pretendia participar ativamente na elaboração de um plano de enfrentamento ao Governo Federal, do qual declarava ser oposição sistemática. Para tanto, via urgência no fortalecimento de uma direção com a capacidade de resistir às pressões e unificar as suas lutas com a dos movimentos populares para a defesa conjunta de bandeiras gerais e específicas que atenderiam a todos, “como a estabilidade no emprego, a reforma agrária radical, a luta contra a revisão constitucional, dentre outras”. Também constavam da pauta, “discussões pela deflagração de greves e deslocamentos para Brasília em caravanas conjuntas com os movimentos sindical e popular, a fim de promover manifestações de protesto contra o governo”¹²⁸⁵.

A SAE apontou que, no Pará, o Movimento Educacional se utilizava do “artifício da greve, como forma de organização e pressão, para alcançar seus objetivos, desgastando as instituições e causando significativos prejuízos, principalmente, para os estudantes”. Citou-se o movimento grevista liderado pela ADUFPA e por funcionários técnico-administrativos, em maio de 1995, a quinta nos últimos cinco anos. A “Secretaria” entendeu que o cerne da questão era “basicamente político e não econômico”¹²⁸⁶.

A inteligência apurou ainda que, em Belém, no dia 10 de maio de 1995, a UNE, a UBES e a UMES promoveram manifestação para marcar o “Dia de paralisação dos alunos da rede pública”, quando se faria protesto contra a Revisão Constitucional e a favor de melhorias na qualidade de ensino. O evento teve participação de 2 mil pessoas, que se concentraram no Conjunto Arquitetônico de Nazaré (CAN), prosseguindo com passeata pelas ruas do centro da cidade até o prédio do Ministério da Fazenda (MF), “onde estavam programados um ato público e a entrega de um documento contra as propostas de reforma da Constituição”.

O SAE chegou a identificar participação de “militantes do PCdoB, PT, PSB, PSTU, CUT e CGT”. Os manifestantes foram liderados pelo deputado estadual João Batista de Oliveira Araújo (PT) e pelo secretário-geral da UMES, John Charles Torres. As palavras de ordem eram: “Ei-ei-ei, estudante tá na rua pra barrar FHC”; e “Arroz, feijão, saúde e educação, greve geral para barrar a revisão”¹²⁸⁷.

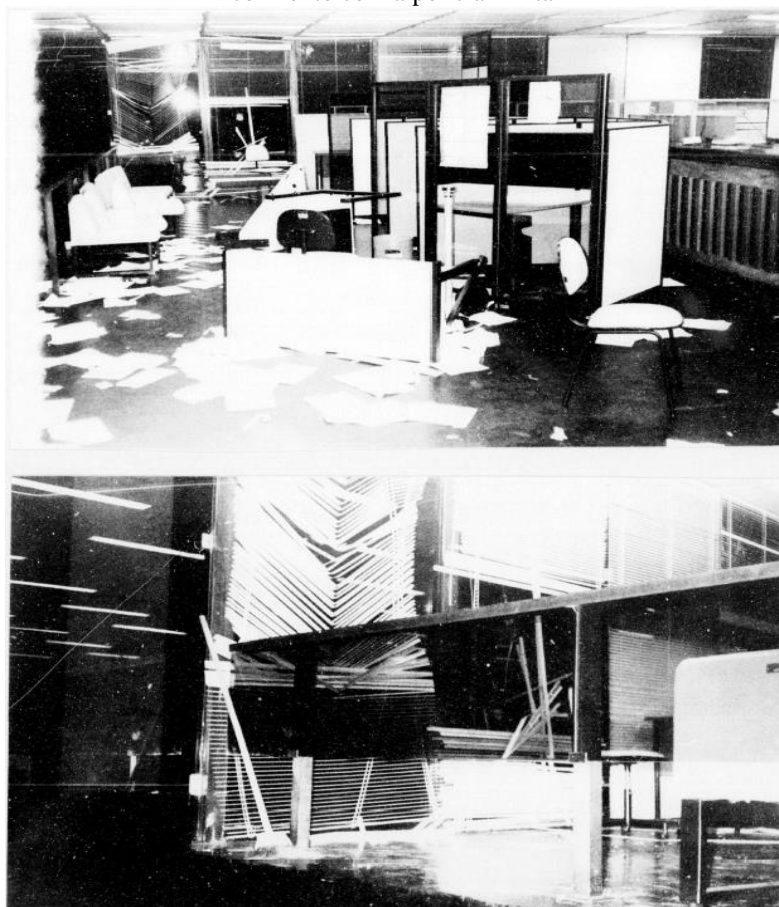
¹²⁸⁵ N/J07/00235/1202/TD8/SAE. Brasília, DF, 25/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁸⁶ N/J07/00173/9102/YG4/SAE. Brasília, DF, 12/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁸⁷ N/J07/00171/9102/YG4/SAE. Brasília, DF, 12/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

Chegando à sede do MF, ao entardecer, os manifestantes entraram no prédio e o superintendente do órgão, José Barroso Tostes Neto, convocou a presença da PM. Houve confronto, danos materiais no local e prisão de vinte estudantes. O grupo seguiu ainda para a Praça da República para a conclusão do protesto, sendo dispersado pela polícia com violência. O episódio suscitou críticas de membros do legislativo paraense, tanto da Câmara Municipal de Belém, quanto da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que desabonaram a ação da PM¹²⁸⁸.

Figura 135 – Fotografia da sede do Ministério da Fazenda em Belém tirada após evento que culminou em confronto com a polícia militar



Nota: a SAE informou que a manifestação atraiu número significativo de estudantes, o “que há muito tempo não se via em eventos desse tipo”¹²⁸⁹.

Nesses documentos, percebemos algumas continuidades. As movimentações políticas identificadas dentro do *campus* permaneceram no radar do Governo, seus condutores permaneceram sendo tratados como inimigos políticos presumidos, o que não

¹²⁸⁸ N/J07/00171/9102/YG4/SAE. Brasília, DF, 12/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

¹²⁸⁹ N/J07/00171/9102/YG4/SAE. Brasília, DF, 12/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

é um aspecto compatível com uma democracia. A permanência do termo “militante” para tratar os opositores também chama atenção, dada a carga de repressão que ela carrega, usada pelo regime militar para se referir aos membros de grupos considerados “subversivos”, contrários ao Estado, durante a ditadura. Não se utilizava esse termo, por exemplo, para descrever membros que o regime chamava de “entidades legalmente constituídas que, por pregarem a democracia”, tinham, “logicamente, que se opor ao totalitarismo comunista”¹²⁹⁰.

Mas já não podemos deixar de notar que existem mudanças na semântica, na narrativa e na qualificação dos alvos. A menção a partidos políticos de esquerda não se constituiu mais como o cerne do “problema”, e não se fez uso do arquivo construído pela ditadura para compor um dossiê negativo sobre os nomes citados, pelo menos, não explicitamente.

No entanto, é preciso ter cautela. Não estamos afirmando que o “anticomunismo”, ou o “antiesquerdismo” ou a utilização da “inteligência” para promover a desqualificação de adversários políticos tenha se interrompido com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao Planalto. Cito um exemplo. Em relatório produzido pela SAE, também em maio de 1995, estava escrito que, “na área dos discentes”, a UNE, que se encontrava, segundo o órgão, “sob forte influência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”, não estava apenas promovendo manifestações contra as medidas provisórias que tratavam do aumento das mensalidades escolares, como também vinha se engajado nas manifestações contra os projetos de reforma constitucional apresentadas pelo governo Fernando Henrique. O documento ainda dizia: “a UNE intensificará sua atuação nessas manifestações, sobretudo, se as teses da esquerda radical forem derrotadas nas votações do Congresso Nacional”. Concluiu-se que o Movimento Educacional continuaria fabricando bandeiras de luta para “exercer pressão contra determinações governamentais”¹²⁹¹.

O documento poderia facilmente ter sido produzido pelo SNI em 1965, mas a data de sua produção ocorreu quarenta anos depois, em 1995, no contexto de um governo civil, eleito por voto direto e na vigência de uma nova e democrática Constituição Federal (1988). O que se nota é a permanência do “palavreado” utilizado pela “Comunidade de

¹²⁹⁰ Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹²⁹¹ N/J07/00129/0910/UE9/SAE. Brasília, 15/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

Informações” durante a ditadura. Vê-se também o monitoramento dos antagonismos internos protagonizados por estudantes e professores, sob a alcunha de “Movimento Educacional”, ainda vistos ainda como inimigos do Estado. Também são citadas supostas influências de partidos políticos de esquerda sobre a UNE, a qual estaria suscetível ao êxito ou ao fracasso da “esquerda radical” no campo legislativo.

Por evidências como essas, nosso recorte, 1964 a 1994, continua parcial e provisório, considerando que a conservação de elementos típicos a um regime não democrático alude ao que buscamos demonstrar até aqui, isto é, ocorreu uma transição política incompleta no País. Entender como isso se processou passa, também, tomando por objeto de estudo o departamento de inteligência do Governo Federal, pela desclassificação dos documentos produzidos durante os demais governos civis, o que torna nosso texto um produto já perecível, à medida que mais documentos forem disponibilizados para o público.

E isso vale não apenas para os órgãos de informações ligados à Presidência da República, mas também à atuação daqueles situados na estrutura dos demais setores de segurança pública (estadual e federal) e das Forças Armadas, de modo a se identificar estilhaços da ditadura militar ainda não removidos. Vícios não abandonados. Práticas suspeitas mantidas e reproduzidas. Definição de alvos ideológicos prediletos. Destruição da reputação de adversários políticos por meio de informações privilegiadas e produzidas pelos agentes do Estado.

Sem isso, nossa democracia continuará sendo costurada com retalhos. Sem isso, jamais assumiremos que existe uma fé ingênua e romanesca de que a Nova República, com seus presidentes civis criados no regime antigo e com sua “Constituição Cidadã” escrita sob a homologação dos militares, inaugurou uma era inteiramente democrática e que deixara no passado as práticas ditatoriais assumidas pelos golpistas de 1964 e assimiladas por boa parte da classe política. Credulidade essa que aposta, às vezes cegamente, que as “instituições”, como são chamados os mecanismos que supostamente seriam capazes de conter avanços autoritários em nosso estado de Direito, sejam suficientes para classificar nosso regime como democrático. É um engano. A sobrevivência de uma Lei de Segurança Nacional desde 1983 até poucos meses nos faz crer que possa existir limbos democráticos em um regime insistentemente autoritário, em que a liberdade é a exceção e não o contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro com uma das perguntas a serem respondidas neste momento: a atuação do SNI nas universidades foi realmente eficaz? Ainda que isso possa parecer um pouco esquivo, a resposta é “depende”. Se o objetivo era desbaratar os grupos hostis ao regime militar que atuavam dentro das universidades, evitar que alunos se locomovessem entre centros acadêmicos e partidos políticos clandestinos, ou mesmo, de maneira geral, impedir que os *campi* fossem contaminados por ideologias marxistas, o SNI não cumpriu seu papel, pois nenhum desses propósitos foi alcançado, demonstrando os limites da “hegemonia” do regime.

O movimento estudantil também, em nenhum momento, interrompeu suas atividades, seja para mobilizar a comunidade acadêmica em torno de demandas específicas e atinentes a melhorias da qualidade de ensino, seja para engrossar a luta na “grande política”, para enfraquecer a ditadura, mostrando as possibilidades da “contra hegemonia” na UFPA em tempos de repressão.

Por outro lado, o SNI conseguiu dificultar a ação de resistência entre universitários, impediu que professores “subversivos” fossem admitidos e construiu um banco de dados rico e detalhado a respeito da comunidade acadêmica, o qual, como vimos, continuou sendo usado após a posse de um presidente civil. Esse acervo, construído desde 1964, foi compartilhado com os demais órgãos de repressão, a chamada “Comunidade”, e teve papel fundamental para enfraquecer os inimigos da ditadura na frente de luta não armada. Nesse aspecto, e nisso acreditamos que a documentação demonstra à farta, o SNI cumpriu, e muito bem, o seu papel. E justamente por ter se mostrado eficaz nesse aspecto é que o órgão foi expandido após 1974 e ganhou sobrevida mesmo com o “fim” (acreditamos que a este ponto do texto o leitor esteja convencido de que esta palavra deva ser aspeada) do regime militar.

E, aqui, precisamos retomar o enunciado principal de nosso texto: as atividades do SNI foram mantidas durante a descompressão política, o que denuncia os limites da “redemocratização” propugnada pelos dois últimos presidentes gerais. Perseguindo essa pista, chegamos a outras questões: que à “Comunidade” foi delegado o dever de produzir informações sobre movimentos internos que pudessem significar antagonismos ao “novo regime” que, sob a liderança de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, vinha se (re)construindo e (re)adequando-se às novas realidades políticas que se colocavam.

Enquanto a “legislação revolucionária” – era assim que os agentes do regime se referiam ao estado de exceção produzido pelas leis autoritárias impostas pela ditadura – ruía, e, enquanto se anistiavam alguns opositores, acabava-se com o bipartidarismo e se enfraquecia a censura, o regime mantinha, em plena atuação, a “Hidra de mil olhos” criada pelo marechal Castello Branco em 1964, e não dava indícios de querer dispor dessa útil ferramenta política. Em nenhum dos documentos lidos, notou-se qualquer sugestão ou vontade do Governo de que o órgão fosse extinto. Pelo contrário, o que se viu foi o redirecionamento de suas funções para atender às novas demandas que se apresentavam, isto é, os novos antagonismos facilitados pelo processo de distensão política.

A manutenção do aparato de vigilância não se tratou, logo, de um movimento tético para acalmar os chamados “duros” do regime, enquanto se faziam mudanças em direção à redemocratização do País. A continuidade do SNI e de suas funções se constituiu em uma estratégia do regime de se acomodar no novo cenário político que se formava, o que exigia o levantamento de dados sobre agentes opositoristas, em especial, aqueles identificados com as “esquerdas”.

E aqui nos deparamos com outra questão. A documentação revela a mudança da atuação da vigilância em relação aos campos nos quais seus agentes passaram a colher informações, mas o alvo prioritário permaneceu o mesmo. Esse foco de interesse apareceu nas fontes produzidas em 1964, em 1968, em 1977, em 1982, em 1984 e em 1994: eram as “esquerdas”. A documentação permite afirmar que foi o “antiesquerdismo” o elemento principal de continuidade existente entre 1964 a 1994. Ou seja, o intento de desmobilizar agrupamentos ligados às esquerdas pautou a organização e a atuação da “Comunidade” durante esse período. Em 1964, após o golpe, coube à “Inteligência” produzir informações úteis ao regime em seu trabalho de evitar a tomada de poder pelas esquerdas através da “Guerra Revolucionária”. O mesmo vale para o contexto de 1968. Já em 1977, em 1982 e em 1984, o objetivo era evitar que as esquerdas chegassem ao poder através das vias democráticas, ou seja, do tipo eleitoral. Nos governos civis, eleitos direta ou indiretamente, o “antiesquerdismo” está lá, ainda presente no radar da “Inteligência”, representado pelos insistentemente chamados “militantes”, alcunha que carrega todo o simbolismo herdado da ditadura.

Acreditamos, ainda, que a partir de 1974, e a documentação sigilosa comprava isso, os militares simplesmente não “bateram em retirada” e abriram mão do poder. A permanência, na Nova República, da espionagem estatal e de práticas compatíveis apenas com um regime de exceção nos fazem questionar se, de fato, a transição política pode ser

dada como finalizada. Muitas vezes, esbarramos em periodizações que sugerem mudanças, inflexões e transformações políticas, mas que são, ao mesmo tempo, incapazes de transmitir com maior precisão as realidades históricas vividas.

Claro, isso não é nenhuma novidade para a narrativa histórica e toda pesquisa sempre enfrentará essa dificuldade. Contudo, tratando-se, em especial, da História do Tempo Presente, somada àquilo que se chamou de transição democrática inconclusa e às continuidades de práticas autoritárias que limitam a construção da democracia até hoje, esses marcos passam a ter significados mais práticos. Não são apenas números, na verdade, são propostas de encerramento, de fins e de recomeços. Pontos finais ilusórios, limitados e traiçoeiros.

Nunca foi tão urgente falar sobre os limites da transição para a nova fase democrática na sequência do ciclo de governos militares. A cada instante, somos levados a discutir temas relacionados ao regime instalado em 1964: há quem questione se o 31 de março foi de fato um golpe, ou ainda, se a permanência dos militares no poder através da violência de Estado, entre 1964 e 1985, constituiu-se uma ditadura, ou ainda, se a brutalidade estatal foi um “mal necessário” para conter a revolução de esquerda. Tudo isso me leva a acreditar que a ditadura é um fantasma no armário que teima em não ir embora. Acredito, ainda, que a sociedade tem perdido o medo desse fantasma e até se permitido brincar com ele.

A forma com que ideias conservadoras e discursos autoritários foram acolhidos com espantosa naturalidade por parcela considerável da sociedade brasileira nos últimos anos, mais do que denunciar nossa identidade autoritária, alerta para o fato de que, em momentos de grande crise e inquietação política, como a que ocorreu após as manifestações de rua da última década, somos seduzidos rapidamente por propostas de solução antidemocráticas, somos tolerantes a elas e permitimos que se instalem no aparelho estatal sem grandes dificuldades.

As demandas do Tempo Presente fazem crer que, ao ter escolhido a via da não ruptura, os construtores da democracia brasileira permitiram que refugos ditatoriais fossem mantidos no pós-1985, gerando uma curiosa situação em que velhas práticas políticas continuam encontrando formas de se manterem vivas.

Refiro-me à permanência, até pouco tempo, da Lei de Segurança Nacional (1983), da violência policial, dos assassinatos cometidos pelas forças de segurança pública, do desrespeito deliberado aos Direitos Humanos, do anticomunismo como ferramenta de deslegitimação política, das campanhas de desqualificação da CNV, da não investigação

dos crimes cometidos pelo Estado após 1964, da prática de expurgos ideológicos na administração pública, dos desrespeitos ao devido processo legal, dos opróbrios às instituições, da tolerância às manifestações de apologia à ditadura e à tortura, da não punição de atos antidemocráticos, dos insistentes pedidos de intervenção militar, da permanência constitucional da autonomia das Forças Armadas, da censura intelectual e...
da utilização da “Inteligência” para fins obscuros.

FONTES

OFICIAIS

Informe nº 64/08/104, Secreto, Divisão de Informações/Departamento Federal de Segurança Pública. Brasília, DF, 18/04/1964. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 58, IIEX. Brasília, DF, 10/06/1964. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 324/64, FFCL/UFPA/MEC. Belém, 05/05/1964.

Processo nº 2252, Reitoria/UFPA. Belém, 20/05/1964.

Ofício nº 734/64, FFCL/UFPA/MEC. Belém, 31/08/1964.

ACE nº 96814/65, Ministério da Aeronáutica. Belém, 06/07/1965. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 281/SNI/ARJ. Rio de Janeiro, 27/04/1966. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 162 – S.1. – DESPS/SEGUP/PA. Belém, 09/1966 [o dia não foi inscrito no documento], Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

Informação nº 1058/SNI/ARJ/1967. Rio de Janeiro, 11/09/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 141/SNI/ASP/67, SNI. São Paulo, 19/07/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 211/Ministério da Marinha-EMA. Belém, 29/08/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 0103, Confidencial, CENIMAR/Ministério da Marinha. Belém, 01/03/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício DSI/MEC/1/68. Belém, 04/01/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informe nº 0092/68-DR/PA. Belém, 14/02/1968. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Dossiê nº 884/2ª Seção/EMCMA/8ª RM/CMA/QGR/8/Ministério do Exército. Belém, 13/05/1968. Fundo do Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional.

Informação nº 1/SNI/NABE/68. Belém, 24/10/1968. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo CSN, Arquivo Nacional.

Sumário Político 2, Serviço de Informações/DPF/Ministério da Justiça. Brasília, 06/09/1968. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

Informe nº 10/SNI/NABE/68. Belém, 21/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 7, Confidencial, SNI. Belém, 29/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 38, Confidencial, Urgente, SNI. Belém, 09/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular GR/119/68, MEC/UFPA. Belém, 10/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 394/68-ESS, MEC/UFPA. Belém, 30/12/1968. (Anexos A a X). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Exposição de Motivos nº 045/SG-1/69. Rio de Janeiro, 24/01/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Ofício Circular GR/1/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 23/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ficha Individual nº 110/SNI. Rio de Janeiro, 24/01/1969. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Ofício NL nº 22/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Aviso nº 88, MEC. Brasília, DF, 05/02/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Ata da 46ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, Secreto, SG/CSN. Petrópolis, 07/02/1969. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

GM/66-B, MJ. Brasília, DF, 11/02/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Exposição de Motivos nº 80/69. Rio de Janeiro, 13/02/1969. SG/CSN. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Informe nº 03 SIC/69, SIC – 5ª CIA GD, CMA – 8ª RM/Ministério do Exército. Belém, 07/03/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ficha Individual nº 03/PA, NABE/SNI. Belém, 17/03/1969. Fundo do Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional.

Ofício nº 013/69-DR/PA, Confidencial, MJ/DPF. Belém, 21/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Circular GR/1/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informação nº 037/SNI/NABE/69. Belém, 24/03/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 74/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/04/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informe nº 15, Confidencial, DSI/SEP/MEC/69. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Circular GR/2/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Circular GR/3/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 28/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício ESS/005/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 16/05/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Circular GR/04/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 167/69, Escola Superior de Química/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 99, Confidencial, SNI/NABE/1969. Belém, 19/06/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Nº 130/SEC, Preservado, MJ/DPF. 27/02/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 01/79/GR, Confidencial, UFPA. Belém, 26/06/1979. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 174/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 174/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informação nº 133/SNI/NABE/1969. Belém, 20/08/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 83/69, DSIEC/AS/MEC. Brasília, DF, 29/08/1969. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Informação nº 468-E2/69, 2ª Seção do EMR/8/8ª Região Militar/Comando Militar da Amazônia. Belém, 22/08/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 2685/69/S-101-CIE, Confidencial, CIE/Gabinete do Ministro/Ministério do Exército. Rio de Janeiro, 22/10/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Relação dos atingidos pelos AI-5, AI-13 e AI-17 (período de 30 dez 1968 a 31 dez 1969). Rio de Janeiro [não foi possível precisar a data de produção do documento]. Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Fundo CSN, Arquivo Nacional.

Exemplar nº 56, Boletim Reservado nº 12, Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, 31 de dezembro de 1969. Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

Informação nº 001596/69/CIE [não foi possível identificar data e local de produção].

0078/MEC/UFPA/FACULDADE DE MEDICINA. Belém, 20/01/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Aviso Circular nº 095/70, MEC/UFPA. Belém, 05/06/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 308, Confidencial, PR/SNI/AMA/NABE. Belém, 28/10/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 269/70-ESS, MEC/UFPA. Belém, 13/11/1970. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

“Manual de Segurança e Informações”, DSI/MEC. Brasília, DF, 1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 04/71-ESS, MEC, UFPA. Belém, 06/01/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Auto de Perguntas ao Indiciado, 8ª RM/2ª Seção/Ministério do Exército. Belém, 28/01/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 37, Confidencial, AMA/NABE/SNI. Belém, 02/02/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Memorando nº 597/SI – Gab./SNI. Brasília, DF, 31/03/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (Anexo).

Ofício nº 236/71, MEC/UFPA. Belém, 05/04/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 880/072/71, MEC/UFPA. Belém, 05/04/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ronele Maria de Souza Pina, MEC/UFPA/Curso de Serviço Social/DCE. Belém, 06/04/1971.

Aviso GR/0017/71, Gabinete do Reitor/UFPA/MEC. Belém, 06/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício SSO/nº 068/71, MEC/UFPA/Curso de Serviço Social. Belém, 07/04/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informação nº 073/SNI/NABE. Belém, 11/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 067, NABE/SNI. Belém, 07/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 151/SNI/ABSB/1971, Agência de Brasília/SNI. Brasília, 28/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prot. 2820/71/CODI/II Ex (OB) – DOI/Quartel-General II Exército/Ministério do Exército. São Paulo, 01/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Aviso nº 0023/71, Reservado, Gabinete da Reitoria/UFPA. Belém, 07/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 0024/71, Reservado, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 07/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 186/NABE/SNI. Belém, 10/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício GR/26/71, Reitoria/UFPA/MEC. Belém, 11 de maio de 1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Reservado nº 003/AE/CI/DSI/MEC/71. Brasília, 12/05/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 008/SG-1. Rio de Janeiro, 19/05/1971. Conselho de Segurança Nacional/Secretaria-Geral. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

Informação nº 123/SNI/NABE. Belém, 16/06/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 033/71, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 25/06/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 133/SNI/NABE/1969, Confidencial, SNI. Belém, 20/08/1969. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 158-/SNI-AC/NABE/SNI. Belém, 07/11/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Resposta a Pedido de busca nº 306, Confidencial, DIS/Comando da 1ª Zona Aérea/Ministério da Aeronáutica. Belém, 15/12/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 81/1076, CISA. Belém, 1971 [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 308/72/S-102-M5-CIE, Confidencial, Ministério do Exército. Rio de Janeiro, 08/02/1972. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 018/72, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 27/04/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 003/73, AESI/MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 12/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informação nº 123/SNI/NABE. Belém, 16/06/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

OF/SSI/Nº017/71, Confidencial, MI/SUDAM. Belém, 25/06/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

OF/SSO/Nº 179/71, MEC/UFPA/Curso de Serviço Social. Belém, 30/06/1971. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 158-/SNI-AC/NABE/SNI. Belém, 07/11/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 979, Confidencial, S/102-M5-CIE/Gabinete do Ministro/Ministério do Exército. Rio de Janeiro, 26/01/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 125, Auditoria da 8ª Região Militar/CJM/ Justiça Militar. Belém, 31/01/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 018/72, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 27/04/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Circular, Confidencial, Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado de Educação. Belém, 09/06/1972. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 2688/AECI/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 23/08/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0420, Confidencial, CISA/Gabinete do Ministro/Ministério da Aeronáutica. Belém, 12/10/1972. Fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

Documento de Informação nº 0354, Confidencial, 03/ABE/72. Belém, 21/11/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 081/73, MEC/UFPA/Coordenadoria do Curso de Administração. Belém, 20/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Declaração/Ofício nº 081/73, MEC/UFPA/Coordenadoria do Curso de Administração. (Anexo A). Belém, 20/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 060/73, Confidencial, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 20/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 62/73, Confidencial, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 22/03/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ivan Muniz Carvalho, Professor Assistente. Belém, 22/03/1973. Ofício nº 62/73, Confidencial, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 22/03/1973 (Anexo C). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ivan Muniz Carvalho. Belém, 26/03/1973 (folhas 1 e 2). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informação nº 164, Confidencial, 73-SI/SR/DPF/PA. Belém, 07/05/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional

Portaria nº 509/73, Reitoria/UFPA. Belém, 17/05/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 45/73, Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado de Educação. Belém, 12/06/1973. (folhas 1 e 2). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 003/73, AESI/MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 12/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Processo nº 010640, MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 14/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Estatuto Padrão para Associação de Pais e Mestres. Ivan Muniz Carvalho, Professor Assistente.

Processo nº 010640, MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 14/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 2519, Confidencial, AEPC/DSI/MEC/73. Brasília, DF, 25/06/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 00044/ABE/SNI. Belém [a última anotação do Prontuário é do dia 25/06/1973]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Portaria nº 642/73, MEC/UFPA/Reitoria. Belém, 04/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício GR/778/73, MEC/UFPA. Belém, 04/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício GR/780/73, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício GR/781/73, Reservado, MEC/UFPA. Belém, 05/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Departamento de Administração. Belém, 09/07/1973. (Anexo). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ivan Muniz Carvalho, Professor Assistente. Departamento de Administração. Belém, 09/07/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 009/AESI/UFPA/73, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 13/09/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Documento de Informações número 0628/16/AC/73/SNI. Brasília, DF, 15/10/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 127, Confidencial, DIS/COMZAE-1/Comando-Geral de Apoio/Ministério da Aeronáutica. Belém, 31/10/1973. Fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

Ofício Confidencial nº 018/73, MEC/UFPA/AESI. Belém, 01/11/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Documento de Informações nº 1932/16/ABE/73. Belém, 01/11/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Documento de Informações nº 1932/16/ABE/73. Belém, 01/11/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Confidencial, nº 017/73, MEC/UFPA/AESI. Belém, 01/11/1973. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Memorando 330, Secreto, DSI/Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 20/11/1973. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Documento de Informações nº 2194/03/ABE/73. Belém, 06/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (Anexo).

Ofício nº 02-013/73/CCEN/UFPA. Belém, 12/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 5884/AECI/DSI/MEC/73. Brasília, DF, 14/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Documento de Informação nº 2280, Confidencial, 19/ABE/73. Belém, 19/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Resposta ao Pedido de busca nº 482/DIS-COMAE-1, Ministério da Aeronáutica. Belém, 27/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Documento de Informações nº 2324/19/ABE/73. Belém, 27/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1592, Confidencial, 73/ABE/SNI. Belém, [data não indicada]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 062/PM2/74, Confidencial, Comando Geral/Força Auxiliar-Reserva do Exército/Polícia Militar do Pará. Belém, 07/03/1974. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 1492/AEPC, Confidencial, DSI/MEC/74. 10/04/1974.

Ofício Circular nº 11/74, Reservado, MEC. 29/04/1974.

CONDURU, Renato Pinheiro. Diretor do CCEN. Destinatário: Reitor da UFPA. Belém, 29 abr. 1974. Carta. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 011/74, Confidencial, MEC/AESI/UFPA. Belém, 30/04/1974.

Ofício nº 015/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/05/1974.

Encaminhamento nº 3148/SI/DSI/MEC/74. Brasília, 18/07/1974. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 2, Confidencial, Serviço Público Federal, MI, DNOS, 2ª DRS. Belém, 18/07/1974.

Ofício s/n, Reservado, MEC/UFPA/Faculdade de Direito. Belém, 07/1974.

Pedido de busca nº 4036/SI/74, Confidencial, DSI/MEC. 04/09/1974.

Ofício nº 028/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 17/09/1974.

Ofício nº 029/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 18/09/1974.

Ofício nº 029/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 18/09/1974 (Anexo).

Informação nº 2158/03/ABE/74, Confidencial, SNI. Belém, 24/09/1974. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de busca nº 228817, AESI/UFPA. Belém, 15/10/1974.

Ofício GR/09/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 21/10/1974.

Ofício nº 049/74-PM2, Reservado, Governo do Estado do Pará/Polícia Militar do Estado/Comando Geral. Belém, 01/11/1974.

Ofício nº 185/74-PCU, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/11/1974.

Ofício GR/10/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/11/1974.

Ofício GR/10/74, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/11/1974.

Ofício nº 035/74, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 08/11/1974.

Ofício Circular nº 5142/GAB, Confidencial, DSI/MEC. 18/11/1974.

Ofício nº 045/74, Confidencial, AESI/UFPA/MEC. Belém, 26/12/1974.

Prontuário nº 000039, DSI/MRE. Brasília [a última anotação do prontuário é de 1974]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

Pedido de busca nº 413, Confidencial, 75/AESI/UFPA. Belém, 02/1/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 01/75/GR, Confidencial, UFPA. Belém, 21/01/1975.

Ofício Circular nº 1834, Confidencial, DSI/MEC. Brasília, 22/05/1975.

Ofício nº 067/75, Confidencial, AESI/UFGA. Belém, 07/02/1975.

Aviso Circular nº 122, Reservado. MEC. Brasília, DF, 26/02/1975.

Ofício nº 171/75, Confidencial, AESI/UFGA. Belém, 06/05/1975.

Ofício nº 172/75, Confidencial, AESI/UFGA. Belém, 06/05/1975.

Ofício GR/04/75, Confidencial, UFGA. Belém, 06/06/1975.

Ofício GR/04/75, Confidencial, UFGA. Belém, 06/06/1975. Anexo A.

Ofício GR/04/75, Confidencial, UFGA. Belém, 06/06/1975. Anexo B.

Ofício nº 178/75, Confidencial, SCGI-PA. Belém, 12/06/1975, Ofício GR/06/75, Confidencial, UFGA. Belém, 23/06/1975.

Mensagem Direta nº 3223, Confidencial, 02/ASP/SNI/75. São Paulo, 07/08/1975. São Paulo, Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1566/01, Confidencial, ABE/75. Belém, 12/08/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 293/75, Confidencial, ASI/UFGA. Belém, 26/08/1975.

Informação nº 572, Confidencial, 75/DSI/MJ. Brasília, DF, 29/08/1975. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

Pedido de busca nº 177519/ABE/75, SNI/Agência Belém. Belém, 16/09/1975.

Ofício nº 320/75, Confidencial, ASI/UFGA. Belém, 23/09/1975.

Ofício GR nº 07/75, Confidencial, UFGA. Belém, 25/09/1975.

Pedido de busca nº 185319/ABE/75, Confidencial, SNI/Agência de Belém. Belém, 26/09/1975.

Ofício GR nº 08/75, Confidencial, UFGA. Belém, 29/09/1975.

Ofício nº 328/75, Confidencial, ASI/UFGA. Belém, 30/09/1975.

Encaminhamento, Confidencial, nº 1897/06/ABE/75. Belém, 07/10/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de Busca nº 191719/ABE/75, SNI/Agência de Belém. Belém, 09/10/1975.

Ofício GR nº 09/75, Confidencial, UFGA. Belém, 09/10/1975.

Ofício nº 343/75, Confidencial, ASI/UFGA. Belém, 14/10/1975.

Encaminhamento nº 2061/06/ABE/75, Confidencial, ABE. Belém, 06/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de Busca nº 702, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 19/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

RPB nº 0978, Confidencial, 75-DESPS. Belém, 24/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 75, Confidencial, 166/ASI/BASA/MINTER. Belém, 26/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 443, Confidencial, E2/75/CMA/8ª RM/Ministério do Exército. Belém, 30/11/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 00164, Confidencial, ABE/SNI. Belém [a última anotação do prontuário é do dia 1 de dezembro de 1975]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Resposta Pedido de busca nº 770, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 16/12/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0452, Confidencial, 75-SI/SR/DPF/PA. Belém, 17/12/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Resposta Pedido de Busca nº 428, Confidencial, A2/COMAR-I/2ª Seção/1º Comando Aéreo Regional/Comando Geral do Ar/Ministério da Aeronáutica. Belém, 22/12/1975. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de Busca nº 106, Confidencial, 75/DSI/MJ [data não identificável, mas é anterior ao dia 7 de março de 1975, conforme SD/SAF nº 7282 emitido pelo DOPS]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

Pedido de Busca nº 000571/ABE/76, Confidencial, SNI/Agência de Belém. Belém, 05/01/1976.

Pedido de Busca nº 005/76, Confidencial, AESI/UFGA. Belém, 06/01/1976.

Informação nº 002/16/AC/76, Confidencial, SNI. Brasília, DF, 07/01/1976, Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 001/76, Confidencial, Ministério da Marinha, 4º DN. Belém, 08/01/1976.

Informe nº 001/76, Confidencial, Ministério da Marinha, 4º DN. Belém, 08/01/1976 (Anexo A).

Ofício nº GR nº 001/76, Confidencial, UFGA. Belém, 15/01/1976.

Encaminhamento nº 0075, Confidencial, 750/ABE/76. Belém, 20/01/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0107, Confidencial, 750/ABE/76/SNI. Belém, 29/01/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0302750, Confidencial, ABE/76/SNI. Belém, 23/02/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 00653/ABE/SNI. Belém [não foi possível identificar sua data de produção, mas certamente não é anterior a fevereiro de 1976, como pode ser aferido pelas datas dos outros eventos citados no documento].

Pedido de busca, Confidencial, nº 076/76, AESI/UFPA. Belém, 04/03/1976.

Informação nº 0451, Confidencial, 750/ABE/76/SNI. Belém, 22/03/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício GR nº 003/76, Confidencial, UFPA. Belém, 23/03/1976.

Ofício nº 105/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 24/03/1976.

Ofício nº 110/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 29/03/1976.

Pedido de busca nº 052271, Confidencial, SNI/Agência de Belém. Belém, 31/03/1976.

Ofício nº 114/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 01/04/1976.

Informação nº 278/19/AC/76, Confidencial, Agência Central, SNI. Brasília, DF, 02/04/1976.

Ofício GR nº 004/76, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/04/1976.

Ofício GR nº 005/76, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/04/1976.

Informação nº 030/2839/76, Confidencial, MEC/DSI. 22/04/1976.

Encaminhamento nº 0212, CENIMAR/GMM/Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, 29/04/1976, Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

Ofício nº 179/79 SCGI-PA, Confidencial, Serviço Público Federal. Belém, 03/05/1976.

Ofício nº 156/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 07/05/1976.

Ofício nº 007/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 11/05/1976.

Ofício nº 007/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 11/05/1976 (Anexo).

Ofício nº 169/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 12/05/1976.

Ofício nº 169/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 12/05/1976 (Anexo A).

Ofício nº 427/76 GR, MEC/UFPA. Belém, 13/05/1976.

Informação nº 1156/750/ABE/76, Confidencial. Belém, 27/07/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 259/76, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 16/08/1976.

Ofício nº 0182/79, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 10/09/1979.

Ofício Circular nº 042/D/76, DSI/MEC. 22/09/1976.

Pedido de busca nº 318/76, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 27/09/1976.

Resposta Pedido de Busca nº 0766, Confidencial, CISA/Ministério da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 04/10/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976.

Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo A).

Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo B).

Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo C).

Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo D).

Ofício nº 10/76 GR, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 05/10/1976 (Anexo E).

Informe nº 012/P212, Confidencial, 2ª Seção/Comando-Geral do Estado-Maior/Polícia Militar/Governo do Estado do Pará. Belém, 19/10/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de busca nº 348/76, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 20/10/1976.

Informação nº 375/76/AESI/UFPA, Confidencial. Belém, 22/11/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de busca nº 383/76, Confidencial, AESI/UFPA. Belém, 30/11/1976.

Pedido de busca nº 231/14641/76/SICI/1, Confidencial, DSI/MEC. 02/12/1976.

Informação nº 1922/032/ABE/76, Confidencial. Belém, 30/12/1976. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 035/77, Reservado, Polícia Militar/Comando Geral. Belém, 20/01/1977.

Declaração, Clóvis Cunha da Gama Malcher, Confidencial, UFPA/MEC. Belém, 25/01/1977.

Declaração, Clóvis Cunha da Gama Malcher, Confidencial, UFPA/MEC. Belém, 25/01/1977 (Anexo A).

Declaração, Clóvis Cunha da Gama Malcher, Confidencial, UFPA/MEC. Belém, 25/01/1977 (Anexo B).

Pedido de Busca nº 046/77, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 28/02/1977.

Informação nº 030, Confidencial, 2ª Seção/Comando Geral-Estado-Maior/PM/Governo do Estado do Pará. Belém, 16/03/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0523/750/ABE/77, Confidencial, SNI. Belém, 05/04/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Parte nº 014/77, Confidencial, Escola Nacional de Informações. Brasília, 11/05/1977. Fundo da Comissão Nacional da Verdade, Arquivo Nacional.

Informação nº 0732/750/ABE/77, Confidencial, SNI. Belém, 17/05/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Comunicação Interna, Confidencial, Divisão de Segurança Interna/Petrobrás. Belém, 18/05/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de Busca nº 146/77/AESI/UFPA, Confidencial. Belém, 25/05/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0835/116/ABE/77, Confidencial, NABE. Belém, 07/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0861/116/ABE/77, Confidencial, NABE. Belém, 14/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0401/19/AC/77, Confidencial, SNI/Agência Central. Belém, 16/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0894750/ABE/77, Confidencial, SNI. Belém, 23/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0941/116/ABE/77. Belém, 30/06/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 178/77, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 05/07/1977.

Ofício nº 311/77 SCGI-PA, Confidencial, MJ/CGI. 16/08/1977.

Ofício nº 374/77 SCGI-PA, Confidencial, MJ/CGI/Subcomissão no Estado do Pará. Belém, 13/09/1977.

Ofício nº 374/77 SCGI-PA, Confidencial, MJ/CGI/Subcomissão no Estado do Pará. Belém, 13/09/1977 (Anexo A).

Ofício nº 005/77, Confidencial, UFPA. Belém, 14/09/1977.

Informação nº 1390/700/ANE/77, Confidencial. Belém, 20/09/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de busca nº 180519/ABE/75, SNI/Agência Belém. Belém, 22/09/1975.

Informação nº 262/77, Confidencial, ASI/UFPA. 11/10/1977.

Informação nº 262/77, Confidencial, ASI/UFPA. 11/10/1977 (Anexo).

Ofício nº 278/77, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 17/10/1977.

Ofício nº 006/77 GR, Confidencial, UFPA. Belém, 18/10/1977.

Sindicância nº 05/77, SRPA/DPF/Ministério da Justiça. Belém, 11/11/1977. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

Informe nº 046, Confidencial, 4º DN/Ministério da Marinha. Belém, 28/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1805700/ABE/77. Belém, 30/11/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 345/77, Confidencial, ASI/UFPA. 13/12/1977.

Informação nº 345/77, Confidencial, ASI/UFPA. 13/12/1977 (Anexo B).

Informação nº 345/77, Confidencial, ASI/UFPA. 13/12/1977 (Anexo A).

Informe nº 99 E/2/77, Confidencial, Ministério do Exército/CMA 8º RM/QGR/S 2ª Seção. Belém, 16/12/1977.

Informe nº 99 E/2/77, Confidencial, Ministério do Exército/CMA 8º RM/QGR/S 2ª Seção. Belém, 16/12/1977 (Anexo).

Informação nº 22/2079-A/77, Confidencial, DSI/MINTER. Brasília, DF, 16/12/1977. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 181/12746/77/SNM, Confidencial, DSI/MEC. 20/12/1977.

Informação nº 001/A2/COMAR-I. Confidencial, Ministério da Aeronáutica, 1º Comando Aéreo Regional. Belém, 21/01/1978.

Informação nº 059/D5/CISA-BR/78/Ministério da Aeronáutica. Brasília, DF, 25/01/1978. Fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Arquivo Nacional.

Informação nº 039/78-SI/SR, Confidencial, DPF/PA. Belém, 31/01/1978.

Informação nº 0217, Confidencial, 119/ABE/78/SNI. Belém, 02/02/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 332/16, Confidencial, ABE/78. Belém, 28/02/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 091/78, ASI/UFGA. Belém, 12/04/1978.

Ofício nº 091/78, ASI/UFGA. Belém, 12/04/1978 (Anexo).

Pedido de busca nº 0556/700/ABE/78. Belém, 13/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0612, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 27/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0658, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 09/05/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 0119/CISA-RJ. Rio de Janeiro, 12/05/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0684/700/ABE/78, Confidencial. Belém, 16/05/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Gabinete do Ministro, Assessoria de Assuntos Sigilosos, Ministério da Justiça. Brasília, 13/06/1978. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

Pedido de Busca nº 436, Confidencial, QGR/8-2ª Seção/CMA/8ª RM/Ministério do Exército. Belém, 20/06/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Apreciação Especial nº 8, Confidencial, 10/AC/78/SNI. Brasília, DF, 29/06/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0898, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 06/07/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 164/78, Confidencial, ASI/UFGA. Belém, 28/07/1978.

Ofício nº 2488/78, UFGA. Belém, 07/08/1978.

Ofício nº 006/78/GR, Confidencial, UFGA. Belém, 17/08/1978.

Informação nº 1071, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 22/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1085, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 28/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1088, Confidencial, 116/ABE/SNI. Belém, 29/08/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 1142, Confidencial, 116/ABE/SNI. Belém, 12/09/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Tx. MEC nº 015006/78. “Circular todos os senhores governadores de estados”. 25/09/1978.

Ofício nº 216/78, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 28/09/1978.

Ofício nº 216/78, Confidencial, ASI/UFPA. Belém, 28/09/1978 (Anexo).

Informe nº 482, Confidencial, M23/E2/78/Comando Estado-Maior – 2ª Seção/III Exército/Ministério do Exército. Porto Alegre, 20/10/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1282, Confidencial, 119/ABE/78/SNI. Belém, 26/10/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1309, Confidencial, 116/ABE/78/SNI. Belém, 01/11/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Apreciação Especial nº 13, Confidencial, 19/AC/78/SNI. Brasília, DF, 13/12/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 295/78, Confidencial, ASI/UFPA. 15/12/1978.

Informe nº 295/78, Confidencial, ASI/UFPA. 15/12/1978 (Anexo).

Ata da 867ª sessão extraordinária do Tribunal Regional Eleitoral do Pará de 18/12/1978.

Informe nº 299/78, Confidencial, ASI/UFPA. 20/12/1978.

Informe nº 299/78, Confidencial, ASI/UFPA. 20/12/1978 (Anexo).

Informe nº 297/78, Confidencial, ASI/UFPA. 21/12/1978.

Informe nº 297/78, Confidencial, ASI/UFPA. 21/12/1978 (Anexo A).

Informe nº 297/78, Confidencial, ASI/UFPA. 21/12/1978 (Anexo B).

Memorando nº 2, UFPA. 02/01/1979; Memorando nº 164/78, UFPA.

Informe nº 303/78, Confidencial, ASI/UFPA. 02/01/1979.

Informe nº 303/78, Confidencial, ASI/UFPA. 02/01/1979 (Anexo A).

Informe nº 303/78, Confidencial, ASI/UFPA. 02/01/1979 (Anexo B).

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 03/01/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 08/01/1979.

Informe nº 006/79, Confidencial, ASI/UFPA. 09/01/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 10/01/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 16/01/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 18/01/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 22/01/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 24/01/1979.

Informe nº 018/79, Confidencial, ASI/UFPA. 24/01/1979.

Informe nº 030, Confidencial, ASI/UFPA. 30/01/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 02/02/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 07/02/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 08/02/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 12/02/1979.

Informe nº 046/79, Confidencial, UFPA. 13/02/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 14/02/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 16/02/1979.

Informe nº 055/79, Confidencial, ASI/UFPA. 21/02/1979

Informe nº 059/79, Confidencial, ASI/UFPA. 23/02/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 08/03/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 12/03/1979.

Gabinete do Reitor, Reservado, UFPA. Belém, 14/03/1979.

Informe nº 076, Confidencial, ASI/UFPA. 16/03/1979.

Informação nº 0207/116, Confidencial, ABE/79. Belém, 29/03/1979. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 012/3000/79-SNM, Confidencial, DSI/MEC. 10/04/1979.

Ofício nº 093/79, Confidencial, UFPA. Belém, 17/04/1979.

Ofício nº 020/3000/79-SNM, Confidencial, DSI/MEC. 08/05/1979.

Ofício Circular nº 30/79/GAB, SESU. 10/05/1979.

Ofício nº 116/79, UFPA. Belém, 22/05/1979.

Ofício nº 05/79/GR, UFPA. Belém, 10/10/1979.

Ofício nº 05/79/GR, UFPA. Belém, 10/10/1979 (Anexo).

Informação nº 281, Ministério do Exército/Estado-Maior do Exército/2ª Seção. Brasília, DF, 18/10/1979. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

“Guerra Psicológica”, DSI/MEC/Ministério da Educação e Cultura. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional [não foi possível precisar a data do documento].

Informe nº 244/79, Confidencial, ASI/UFPA. 22/11/1979.

Informação nº 0874, Confidencial, ABE/116/79. Belém, 27/11/1979. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 0198/116/ABE/80. Belém, 21/03/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 1414/80-SCDP/SR/SP. São Paulo, 26/03/1980. Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas.

Informação nº 0235/116/ABE/80I. Belém, 01/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0052, Confidencial, 6º DN/Ministério da Marinha. Belém, 02/05/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0388, Confidencial, 116/ABE/81/SNI. Belém, 25/06/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 0094, Confidencial, 740/ABE/82/SNI. Belém, 03/02/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 0277/740/ABE/82. Belém, 05/04/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 0165/CISA-RJ. Rio de Janeiro, 09/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Diário Oficial, Despacho do Ministro, Ministério do Interior (MINTER). Brasília, DF, 01/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 253, Confidencial, S/102-A5/CIE. Brasília, DF, 24/04/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 061/80/10, Confidencial, DSI/MEC. 07/05/1980.

Ofício nº 06/80 GR, Confidencial, UFPA. Belém, 26/09/1980.

Informe nº 292/80, Confidencial, ASI/UFPA. 21/10/1980.

Informe nº 186/80, Confidencial, ASI/UFPA. 11/07/1980; Informe nº 186/80, Confidencial, ASI/UFPA. 11/07/1980 (Anexo).

Ofício nº 115/81-SCDP/SR/DPF/PA. Belém, 09/11/1981. Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas.

Informe nº 2995/31/AC/80/SNI. Rio de Janeiro, 21/11/1980. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0120, Confidencial, 116/ABE/81. Belém, 12/03/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Pedido de Busca nº 011, Confidencial, 16/AC/81/SNI. Brasília, DF, 09/02/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0105, Confidencial, 116/ABE/81. Belém, 05/03/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0924/116, Confidencial, ABE/81. Belém, 29/12/1981. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 0134/740/ABE/82, Confidencial, SNI. Belém, 17/02/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 50 E 2/82/8ª RM/2ª Seção/CMA/Ministério do Exército. Belém, 25/05/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0825/19/ABE/1982. Belém, 10/09/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1047, Confidencial, 19/ABE/82/SNI. Belém, 29/11/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 1081/08, Confidencial, ABE/SNI/82. Belém, 16/12/1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 00028/ABE/SNI. Belém, 1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional

Informe nº 046-E2/83/Ministério do Exército/CMA 8ª RM/2ª Seção. Belém, 04/03/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0175/16/ABE/83. Belém, 08/03/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 131, Confidencial, E2/83/Comando da 8ª RM/2ª Seção/CMA/Ministério do Exército. Belém, 09/05/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Resenha Semanal, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 13/06/1983. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

Relatório de Periódico de Informações nº 04/CISA/83. Brasília [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional.

Apreciação nº 0001, AMA/SNI. Manaus, 20/03/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0260/16/ABE/83. Belém, 08/04/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 084/83-SI/SR/DPF/PA. Belém, 08/04/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 172/70/ABSB. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 0471/16/ABE/83. Belém, 06/06/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 0468, ABE/SNI. Belém, 06/06/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 0583/16/ABE/83. Belém, 05/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 166, Confidencial, 19/AC/83/SNI. Brasília, 25/07/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Relatório Especial de Informações nº 03, Reservado, CISA/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 03/08/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Relatório Especial de Informações nº 12, Confidencial, CI/83. Rio de Janeiro [data de produção não aposta no documento. O protocolo no SNI é do dia 18/10/1983]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0713/19/ABE/84. Belém, 23/08/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0854, Confidencial, 19/ABE/83/SNI. Belém, 05/10/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 248/19/AC/83, ABE/SNI, Confidencial. Belém, 22/12/1983. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0325, Confidencial, 17/ABE/84/SNI. Belém, 13/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0323/19/ABE/84. Belém, 16/04/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 0021/16/AMA. Manaus, 17/08/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 559/84/Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar. Belém, 20/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 589/84-SI/SR/DPF/PA. Belém, 28/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 591/84-SI/SR/DPF/PA. Belém, 01/10/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 062/16/AC/84, Confidencial, AC/SNI. Brasília, DF, 05/09/1984. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 5276/85, Confidencial, SNI. Belém, 22/03/1985. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 5375. Brasília, DF, 12/04/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 0259-S/102-A6-CIE. Belém, 17/04/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 493. Brasília, DF, 26/04/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 5419. Brasília, DF, 03/05/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 05412. Belém, 29/05/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 00044/140/AC/85. Belém 10/06/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 5542. Brasília, DF, 28/06/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 01933-FA-11, Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, DF, 10/07/1985. Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

ACE nº 052215. Belém, 16/09/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 05626. Belém, 26/09/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 03755-SC-1, Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, DF, 06/12/1985. Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

ACE nº 6096. Brasília, DF, 12/02/1986, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 6331. Brasília, DF, 15/05/1986, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 022/86/D2/CISA-BR, 04/06/1986, Ministério da Aeronáutica. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 059918. Belém, 07/11/1986, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 6091/87/ABE/SNI. Belém, 02/04/1987. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 06175. Belém, 06/07/1987, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Papeleta nº 014/87-ASI, SUDECO/Ministério dos Interiores. Brasília, DF, 15/09/1987. Fundo Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Arquivo Nacional.

ACE nº 05626. Belém, 26/09/1985, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 499/87/E2/T-15/4ª DE. Belo Horizonte, 02/10/1987, Ministério do Exército. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 424/87-SI/SRDPF/SP. São Paulo, 15/10/1987, Serviço de Informações/SRDPF/SP. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 064523. Belém, 10/12/1987, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 0191/88/220/AGINT-RJ. Rio de Janeiro, 26/09/1988. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 7786. Brasília, DF, 27/10/1988, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 021505. Belém, 03/03/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 07456. Belém, 02/08/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

ACE nº 07489. Belém, 22/08/1989, SNI. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

WFS1/000634/112/B7B/SAE. Belém, 09/10/1990. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

Informe nº 020/91/000/SECINT. Rio de Janeiro, 24/01/1991. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 2125-6, SAE. Brasília, DF, 06/11/1991. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

W7RS1/00996/010/B8P/SAE. Brasília, DF, 13/07/1992. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

W/TR3/00022/G2/CAC/SAE. Brasília, DF, 19/11/1992. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

FS1/00079/100/B7B/SAE. Belém, 22/04/1993. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

W/FS/00079/100/B7B/SAE. Belém, 23/04/1993. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

W7RR1/00569/110/B8P/SAE. Brasília, DF, 14/05/1993. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

N/J07/00173/9102/YG4/SAE. Brasília, DF, 12/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

N/J07/00171/9102/YG4/SAE. Brasília, DF, 12/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

N/J07/00235/1202/TD8/SAE. Brasília, DF, 25/05/1995. Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Arquivo Nacional.

JORNAIS

29 DIAS de greve. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 9, jan. 1981.

ACADÊMICOS de Direito apoiando Alacid Nunes. **O Liberal**, Belém, 19 ago. 1965.

A CHEGADA de Flávio Salles. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 13, abr. 1980.

ACKEL analisa pedido a favor do cubano. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 dez. 1982. Das sucursais e dos correspondentes.

A CÚPULA do poder é dominada por militares que trabalham juntos desde longos anos. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, v. Brasil, ed. 1471, p. 30-41, 28 jun. 1980.

A DITADURA é acidental? **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 3, abr. 1980.

AGÊNCIA Central do SNI tem novo chefe até dia 15. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 208, 2 nov. 1985. 1º Caderno, p. 4.

AGENTE federal diz que matou estudante “por fatalidade”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 16.

A GREVE dos professores. **Resistência**, Belém, ano III, n. 19, p. 9, dez. 1980.

AS LIÇÕES da greve no CESEP. **Resistência**, Belém, ano III, ed. 13, p. 19, 1 jun. 1980.

ALACID Nunes: a arrancada para a nova década. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 142, 24 jan. 1970.

ALACID informa a Geisel: tudo bem no Pará. **A Província do Pará**, Belém, 10 maio 1978.

ALACID rompe com Jarbas. **A Província do Pará**, Belém, ano CII, n. 25798, 24 abr. 1978. Capa, p. 1.

ALERTA a bomba em duas capitais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1976.

ALTO comando põe à margem Newton Cruz e destino é reserva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 350, 28 mar. 1985. 1º Caderno, p. 12.

ALUNOS do 3o ano de engenharia protestam contra notas baixas. **O Liberal**, Belém, p. 3, 21 ago. 1966.

A LUTA da meia passagem e a comissão Pró-UMES. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 5-7, 12, jan. 1981.

AMAZÔNIA: produção cultural. **Resistência**, Belém, ano VI, n. 58, p. 7, jul. 1983.

ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 6, dez. 1978.

ANISTIA admitida por Figueiredo não é ampla. **A Província do Pará**, Belém, ano CII, n. 25819, 15 maio 1978. Capa, p. 1.

ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 6, dez. 1978.

A OUTRA face dos nossos universitários. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1968. Notas e Informações.

APENAS um acidente de trabalho? **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 246, p. 7, 17 mar. 1980.

ARACY Barreto assume hoje a Reitoria da UFPA. **A Província do Pará**, Belém, p. 4, 4 jul. 1977.

AS LUTAS populares, mês a mês. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 4, jan. 1981.

A SUBVERSÃO na escola. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 nov. 1970.

AURELIANO convence Reynaldo a aceitar a chefia do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 315, 21 fev. 1985. 1º Caderno, p. 3.

A VELHA bandeira do anticomunismo. **Resistência**, Belém, ano III, n. 18, p. 11, 1 nov. 1980.

A VERDADE sobre o ECEM. **Resistência**, Belém, ano I, n. 5, p. 26, 1 ago. 1978.

A UNIVERSIDADE acompanha o progresso. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 21, ed. 1103, p. 140, 9 jun. 1973.

A VERDADE sobre o ECEM. **Resistência**, Belém, ano I, n. 5, p. 26, 1 ago. 1978.

BOMBA fere o DOI-CODI: Uma bomba explode no Rio, vitima dois militares e denuncia uma explosão política que pode mudar o rumo do governo Figueiredo. **Veja**, São Paulo, p. 25, 6 maio 1981.

BONIFÁCIO: governo não concederá a anistia. **A Província do Pará**, Belém, 28 dez. 1977. 1º Caderno, p. 5.

CALOURO de 3 faculdades faz trote condenando americano no Vietnã e cobiça pela Amazônia. **Província do Pará**, Belém, 25 fev. 1968.

CALOUROS de Direito reivindicam segunda. **O Liberal**, Belém, 5 mar. 1966.

CAPEMI teve ajuda do SNI e está à beira da falência. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1983. 1º Caderno, p. 13.

CÉSAR Moraes Leite: você está presente. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 10-12, abr. 1980.

CIDADÃO passará a ter acesso à sua ficha no SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 283, 18 jan. 1986. 1º Caderno, p. 3.

CLIMA de paz e diálogo aberto na Universidade. **A Província do Pará**, Belém, 9 jun. 1977. 1º Caderno, p. 9.

COLLOR, barrado no Planalto, interpela SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 313, 19 fev. 1988. 1º Caderno, p. 2.

COMUNIDADE de Informações contrata 414 funcionários. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 71, 18 jun. 1981. 1º Caderno, p. 2.

COMUNISTAS cearenses integravam a “Linha Russa” na luta pelo poder. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1964.

COMUNISTAS presos em Belém. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n. 69, 7 abr. 1964.

CORRUPÇÃO na UFPA: Reitor contrata professor fantasma, emprega toda a família, e dá a direção de um órgão de pesquisa para a Jari. **Resistência**, Belém, ano III, n. 16, p. 8, set. 1980.

DEFENDER Cuba é defender o Brasil. **Folha do Norte**, 22 abr. 1961.

DEPUTADO quer que SNI tenha a obrigação de informar o Congresso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 120, 6 ago. 1985. 1º Caderno, p. 2.

DISPUTA por cargos põe em risco unidade da Aliança. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 41, 19 maio 1985. 1º Caderno, p. 5.

DOIS grupos procuram influir na escolha do futuro chefe do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 313, 17 fev. 1985. 1º Caderno, p. 2.

DOSSIÊS secretos já não metem medo em políticos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 315, 21 fev. 1988. 1º Caderno, p. 4.

ELEIÇÕES da UNE. **Resistência**, Belém, ano III, n. 18, nov. 1980.

ELEIÇÕES da UNE. **Resistência**, Belém, ano III, n. 19, p. 10, dez. 1980.

EM BELÉM, Lula diz que bombas não amedrontam. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 maio 1981.

ESTUDANTE protesta com greve de fome. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.648, 19 ago. 1982. Repórter Diário, p. 6.

ESTUDANTE espancado em Belém. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 set. 1969.

ESTUDANTE lotou auditório para ouvir professor falar de reforma. **Província do Pará**, Belém, 24 jul. 1968.

ESTUDANTE é morto em aula na UFPA. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

ESTUDANTES. **Resistência**, Belém, n. 7, dez. 1978. Varejo, p. 2.

ESTUDANTES agradecem a Ney Braga. **A Província do Pará**, Belém, 21 jun. 1974. 1º Caderno, p. 3.

ESTUDANTES fizeram o congresso no coqueiro e encenaram peça na UAP. **O Liberal**, Belém, 7 nov. 1966.

ESTUDANTES repudiam declarações de candidato. **A Província do Pará**, Belém, 14 jul. 1978. 1º Caderno, p. 12.

ESTUDANTES se reuniram ontem em Assembleia no Núcleo. **A Província do Pará**, Belém, 14 jun. 1977. 1º Caderno, p. 4. ESTUDANTES vão realizar concentração pública. **A Província do Pará**, Belém, 21 set. 1978. 1º Caderno, p. 12.

ESTUDANTES absolvidos em julgamento rápido. **O Liberal**, Belém, 21 set. 1984.

EXALTADO o Projeto Rondon como exemplo de civismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1968.

EXILADO paraense retorna nas asas da anistia. **Estado do Pará**, Belém, 9 mar. 1980. O Estado Exclusivo, p. 8.

FALA Aldo, o presidente da UNE. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 9, mar. 1981.

FALAM os Reitores sobre as suas Universidades. **O Globo**, **Rio de Janeiro**, 13 out. 1964.

FEIRA de livros no núcleo. **A Província do Pará**, Belém, v. 1º Caderno, p. 2, 29 set. 1973.

FEIRA do livro. **O Liberal**, Belém, 30 set. 1973.

FEIRA de livros na universidade. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 5 out. 1973.

FIGUEIREDO desafia negativistas a baixarem o preço do petróleo. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, ed. 1496, p. 151, 20 dez. 1980.

FIGUEIREDO ordena violência para calar o povo. **Resistência**, Belém, ano III, n. 18, 1 nov. 1980.

FIGUEIREDO nega anistia a crimes políticos. **A Província do Pará**, Belém, 7 jul. 1978. 1º Caderno, p. 5.

FIGUEIREDO quer respeitados os direitos humanos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXXVIII, n. 344, 12 jun. 1978. Capa, p. 1.

FINANCIAVA subversão nas Forças Armadas a Casa Civil de Goulart. **O Estado de São Paulo**, 24 abr. 1964.

FOMOS torturados no Ministério do Exército. **Resistência**, Belém, ano I, n. 5, p. Capa, ago. 1978.

FRADE tenta obter nos EUA ajuda para as populações sem recursos da Amazônia. **Jornal do Brasil**, Belém, n. 19, 28 jan. 1970. 1º Caderno, p. 14.

GEISEL recebeu Aloysio Chaves e Clóvis Malcher. **A Província do Pará**, Belém, ano XCVIII, n. 24520, 10 abr. 1974.

GEISEL acha que Sarney conduz bem a transição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 208, 2 nov. 1985. 1º Caderno, p. 4.

GENERAL Hélio Lemos indicado: SNI. **Diário do Pará**, Belém, ano III, n. 686, 29 jan. 1985. Urgente, p. 2.

GENERAL Ivan faz do SNI o confessionário do poder. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIX, n. 50, 28 maio 1989. 1º Caderno, p. 4.

GENERAL Ivan da primeira coletiva da história do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 11, 19 abr. 1985. 1º Caderno, p. 5.

GILBERTO Gil para os universitários. **A Província do Pará**, Belém, 7 ago. 1973.

GOVERNO vai propor reformulação da lei de segurança nacional. **O Liberal**, Belém, p. 1, 2 out. 1964.

JÂNIO encontra JK para dizer que Jango tem golpe preparado. **O Liberal**, Belém, 11 jan. 1964.

JARBAS condena a anistia ampla e irrestrita. **A Província do Pará**, Belém, 28 mar. 1978. 1º Caderno, p. 2.

JARBAS inaugurou o moderno laboratório de física da UFPA. **A Província do Pará**, Belém, 22 ago. 1973.

JARBAS condena despolitização. **A Província do Pará**, Belém, ano CI, n. 25455, 18 maio 1977.

JARBAS mostra números de sua pasta e desmente punições do Decreto 477. **A Província do Pará**, Belém, 27 out. 1973.

JORNALISTA assassinado deixa dossiê que envolve o SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 31 jan. 1983.

KLAUTAU pede a revogação do AI-5 e anistia. **A Província do Pará**, Belém, 27 abr. 1977. 1º Caderno, p. 3.

LAVRADORES lançam Humberto Cunha candidato a deputado estadual. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 17, jan. 1981.

LEÔNIDAS define convivência com a esquerda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 94, 11 jul. 1985. 1º Caderno, p. 2.

LIMINAR garantiu posse do diretor da Escola de Química. **A Província do Pará**, 27 mar. 1969.

MANIFESTO de solidariedade à Revolução Cubana. **Folha do Norte**, 1 jan. 1961.

MDB vence, mas só na capital. **A Província do Pará**, Belém, ano CII, n. 26006, 17 nov. 1978. Capa, p. 1.

MEDEIROS é contra convocar diretas para 1988. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 335, 12 mar. 1984. 1º Caderno, p. 2.

MEIA passagem: vitória estudantil. **Resistência**, Belém, ano III, n. 19, p. 3, dez. 1980.

MILHÕES de dólares para equipar a UFPA. **A Província do Pará**, Belém, 12 set. 1973.

MISSÃO suprema da universidade é formar verdadeiros cidadãos. **A Província do Pará**, 26 mar. 1969.

MOSCOU e o Projeto Rondon II. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 12 out. 1968.

NA REITORIA, um novo capitão Azevedo? **Resistência**, Belém, p. 2, maio 1978.

NOSSA Opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 1, 20 mar. 1969.

NOSSA Opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 1-4, 6 maio 1970.

NOSSA Opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 1-4, 21 maio 1970.

NOSSOS representantes nos GTE's. **O Papagaio**, Belém, n. 1, p. 3, 21 maio 1970.

NOTA Oficial do DCE. **Resistência**, Belém, ano I, n. 1, p. 7, mar. 1978.

NOVO governo pode ter um general da reserva no SNI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 dez. 1984.

NOVOS bacharéis em direito receberão hoje à noite seu diploma. **O Liberal**, Belém, 23 dez. 1966.

O ALTO preço de 1964. **O Liberal**, Belém, 28 maio 1989. Artigos, p. 22.

O BRASIL se levantou contra o comunismo. **Agência Nacional**, Rio de Janeiro, p. 8-9, 31 mar. 1964.

- O ESTADO brasileiro e a Segurança Nacional. **A Província do Pará**, Belém, 10 abr. 1977. 3º Caderno.
- O ESTUDANTE e a pátria. **A Província do Pará**, Belém, 8 jul. 1973.
- O GRANDE saldo são os Centros Acadêmicos. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 9, 1 jan. 1981.
- O INFERNO de Izabel Cunha. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 7, mar. 1981.
- OLHA o passarinho. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 20, 1980.
- O LIVRO-DENÚNCIA do general Newton Cruz. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 48, ed. 2503, p. 33-38, 8 abr. 2000.
- O MÊS do terror. **Resistência**, Belém, ano III, n. 20, p. 5, jan. 1981.
- O SETOR das fichas é o que cresce. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 315, 21 fev. 1988. 1º Caderno, p. 4.
- O NEGÓCIO é ir vender livros lá no “campus”. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 6 out. 1973.
- O PODER jovem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1968.
- OS AGENTES do SNI em Belém. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 3, abr. 1980.
- PARAENSES depredam o USIS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 maio 1967.
- PARECER de Saulo Ramos reserva a Sarney acesso às informações do SNI. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 193, 18 out. 1986. 1º Caderno, p. 7.
- PASSARINHO esclarece posição ante o 477. **A Província do Pará**, Belém, 2 jun. 1974. 1º Caderno, p. 10.
- PETRÔNIO acha país despreparado para uma ampla e total anistia. **A Província do Pará**, Belém, 24 ago. 1977. 1º Caderno, p. 5.
- PF desrespeita a Justiça, dando fuga ao agente que matou o universitário. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 22, p. 18, mar. 1981.
- PMDB/ELEIÇÕES-82, por Leila Jinkings: produção cultural. **Resistência**, Belém, ano VI, n. 58, 1 jul. 1983. Cultura, p. 12.
- POLÍCIA impede III Encontro dos estudantes. **A Província do Pará**, Belém, 22 set. 1977. 1º Caderno, p. 5.
- POLÍTICA de unidade melhora conceito universitário. **O Liberal**, Belém, p. 2, 14 jun. 1966.

PRENÚNCIO da Primavera. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 32, dez. 1981. Poesia, p. 19.

PRESIDENTE assina as últimas listas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 out. 1964.

PRETORA condenou a 2 anos agente-aluno. **Diário do Pará**, Belém, 3 jan. 1986. Polícia, p. 7.

PROFESSORES do lado de fora do prédio, enquanto os alunos do lado de dentro aguardavam os acontecimentos. **A Província do Pará**, p. 8, 26 mar. 1969.

QUEM aguenta? **Diário do Pará**, Belém, ano I, n. 2, 24 ago. 1982. Repórter Diário, p. 3.

QUEM depois de Figueiredo? **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, ed. 1490, p. 133, 8 nov. 1980.

QUÍMICA inicia hoje aulas no Núcleo Pioneiro do Guamá. **A Província do Pará**, 28 mar. 1969.

REITOR mostra ao governador e a imprensa como vai ser futuro Núcleo Universitário. **O Liberal**, Belém, 9 set. 1966.

REITOR suspende aulas na UFPA até sábado. **O Liberal**, Belém, 12 mar. 1980. 1º Caderno, p. 17.

“RESISTÊNCIA” premiado no “Wladimir Herzog”. **Resistência**, Belém, ano III, n. 18, p. 2, 1 nov. 1980.

RUMOS certos para o ensino. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

SARNEY assina decreto secreto e PDS o leva a quebrar sigilo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 348, 26 mar. 1985. 1º Caderno, p. 4.

SARNEY descobre na burocracia o terceiro fantasma do governo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 244, 8 dez. 1985. 1º Caderno, p. 32.

SARNEY diz que garantiu a transição. **O Liberal**, Belém, 2 dez. 1989. Eleição 89, p. 3. SNI quer levar estudo ao presidente eleito para evitar extinção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIX, n. 263, 28 dez. 1989. 1º Caderno, p. 2.

SBPC dedica reunião deste ano à Amazônia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1983.

SECRETÁRIOS de Justiça propõem extinção do SNI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 fev. 1985.

SECUNDARISTAS. **Resistência**, Belém, ano III, n. 16, p. 19, set. 1980.

SEFFER diz que Reforma Universitária é benéfica. **A Província do Pará**, Belém, 5 nov. 1977. 1º Caderno, p. 9.

SILVEIRA inaugurou pavilhão de administração do Núcleo. **A Província do Pará**, 2 mar. 1969.

SISTEMA universitário dos EUA animou Reitor. **O Liberal**, Belém, p. 2, 14 jun. 1966.

SNI ajuda a preparar lista dos envolvidos em irregularidades. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 77, 24 junho 1985. 1º Caderno, p. 3.

SNI criará carreira de agente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 310, 16 fev. 1986. 1º Caderno, p. 6.

SNI diz que não escuta “futricas de deputados”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 63, 10 jun. 1986. 1º Caderno, p. 4.

SNI duplica fichas e organiza seu arquivo paralelo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVIII, n. 185, 10 out. 1988. 1º Caderno, p. 3.

SNI monta central de apuração. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 220, 14 nov. 1985. 1º Caderno, p. 6.

SNI prevê ampla maioria de Sarney no novo Congresso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n. 215, 9 nov. 1986. 1º Caderno, p. 20.

SNI proporá à Constituinte a legalização de escuta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 47, 25 maio 1985. 1º Caderno, p. 3.

SNI tem 2 mil pessoas e verba de CR\$ 700 milhões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1981. 1º Caderno, p. 12-13.

SNI tira generais e põe coronéis em suas chefias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 344, 8 mar. 1985. 1º Caderno, p. 3.

SOCIEDADE de Defesa dos Direitos Humanos elegeu a diretoria. **A Província do Pará**, Belém, 16 ago. 1977.

SUGESTÕES do STM não abrandam STM. **A Província do Pará**, Belém, 7 jul. 1978. 1º Caderno, p. 5.

TANCREDO já escolheu 4 militares para o Ministério. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 284, 19 jan. 1985. 1º Caderno, p. 4.

TEORIA e prática a serviço da integração. **Manchete**, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 310, 1 jan. 1973.

TERROR em Belém. **Resistência**, Belém, ano IV, n. 26, jun. 1981. Nacional, p. 4.

VENTURINI e Medeiros: os dois principais conselheiros de Figueiredo. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 29, ed. 1531, p. 113, 22 ago. 1981.

TFP: à procura de adepto na Amazónia. **Bandeira 3**, Belém, n. 6, 19 ago. 1975.

TOM foi afirmativo, mas estilo mineiro perdurou. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 283, 18 jan. 1985. 1º Caderno, p. 5.

TROTE dos calouros de Economia e Química. **O Liberal**, Belém, 12 mar. 1966.

TANCREDO ia evitar a bisbilhotice. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVII, n. 315, 21 fev. 1988. 1º Caderno, p. 4.

TUDO o que você quer saber sobre o SNI e tem medo de perguntar. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 38, ed. 1945, p. 28, 29 jul. 1989.

UFP forma 1.144 profissionais este ano. **A Província do Pará**, Belém, 1 nov. 1973. Primeiro Caderno, p. 2.

UFPA apura acusações contra o atual presidente do DCE. **A Província do Pará**, Belém, 13 maio 1977.

UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

ULYSSES diz que não compete a militares concessão de anistia. **A Província do Pará**, Belém, 29 dez. 1978. 1º Caderno, p. 5.

UM GENERAL para os impasses. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCVIII, n. 258, 22 dez. 1988. 1º Caderno, p. 7.

UM GRUPO de estudantes pactua apoio ao MDB. **A Província do Pará**, Belém, 14 out. 1978. 1º Caderno, p. 11.

UNE propõe extinção do vestibular e da cátedra vitalícia. **Política Operária**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 2, 1 jan. 1962.

UNE: universidade nova para a América. **Movimento**, Rio de Janeiro, p. 4, 20 set. 1963.

UNIVERSIDADE como fonte geradora de recursos: Alcyr Meira, vice-diretor da UFP [sic]. **A Província do Pará**, Belém, 22 set. 1973.

UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

UNIVERSIDADE nega registro a candidatos do DCE. **A Província do Pará**, Belém, 21 nov. 1978. 1º Caderno, p. 12.

UNIVERSITÁRIO paraense querem fazer congresso proibido. **O Liberal**, Belém, 3 nov. 1966.

VAREJO. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 2, dez. 1978.

VERBAS da mordomia eram desviadas também para subversão. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1964.

VESTIBULAR: um ato de propaganda. **O Liberal**, Belém, 22 jan. 1989. Artigos, p. 22.

WANDIR, o novo superintendente. **O Liberal**, Belém, mar. 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (80 min 48 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 15 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de Matemática. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Carlos Vinícius Teles da Costa. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (67 min 45 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1311>. Acesso em: 1 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Flávio Augusto Neves Leão Salles. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (140 min). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1310>. Acesso em: 1 de mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João Januário Furtado Guedes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1281>. Acesso em: 17 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Maria Celeste Miranda Medeiros. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (66 min 6 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1275>. Acesso em: 17 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Margaret Moura Refkalefsky. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (55 min 58 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1273>. Acesso em: 19 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com William Mota de Siqueira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1291>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Júlio dos Santos Ribeiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (44 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1290>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com José Miguel Martins Veloso. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (73 min 19 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1288>. Acesso em: 17 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 24 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluízio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (62 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 29 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Layse Duarte de Salles. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (65 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1292> Acesso em: 20 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ruy Antônio Barata. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (74 min 46 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1285>. Acesso em: 17 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Antônio Prince Bouez. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (60 min 16 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1268>. Acesso em: 1 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raymundo Heraldo Maués. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 4 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e

cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Camillo Silva Montenegro Duarte. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 17 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1309>. Acesso em: 1 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019. Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (68 min 5 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>. Acesso em: 8 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (80 min 48 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 29 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Roberto Ribeiro Corrêa. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (94 min 44 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1282>. Acesso em: 29 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Raimundo Netuno Nobre Villas. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (64 min 7 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1280>. Acesso em: 30 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Egídio Machado Salles Filho. Belém:

UFPA, 2014. 1 vídeo (50 min 49 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1271>. Acesso em: 8 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Elson Luiz Rocha Monteiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 35 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1272>. Acesso em: 13 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Waldir Paiva Mesquita. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (81 min). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1289>. Acesso em: 15 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com José Carlos Bouçãõ da Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 27 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1283>. Acesso em: 16 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sandra Helena Moraes Leite. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 39 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>. Acesso em: 11 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (39 min 15 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>. Acesso em: 22 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ana Júlia de Vasconcelos Carepa. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo (48 min 22 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1406>. Acesso em: 25 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sérgio Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 28 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1287>. Acesso em: 25 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância.
Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Arnaldo Jordy Figueiredo. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (58 min 17 seg). Disponível em:
<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1269>. Acesso em: 29 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Paulo Roberto Ferreira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (57 min 5 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1320>. Acesso em: 27 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ana Júlia de Vasconcelos Carepa. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo (48 min 22 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1406>. Acesso em: 27 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (53 min 41 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969. Proíbe os professores, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público, punidos com fundamento em Atos Institucionais, de exercerem cargo, função, emprego ou atividades em estabelecimentos de ensino ou fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, bem como nos de interesse da segurança nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 7, p. 102, 1969.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 147, 13 dez. 1968.

BRASIL. Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 184, 18 nov. 2005.

BRASIL. Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927. Providencia sobre o Conselho da Defesa Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, ano 106, p. 25512, 3 dez. 1927.

BRASIL. Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, p. 5387, 1 jul. 1968.

BRASIL. Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 8, p. 10823, 19 dez. 1969.

BRASIL. Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cívicos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, v. 8, p. 11, 2 out. 1970.

BRASIL. Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. Aprova o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cívicos e das Assessorias de Segurança e Informações; revoga o Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970, e o Decreto nº 68.060, de 14 de janeiro de 1971. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, p. 4691, 23 abr. 1975.

BRASIL. Decreto nº 81.512, de 4 de abril de 1978. Dá nova redação a dispositivo do Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cívicos e das Assessorias de Segurança e Informações aprovado pelo Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 4, p. 10, 1978.

BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 146, 28 fev. 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, p. 209, 8 jan. 1968.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 1, p. 77, 26 fev. 1969.

BRASIL. Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, p. 8162, 29 set. 1969.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, ano 149, seção 1, v. 10, p. 10, 26 jan. 1970.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de setembro de 1946. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, ano 125, p. 12583, 10 set. 1946.

BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, p. 5073, 15 jun. 1964.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 143, v. 1, p. 10169, 11 nov. 1964.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, v. 7, p. 152, 29 nov. 1968.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 157, 20 dez. 1978.

BRASIL. Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979. Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 158, 16 ago. 1979.

BRASIL. Lei nº 6.6683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 158, 28 ago. 1979.

BRASIL. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 169, 12 out. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 1, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 5, 18 nov. 2011.

BRASIL. Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 169, 15 mar. 1990.

BRASIL. Portaria nº 452, de 30 de maio de 1978. Estatuto da Universidade Federal do Pará. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jun. 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013**. Cria a Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN, 2013. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2013/721%20Comissao%20da%20Verdade.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Os Estatutos da UFPA**: edição histórica. Belém: EDUFPA, 2007. p. 125-166.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013**. Cria a Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN, 2013. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2013/721%20Comissao%20da%20Verdade.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013**. Cria a Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN, 2013. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2013/721%20Comissao%20da%20Verdade.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

RELATÓRIOS

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS – IPÊS (Guanabara) (Org.). **A educação que nos convém**. Rio de Janeiro: APEC, abr. 1969. 211 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Rio de Janeiro). EAPES. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior**: Acordo MEC-USAID. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília, DF: CNV, 2014a.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. “Mortos e desaparecidos políticos”, v. III. Brasília, DF: CNV, abr. 2014.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. “Violações dos direitos humanos na universidade”. v. II, Texto 6. Brasília, DF: CNV, abr. 2014.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora do UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Ian Coelho; CAVALIERI, Marco Antônio. “O marxismo nos departamentos de ciências econômicas no Brasil durante a ditadura militar”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, p. 691-712, 2018.
- ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de. Baderneiros, indisciplinados, subversivos: reflexões sobre a universidade como campo. *In*: MARI, Marcelo; RUFINONI, Priscila Rossinetti. (Org.). **Ditadura, modernização conservadora e universidade**: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, 2015.
- ANTUNES, Priscila. **SNI e ABIN**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ARAÚJO, Maria Paula. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. *In*: FICO, Carlos e ARAÚJO, Maria Paula (Org.). **1968**: 40 anos depois. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. *In*: Maria Paula Araújo, Carlos Fico, Marieta de Moraes Ferreira, Samantha Quadrat. (Org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula. **A Utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos. **1968**: 40 anos depois. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da anistia no Brasil: política, memória, retórica e reparação. **Oralidades**, São Paulo, v. 1, 2011.
- AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectivas, 1997.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

- BAKTHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. *In*: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In*: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BORGES FILHO, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). v. IV. **Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BRITO, Antônio Maurício. Militância estudantil e memórias dos anos 1960. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 91-131, maio/ago. 2017.
- CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes**. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Vozes: Petrópolis, 2012.
- COSTA, Caio Túlio. **Cale-se**. São Paulo: A Girafa, 2003.
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso da; MÜLLER, Angélica. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. vol. II. Texto 6. Violações dos direitos humanos na universidade, 2014.
- D'ARAÚJO, Maria C.; CASTRO, Celso. (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GERMANDO, José. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

FAGUNDES, Pedro. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, p. 295-316, 2013.

FAGUNDES, Pedro. As mobilizações pela anistia ampla, geral e irrestrita na visão da repressão política. **Acervo**, [S.I.], v. 27, n. 1, p. 268-279, jan./ jun. 2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FICO, Carlos. **1968: o ano que terminou mal**. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.). 1968: 40 anos depois: história e memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONTES, Edilza. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. **OPIS**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 340-360, 2014. DOI: 10.5216/o.v14i1.28641

FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura militar na Universidade Federal do Pará. **Acervo**, [S.I.], v. 27, n. 1, p. 280-292, 2014.

FONTES, Edilza. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos. **História Oral**, [S.I.], v. 21, n. 2, p. 109-129, 2018.

FONTES, Edilza; MATOS, Flávio. **Memorial César Moraes Leite**. A UFPA e a Ditadura Militar (1964-1985). Disponível em: <http://www.memorialcesarleite.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 6 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LAGÔA, Ana. O destino do SNI. **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 16-18, jun. 1986. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451986000200003>

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Trad. Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães e Maria Carlota C. Gomes. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MACHADO, Otavio. **Formação profissional, ensino superior e a formação da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MARTINS, Roberto. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAES, Cleodir. A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária. *In*: Edilza Joana Oliveira Fontes. (Org.). **UFPA 50 anos: Histórias e Memória**. Belém: EDUFPA, 2007.

MOTTA, Rodrigo. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo. **O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras**. Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX, v. 3, 2012.

MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

MÜLLER, Angélica. 1968: memória dos atores e seus reflexos. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 51-64, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: PUC, 1981.
- PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PELEGRINE, Ayla. Ditadura militar e universidades: a importância do acesso aos arquivos da repressão política. **Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v. II, p. 135-143, 2017.
- PELEGRINI, Sandra. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. **Revista Esboços**, [S.I.], v. 15, n. 19, p. 218-239, 2008.
- PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade**: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169-189, jun. 2012.
- POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- QUADRAT, Samantha. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. *In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica. (Org.). Violência na História*: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- QUADRAT, Samantha. Os militares, a comunidade de informações e a abertura. *In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o Mercosul do terror. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, 2002.
- QUADRAT, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jun. 2012.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan./jun. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, out. 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. **1968, a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo; ANTUNES, Ricardo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2. UEL, Londrina: Midiograf, jul./dez. 2007. *Revista Mediações (UEL)*, v. 12, p. 78-89, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2010.

RODEGHERO, Carla. A anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Everton. Ideologia e Dominação: A ESG e a Transição Democrática no Brasil (1974-1989). **História Unisinos**, [S.I.], v. 11, n. 1, p. 91-104, jan./abr. 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Ângela da. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)**. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Francisco da. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil Republicano**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Jovens, Estudantes e Rebeldes: a Construção das Memórias Estudantis. In: VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: 2007.

SÉRGIO, Paulo Sérgio da Costa. **1968, O movimento estudantil na UFPA: memória e história de uma geração.** Orientador: Edilza Joana Oliveira Fontes. 2019. 175 f. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TELES, Janaína. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: III Seminario Internacional Políticas de la memoria. Recordando a Walter Benjamin, 2010, Buenos Aires. **Anais...** Recordando a Walter Benjamin: Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la memoria, 2010.

TELES, Janaína. Luto e Memória da ditadura: o Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa, em São Paulo. **Revista M**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jan./jun. 2017.

THOMPSON, Edward. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa: árvore da verdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

TOLEDO, Caio Navarro. Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas? **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 116-132, dez. 2015.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castello Branco.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira (1964-1985): democracia golpeada à esquerda e à direita.** São Paulo: LeYa, 2014.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares durante o primeiro governo pós-transição: uma democracia tutelada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.I.], n. 26, p. 162-178, 1994.